

Resumos de Comunicações das Áreas e Secções Temáticas

XI Congresso Português de Sociologia



XI IDENTIDADES AO RUBRO: DIFERENÇAS, PERTENÇAS
E POPULISMOS NUM MUNDO EFERVESCENTE

**CONGRESSO
PORTUGUÊS
DE SOCIOLOGIA**

Associação Portuguesa de Sociologia
Tel.: 217 864 738
e-mail: aps@aps.pt
Inscrições em www.aps.pt

iscte CIES - IULIS
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ICS INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

29 - 31 MARÇO 2021
Iscte & ICS-ULisboa
Online

Índice

Ambiente e Sociedade	3
Arte, Cultura e Comunicação	25
Classes, Desigualdades e Políticas Públicas	73
Conhecimento, Ciência e Tecnologia	107
Dinâmicas Populacionais, Gerações e Envelhecimento.....	132
Diversidades Culturais e Espaços de Intervenção	146
Famílias e Curso de Vida.....	155
Globalização, Política e Cidadania	173
Identidades, Valores e Modos de Vida	194
Migrações, Etnicidade e Racismo.....	212
Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais	256
Segurança, Defesa e Forças Armadas	272
Sexualidade e Género	289
Sociedade Civil, Economias Alternativas, Voluntariado	334
Sociologia da Educação	345
Sociologia da Infância	398
Sociologia da Religião	415
Sociologia da Saúde	438
Sociologia das Emoções	456
Sociologia do Consumo	462
Sociologia do Desporto.....	471
Sociologia do Direito e da Justiça.....	481
Sociologia do Turismo	511
Teorias e Metodologias.....	523
Territórios: Cidades e Campos	556
Trabalho, Organizações e Profissões	579

Resumos por Secção / Área Temática

Ambiente e Sociedade

XI-APS-15020 -INTRAG 2019: Notas sobre um processo deliberativo

João Guerra - ICS-ULisboa, joao.guerra@campus.ul.pt

Luisa Schmidt - ICS-ULisboa, mlschmidt@ics.ulisboa.pt

José gomes Ferreira - jose.ferreira@outlook.com

David Travassos - david.travassos@ics.ulisboa.pt

Comunicação Oral

Desenvolvendo investigação e promovendo a discussão de alguns dos principais temas setoriais na sociedade portuguesa, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e o Observa - Observatório de Ambiente, Território e Sociedade, têm acompanhado as principais transformações e desafios da governança da água. Nesse âmbito, em cooperação com investigadores do Brasil e Espanha, foi lançada a primeira edição do o Índice de Transparência na Gestão da Água (INTRAG - 2013). Em 2019 retomámos a recolha e cálculo dos indicadores do índice, mas com objetivos mais abrangentes: procuramos alargar e diversificar o painel de avaliação, assim como promover o debate sobre a temática da água, tendo em conta os resultados preliminares já alcançados e os temas que têm recebido particular atenção dos portugueses. Com efeito, a não reversão da centralização da gestão e coordenação do planeamento realizada em anos recentes terá sido acompanhada pela manutenção de problemas anteriores e pelo surgimento de novos, designadamente os conflitos motivados pela contaminação dos rios e pelo acentuar de períodos de escassez. Neste panorama, a maior visibilidade mediática destes problemas poderia revelar-se numa oportunidade de revitalização de dispositivos de governança e mecanismos de envolvimento público outrora mais dinâmicos. As razões para que tal situação pareça, ainda assim, procrastinada foram tópicos de discussão num workshop deliberativo que juntou uma dezena de especialistas em recursos hídricos nas mais diversas áreas, em 27 de janeiro no Instituto de Ciências Sociais. Esta apresentação procura apresentar alguns dos resultados obtidos no processo deliberativo que teve como pano de fundo o INTRAG 2019 e evolução comparativa a partir do INTRAG 2014.

Palavras chave: Água, Peritos, Deliberação, Governança

XI-APS-15114 -CONFLITO AMBIENTAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE OITICICA, RIO GRANDE DO NORTE/BRASIL

José Gomes Ferreira - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Herbert Emmanuel Lima de Oliveira - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Maria Wagner de Araújo Dantas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Comunicação Oral

Em diversas geografias, a construção de barragens tem motivado a reacção das populações diretamente afectadas. O Brasil tem sido palco de diversos conflitos ambientais contra a construção de grandes barragens, exercendo o Movimento dos Atingidos por Barragens um papel fundamental no sentido da tematização dos impactos e de se encontrarem soluções mitigadoras. A construção de barragens de menor dimensão tem igualmente gerado controvérsia, com episódios de conflito de visibilidade mediática e mobilização social, com a criação de movimentos locais de atingidos. A construção da Barragem de Oiticica, situada no interior do estado do Rio Grande do Norte, enquadra-se dentro deste último caso. Desde a década de 1950 que a barragem é apontada com um dos eixos de desenvolvimento regional e segurança hídrica do estado, na medida em que não vai apenas receber a água da chuva, será futuramente o primeiro reservatório da água que chegará do rio São Francisco através da chamada transposição. Historicamente a construção sofreu sucessivos atrasos ainda na fase de projecto. A obra somente avançou em 2013, mas com lacunas na concepção do projecto, designadamente, ao não prever a transferência dos habitantes da comunidade Barra de Santana e a catalogação de gravuras rupestres na área de alagamento da barragem. DO mesmo modo, o promotor avançou com o construção da barragem sem que tenham sido solucionados conflitos anteriores e sem acautelar a possibilidade de surgirem novos conflitos tanto no processo de desapropriação, como de defesa do património e risco de não concretização da obra por dificuldades de obtenção de financiamento para cobrir as novas despesas. Na nossa proposta apresentamos o histórico do processo de construção da barragem de Oiticica chamando à análise as políticas públicas, a temática do conflito ambiental e o contributo das comunidades no forçar à alteração do projecto. O objetivo é dar conta da visibilidade dos conflitos, dos actores sociais envolvidos e das diversas estratégias no sentido da resolução do problema, assumindo-se, a partir de George Simmel, que os conflitos são uma oportunidade para a mudança. Para tal, procedemos à recolha de artigos de imprensa, documentos oficiais e de organizações da sociedade civil, realizamos visitas de campo e entrevistas, procedemos ao acompanhamento sistemático do processo desde a construção até ao momento atual, procurando identificar os arranjos institucionais ou participativos que permitam a conclusão da obra.

Palavras chave: Barragem de Oiticica, Conflito, semiárido, Rio Grande do Norte

XI-APS-17211 -O uso de Metodologias Ativas aplicadas na Educação Ambiental: um estudo de caso sobre as consequências das queimadas na cidade de Cabo Frio, RJ, Brasil

Regina Célia Soares Pereira - Universidade Fernando Pessoa

Diogo Guedes Vidal - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde (FP-ENAS), Universidade Fernando Pessoa

Maria Alzira Pimenta Dinis - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde (FP-ENAS), Universidade Fernando Pessoa

Luís Borges Gouveia - Universidade Fernando Pessoa

Alessandra Oliveira de Polo - UNILOGOS - Logos University Internacional

Comunicação Oral

A Mata Atlântica é umas das florestas mais ricas em biodiversidade no mundo. Os impactos antrópicos causam graves consequências ao ambiente e à sociedade. Desse modo, desmatamentos, queimadas, contaminação de lençóis freáticos, tráfico de animais e outros agravos impactam na redução ou extinção das espécies da fauna e flora brasileira, e causam notáveis consequências socioambientais. Situado no município de Cabo Frio, RJ, Brasil, o Parque Estadual Costa do Sol (PECS), tem como missão preservar a biodiversidade local. Contudo, espécies nativas, tais como o lagarto-branco-da-areia, o formigueiro-do-litoral, encontram-se em risco de extinção, devido às queimadas. O objetivo deste estudo de caso é sensibilizar os estudantes do 1º ano do Curso de Hospedagem Integrado ao Ensino Médio (CHIEM), do Instituto Federal Fluminense, em Cabo Frio (IFF-CF), para o processo de ensino e aprendizagem sobre danos causados pelas queimadas, na área do PECS e alertar para os riscos de extinção da fauna e flora. No sentido de contribuir para uma aprendizagem lúdica, significativa e com reflexões críticas com relação à intervenção humana sobre o ambiente, foram realizadas três atividades educativas: i) palestras interativas (PI), abordando a temática das queimadas e animais em extinção, ii) aplicação de dinâmicas pedagógicas (DP) e iii) uso de metodologias ativas (MA) para mensuração do conhecimento. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, que visa diagnosticar um problema social, formular, aplicar estratégias de ação e relacionar a compreensão. Em face disso, foram criadas nas DP três simulações: floresta devastada pelas queimadas, resgate de animais em risco de extinção e a construção de uma torre de monitoramento de queimadas. Para avaliar a aprendizagem, utilizou-se um Quiz com sete questões, por meio do aplicativo Quizizz. Trinta e seis alunos, do 1º ano do CHIEM, IFF-CF, foram alocados em 12 grupos (t máx = 20 s por resposta). Os dados foram coletados no mês de novembro de 2019. Nas avaliações das respostas e da aprendizagem, observou-se os percentuais de acertos e de erros, de 96,0% e de 4,0%, respectivamente. Esses determinantes indicam que a aplicabilidade das MA, com base nas DP e articuladas aos conteúdos, contribuiu para uma melhor aprendizagem e sensibilização ambiental dos estudantes envolvidos no estudo. Assim, associaram-se conceitos vinculados às questões ambientais, por meio de reflexões coletivas relacionadas a situações reais, que suscitou o protagonismo discente. Dessa forma, a contextualização do mundo externo à sala de aula, foi provida através das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que contribuíram nas diferentes ações desenvolvidas, discussão e construção de resultados.

Palavras chave: Queimadas; Metodologias Ativas (MA); Meio Ambiente; Dinâmicas Pedagógicas

XI-APS-21606 -**Resistir é saber: jovens e experiências de catástrofe no interior**

Ana Sofia Ribeiro - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Os incêndios de larga escala são cada vez mais comuns em todo o mundo, destruindo ecossistemas e modos de vida, animais e pessoas. Em Portugal, os mega-incêndios de 2017 introduziram o tema da catástrofe no país, e conduziram a várias alterações nas políticas de proteção civil e de ordenamento do território. No entanto, várias destas mudanças estão ainda por implementar e necessitam para a sua execução da colaboração dos poucos habitantes que ainda resistem nos territórios do interior. Entre estes, os jovens assumem um papel fundamental como grupo a mobilizar para garantir a sustentabilidade e sobrevivência destas comunidades. Os jovens habitantes em territórios de baixa densidade têm culturas específicas que importa conhecer para o desenvolvimento de políticas públicas que vão ao encontro dos seus projetos de vida e capacidades. Se é verdade que estes jovens têm maior contacto com a natureza, nem sempre esse contacto é positivo, nomeadamente no caso de eventos climáticos extremos. No entanto, as experiências de catástrofe constituem frequentemente eventos críticos, trazendo aprendizagens e conhecimento direto. Baseada em pesquisa etnográfica e entrevistas realizadas em dois territórios do interior do país, esta contribuição foca os jovens e as suas experiências incorporadas de catástrofe, incidindo sobretudo nos incêndios de outubro de 2017, mas também na tempestade Leslie. Partindo da abordagem das capacidades, procura compreender como a resiliência é construída nas narrativas de 40 jovens entre os 11 e os 21 anos de idade, pertencentes a grupos de educação informal. Articulado o medo, a perda, a revolta ou incapacidade, elabora sobre o papel que as emoções desempenham na composição de uma resiliência mais relacional e participada.

Palavras chave: incêndios; jovens; etnografia; resiliência

XI-APS-22007 -**RISCOS COSTEIROS EM PORTUGAL: PERCEPÇÕES SOCIAIS, JUSTIÇA E PARTICIPAÇÃO**

Carla Gomes e Luísa Schmidt - Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa (Portugal) - carla.gomes@ics.ulisboa.pt; mlschmidt@ics.ulisboa.pt

Comunicação Oral

A gestão e planeamento do litoral português têm sofrido mudanças ao longo das últimas décadas face à crescente complexidade das suas formas de ocupação e face aos impactos da erosão, exponenciados pelas alterações climáticas. A nova geração de programas de gestão costeira integra pela primeira vez, de uma forma assertiva, os riscos derivados das alterações climáticas. No entanto, os primeiros planos suscitaram controvérsia social, ao

preconizar a realocação das populações mais vulneráveis. Torna-se evidente a necessidade de uma abordagem participativa à adaptação costeira, com um forte envolvimento dos cidadãos e dos cientistas sociais, que não perca de vista os dilemas de justiça social que inevitavelmente estes riscos acarretam. A dinâmica adquirida por processos de mudança, tanto costeira e climática, como social, política e económica, num país cuja população e actividades se têm concentrado no litoral, implica um novo programa de trabalhos que, colhendo o conhecimento dos cenários climáticos e de vulnerabilidades costeiras reconhecidos, incida especialmente sobre estas populações de composição complexa e sobre formas de governança mais efectivas. O envolvimento da sociedade civil é hoje assumido como crucial para que as políticas de adaptação climática possam ter uma implementação eficaz, socialmente justa e em linha com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Partindo de dois projectos de investigação-acção em que se desenvolveram experiências precursoras de ciência participativa e de governança em diferentes localidades do litoral português, particularmente atingidas pelo impacto da erosão costeira e das alterações climáticas, propõe-se uma série de reflexões e medidas para um processo de governança adaptativa. A presente comunicação estrutura-se em três partes: 1) análise dos instrumentos de política de adaptação climática, a nível europeu, nacional e local 2) revisão do estado da arte das metodologias participativas que têm sido adoptadas no seguimento de estratégias regionais e locais de adaptação 3) discussão sobre os impactos destas abordagens nas percepções sociais do risco costeiro, bem como na adesão das populações às soluções e estratégias de adaptação. O objetivo é contribuir para lançar um roteiro de boas práticas participativas, que possa ser desenvolvido em co-produção com as instituições, com vista a apoiar a implementação de estratégias de adaptação justas, inclusivas e socialmente sustentáveis.

Palavras chave: alterações climáticas, zonas costeiras, risco, adaptação, justiça

XI-APS-30455 - Quem são, o que fazem e o que esperam os utilizadores dos jardins e parques urbanos? Resultados preliminares de um inquérito em aplicação na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

Ricardo Cunha Dias - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Paulo Castro Seixas - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Nelson Barros - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

Helena Vilaça - Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal

Rui Leandro Maia - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal / CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Faculdade de Letras da Universidade do

Porto, Porto, Portugal

Comunicação Oral

A concentração populacional nas cidades é hoje unanimemente reconhecida como um dos principais desafios contemporâneos. A par desta evidência, é nas cidades que os desafios sociais e ambientais se agigantam, implicando um olhar sustentável sobre o planeamento urbano. As evidências científicas demonstram que os espaços verdes em contexto urbano desempenham um papel importante na resposta a tais desafios, concretamente através dos serviços do ecossistema que podem emprestar ao ambiente urbano. Para além do contributo na gestão do ambiente urbano, os serviços culturais, enquanto dimensão dos serviços do ecossistema, ganham especial relevo, nomeadamente na melhoria da saúde mental, física e social, ou seja, na promoção de qualidade de vida dos seus utilizadores. Este trabalho objetiva conhecer os usos e as perceções dos utilizadores dos jardins e parques públicos da cidade do Porto, bem como de que forma esses mesmos espaços estão a satisfazer as suas necessidades, estabelecendo uma relação com a localização dos mesmos na cidade e a percepção de uma maior ou menor vulnerabilidade socioeconómica e ambiental do espaço urbano. Partindo de um inquérito por questionário em fase de aplicação aos utilizadores de vinte e cinco jardins e parques de acesso público, propõe-se uma discussão sobre os resultados preliminares obtidos (N=140) por forma a levantar pistas norteadoras da investigação em curso. Os resultados encontrados permitem um esboço do perfil dos potenciais utilizadores destes espaços: maioritariamente casados (39 %) ou solteiros (36 %), frequentando o espaço especialmente com a família (43,5 %) ou sozinhos (22,1 %), independentemente da época do ano (87,8 %); procuram no espaço tranquilidade (96,2 %), relaxamento e convívio, mas preferem que esse espaço seja limpo (96,3 %), tenha lugares com sombra (92,4 %) que permitam esse relaxamento e quietude; não pretendem ruídos nem odores ofensivos e querem sentir-se seguros (90,9 %). Não é muito importante o local onde o espaço verde se insere, nem se possui parque infantil (52,3 %). Os resultados revelam ainda que a espaços da cidade em maior privação socioeconómica e ambiental os seus utilizadores percebem que correspondem espaços verdes com menor qualidade ($p < 0,05$). Relativamente à percepção dos utilizadores sobre os serviços do ecossistema que os espaços verdes podem fornecer às cidades, a mesma é bastante satisfatória (> 90 %) e reveladora de um grau de conhecimento elevado que pode estar, em parte, relacionado com o facto de grande parte da amostra possuir ensino universitário. Espera-se que os resultados possam servir para a definição de estratégias de atratividade dos espaços verdes da cidade, especialmente nos que possuem menor qualidade e se inserem em zonas de maior privação socioeconómica e ambiental, contribuindo para cidades equitativas, sustentáveis e promotoras de qualidade de vida das suas populações.

Palavras chave: espaços verdes urbanos; usos e sentidos; inquérito por questionário

XI-APS-36148 -Sustentabilidade ambiental e políticas educativas locais. Do planeamento à implementação. Um estudo de caso.

José Filipe da Silva Rocha - Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território,
Universidade de Aveiro

Comunicação Oral

O ser humano agiu, durante décadas, sem pensar no impacto dos seus comportamentos para o meio ambiente, consumindo exageradamente recursos naturais, poluindo os ecossistemas e degradando os habitats naturais de outras espécies. Se queremos evoluir, devemos concretizar grandes mudanças no nosso estilo de vida, e de facto, estas não passam exclusivamente por uma maior valorização económica do ambiente ou pela inovação tecnológica. Transpõem, antes, uma necessidade em informar e melhor consciencializar as diferentes populações do mundo a adotar, diariamente, comportamentos sustentáveis através de uma participação cívica, ativa e criativa, que contribua para a evolução e futuro do planeta. Com a presente investigação pretende-se construir uma reflexão recente, de resposta à inexistência de estudos académicos sobre sustentabilidade ambiental e políticas educativas locais em Portugal, através do estudo de caso do município de Gaia. Desta forma, um dos objetivos centrais passa por compreender o papel do município no desenho e implementação de políticas de sustentabilidade ambiental e de educação ambiental, a fim de perceber os seus impactos e a sua importância para uma maior consciencialização da população, de modo a ser alcançado um Desenvolvimento Local Sustentável. Para tal, utiliza-se uma metodologia mista, recorrendo à aplicação de um inquérito por questionário aos docentes de 1.º ciclo do ensino básico, principais recetores das ações de informação e sensibilização ambiental promovidas pelo município, de modo a entender as preocupações ambientais, as práticas quotidianas por si adotadas e a sua perceção sobre as campanhas de educação ambiental. E, por outro lado, a entrevistas semiestruturadas para perceber a visão dos técnicos formadores quanto às políticas levadas a cabo pelo município, mas também para entender a adesão das escolas, o comportamento dos alunos e os desafios atuais e, de futuro, para as políticas de EA no município de Gaia. No final, com a análise deste estudo de caso, apresentam-se recomendações de possíveis novas formas de aprendizagem para a prossecução de um DS, que se adapte às necessidades locais e da população em termos ambientais e sociais.

Palavras chave: Sustentabilidade Ambiental, Políticas Educativas Ambientais, Educação Ambiental, Estratégias Municipais, Governo Local

XI-APS-38256 -Cooperativas de energia renovável em Portugal e Espanha: David contra Golias?

Ana Delicado - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Carolina del Valle - Universidade de Sevilha

María-José Prados - Universidade de Sevilha

Ramon Garcia - Universidade de Murcia

Marta Pallàres-Blanch - Activa Prospect Research & Solutions, S.L.

Comunicação Oral

Portugal e Espanha distinguem-se por um trajeto bem-sucedido no desenvolvimento das energias renováveis (representando já 30% do consumo de energia em Portugal e 17% em Espanha). No entanto, este desenvolvimento tem sido em larga medida impulsionado pelas grandes empresas elétricas e com base na produção concentrada em grandes instalações (parques eólicos, barragens, centrais solares, fábricas de biomassa). Tal tem tido impacto não só nos preços da eletricidade (entre os mais elevados da Europa), mas também ambientais e sociais, na medida que remetem os cidadãos exclusivamente ao papel de consumir de energia. Noutros países europeus, sobretudo do centro e norte, as cooperativas de energia têm tido um papel muito mais ativo no desenvolvimento das energias renováveis, aproximando os pontos de produção e consumo e proporcionando aos cidadãos a oportunidade de participar mais ativamente na geração da energia (como investidores, como produtores, como gestores). Na península ibérica as cooperativas de energias renováveis não ultrapassam as duas dezenas. O que explica então o escasso desenvolvimento das cooperativas em Portugal e Espanha? Que barreiras enfrentam? Com que adjuvantes contam para ultrapassar estas barreiras? E que vantagens têm efetivamente face às empresas de energia convencionais na transição energética, no desenvolvimento local ou na aceitação das energias renováveis? Esta apresentação tem por base análise documental e entrevistas realizadas a cooperativas de energias renováveis em Portugal e Espanha. Está associado aos projetos TERRYER Sostenibilidad Territorial del modelo energético bajo en carbono. Territorios y energías renovables, (financiado pelo Ministério de Economia, Industria e Competitividade de Espanha) e PEARLS Planning and Engagement Arenas for Renewable Energy Landscapes (financiado pela Comissão Europeia ao abrigo do programa MSC RISE).

Palavras chave: energias renováveis, inovação social, cooperativas

XI-APS-39545 -Desastre Ambiental e os Conflitos socioambientais no Nordeste Brasileiro: uma perspectiva sociológica.

Luciana Bellé Rocha - Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Maria Eugênia Ferreira Totti - Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

XIAPS- Poster

Este trabalho discorre sobre o desastre ambiental que adveio no nordeste brasileiro em decorrência de vazamento de petróleo em meados de 2019. Tem o intuito de discutir as relações intrínsecas entre os riscos e acontecimentos nas estruturas sociais para a população atingida. Diretamente relacionado a ações antrópicas, os desastres, interferem de modo distinto sobre as desigualdades sociais tanto dos atingidos quanto em relação aos responsáveis pelo evento. Nesse sentido a relação entre pluralismo, recursos naturais, conflitos e democracia na sociedade contemporânea encontra-se em crise. O derramamento

de óleo no litoral nordestino foi considerado o maior da História Mundial. As manchas de óleo alcançaram 779 locais no Nordeste em agosto, atingindo os estados Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Conforme informação veiculada pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o derramamento ocasionou a mortandade de várias espécies marinhas. Por sua vez, foi contabilizado agravos à saúde da população que vive da pesca, e diminuição na arrecadação para a economia local que vive do ecoturismo. Fato constatado por meio de visita a campo e entrevista desenvolvida com atores locais em comunidades pesqueiras de Maceió (Alagoas).

Palavras chave: Sociologia ambiental; Conflitos e Desastres.

XI-APS-41323 -ÁGUA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. APLICAÇÃO DO ODS 6 À ESCALA MUNICIPAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

José Gomes Ferreira - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Matheus Fortunato Barbosa Gomes - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Elayne de Silva Figueredo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana de Souza Xavier - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Comunicação Oral

A temática da água e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em concreto do Objetivo 6, ganham maior relevância e amplitude em contextos historicamente reconhecidos pela sua vulnerabilidade social e climática. O tema é particularmente relevante nos municípios do Nordeste brasileiro, em particular, os que integram o chamado Polígono das Secas, uma vasta região semiárida, densamente povoada e infraestruturada para este tipo de clima, com uma dolorosa experiência da vivência da seca e de acesso desigual à água. A marcar o contraciclo, a região é uma das maiores produtoras do Brasil de fruta tropical que exporta como água virtual para o mercado interno e mercados internacionais. A título de exemplo, o Rio Grande do Norte produz mais de metade do melão de todo o Brasil. Por outro lado, a região Nordeste é também uma das regiões do país em que o acesso a serviços de saneamento básico, se mostra mais desfavorável, com baixa percentagem de população atendida por serviços de drenagem e tratamento de esgoto, por fornecer água aos lares sem garantia de que pode ser consumida e pelas elevadas perdas de água e ineficiência dos sistemas, o que se repercute na qualidade da água dos mananciais. A partir dos ODS e de modo a se contribuir para a avaliação da aplicação do Objetivo 6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, a nossa proposta é uma alternativa à apresentada pela Agência Nacional de Águas no documento ODS 6 no Brasil: Visão da ANA sobre os indicadores. Nesse sentido, reconhecemos a especificidade do semiárido nordestino na dificuldade de acesso aos serviços de água e a existência de alternativas, pelo que apresentamos indicadores complementares e com recorte municipal e estadual. A partir do debate sobre a universalização do acesso aos serviços de água e saneamento, declarados direitos humanos pelas Nações Unidas, apresentamos uma

proposta de análise do ODS 6 nos municípios do semiárido a partir do exemplo do Rio Grande do Norte através da recolha e análise dos indicadores do SNIS - Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento, assim como de indicadores complementares do estado, dos municípios e associações da sociedade civil. Destacamos os dados de acesso aos serviços, de eficiência da infraestrutura e da existência de infraestruturas complementares que garantam autonomia hídrica.

Palavras chave: Indicadores de desenvolvimento sustentável, Saneamento básico, Seca, Nordeste brasileiro

XI-APS-41968 -Adaptação justa: vulnerabilidades sociais nas políticas de acção climática

Luísa Schmidt - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Carla Gomes - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Na última década, Portugal e a União Europeia fizeram avanços significativos nas políticas de acção climática. No entanto, até há bem pouco tempo a justiça climática era associada às relações Norte-Sul e aos países em desenvolvimento, havendo fraca consciência da forma como as alterações climáticas penalizam os grupos sociais mais vulneráveis também nos países desenvolvidos. O movimento dos 'coletes amarelos' em França foi um dos sinais de alerta sobre a necessidade de colocar a justiça social e a equidade no centro das políticas ambientais. Por seu turno, os movimentos civis de combate à emergência climática assumiram a justiça social como uma 'bandeira'. O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, aprovado em 2019, reflecte as preocupações com a chamada 'transição justa', em particular a reintegração dos trabalhadores que perderão os empregos com o desmantelamento das indústrias ligadas aos combustíveis fósseis. Mas esta emergência da justiça no contexto da acção climática é ainda muito incipiente. No entanto, é necessário evitar que as próprias políticas de mitigação e adaptação venham agravar as vulnerabilidades sociais existentes. Os impactos esperados das alterações climáticas em Portugal - como o aumento da temperatura, a seca, as ondas de calor e o recuo das zonas costeiras - representam uma ameaça sem precedentes ao bem-estar das populações. O potencial para o agravamento das desigualdades sociais é grande, especialmente numa sociedade já fragilizada pela recessão económica. No caso português, persistem alguns factores agravantes, como as assimetrias no acesso à informação e os baixos índices de participação pública. A presente comunicação faz uma revisão dos estudos sobre justiça, vulnerabilidade social e alterações climáticas em Portugal, ao longo da última década. Procede ainda a uma análise crítica das políticas nacionais de adaptação climática, nomeadamente a Estratégia Nacional de Adaptação (ENAA), os planos intermunicipais e metropolitanos (PMAAC e PIAAC) e as estratégias municipais de adaptação (EMAAC).

Traçamos a evolução da agenda política sobre alterações climáticas em matéria de justiça distributiva, participação pública e reconhecimento dos grupos sociais mais vulneráveis. Concluímos com um conjunto de recomendações de política e orientações para investigação futura, em prol de uma adaptação justa e do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras chave: Justiça; alterações climáticas; vulnerabilidade; adaptação

XI-APS-45163 -Pobreza energética em tempos de transição

Ana Horta - Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

Luísa Schmidt - Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

Comunicação Oral

Portugal tem sido considerado um dos países da União Europeia mais afetados pela pobreza energética, que pode ser entendida como uma privação na utilização de serviços energéticos (como o aquecimento, o arrefecimento ou a iluminação, entre outros) que afeta seriamente as condições de vida e a saúde. Na literatura tende-se a considerar que a pobreza energética resulta de uma combinação de fatores como baixos rendimentos, elevados preços da energia e baixa eficiência energética de edifícios e equipamentos domésticos. A influência dos fatores socioculturais tem sido negligenciada, apesar de haver indicações de que nalguns países não são apenas as camadas pobres da população que são afetadas por estas formas de privação, sobretudo no que diz respeito ao aquecimento e arrefecimento da habitação. Com esta comunicação pretende-se contribuir para a compreensão da pobreza energética explorando os processos de construção social da necessidade de utilização de um serviço energético como o aquecimento. Nesse sentido são analisados dois conjuntos de entrevistas realizadas em agregados familiares portugueses: o primeiro composto de 22 entrevistas com indivíduos de diversos contextos socioeconómicos e o segundo composto de 100 entrevistas com indivíduos considerados vulneráveis à pobreza energética. Num contexto de simultânea transição para um sistema energético mais sustentável e crescentes aspirações sociais ao conforto térmico em casa, importa questionar que efeitos não desejáveis poderão surgir no futuro próximo, com implicações não só em termos de desigualdades sociais mas também de impactos ambientais.

Palavras chave: Pobreza energética, transição energética, conforto térmico, entrevistas

XI-APS-48517 -A Educação Ambiental nos países da CPLP: A Agenda 2030 e a Pandemia COVID 19

João Guerra - ICS-ULisboa

Leonor Prata - ICS-ULisboa
Luísa Schmidt - ICS-ULisboa

Comunicação Oral

A Educação Ambiental faz hoje parte da Agenda Educativa, sendo reconhecida enquanto componente crucial para uma cidadania participativa e informada. O crescente impacto das alterações climáticas e da degradação ambiental, especialmente em contextos sociais menos privilegiados, sublinha ainda mais o seu papel. Nesta ótica, importa indagar como se encara a implementação da Agenda 2030, tendo em conta as realidades nacionais e o sistema político-económico global, bem como a conjuntura pandémica (COVID 19). De acordo com o Primeiro Inquérito Sobre Educação Ambiental nos Países de Língua Portuguesa (2017), em geral, a EA tinha entrado nas agendas públicas e políticas de todos os países, apesar de ritmos e patamares muito diferentes. A segunda edição do Inquérito (2020) visou aprofundar o trabalho realizado em 2017, agora sob a égide da Agenda 2030, num contexto de pandemia que, de alguma forma, condiciona a ação dos respondentes. Nesta segunda edição do inquérito, o questionário dividiu-se em três grandes secções: a) as abordagens da Educação Ambiental nos diversos países; b) o lugar e o papel reservado a crianças e jovens no campo de atuação da Educação Ambiental; c) as visões de Futuro da Educação Ambiental no contexto pandémico do Coronavírus e tendo como pano de fundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em tempos de pandemia – período que se estendeu ao longo de todo o intervalo de recolha de respostas (online) – e, portanto, de maior dificuldade em conseguir respostas válidas, as taxas de resposta variaram bastante entre países, ficando-se, em qualquer dos casos, longe de alcançar números representativos a nível nacional. Os resultados devem, por isso, ser vistos não como representativos da diversidade existente entre países, mas como 159 testemunhos de “educadores ambientais” que, nas diversas realidades sociogeográficas, estão empenhados ou interessados na EA e na promoção da sustentabilidade. Em termos do contexto de pandemia Covid, os respondentes apontaram para um enorme impacto nas políticas nacionais e nas suas próprias instituições. O vírus ter-se-á transformado num fator de bloqueio que cerceou a capacidade de desenvolver uma Educação Ambiental eficaz, mobilizadora e transformadora no seu país. Talvez por esse facto, a capacidade de contribuir para os objetivos de desenvolvimento sustentável se tenham reduzido, sobretudo, entre as instituições nacionais, mas sem deixar de fora a sua própria ação.

Palavras chave: Educação Ambiental, CPLP, Agenda 2030, Pandemia Covid 19

XI-APS-50346 - "Ele é o meu filho": as aves enquanto membros da família (estudo preliminar)

Andrea Dapra - ISCSP, Universidade de Lisboa
Catarina Casanova - Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra & ISCSP/Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A preocupação com o ambiente, onde está inserida a fauna, especificamente em contextos urbanos, é uma característica do capitaloceno nas sociedades "modernas". Os outros animais sempre estiveram presentes na vida dos seres humanos. Pelo menos desde o Neolítico até aos nossos dias que os outros animais nos acompanharam de diferentes formas: os animais de trabalho, para a alimentação, os "animais de companhia", entre muitas outras funções. Os animais não humanos constituíram-se provavelmente como os primeiros "outros", originando a emergência da alteridade que posteriormente se estendeu a outros humanos diferentes do "nós". À semelhança de outros países europeus em Portugal o número dos chamados "animais de companhia" tem vindo a crescer sendo que já são mais de 7 milhões. Adicionalmente, os montantes gastos com os mesmos são também cada vez maiores: em 2019 foram cerca de 500 milhões de euros. A tendência crescente da presença de animais de companhia no nosso país acompanha a tendência europeia e mundial. Por exemplo, em 2018 a população de gatos (*Felis catus domesticus*) a viverem com seres humanos era já de quase 104 milhões sendo a espécie mais frequente na Europa entre os vários animais de companhia. Embora não tão numerosas como os gatos, as aves são animais de companhia relativamente comuns. Embora o seu número possa ter estagnado devido às novas doenças emergentes (e.g. gripe das aves, SARS, etc.) uma vez que há cada mais "zonas de contato" (Haraway 2008) partilhadas, tal foi apenas pontual sendo que as aves lideram o comércio ilegal de espécies em Portugal. Este trabalho pretende ser um contributo, ainda que modesto, para o conhecimento da relação entre humanos e as suas "aves de companhia" no nosso país. Trata-se de uma investigação preliminar antecedida pela ausência de estudos na área no nosso país. Quisemos explorar o tipo de relações que se estabelecem entre humanos e as aves e perceber porque é que estas são uma opção para muitos. Dentro do grupo das aves, os psitacídeos são provavelmente mais comuns devido às suas características. Parte dos dados foi recolhida no Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária (UL). O estudo decorreu em 2019 e a aproximação metodológica utilizada foi a etnografia multi-espécie via método misto: inquéritos por questionário, entrevistas semi-estruturadas e observação. Todos os participantes foram informados do objetivo do estudo, da garantia de confidencialidade e anonimato e assinaram declarações de consentimento informado. Recorremos ainda à etnografia digital, através do contacto com grupos de inquiridos que se encontravam em grupos organizados onde relatavam as suas experiências com aves. Os resultados obtidos evidenciam uma boa relação entre pessoas e aves, sendo que esta relação é fortemente emocional. Os inquiridos preocupam-se com o bem-estar físico e mental das aves chegando mesmo a apelida-las de "filhos" ou "membros da família".

Palavras chave: Relação humanos-não humanos; Aves; Portugal

XI-APS-57721 -A interdependência entre democracia e meio ambiente na concepção da Harmonia com a Natureza

Lilian Balmant Emerique - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Comunicação Oral

Nos últimos anos tem crescido o debate em torno da crise e corrosão da democracia que, aos poucos, ganha expressões globais. Uma vasta literatura, principalmente proveniente do norte global, acompanha o fenômeno, destaca seu ineditismo frente as crises democráticas passadas e advertem sobre os seus perigos no presente. Inclusive, algumas análises menos otimistas, sinalizam para um futuro caótico com o risco de morte para a democracia, a virada para extrema direita, a emergência do (neo)fascismo. Paralelamente, os inegáveis problemas ambientais se agravam e os processos que buscaram nas últimas décadas construir uma linguagem e compromissos globais sob a base do desenvolvimento sustentável vêm perdendo terreno. Vários pactos penosamente construídos já não mobilizam e movem os compromissos assumidos por alguns Estados. A aceleração da destruição ambiental caminha lado a lado com a erosão democrática. Em meio a expansão global deste duplo processo, o momento vivenciado é bastante nebuloso. As experiências governamentais de inovações democráticas reduziram substancialmente se comparadas com a década anterior e em matéria ambiental os resultados são visíveis. Diversos países estão aprisionados em espirais democráticas regressivas e os casos de Estados fracassados têm aumentado. Até agora, nos países mais afetados, os movimentos sociais dedicados ao ambiente não obtiveram sucesso em melhorar as relações de força numa direção mais democrática e correntes conservadoras e reacionárias crescem seus espaços de ação e adesão. Neste cenário inquietante e de desmobilização é imperioso dar um novo fôlego ao debate sobre as questões do ambiente recorrendo a uma concepção menos permeável às crises e retrocessos econômicos e políticos mundiais. Uma concepção holística e ecocêntrica fundada sob a Harmonia com a Natureza (A/RES/64/196 – Harmony with Nature - ONU) e capaz de transcender os limites da visão de desenvolvimento sustentável, que se revela mais frágil diante das crises político-econômicas. O estudo primeiramente abordará aspectos da crise democrática, em seguida tratará da crise ambiental e sua interconexão com as hodiernas erosões democráticas e, por fim, explorará a visão da Harmonia com a Natureza como um fundamento mais substancial para enfrentar estes impasses contemporâneos.

Palavras chave: democracia, meio ambiente; interdependência; Harmonia com a Natureza

XI-APS-58965 -Que transição energética justa? Discussão dos Futuros Energéticos em disputa no contexto português

Vera Ferreira - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
João Morais Mourato - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Num momento em que a maioria dos Estados se comprometeram a alcançar a neutralidade carbónica até 2050 – em consonância com os objetivos do Acordo de Paris –, e na sequência da apresentação do Green New Deal pela Comissão Europeia, o sistema energético assume centralidade incontornável. Também Portugal subscreveu esse compromisso, tendo vindo a desenvolver instrumentos de política pública que delineiam as trajetórias para o alcançar. Destaca-se, neste âmbito, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050), quadro estratégico de referência que informará as políticas públicas portuguesas de energia e clima nas próximas décadas (ex., Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 – PNEC 2030). Deste modo, emerge a necessidade de promover uma “transição justa” – noção que tem pontuado o debate sobre Futuros Energéticos e Transições para a Sustentabilidade. Contudo, não é claro em que tal se traduz do ponto de vista social e ecológico, bem como os desafios que se colocam à sua concetualização e operacionalização. Urge assim identificar e debater como o conceito de “transição justa” está a ser mobilizado no panorama político e energético português. Tal torna-se ainda mais pertinente quando existem diferentes futuros energéticos em competição em Portugal, veiculados por um vasto conjunto de atores (entre os quais o Estado, empresas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica, ou ainda cooperativas e comunidades de energia renovável). Nesse sentido, em primeiro lugar procedemos a uma revisão e sistematização da literatura que se debruça sobre o tema das transições energéticas justas, mobilizando e explorando conceitos como “democracia energética” e “justiça energética”, a fim de aferir as suas potencialidades, limites e eventuais complementaridades e possibilidades de articulação. Apoiando-nos nesta revisão da literatura propomos um exercício analítico preliminar, com o intuito de avaliar criticamente as concetualizações de “transição justa” subjacentes aos diversos futuros energéticos em disputa em Portugal. Pretende-se, assim, contribuir para a identificação das dinâmicas de (in)justiça social e ecológica que potencialmente se justapõem, (re)produzem, reforçam ou, pelo contrário, se atenuam durante o processo de transição para a neutralidade carbónica.

Palavras chave: Futuros Energéticos; Transição Energética Justa; Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050; Portugal

XI-APS-59988 -Explorando as ontologias do Antropoceno

António Carvalho - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O evento Antropoceno na teoria social (Blok, 2019) gerou uma série de iterações conceituais – Capitaloceno (Malm e Hornborg 2014), Tecnoceno (Hornborg, 2015), Chthuluceno (Haraway, 2015), Plasticeno (Ross, 2018) – que ilustram os impactos das atividades humanas no planeta. Simultaneamente, assistimos à emergência de uma série de ontologias teóricas e heurísticas – ontologia orientada a objetos, novo materialismo, Teoria do Ator Rede, pós-humanismo e compostismo – que recorrem à relacionalidade, associações entre humanos e não-humanos e à agência não-humana como contraposição aos dualismos modernos, entendidos enquanto correlatos ontológicos da grande aceleração extrativista. Para além de uma preocupação com as tonalidades pós-políticas de uma série de dispositivos sociotécnicos para mitigar as alterações climáticas – ao nível local e global – é fundamental refletir acerca da política ontológica de formações como Fronteiras Planetárias, Sistema Terrestre e autorregulação. Nesse sentido, esta apresentação irá estabelecer um diálogo entre a literatura sobre o Antropoceno e contribuições no âmbito das ciências cognitivas, estudos contemplativos e neurociências de forma a explorar o caráter pervasivo de modelos de autorregulação em diversas disciplinas, assim as implicações destes modelos para os debates contemporâneos sobre alterações climáticas.

Palavras chave: Antropoceno; Alterações Climáticas; Fronteiras Planetárias; Ontologia

XI-APS-62423 -Os discursos sobre sustentabilidade na Estratégia Alimentar de Montemor-o-Novo

Virgínia Henriques Calado - Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais, Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9 | 1600-189 Lisboa

Comunicação Oral

Resultado de um processo social reiteradamente afirmado como “participado e partilhado”, o documento Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo-Novo (2019), disponível no sítio da Câmara Municipal, dá-nos conta de uma empenhada discussão sobre como agir no território a partir do sistema alimentar local. As reuniões necessárias para que tal documento fosse elaborado, foram múltiplas, e contaram com o entusiasmo de diversos atores locais, entre eles, e com particular relevo, a autarquia de Montemor-o-Novo. Diversos agentes se mobilizaram para dar corpo a uma proposta que, em Portugal, é precursora, e que tem particular interesse por três motivos: por conceder um papel fundamental à alimentação na governança do município; por promover processos de participação cidadã; e por transportar consigo um significativo potencial de transformação de processos sociais. A proposta a que me refiro é a da criação de um Conselho local de alimentação em Montemor-o-Novo. Este Conselho estará particularmente vocacionado para a defesa de formas de alimentação saudáveis e sustentáveis e para a valorização do território, concedendo particular atenção à produção, distribuição e consumo de produtos locais. Partindo deste enquadramento, a proposta para esta comunicação é a de identificar na Estratégia Alimentar para Montemor-o-Novo-Novo a ordem conceptual a partir da qual a noção de sistema alimentar sustentável é construída. Que conceitos e discussões são evocados para

descrever esse sistema? Como se adequa o conhecimento do território à desejada sustentabilidade? De que forma os discursos sobre sustentabilidade, emanados de diversas agências das Nações Unidas, como a FAO, são incorporados, articulados com conhecimentos e preocupações locais, e transformados em discursos para dinamizar e legitimar ações locais? Estas são algumas das questões a que procurarei responder e que tomarei como referência para problematizar a inovadora experiência de construção de um sistema alimentar sustentável em Montemor-o-Novo.

Palavras chave: Conselhos locais de alimentação; sustentabilidade; sistema alimentar sustentável; participação cidadã.

XI-APS-65380 -Avaliação sobre a Consciência Ambiental no Uso e Conservação do Mangal. Caso: Bairro Icídua – Cidade de Quelimane (2013-2017).

I'medy CONDELAQUE - Universidade Católica de Moçambique

XIAPS- Poster

O artigo é resultado de uma pesquisa, para apoiar no processo de construção de resiliência das cidades costeiras vulneráveis a inundações e outros desastres naturais. As razões de ordem teórica e prática que a fundamentam, trabalhar com as comunidades locais de modo a garantir uma comunicação para a mudança de comportamento ligado ao indicador de condições sócio económicas e de infraestruturas, em geral. E de modo específico, identificar formas de uso e conservação do mangal mantidas pelos moradores; e descrever para que serve o mangal e como devemos protege-lo. A metodologia usada, sua classificação quanto aos objetivos é exploratória; de natureza aplicada por “envolver verdades e interesses locais” do objeto de estudo; na técnica de coleta as entrevistas dirigidas á 197 moradores, incluindo estruturas do bairro: (1) Regulo; (1) Secretário e (1) Supervisora USAID-CCAP. Tratando-se de pessoas que tiveram experiências práticas com o problema. Na técnica de análise de dados, para além da análise de conteúdo, utilizou-se o método da triangulação que “refere-se à recolha de dados recorrendo a diferentes fontes”. Os principais resultados da pesquisa: Este ecossistema encontra-se em perigo de desaparecer por ameaças que, na sua maioria, são antrópicas ou seja, relativo à acção do homem como fonte de material de construção.

Palavras chave: Consciência; Mangal; degradação e ambiente;

XI-APS-66362 -Responsabilidade Social Empresarial como Factor de Vantagem Competitiva e do Desenvolvimento Sustentável - Estudo de Caso da Cabo Verde Telecom (CVTelecom).

Ailton Marcos Moreno Tavares - Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG/ULisboa

Comunicação Oral

Este Artigo versa sobre o Tema Responsabilidade Social Empresarial como Factor de Vantagem Competitiva e do Desenvolvimento Sustentável, ancorado no Estudo de Caso da Cabo Verde Telecom (CVTelecom). A Responsabilidade Social Empresarial é um tema actual, tendo nos últimos anos, suscitado intensos debates sobre o papel das Empresas na minimização dos desequilíbrios sociais e no contributo destas para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Melo Neto & Froes (1999) apud Morcerf (2005), a Responsabilidade Social assumida de forma consistente e inteligente pela empresa, pode contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade e o desempenho empresarial. Almeida (2010) afirma que nas últimas décadas do Século XX, a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) impôs-se como um dos temas mais amplamente debatidos no campo da gestão, envolvendo académicos, políticos, empresários e sociedade em geral. Com implicações multilaterais na vida económica e social, a RSE remete, essencialmente, para a discussão sobre as fronteiras da intervenção empresarial na sociedade e os limites éticos que devem regular essa acção. A Organização das Nações Unidas (ONU) defende a inserção e a participação do sector empresarial para colaborar activamente com soluções que fomentem o Desenvolvimento Sustentável (DS) mundial. Neste contexto e de acordo com Sousa (2006), o empresariado é peça chave para a construção de um mundo melhor e mais sustentável: social, ambiental e economicamente. Segundo Pinto (2010), o que distingue uma verdadeira empresa de um mero negócio é a consciência e a responsabilidade cívicas. Assim, nos dias de hoje e conforme Sá Leal et al. (2011), exige-se que as organizações se comprometam com o desenvolvimento sustentável face aos seus diferentes Stakeholders, considerando um investimento e não um custo, a aposta em políticas e acções de responsabilidade social. Devem, por isso, considerá-las como uma vantagem competitiva. Neste âmbito, com o presente Artigo, pretende-se analisar, por um lado, a estratégia da CVTelecom baseada numa gestão ética e transparente com todas as suas partes interessadas e, por outro, analisar a percepção que os diversos Stakeholders (partes interessadas) têm sobre a Responsabilidade Social Empresarial da CVTelecom, a partir da aplicação de um inquérito por questionário.

Palavras chave: Responsabilidade Social Empresarial, Vantagem Competitiva e Desenvolvimento Sustentável

XI-APS-69817 -Dinâmicas de Inovação nas Comunidades Sustentáveis Intencionais na Europa: Tipologias de Entidades e Análise de Redes

Carla Nogueira - CinTurs – Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar, Universidade do Algarve

João Filipe Marques - CinTurs – Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar, Universidade do Algarve

Hugo Pinto - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

As ecovillages - “comunidades sustentáveis intencionais” – são entendidas como modelos comunitários de vida, conscientemente projetadas através de processos participativos, cujo principal objetivo é o desenvolvimento e dinamização de práticas de sustentabilidade ambiental, social e económica, integradas de forma holística. No contexto de crise ambiental estes modelos ganham destaque e mostram sinais de forte crescimento em todo o mundo. Os tempos de crise acabam por ser períodos férteis de inovação e criação de soluções criativas para a minimização das suas consequências. Com efeito, estes grupos auto-organizados podem ser vistos como agentes de mudança com potencial para virem a contribuir com as suas experiências para a transição para um paradigma ambiental, social, económico e político mais sustentável. A produção académica mais recente tem vindo a refletir acerca deste tipo de comunidades, precisamente, enquanto potenciais agentes de inovação, nomeadamente de inovação social (Avelino et al., 2015; Haxeltine et al., 2018). No entanto, continuam a verificar-se algumas lacunas em relação à existência de estudos quantitativos que tracem um quadro geral das dinâmicas de inovação destas comunidades. Esta comunicação apresenta alguns resultados de um estudo quantitativo aplicado às comunidades sustentáveis intencionais da Europa e observa o nível de integração das suas práticas de sustentabilidade, as suas dinâmicas de inovação e as redes que estabelecem. Neste sentido, foram analisadas 103 comunidades sustentáveis intencionais, de modo a, por um lado, construir uma tipologia das entidades, com recurso a análise de clusters, e por outro lado, analisar a estrutura das redes que estabelecem entre si e outros agentes, com recurso à Análise Estrutural de Redes Sociais (AERS). Estes dados pretendem colmatar a lacuna identificada na literatura existente e contribuir para um conhecimento mais transversal da relação entre a inovação social e estas comunidades na Europa.

Palavras chave: Comunidades Sustentáveis Intencionais, Ecovillages, Inovação Social, Europa

XI-APS-73479 -EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNIDADE: UM CASO DE ESTUDO APLICADO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL, RIO DE JANEIRO, BRASIL.

RITA DE CÁSSIA SANTOS CARVALHO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

CARLOS ALBERTO SANCHES PEREIRA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

FLÁVIO EDMUNDO NOVAES HEGENBERG - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

ILDA CECÍLIA MOREIRA DA SILVA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

ANA PAULA CUNHA PEREIRA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

Comunicação Oral

A preocupação da humanidade com o meio ambiente e com o seu desenvolvimento futuro, que vem sendo objeto de discussões entre os países há algum tempo, cresceu a partir de

1972 com sucessivas reuniões e eventos patrocinados pela ONU. Tais eventos evidenciam a necessidade da conscientização de pessoas, organizações e governos. A conscientização ambiental manifesta-se, por exemplo, através de políticas ambientais (de preferência abrangentes e integradas), envolvendo os diferentes setores e atividades da sociedade e colaborando para construção de cidades inteligentes. Neste caso específico, a Educação Ambiental deve ser parte integrante de políticas públicas e procedimentos organizacionais que possam ensinar e difundir os princípios da Ecologia e da Sustentabilidade. Tais princípios devem contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, do Básico ao Superior. É justamente neste sentido, que reside o objetivo central desta pesquisa: capacitar, em Educação Ambiental, professores e alunos do Ensino Básico (do 6º ao 9º ano), do Município de Pinheiral (situado no interior do estado do Rio de Janeiro) particularmente em uma Escola (Centro Municipal de Ensino Roberto Silveira). Esta pesquisa se originou do Setor de Projetos Especiais vinculado ao Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) juntamente com o Curso de Biologia e o Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (MECSMA). Delineou-se questões ambientais integradas provendo um mix entre os cursos da referida Instituição de Nível Superior e de uma Comunidade Local em específico gerando as seguintes interpelações: (a) melhorias no relacionamento entre alunos e professores dos cursos envolvidos, (b) conversão de ações isoladas em ações compartilhadas entre os cursos de graduação envolvidos (c) trocas de conhecimentos, principalmente os relacionados ao tema, (d) facilitação e sistematização em prol da diminuição de custos. Com base em uma metodologia qualitativa e especificamente, na vertente da pesquisa-ação, (estudo de uma situação com vistas a qualidade da ação dentro dela segundo Elliott, 1991) o processo reflexão-capacitação abrangeu as seguintes etapas: 1) Enfrentamento - diagnóstico da origem do problema (ausência de políticas públicas no campo da educação ambiental); 2) Especificação da questão central da pesquisa (ex: resíduo sólido, questão hídrica, poluição do solo, ocupação indevida do solo, dentre outras); 3) capacitação interdisciplinar. Concluímos que a capacitação dos professores gerou melhoria significativa em relação aos conhecimentos ligados aos temas ambientais. A aplicabilidade em sala de aula deve ser conduzida a partir do desenvolvimento de projetos Project Based Learning.

Palavras chave: EDUCAÇÃO; MEIO AMBIENTE; SUSTENTABILIDADE

XI-APS-74651 -E se os rios falassem? As transformações das frentes de água do Mondego na cidade de Coimbra

Bruno Franco Alves - CES-FEUC-Universidade de Coimbra e Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil)

Comunicação Oral

A pergunta retórica proposta no título da minha comunicação pretende enunciar uma mudança no modo de perceber a cidade, a saber: o que os rios urbanos têm a nos dizer sobre as cidades que eles atravessam? A partir de um referencial teórico sociológico que

interpela a cidade, o meio ambiente e o espaço indagarei o rio Mondego, em seu troço urbano, sobre a cidade de Coimbra. Nesse processo de pesquisa sobre os waterfronts o método walking-along apresenta imensa valia, vez que o rio e suas margens urbanas carregam consigo várias camadas e marcas do processo de urbanização da cidade e o caminhar no terreno mobiliza todos os sentidos e facilita a interação das pessoas entre si e com as coisas que estão presentes e acontecendo no mundo. Partindo da tríade lefebvriana de produção do espaço a partir do vivido, do percebido e do concebido, a caminhada pode ajudar a reavivar as memórias do passado e as representações do presente e do futuro, além de revelar como o espaço é cotidianamente vivido pelas pessoas. Considera-se que esse processo pode propiciar a (re)descoberta in situ de processos sociais e produtos de tempos diferentes que se sobrepõem em uma narrativa parcial, não totalizante da história dos lugares. Por meio dos elementos materiais encontrados ao longo das margens do Mondego em Coimbra, como o edificado, as ruínas, a vegetação, os espaços abertos (públicos ou não), as pessoas, os usos sociais do leito do rio e das suas margens, os equipamentos e infraestruturas urbanas tais como as placas, as pontes e os mobiliários, é possível ler a cidade em sua relação com o rio no espaço-tempo para, assim, perceber os elementos que indicam desde o afastamento rio-cidade até o seu reencontro com as águas e discutir sobre o caráter da relação estabelecida entre as pessoas e a natureza no espaço urbano contemporâneo.

Palavras chave: rios urbanos; urbanização; ecologia urbana; waterfront

XI-APS-89431 -Pensando fraturas na cidade na Era do Risco Ecológico: o Antropoceno e o espaço urbano

Lucas Brasil Pereira - Universidade de Coimbra/ Universidade de Brasília

Comunicação Oral

A emergência do risco ecológico assume a paradoxal definição da contemporaneidade: o Antropoceno. Época de crescimento das cidades no mundo, mas em especial no sul-global, é, entretanto, ainda regida por paradigmas de urbanização gestados em outras circunstâncias, elaborados pelo norte-global e referenciados por agendas de intencionalidade modernizadora. É também sinal da expansão do fenômeno da urbanização planetária, que converge para as necessidades e lógicas urbanas cada vez mais espaços do campo, da natureza e que antes jaziam fora dos circuitos simbólicos e das economias das cidades. Ato contínuo, populações cada vez maiores são submetidas – por vezes involuntariamente – a visões de futuros urbanos “mais verdes” e “sustentáveis”, gerando fraturas conforme tecnologias, projetos e cotidianos interagem. Com a inelutável expansão do urbano e das esferas de influência das lógicas e economias citadinas, a busca por soluções para os problemas ambientais a partir da negação das cidades e de um retorno a um modo de vida mais rural foi abandonada. Epicentros mobilizadores das alterações climáticas e geoecológicas que caracterizam o Antropoceno, os centros urbanos foram reconhecidos

como dimensões privilegiadas de intervenção e procura por formas de enfrentar consequências negativas dessa nova época. Recrutados para endereçar o risco ecológico, urbanistas e elementos envolvidos no pensar, planejar e fazer o urbano passaram a ser informados pela incontornável crise, elegendo novos princípios, técnicas, representações e paradigmas para pensar a cidade do futuro: uma cidade no e contra o Antropoceno. No campo disciplinar, agendas e propostas encontram lastro em diferentes visões de futuros “verdes”, muitas delas inspiradas na ideia de uma modernização ecológica. Habitantes e seus cotidianos são lançados à transformação, habitando um mundo cujo risco ecológico é urgente e deve ser mitigado, a começar pelos centros urbanos. Seus modos de vida passam à suspensão – e suspeição – conforme especialistas reorganizam o universo reificado e o reestruturam diante da iminente necessidade de combate às consequências do Antropoceno. Que relações esses projetos e soluções estabelecem com os habitantes e comunidades em diferentes contextos sócio econômicos? Como interagem com e interpretam essas visões de futuro e propostas? Aparentemente apartados, a criação de um urbano sustentável parece esquecer da importância de conformar uma cidade sustentável? Diante desse contexto, propõe-se discutir a problematização aqui colocada como maneira de endereçar consequências sociais e situadas de políticas e projetos de transformação urbanos cujo objetivo seja mitigar as contingências do Antropoceno. A investigação encontra-se em estágio inicial, mas será abordado como para discussão o caso de Brasília, capital brasileira, atualmente redentora do maior “bairro ecológico” da América Latina.

Palavras chave: Cidade; Antropoceno; Espaço Urbano; Modernização

Arte, Cultura e Comunicação

XI-APS-10492 -Os públicos e os recursos expositivos interativos na Exposição Loulé: Territórios, Memórias, Identidades

Jorge Santos - ISCTE-IUL; CIES; OPAC; DGPC

Sónia Apolinário - ISCTE-IUL; CIES; OPAC

Comunicação Oral

O Estudo de Públicos da Exposição Loulé: Territórios, Memórias, Identidades (LTMI) foi promovido pela Direção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e pela Câmara Municipal de Loulé/Museu Municipal de Loulé. Enquadra-se nos estudos de públicos de museus e de exposições e na resposta a alguns desafios colocados às instituições museais pelos públicos, pelo que se pretende o conhecimento das suas características sociodemográficas, motivacionais e de práticas culturais, bem como das avaliações que fazem da experiência de visita. A LTMI esteve patente no MNA entre junho de 2017 a junho de 2019, mostrando 7 mil anos de história do concelho de Loulé através de meio milhar de objetos expostos, e a par de uma forte presença de recursos interativos, quer na componente tátil (ou háptica) dos objetos, quer na oferta multimédia através de ecrãs interativos, de QR Codes (em 15 localizações) e de um painel interativo para que os visitantes juntassem a sua fotografia e um testemunho. A metodologia utilizada é mista sequencial, quantitativa e qualitativa. A vertente quantitativa seguiu a abordagem dos Estudos de Públicos de Museus Nacionais (EPMN) realizados em 2015 através da aplicação de um inquérito autoadministrado em 4 idiomas, no termo da visita, em computador numa plataforma online. Esta recolha decorreu na fase final da Exposição, entre abril e junho de 2019, para uma amostra de 954 questionários válidos, dos quais 82% de estrangeiros. A vertente qualitativa consistiu em 2 momentos. A resposta aberta a sugestões e comentários no final do questionário e 5 entrevistas pós-visita realizadas entre setembro e novembro de 2019. A análise discursiva constitui uma fonte privilegiada dos processos cognitivos e emocionais, que complementam a informação quantitativa, apreendendo-se construções individuais de significados e aferindo-se o impacto duradouro da visita. Especificamente para aferir a interação com os objetos táteis, os entrevistados realizaram também um exercício de associação de palavras inspirado na proposta de John Falk (Contextual Model of Learning). Este autor recorre também a entrevistas pós-visita através do modelo Identity-Related Visitor Motivation, analisando as motivações e a construção de sentido por relação a aspetos identitários. As críticas a este modelo apontam a negligência de variáveis sociográficas na contextualização identitária, pelo que o recurso a uma metodologia mista constitui uma proposta para responder a essa dificuldade. Nesta comunicação aborda-se a dimensão interativa, quer háptica, quer tecnológica, em articulação com os perfis sociais dos públicos, enquanto recurso de interpretação dos bens museológicos, mediante a operacionalização de uma metodologia mista de estudos de públicos.

Palavras chave: Públicos de museus e exposições; Recursos interativos; Avaliação; Metodologia mista

XI-APS-13245 -**Cinema e identidade: Interseções entre Brasil e Portugal**

Renata da Silva Melo - Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

Comunicação Oral

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o cinema como espaço de construção de identidades de grupos sociais marcados por processos de opressão. O trabalho surge a partir de uma pesquisa de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e em articulação com a Universidade do Porto. A pesquisa compreende a análise de dois circuitos de cinema: o primeiro de uma região brasileira considerada periférica, a Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, e o segundo um conjunto de festivais realizados na cidade do Porto, no Norte de Portugal. Sendo realizado desde meados de 2019 a partir de uma perspectiva etnográfica, parte importante do trabalho foi desenvolvido durante o período da pandemia, como será descrito no texto. Marcados por diversas diferenças, que serão discutidas ao longo do artigo, os dois circuitos analisados têm em comum a propagação de filmes atravessados por questões que envolvem a temática das identidades. A partir de obras de jovens produtores audiovisuais de ambos os países, as sessões são marcadas por debates pós exibição com foco em temas como: feminismo, racismo, territorialidades, gênero e desigualdades sociais. A centralidade nesses pontos tem relação com processos de disputa simbólica e de reivindicação por legitimidade das narrativas e trajetórias de atores historicamente silenciados e invisibilizados. Se no contexto brasileiro a pesquisa se relaciona diretamente com casos como a Facção Feminista Cineclube, Festival Visões Periféricas, Centro Afro Carioca de Cinema Zóximo Bulbul, em Portugal, temos festivais como o Porto Femme, Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista e Festival Internacional de Cinema Queer. Tratam-se de experiências que demarcam já em seus nomes o enfoque em questões identitárias. Tendo o Sul global um sentido geopolítico e relativo a um conjunto de grupos sociais sujeitos a sistemas de opressão, como discutido por Santos (2018), é possível refletir sobre uma série de conexões entre habitantes de diferentes espaços geográficos, mas que compartilham, em suas diferenças, de diversas questões. Neste cenário, a linguagem audiovisual tem tido papel fundamental e vem contribuindo para “a implementação de pontes comunicativas entre diversas pessoas e contextos nos mais variados espaços” (ADERALDO, 2017, p. 23). O principal objetivo deste artigo é apresentar algumas destas pontes e interseções entre experiências do Brasil e de Portugal identificadas pela pesquisa para, então, refletir sobre como o cinema vem sendo mobilizado nesses contextos específicos. Com isso, pretende-se analisar quais representações e sociabilidades vêm se desenrolando a partir daí e o que elas nos informam sobre as configurações dos processos identitários contemporâneos. ADERALDO, Guilherme. Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2017. SANTOS, Boaventura de Sousa. Na oficina

do sociólogo artesão. Aulas 2011-2016. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

Palavras chave: cinema, identidade, Brasil, Portugal

XI-APS-16173 -Monumentos Nacionais: Impactos na Abertura ao Público na sequência da COVID-19

Sofia Costa Macedo - CIES-Iscte

Maria João Lima - CIES-Iscte

Ana Paula Miranda - CIES-Iscte

Comunicação Oral

Devido à pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19), decretada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, os monumentos e museus portugueses foram encerrados ao público a 14 de março. Na generalidade os serviços permaneceram em funcionamento, muitos em teletrabalho. A 18 de maio de 2020 puderam reabrir ao público. No entanto, nem todos os MN que encerraram os serviços reabriram nessa data. Durante os cerca de dois meses de encerramento a visitas presenciais, várias foram as atividades noticiadas, em particular através de plataformas online. Em concreto, que atividades realizaram, que medidas tomaram os Monumentos Nacionais portugueses nesses dois meses? Para além deste período excepcional de encerramento, monumentos e museus enfrentam no imediato enormes mudanças e desafios, que se vão refletir a curto e médio prazo, decorrentes da reabertura, ainda em Estado de Calamidade, das restrições drásticas do turismo internacional, das medidas de distanciamento necessárias nas visitas e da redução de visitantes e de receitas. Que respostas, que medidas, que políticas se podem então antecipar do ponto de vista dos responsáveis e técnicos dos Monumentos Nacionais portugueses? Apresentam-se nesta comunicação, os resultados de um inquérito realizado pelo OPAC – Observatório Português das Atividades Culturais entre 17 de abril e 20 de junho de 2020 sobre o impacto da pandemia COVID-19 sobre os Monumentos Nacionais (MN) de Portugal. Este inquérito, composto por duas perguntas de resposta aberta, procurou identificar que atividades realizaram e que medidas tomaram os MN na sequência do encerramento ao público e ainda que respostas, que medidas, que políticas se podem então antecipar face às mudanças e que desafios se colocam a curto e médio prazo. Apesar de se referir apenas aos Monumentos Nacionais portugueses vem acrescentar novos dados ao conjunto de estudos, nacionais e internacionais, de diferentes instituições e organizações, que de algum modo se vêm debruçando sobre uma ou outra destas duas vertentes, em diversos domínios culturais.

Palavras chave: Património Cultural Imóvel, Funcionamento de Monumentos Nacionais; COVID-19

XI-APS-17552 -Eleições autárquicas: a invisibilidade regional nos media nacionais

João Carlos Sousa - CIES ESPP ISCTE-IUL OberCom

Ana Pinto-Martinho - CIES ESPP ISCTE-IUL OberCom

Gustavo Cardoso - CIES ESPP ISCTE-IUL OberCom

Décio Telo - CIES ESPP ISCTE-IUL OberCom

Comunicação Oral

As eleições autárquicas, cumprem o desígnio democrático, ao chamar as populações a escolher os seus representantes políticos nos 308 municípios. O estudo da cobertura de campanhas eleitorais tem já uma longa tradição sociológica (Strömbäck, 2009). A sua abordagem assume particular interesse quando sabemos que o défice de cobertura noticiosa de temas locais na imprensa nacional está associado a menores níveis de mobilização política e cívica (Hayes & Lawless, 2018). A nível nacional são diversos os estudos que abordam esta temática: presidenciais (Serrano, 2006) e legislativas (Antunes & Lisi, 2015). A originalidade da proposta reside na compreensão da cobertura que os media nacionais fazem às eleições autárquicas, contribuindo para o preenchimento de um vazio na reflexão no domínio de interceção das campanhas eleitorais com os estudos regionais. Pretende-se demonstrar que os media nacionais, ainda que abordando as autárquicas de 1 outubro 2017, fazem-no focando-se predominantemente numa perspetiva institucional, enfatizando o âmbito e consequências a nível da política nacional, não veiculando os temas concretos que afetam as populações, dando destaque às grandes cidades, perpetuando as assimetrias regionais litoral – interior. O Barómetro de Notícias captou os destaques noticiosos a partir de uma amostra semanal de 413 peças publicadas em destaque. Foram recolhidas diariamente 59 peças: quatro notícias nos jornais televisivos das 20h da RTP1, SIC, TVI e CMTV; três primeiras peças dos noticiários de rádio das 8h na Rádio Renascença, Antena 1 e TSF; quatro peças com maior destaque nas primeiras páginas das edições impressas dos jornais Correio da Manhã, Jornal de Notícias, PÚBLICO, Diário de Notícias; três peças com maior destaque nas homepages da SIC Notícias, TVI24, Expresso, Observador, JN, PÚBLICO. São considerados dois períodos: pré-campanha eleitoral (1 janeiro-30 junho); campanha eleitoral 16-29 setembro. A operacionalização é constituída por três níveis de análise: ao nível sistémico procurar-se-á discernir o interesse dos diferentes media e respetivos grupos pelas eleições autárquicas; um segundo nível de análise aborda o trabalho genérico de enquadramento jornalístico, como manchetes, enfoque geográfico e o tema, finalmente um terceiro nível, é constituído por um conjunto de indicadores caracterizadores dos atores e circunstâncias em que são apresentados fazendo parte da narrativa jornalística. A estratégia metodológica articula a abordagem qualitativa e quantitativa com recurso a análise multivariada (Carvalho, 2017).

Palavras chave: eleições autárquicas; cobertura jornalísticas; invisibilidade regional; media nacionais

XI-APS-17981 -A comunicação da morte na Sociedade em Rede: análise do discurso de sites de agências funerárias em Portugal

Pedro Caldeira Pais - CIES-IUL

Comunicação Oral

Esta comunicação surge no âmbito de um Doutoramento em Ciências da Comunicação, sendo o tema de investigação do primeiro paper a publicar. Procurando compreender melhor a comunicação de morte na sociedade em rede, a comunicação debruça-se sobre o discurso de sites de agências funerárias e a forma como comunicam os seus serviços. É colocada a hipótese de que um site como o da Servilusa – empresa de grande dimensão, que detém um vasto número de agências tanto em Portugal como em Espanha – produz um discurso de cariz fortemente comercial acerca da morte, com características empreendedoras e de índole mais comercializável, resultando em muita informação; pelo contrário, e comparativamente, é argumentado que em agências independentes, de menor dimensão e de âmbito mais localizado, o discurso produzido resulta em menos teor informativo, revelando-se mais resumido e breve, e sem a necessidade de se mostrar especialmente publicitário e dinâmico em termos comerciais. De um modo geral, é explorada a hipótese de que a institucionalização influencia o discurso comercial sobre a morte, nomeadamente num contexto de sociedade em rede. De acordo com a análise discursiva, a explorar mais aprofundadamente na comunicação, parece verificar-se, por parte da parte da Servilusa, um discurso, por um lado, de insistência nos múltiplos serviços que contém nos seus quadros (ex: pagamento prévio do próprio funeral, diferentes homenagens ao falecido, vestuário ecológico para enterro ou cremação); e, por outro, de tentativa de criação de significados de luto (ex: valorizar o «mar» como um símbolo, de modo a expor o serviço de lançamento de cinzas ao mar). Metodologicamente, é feita uma análise discursiva ao site da empresa Servilusa (referência nacional/internacional) e de sites de outras cinco agências funerárias de carácter, comparativamente, mais familiar e comunitário, de forma a perceber diferenças e/ou similitudes no discurso e na forma de actuar mediante o contexto institucional, empresarial e sociodemográfico (e.g., dimensão negocial, estrutura empresarial, grau de institucionalização, influência comunitária). Como critério, para além da referência Servilusa, estabeleceu-se que seriam cinco empresas nas cinco cidades com maior número de óbitos por ano (dados do INE), que não estejam sob a égide da Servilusa.

Palavras chave: Comunicação da morte; Sociedade em rede; Análise discursiva

**XI-APS-18949 -Comunicação, media e censura na abordagem sociológica de JM
Paquete de Oliveira**

Jose Luis Garcia - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A comunicação interpela a perspectiva sociológica desenvolvida por José Manuel Paquete de Oliveira em vários dos seus trabalhos de investigação e artigos dedicados à questão comunicacional, aos média e à censura. São três os âmbitos específicos da apresentação que se pretende realizar, na qual se procurará dar conta não apenas das ideias de JM Paquete de Oliveira, mas também da influência que o seu trabalho invoca de autores clássicos e da discussão que empreendeu com teóricos contemporâneos das ciências sociais e da comunicação. O primeiro incide na sua teorização da ação comunicacional como fenómeno social total, que denominou por concepção antro-po-sócio-semiótica da comunicação. Na aceção que sustentou, a comunicação, sob qualquer das formas como se corporiza, face-a-face, de grupo ou massiva, só pode ser bem compreendida em todo o alcance da sua implicação sociológica. A este respeito, procurar-se-á também evidenciar as características que distinguem a comunicação em presença da comunicação transmitida à distância através de aparelhos. O segundo âmbito diz respeito à conceptualização que desenvolveu dos media na sua complexidade institucional, organizacional, tecnológica, produtiva e discursiva. Nesta matéria, serão salientadas e debatidas as pressuposições e as noções que subjazem à aproximação que seguiu dos media como “sistema de sistemas”. Finalmente, o terceiro âmbito trata do conceito que trabalhou de “censura oculta”, a censura que sobrevive nos regimes políticos baseados na ideia de democracia, distinta da censura instaurada por autoridades políticas, militares, religiosas e outras de forma oficial. Examina-se o conceito de censura oculta relativamente à sua origem teórica e ao seu valor mas também dificuldades quanto ao discernimento dos processos de controlo da substância das informações produzidas e disseminadas pelos media.

Palavras chave: comunicação, media, censura, censura oculta

**XI-APS-22401 -Prêmio Camões, IILP e CPLP e a (re)fundação de um espaço literário
transnacional de língua portuguesa**

Marcello Giovanni Pocai Stella - Universidade de São Paulo (USP)

Comunicação Oral

O problema central a ser investigado é o das condições sociais de (re)emergência de um espaço literário transnacional de língua portuguesa. Para dar conta de investigar o (re)surgimento de tal espaço recorrerei a uma instituição específica dos campos literários, a saber, suas premiações. Destaco o Prêmio Camões, criado entre os anos 1980/1990 por uma concertação literário-diplomática envolvendo principalmente, mas não somente, os governos de Portugal e Brasil. Como hipótese sugiro que a instituição do prêmio Camões foi fundamental para reorientar a produção de escritores que utilizam a língua portuguesa e (re)fundar uma comunidade literária supranacional que passou a abranger todos os países de língua oficial portuguesa (Brasil, Portugal, Cabo-Verde, Angola, Moçambique, etc). É a partir do prêmio Camões que iniciativas sucessivas, entre elas o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), promoveram o adensamento de um espaço literário transnacional de língua portuguesa. O presente trabalho propõe um enfoque que tenta escapar do nacionalismo metodológico, tão frequente nos estudos de sociologia da literatura, e desfazer o impensado que constitui a associação entre os conceitos de país, língua e nação. Procurarei pensar a definição de fronteiras como um móvel de lutas nas relações espaciais que estruturam o espaço da produção editorial global. Sua globalização se deu principalmente em fins dos anos 1980, após a queda do Muro de Berlin, das redemocratizações em países do sul principalmente e da forte intensificação da circulação transnacional de livros. Uma primeira conclusão da comunicação é referente ao protagonismo dos presidentes de Portugal e do Brasil à época. Mário Soares e José Sarney eram respectivamente os chefes de Estado. Se o primeiro era símbolo da descolonização e redemocratização portuguesa, o segundo não gozava de tanto prestígio por sua vinculação ao regime militar e pela queda de popularidade causada devido a alguns fracassos na administração econômica brasileira. No entanto, Sarney é grande entusiasta da literatura e inclusive escritor, tendo sido eleito membro da Academia Brasileira de Letras. É a partir de sua iniciativa pessoal, com apoio de escritores acadêmicos do período e de Mário Soares que irá criar uma premiação que dará novo impulso de complexificação na geopolítica das letras de língua portuguesa. A comunicação está também vinculada a problematização das desigualdades de consagração e legitimação de escritores e escritoras africanos(as) de língua portuguesa no interior do espaço transnacional inventado entre 1980 e 1990. Tais relações desiguais na circulação internacional de bens simbólicos são processos pouco pesquisados. Nesse sentido retomo algumas políticas atuais de Brasil e Portugal para a promoção das literaturas de língua portuguesa que acabam oferecendo por um lado maior diversidade de autores(as) publicados(as) e circulando nos dois países e por outro lado incentivos e subsídios desiguais para ambos mercados editoriais.

Palavras chave: Sociologia da literatura, Transnacionalismo, Literaturas de Língua Portuguesa, Escritores

XI-APS-24225 -De Portas abertas – Mapeamento cultural do Vale da Arregaça em Coimbra

Daniel Cristofe Pereira Lavrador - Estudante de mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no Teatrão

João Pedro Dias Catulo - Estudante de mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra no Teatrão

XIAPS- Poster

Este poster tem como objetivo analisar dados estatísticos sobre os hábitos de consumo e prática cultural de habitantes do Vale da Arregaça, na cidade de Coimbra. Esta foi a localização escolhida para o projeto “De Portas Abertas”, coordenado pelo Teatrão (companhia profissional de teatro de Coimbra). Escolhemos este local pois é, a nosso ver, uma zona um tanto esquecida e, talvez, pouco característica, da natureza da cidade de Coimbra, vista maioritariamente como uma cidade universitária. Este projeto de intervenção artística pretende que se realizem duas peças de teatro de rua na zona do Vale da Arregaça, uma este ano, e outra em 2021, em Junho, pela altura do São João. Esta foi a data escolhida pois está relacionada com uma tradição de relevo para a população Salatina, nome atribuído à população da Alta de Coimbra quando foi realojada. Era esta a população que residia no bairro social da Arregaça, no qual se realizavam as Fogueiras de São João, uma das tradições características desta altura do ano. Uma análise mais profunda do espaço permitiu-nos perceber que este é um lugar constituído maioritariamente por população idosa, apesar da população estudantil presente em determinadas áreas do Vale. Apesar da sua localização central na cidade, o Vale da Arregaça vê ainda presentes várias características rurais, exclusivas desta zona da cidade. Para além disso, é também uma área de relevo histórico, pois foi onde se construiu um dos bairros sociais de realojamento dos habitantes da Alta de Coimbra, devido à construção da Universidade. O projeto “De Portas Abertas” referido anteriormente, e do qual ambos fazemos parte como responsáveis pelo mapeamento da zona e da sua população, pretende, através do contacto com a população local, melhor compreender a realidade dos moradores do Vale da Arregaça. Adicionalmente, pretende também melhorar o conhecimento sobre esta zona da cidade, especificamente sobre práticas culturais e elementos de referência, como por exemplo, o Grupo Desportivo da Arregaça ou a Fonte do Castanheiro. Para tal, através da aplicação de 200 inquéritos porta-a-porta (aplicados entre Setembro de 2019 e Fevereiro de 2020), temos estabelecido contacto com a população para melhor compreender a relação que têm vindo a estabelecer com a prática cultural na cidade onde vivem. Pretendemos também compreender até que ponto estariam dispostos a participar no projeto “De Portas Abertas” que pretende estimular a prática cultura do Vale da Arregaça. Esta proposta apresenta os dados estatísticos, fazendo uma análise da informação recolhida. Pretendemos conjuntamente refletir sobre esses mesmos dados para que melhor se compreenda a realidade de uma zona urbana que, apesar da presença de elementos modernos, ainda mantém uma identidade com traços de profunda ruralidade.

Palavras chave: Projeto de intervenção artística; Património; Tradição; Vale da Arregaça; Salatinas; O Teatrão

XI-APS-26766 -Eppur si muove! Portugal, a Europa e o mundo através do cinema de animação português

Helena Santos - Faculdade de Economia do Porto/CITCEM

Comunicação Oral

O cinema é, tradicionalmente, um "criador de mundos", isto é, de representações, identidades, emoções, através de uma multiplicidade de combinações de imagens, sons e movimentos. Tratando-se de uma fortíssima indústria cultural, não se duvida hoje (como há cerca de meio século) que integra também uma arte. O cinema de animação é um segmento muito particular neste contexto, e nas suas transformações artísticas e técnicas, apropriado desde muito cedo pelas vanguardas artísticas e permanecendo um híbrido no interior do cinema (e hoje na animação em geral). Em termos gerais, o cinema de animação de autor permanece um género cinematográfico menor, quase invisível entre, de um lado, entre a indústria global de longas-metragens de animação, bem como de conteúdos TV e VOD, visando sobretudo um público infantojuvenil; e, do outro, uma arte, híbrida como referimos, de curtas-metragens independentes, geralmente produzidas com financiamento público, circulando em festivais e outros circuitos "alternativos". Em alguns países, longe do centro da indústria cinematográfica mainstream, o cinema de animação independente é um segmento cinematográfico muito importante (não obstante a relativa invisibilidade), com circulação e reconhecimento mundial. É o caso de Portugal, onde o cinema de animação se afirmou depois da revolução democrática de 1974 e cujos artistas e obras cinematográficas veiculam fortes identidades culturais e políticas, que desde cedo se globalizaram. Além disso, os dados disponíveis sobre a circulação e os prémios das curtas-metragens portuguesas mostram como os filmes de animação são determinantes para a sua projeção e reconhecimento. Embora possa parecer uma vulgaridade esta referência ao reconhecimento externo do cinema português de autor (é uma característica estrutural, que tem sido amplamente analisada), não o é: o cinema de animação tem uma história própria que não se confunde com a do cinema de imagem real. Propomos uma reflexão sobre o cinema de animação português, considerando as suas condições sociais, históricas e políticas nos últimos trinta anos. Focar-nos-emos num conjunto selecionado de filmes e autores, sob um duplo questionamento sociológico: o que nos dão a eles ver sobre Portugal, mas também sobre a Europa e o mundo; e o que neles se dá a ver de Portugal, da Europa e do mundo.

Palavras chave: Artes, identidades, cinema de animação

XI-APS-28219 -Sindicalismo e movimentos sociais na Cultura e nas Artes em Portugal: uma breve análise da presença na rede social Facebook

Comunicação Oral

Ao atravessar tempos difíceis, o movimento sindical (Chaison, 1996), desde os anos 70, tem procurado novas formas de participação. Embora se reconheça a centralidade da Internet na “sociedade em rede” (Castells e Cardoso, 2006), as organizações sindicais aderiram ao uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em fase posterior (Pinnock, 2005). Particularmente, são nas atividades de organização e gestão que as TIC ganharam espaço no movimento sindical (Fiorito, et al., 2002). Em Portugal, especialmente com o acentuar da crise associada ao memorando da troika, o setor da Cultura e das Artes ganhou espaço nos movimentos sociais e no sindicalismo, com especial destaque para a fundação do CENA-STE (sindicato de todos os Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos), a principal organização sindical nacional deste setor e que resultou de um processo de fusão entre o Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual (CENA) e do Sindicato dos Trabalhadores do Espetáculo (STE) em 2017 (Costa, 2017). Em 2020, com o surgimento da pandemia Covid-19 no mundo, particularmente em Portugal, ficaram evidentes fragilidades prévias e urgências de intervenção nos modelos de condições e direitos laborais, de proteção e previdência social destes profissionais. O espaço mediático proporcionado pela Internet ganhou destaque em várias dimensões: na divulgação e partilha de conteúdos artísticos como ato de solidariedade coletiva, mas também como campo de reflexão, luta e reivindicação. Emergem os temas da Revisão do Modelo de Apoio às Artes, do Estatuto para o Trabalhador da Cultura e de um Sistema de Proteção Social para estes trabalhadores, desta vez de uma forma cada vez mais articulada entre plataformas e movimentos sociais. No dia 18 de Outubro, no Mercado de Culturas, em Lisboa (e transmitido na Internet), ocorreu o evento “Trabalhar nas Artes - Fórum sobre direitos laborais na Cultura”, organizado por quinze associações, sindicatos e grupos informais, com especial destaque para a Plateia - Associação de Profissionais das Artes Cénicas; CENA - STE - Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos; APR - Associação Portuguesa de Realizadores; entre outros. A presente comunicação tem como objetivo, através da análise das publicações dos últimos 12 meses dos perfis existentes destas estruturas na rede social Facebook, compreender como alguns sindicatos, plataformas e movimentos sociais portugueses do setor da Cultura e das Artes utilizam o espaço mediático desta rede social, indagando sobre que objetivo(s) estão subjacentes a esta presença na Internet. Será um caminho para o fomento de (novas) formas de participação social/sindicalismo em rede (Marques Alves e Levezinho, 2014) ou estarão a explorar as potencialidades da web 2.0 (O’Reilly, 2005) como forma chegar ao espaço mediático tradicional e recuperar as “velhas” formas de luta e mobilização social?

Palavras chave: Sindicalismo; Movimentos Sociais; Cultura e Artes; Internet.

XI-APS-31199 -Entre o público e o privado - Escritos de casa de banho

Inês Pereira - ISCTE-IUL, FCSH-UNL

Alexandre Vaz - CICS.NOVA FCSH-UNL

Comunicação Oral

Elemento tão presente como esquecido do quotidiano, os escritos que decoram as paredes e portas das casas de banho públicas constituem um local estratégico de observação insuficientemente abordado pela sociologia e, todavia, merecedor de atenção. Consubstanciação efémera mas material de desejos, provocações e afirmações diversas, os dizeres inscritos nestes espaços simultaneamente públicos e privados, percorrem um vasto espectro de dimensões da vida em sociedade, de desabafos amorosos a afirmações políticas, passando por frases humorísticas e expressões eróticas. De alguma forma, estas portas tornam-se uma rede social que antecede e persiste na era digital, antecedendo aquilo a que se chamou a intimidade digital, ou seja a partilha one2many de declarações singulares aparentemente irrisórias, que se deixam ficar, propagadas de forma incerta, sem se saber exatamente quem as lerá e quando, não deixando, mesmo assim, de obter respostas e de se reconstruírem de forma intertextual, em articulação com novas frases e afirmações. A presente comunicação parte de uma investigação em curso sobre as casas de banho de diversas universidades e instituições do ensino superior, que foram fotografadas pelos autores ao longo de alguns meses de trabalho de campo (e por uma rede de colaboradores e colaboradoras) e pretende, ainda de forma preliminar, lançar a discussão sobre o tema. Situa-se teoricamente num campo híbrido sobre a apropriação expressiva do espaço público, a interação social em situação de anonimato e o uso da palavra como forma de expressão identitária, procurando simultaneamente fazer uma análise de conteúdo temática e categorial e identificar padrões de género, contexto e localização, contribuindo desta forma para a discussão deste campo de observação.

Palavras chave: apropriação do espaço público, interação, género, graffiti

XI-APS-31247 -Manifestações Estudantis nas Mídias Brasileiras

Bruna COLMANN - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Brunna ROTH - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Isadora DEIP - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Mariana SCAVASSIN - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Nathalia BRUM - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Sophia BECKER - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Comunicação Oral

Este artigo busca analisar a forma como os movimentos estudantis são retratados pela mídia em Curitiba - Paraná, tendo como objeto de estudo as manifestações contra o contingenciamento de verbas e em prol da educação no governo Bolsonaro. Discorre-se acerca da importância da mídia e do jornalista na representatividade dos grupos sociais, nesse caso, os estudantes, visando entender de que forma os manifestantes sentem-se representados pelos veículos comunicativos. Os procedimentos metodológicos utilizados englobam áreas de comunicação, como a função do jornalismo e os Estudos Culturais, na percepção literária de Stuart Hall e Maria da Glória Gohn, apontando a relação entre identidade cultural e redes de mobilização civis. Foram analisadas as redes sociais dos veículos e seis matérias publicadas entre os dias 14 e 16 de maio de 2019 pela Gazeta do Povo, Jornal Plural, Meio Dia Paraná da RPC e da mídia ativista CWB Resiste, de maneira a analisar a mídia alternativa e tradicional, em uma análise narrativa e imagética, como abordagem do movimento estudantil e na definição de grupos sociais. O resultado encontrado foi a diferença de abordagem entre as mídias tradicionais e alternativas analisadas. Veículos como CWB Resiste e Jornal Plural notificaram os eventos de forma mais detalhada e próxima dos manifestantes, enquanto, RPC e Gazeta trouxeram a perspectiva externa do movimento.

Palavras chave: Movimento Estudantil; mídia; identidade; comunicação; educação.

XI-APS-33075 -Reiventando património cultural africano tradicional através de projetos colaborativos

Rui Telmo Gomes - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES)

Comunicação Oral

No âmbito de uma pesquisa etnográfica em curso sobre arte comunitária, apresenta-se um caso de estudo sobre dois projetos de recriação do património cultural africano tradicional promovidos por uma associação local na região de Lisboa. “Fado dançado” consiste num espetáculo de dança e percussão que procura recriar uma variante histórica do género musical popular, hoje menos conhecida ou mesmo esquecida, bem diferente da canção urbana lisboeta identificada com a tradição do fado. Este projeto surge na sequência de um longo percurso coletivo dedicado à procura e atualização de referências culturais africanas, envolvendo artistas profissionais e amadores, ao mesmo tempo que cruza diferentes repertórios culturais associados às origens do fado (em particular influências árabes e brasileiras). O processo de trabalho que vem sendo desenvolvido implica a pesquisa de

fontes documentais históricas, bem como o cruzamento de linguagens artísticas tradicionais e contemporâneas. “Lisboa africana – Visita guiada” é um projeto de valorização dos lugares de memória da presença africana em Lisboa, com a criação de circuitos de visita turística aos monumentos culturais relevantes e aos lugares simbólicos da tradição oral. O projeto baseia-se em pesquisa académica e representa uma modalidade de pareceria desafiante para a associação, incluindo a expectativa de maior visibilidade pública do trabalho desenvolvido. Um objetivo central da associação é combinar a intervenção local em bairros periféricos e em circuitos culturais centrais na região metropolitana de Lisboa. A montagem de ambos projetos comporta formas de organização e novas parcerias que poderão abrir novos horizontes de trabalho. É crucial neste aspeto a capacidade de estabelecer plataformas colaborativas que integram, tanto especialistas (em particular artistas e académicos), como instituições públicas e privadas. Estes projetos fazem parte da estratégia de sustentabilidade e inscrição no espaço urbano que a associação vem procurando. Por outro lado, o pendor histórico e tradicionalista da atividade que a associação vem desenvolvendo há largos anos confronta-se, no presente, com formas de ativismo artístico negro mais abertamente politizadas, que representam um desafio identitário e da própria intervenção. A partir das questões suscitadas por este caso propõe-se uma reflexão sobre o lugar da arte em programas de intervenção social e o papel das associações comunitárias na reinvenção do património cultural.

Palavras chave: Património cultural africano; arte comunitária; pesquisa artística; identidade cultural

XI-APS-33225 -Em busca de comunidades interpretativas nas malhas que o Twitter tece

Antónia do Carmo Barriga - UBI e CIES-IUL

Comunicação Oral

O Twitter é um lugar social onde ecoam sensibilidades várias e se mobilizam recursos (sociais) desiguais. É uma rede social na qual se atravessam outros media, onde pode fluir informação mas também fake news, ocorrer debate de ideias ou mero entretenimento, discursos de ódio ou exemplos de tolerância. São vários os actores que coabitam nesta rede, são várias as redes que se desenham neste potencial "espaço público virtual". Encetámos anteriormente algumas explorações à utilização do Twitter em Portugal, atentando em indicadores que se agrupam em torno dos protagonistas do discurso; dos conteúdos veiculados; e da interacção entre os utilizadores. Por exemplo, foi possível constatar o reforço do poder simbólico do (velho) sub-campo dos media onde política e jornalismo se intersectam, porventura ainda mais profissionalizado (existem inúmeras e diversas situações de acumulação de “registos de opinião” pela mesma pessoa, havendo um pequeno grupo que tem uma presença forte, regular e simultânea nos velhos e nos novos suportes

(Barriga, 2015; 2017;2019) . A arquitetura da rede e a facilidade com que a interação entre os utilizadores se estabelece também promovem o surgimento de grupos, tribos ou comunidades. Algumas destas com ligação ao campo político e ao jornalístico, mas também outras ao meio académico. A partir do conceito de comunidade Interpretativa (surgido originalmente em 1976 num artigo de Stanley Fish) proposto por Barbie Zelizer (1993, 2000) pretendemos, então, discutir os aspectos que tornam pertinente, em nosso entender, advogar a existência de outras comunidades interpretativas que não apenas a jornalística, mas que igualmente apreendem , partilham e constroem realidades. Neste sentido, entendendo o Twitter como um território para observação sociológica, que ora se apresenta imenso ora se afigura intersticial , é nossa intenção reportar dados da pesquisa (em curso) que incide agora sobre quem comunica ciência, o que divulga, e como o faz.

Palavras chave: Twitter, comunidade interpretativa, ciência

XI-APS-35439 -Articulações e cruzamentos entre os setores artístico-cultural e educativo em Portugal: avaliação e prospetiva de alguns dos principais desafios e oportunidades

Pedro Quintela - Quaternaire Portugal

Elisa Pérez Babo - Quaternaire Portugal

Manuel António Pereira - Consultor externo Quaternaire Portugal

Comunicação Oral

Os cruzamentos e articulações entre os universos das artes e da cultura e a esfera da educação constituem hoje em dia um tema de grande atualidade e pertinência, do ponto de vista político, social, científico, artístico e educativo, relativamente ao qual têm vindo a ser produzidos importantes desenvolvimentos e inovações teóricas e de ação, que abrangem tanto os setores da educação, como o setor artístico e cultural. Também Portugal tem procurado acompanhar estas tendências, sobretudo nas últimas duas décadas, ainda que com um relativo atraso e, sobretudo, manifestando persistentes dificuldades. Atualmente, o Plano Nacional das Artes (PNA) apresenta uma estratégia para os próximos anos que visa a criação das condições necessárias para que os inúmeros projetos e iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidos neste âmbito se tornem mais consistentes e perenes. Entre outros motivos, as razões que justificam tais dificuldades em Portugal não podem ser dissociadas do persistente distanciamento nas relações entre as tutelas da Cultura e da Educação. Apesar das sucessivas tentativas de articulação e convergência entre os dois setores, iniciadas na segunda metade da década de 1990 e que, ciclicamente, têm sido recuperadas ou renovadas, a estratégia para 2019-2024 recentemente lançada pelo PNA ambiciona o relançamento do debate e uma intervenção política mais sistemática sobre estas matérias na sociedade portuguesa. Esta comunicação procura, de uma forma necessariamente breve e sintética, refletir sobre as principais dificuldades e desafios que hoje se colocam na articulação entre

as esferas das artes e cultura e da educação em Portugal. Esta análise será aprofundada olhando especificamente para dois domínios artísticos – o Teatro e as Artes Cénicas e o Cinema e o Audiovisual – procurando, a partir da análise de cada um destes “ecossistemas” e de um exercício de tipificação das relações que estabelecem hoje com a esfera da educação, identificar os seus obstáculos e potencialidades particulares, bem como sistematizar algumas prioridades de intervenção. Por fim, concluiu-se propondo um cruzamento e diálogo crítico dos resultados desta análise com o conjunto de prioridades estratégicas de intervenção definidas pelo PNA.

Palavras chave: Políticas culturais, políticas educativas, agentes e instituições artísticas, mediação cultural, serviços educativos

XI-APS-35592 -Sentidos do trabalho com arte e cultura: a produção cultural no Brasil contemporâneo

André Peralta Grillo - IFMS

Comunicação Oral

No presente trabalho apresento alguns resultados da minha pesquisa de doutorado sobre a produção cultural (no sentido de seu uso comum no Brasil, entendida como “gestão cultural”) no Brasil contemporâneo. Partindo de uma análise da construção de um novo sentido para o trabalho, forjado nos movimentos da Contracultura dos anos 60, e incorporado parcialmente pelo que Boltanski & Chiapello chamam de “novo espírito do capitalismo”, desenvolvo uma sociologia do trabalho com arte e cultura que, após descrever as mudanças recentes no mundo do trabalho e a ascensão do trabalho imaterial, toma como referência a literatura da sociologia do trabalho para a análise do trabalho com arte e cultura, ressaltando as principais contribuições sociológicas deste tipo de abordagem, as bem conhecidas obras de Pierre-Michel Menger e Howard Becker. À partir deste arcabouço teórico, faço uma descrição histórica das políticas públicas para a cultura no Brasil, destacando sua fase mais recente, conhecida como “era dos editais”, que fomenta a profissionalização da categoria de “produtor cultural” no país, e a formação de algumas tendências que permitem falar em “produção cultural no Brasil” como um todo, na medida em que irão influenciar esta produção em todos os campos das artes (fortalecendo a lógica em rede de uma espécie de “cidade por projetos”, nos termos de Boltanski & Chiapello, já presente no mundo das artes, como demonstra Menger), antes de me aprofundar no nicho específico que é meu foco de interesse, o da chamada “música independente”. Passo então à descrição da história desse nicho no Brasil, com ênfase em sua fase mais recente, em que se forma uma grande rede de festivais “independentes” de maior porte, fortalecidos pelas leis de incentivo via renúncia fiscal, entre outros fatores. Dentro do “circuito”, chega a se falar em um “midstream”, e que esses festivais estariam substituindo as rádios como celeiro de artistas e também como via de consolidação de público fora da grande mídia. Todo esse

percurso para contextualizar e entender melhor meu objeto específico de estudo, o produtor cultural (no Brasil contemporâneo), buscando interpretar e compreender os diferentes sentidos que os membros desta categoria podem atribuir à sua atividade. O trabalho de campo foi realizado principalmente, mas não só, no acompanhamento da rede Circuito Fora do Eixo (FDE) (que não se resume à produção cultural, mas essa é outra história...), que me permitiu ter contato com produtores, e com a realidade de diferentes cenas, espalhados por todo país, tanto membros como ex-membros do FDE, além de entrevistar também outros sem vínculo com a rede, e acompanhar outros tipos de atividade no âmbito da produção cultural. Pretendo então, após um breve resumo do percurso da minha tese, apresentar as hipóteses que defendi e alguns dos resultados que apresentei como frutos desta pesquisa.

Palavras chave: Sociologia da arte; sociologia da cultura; sociologia do trabalho; produção cultural

XI-APS-36174 -Práticas de leitura dos estudantes portugueses (para substituição do anterior)

João Trocado da Mata - CIES-Iscte; OPAC

José Soares Neves - CIES-Iscte; OPAC

Miguel Ângelo Lopes - CIES-Iscte; OPAC

Patrícia Ávila - CIES-Iscte

Comunicação Oral

A presente comunicação tem por base os primeiros resultados do estudo Práticas de Leitura dos Estudantes Portugueses (PLEP). Este estudo tem como principal objetivo analisar a evolução das práticas de leitura dos estudantes dos ensinos básico e secundário, atualizando o conhecimento produzido pela investigação realizada sobre esta temática, no quadro do Plano Nacional de Leitura (Lages et al., 2007). O estudo tem também o propósito de aprofundar o conhecimento disponível sobre a leitura (entendida aqui como atividade de lazer não diretamente relacionada com a escola e os seus planos curriculares), contribuindo para o mapeamento e caracterização de novos quadros e contextos de desenvolvimento desta prática, no âmbito da crescente expansão do uso de suportes digitais (ecrãs). Para a concretização dos mencionados propósitos, a investigação privilegiou uma metodologia de natureza quantitativa, com recurso a um inquérito por questionário, adaptado ao ciclo de ensino e respondido em plataforma eletrónica. Para cada subuniverso, foi construída uma amostra representativa, aleatória, ponderada por região, tipo de habitat e natureza do estabelecimento de ensino. A aplicação do inquérito nas escolas, em sala de aula, contou com o apoio dos docentes destacados para supervisionar o processo. O presente estudo resulta de uma encomenda do Plano Nacional de Leitura 2027, tendo sido apoiado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC), que construiu a amostra, a

partir dos critérios de estratificação definidos pela equipa de investigação, e a versão digital do inquérito por questionário. O trabalho de terreno decorreu ao longo de 2019. Nesta comunicação apresentam-se os resultados para o 3º ciclo e o secundário, com base numa amostra de 7.469 alunos, segmentados por quatro grandes dimensões de análise: a família, os livros e a leitura (livros em casa, a relação da família com a leitura); a escola, os livros e a leitura (tarefas e atividades relacionadas com a escrita e leitura nas aulas de português, relação dos alunos com a biblioteca escolar); a leitura de livros (nos 12 meses anteriores à inquirição, à data da inquirição, formatos e géneros); a ocupação do tempo (tempo passado ao smartphone e/ou tablet, a ver televisão, a ler por prazer).

Palavras chave: Práticas de leitura de livros, Práticas culturais dos estudantes, Socialização para a leitura

XI-APS-37629 -Profissionais independentes dos mundos da arte em Portugal

José Soares Neves - CIES-Iscte; OPAC

Joana Azevedo - Iscte; CIES-Iscte

Rui Telmo Gomes - CIES-Iscte; OPAC

Maria João Lima - CIES-Iscte; OPAC

Comunicação Oral

A crise provocada pela pandemia COVID-19 veio evidenciar as características do trabalho independente quanto à precariedade e à falta de proteção social dos rendimentos, à urgência das medidas de apoio social e à regulação da profissão. Evidenciou igualmente as lacunas de conhecimento nas estatísticas do emprego e nos estudos sobre os mundos artísticos e culturais. Como tem sido salientado por diversos agentes e entidades do sector, sabemos muito pouco sobre a estrutura desse universo em Portugal, em várias dimensões sociológicas relevantes, sobre as áreas e as funções e respetivas características sociais, profissionais e laborais dos que constituem os diversos mundos artísticos e culturais – criadores, artistas e intérpretes, técnicos, pessoal de suporte. Sem esquecer justamente os impactos da covid-19 nestes mundos. É neste contexto que o Observatório Português das Atividades Culturais leva a cabo o Inquérito aos profissionais independentes das Artes e da cultura, um dos módulos de um estudo mais vasto – Estudo sobre o Sector Artístico e Cultural - que por sua vez resulta de uma parceria institucional entre a DGARTES e o ISCTE. Este inquérito privilegiou uma metodologia de natureza quantitativa, com recurso a um inquérito por questionário, online, autopreenchido, com uma amostra por bola de neve, ainda num contexto de grave crise pela covid-19, aplicado em outubro de 2020. Nesta comunicação apresentamos os resultados deste inquérito quanto aos perfis sociais e laborais por área artística e cultural e por função. Avançamos também resultados quanto ao impacto da covid-19 nestes profissionais.

Palavras chave: Mundos da arte; sector artístico e cultural; profissionais independentes; perfis sociais e profissionais, relações laborais nas artes e na cultura

XI-APS-42481 -Reorganização cinematográfica, festivais de cinema e cinefilia em Portugal

Tânia Leão - Universidade do Porto - Instituto de Sociologia

Comunicação Oral

A rede contemporânea de festivais de cinema, que integra os vários circuitos de festivais de cinema existentes, resulta da evolução ocorrida a partir do modelo que vigorou na Europa desde 1930. Esse modelo foi-se transformando com a passagem do tempo, de forma a acompanhar as transformações da própria cultura cinematográfica e das políticas culturais vigentes (Loist, 2016; De Valck, 2007). Os festivais de cinema não são contemporâneos do nascimento do cinema. Entre a primeira projeção pública e o aparecimento do primeiro festival, distaram perto de quatro décadas, durante as quais o cinema evoluiu e expandiu-se enquanto sistema de produção, distribuição e exibição. Em Portugal, há registo de festivais de cinema desde meados dos anos 60, com especial incidência para a capital do país, mas também em cidades como o Porto, Coimbra ou Guimarães (Cunha, 2012). O aparecimento de festivais nacionais ocorreu com cerca de três décadas de desfasamento relativamente ao início do fenómeno no continente europeu, numa altura em que não existia ainda legislação específica para o cinema em Portugal. O modo como evoluiu o cinema e a sua exibição pública, ou seja, as diversas roupagens que essa exibição tem apresentado, em função de momentos de profunda reorganização cinematográfica (e o lugar ocupado pelos festivais nessa reorganização), é aquilo sobre o que nos propomos refletir, tomando como exemplo o caso português. Centrar-nos-emos, para tal, na história dos festivais de cinema em Portugal, que é inseparável, por sua vez, da história da exibição e do consumo de cinema em Portugal – a qual espelha a tensão bourdiana entre autonomia e heteronomia, assim como as lutas pela legitimação do campo cinematográfico. A reflexão que nos propomos levar a cabo ao longo da presente comunicação resulta de uma pesquisa de doutoramento concluída no ano transato, na qual se recorreu a uma metodologia mista (inquéritos por questionário, entrevistas, etnografia e análise estatística), com o intuito de analisar dois casos específicos, isto é, dois festivais de cinema nacionais: o IndieLisboa e o Curtas Vila do Conde. Trata-se, no fundo, de uma reflexão sobre o enquadramento histórico que nos veio a permitir situar os casos em estudo no contexto português.

Palavras chave: Exibição de cinema, festivais de cinema, cinefilia, públicos

XI-APS-44568 -Olhar para uma década do Sistema Nacional de Cultura, para pensar na primeira década do Plano Nacional das Artes

Manuel Gama - Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade do Minho

Comunicação Oral

O desenvolvimento de políticas culturais consistentes implica, obrigatoriamente e independentemente da escala, a existência, por exemplo, de documentos estratégicos e de instrumentos de gestão que concorram para a consequência da ação. Não obstante o desenvolvimento cultural conquistado com o 25 de abril de 1974, a verdade é que volvidos 45 anos ainda continua a ser necessário sublinhar a urgência de implementar em Portugal uma política cultural, enquadrada internacionalmente, que seja fruto de uma rede de políticas culturais públicas e privadas que, articuladamente, desenvolva um conjunto de medidas setoriais para atingir o objetivo, tão aparentemente simples, de contribuir para o desenvolvimento integral dos indivíduos e das sociedades. Uma análise dos documentos estratégicos que têm sido produzidos ao longo dos anos em Portugal permite perceber que ainda há um longo caminho a percorrer: não precisamos de recuar muito e basta olharmos, por exemplo, para os municípios portugueses para perceber que a grande maioria não tem documentos que possam, verdadeiramente, ser classificados com Planos Estratégicos para a Cultura; e se observarmos a ação da administração central do Estado, a ausência de verdadeiros Planos Estratégicos para a Cultura também é uma constante. Assim sendo, quando em fevereiro de 2019 foi instituído o Plano Nacional das Artes, que integra a medida de “Plano Estratégico Municipal Cultura-Educação” no eixo dedicado à Política Cultural, considera-se que podem ter sido dados passos importantes para a mudança de paradigma. Tanto mais que, sem minimizar as responsabilidades da administração central no que concerne às políticas culturais públicas, é inegável que a administração local, pela proximidade com as comunidades e pelos recursos financeiros aplicados (direta ou indiretamente) no setor cultural, tem tido um papel fundamental na transformação do tecido cultural português. Este foi o pano de fundo que nos motivou a revisitar, na presente comunicação, o Sistema Nacional de Cultura, implementado no Brasil a partir da primeira década do século XXI, e que pode, com as devidas reservas, servir de inspiração para, sem cometer alguns dos erros diagnosticados, mobilizar os municípios portugueses para aderirem ao CPF da Cultura: terem um Conselho Municipal da Cultura, que tenha uma voz ativa na definição do Plano Estratégico Municipal para a Cultura, que tenha, obrigatoriamente, Financiamento associado.

Palavras chave: Plano Nacional das Artes, Sistema Nacional de Cultura, Políticas Culturais

XI-APS-44985 -Os Impasses da Música Contemporânea: Estudo qualitativo pluriperspetivado em contexto de ensemble

Gil Fesch - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto / Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical

Comunicação Oral

A presente tese, inscrevendo-se numa perspetiva sociológica de base etnográfica, propõe-se contribuir para o debate em torno do fenómeno da música contemporânea por via de uma análise situada ao caso do Remix Ensemble — um dos quatro agrupamentos residentes da Casa da Música —, com especial ênfase na condição dos seus instrumentistas. O escopo da investigação é, como tal, delimitado por dois grandes eixos, a jusante dos quais se articulam desdobramentos analíticos oportunos: 1) o plano institucional — i.e., a reflexão em torno da criação, trajeto, funcionamento e impacto, no meio musical português, do Remix Ensemble; e 2) o tema das subjetividades — ou seja, a análise interpretativa (partindo da reconstituição dos respetivos percursos educativos e carreiras artísticas) dos discursos, representações e subjetividades estéticas dos seus membros efetivos. Através de uma abordagem multidimensional, pluriperspetivada, que cruza diferentes domínios e níveis da realidade — ciente das potencialidades que a comparação de biografias/trajetórias oferece à pesquisa socioantropológica —, este trabalho aponta, por isso, à desconstrução dos diversos sistemas disposicionais dos atores em questão, que, por sua vez, estão na origem de determinados modos de relação com a música contemporânea. Com o objetivo de descrever, contextualizar e analisar o complexo intersubjetivo que dá forma a este específico universo de sentido.

Palavras chave: música contemporânea, sociologia da música, músicos, modos de relação com a cultura

XI-APS-45998 -**Brasil versus Portugal: identidades em disputa e lutas de representações musicais**

Adalberto Paranhos - Universidade Federal de Uberlândia/Brasil

Comunicação Oral

Nação e nacionalismo, em determinadas circunstâncias, como que se dão as mãos, a ponto de se produzirem o que Homi Babba designa como “narrativas pedagógicas da nação”. A partir daí é possível captar, em diversas situações, os nexos profundos que enlaçaram igualmente a música e o nacionalismo. Disso se ocuparam tanto musicólogos como historiadores e sociólogos. Ao pensar o nacionalismo musical, sobretudo com base na impulsão estatal, o musicólogo Julio Mendivil, por exemplo, frisa que “la música ha sido y sigue siendo un espacio predilecto para impulsar y difundir discursos nacionalistas” e emenda que “los nacionalismos requieren siempre de una amenaza ‘foránea’”. Nessa perspectiva, a presença do “outro” é, a rigor, indispensável para a constituição da identidade nacional, definindo os termos centrais de uma contradição que, dialeticamente, estabelece a unidade dos contrários própria, conforme o historiador Tim Blanning, da “dialética do nacionalismo”. Ou ainda, nas palavras do sociólogo José Machado Pais, “cada vértice (ou ilha)

dessa identidade, ao mirar-se ao espelho, o que vê é a imagem alheia que lhe é tão essencial para a definição da própria imagem ou identidade”.Tomando estas reflexões preliminares como norteadoras de uma pesquisa concreta sobre as relações entre identidades em jogo e música popular, a proposta aqui apresentada envereda por um momento histórico bem definido. Privilegia os anos 1930, uma época marcada pela busca da definição de identidades nacionais, quando nacionalismos de todas as colorações políticas pululavam mundo afora. Do lado de baixo do Equador não foi diferente. No Brasil em particular, tanto à direita como à esquerda do espectro ideológico nacional, manifestações de matriz nacionalista se fizeram sentir nos mais distintos campos, inclusive na área artística. Assistiu-se, então, à invenção do samba como ícone musical da nação. Em meio a esse processo, certos compositores populares moveram um combate sem tréguas aos estrangeirismos em geral. O fado, terceiro gênero musical “estrangeiro” mais gravado no país, ficou sob a alça de mira de diversos críticos. Um inflamado antilusitanismo chegou a se expressar em estreita ligação com um sentimento antifadista. Esta comunicação se propõe a mapear tais manifestações, tendo por foco, em especial, a produção do jornalista, poeta e compositor Orestes Barbosa, um dos parceiros de Noel Rosa. Ao mesmo tempo, procura inserir as lutas de representações travadas em nome do samba em redes de interlocução informais que, desde o século XIX, exprimiam sua hostilidade seja em relação a Portugal ou ao fado. Neste último caso, importa observar que ele enfrentou também sérias rejeições em terras portuguesas até impor-se como “fiel intérprete da alma lusitana”. Para tanto, lanço mão de registros jornalísticos, livros editados quer no Brasil quer em Portugal e fonogramas cujo suporte são discos de 78 rotações gravados na década de 1930.

Palavras chave: identidades nacionais; nacionalismo cultural; samba versus fado; lutas de representações musicais.

XI-APS-46065 -Do capital social à confiança nas instituições: contributos para a modelação do papel dos media na confiança institucional

João Carlos Sousa - CIES ESPP ISCTE-IUL

Helena Carvalho - CIES ESPP ISCTE-IUL

Tiago Lapa - CIES ESPP ISCTE-IUL

Comunicação Oral

O ecossistema mediático português apresenta um elevado grau de impermeabilidade (Salgado, 2019), incluindo na imprensa regional (Morais e Sousa, 2013). Contudo, nas últimas eleições legislativas (outubro, 2019) a oferta política populista consegue obter representação na Assembleia da República através de André Ventura (Chega), perdendo Portugal a imunidade ao populismo. Para esta alteração existem diversos fatores a considerar. Um dos principais passa pelo “descontentamento” perante as elites (Eatwell e Goodwin, 2019). A crescente desvinculação relativamente às elites políticas em Portugal tem, em nosso entender, uma forte ancoragem à discursividade dos media. A sucessão de escândalos políticos e em particular a discursividade mediática, assumem contornos

particularmente penalizadores dos políticos, comparativamente às restantes elites. A corrupção foi o tema mais frequente no biénio 2016-2017 em Portugal (Barómetro de Notícias), mormente o designado “Panamá Papers” e o “caso Sócrates”. Estes casos têm três virtudes para a presente reflexão: 1ª são os dois casos com maior número de notícias no biénio 2016 e 2017, sendo a corrupção e os seus diversos processos a temática que mais marcou este período; 2ª razão passa pelo de no “Panama Papers” o conjunto de atores envolvido ser heterogéneo (elite financeira, editores e jornalistas), no “caso Sócrates” estão envolvidas elites políticas nacionais; 3ª são dois escândalos que colocam sob tensão dois pilares dos regimes demoliberaes, como a política e a comunicação social, questionando a objetividade do trabalho jornalístico e a pluralidade do debate público, mas também a credibilidade da classe política. Neste período o Barómetro de Notícias captou notícias a partir de uma amostra semanal de 413 peças publicadas em posição de destaque. Os dois casos totalizam um n=308 notícias em resultado de uma análise prévia aos ciclos de noticiabilidade dos casos de corrupção em 2016-2017. O “Panamá Papers” 3-30 abril 2016 e o “caso Sócrates” 21 fevereiro a 18 março 2017, onde ambos dominaram o agendamento noticioso. A operacionalização é constituída por três níveis de análise: ao nível sistémico procurar-se-á discernir o interesse dos diferentes media, respetivos grupos e sectores; um segundo nível aborda o trabalho genérico de enquadramento jornalístico, como manchetes e o tom, um terceiro nível, tem como objetivo caracterizador os atores e circunstâncias em que são mencionados no discurso jornalístico. EATWELL, R., GOODWIN, M. (2019), *Populismo, A Revolta Contra a Democracia Liberal*, Porto Salvo, Desassossego. MORAIS, R., SOUSA, J. C. (2013), “As práticas jornalísticas na imprensa regional: a selecção das fontes e a promoção de desigualdades sociais”. *Observatório*, 7(1), 187–204. SALGADO, S. (2019), “Where’s populism? Online media and the diffusion of populist discourses and styles”. in *Portugal European Political Science*, 18(1), pp.53-65

Palavras chave: escândalo político; corrupção; populismo; elites

XI-APS-46492 -A Poética Autobiográfica de Lyn Hejinian: a reinvenção de uma linguagem emancipatória

Jorge Correia Orfao - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A linguagem produz normas que, mesmo que alternativas, não deixam de ser construções sociais que definem a forma como o ser humano se relaciona com o mundo. Neste sentido, como impedir que as normas hegemónicas da linguagem nos venham a controlar? Como alterar os modelos de representação hegemónicos? Procurando responder a estas perguntas, entramos no espaço para o debate sobre o que se podem considerar narrativas ilegíveis. E que dizer quando essas narrativas pretendem ser ilegíveis? A este respeito, torna-se oportuno um olhar atento sobre a escrita poética, ensaísta e autobiográfica de Lyn Hejinian que, nessa vertente, compõe o seu livro intitulado *My Life* (2002). Nesta obra, a autora procura explorar o papel e a interferência da memória autobiográfica na própria

capacidade cognitiva que a linguagem constitui. Procura-se aqui discutir as diferentes formas de utilização da linguagem em Hejinian, no seu esforço para se libertar das representações hegemónicas impostas pela memória. Enquanto agente legitimador das características identitárias e cognitivas do ser humano, a linguagem desempenha o papel central nas (auto-)representações do mesmo. A escrita poética autobiográfica de Hejinian visa uma narrativa aberta e, eventualmente, tida como ilegível, atendendo a que se trata de uma linguagem que ultrapassa a imposição de barreiras que regulamentam a própria linguagem com a pretensão de naturalizar o ser humano e a sociedade. Lyn Hejinian quase delinea uma ética sobre o papel da memória autobiográfica nas práticas e nos valores culturais associados à linguagem, ilustrando através da sua escrita poética como a memória humana se expressa e se representa a partir da linguagem, bem como constrói a nossa identidade. Assim põe em prática, materializa, os processos em que a linguagem é sempre memória e memória de outras representações, questionando os modelos de (auto-)representação da cultura dominante. *My Life* é um perfeito exemplo do que se pode considerar uma narrativa ilegível, em que a autora por meio do “texto aberto” renuncia o conceito tradicional de linguagem. Esta autobiografia poética, unindo a circunstância de ir num sentido contrário, é igualmente uma oposição ao que está instaurado em termos discursivos, possibilitando alcançar públicos que podem até se rever na escrita da autora. Perante estas novas formas de abordar e dar forma às múltiplas dimensões do ser humano, torna-se possível anular todo e qualquer constrangimento à liberdade humana e encontrar uma linguagem emancipatória, abrindo-se o caminho para uma análise cuidada da construção das várias vertentes da condição de ser e de estar do ser humano.

Palavras chave: linguagem, memória, poder, representação

XI-APS-46534 -As práticas artísticas nos processos de reconfiguração identitária: uma investigação-ação em contexto escolar

Luísa Veloso - ISCTE-IUL, CIES-IUL/ A3S

Carlota Quintão - A3S

Patrícia Santos - A3S/ CIES-IUL

Joana Marques - A3S/ CIES-IUL

Comunicação Oral

As práticas artísticas em contextos de vulnerabilidade social têm vindo a adquirir crescente importância, tanto enquanto campo de ação do setor artístico, como enquanto instrumento de política social. A presente comunicação tem por base um projeto de educação artística em desenvolvimento num conjunto de escolas em Portugal – o projeto “Sete Anos Sete Escolas”, um projeto paralelo ao projeto artístico “Sete Anos Sete Peças”. Perante o contexto recente de crise económica em Portugal e da precariedade e incerteza que caracterizam o trabalho artístico, o projeto “Sete Anos Sete Peças” afirma um posicionamento político ao propor desenvolver um trabalho de longo prazo durante sete anos, que representa ao mesmo tempo uma forma de resistência à intermitência do setor e de afirmação de relações

não-utilitaristas através de um compromisso continuado entre artistas e produtores. Paralelamente, está em desenvolvimento o projeto-satélite de educação artística “Sete Anos Sete Escolas”, financiado pelo Programa Partis, da Fundação Calouste Gulbenkian, junto de jovens de contextos marginalizados das cidades de Almada e Porto, com identidades fortemente marcadas por categorias de género, classe social, etnia, entre outras. As oficinas de educação artística, desenvolvidas de forma colaborativa e integradas com momentos de reflexão crítica e de articulação entre os estudantes de Almada e do Porto, têm contribuído para questionar certas barreiras identitárias. Temas como as desigualdades de género são desenvolvidos pelo trabalho artístico do projeto; outros temas (como o racismo e as desigualdades económicas) emergem do processo educativo e criativo desenvolvido entre artistas e alunos/as. Neste processo, uma equipa de sociólogas foi convocada para fazer o acompanhamento do projeto e contribuir para a sua co-construção na articulação entre todos os atores sociais envolvidos – artistas, produtores, professores, alunos/as. O seu envolvimento radica numa abordagem de avaliação participativa, alicerçada numa metodologia que inclui: análise documental; encontros e workshops com a equipa promotora, artistas e professores; entrevistas com artistas e professores; workshops com estudantes; e observação das oficinas artísticas e da apresentação pública das peças que constituem o resultado final do trabalho com os/as alunos/as. Este projeto serve de mote para uma reflexão sobre as práticas artísticas comunitárias nos processos de reconfiguração identitária e sobre o papel do sociólogo nestes processos.

Palavras chave: práticas artísticas; inclusão social; educação artística; colaboração

XI-APS-46726 -O Facebook entre os séniores: as relações entre o uso de redes sociais online e capital social em Portugal

Célia Barroso - ISCTE-IUL

Tiago Lapa - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Entre o conjunto de plataformas online disponíveis, os sítios de redes sociais (SRS) constituem hoje uma das ferramentas mais populares para conectar pessoas. Apesar de taxas mais baixas de pessoas com mais de 50 anos que utilizam as redes sociais online (Vosner et al. 2016), em particular, em Portugal (Cardoso et al., 2015), começam a despontar estudos em vários contextos que assinalam uma crescente relevância dessas redes nos indivíduos séniores (Perrin, 2015; Vosner et al, 2016). Desde a popularização dos sítios de redes sociais (boyd e Ellison, 2007), surgiram análises com o objetivo de testar a interligação entre o uso desses sítios e impactos positivos (no capital social e em indicadores de bem-estar) e/ou negativos (isolamento face ao contexto social imediato, superficialidade das relações, etc.). Embora, de uma maneira geral, os estudos não apontem para relações entre o uso genérico da internet e o capital social, estudos como o de Steinfield, Ellison e Lampe (2008) apontam para um impacto positivo da utilização específica do facebook numa das dimensões do capital social dos estudantes universitários.

Em Portugal, o estudo de Amorim, Leite e Souto (2017) não confirmam um incremento de indicadores de ansiedade e depressão nos utilizadores portugueses do Facebook. Os primeiros estudos focaram-se no público mais evidente das redes sociais online, os jovens e, em particular os jovens universitários (Steinfeld, Ellison e Lampe, 2008; Aghazamani, 2010). Todavia, mais recentemente, dada as características dos seniores enquanto grupo social e a sua maior presença nos SRS, tem surgido o interesse em perceber os potenciais impactos dessas redes no capital social social, no combate ao isolamento social e à solidão dos indivíduos com mais de 65 anos (Neves et al, 2017). Deste modo, através da aplicação de um questionário online, que recolheu 328 respostas válidas, propomos caracterizar a inclusão dos seniores no mundo das redes sociais online e entender a contribuição destas para as dimensões do capital social (bonding e bridging) e a qualidade dos laços sociais entre essa população. Estudar o impacto das redes sociais online no capital social dos seniores em Portugal é contribuir para o desenvolvimento e implementação de novas políticas digitais e sociais junto deste segmento, que representa hoje um quinto da população mundial e cujos dados do Eurostat (2017) apontam para que, em 2080, a percentagem de pessoas com mais de 80 anos dobre.

Palavras chave: Redes Sociais Online, Seniores, Capital Social

XI-APS-48929 -As mulheres no cinema no século XXI: representações sociais de papéis femininos “Óscarizados”

Maria da Luz Ramos - ISCSP-ULisboa, CAPP/CIEG

Carolina São Luiz - ISCSP-ULisboa

Catarina Gabriel - ISCSP-ULisboa

Comunicação Oral

Os “Óscares” constituem os prémios com mais mediáticos atribuídos ao cinema, dando projecção mundial ao trabalho desenvolvido num emblemático e poderoso sector da indústria cultural. Ampliam, desse modo, uma série de códigos culturais espelhados nas representações de papéis sociais nas múltiplas personagens que os filmes contemplam. As realidades ficcionalmente construídas não surgem num universo paralelo, mas em consonância com a sociedade e as suas dinâmicas, pelo que importará compreender como é que o cinema reproduz, pela via de mitos, estereótipos e clichés, os papéis femininos (Barthes, 1970; Kaplan, 1983; Joly, 1994; Pereira e Veríssimo, 2008; Smelik, 2007) que são transportados para contextos e espaços culturalmente diferenciados contribuindo para os processos de (re) construção identitária das mulheres na sociedade actual. Não deixa de ser relevante o facto de tais papéis cinematográficos emergirem num panorama criativo e artístico dominado pelos homens, tanto do lado da produção, realização e escrita dos argumentos dos filmes (Lauzen, 2018), como também do lado de quem participa nos júris de atribuição dos “Óscares”. O universo feminino é amiúde abordado no cinema a partir de uma construção subjectiva de significados desenvolvida pelo universo masculino. As primeiras pesquisas acerca dos papéis femininos nos filmes, nas décadas de 1960 e 1970,

evidenciaram uma estereotipia assente na ideia de “mulher submissa e dependente do homem” com clara exploração da sua sexualidade (Kaplan, 1983). Volvidas algumas décadas existe interesse em verificar até que ponto essa tendência ainda se mantém. Nesta comunicação, pretende-se apresentar os resultados de um estudo sobre as personagens femininas cujas atrizes que as interpretaram foram premiadas com “Óscar de melhor atriz principal” entre 2000 e 2020. O recorte metodológico funda-se na análise fílmica e na análise de conteúdo, com enfoque nas personagens, por forma a se poder compreender os perfis sociais e culturais de mulheres representados em tais papéis, bem como as suas funções e posições nos contextos e na teia de relações retratados nos filmes. Espera-se, deste modo, contribuir para uma reflexão crítica em torno das questões de género e o contributo dos media, em particular do cinema, para a propagação, e eventual uniformização, de pressupostos associados à identidade da mulher na sociedade actual.

Palavras chave: papéis femininos; representações sociais; cinema; Óscares.

XI-APS-50419 -Identities sónicas, culturas DIY e resistência artística no Sul global
Paula Guerra - Universidade do Porto

Comunicação Oral

As cidades e sons do Sul Global forçam-nos a olhar para sul do Equador. Não com o intuito de procurar exotismos, mas sim em busca de uma lógica de aprendizagem. Não só no sentido de uma renovação epistemológica que entende e alberga diferentes visões e cosmologias, mas também de uma renovação da teoria, que até agora evitou o diálogo com praticamente metade da população mundial. Sons improváveis e camuflados proliferam nestas "Outras cidades" – periféricas, gentrificadas, violentas, inseguras e segregadas. São cidades dentro das cidades, repletas de novos sons e de ambientes capazes de gerarem novas epistemologias musicais do Sul. Na última década, o novo quadro pós-subcultural abriu uma lacuna fundamental no estudo das culturas juvenis, ou seja, as cenas de música underground e de culturas DIY. Essa janela de oportunidade – também conhecida como cultural turn – permitiu grandes avanços na teoria social. Com base neste pressuposto, a abordagem aqui explanada concentra-se em três pilares analíticos primordiais: (1) A necessidade de introduzir nas cenas musicais as experiências que contribuíram largamente para a diversidade artística e cultural do mundo, mas que têm sido secundárias ou mesmo omitidas pela forma europeia hegemónica de pensar. Vários hibridismos e cruzamentos transglobais entre géneros musicais e subgéneros (punk rrrriot, funk, kuduro, tecnobrega, sertanejo, reggaeton, quizomba, eletro guerrilha) são relevantes. (2) Apontar novos sons, novos lugares e novos atores, analisando e refletindo sobre as experiências culturais inovadoras que emergem no 'Sul' como eventos complexos que forçam a uma reflexão crítica sobre as questões de género, questões raciais, sobre os géneros musicais ilícitos, híbridos, e o debate recorrente sobre o underground vs. mainstream. (3) A aposta num conhecimento plural baseado na realidade multicultural das sociedades do 'Sul', a fim de romper com a forma monocultural de pensar através da africanidade, das culturas

indígenas, das religiões, do sincretismo com a natureza, entre outras. Assim, considerando alguns dos coletivos de atores musicais nas cidades do Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Teresina e Porto Alegre, entrevistados entre 2017 e 2018, pretendemos demonstrar a relevância e a urgência empírica desta abordagem e a sua relevância para a renovação da teoria social sobre a música popular e a construção contemporânea de identidades sociais numa esfera local, transglobal e virtual.

Palavras chave: culturas DIY, identidades pós-coloniais, gênero, lugar e espaço

XI-APS-50472 -O papel da arte e dos/as artistas na crítica à gentrificação no Porto: experiências, impactos e paradoxos

Inês Barbosa - Universidade do Porto

Comunicação Oral

Como noutras cidades europeias e mundiais, o Porto tem sofrido transformações urbanas, sociais e culturais significativas, fruto dos processos de gentrificação e turistificação. Em resposta a esta realidade, têm surgido nos últimos anos, reações individuais e coletivas que se revestem de diferentes modalidades: não só protestos, debates e grupos ativistas, mas também cinema, música, literatura, artes performativas ou arte urbana. A utilização da arte como canal de denúncia e mobilização é uma prática antiga. Habitando o mundo social e político, muitas/os artistas rebelam-se contra as injustiças e afirmam as suas posições, através dos meios que melhor dominam ou que mais satisfação lhes dão. Tal como quaisquer cidadãos/as, os artistas vêem os seus espaços de encontro a ser encerrados e a renda das suas casas aumentar; sentem a necessidade (cada vez mais imperiosa) de mudar para a periferia ou partilhar casa com uns e com outros/as; percebem que as ruas, praças e lojas perdem os seus traços habituais para darem lugar a uma cidade-gourmet; participam - como tantos outros - dos protestos e manifestações que, durante um período curto, assolaram o espaço público. Fazendo parte das resistências coletivas, constroem ou reconstroem possibilidades e alternativas, usando linguagens artísticas e, ao fazê-lo, contribuem para expandir e multiplicar as suas reivindicações. Nesta comunicação contamos esta história de derrotas e resistências, apresentando e discutindo experiências e analisando a luta pela habitação no Porto através da produção artística. Apesar de aqui os mostrarmos como um todo, os exemplos que trazemos revelam precisamente que a luta se faz de diferentes gestos e tonalidades. Há quem crie as suas obras de forma espontânea, quase visceral, e outros que as preparam demoradamente. Há quem o faça junto com os outros, outros que produzem individualmente. Há quem nunca assuma a autoria, outros que são financiados para dar corpo às suas criações. Eventualmente, terão até posicionamentos distintos sobre o rumo que a cidade toma e sobre as formas de o conter. São todas essas nuances - toda essa complexidade - que queremos trazer a debate. Nessa análise, sobressaem também algumas tensões e contradições que importa discutir: entre anonimato e autoria; liberdade e institucionalização; autenticidade e xenofobia; artistas e gentrificação. Em períodos de crise - como a que hoje vivemos na habitação - parece-nos fundamental

compreender o papel que as práticas artísticas podem ter no exercício da crítica, na produção de diálogo e na demanda pelo direito à cidade e ao espaço público.

Palavras chave: gentrificação; produção artística; resistências

XI-APS-52652 -O património imóvel avesso às estatísticas? Os Monumentos Nacionais e o acesso público.

Jorge Santos - ISCTE-IUL, CIES, OPAC, DGPC

Sofia Costa Macedo - ISCTE-IUL, CIES, OPAC

Ana Paula Miranda - ISCTE-IUL, CIES, OPAC

Comunicação Oral

O conceito institucional aceite em Portugal para património cultural reflete o alargamento do mesmo e partiu da tomada de consciência da sociedade de que é importante o estudo, a salvaguarda e a valorização dos bens patrimoniais. Em Portugal, a figura da classificação é uma das medidas mais duradouras nas práticas de salvaguarda do património. As categorias de classificação apresentam uma hierarquização que tem no Monumento Nacional o maior grau de reconhecimento. Do ponto de vista das políticas públicas, a intervenção sobre o património imóvel é uma das áreas mais significativas pela longevidade de ação, pelos investimentos e pela atividade de regulação, com vista à sua salvaguarda e valorização. Embora estejam disponíveis inventários institucionais e informação referente à salvaguarda, já quanto à valorização deparamos com ausência de dados, nomeadamente estatísticos, para aferição do impacto de medidas relacionadas com o acesso público e visitantes. Apesar das repetidas chamadas de atenção por parte de investigadores de diversas áreas, incluindo sociólogos, esta vertente permanece avessa à quantificação, argumentando-se frequentemente que isso decorre de um efeito conjugado da sua vastidão, heterogeneidade e regime de acesso. Estas questões são aqui discutidas à luz de um estudo recente realizado no âmbito do OPAC-Observatório Português das Atividades Culturais, em que se articulam perspetivas sociológicas e históricas, sobre a valorização e acesso público aos Monumentos Nacionais, cujo objetivo é contribuir para a criação de estatísticas nacionais, e oficiais, sobre esta matéria. O estudo assentou numa metodologia quantitativa, de inquérito por questionário a uma amostra de 179 Monumentos Nacionais, complementada por contactos e entrevistas exploratórias com responsáveis e funcionários dos Monumentos, e incidiu em diversas dimensões do seu acesso público, incluindo os visitantes, as valências, o pessoal ao serviço e as atividades. O trabalho de campo decorreu em 2019 e 2020. Para os objetivos do estudo são igualmente relevantes os dados quantitativos, obtidos com o inquérito, como os qualitativos, decorrentes do processo de inquérito. Nesta comunicação avançamos resultados nessa dupla perspetiva: da quantificação das dimensões inquiridas para os anos em análise (2017 a 2019); e da identificação do conjunto de aspetos em que as instituições do património cultural se manifestam avessas à quantificação estatística. Pretende-se, assim, contribuir para o conhecimento da realidade atual do património cultural imóvel, do impacto das políticas

públicas, das atividades culturais da população portuguesa e dos turistas estrangeiros, e também dos bloqueios que se colocam ao estabelecimento e desenvolvimento de estatísticas nacionais neste domínio e as formas de os ultrapassar.

Palavras chave: Património Cultural Imóvel; Políticas culturais; Visitantes de Monumentos Nacionais; Estatísticas da Cultura

XI-APS-54763 -Comunicar arte no digital: O caso do MNAz

Inês Camilo - Escola Superior de Comunicação Social

Margarida Carvalho - Escola Superior de Comunicação Social

Sandra Pereira - Escola Superior de Comunicação Social

Comunicação Oral

O ponto de partida do presente projeto foi perceber como os museus, enquanto repositórios artísticos e culturais, estão a responder e adaptar-se à sociedade digital. Tomou-se como exemplo o Museu Nacional do Azulejo (MNAz), procurando avaliar-se como este núcleo museológico lida com a noção de comunidade online e como esta se relaciona com a comunidade física constituída pelos visitantes e diferentes grupos que interagem com o local/espço físico do museu. Sabemos que o espaço dos museus na era digital está a atravessar uma redefinição, em função da maneira distinta como os seus visitantes o vivem e o transformam. O museu é hoje um espaço muito mais fluido, disperso e partilhado, onde os projetos museais ganham novas interpretações, por vezes construídas numa interação direta com o visitante ou a comunidade envolvente. Entendemos neste projeto o museu como uma instituição que busca a crescente inclusão e participação dos públicos na era digital. A acelerada mudança das tecnologias digitais resulta num enorme desafio para os museus acompanharem as inovações e adaptarem-se às novas necessidades e usos. Daí que os objetivos centrais deste projeto sejam (1) avaliar como a tecnologia ao serviço dos museus promove maior envolvimento da comunidade nesta era digital; (2) entender como a comunicação digital pode contribuir para o conceito de museu participativo. Pretendemos partir de um museu que atravessa seis séculos da arte da azulejaria portuguesa e apresentá-lo de forma contemporânea, sem sacrificar a sua relação à cultura tradicional. A elaboração de um projeto de comunicação exige o conhecimento da realidade sobre a qual se pretende atuar. Nesse sentido, para além da revisão de literatura e entrevistas a informantes especializados, foi realizada uma análise da concorrência do MNAz, um mapeamento e análise de stakeholders, uma análise SWOT e uma análise PEST, para compreender o contexto no qual o Museu está inserido e como isso influencia a sua atividade e a relação com a comunidade. Esta análise indicou que a maior prioridade em termos da comunicação do MNAz estava relacionada com o website, que se encontra desatualizado e se centra numa comunicação monológica, ou seja, meramente informativa, não estabelecendo uma relação interativa com o público português. A atualização dos canais de comunicação digitais do MNAz pode oferecer aos utilizadores a oportunidade de desfrutarem de uma experiência mais interativa, possibilitando um maior diálogo, que se espera que promova uma relação mais próxima e duradora. Simultaneamente, estimula-se o interesse dos públicos pelo

museu.

Palavras chave: Comunicação Digital; Museu Participativo; Museu Nacional do Azulejo

XI-APS-55884 -Autonomia da arte e a censura estatal: do Estado Novo ao Brasil contemporâneo

Filipe Santos Baqueiro Cerqueira - Universidade Federal da Bahia

Claudio Almeida Silva Filho - Universidade Federal da Bahia

Caroline de Araújo Lima - Universidade Federal da Bahia

Comunicação Oral

A dimensão da autonomia da arte tem sido explorada em diversas vertentes da filosofia e da sociologia da arte, Kant no alvorecer da época burguesa concebia a arte como o belo que não despertava nenhum interesse alheio à sua própria natureza, mesmo buscando na comunicabilidade e na intersubjetividade os critérios para a compreensão da arte, esta era mantida à distância dos interesses materiais. De modo distinto, mas mantendo a arte acima da lide cotidiana, Hegel não propunha critério para definição do belo artístico, mas defendia a sua autonomia em relação aos processos externos, reconhecendo, no entanto, a forte correlação entre a historicidade e a criação de objetos artísticos. A autonomia da arte é retomada pelos materialistas, como Lukács e Adorno, ambos pesquisam o processo de separação entre arte, magia e a própria ciência. Por outro lado, percebem o quanto a autonomia será sempre relativa e em conflito com a cultura, a sociedade e o Estado. Na contemporaneidade, quando a arte perde a sua evidência ao mesmo tempo em que parece conquistar uma liberdade jamais vista em períodos históricos anteriores, contrapõe-se a esta tendência a ação do Estado em determinadas conjunturas históricas para censurar e direcionar a criação artística. Partindo dessa compreensão, pretendemos discutir a relação entre a busca pela autonomia da arte e a censura exercida pelo Estado e pela sociedade em diversos momentos da contemporaneidade. Explora-se os momentos históricos nos quais o autoritarismo censurou a arte, como no caso do cerceamento da arte no Brasil em momentos de vigência de ditaduras (Vargas e a ditadura militar) e a sua recrudescência no atual governo Bolsonaro.

Palavras chave: Sociologia da arte; Autonomia da arte; Censura estatal

XI-APS-56623 -Companhia Teatro Moderno de Lisboa (TML): arte, identidade(s) e formas de intervenção

Kátia Paranhos - Universidade Federal de Uberlândia/Brasil

Comunicação Oral

Este trabalho aborda os sentidos de resistência e contestação político-cultural impressos na prática artística da Companhia Teatro Moderno de Lisboa (TML), na década de 1960, tomando por base entrevistas e discursos produzidos sobre os seus processos coletivos de criação, pesquisa teórica e intervenção social. Para muitos analistas, o grupo rompeu a ordem estabelecida da vida teatral daquela época e se afirmou como um grande movimento de uma geração. Tal experiência durou apenas quatro anos, de 1961 a 1965. Nesse período o TML representou peças de Carlos Muniz, Dostoiévsky, Miguel Mihura, John Steinbeck, Luiz Francisco Rebello, William Shakespeare e José Carlos Pires. Nessa linha compôs e recompôs diferentes universos. Lembrando aqui Brecht, deu ao “passado e presente em um” o sinônimo de aliar a leitura (com significados novos) de textos, recheados de crítica social em determinado contexto, à representação de um grupo de atores portugueses. O TML surgiu na sequência de companhias que buscaram, de algum modo, inovar em termos de repertório e de métodos de trabalho, tais como Comediantes de Lisboa, de 1944, Teatro Estúdio do Salitre, de 1946, Casa da Comédia, de 1946, Companheiros do Pátio das Comédias, de 1948, e o Teatro Experimental do Porto, de 1953. Esse tipo de contestação a um teatro “esclerosado e divorciado da realidade portuguesa” também foi perceptível entre grupos amadores e universitários, menos sujeitos à ação da censura. No caso do TML, as questões políticas e estéticas contidas nas peças eram atualizadas e reconfiguradas num momento em que sua identidade se definia, sobretudo, pela afirmação de seu caráter autodenominado independente, algo difícil de ser assimilado pela política cultural da ditadura do “Estado Novo”. Esta, voltada para a glorificação da nação portuguesa e dos valores mais tradicionais, acionava, evidentemente, a mão de ferro da repressão na tentativa de coibir as manifestações artísticas heterodoxas, ao mesmo tempo em que incentivava o culto a marcadores identitários conservadores. Contudo, a despeito das adversidades, as sementes lançadas nesse período frutificaram em experiências teatrais na contramão do pensamento dominante. Estas continuam em pauta e na ordem do dia com incrível tenacidade. Afinal, fazer teatro em meio a pressões de toda ordem é, sem dúvida, uma forma de provocação, de insubordinação ao mercado das “paradas de sucesso”, da qual ainda se valem tanto o Comuna – Teatro Pesquisa, como O Bando, A Barraca e a Seiva Trupe.

Palavras chave: Teatro Moderno de Lisboa; arte; identidade(s); intervenção social

XI-APS-58729 -Design e Políticas Culturais em Portugal: um balanço crítico

Pedro Quintela - Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Desde o último quartel do século XX que, um pouco por todo o Norte Global, o design tem vindo crescentemente a integrar-se no campo da cultural e para-artístico, numa tendência que se vai aprofundar e hegemonizar, sobretudo a partir da década de 1990, com a sua integração nas chamadas 'indústrias criativas' ou, mais recentemente, no que se tem vindo a denominar de 'setor criativo'. Esta mudança tem vindo a repercutir-se a diversos níveis, de entre os quais se destaca o das políticas públicas – à escala nacional, regional e local –, sendo particularmente visível num conjunto de novos instrumentos e medidas de intervenção pública orientadas para o setor da cultural que têm vindo a contribuir decisivamente para a reforçar a visibilidade e o reconhecimento da importância do design na contemporaneidade. Simultaneamente, é também inequívoco reconhecer que o design adquiriu, neste período mais recente, características marcadamente 'autorais' e até 'para-artísticas' que hoje representam já lucrativos 'nichos' de mercado, cujo sucesso se alicerça frequentemente em estratégias típicas do universo da arte contemporânea. Nesta comunicação, discutem-se estas tendências gerais à luz do caso particular de Portugal, centrando-se no modo como, sobretudo desde finais da década de 1990, as políticas culturais têm, cada vez mais, procurado integrar o design nas estratégias, instrumentos e medidas de apoio às artes e à cultura, bem como induzir novas dinâmicas de desenvolvimento urbano e regional, mormente através do fomento de 'clusters' de indústrias culturais e criativas. Analisa-se ainda a crescente integração do design em estratégias de política cultural de base local, bem como em estratégias de marketing urbano que, de uma forma crescente, têm procurado promover o design e os designers, assumindo-os enquanto um sinónimo de 'inovação' e de 'modernidade' com potencial de transmitir uma nova imagem das próprias cidades. Finalmente, discutem-se ainda brevemente as lógicas de articulação e de compatibilização – ou, como é bastante frequente, da falta dela – deste tipo de orientações, instrumentos e medidas de política cultural com outro tipo de políticas públicas que, sobretudo desde o pós-guerra, não só em Portugal como um pouco por todo o mundo, têm procurado fomentar o design a partir da sua ligação histórica a diversos setores industriais.

Palavras chave: Design, políticas públicas, políticas culturais, agenda criativa.

XI-APS-63066 -A pandemia de COVID-19 como oportunidade para a salvação de um bairro cultural: o Bairro Alto em Lisboa

Pedro Costa - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa / DINAMIA'CET-iscte

Comunicação Oral

Em diversos trabalhos anteriores tivemos a oportunidade de analisar em profundidade e discutir a evolução do Bairro Alto (e zonas envolventes) em Lisboa, enquanto bairro cultural, bem como estudar os fatores centrais para a sustentabilidade das dinâmicas criativa nesta área da cidade. Tal como em vários outros bairros com características semelhantes um pouco por todo o mundo, a evolução desta zona ao longo das últimas décadas tem sido marcada por profundas transformações e pelo declínio de grande parte das atividades culturais e dinâmicas criativas que a caracterizaram, asfixiadas perante dos processos de massificação, gentrificação e turistificação da área, que progressivamente foram comprometendo as diversas funções centrais de um bairro criativo. Ao mesmo tempo, a natureza errática e muitas vezes pouco focada do planeamento e das políticas públicas sobre esta área da cidade, tal como aliás, em todo o seu centro histórico, permitiu e até promoveu o avanço dessas dinâmicas, em particular nos anos mais recentes.. Neste quadro, as profundas transformações sociais, económicas e culturais associadas à crise de saúde do COVID-19 e ao período pós-pandemia são hoje uma oportunidade única para repensar a trajetória descendente deste bairro enquanto território marcado pela dinâmicas artísticas e culturais e considerar a possibilidade da sua revitalização como centro criativo na cidade. A partir de um conjunto de entrevistas com moradores e stakeholders locais, este texto apresenta uma reflexão sobre o potencial das transformações ocorridas no período associado à pandemia do COVID-19, bem como da potencial evolução pós-pandemia para a revitalização desta área da cidade, equacionando o papel dos diversos agentes e, em especial, dos poderes públicos, na promoção de uma solução mais resiliente e sustentável para o desenvolvimento dessa área da cidade.

Palavras chave: Bairros Culturais, Dinâmicas Criativas, COVID19, Desenvolvimento Territorial

XI-APS-63533 -Temporalidades da experiência criativa pictórica

José Manuel Resende - Universidade de Évora

José Maria Carvalho - Universidade de Évora

Comunicação Oral

A meditação que aqui sugerimos incide sobre o conceito de ‘situação’ e decorre da observação etnográfica realizada no âmbito de um projeto de doutoramento, ainda em curso, que tem por fito compreender a experiência criativa artística junto de populações vulneráveis, bem como as modalidades de subjetivação e capacitação nela implicadas. Imbuído do espírito teórico-metodológico pragmatista, procura-se, a partir de uma etnografia no Centro de Apoio Social do Pisão (instituição com cerca de 350 residentes e gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais), pensar como a atividade artística de alguns residentes portadores de doença mental e/ou déficit cognitivo se inscreve em modos de coordenação do curso da ação particulares, convocando certas modalidades de se engajar

no mundo e de o perceber, assim como de se envolver consigo e com os outros. Enfatizando a dimensão processual e temporal da subjetivação, no lugar de uma sua concepção substancialista e unitarista, tomamos por unidade de análise as situações concretas em que a atividade artística se desenvolve e onde os atores enfrentam momentos de tensão e incerteza no curso da sua ação. Se, como cremos, a situação é um “todo qualitativo” (Dewey), mais do que um repositório externo à ação, então é dela mesma que se trata quando se quer averiguar os processos de (re/des)capacitação dos atores participantes. Com efeito, a delimitação das situações pertinentes a estudar – justamente as criativas artísticas – é o primeiro dos nossos objetivos. Como a situação não é redutível à sala e horário da sessão artística, como ela não é o mero somatório dos seres (humanos e não-humanos) presentes, como ela não se conforma completamente a códigos regulamentares que a visam, então segue-se que é ela própria que deve ser acompanhada na sua formação, sendo precisamente neste processo que também os atores se subjetivam. A situação é o culminar da co-evolução do organismo e do meio ambiente, um e outro constituindo-se e modificando-se mutuamente – a essa constante transação chamamos experiência. Assim sendo, a delimitação das situações obriga ao questionamento das espacialidades e temporalidades que a enformam e que as estabilizam, permitindo o desenrolar do curso da atividade artística. Neste sentido, a partir do caso de um residente, pintor abstrato, sugerimos olhar para as ruturas e descontinuidades das situações criativas pictóricas (mesmo no seio de uma única sessão), ou seja, os limiães em que elas se dissolvem ou iniciam, a partir do ângulo das suas temporalidades, sublinhando a sua riqueza polirrítmica. No seguimento, é nosso intuito também compreender como essa riqueza e variedade (espácio-)temporal é acompanhada de oscilações nas capacitações dos residentes.

Palavras chave: Situação; temporalidade; ritmo; pintura

XI-APS-64516 -Haverá um segundo som? Género e carreiras musicais na cena independente portuguesa

Ana Oliveira - Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET - Instituto

Universitário de Lisboa, IS-UP – Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Paula Guerra - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, IS-UP – Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Pedro Costa - Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET - Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Nas últimas décadas, as questões de género têm merecido um crescente interesse no âmbito da investigação sobre cenas musicais e, de forma mais abrangente, sobre os diferentes mundos artísticos e criativos. Várias investigações têm retomado o tema da invisibilidade das mulheres nas narrativas científicas e mediáticas construídas sobre diversas cenas

musicais (rock, punk, grunge, hip hop/rap), em diferentes contextos geográficos, temporais, políticos, culturais e socioeconómicos (Feldman-Barrett, 2014; Griffin, 2012; Guerra & Oliveira, 2019; Reddington, 2012; Simões, 2018; Strong, 2011). De um modo geral mostram de que formas a diferenciação de género que caracteriza outros campos da sociedade se manifesta em diferentes cenas musicais, realçando mesmo a existência de um paradoxo entre, por um lado, o potencial de contestação, mudança social, tolerância e inclusão associado a estas manifestações culturais e, por outro, a forma como reproduzem normas, valores e uma lógica de distribuição de papéis entre homens e mulheres de carácter patriarcal. Paralelamente, tem-se desenvolvido uma linha de pesquisa complementar que aborda as dificuldades vivenciadas pelas mulheres na construção das suas carreiras na música, identificando igualmente processos e fatores sociais que ajudam a compreender tais dificuldades e dando exemplos de recursos e estratégias mobilizados pelas mulheres para as contornar. Partindo desta base teórica e procurando responder a um dos motes temáticos do congresso – a identidade como questão estruturante da contemporaneidade e as formas como as artes perpetuam ou subvertem definições identitárias tradicionais – é nosso objetivo nesta comunicação refletir sobre as formas como as questões de género estão presentes na atual cena de música independente em Portugal. Existem diferentes tipos de carreiras musicais em função do género dos participantes no mundo da música? Que papéis desempenham as mulheres na área da música? Quais as estratégias que mobilizam para a gestão das suas carreiras? Estas são algumas das questões que nos propomos responder com base em entrevistas semiestruturadas a diferentes intervenientes (músicos, promotores, agentes, responsáveis por editoras, produtores, jornalistas e radialistas) da cena musical independente das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Os nossos resultados apontam para a vivência de dificuldades acrescidas por parte das mulheres, no âmbito da construção de carreiras na música, mas também para uma crescente consciencialização acerca da necessidade de contribuir para um meio musical mais inclusivo.

Palavras chave: carreiras musicais, género, cena musical independente, DIY

XI-APS-65563 -Do sistema ao campo: uma proposta de campo profissional artístico como centro de interseção sistémica

Carlos Levezinho - Iscte-IUL

Comunicação Oral

A presente comunicação reflete uma componente específica e parcial, essencialmente teórico-conceitual, do projeto de investigação de doutoramento em sociologia, intitulado “Profissionalização artística e formação superior: a inserção profissional de jovens diplomados em jazz em Portugal”, presentemente em curso. O projeto de doutoramento procurará medir e conhecer a inserção profissional dos jovens diplomados dos cursos

superiores de jazz no mercado de trabalho artístico em Portugal, analisando as suas trajetórias. Numa interseção de sistemas sociais, desenvolve-se uma trajetória de emprego destes jovens diplomados, percorrida no que propomos que seja, um “campo profissional artístico”. Como qualquer disciplina, a sociologia contém em si diversos “mundos” e a sociologia da cultura e da arte não é exceção. Conhecido como um território com múltiplas perspetivas, esta é uma sociologia que para além de pluriparadigmática, reúne um conjunto de variadas configurações teóricas e metodológicas (Conde, 2001). Para Idalina Conde (2001) são três os principais paradigmas que encontramos na sociologia da cultura e da arte: o mundo, o campo e o sistema. Na nossa perspetiva, e concretamente nesta comunicação, teremos a prioridade de convocar essencialmente as conceções de “sistema” em Parsons (1951; 1960) e Luhmann (1990; 2000), e de “campo” em Bourdieu (1996 [1992]), ainda que as noções de “mundo da arte” (Becker, 1982) e “jogo” (Lahire, 2012), entre outros contributos, possam atravessar a nossa reflexão e, aqui e ali, promover um entendimento potencialmente mais enriquecido e diversificado. A presente comunicação aborda, num primeiro momento, as teorias sistémicas em Parsons, Luhmann e Melo; seguidamente Bourdieu com a sua teoria da prática, tomando também em contraponto a perspetiva crítica de Lahire que propõe antes a noção de “jogo” ao invés de “campo” no que diz respeito às profissões artísticas; e, por fim, a apresentação de uma proposta de reflexão (introdutória) sobre a possibilidade de os (sub)sistemas sociais terem propriedades de campo e com isso afirmar-se a emergência e centralidade do que apelidaremos de “campo profissional artístico”.

Palavras chave: Sistema; campo; profissão artística; campo profissional artístico.

XI-APS-66352 -À procura da ARTOPIA ou da corporalização de identidades em iniciativas artísticas urbanas heterodoxas

Susana Januário - Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Instituto de Sociologia

Comunicação Oral

As mudanças operadas no mundo artístico em Portugal – desde a década de 1980 – materializam-se em manifestações que se traduzem, em traços largos, na democratização da cultura, culturalização da sociedade e cosmopolitização artística. Inicialmente explicadas e compreendidas como alternativas e/ou underground, diversas manifestações emergem e rompem com lógicas instituídas, assinaladas no binómio cultura cultivada vs cultura popular, corporizando novas formas de criação/mediação/receção/convenções/canonizações. Estamos perante um conjunto de manifestações simbióticas (espaços, eventos, atores), onde pontuam pluralismo, experimentação, ecletismo e transdisciplinaridade de discursos num quadro cultural transglobal/translocal. A sua força simbólica assenta no facto de se assumirem objetiva/simbolicamente transmissores de uma nova cultura portuguesa urbana, constituindo-se como novas formas de autoridade cultural,

invertendo as tradicionais (de classe/comunidade/tradição). Considerando estar-se perante um subcampo artístico – ao jeito bourdieusiano – ou um artworld de Becker, reinterpretado por Crane, importa conhecer e compreender as manifestações/iniciativas artísticas que este campo, enquanto espaço social relacional, integra. A investigação que temos vindo a desenvolver – enquadrada num programa de doutoramento em Sociologia – toma, precisamente, como objeto de estudo iniciativas artísticas que têm vindo a pautar a cena cultural portuguesa nos últimos anos e que assentam em (i) práticas de trabalho segundo lógicas do-it-yourself (DIY), (ii) nas quais os artistas/criativos assumem o papel de produtores/gestores, etc., (iii) na diversidade e a heterogeneidade de meios/recursos/mercados; (iv) no papel fulcral que os gatekeepers e os processos de criação de reputações desempenham na provisão/atração/fruição destas atividades (v) e no facto da localização das atividades culturais, e dos processos criativos, poderem ser fortemente condicionados por atributos físicos/materiais dos espaços. Do processo investigativo intensivo que incide em algumas destas iniciativas artísticas, assoma um conjunto de lógicas de emergência, implantação, consolidação, estratégias, capitais relacionais, catalisador de elementos identitários potencialmente estruturadores de um subcampo artístico específico. É de alguns destes elementos que procuramos dar conta nesta comunicação, respondendo ao repto de assinalar identidades, desta feita no que respeita a manifestações artísticas contemporâneas.

Palavras chave: iniciativas artísticas urbanas, identidades, subcampo artístico, heterodoxia

XI-APS-73122 -Qualidade e mérito artístico: valores mobilizados na avaliação de projetos de criação cinematográfica

Maria João Taborda - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Propõe-se apresentar em primeira mão os resultados da análise empírica realizada no âmbito de um projeto de doutoramento em curso, em que se investiga como os valores dominantes no julgamento sobre a arte concorrem no presente para a definição e demarcação simbólica do campo artístico. Valores como originalidade, celebridade, trabalho, autenticidade, perenidade, raridade, universalidade, significado, prazer, virtuosidade, verdade e outros são mobilizados na produção de juízos sobre arte, ainda que com importância variável em distintos momentos históricos. Aceitando que a produção de significados pela imagem é uma dimensão distintiva da cultura contemporânea (a significação figural de Scott Lash), que encontra a sua forma de arte correspondente no cinema (a mais pós-modernista das artes), optou-se por construir um objeto empírico com associação a esta forma artística. O enquadramento teórico ancora no trabalho de Nathalie Heinich sobre os valores; é também bastante importante o contributo de Michelle Lamont, pela análise que faz de processos de avaliação (no seu caso, no campo científico). Na análise

empírica, procurou-se identificar os valores mobilizados na avaliação de projetos de criação cinematográfica, para atribuição de apoio financeiro público. Olhando de perto os textos produzidos a montante (regulamentos) e a jusante (atas dos concursos) da avaliação, pretendeu-se identificar como se definem e redefinem os marcos simbólicos que condicionam as possibilidades da criação artística, validando a arte antes mesmo da sua materialização como obra. Se do exame dos regulamentos (a “gramática dos valores” de Heinich) que orientam a avaliação de projetos de arte resultou a grelha condutora da nossa análise de conteúdo, o corpo dessa análise corresponde ao discurso produzido pelos júris, que condensa a interpretação e que é feita daquela gramática. A análise de conteúdo incidu assim sobre um corpus construído a partir das atas de concursos de apoio financeiro a projetos de cinema nos concursos do Instituto do Cinema e Audiovisual realizados ao longo de uma década (2007-2017), período suficientemente longo para a identificação de regularidades mas também dinâmico o bastante para se prestar à observação de possíveis contrastes. Pela necessidade de delimitar o corpus, optou-se por analisar o universo de uma das áreas de criação cinematográfica, o documentário – o que somou cerca de 1.050 unidades de texto. Assim, propomo-nos apresentar os primeiros resultados da análise dos valores presentes na enunciação qualitativa produzida pelos júris para justificar as pontuações atribuídas aos projetos, quanto ao critério relativo à qualidade e mérito artístico. Conhecendo a latitude com que os júris interpretam os regulamentos, operacionalizando os valores aí propostos ao apreciar cada projeto artístico, procuramos pistas para responder à pergunta mais geral que motiva este trabalho.

Palavras chave: valores; cinema; fronteiras simbólicas

XI-APS-78009 -Práticas de leitura dos alunos dos ensinos básico e secundário: contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre os determinantes da leitura

Patrícia Ávila - Cies-Iscte

João Trocado da Mata - Cies-Iscte; OPAC

Miguel Ângelo Lopes - Cies-Iscte; OPAC

Comunicação Oral

A presente comunicação tem por base os resultados do estudo Práticas de Leitura dos Estudantes Portugueses (PLEP). Este estudo tem como principal objetivo analisar a evolução das práticas de leitura dos estudantes dos ensinos básico e secundário, atualizando o conhecimento produzido pela investigação realizada sobre esta temática, no quadro do Plano Nacional de Leitura (Lages et al., 2007). O estudo tem também o propósito de aprofundar o conhecimento disponível sobre a leitura (entendida aqui como atividade de lazer não diretamente relacionada com a escola e os seus planos curriculares), contribuindo para a caracterização dos contextos de desenvolvimento desta prática. Para a concretização

dos mencionados propósitos, a investigação privilegiou uma metodologia de natureza quantitativa, com recurso a um inquérito por questionário, adaptado ao ciclo de ensino e respondido por 7 469 alunos em plataforma eletrónica. Para cada subuniverso, foi construída uma amostra representativa, aleatória, ponderada por região, tipo de habitat e natureza do estabelecimento de ensino. A aplicação do inquérito nas escolas, em sala de aula, contou com o apoio dos docentes destacados para supervisionar o processo. O presente estudo resulta de uma encomenda do Plano Nacional de Leitura 2027, tendo sido apoiado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC), que construiu a amostra, a partir dos critérios de estratificação definidos pela equipa de investigação, e a versão digital do inquérito por questionário. O trabalho de terreno decorreu ao longo de 2019. Nesta comunicação procura-se, com recurso a modelos de análise estatística multivariada, aprofundar o conhecimento sobre a influência das principais instâncias de socialização (família, escola e redes de sociabilidade) nas práticas de leitura dos alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário. O cálculo dos determinantes das práticas de leitura será realizado a partir do ajustamento de um modelo de regressão linear múltipla, que permite conjugar os diversos determinantes numa mesma modelação e apurar efeitos per se, investindo na exploração analítica do fenómeno.

Palavras chave: Práticas de leitura de livros, Práticas culturais dos estudantes, Socialização para a leitura, Determinantes da leitura

XI-APS-79474 -Culturas entre Muralhas. (Sub)culturas e estilos de vida alternativos nas pequenas cidades: o festival Entremuralhas e os góticos em Leiria

Manuel Pereira Soares - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O presente artigo pretende interrogar como as culturas alternativas conquistam espaço de expressão nas pequenas e médias cidades. Para tal recorre-se a uma subcultura específica, a gótica, utilizando, como caso de estudo, a cena gótica de Leiria e o festival Entremuralhas, que esta comunidade realiza anualmente. Interessa analisar a cidade enquanto espaço de diversidade de pessoas e culturas, e explorar a forma como essa diversidade pode funcionar como forma de potenciar tensões e conflitos entre culturas diferentes. Procurará analisar-se o papel que um festival pode assumir enquanto meio de negociação da presença de uma expressão cultural alternativa na cidade, tendo como premissa que, ao dar-se a conhecer à cultura dominante, a cultura alternativa consegue desfazer estereótipos e conquistar reconhecimento e aceitação, colocando este tema em diálogo com o da festivalização das cidades enquanto forma de promoção e notabilização dos lugares, procurando perceber quais as mudanças nas culturas alternativas que decorrem da realização desses eventos. A análise será centrada nos modos de ser e fazer desta comunidade e como, através do festival e das suas dinâmicas duradouras, intervém no imaginário cultural da cidade. As cidades de

pequena e média dimensão, enquanto espaços revestidos de uma maior paroquialidade e onde o “outro” se torna mais visível, reúne as condições para que as culturas alternativas tenham maior dificuldade em contornar as imposições normativas que a cultura dominante procura exercer sobre elas. Ao darem-se a conhecer, e após obterem reconhecimento e valorização por parte da cultura dominante, as culturas alternativas podem conquistar espaço físico e metafórico nas cidades, contribuindo para criar uma cidade mais cosmopolita e aberta à diversidade de mundivisões e estilos de vida. Pretende-se, em suma, compreender como as culturas alternativas negoceiam espaço e protagonismo cultural, simbólico e social nas cidades de pequena e média dimensão, bem como avaliar como essa presença concorre para a modelação do ambiente cultural urbano.

Palavras chave: Subculturas; Culturas Alternativas; Conquista de Espaço; Festivalização

**XI-APS-79878 -As opiniões e sugestões dos públicos sobre os museus e as exposições:
uma proposta de grelha interpretativa**

Maria João Lima - ISCTE-IUL; CIES; OPAC
Sónia Apolinário - ISCTE-IUL; CIES; OPAC

Comunicação Oral

À medida que os públicos ganham relevância para o cumprimento da missão das instituições culturais ganha também importância ouvir o que estes têm a dizer de modo a que sejam considerados na gestão das instituições. Em Portugal, e especificamente nos museus, esta questão está também muito presente. O número de visitantes dos museus nacionais tem vindo a crescer, sobretudo à conta do aumento dos visitantes estrangeiros. Sendo relativamente recente, este contexto coloca vários novos desafios às políticas públicas e à gestão dos museus e reforça a necessidade de ouvir os visitantes de modo a identificar eventuais bloqueios à difusão cultural e a equacionar as respetivas respostas. São vários os métodos que as instituições museais vêm adotando de modo a “ouvir” os seus públicos. Nesta comunicação explora-se um método de análise das opiniões e sugestões dos públicos de museus, nacionais e estrangeiros. Mais especificamente discute-se a grelha interpretativa composta por três níveis: 18 códigos temáticos no 1º nível e consequentes desdobramentos (2º e 3º níveis) com um total de 50 subcódigos. Tem-se em conta duas bases empíricas: uma, que esteve na origem da grelha, é constituída pelas respostas a um inquérito aplicado em 14 museus nacionais tutelados pela Direção Geral do Património (DGPC) em 2015; a outra decorre das respostas a outro inquérito aos públicos, mas agora relativamente a uma exposição temporária (2018). Pretende-se, através da aplicação em dois universos distintos, identificar as condições de generalização da grelha. O método de ambos os inquéritos é quantitativo extensivo, mas as bases empíricas aqui utilizadas são qualitativas, constituídas pelas respostas a uma pergunta aberta destinada a recolher as opiniões e sugestões suscitadas pela experiência de visita. A finalizar apresentam-se os resultados da análise dos

corpus os quais permitem evidenciar os aspetos positivos e aqueles em que seria importante introduzir alterações de modo a melhor a relação dos museus com os públicos.

Palavras chave: Públicos de museus e exposições; Sugestões pós-visita; Grelha interpretativa

XI-APS-81277 -A política do património: o lugar do património na cidadania contemporânea

Manuela Reis - ISCTE-IUL/CIES

Comunicação Oral

Quando, há cerca de quatro décadas, Marc Guillaume (Guillaume, 2003-[1980]) publicou o seu livro com o título “A Política do Património” pretendeu apresentar o processo de patrimonialização pelo qual passavam as sociedades europeias como uma arma política dos governos ocidentais para se legitimarem num momento de crise económica, social e política, através da “domesticação” do passado. Construir-se-iam consensos através da política do património, para o autor, “uma arte de apascentar o rebanho humano, hoje disperso e reconduzido ao campo tranquilizante de uma ficção: a de uma sociedade supostamente capaz de, melhor do que as outras, conciliar continuidade com a mudança, a conservação com a criação” (2003-[1980]: 41) . Se esta visão da “euforia do património” tem influenciado reflexões pertinentes sobre a lógica política deste movimento, também nos pode inspirar, porém, em sentido diverso do autor. A política do património, tal como se foi desenrolando na sociedade portuguesa, se nunca deixou de ser um instrumento de política cultural através do qual o Estado se refazia, e refazia a sociedade, através dos seus símbolos nacionais, também passou a ser um dispositivo para o aprofundamento da cidadania. Alargado o seu âmbito a cada vez mais categorias culturais, não apenas sob o impulso ou a iniciativa do Estado, as questões do património envolvem e mobilizam diversos e dinâmicos sectores da sociedade. A sua conservação e valorização colide com actividades económicas, ou com elas se encadeia em demasia, contende com estilos, gostos e hábitos culturais, para além das controvérsias científicas e políticas quanto às soluções para a sua salvaguarda, bem como quanto à própria legitimidade da salvaguarda. Clivagens, por exemplo, entre concepções que restringem a importância do património à sua monumentalidade ou à sua (i)materialidade e as que revelam sensibilidade à importância da “biodiversidade cultural”, posicionando-se a favor da preservação do património diferenciado pela sua natureza, período e significado respectivos. A heterotopia de lugares em que o património se transformou convoca problemas legais, políticos, organizacionais cada vez mais complexos porque abrange perspectivas, sensibilidades e valores controversos, como é controversa, afinal, toda a matéria cultural. Convida, por isso, cada vez mais operadores à certificação da sua autenticidade, suscita e põe em confronto actores que se localizam em diversos campos sociais e institucionais e promovem acções para a sua defesa. À política do património não escapa a luta e o jogo políticos entre visões, discursos, perspectivas e interesses que a

tornam em paradigma de análise apropriado para testar valores, atitudes e práticas de cidadania cultural relevantes nas sociedades contemporâneas. Palavras-chave: património cultural; política do património; cidadania

Palavras chave: património cultural; política do património; cidadania

XI-APS-84208 -Artes e Sociologia: objetos em nova relação

Natália Azevedo - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nazevedo@letras.up.pt

Comunicação Oral

A contemporaneidade social e cultural, nos seus mais diversos contextos territoriais e sociais, confronta os protagonistas do mundo da cultura e das artes com um exercício que, a dado momento, se nos configura como simultâneo e em contraposição: o desenho de práticas de criação e receção cultural e artística assentes, ora na dimensão simbólica e distintiva das suas obras, e como tal, em relação direta com discursos e práticas legitimadoras; ora na envolvimento necessária com as especificidades políticas e culturais quotidianas do social, e dos atores sociais situados nesse social desigual. Os desafios colocados pelas práticas culturais e artísticas contemporâneas e pelos projetos de criação cultural e artística nas mais diversas áreas têm tornado mais fluidas e híbridas as fronteiras entre a sociologia da cultura e a sociologia das artes e mais próximas, por vezes, as relações entre a sociologia e a arte. Para além do questionamento ou transposição constantes a que tais fronteiras se colocam, situemo-nos naquela última – a sociologia das artes – e na pluralidade política e social do conceito artes, ou daquilo que tende a ser entendido e vivenciado como arte(s). As propostas da sociologia (das artes) para desconstruir representações e discursos do social sobre a esfera artística compadecem-se com aquilo que se espera do discurso e da prática científica da própria sociologia, uma disciplina que desconstrói discursos e práticas para melhor enquadrá-los e interpretá-los na especificidade dos seus processos de (re)produção. Perspetivar os modos como a sociedade ocidental concebe os criadores e objetos artísticos, e como estes últimos integram, ou não, representações ideológicas inclusivas, torna-se um desafio sociológico estimulante pois nem sempre as artes e os seus protagonistas conciliam modos inclusivos e horizontais de relação entre as artes e o social. Ou, no sentido contrário da equação artes/social, os objetos artísticos, nas suas mais diversas configurações, podem fortalecer lógicas verticais de relação com as artes, mesmo sob o discurso apriorístico da intervenção sobre o social por via da prática artística. É nosso objetivo refletir e partilhar virtualidades e desafios teórico-metodológicos colocados pela sociologia das artes na contemporaneidade, e sempre que possível na relação mais próxima com a especificidade da sociedade contemporânea portuguesa. Em particular, e sem desvirtuar a necessidade dos exercícios artísticos de inclusão das artes (a tão bem-vinda proximidade inclusiva de certas formas de arte com os quotidianos dos atores sociais), as virtualidades possíveis da relação artes/social/

sociologia.

Palavras chave: arte(s), cultura(s), sociologia das arte(s)

XI-APS-85282 -Artes urbanas em Lisboa e São Paulo: um mundo da arte em construção

Ricardo Campos - CICSNova (Nova FCSH)

Gabriela Leal - Univ. de São Paulo

Comunicação Oral

Graffiti, street art e pixação são diferentes expressões culturais de natureza informal e, na maioria dos casos ilegal, que estão fortemente associadas ao espaço público urbano. Estas são geralmente concebidas como culturas de rua, de natureza vernacular, juvenil e informal. No entanto, nas últimas décadas estas têm sofrido um conjunto de mutações associadas a uma série de processos sociais. Vários autores têm vindo a identificar processos de artificialização, institucionalização, comercialização e mesmo patrimonialização, destes universos culturais. Isto traduz-se, entre outras coisas, numa crescente normalização de algumas vertentes deste universo que culminam, na valorização social de certas correntes, obras e artistas. Figuras como Banksy tiveram claramente um impacto nesta transformação. Entre os nomes de relevo merecem ser destacados os portugueses Vhils, Bordalo II, Mais Menos ou os brasileiros Os gémeos, Kobra, Crânio e Nunca. Estes, entre outros, foram adquirindo reconhecimento internacional, estando representados em colecções particulares e em museus. O termo, entretanto banalizado, de Arte Urbana corresponde a este novo mundo. Poderíamos, de alguma forma, afirmar que este mundo reflecte uma versão menos imprevisível, disruptiva e selvagem das expressões originalmente informais (graffiti, street art, pixo), convertendo-as em bens prontos a serem comercializados e promovidos por diversas entidades. No que respeita aos criadores destas obras, entretanto catalogados de “artistas”, levantam-se uma série de questões relativas à sua carreira. Uma das questões que pode ser salientada é a construção de uma carreira dual, que oscila entre dois mundos, o da rua e o da galeria. Este vai-e-vem entre estas duas realidades torna-se um factor relevante para marcar uma singularidade no mundo da arte, mantendo uma ligação entre o universo das práticas informais (e subculturais) de rua e o mundo profissional da arte ou da decoração urbana. Esta comunicação é baseada numa pesquisa recentemente realizada, de natureza qualitativa, em que foram entrevistados um conjunto de artistas, galeristas, curadores e outros profissionais, nas cidades de Lisboa (Portugal) e São Paulo (Brasil)

Palavras chave: Graffiti, Pixo, Arte Urbana, Mercado da Arte

XI-APS-86518 -Leitura de livros em Portugal. Tendências recentes numa perspetiva comparada com a União Europeia

Miguel Ângelo Lopes - ISCTE-IUL, CIES, OPAC

Comunicação Oral

A presente comunicação decorre de uma investigação de mestrado em sociologia da leitura que visa produzir novos contributos para compreender a evolução recente das práticas de leitura, em particular da leitura de livros, em Portugal. O último estudo, *A Leitura em Portugal*, (Santos et al. 2007, Lisboa, GEPE) remonta a 2007. Os resultados são analisados tendo presente as políticas públicas de promoção da leitura – O Plano Nacional de Leitura 2027. Recorrendo a uma pesquisa quantitativa analisa-se os microdados de inquéritos transnacionais à população – cujo foco principal não é a leitura, mas que contém perguntas sobre a leitura de livros –, mais concretamente os microdados dos inquéritos do Eurobarómetro de 2007 e 2013 (Eurobarómetros 278 e 399), e os microdados do Inquérito à Formação e Educação de Adultos (IEFA) de 2007, 2011 e 2016. Da análise dos Eurobarómetros 278 e 399, resulta uma comparação entre Portugal e outros países da Europa (União Europeia a 27), onde se evidenciam os baixos níveis da leitura de livros e o retrocesso do país no arco temporal em análise: a posição relativa dos portugueses leitores de livros face aos congéneres europeus: surge em penúltimo lugar em 2007 e em último lugar em 2013. De seguida, tendo como conceito nuclear o de leitura como prática cultural, ou seja, perspetivando a leitura de livros como uma atividade realizada em tempos de lazer, efetua-se uma análise diacrónica para caracterizar a população portuguesa leitora de livros, em termos do perfil sociodemográfico e socioprofissional. Essa análise, que incide no IEFA, mostra um declínio generalizado, de 2007 para 2016, nas percentagens dos portugueses leitores de livros, sendo este mais acentuado nos homens, nos mais jovens (em particular nos estudantes) e nos mais escolarizados. Foram realizadas ainda duas análises centradas apenas no último ano de que dispomos dados para Portugal (2016): uma tendo em conta o número de livros lidos – a grande maioria dos portugueses que lê livros em lazer, lê menos de cinco livros por ano, e apenas um em cada 10 lê mais de 10 livros; outra, multivariada, relacionando a leitura de livros com outras dimensões – constatando-se que a leitura de livros está associada não só a outras práticas de leitura, como a leitura de jornais e revistas, mas também a outras práticas culturais e de aprendizagem.

Palavras chave: Sociologia da leitura, práticas de leitura de livros, Eurobarómetro, Inquérito à Educação e Formação de Adultos

XI-APS-86738 -A organização da experiência teatral: entre realidade social e corpos em ação

André Brito Correia - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Esta comunicação centra-se na abordagem sociológica do encontro entre atores, atrizes e público no contexto da apresentação de performances teatrais. A partir de uma leitura crítica das ideias de Erving Goffman sobre o quadro teatral, discutem-se as convenções, procedimentos e vivências que se encontram em jogo no domínio do teatro contemporâneo. Em primeiro lugar, analisam-se os processos através dos quais a experiência teatral pode ser constituída por relatos sobre a vida social, bem como por intervenções na própria sociedade. Segue-se assim uma problematização inspirada nas conceções apresentadas por Howard Becker na sua obra "Telling About Society", onde se propõe que se veja a pluralidade de representações da realidade social (científicas e não científicas). Torna-se assim possível também desenvolver uma abordagem que problematize a dicotomia realidade/ficção. Tal procedimento afigura-se pertinente para estudar sociologicamente múltiplos espetáculos de teatro da atualidade, por exemplo, aqueles com preocupações de cariz documental, interventivo e/ou baseados em pesquisas junto de indivíduos, grupos e comunidades. Em segundo lugar, se o teatro pode ser analisado pelo facto de implicar uma dualidade entre representação e atuação, a verdade é que as diversas evoluções registadas no universo teatral e no domínio dos estudos a este último consagrados têm vindo a realçar, em múltiplas ocasiões, os elementos que remetem mais propriamente para a dimensão performativa. É necessário, pois, compreender de forma mais aprofundada aquilo que, em termos da vida sensível, sensorial, emotiva e física, os corpos presentes nos eventos teatrais manifestam. Trata-se de promover uma análise que dê conta dos processos e fenómenos de corporeidade. Apesar de todos os aspetos em que a abordagem de Goffman sobre a organização da experiência teatral possa continuar a ser útil, é necessária uma leitura crítica da sua proposta, na medida em que aponta para um estudo muito circunscrito à ideia de ficção nos enredos teatrais e pode conduzir-nos, ao mesmo tempo, a uma consideração algo "desencarnada" dos atores, atrizes e públicos que, em conjunto, fazem o teatro acontecer.

Palavras chave: teatro; representações da sociedade; performance; corporeidade

XI-APS-88421 -Theodor Adorno e a música popular: uma reconciliação possível?

Filipe Santos Baqueiro Cerqueira - Universidade Federal da Bahia

Rômulo Iago de Jesus e Santos - Universidade Federal da Bahia

Caique Geovane Oliveira de Carvalho - Universidade Federal da Bahia

Comunicação Oral

Em suas análises sobre arte, Theodor Adorno debruçou-se particularmente na reflexão de duas linguagens artísticas: o cinema e a música. Ao que pese que as suas formulações acerca da primeira têm uma relevância até os dias atuais, principalmente vinculada ao debate sobre indústria cultural que, mesmo com limites em suas formulações, mantém-se enquanto uma referência nos estudos contemporâneos no que diz respeito a produção e circulação da arte. Entretanto, será na sua análise sobre música, e em particular sobre a música popular, que o autor levantará um antagonismo entre “música séria” e “música popular”. A proposta do trabalho é discorrer sobre essas categorias elaboradas por Adorno, apontando para os seus limites, acertos, e a resolução de possíveis impasses postos em sua obra.

Palavras chave: Sociologia da música; Theodor Adorno; música popular.

XI-APS-88521 -Museus, cidades e crítica institucional: o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona e o Museu de Arte do Rio em análise comparativa
Sabrina Parracho Sant'Anna - UFRRJ

Comunicação Oral

Este paper tem como objetivo compreender os processos de mudança social na produção de espaços expositivos, criados em meio a projetos de intervenção urbana para construção de polos de criatividade. Na análise comparativa, o foco será a fundação do Museu de Arte do Rio de Janeiro, em 2013, e a urbanização do Raval em Barcelona, após a fundação do MACBA, em 1995. Mantendo as devidas proporções, o caso do Rio remonta aos projetos de intervenção urbana que prepararam Barcelona para sediar os Jogos Olímpicos, em 1992, há mais de duas décadas atrás. O caso de Barcelona foi apresentado como modelo para policy makers brasileiros, não apenas por causa dos equipamentos esportivos construídos à época, mas, sobretudo, por sua associação a um plano urbano mais amplo que incluía, acima de tudo, a construção de uma cidade global e de uma Capital cultural europeia. Este artigo aborda a hipótese de que a materialidade da sede, uma vez inserida nos processos de intervenção na cidade, está na origem de novos padrões para produções artísticas no mundo contemporâneo, a saber, produções levantadas em relação dialógica com artistas e movimentos sociais que se colocam contra processos de gentrificação. A hipótese que informa essas investigações pressupõe que os processos de multiplicação de instituições de memória e centros culturais, contribuindo para a construção de imagens de cidades globais, não podem deixar de causar consequências não previstas pelos planejadores urbanos, formuladores de políticas públicas ou para os guardiões do sistema de arte. O que tenho tentado discutir é como a materialidade de novas instituições museológicas em espaços

específicos da cidade pode ter dado contornos muito específicos a um determinado conjunto de exposições e novos paradigmas na produção da forma artística, contribuindo, em certa medida, para o aumento da heteronomia dos campos.

Palavras chave: sociologia da arte; museus; crítica institucional

XI-APS-89234 -Narrativas sobre a prática profissional e as condições sociais de produção do campo das políticas culturais municipais

Sandra Cristina Rodrigues Santana Lopes - Instituto Politécnico de Beja; CICS.NOVA

Comunicação Oral

A reflexão que se pretende apresentar visa ser um contributo para a compreensão do(s) formato(s) de construção do campo das políticas culturais municipais entendido enquanto espaço social de natureza tensional. Este mesmo campo, constitui-se como produto de um «processo singular», resultado da confluência de diversas lógicas resultantes, em primeiro, dos efeitos das ‘imposições’ decorrentes das políticas culturais nacionais assumidas e operacionalizadas pelos governos centrais e, em segundo, dos produtos das relações estabelecidas entre agentes, no interior do campo, estruturadas consoante as condições sociais de produção que assistem as diferentes configurações municipais. A partir da análise dos documentos institucionais, e de acordo com as experiências narradas pelos entrevistados sobre as condições sociais de emergência dos gabinetes de ação cultural e, posteriormente, sobre as mudanças que ocorreram ao longo do seu percurso profissional, revelam-se exemplos importantes para se compreender e situar o nível de institucionalização do campo e, simultaneamente, a importância da autonomização da ação municipal. Se, numa primeira fase de implementação dos serviços, a ação dos agentes é significativamente orientada pelo seu património disposicional construído, em larga medida, fora do campo (experiência pessoal e de participação social, cultural e associativa, diversidade de participação em contextos culturais e artísticos, etc.), moldando-se, e ajustando-se, a um espaço pouco estruturado, de parca especialização, e com escassez de diretrizes emanadas centralmente, numa fase ulterior, situada numa conjuntura de contração, pautada pela gestão autárquica de restrições impostas pelo estado central (avultando o emagrecimento da estrutura orgânica municipal com consequências na organização normalizada dos serviços e refreamento do apoio e investimento à ação cultural municipal por parte do poder central), verifica-se que as estratégias de superação das dificuldades são já distintamente manifestações da lógica do próprio campo, com recurso aos bens materiais e simbólicos que o caracterizam. Estas evidências são encontradas, por exemplo: i. nos modos excecionais encontrados pelos técnicos, e serviços, de ação cultural, para organizarem a programação cultural municipal recorrendo a produtos internos do campo; ii. e na forma como algumas estruturas municipais, beneficiando de maior autonomia (dado o lugar da cultura na orgânica municipal), apesar dos condicionalismos

sentidos, deram continuidade à sua política cultural com 'alianças' estabelecidas com o tecido associativo local. Veremos que os modos diferenciados de garantir a suposta 'democratização cultural' também deverão ter em conta a posição dos agentes e a sua visão 'incorporada', e 'objetivada na prática', de uma 'descrição legitimada' do que deve ser o serviço público (municipal) de cultura.

Palavras chave: cultura; políticas públicas de cultura; ação cultural municipal

Classes, Desigualdades e Políticas Públicas

XI-APS-10771 -La permanencia de lo provisional. Los mecanismos prevalentes de acceso provisional y participativo a la energía eléctrica en el Perú.

Ileana Monti - Pontificia Universidad Católica del Perú

Comunicação Oral

Esta ponencia trata sobre las políticas públicas participativas de acceso a los servicios básicos. En particular, se analiza el caso de los programas de acceso provisional a la energía eléctrica en los asentamientos humanos de Perú. Se advierte que el acceso provisional bajo el mecanismo participativo perdura en el tiempo, mucho más de los 5 años de plazo que establece la normatividad. Las asociaciones colectivas de usuarios no logran pasar al acceso definitivo e individual a la luz, se mantienen con un acceso precario y temporal. Lo llamativo es que esta situación viene ocurriendo desde hace más de tres décadas, mostrando la capacidad de una política para convertirse en resiliente. Esto nos provoca preguntar por qué y de dónde viene el hecho que un mecanismo de acceso a servicios básicos para la población en situación de pobreza, aun cuando no funciona, prevalezca en el tiempo. Se pone énfasis en la formación de una trayectoria dependiente de la política de acceso básico a iluminación que responde a beneficios relativos o rendimientos crecientes para los actores los cuales hacen que, aunque la política ha perdido efectividad, sea muy difícil cambiarla. Asimismo, se problematiza el carácter participativo de la política de acceso, mostrando que este carácter no responde tanto a un diseño con objetivos claros de participación, sino a un legado histórico existente, donde lo participativo viene desde atrás. El presente texto forma parte de una investigación de doctorado en Sociología que está realizando la autora en el marco del cual se han desarrollado entrevistas semiestructuradas individuales a los actores del sector energético y revisión de documentos oficiales y de periódicos. Se asume un enfoque basado en el institucionalismo histórico el cual nos permite desarrollar la secuencia: el inicio, la trayectoria, y luego la prevalencia de la política de acceso básico. Esta secuencia constituye parte de la evidencia que muestra en un proceso temporal, cómo cambia la función de la política, pero el mecanismo de acceso provisional y participativo se mantiene en el tiempo. Veremos que, a lo largo de tres décadas, la política para dar acceso a la energía eléctrica en los asentamientos humanos se ha mantenido primero bajo un Estado proveedor de energía, pasando por el modelo neoliberal de privatización de los años 90, a la política de acceso universal y sostenible del nuevo milenio. Por otra parte, se muestra que el componente participativo de la política viene de un legado histórico en la coyuntura crítica donde surge la política, y su prevalencia en el tiempo ha sido bajo el alto costo de instrumentalizarse hasta vaciarse de contenido.

Palavras chave: Política pública -trayectoria dependiente – participación- acceso a servicios básicos.

XI-APS-13048 -Estado de bem-estar e igualdade de género: o desenvolvimento das políticas de articulação trabalho- família em Portugal no período 1976-2009

Susana Marques - ISEG - Lisbon School of Economics & Management

Sara Falcão Casaca - ISEG - Lisbon School of Economics & Management

Manuela Arcanjo - ISEG - Lisbon School of Economics & Management

Comunicação Oral

Um dos desafios que os/as trabalhadores/as têm de enfrentar na sua vida quotidiana é o de encontrar um equilíbrio satisfatório entre as responsabilidades profissionais e familiares, dependendo em grande medida da provisão de bem-estar por via de políticas igualitárias. No contexto da União Europeia, Portugal tem sido um dos países que menor percentagem do PIB têm vindo a afectar à protecção social, posicionando-se sendo sempre abaixo da média europeia desde 2000. Esta evidência representa um fardo para as famílias portuguesas, sobretudo para as mulheres, que continuam a assumir a maior parte das responsabilidades do trabalho de cuidar num país que tem uma longa tradição de emprego feminino, com uma das mais elevadas taxas de emprego feminino da União Europeia, sobretudo em regime de tempo integral. O aumento das taxas de actividade feminina desde a década de 60 do século XX evoluiu para a predominância de um padrão de duplo emprego nas famílias portuguesas, o que tem vindo a constituir um desafio para os governos, na medida em que requer a disponibilidade de uma ampla gama de infraestruturas e serviços públicos de apoio às famílias e outras políticas de articulação trabalho-família, como regimes de protecção da maternidade e da paternidade orientados para a igualdade e a partilha, Planos Nacionais para a Igualdade, entre outras. A presente investigação consistiu uma análise diacrónica das políticas de articulação da vida trabalho-família em Portugal desde 1976 (construção da democracia) até 2009 (novo regime jurídico de protecção social na parentalidade, orientado para partilha e a igualdade de género) e das suas implicações em matéria de igualdade de género. A análise empírica foi concretizada pela exploração do debate parlamentar, a análise de imprensa e 20 entrevistas individuais semi-estruturadas a agentes que contribuíram para os avanços legislativos no plano da articulação trabalho-família no período em análise.

Palavras chave: políticas de articulação trabalho-família; Estado de bem-estar; igualdade de género; Portugal.

XI-APS-14923 -A influência do modelo do “Estado Social Ativo” nas representações, discursos e práticas dos técnicos de mediação socioeducativa junto do público juvenil em risco/perigo

Comunicação Oral

Nas últimas décadas confrontamo-nos com um quadro ideológico-político de penetração das lógicas de mercado neoliberais nas formas de regulação das políticas sociais – ditas “ativas”. Observamos uma influência crescente da narrativa da “flexibilização”, “modernização” e “eficiência financeira” como necessidades urgentes para se ultrapassarem as fragilidades do Estado-Providência, configurando-se um modelo de “new public management” (Gruening, 2001). Franssen (2004) fala mesmo num “novo espírito do capitalismo” e numa “metamorfose da questão social” (Castel, 1995), que desembocam numa “nova fábrica de sujeitos”. Em Portugal também observamos este movimento, particularmente na ação social territorializada e no apoio à juventude, campos preferenciais de aplicação desta “engenharia de gestão social” do Estado Social Ativo (Soulet, 2007), em que as políticas sociais são motivadas pelo discurso da “capacitação” e “subjetivação”. Procuraremos nesta comunicação, refletir como esta agenda neoliberal e a sua narrativa da “ativação” e da “ação social ad-hoc” está presente nos discursos e práticas dos técnicos que trabalham com o público juvenil marginalizado em dois contextos da Área Metropolitana de Lisboa. Basear-nos-emos, por um lado, nos resultados da investigação que levámos a cabo no âmbito do nosso doutoramento (Barbio, 2017) e, por outro, numa investigação preliminar em curso. A primeira incidiu sobre os modos de produção e apropriação das políticas públicas para a juventude num bairro social do distrito de Setúbal, mais especificamente num projeto de inserção juvenil no âmbito do Programa Escolhas; enquanto a segunda incide sobre as representações, discursos e práticas dos técnicos de uma casa de acolhimento no distrito de Lisboa. Procurámos, assim, através da análise de conteúdo às entrevistas dos técnicos de mediação socioeducativa dos dois contextos, compreender quais são as convergências e divergências nas suas representações, discursos e – de forma indireta – nas suas práticas e em que medida estes são influenciados por este já não tão novo paradigma das políticas públicas. Pudemos verificar que, em ambos os contextos, a intervenção é levada a cabo por dispositivos locais que trabalham em sistema de parceria, sendo a ação do Estado apenas reguladora e fiscalizadora. A intervenção dos técnicos procura “autonomizar” os jovens com base no desenvolvimento de projetos pedagógicos individualizados, em que o papel da educação não-formal e informal está cada vez mais presente de variadas formas e sempre com a intenção subjacente de uma ação mais preventiva (vs. corretiva) no “ambiente natural de vida” dos jovens, isto é, em comunicação e parceria com as famílias e a comunidade de origem dos jovens. Os dois contextos apresentam divergências que se relacionam com a natureza mais precária do primeiro – que funciona segundo uma lógica de projeto - face à maior estabilidade do segundo.

Palavras chave: Estado Social Ativo, Área Metropolitana de Lisboa, políticas de juventude, mediação socioeducativa

XI-APS-17322 -A proteção social brasileira em tempos de austeridade: desafios à consolidação dos direitos da seguridade social

Ana Cleusa Serra Mesquita - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A escalada das desigualdades sociais constitui um traço marcante das sociedades contemporâneas ao mesmo tempo em que as possibilidades do seu enfrentamento são estrangidas pelo avanço da austeridade no contexto de prolongada crise do capitalismo. Com um modelo político-económico orientado para a erosão dos direitos sociais e do Estado social, a austeridade acena com um projeto de liberalização económica da sociedade, enfraquecendo a regulação e a intervenção públicas em diversas esferas na vida social. Nesse contexto, variações nacionais são instigantes, sobretudo quando a agenda da austeridade é apropriada por forças políticas conservadoras, historicamente contrárias a projetos políticos voltados ao enfrentamento das desigualdades sociais. No Brasil, a austeridade ganha força com o revigoramento das forças políticas conservadoras desde 2015, que retomam as críticas ao projeto inclusivo e universalista delineado na Constituição de 1988. A ascensão destas forças políticas ameaça uma inflexão na trajetória de consolidação de um regime universalista e redistributivo de proteção social em curso desde 1988. A agenda conservadora propõe ampla reorganização do sistema de proteção social ao questionar políticas ancoradas nos princípios de redistribuição e solidariedade social presentes no atual arranjo protetivo. Direitos sociais que respaldam políticas públicas redistributivas tornam-se alvo de propostas reformistas em nome da necessidade de conter gastos públicos e corrigir supostos desincentivos, como visto nas propostas em relação aos direitos constitucionais da seguridade social voltados à proteção dos idosos rurais e trabalhadores urbanos precários em idade avançada. A despeito da comprovada contribuição destes benefícios na recente queda da desigualdade de renda observada no país, seus opositores evocam argumentos fiscais e de ordem moral para defender reformas. Embora estas tenham temporariamente fracassado na esfera legislativa, dados administrativos apontam redução de novas concessões e da cobertura daqueles benefícios, o que nos sugere a seguinte hipótese: no caso brasileiro, o projeto político conservador parece recorrer duplamente ao campo legislativo e ao campo administrativo para restringir direitos sociais; busca a segunda via quando esbarra em embargos na primeira. O propósito deste trabalho, portanto, é analisar recentes medidas no campo administrativo, referentes a implementação dos benefícios da Seguridade Social (previdência rural e BPC), na perspectiva de compreender em que medida elas podem obstaculizar o acesso a direitos por parte de grupos sociais altamente vulneráveis. O trabalho justifica-se pela necessidade de compreender os desafios contemporâneos ao enfrentamento das desigualdades numa sociedade fortemente desigual onde políticas redistributivas parecem encontrar graves dificuldades de permanência no longo prazo.

Palavras chave: proteção social, direitos sociais, políticas públicas, austeridade, desigualdades

XI-APS-17817 -A habitação como um direito fundamental: uma perspetiva comparada entre Brasil e Portugal

Barbara Alves Pinto Bravo - Universidade de Evora

Maria do Rosario Murias Bessone Mauritti - ISCTE

Maria Domingas Simplício - Universidade de Evora

Comunicação Oral

Este estudo tem a finalidade de investigar as orientações e práticas políticas que visam a efetivação do acesso à habitação como um direito fundamental, no Brasil e em Portugal. Propomo-nos identificar e analisar as contradições subjacentes à forma como este direito foi sendo construído e operacionalizado, e quais os papéis assumidos pelo Estado e outros atores na sua materialização (ou não) universal. A relação difusa entre o “público e privado” no planeamento, regulação e reabilitação do parque habitacional assume tensões e afeta a assunção, construção e concretização desse direito, o qual nesta medida adquire configurações que, em muitos casos, acabam por estar condicionadas por fatores alheios à gestão pública. A habitação é reconhecida por instâncias internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como um dos eixos fundamentais de bem-estar e qualidade de vida das populações (OCDE, 2017). Por se tratar de um alicerce base para a produção social e um direito público, e admitindo a importância da habitação no âmbito da política pública, esta dissertação procede à elaboração de quadros analíticos dos planos produzidos em termos normativos e jurídicos. Pretendem-se investigar as contradições do processo de construção da habitação enquanto um direito fundamental, a coerência da implementação das políticas públicas face às necessidades atuais, bem como os papéis assumidos e associados e seu alcance, focando três eixos: (i) plano estrutural legitimador, (ii) caracterização das necessidades habitacionais e (iii) quadro das políticas e estratégias de habitação

Palavras chave: Direitos fundamentais. Políticas de habitação. Moradia.

XI-APS-20780 -Parcerias para um desenvolvimento sustentável Educação e (des)igualdade de género

Lúcia Oliveira - CESA

Comunicação Oral

Os actores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento têm vindo a construir parcerias com o objectivo de influenciar as prioridades das autoridades nacionais no progresso do capital humano (King, 2007). Esta cooperação contribui para uma atitude mais activista e orientada à mudança em relação a uma maior equidade global desde a última metade do século XX, demonstrando uma maior confiança na sua capacidade de auto-desenvolvimento. As metas de desenvolvimento visam acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade, oferecendo às pessoas melhores condições de vida assim como o alcance da igualdade para todos até 2030. Na Cooperação para o Desenvolvimento, as questões da desigualdade de género começaram a ser discutidas pelos actores internacionais tendo em conta a relação das mulheres com a economia e com os processos de desenvolvimento, procurando estabelecer medidas compensatórias que proporcionassem uma maior participação das mulheres nesses processos. Os programas de cooperação no âmbito da igualdade de género residem na sua concepção, mas também numa estratégia para integrar a dimensão de género de uma forma mais rigorosa nas fases de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação desses programas. Esses esforços tiveram em conta, precisamente, questões como: os estereótipos de género; as desigualdades de género reflectidas também na distribuição/partilha de consumos, rendimentos e recursos no seio do agregado familiar e na sociedade em geral; as assimetrias existentes na capacidade de resposta aos incentivos; e as disparidades no que se refere ao acesso e acessibilidade a serviços e equipamentos públicos.

Palavras chave: cooperação internacional; parcerias; actores; igualdade de género, educação.

XI-APS-22060 -A precariedade laboral: discussão em torno de contributos teóricos e empíricos

Nuno de Almeida Alves - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

A noção de precariedade laboral é hoje central nas sociedades contemporâneas. Trata-se de uma condição crescentemente usada para caracterizar uma parte cada vez mais relevante do emprego e da oferta do mesmo em Portugal e na Europa. Se anteriormente se considerava a precariedade como uma dificuldade transitória, à entrada do mercado de trabalho, afetando sobretudo a população mais jovem, atualmente é uma condição que tende a generalizar-se a faixas cada vez mais alargadas da população, independentemente das respetivas qualificações escolares e profissionais. Apesar das iniciativas políticas e medidas de políticas públicas recentes destinadas à diminuição da precariedade laboral em

Portugal, a tendência de aumento desta condição parece inevitável por efeito dos processos crescentes de desregulamentação do trabalho e das relações laborais, em particular pelo aumento do trabalho por projeto ou por tarefa. A generalização desta condição, e das apreciações sobre a mesma nas suas diversas aceções (sociais, políticas, científicas) convida ao aprofundamento da reflexão sobre o termo, procurando robustecê-lo do ponto de vista teórico e metodológico, mas sobretudo operacional. Procurar-se-á nesta comunicação discutir a noção de precariedade à luz dos mais recentes contributos das ciências sociais, em particular da sociologia, e incluir nessa discussão as diferentes dimensões (legais, contratuais, salariais e componentes objetivas e subjetivas) associadas. Adicionalmente, procurar-se-á também analisar a operacionalização do conceito com recurso à edição portuguesa do SILC, na sua vertente sincrónica e diacrónica, procurando capturar a duração da condição no curto-médio prazo como a eventualidade da sua reprodução intergeracional. O trabalho desenvolvido nesta comunicação resulta do projeto de investigação Linked Lives, em curso no CIES-Iscte e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Palavras chave: emprego atípico, subemprego, segmentação laboral, sub-rendimento desigualdades sociais

XI-APS-25200 -Ensino superior e ciência no limiar do século XXI: que desafios?

Olhares cruzados entre Brasil e Portugal

Eliane Ribeiro Pereira - UFRJ, CIES-ISCTE

Antonio José Barbosa de Oliveira - UFRJ, CIES-ISCTE

Rosário Mauritti - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

A presente comunicação analisa uma experiência de cooperação internacional protocolizada que envolveu duas instituições de ensino superior: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil) e o ISCTE, em Portugal. Apresentamos diversas ações que têm vindo a ser empreendidas pelas duas instituições, tendo em vista o intercâmbio académico de atividades de ensino, investigação e extensão universitária, desenvolvidas num enquadramento de diálogo e troca de experiências entre as partes. A conjugação entre práticas pedagógicas de ensino e educação, e as atividades de inovação e produção de conhecimento constitui um dos traços basilares diferenciadores da Universidade, enquanto instituição longeva, que atravessa séculos de história no ocidente. Na resposta e interpretação desta sua missão a instituição universitária é desafiada, continuamente, pelas transformações que caracterizam os diversos tempos e contextos históricos. Neste sentido, propomo-nos a pensar sobre questões como: a) as novas configurações da educação superior, no contexto da internacionalização e sob a influência do modelo neoliberal e de suas complexas relações entre as dimensões do público e do privado; b) as diversas formas de organização das instituições universitárias, bem como das perspetivas de implantação de

novos modelos administrativos e pedagógicos: uma universidade mais igualitária e democrática pressupõe novas formas de gestão e de organização nos âmbitos acadêmico, pedagógico e administrativo; c) as políticas de expansão do sistema de educação superior no Brasil e em Portugal, que visam a diminuição das desigualdades no acesso a este nível educacional e, conseqüentemente, a promoção de democratização do acesso e da permanência dos estudantes oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo.

Palavras chave: Democratização da educação superior; Missão da Universidade; internacionalização.

XI-APS-27451 -Contributos para uma Sociologia e uma Filosofia da Ação Social Projetada

Miguel Chaves - NOVA/FCSH e CICS.NOVA

João Sedas Nunes - NOVA/FCSH e CICS.NOVA

Comunicação Oral

Procura-se nesta comunicação avançar um contributo crítico para o aprofundamento do que aqui intitulamos de “Sociologia da Ação Social Projetada” (ou, se se preferir, de “Sociologia da Intervenção Social”). A contribuição desdobra-se em três momentos. Num primeiro instante, procurar-se-á, com base numa conexão entre sociologia fundamental e aplicada, alinhar um conjunto de pressupostos e de interrogações basilares para o estudo das ações sociais projetadas. Teremos como referente empírico geral, as intervenções desenvolvidas em territórios que se considera serem marcados pela exclusão e desqualificação sociais, em termos intergeracionais. Parte-se do pressuposto de que o estudo sociológico dessas intervenções deve contemplar, de modo articulado, oito eixos de ação: objetivos gerais; diagnóstico; planeamento; objetivos específicos; processos de implementação; recursos; modos de avaliação e formas de monitorização. Qualquer destes elementos deverá ser questionado, desde logo, do ponto de vista da sua existência, mas também dos seus conteúdos concretos e modos de operacionalização, o que inclui, como não poderia deixar de ser numa análise sociológica, a compreensão das lógicas sociais que subjazem à sua projeção e implementação. Acrescente-se que do ponto de vista de uma Sociologia orientada para a definição de políticas públicas é particularmente relevante toda a análise que permita identificar e explicar o grau de (des)encontro entre objetivos primordiais e resultados alcançados. Num segundo momento, e fazendo apelo à Filosofia Política, discutiremos os princípios basilares sobre os quais entendemos que devem assentar as intervenções nesses territórios excluídos. Sustentaremos que esses fundamentos deverão, em larga medida, ser deduzidos da codificação político-filosófica de justiça social, de cariz demoliberal, desenvolvida por John Rawls, intitulada de Justice as Fairness (habitualmente traduzida por “Justiça como Equidade”). Por último, conjugando e fazendo convergir a argumentação dos dois pontos anteriores, procuraremos debruçar-nos sobre a globalidade da intervenção

social realizada no Casal Ventoso, nas últimas duas décadas. Tal intervenção servirá, pois, de referente empírico exemplar (na dupla aceção do termo). Importa esclarecer que o Casal Ventoso foi um dos primeiros bairros clandestinos da cidade de Lisboa, formado na segunda década do Sec. XX. Em resultado, em larga medida, de se ter tornado mediaticamente o grande símbolo da droga e do mal a nível nacional, foi demolido em 2000, e a sua população realojada em três bairros de habitação social, adjacentes, construídos de raiz, sob a égide de um “Plano Integrado de Reconversão”, multi-escalar e inédito do ponto de vista da dimensão.

Palavras chave: Intervenção social, justiça social, Casal Ventoso

XI-APS-28353 -História e Memória: Desigualdades de Classe e Raça

Jorge Fonseca de Almeida - ISCTE

Comunicação Oral

História e Memória: Desigualdades de Classe e Raça A memória constitui parte essencial da identidade de qualquer pessoa, grupo étnico ou povo. As memórias constituem uma herança que cada geração legam às seguintes. Não podendo ser uma memória exaustiva apenas pode ser incorporado como herança uma fração do passado real. Esse processo implica, assim, uma forte componente de seleção levada a cabo com base em critérios atuais para servir uma visão de futuro. Maurice Halbwachs, na sua obra seminal “Memória coletiva” defende que a Memória é a reconstrução do passado á luz dos referenciais do presente. Assim a partir de referenciais diversos obtêm-se memórias diversas, ainda que todas assentes em factos verificáveis. Mas é possível ir mais longe e identificar interesses e referenciais que exijam a supressão e o apagamento da memória coletiva de factos e acontecimentos que colidam com a narrativa que criaram sobre determinadas épocas. A memória e a história são campos onde se trava uma dura batalha científico-ideológica, com os vários grupos sociais a, partindo de metodologias e posicionamentos distintos, procurar fazer vingar o seu ponto de vista. A História é, pois, um campo batalha da milenar luta de classes, entre exploradores e explorados, entre classes dominantes e classes dominadas. Naturalmente as classes dominantes que detêm o poder económico e político, controlando igualmente todo um aparelho cultural e ideológico, têm possibilidade de impor o seu ponto de vista como verdade institucional e oficial. As classes e os grupos dominados, por seu lado, têm maior dificuldade em manter as suas memórias e a defender a verdade factual. Neste trabalho abordamos dois casos de memórias históricas apagadas: o do movimento Negro da I República, que integrou o movimento pan-africano internacional, lançou vários jornais, fundou dois partidos políticos em Lisboa e chegou a eleger um deputado ao parlamento nacional pela Liga Africana e o do movimento revolucionário de 18 de Janeiro de 1934 também ele em risco de ser completamente apagada da historiografia oficial. Identificamos aqui as causas e conseqüências desse silenciamento e os interesses de classe que

explicam o apagamento destes dois relevantes movimentos políticos da historiografia oficial.

Palavras chave: Memória, Classe, Desigualdades, Racismo

XI-APS-28994 -Políticas públicas para o turismo em zonas periféricas: o caso de Portalegre

Eva Milheiro - VALORIZA, Instituto Politécnico de Portalegre; GOVCOPP, UA; CITUR

João Emílio Alves - VALORIZA, Instituto Politécnico de Portalegre, CIES-IUL

Carla Melo - VALORIZA, Instituto Politécnico de Portalegre

Comunicação Oral

O turismo é amiúde apontado como um setor estratégico no desenvolvimento dos territórios. Sendo frequente a sua dimensão económica assumir um maior destaque, não deverá, porém, descurar-se as suas dimensões social, cultural, educacional e ambiental, fundamentais a um desenvolvimento sustentável desta atividade. Neste domínio, as políticas públicas são cruciais, assumido as organizações com responsabilidades no turismo, aos diversos níveis (nacional, regional e local), um papel crucial no planeamento, financiamento e incentivo ao desenvolvimento das comunidades por via do turismo. Portalegre é uma região periférica, fronteira, de baixa densidade populacional, que sofre de diversos constrangimentos ao seu desenvolvimento. O turismo, todavia, é um setor que tem evoluído de uma forma positiva, tanto no que à procura como à oferta turísticas concerne. Impõe-se, portanto, uma reflexão sobre o papel do turismo no desenvolvimento deste território no sentido de se tornar um destino turístico competitivo e sustentável. Ao analisar dados estatísticos oficiais sobre a atividade turística em Portalegre, bem como os planos e políticas desenvolvidas nos últimos anos por entidades com competências ao nível do planeamento do turismo e, ainda, a dinâmica de investimento no setor, este artigo pretende refletir sobre o contributo que o turismo tem tido na dinamização deste território, bem como apontar algumas possíveis medidas adicionais para estimular o seu desenvolvimento.

Palavras chave: Turismo, políticas públicas, regiões periféricas, planeamento.

XI-APS-32354 -Apoio a vítimas de violência doméstica em tempos de pandemia: a perspetiva dos serviços de apoio

Maria das Dores Guerreiro - Iscte, CIES-Iscte

Joana Aguiar Patrício - Iscte, CIES-Iscte

Comunicação Oral

A 18 de março de 2020, Portugal entrou em estado de emergência na sequência da pandemia de covid-19, implementando-se no território nacional várias medidas aprovadas pelo Governo, entre as quais o confinamento compulsivo no domicílio e a interdição de deslocações e da permanência na via pública injustificadas. Em vigor até 2 de maio de 2020, ao estado de emergência seguiu-se o estado de calamidade com duração distinta no continente e nas regiões autónomas. A concretização de medidas de confinamento obrigatório agravou o risco das vítimas de violência doméstica, independentemente do sexo, idade e histórico de violência. Dados publicados mostram que no primeiro trimestre de 2020 registaram-se 6.358 participações à PSP e à GNR por crime de violência doméstica, número que ascendeu às 6.928 participações no segundo semestre, independentemente do tipo de relação entre vítima e pessoa suspeita (República Portuguesa, 2020). Estes dados são inferiores aos registados em igual período em 2019, decréscimo igualmente assinalado no número de transportes de vítimas realizados nesse período (RP, 2020). Porém, ao nível das estruturas de atendimento e das estruturas de acolhimento da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), a informação publicada mostra que no estado de calamidade o número total de atendimentos e de acolhimentos cresceu exponencialmente face ao registado durante o estado de emergência (CIG, 2020). Em Portugal, desde o estado de emergência, encetaram-se várias medidas de política de apoio a vítimas de violência doméstica, sobretudo ao nível do funcionamento da RNAVVD. Esta comunicação corresponde a uma primeira análise dos dados recolhidos no âmbito de uma investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do Aviso Gender Research 4 COVID 19, desenvolvida no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte (Cies-Iscte) sobre os serviços prestados a vítimas de violência doméstica no contexto pandémico, sobretudo os da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica. Tomando por base os inquéritos por questionário aplicados junto destes serviços de apoio, apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos, contribuindo para o conhecimento sobre a realidade vivida nestas valências e experienciada pelos funcionários/as e voluntários/as afetos/as aos serviços auscultados, desde a promulgação do estado de emergência até à atualidade. Esta análise oferece um retrato dos serviços e das respetivas formas de atuação perante a pandemia e contribui para a tomada de decisão sobre medidas futuras para reforço dos serviços prestados a utentes vítimas.

Palavras chave: Violência doméstica, serviços de apoio a vítimas, covid-19, políticas públicas

XI-APS-34872 -**Desigualdade, juventude e política pública: o caso da Amadora**

Manuel Abrantes - CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Pedro Perista - CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Comunicação Oral

A persistência e a reconfiguração das desigualdades na Europa têm merecido a atenção das ciências sociais (Mauritti et al., 2016; Monfort et al., 2018). Em particular, a crise financeira que eclodiu em 2008 e o subsequente reforço das políticas de austeridade contribuíram para o aumento da pobreza e da exclusão social entre a população jovem (Ferreira et al., 2017; Green, 2017; Eurostat, 2019). Os anos de recuperação económica entretanto decorridos, as mudanças tecnológicas e a recente pandemia de Covid-19 trouxeram novos elementos para compreendermos os riscos vividos por jovens em várias esferas da sua vida (Caleiras, 2019; EAPN, 2020). Quais as políticas públicas eficazes para combater esses riscos? Como desenvolver formas de intervenção que assegurem a participação da própria população jovem? Neste panorama nasceu o projeto “UPLIFT – Urban Policy Innovation to Address Inequality with and for Future Generations” (2020-2022), que reúne investigadoras/es em nove países da Europa e é apoiado pelo programa Horizonte 2020, da União Europeia. O trabalho empírico está a decorrer em dezasseis áreas urbanas, com vista a identificar e comparar as materializações locais das desigualdades, bem como aferir e partilhar experiências de políticas públicas inovadoras. A presente comunicação concentra-se no caso da Amadora, uma das áreas urbanas em análise. Com base em pesquisa documental, sistematizamos os principais fatores de desigualdade e as políticas implementadas para os combater em quatro esferas fundamentais: educação, emprego, habitação e rendimento. A análise de indicadores estatísticos permite-nos aprofundar a observação dos processos socioeconómicos subjacentes à evolução das desigualdades. Os resultados mostram a utilidade da análise de uma área geográfica e de um segmento etário específicos para expor as dinâmicas de desigualdade associadas ao avanço do neoliberalismo e às suas múltiplas segmentações, em razão não só da idade mas também do género ou da origem étnica e racial. Nesse contexto, tentaremos sintetizar os impactos de políticas públicas adoptadas a nível nacional ou local ao longo da última década.

Palavras chave: Desigualdade, exclusão, juventude, política pública

XI-APS-36629 -A música transforma a vida...Da Orquestra Geração até ao infinito
Rute Teixeira - Faculdade de Letras, UP

Comunicação Oral

O projeto, desenvolvido na realização do Doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto centra-se na pretensão de analisar o Projeto Orquestra

Geração enquanto mecanismo de mobilidade social, de qualificação do tecido e da prática cultural, de desenvolvimento integrado e de envolvimento das comunidades locais, lembrando as suas competências e incentivos nas práticas pedagógicas, favorecendo o contexto escolar. Será objetivo da presente investigação demonstrar a relevância desta problemática, analisando o impacto do Projeto Orquestra, nas trajetórias de vida individuais e sociais, dos jovens que o frequentam. Para tal, foram analisados processos de (re)socialização e de (re)estruturação dos trajetos de vida de 18 jovens membros da Orquestra, em distintas dinâmicas sociais, após o término do seu percurso musical na Orquestra até ao 9º ano de escolaridade, entre 2015 e 2018. Posteriormente, os mesmos jovens foram contactados para uma entrevista formal, com a finalidade de recolher informações sobre as suas trajetórias de vida, se ocorreram mudanças nas diversas disposições individuais e sociais e, se a frequência no Projeto Geração surtiu qualquer influência na sua vida. Mediante uma análise de triangulação de dados teceram-se “Tipologias de Grupo”, comparando-se as diferentes trajetórias de vida deste jovens, demonstrando a pertinência do conceito de Ator Plural. A grande inspiração metodológica centra-se na Teoria que Lahire (2005) desenvolve em torno do conceito de ator plural, isto porque o património disposicional de cada indivíduo é fundado em elementos heterogéneos de forças desiguais, coexistindo na mesma pessoa distintas disposições, resultantes dos diferentes contextos de socialização. Este balanço será crucial, na medida em que o Estado tem em vista a promoção de respostas que se constituam em medidas de carácter político e que, num sentido alargado, terão por objetivo promover e potenciar um desenvolvimento equilibrado, articulado e corretor das assimetrias sociais.

Palavras chave: Orquestra geração, musica, disposições individuais e sociais

XI-APS-38885 -Avanços e compassos na edificação da igualdade entre homens e mulheres no poder e tomada de decisão

Peralta, Célia - Universidade de Évora

Comunicação Oral

No ano de 2009 realizou-se o primeiro ato eleitoral autárquico após a introdução de uma medida de ação positiva, que visa promover a igualdade entre homens e mulheres no acesso ao poder e tomada de decisão: a Lei da Paridade. Reportando ainda a 2009, 92,4% dos executivos das juntas de freguesia de Portugal eram liderados por homens; 7,6% eram liderados por mulheres. Os últimos resultados eleitorais, em outubro de 2017, mostram que a realidade não sofreu alterações significativas: 88% dos presidentes das freguesias de Portugal são homens, 12% são mulheres. Com o propósito de mostrar os resultados principais de uma investigação, a igualdade entre homens e mulheres no poder e tomada de decisão está no cerne desta comunicação. Em tempos de mudanças e continuidades, pretende-se promover a discussão sobre a igualdade real na ocupação e exercício do poder

autárquico, com enfoque no cargo de Presidente de Junta de Freguesia. Proposto identificar um conjunto de fatores inibidores e potenciadores que confluem para o processo de construção da igualdade substantiva na Presidência das Juntas de Freguesia de Portugal, recorreu-se a uma metodologia de natureza quantitativa, extensiva, descritiva uni e bi-variada. A recolha de dados através do inquérito por questionário on-line, permitiu chegar ao conjunto de titulares do cargo de Presidente de Junta de Freguesia em território nacional, em janeiro de 2018. Procurou-se colmatar o défice de conhecimento sobre a efetividade da paridade na ocupação deste lugar de poder numa perspetiva multidimensional. Uma análise à igualdade real não pode descurar a análise sobre os vários domínios da vida, porquanto se entrecruzam e influenciam mutuamente. A caracterização do perfil dos e das Presidentes de Juntas de Freguesias de Portugal permitiu destacar sinais positivos e que podem contribuir para motivar um maior envolvimento na ação política, por parte das mulheres, e para a desconstrução dos estereótipos de género: as mulheres eleitas são jovens e com níveis de educação superiores. Identificar diferenças e semelhanças nas trajetórias de vida política e como conciliam os vários domínios das suas vidas, revelou que as mulheres possuem um menor capital político, que começaram a interessar-se por atividades relacionadas com a política numa fase da vida mais tardia, possuindo, em média, menos 4 anos de atividade política do que os homens. Apesar destas mulheres ocuparem um cargo de poder são estas quem mais se ocupa do trabalho não pago, expondo, assim, a reprodução do papel da mulher cuidadora, mimetizando a sociedade portuguesa em geral. Esta investigação conclui que a estrutura de género está ainda bastante enraizada na sociedade portuguesa, em particular no poder político, e a introdução de medidas de ação positivas, como as quotas, por si só, não produziram os efeitos pretendidos à efetividade da igualdade real, traduzindo-se num processo ainda em construção.

Palavras chave: igualdade, género, poder e tomada de decisão

XI-APS-41077 -Avaliação preliminar do programa da Rede Social em Vila Nova de Gaia
Tânia Leão - Universidade do Porto - Instituto de Sociologia

Comunicação Oral

O Observatório Social de Vila Nova de Gaia (OSVNG) é uma entidade que resulta de um Acordo de Parceria Institucional celebrado entre o Município de Vila Nova de Gaia e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O OSVNG tem como propósito ser uma estrutura de carácter consultivo e independente, que facilite a adoção, por parte da autarquia, de políticas sustentadas e sustentáveis, porque informadas cientificamente. Uma das dimensões privilegiadas pelo OSVNG é, naturalmente, a da coesão e inclusão social. No trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, de recolha, tratamento e monitorização da área social, destacamos a análise da Rede Social, um programa fortemente enraizado no concelho gaiense. Esta medida de política social, introduzida pela Resolução Conselho de Ministros nº

197/97 de 18 de novembro, tem como propósito a articulação, no terreno, de inúmeras instituições particulares, grupos e iniciativas de ação social – diversos organismos que se unem numa vasta e heterogénea rede de solidariedade – funcionando como um “fórum de articulação e integração de esforços”, fomentando a formação de uma “consciência coletiva” para os problemas de ordem social e otimizando as respostas preexistentes (sem que, para tal, sejam criados novos organismos ou se verifique um acréscimo de despesas para a autarquia). A Rede Social operaria em áreas como: o combate à exclusão social, o apoio a famílias e pessoas marginalizadas (crianças, jovens, adultos e idosos), o apoio a pessoas portadoras de deficiência, o apoio a pessoas com adições ou doenças infetocontagiosas, a animação sociocultural, entre outras. Na prática, a articulação de uma rede tão numerosa e diversificada de entidades acarreta um conjunto de dificuldades, operacionais (e não só), que podem comprometer as vantagens do programa. Na presente comunicação, propomos debater o modo como tem vindo a ser posta em prática a Rede Social em Vila Nova de Gaia, a partir de uma análise SWOT a dados recolhidos por via de um inquérito por questionário e da realização de grupos focais, com vista a elencar as principais forças, oportunidades e fraquezas desta iniciativa local.

Palavras chave: Observatório Social, Rede Social, políticas públicas, coesão social

XI-APS-43247 -Um novo modelo de tributação mais justo e adaptado à economia digital

Miguel Viegas - Universidade de Aveiro

Tiago Ameida - Universidade de Aveiro

Comunicação Oral

Em plena pandemia, com as economias em recessão, a necessidade de recursos públicos tenderá a tornar-se uma prioridade política de primeiro plano. O atual modelo de tributação das empresas foi desenhado no princípio do século XX. Entretendo, com a globalização e a digitalização, as cadeias de produção e distribuição alteraram-se substancialmente. Mas a máquina tributária não acompanhou esta evolução, em claro benefício das grandes empresas multinacionais. Hoje a maioria do fardo fiscal recai sobre os consumidores/trabalhadores e sobre as pequenas e médias empresas. A necessidade de reformulação dos sistemas tributários constitui hoje uma evidência reconhecida pelos agentes políticos e académicos. Várias propostas estão neste momento em discussão na OCDE e na União Europeia. Contudo, o consenso tem sido muito difícil de alcançar, muito por culpa de determinados países que reverteram as suas economias em máquinas de predação fiscal, atraindo multinacionais e dando-lhes os instrumentos para aí drenarem os seus lucros. O presente artigo tem três objetivos. Em primeiro lugar, descreve numa análise comparativa, a proposta da OCDE designada de “abordagem unificada” (primeiro pilar da Ação 1 do programa BEPS, “desafios para a fiscalidade decorrentes da economia digital) e a proposta

da Comissão Europeia de criação de uma taxa digital (Directive laying down rules relating to the corporate taxation of a significant digital presence). Em segundo lugar, debruça-se sobre os aspetos que dividem hoje os países da União Europeia e da OCDE e que têm impedido até hoje o tão desejado consenso sobre esta questão. Finalmente, com base numa pequena amostra de empresas multinacionais com forte presença digital dentro do espaço da União Europeia, elabora uma simulação de ambas as propostas por forma evidenciar os impactos de tais impostos nas receitas fiscais dos Estados Membros da União Europeia e em particular de Portugal.

Palavras chave: Tributação das empresas, digital, União Europeia, OCDE

XI-APS-46344 -As Políticas de Emprego em Portugal: Entre o Retrocesso e a Mitigação

Jorge Caleiras - CIES-ISCTE

Isabel Roque - CES-UC

Rodrigo Vieira de Assis - CIES-ISCTE

Renato Miguel do Carmo - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

A comunicação visa apresentar resultados (ainda provisórios) de uma investigação em curso no âmbito do projeto EmployALL, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/SOC-SOC/30543/2017). Parte-se da ideia de que as políticas de emprego – ativas e passivas – são um instrumento fundamental de atuação do Estado sobre o mercado de trabalho, seja no combate ao desemprego e na proteção e (re)inserção dos desempregados, seja na qualificação dos recursos humanos e na promoção da qualidade do emprego. Entendidas neste sentido amplo, elas constituem-se num referencial incontornável para avaliar o nível de desenvolvimento das sociedades e a forma como estas abordam desigualdades e injustiças decorrentes dos seus modelos de desenvolvimento. A abordagem empírica centra-se nas principais linhas de orientação dessas políticas em Portugal nas duas últimas décadas, que são discutidas numa perspetiva crítica. De um ponto de vista metodológico, distinguem-se duas fases. Uma primeira (a da austeridade pura e dura), grosso modo, até 2015, marcada pelos fortes impactos da crise financeira (tornada depois económica e social) e pela aplicação do programa de ajustamento estrutural acordado com a Troika. Sucede-lhe uma segunda fase (pós-Troika), em curso, distinta da primeira, marcada pela procura de caminhos alternativos e caracterizada pela reposição de políticas e de rendimentos, na tentativa de mitigar o lastro negativo deixado pela crise e pela agenda austeritária inicialmente adotada para a combater. Recorrendo a fontes estatísticas oficiais e aos normativos que regulam as políticas ativas de emprego, analisam-se sucessivamente essas duas fases. Os principais resultados apontam num duplo sentido. Relativamente à primeira fase, existe já um conhecimento acumulado, especialmente para o período de resgate da dívida soberana, permitindo afirmar que o caminho seguido conduziu

a um verdadeiro retrocesso: crise inédita no mercado de trabalho, desemprego a atingir níveis históricos, extensão da precariedade e do mau emprego, degradação generalizada das condições laborais, enfim, quebras significativas nos rendimentos dos trabalhadores. Por seu lado, as políticas mostraram-se fortemente instáveis, transformando-se num verdadeiro labirinto, com baixo grau de eficácia e de cobertura, sendo muitas vezes objeto de instrumentalização/abuso na sua aplicação. Perante o efeito negativo em termos de acesso e cobertura, acompanhado pelo definhamento e desqualificação das respostas públicas, houve necessidade de agir sobre as políticas, o que viria a acontecer na segunda fase. E os resultados apareceram: melhoria económica e social, indicadores a revelarem uma forte redução do desemprego e uma significativa recuperação do emprego, ainda que a sua qualidade seja bastante discutível.

Palavras chave: (Des)emprego; Políticas de emprego; Políticas ativas

XI-APS-47953 -O Observatório Social como entidade de ponderação política

Daniela Ferreira da Silva - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

Os Observatórios Sociais são espaços inovadores de investigação científica que servem de apoio ao acompanhamento, monitorização e avaliação de políticas públicas. São partidários na sua génese e foram desenvolvidos com o objetivo de promoverem a transparência das organizações governamentais. Dentro do seu espectro de ação, os Observatórios Sociais possuem como principais tarefas: (1) recolha (própria ou externa), (2) tratamento e (3) divulgação de informação estatística relevante para a população do concelho (publicação de newsletters temáticas p.ex.); (4) realização de pareceres baseados em investigação científica e (5) atualização de informação estatística. Nesta comunicação, pretendo ilustrar o papel do sociólogo no Observatório Social de Vila Nova de Gaia, mediante uma análise exploratória da condição social juvenil. Neste contexto, o seu trabalho é fundamental pelas suas competências teóricas, metodológicas, relacionais e operatórias. Além disso, a sua capacidade de transformar um problema social num problema sociológico surge como uma mais valia. O município de Vila Nova de Gaia propôs-se, no ano de 2020, candidatar-se a Capital Europeia da Juventude (2024). No âmbito dos trabalhos do Observatório, a equipa compromete-se a apresentar uma revisão de literatura que servirá de apoio à fundamentação do programa de Candidatura - uma abordagem exploratória ao conceito e modos de vida da Juventude, através de uma investigação reflexiva e dirigida por um pensamento crítico. Pretende-se dar a conhecer estudos recentes dentro das áreas da Educação, Emprego, Voluntariado, Inclusão, Identidade, Mobilidade, Cidadania e Participação política. Esta investigação pretende funcionar como um exercício holístico dos fatores sociais que estão na base do conceito da Juventude. Falamos das características que perfilam o capital humano da juventude, estratégias que podem ser mobilizadas para combater barreiras à

aprendizagem, conceitos relevantes para compreender os padrões de mobilidade dos jovens, fatores sociais que pesam na tomada de decisão de uma opção de mobilidade, consequências que decorrem da vivência de situações de trabalho precário, situações contratuais frequentes entre a população jovem, fatores sociais por detrás de jovens NEET, dimensões que constituem o conceito de empoderamento, o papel do setor escolar no combate à violência de género e de sexo e conceitos relevantes para compreender a atual participação cívica por parte dos jovens, etc. O exercício requer a maior clareza possível, facilitando a compreensão por parte dos agentes camarários.

Palavras chave: Observatório social, Sociologia, Juventude, Políticas públicas

XI-APS-50532 -Igualdade de género: representações sociais de actores-chave quanto às práticas e dinâmicas existentes em quatro municípios do Baixo Alentejo

Lisa Ferro - Instituto Politécnico de Beja

Sandra Saúde - Instituto Politécnico de Beja & CICS.NOVA

Comunicação Oral

A igualdade de género é um dos seis Objectivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos, por Portugal, como prioritários no âmbito da implementação da Agenda 2030. Com a territorialização das políticas públicas e a governança a constituírem pilares fundamentais do Princípio da Coesão Territorial, enquanto nova aceção de desenvolvimento no quadro europeu, as estratégias de intervenção têm vindo a multiplicar-se nos territórios locais. Os relatórios mais recentes demonstram, contudo, que as orientações políticas e o reforço dos mecanismos de acção se têm mostrado insuficientes para um efectivo combate às desigualdades existentes entre homens e mulheres. O estudo desenvolvido visou caracterizar as representações sociais de actores-chave quanto às práticas e dinâmicas de promoção da igualdade de género em quatro municípios da NUTS III - Baixo Alentejo, através de uma metodologia qualitativa de perfil interpretativo e construtivista. Recorreu-se à análise de seis documentos de enquadramento da acção local e à condução de 12 entrevistas em profundidade, realizadas com representantes do poder político local e central, Conselheiras Municipais para a Igualdade, representantes do sector da Educação e uma coordenadora de intervenção local no domínio da igualdade numa ONGD. Os dados recolhidos, focados nos significados da igualdade de género, na evolução do quadro normativo, nas práticas e dinâmicas de promoção da igualdade de género e na territorialização das políticas públicas neste domínio, foram posteriormente alvo de análise de conteúdo categorial temática. A investigação revela que, apesar do avanço do pensamento feminista e da reformulação do papel das mulheres na sociedade, os actores-chave do território em estudo demonstram ainda desconhecimento sobre os pressupostos da igualdade de género, sobre os indicadores da realidade local e sobre as orientações políticas existentes, desvalorizando as suas próprias atribuições nos processos de promoção da

igualdade de género. A falta de reconhecimento dos benefícios da igualdade de género para o desenvolvimento dos territórios locais tende a minimizar a urgência da sua promoção, contribuindo para a repercussão das assimetrias.

Palavras chave: igualdade de género; representações sociais; desigualdades; políticas públicas

XI-APS-53233 -As vozes do racismo institucionalizado: uma análise a partir da imprensa escrita

Rosária Maria Pereira Ramos - ISCSP - Universidade de Lisboa / CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas

Fábio Anunciação - ISCSP - Universidade de Lisboa

Jéssica Mendeiro - ISCSP - Universidade de Lisboa

Maria da Luz Ramos - ISCSP - Universidade de Lisboa / CIEG – Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

Comunicação Oral

Em Portugal, os discursos de discriminação e atos de violência com minorias étnicas não serão inéditos. Contudo, recentemente foram amplamente noticiados confrontos entre a polícia e indivíduos de minorias étnicas, e outros que envolviam pessoas de diferentes etnias, que geraram amplo debate público nos meios de comunicação social. A recente representação parlamentar de partidos políticos que apelam à intolerância para com cidadãos de diferentes culturas, etnias ou nacionalidades, à semelhança do que se vem verificando na esfera global, têm amplificado clivagens e atitudes de antagonismo para com aqueles que parecem ser diferentes. A saliência destes eventos e dos debates que suscitaram lançou o mote para que conceitos como os de racismo estrutural, racismo institucional, entre outros, sejam hoje frequentemente utilizados nos meios de comunicação social e nas redes sociais. A imagem culturalmente enraizada de que Portugal é um país de brandos costumes e os tabus que persistem em torno da investigação sobre o racismo - como parece ser exemplar a ausência do tema nos censos à população -, constituem poderosos entraves ao estudo das representações sociais sobre questões raciais, da discriminação racial existente em vários domínios, e à elaboração de políticas públicas eficazes no combate aos problemas de discriminação racial. Assumindo que os meios de comunicação e as redes sociais podem ser poderosos mediadores de atitudes racistas ou anti-racistas nos cidadãos, pretende-se analisar se a forma como estes eventos são noticiados têm implícito um enviesamento racial, contribuindo para a propagação de ideias racistas. Para o efeito, foram recolhidas e analisadas as notícias publicadas na imprensa escrita sobre dois casos recentemente muito mediatizados: a morte de dois jovens estudantes universitários de diferentes etnias, em Lisboa e em Bragança; e a agressão violenta a uma mulher após a sua expulsão pela polícia de um autocarro. Os resultados deste estudo podem contribuir para a

definição de políticas editoriais mais conscientes e socialmente responsáveis.

Palavras chave: Racismo institucionalizado, imprensa escrita, discriminação, representações sociais

XI-APS-55379 -Trabalhadores precários e elegibilidade aos subsídios parentais: uma questão de igualdade social

Susana Atalaia - ICS - ULisboa

Mafalda Leitão - ICS - ULisboa

Comunicação Oral

Em Portugal, a política de licenças parentais além de apoiar o rápido regresso da mãe ao trabalho após o gozo de uma licença bem paga de 4 a 5 meses, tem vindo a incentivar e a premiar a participação do pai nas licenças, colocando o país na linha da frente da componente género e licenças. No entanto, os critérios de elegibilidade às licenças e aos subsídios parentais não só contradizem a meta da maior igualdade de género (o pai só tem direito ao subsídio parental inicial se a mãe for elegível), como desafiam a igualdade social de homens, mulheres e crianças perante direitos fundamentais (a protecção na maternidade e na paternidade) consagrados na Constituição Portuguesa. Fazer depender o acesso aos subsídios parentais das carreiras contributivas das mães e dos pais introduz e reproduz desigualdades. Num tempo marcado por condições de trabalho cada vez mais precárias estima-se que muita/os trabalhadora/es não sejam elegíveis aos subsídios parentais. Perante a desigualdade de acesso de mães e de pais, instala-se a desigualdade entre as crianças e afecta-se o seu bem-estar nos primeiros meses de vida. Pode o Estado Social português admitir e desenhar uma política de licenças centrada no bem-estar da criança e não na carreira contributiva da mãe e do pai? Com base na análise de dados do INE, do Eurostat e da OCDE, bem como na legislação nacional sobre licenças parentais, subsídios parentais e regulação do mercado de trabalho, a presente comunicação visa compreender os efeitos da precariedade laboral na elegibilidade aos subsídios parentais por parte de mulheres e homens trabalhadores em idade reprodutiva (15-49 anos), mais especificamente entre os 25 e os 39 anos de idade, altura em que é mais frequente a entrada na parentalidade. Discutir-se-á a possibilidade de um desenho de política de licenças mais abrangente e adaptado à realidade social do país, com base no paradigma dos direitos sociais e na promoção do bem-estar da criança. Neste sentido, explora-se a ligação entre política de licenças, igualdade de género, mercado de trabalho, direitos sociais e bem-estar infantil.

Palavras chave: política de licenças, igualdade de género, trabalho precário, direitos sociais

XI-APS-57401 -Proteção social, mercado de trabalho e precariedade: o que dizem os trabalhadores socialmente vulneráveis quando falam sobre esses temas?

Rodrigo Vieira de Assis - CIES-ISCTE

Isabel Roque - CES-UC

Jorge Caleiras - CIES-ISCTE

Renato Miguel do Carmo - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

Visando apresentar os resultados parciais de uma investigação em curso no âmbito do projeto Art63, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/DIR-OUT/32096/2017), o objetivo desta comunicação é o de discutir, a partir de um conjunto de entrevistas realizadas com membros da classe trabalhadora portuguesa, os sentidos da proteção social, do trabalho e da precariedade entre indivíduos ativos em contextos sociais vulneráveis e economicamente instáveis. Partimos da ideia de que, embora a Constituição da República Portuguesa, em seu artigo 63.º, sublinhe que a segurança social é um direito fundamental e universal, a distribuição das garantias e proteções em contextos de vulnerabilidade demonstra que um amplo conjunto da classe trabalhadora não sente-se protegido, sobretudo quando refletem sobre o período posterior à implementação dos ajustamentos advindos das políticas de austeridade acionadas após a crise financeira de 2008. No âmbito dos trabalhadores, percebem-se múltiplas consequências nestes últimos 11 anos, que associam-se e desdobram-se num processo contínuo de precarização de suas vidas. Com um mercado cada vez mais flexível, os trabalhadores foram forçados a vivenciar trajetórias de fragmentação de seus vínculos laborais, reproduzindo-se muitas vezes em regimes de contratação temporária ou prestação de serviços à recibos verdes, não raramente acompanhadas pela perda dos rendimentos salariais e pelo aumento da sensação de incerteza sobre o futuro. Esses elementos os colocaram diante de uma encruzilhada, cuja compreensão requer considerar o que eles têm a dizer quando falam das suas experiências no mercado de trabalho, da precariedade e da proteção social. A ideia aqui é a de refletir sobre os significados que permeiam a concepção que os trabalhadores têm dessas categorias, identificando como tais termos são mobilizados em contextos laborais precários. Para tanto, serão analisadas entrevistas semidirectivas feitas nas regiões metropolitanas de Lisboa e de Coimbra com trabalhadores de setores historicamente consolidados (construção civil, limpezas, restauração) e recentemente emergentes (contact centres, operadores turísticos, motoristas da Uber e similares). A análise do material indica que, neste universo, 1) sentir-se socialmente protegido não está relacionado apenas aos registros formais das atividades laborais, mas associa-se também ao uso que o próprio trabalhador faz dos recursos económicos recebidos; 2) que a perda de vínculos laborais e a consequente busca por trabalho pode dar lugar tanto a uma leitura negativa quanto positiva do mercado de trabalho nacional; 3) que a precariedade não é sinónimo de pobreza, uma vez que muitos consideram-se precários, mas não percebem-se enquanto pobres, cujo sentido recai sobre uma condição inferior às suas, que seria incapaz de atender às

necessidades individuais e familiares mais básicas.

Palavras chave: Classe Trabalhadora. Proteção Social. Mercado de Trabalho. Precariedade.

XI-APS-58785 -Sustainable Cities and Reduced Inequalities: Mobility, access and spatial justice

Diana Soeiro - ICS-UL/ Institute of Social Sciences - University of Lisbon

Tim Poggemann - Christian-Albrecht Universität zu Kiel

Comunicação Oral

Economic growth is believed to be uneven between urban and rural places. This classic divide assumes that wealth is predominantly generated in cities while rural areas are in decline and impoverished. However, whether urban or rural, within each realm there are some areas that are thriving and others that are in need to be revitalised. Our presentation presents as case study the city of Lisbon (Portugal), focusing on the traditional working-class manufacturing neighbourhoods of Marvila and Beato currently under regeneration. The area is the main object of research of the ROCK project – an action-research project funded by Horizon 2020 (European Union) that aims to promote urban regeneration through the valorisation of cultural heritage. The presentation has as its background United Nations' 17 Sustainable Development Goals (SDGs) put forth in the Agenda 2030. In particular SDG 11 on sustainable cities and communities and SDG 10 on reduced inequalities. The main goal is to answer the question: how can mobility and access design strategies contribute to reduce inequality? First we describe our elected territory's morphology providing also a comparative socio-demographical characterisation at an urban, regional and national level. Then we present a brief historical background of the area where it becomes clear that recent public policies have been actively contributing to transform the area into the city's new technological, social and cultural hub. Lastly, we analyse how a lack of an updated mobility and transport system strategy, that supports these new policies, negatively impacts permanent and temporary inhabitants hindering the area's economic growth and quality of life, eg. access to culture that has been promoted as the main element of the area's regeneration strategy. We conclude by validating American geographer Edward W. Soja's (2010) concept of 'spatial justice' demonstrating the power that space has to shape the social. Also we provide an update on planned mobility strategies to our research area and discuss how can they positively impact economic growth and access to culture, promoting equality.

Palavras chave: sustainable development, urban regeneration, economic growth, culture

XI-APS-59995 -Configurações Estruturais da Desigualdade Europeia

Rosário Mauritti - CIES, ISCTE

Maria do Carmo Botelho - CIES, ISCTE

António Firmino da Costa - CIES, ISCTE

Sara Franco da Silva - CIES, ISCTE

Nuno Nunes - CIES, ISCTE

Comunicação Oral

Após as duas primeiras décadas do século XXI, a Europa é hoje reconhecida como um espaço social atravessado por desigualdades significativas. O agravamento das desigualdades sociais trouxe para o espaço social europeu um variado conjunto de repercussões negativas na organização social e na vida das pessoas. Em que medida se verifica presentemente a constituição de um espaço europeu de desigualdades? Qual é a estrutura social desse espaço europeu de desigualdades? Quais são os seus principais parâmetros e configurações? Alguns dos estudos mais relevantes sobre desigualdade social no mundo contemporâneo têm sublinhado a importância de duas vertentes da desigualdade: a desigualdade inter-países (entre países) e a desigualdade intra-países (dentro de cada país). Porém, num espaço social como a Europa, com as múltiplas relações que nela se estabelecem e se interligam (históricas, económicas, institucionais, socioculturais), é também cada vez mais fundamental tomar em conta analiticamente uma terceira vertente, a desigualdade transnacional. A análise elaborada e a evidência empírica, para o efeito mobilizando metodologias extensivas e multivariadas, darão conta das desigualdades sociais no contexto europeu, examinando as interseções de um conjunto principal de dimensões estruturais de desigualdade, nomeadamente desigualdades distributivas (e.g. desigualdades de rendimento e educação) e desigualdades categoriais (e.g. desigualdades de classe e género). Os indicadores analisados são a classe social e género, rendimento e educação, supervisão e autonomia no trabalho, referenciando-se em dados disponíveis no European Social Survey (2016) sobre a população ativa dos 25 aos 64 anos. A estrutura da desigualdade europeia é significativamente configurada por interseções entre as classes sociais, o género e recursos, que se intersejam igualmente com padrões de desigualdade estrutural com enraizamento nas regiões e países europeus. As interseções entre desigualdades distributivas e categoriais estão no centro das desigualdades que configuram o atual espaço social europeu, no que diz respeito ao interior dos países, à comparação entre países e considerando a Europa como um todo.

Palavras chave: Desigualdades, Classes Sociais, Interseções de Desigualdades, Europa.

XI-APS-63518 -L'Espace Public contemporain entre invisibilisation et réification
Bergeault - Université Perpignan Via Domitia

Comunicação Oral

L'espace médiatique dominant, suite à des transformations majeures, tend à centrer certaines de ces problématiques autour des questions sécuritaires et identitaires. De ce fait, les représentations médiatiques, non seulement des groupes « endogènes » (« Nous »), mais aussi des groupes « exogènes » (« Eux »), tendent à se construire autour de représentations de Soi et d'Autrui réifiées, mettant en scène des identités mythifiées et sacralisées. En articulant nos réflexions à la théorie critique de l'école de Francfort, et plus spécifiquement à la relecture intersubjectiviste qu'en a fait Axel Honneth, à travers sa théorie de la reconnaissance, nous essaierons de montrer que les logiques médiatiques, qui ont cours actuellement au sein de l'espace public dominant, se construisent autour de représentations et de catégorisations réifiées de Soi et d'Autrui et que, par ailleurs, cette crispation / réification s'articule autour de l'Islam et des musulmans. A l'encontre de l'idée communément répandue, selon laquelle le racisme serait avant tout le fait des classes laborieuses, qui, parce qu'elles ne comprendraient pas la marche du monde (néolibéral), n'auraient d'autres solutions que de se replier sur elles-mêmes et de rejeter la faute de leur exclusion sur des Autres facilement identifiables, nous considérons que le racisme est avant tout une production sociale institutionnelle. Aussi, il nous apparaît essentiel d'interroger les catégorisations sociales qui sont véhiculées par les médias dominants, car celles-ci nous renseignent sur la manière dont peuvent être construits, par le haut, des discours, des images et des représentations sur des populations dominées et marginalisées. Ces discours nous semblent particulièrement importants à analyser et à déconstruire pour deux raisons. D'une part, ceux-ci participent à standardiser et à écraser les expériences individuelles singulières et d'autre part, suivant la définition classique de la réification (G. Lukács), ils participent à dissimuler les rapports sociaux et plus particulièrement les rapports de dominations.

Palavras chave: Espace public, Médias, Altérité, Réification

XI-APS-64916 -Identidade europeia: interseção entre desigualdades de escolaridade e económicas

João Henriques - ISCTE-IUL, CIES-IUL

Comunicação Oral

A identidade europeia é apontada como um fenómeno estrutural, assente em factores microssociais, pelo que subsistem factores de diferenciação social a determinar que um sentimento de pertença colectivo europeu não é apenas uma questão de escolha mas também de posição social. Assim, não se desassocia da macroestrutura social nem das condições estruturais de existência. De facto, a distribuição do capital social, económico e cultural são variáveis determinantes que influenciam a maior abertura ou fechamento em relação à Europa. O estudo aqui proposto foca em primeiro plano a distribuição de capital educacional, e num segundo plano a distribuição de capital económico. Sabe-se que as categorias sociais mais escolarizadas têm valores mais cosmopolitas, são mais favoráveis à internacionalização, apresentando também maiores níveis de um sentimento identitário supranacional. Contudo, pretende-se esclarecer as seguintes questões:

- Que especificidades se evidenciam no espaço de identidade europeia intersetando as desigualdades escolares com as desigualdades económicas (e de desenvolvimento humano)?
- O nível médio de identidade europeia em cada país é mais influenciado por desigualdades internas ou desigualdades entre países?

A metodologia aplicada é quantitativa, usando dados do Eurobarómetro, do Eurostat, e das Nações Unidas. Procurar-se-á como se configuram as relações entre um sentimento identitário europeu e as categorias de desigual capital educacional, e como essa relação se associa: a) entre países, à distribuição de riqueza (PIB); e, b) ao nível de desenvolvimento humano (IDH); c) dentro dos países, à desigualdade na distribuição de rendimentos internos (coeficiente de Gini). Esta abordagem permite associar possíveis interdependências das diversas formas de capital (educacional e económico), e averiguar como as desigualdades internas e as desigualdades entre países influenciam um sentimento de pertença europeu. A inovação prende-se com 1) a análise do efeito da interseção de duas formas de desigualdade; 2) e a proposta de um novo indicador, o gap escolar identitário, que mede a divergência/convergência do sentimento identitário europeu entre as categorias sociais mais e menos escolarizadas. As conclusões sugerem que as desigualdades internas aos países, tanto de capital educacional como económico, terão maior relação com os níveis médios de sentimento de pertença europeu. Mas em ambas as categorias dos mais e menos escolarizados existe relação entre o nível médio identitário europeu e as desigualdades internas e entre países. Os maiores gaps escolares identitários relacionam-se mais com a diferença do nível médio de sentimento identitário europeu observado nas categorias sociais menos escolarizadas, e é nestas categorias que o coeficiente de Gini e o PIB têm maior efeito.

Palavras chave: identidade europeia, desigualdades, capital educacional, capital económico.

XI-APS-68435 -Contributos para a análise do impacto da pandemia Covid-19 no desemprego registado

Inês Tavares - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Ana Filipa Cândido - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Jorge Caleiras - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Comunicação Oral

A comunicação visa apresentar os resultados de uma investigação realizada pelo Observatório das Desigualdades em colaboração com o projeto EmployALL (PTDC/SOC-SOC/30543/2017), financiado pela FCT. O objetivo foi analisar os impactos da crise pandémica no mercado de trabalho em Portugal continental, particularmente na dinâmica e comportamento do desemprego registado, utilizando dados do IEFP. Do ponto de vista metodológico, valorizou-se a distribuição categorial e espacial dos desempregados, bem como a dimensão temporal do problema, tomando como referência períodos distintos que englobam o período de confinamento, o período de desconfinamento, assim como os períodos homólogos referentes a meses específicos. A comunicação estrutura-se em 4 pontos: i) exploração das taxas de variação do desemprego por NUTS II; ii) análise das taxas de variação de desemprego por concelhos, tendo por base a operacionalização de clusters; iii) decomposição dos motivos de inscrição nos Centros de Emprego; e iv) reflexão acerca dos desempregados oficiais da pandemia, tendo em atenção a realidade e as dificuldades na sua medição. Criou-se um modelo para a análise das taxas de variação baseado em quatro indicadores principais: taxa de variação do desemprego, taxa de variação do desemprego masculino, taxa de variação do desemprego jovem e taxa de variação do desemprego da população com habilitações escolares de 3^o ciclo e ensino secundário, cruzados depois com variáveis estruturais, de forma a melhor caracterizar as diferentes evoluções territoriais do desemprego. Os principais resultados apontam no sentido da generalização do problema do desemprego, embora com diferenças consoante o escalão etário, o sexo, a escolaridade, o setor de atividade, o território ou o momento temporal. Globalmente, o Algarve é a região do país com maior aumento do desemprego em termos homólogos, seguida, à distância, da Área Metropolitana de Lisboa. A larga maioria dos desempregados proveio de atividades dos serviços, com forte incidência nas áreas relacionadas com o setor do turismo, e só depois, muito abaixo, da indústria (indústria, energia e água e construção) e, mais abaixo ainda, do setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca).

Palavras chave: desemprego; pandemia Covid-19; desigualdades sociais

XI-APS-76033 -Housing inequalities in Porto, Portugal: Residents' interpellations to local political institutions

Raquel Ribeiro - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

One of the main features of contemporary globalized capitalism is the central role occupied by the financial system. In Portugal, as in other countries, housing played a central role in the process of financialisation of the economy and society. However, the increased commodification of housing and its use as financial asset for investment in the global market is increasing housing inequalities and compromising the access of the most underprivileged classes, mainly in the city centers of Lisbon and Porto. Although public housing in Porto is about 13%, a proportion much higher than the 2% at a national level, the existing dwellings are insufficient to tackle the needs of the population in a time of exponential increase of housing prices. As public policies were the main driver of financialisation, this communication aims to examine the concerns, motives and arguments expressed in the interpellations of citizens directed to local political institutions. To achieve this aim, were collected the interventions of the residents in the city of Porto registered in the minutes of City Council public meetings and Municipal Assemblies between 2013 and 2019. Primarily, a content analysis was performed to identify the themes of the interventions and analyze their evolution. Then an exploratory analysis with the program IRAMUTEQ for textual data analysis was performed on the interventions concerning housing issues to identify the concerns, motives and arguments refereed by residents. Results show that housing constitutes an important issue in the relationship between citizens and local political institutions, covering about half of the 951 interventions of the public between 2013 and 2019, with a growth trajectory in the past two years. The application of the method ALCESTE (Analyze des Lexèmes Cooccurrents dans les Enoncés Simples d'un Texte) with the IRAMUTEQ program suggested the importance of social inequalities and justice concerns in the interventions. These include, namely: distributive socio-economic inequalities on the access to housing; wide gap between the recognition of housing rights based on need principles and fulfillment of such rights; report of unfair, illegal and unethical housing practices by landlords or investors. The role of public policies and of local political institutions in reducing housing inequalities and guaranteeing the right to adequate housing is discussed.

Palavras chave: Housing financialisation; Social inequalities; Public policies; Local political institutions;

XI-APS-77829 -Precarização em Portugal: proposta de uma tipologia compreensiva
José Soeiro - Independente

Comunicação Oral

O estudo da precariedade laboral tem sofrido um grande desenvolvimento no campo da sociologia portuguesa, seja do ponto de vista quantitativo, seja quanto à diversidade de abordagens ao fenómeno. Desde diagnósticos sobre o trabalho precário no nosso país às dinâmicas de transformação das relações laborais; desde estudos de cariz etnográfico

centrados em sectores específicos à investigação sobre a intersecção entre desigualdades laborais e de género ou resultantes da racialização; desde a análise das trajetórias e transições precárias dos jovens às transformações nos modos de regulação, nos dispositivos legais e nos sistemas de negociação coletiva; desde o impacto da precariedade e das desigualdades de classe nas práticas de ação coletiva à emergência de novos movimentos sociolaborais do precariado. A partir desse conhecimento acumulado pelo campo da sociologia portuguesa, de uma análise sobre as diferentes formas que assume o trabalho precário em Portugal e do estudo das diferentes fases do processo de precarização no nosso país nas últimas décadas, nesta comunicação apresentar-se-á uma proposta de tipologia que pretende contribuir para uma abordagem compreensiva do fenómeno. Essa tipologia articula quatro dimensões: i) as diferentes modalidades de precarização; ii) as técnicas de precarização que são ativadas em cada uma dessas modalidades; iii) as figuras típicas de “trabalhador/a precário/a” que emergem de cada uma dessas modalidades (e as suas formas de identificação); iv) as políticas de desprecarização que têm sido ativadas pelo Estado ou propostas pelos movimentos de trabalhadores. Assim, procurar-se-á enfatizar o carácter dinâmico e multiforme deste processo e identificar os mecanismos económicos, sociais, legislativos, discursivos e políticos que ele envolve.

Palavras chave: precariedade; técnicas de precarização; legislação laboral; ação coletiva

XI-APS-79430 -OBJETOS TÁTEIS: POSSIBILIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS PARA DEFICIENTES VISUAIS

CARLOS ALBERTO SANCHES PEREIRA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA LIMA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

IVANETE DA ROSA SILVA DE OLIVEIRA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

Denise Celeste Godoy de Andrade Rodrigues - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

Ana Paula Cunha Pereira - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

Comunicação Oral

Os dados divulgados em documentos oficiais (Organização Mundial de Saúde; IBGE; Ministerio da Saúde; Fundação Dorina Knowil) realçam o panorama da deficiência visual no Brasil e no mundo. Tratam-se de indicadores relevantes para refletirmos a necessidade de elaboração de práticas pedagógicas inovadoras no cenário escolar, favorecendo a dimensão da educação inclusiva. Isto porque a literatura nacional e internacional evidência a história da exclusão envolvendo os deficientes visuais no campo da educação. Tal realidade constatada no espaço escolar, demonstra como as práticas educativas direcionadas à inclusão de alunos com deficiência, ainda requer avanços, principalmente, no que tange os projetos pedagógicos e à formação inicial/continuada dos professores. Se, os investimentos nesta direção fossem contemplados, daríamos um importante passo, evitando ações

implementadas de forma reduzida, comumente tratada no âmbito da educação especial. Em outras palavras, os aportes financeiros destinados a educação especial, vem se limitando ao simples cumprimento da normativa da escola regular, cujo alicerce vem se dando somente com a inserção de grupos de alunos com deficiências nas escolas, de modo geral. É justamente considerando esta realidade em questão, que a proposta deste capítulo apresenta os caminhos percorridos para a produção de objetos táteis como recurso inclusivo, desenvolvido e aplicado na Educação Básica no ensino de ciências. A partir de uma abordagem crítica (com base no conceito de policy-analysis), lançamos mão de discussões teórico/empíricas que englobam prática e produção científica com o objetivo de minimizar a distância entre pesquisa e prática docente.

Palavras chave: Políticas públicas. Inclusão. Deficiência Visual

XI-APS-82196 -Redução das Desigualdades no âmbito da Agenda 2030 da ONU

Sara Franco da Silva - CIES-IUL, ISCTE-IUL

Maria do Carmo Botelho - CIES-IUL, ISCTE-IUL

Rosário Mauritti - CIES-IUL, ISCTE-IUL

Nuno Nunes - CIES-IUL, ISCTE-IUL

Luís Cabrita - CIES-IUL, ISCTE-IUL

Comunicação Oral

As desigualdades sociais ocupam um lugar central nas discussões científicas, políticas e internacionais acerca do desenvolvimento humano, do bem-estar das populações e do progresso social. Em setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na qual definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a atingir até 2030. Os ODS vieram superar os anteriores Objetivos do Milênio, integrando preocupações ao nível social, económico, ambiental e institucional, e contando com metas mensuráveis sendo, por isso, atribuída uma enorme importância ao trabalho de monitorização do seu progresso. A problemática das desigualdades constitui uma preocupação transversal a toda a Agenda, e onde se inclui um específico Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): a Redução das Desigualdades (ODS 10). Tendo como foco o ODS 10, procuramos entender em que medida o European Social Survey 2016, inquérito europeu às populações, constitui uma adequada solução de análise das desigualdades sociais no âmbito do desenvolvimento sustentável. Face à urgência de definir um sistema de indicadores sólido e robusto que permita a monitorização do progresso dos diferentes países face ao cumprimento dos ODS e tendo em conta o apelo urgente de mais dados que tenham por base um conhecimento técnico e científico, propomo-nos a operacionalizar um conjunto de indicadores que, indo mais longe do que os indicadores já propostos pelas Nações Unidas e pelo Eurostat, permitam compreender como diferentes níveis de inclusão social, económica e política são influenciados por

desigualdades sociais nos diferentes territórios europeus. A abordagem das desigualdades segue os contributos mais recentes de Tilly, Lamont, Stiglitz, Wilkinson e Pickett e Bourdieu. Procuramos entender de que forma as desigualdades categoriais (idade, sexo, etnia, religião, etc.) poderão explicar diferentes graus de inclusão multidimensional. A Meta 10.2 – Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra – só poderá ser alcançada se a inclusão social, económica e política de grupos europeus específicos, profundamente marcados por desigualdades horizontais, for reforçada.

Palavras chave: Desigualdades, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Inclusão Multidimensional, Bem-Estar

XI-APS-84551 -O Racismo Estrutural e a Desigualdade económico no Brasil: um estudo de caso

Carlos Augusto Hortmann Fagundes - Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE - CIES

Comunicação Oral

No esteio dos debates contemporâneo acerca da questões étnico-raciais este artigo/ comunicação procura focalizar uma análise crítica sobre a realidade brasileira no que tange a desigualdade económica-racial; a partir de uma compreensão teórica de que o racismo é estrutural (que transcende o âmbito de uma ação individual) e orgânico ao modo de sociabilidade vigente. Acreditamos ser importante ressaltar que o Brasil é um país que se encontra na periferia do sistema capitalista, no qual a categoria dependência económica em relação ao denominado capitalismo central é uma chaveira de leitura para compreendermos a especificidade da desigualdade étnico-económica na sociedade brasileira, portanto, o referencial teórico que sustenta a nossa análise é a Teoria Marxista da Dependência, que tem nos seus principais formulados Rui Mauro Marini e Jaime Osorio. Nesse contexto procuramos evidenciar as determinações não-aparente das desigualdades económicas, bem como as relações estruturais das classes sociais (num sentido transversal) e o modo como se inserem as questões étnico-raciais (vertical) - incidiremos também sobre as questões de género sexual, níveis educacionais e localização geográfica. Porém, sem perder de vista questões de ordem sociológica e histórica que particularizam a sociedade brasileira, como por exemplo, o conceito abstrato de democracia racial utilizado como instrumento ideológica do controlo social a partir do período pós-abolição até os dias presentes. Portanto, para compreendermos mais claramente as determinações económicas, será necessário analisarmos as estruturas sociológicas do racismo institucional, em específico o aparato estatal que procura normalizar, naturalizar e legalizar essas desigualdades económicas como uma questão inexorável. Ou seja, escamoteando a questão social como elemento determinante no modo de relação social vigente. A fonte documental e estatística

primária que a nossa investigação remete num primeiro momento, para esta comunicação, é o estudo sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do ano de 2019, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Palavras chave: Racismo estrutural. Desigualdade étnico-económica.

XI-APS-85443 -“Entre a angústia e a esperança” : identidade e ação coletiva dos cuidadores e cuidadoras informais em Portugal

José Soeiro - Independente

Mafalda Araújo - Independente

Comunicação Oral

A formação de um movimento de cuidadores e cuidadoras informais em Portugal constituiu em Portugal um improvável “milagre social” (Bourdieu, 1998). As condições materiais e subjetivas em que se prestam os cuidados informais, a dispersão e atomização social das cuidadoras, a ausência de um antagonista claro contra o qual opor-se ou ao qual dirigir-se, as lógicas e estratégias de moralização e naturalização dos cuidados como um tributo ou um dever altruísta, são fatores que concorrem pesadamente para a improbabilidade de um tal movimento e da ação coletiva deste grupo. E no entanto, contrariando condicionantes estruturais e disposições conformistas, ele irrompeu no nosso país. Este movimento foi capaz de se constituir como um “público sob espera” de reconhecimento cultural e legal, mas talvez mais importante, um “contra-público” (Warner, 2003) com uma identidade coletiva em construção. A novidade deste processo de autoidentificação enquanto cuidador(a) informal, simultaneamente enquadrado num processo de ação coletiva, é acompanhada pela ambiguidade política no desenho das políticas públicas que procuraram dar resposta a este problema. A partir de narrativas biográficas de cuidadores e cuidadoras informais, de uma análise de conteúdo dos documentos legais e de um levantamento dos materiais produzidos pelo movimento dos cuidadores e cuidadoras, procurar-se-á proceder a uma historicização do passado recente deste movimento e a um mapeamento dos seus repertórios de ação, reivindicações, estratégias mediáticas e mecanismos de formação de alianças, apresentando uma contribuição para a compreensão sociológica deste movimento, na dupla dimensão da redistribuição e do reconhecimento. Pretende-se, também, propor uma grelha de leitura para o debate e as disputas e negociações ideológicas que se têm materializado nos exercícios de legislação e em políticas públicas.

Palavras chave: cuidados informais; identidade; ação coletiva; reconhecimento

XI-APS-86858 -Pandemia do Covid-19 no Brasil: Organizações Sociais da Saúde e Privatização da Saúde Pública

Débora Holanda Menezes - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Janete Luzia Leite - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maurício Caetano Soares - Prefeitura de Rio Claro

Comunicação Oral

A década de 1980, no Brasil, representou um divisor de águas, pois a redemocratização do país implicou em um movimento de ampliação de direitos que atravessou toda a sociedade, cujo expoente foi a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988. Nela, a Política de Saúde consagrou-se pela instituição da universalidade do acesso e da responsabilidade do Estado na sua condução, que se consubstanciaram na efetivação de um Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, a partir do que ficou conhecido como Consenso de Washington (1989), o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional condicionaram um novo empréstimo ao Brasil à implementação de uma Reforma do Estado que promovesse um ajuste fiscal e reduzisse as políticas sociais públicas. O enxugamento da máquina estatal teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso, que implementou uma ampla reforma de Estado no país, com um explícito caráter liberal-gerencial, baseado na concorrência e na responsabilização da sociedade civil pelas políticas sociais. A reforma administrativa de cunho gerencialista instituiu o modelo de Organizações Sociais (OS), em 1998, para a gestão das atividades pertencentes ao “espaço público não estatal”, aí incluída a Política de Saúde. As OS são regidas pelo regime privado e gerenciadas pelo Terceiro Setor, consubstanciando-se em uma opção neoliberal viável à gestão pública, principalmente quando aplicada à saúde. A inserção das OS na operacionalização do SUS oportunizou a entrada do mercado na condução da política pública de saúde, desresponsabilizando o Estado da oferta e manutenção deste serviço à população. As OS são apresentadas como parceiras do Estado para gerir as Unidades de Saúde, trazendo no seu modelo de gestão características que supostamente seriam mais favoráveis à operacionalização da política, a exemplo de regras contábeis e orçamentárias das empresas privadas. O estado do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a aderir à proposta das OS (2012), funcionando como uma caixa de ressonância para o resto do país, motivo pelo qual é o locus deste trabalho. Hoje, em plena pandemia do novo Coronavírus, vive-se um momento tenso no que concerne à gestão da saúde no Rio de Janeiro. As OS vem ganhando as manchetes da mídia falada e escrita, devido a malversações praticadas, que foram denunciadas pelo Ministério Público, transformando-se em alvo de questionamentos sobre superfaturamento, transparência, qualidade, controle e má utilização do dinheiro público na prestação destes serviços à população. Neste momento de crise sanitária, os problemas antigos ganham novas roupagens. Outrossim, a resposta dos governos brasileiros para a pandemia minimiza esses problemas antigos, principalmente aqueles vinculados à realidade sanitária e à desigualdade social. O atual quadro da saúde reforça a necessidade de operacionalização do SUS e a potencialidade do sistema de saúde

brasileiro de ser público, universal e gratuito.

Palavras chave: Covid-19; Privatização da Saúde; Brasil

XI-APS-88354 -El metabolismo social del capital: explotación de la fuerza de trabajo y naturaleza en la producción de mercancías, el caso del chocolate.

Blanca Estela Melgarito Rocha - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

En su desarrollo histórico, el metabolismo social del capital requiere de la explotación de la fuerza de trabajo para movilizar al conjunto de los elementos de la producción, lo que implica, concomitantemente, demanda de materias primas, es decir, naturaleza. La característica del capitalismo como incontrolable en tanto conjunto de capitales que si bien logran acuerdos entre sí coexisten en permanente competencia por la apropiación de ganancias -por lo que la dinámica tiende a tornarse cada vez más brutal-, hace que para subsistir frente a la tendencia histórica a la caída de la tasa de ganancia, los capitalistas recurren a una mayor explotación de la fuerza de trabajo y naturaleza. En la presente se expondrán algunas tesis teóricas acompañadas de un caso concreto: la mercancía chocolate.

Palavras chave: Trabajo, metabolismo social, explotación, naturaleza

XI-APS-89444 -Quem trabalha na fábrica social? Para dissecar a condição trabalhadora das cuidadoras informais em Portugal

Mafalda Araújo - Independent researcher

Comunicação Oral

Informal care provision lies in one of the most controversial interstices between disputable yet well established categorical dichotomies in the field of state policy intervention. Because it occurs under the covers of the “private sphere”, it is often considered to be an issue of intimacy, rather than a social one. Furthermore, informal carers are frequently portrayed as vulnerable individuals, rather than a mass of precarious workers, excluded from the most basic citizenship rights. This presentation, based on a master thesis project and findings, contends that (in the Portuguese context) informal carers are part of the unrecognized

labour force, which assists and provides services for the familialist state within the capitalist mode of production. This would, in turn, signify a familialist state mode of reproduction, encompassing of social factory as Dalla Costa and Selma James (year) have described. This means that this system of reproduction is indirectly recruiting its workers either through the absence of universal solutions for socialcare, by direct prescription under various legal frameworks or through governmental techniques. Underlying this phenomena is the fact that there is a morality of care (prescribing the home as the appropriate site for long-term care, and the family as the most suitable provider) which emanates from the social policy design (embedded in cultural views), rendering what is governmental more clearly visible. An effort to dissect those labouring practices, 'intersectionally' overarching the realms of oppression and exploitation, lies at the root of this investigation's efforts. Using in-depth interviews with 9 respondents mainly from the North of Portugal, the analysis covers three main themes: working conditions and the impact on daily lives; perceptions on state provision and, finally, on the perspectives of state policy transformation. A praxis of femininity and training towards caring dispositions were found to be inscribed in female respondents' subjectivities since an early age, who were specifically called and taught how to assist their mothers. However, those dispositions are neither rigid nor unproblematicized by respondents, especially when contrasted with their perception of being compulsorily led to assume care. The presentation will focus on four sociological portraits of some of the participants. A final conclusion seeks to incorporate those propositions and embed them on larger discussion about the social care provision in Portugal, in dialogue with the current macro-context.

Palavras chave: cuidados informais; retratos sociológicos; altruísmo forçado; precariedade.

Conhecimento, Ciência e Tecnologia

XI-APS-13200 -O contributo dos 'backroom boys' para a investigação criminal – usos e impactos da recolha de prova biológica

Susana Costa - Centro de Estudos Sociais/ISMAI

Comunicação Oral

As últimas décadas têm testemunhado o desenvolvimento e a expansão dos usos da ciência e da tecnologia em muitas áreas da vida social. Para a justiça criminal tal significa uma oportunidade de aproveitar o poder das novas ferramentas forenses. Contudo, como instituições tradicionais, as forças policiais e o sistema de justiça em geral necessitam de períodos de adaptação para que as novas ferramentas possam ser incorporadas nas formas tradicionais de agir e pensar. Adotando uma metodologia qualitativa e interpretativa, esta comunicação procura analisar como a ciência e a tecnologia – no caso particular da ciência forense – é construída e incorporada no trabalho da investigação policial. Pretende trazer para o palco os backroom boys, os seus quadros de referência profissionais e culturais na aplicação da tecnologia de ADN, discutindo com eles as suas práticas na cena do crime. Esta apresentação baseia-se na observação não participante feita numa Unidade de Polícia Técnica da PSP, que pertence a uma das polícias de proximidade a operar em Portugal. A observação foi realizada em junho de 2019 e pretendeu captar as interações formais e informais relativas à sua atuação em cenas de crime e casos em investigação. Foram realizados quatro focus groups com 12 membros desta Unidade com vista a discutir aspetos centrais relacionados com as cenas de crime, o contributo do ADN, modos de pensar as narrativas criminais, as dificuldades sentidas, e as interações com outras forças policiais e com outros atores do sistema de justiça criminal.

Palavras chave: cena de crime, ADN, polícia, entendimentos

XI-APS-18760 -A “doxa da inovação” em situação: realimentações entre estruturas e discursos de inovação

Ana Ferreira - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Ana Lúcia Teixeira - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Ana Roque Dantas - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

Comunicação Oral

A inovação está hoje em toda a parte. Países, organizações e actores individuais são cada vez mais empurrados para um "imperativo da inovação". Segundo estas narrativas, actores sociais pró-activos, motivados e empoderados, seriam responsáveis pelo delinear racional de trajetórias que, através da inovação, conduziriam ao sucesso a vários níveis e promoveriam, simultaneamente, o desenvolvimento social e económico. A lógica subjacente a estes discursos, a "natureza bondosa" da inovação e o seu inelutável contributo para o "progresso", é também dominante nos Estudos de inovação. Assim, estes têm-se centrado, maioritariamente, na identificação dos determinantes do sucesso na inovação, negligenciando, em larga medida, os não inovadores, e menosprezando as consequências não intencionais destes processos ou o abandono da inovação, as suas raízes e implicações. Neste contexto, permanece por abordar em que medida os actores sociais e, especificamente, os actores da inovação, incorporaram este discurso e contribuem para a sua legitimação e reprodução. A partir de uma análise centrada no sector de actividade económica mais inovador em Portugal, caracterizar-se-á se aspectos específicos da estrutura social e cultura enquadram as trajetórias de inovação. Do mesmo modo, verificar-se-á se as percepções de gestores de topo de empresas sobre o que promove e o que bloqueia os processos de inovação são enquadradas por essas mesmas dimensões. Esta caracterização centrou-se em 309 empresas do sector de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação entre 2010 e 2012, período de crise socioeconómica em Portugal. Recorrendo a uma análise de clusters, identificaram-se dois perfis empresariais, principalmente discriminados pelo posicionamento diferenciado das empresas em hierarquias económicas e relacionais. Acresce, que estas desigualdades se traduzem em trajetórias e narrativas distintas dos processos de inovação. Mais especificamente, enquanto os gestores de empresas com posicionamentos mais vantajosos nas estruturas económicas e relacionais e que apresentam crescimento das actividades de inovação, incorporam plenamente a "doxa inovadora", apresentando-se a si e às suas empresas como "construtores de seu próprio sucesso", os localizados em posicionamentos mais desvantajosos afastam-se de qualquer responsabilidade nas experiências inovadoras comparativamente mal-sucedidas e, concomitantemente, apontam para o meio envolvente pelas dificuldades que experienciam. Este estudo sugere que o domínio social da "doxa de inovação", não se traduz numa homogeneização dos discursos dos seus actores. Contudo, as diferentes narrativas reproduzem a estrutura de dominação, com as empresas menos inovadoras a desresponsabilizarem-se dos seus percursos menos bem-sucedidos e as mais inovadoras a apresentarem-se como as autoras exclusivas dos seus sucessos.

Palavras chave: Inovação; Estruturas Sociais; Narrativas

XI-APS-19372 -Atitudes e percepções dos cidadãos face à ciência e tecnologia: entendimentos e ambivalências

Jussara Rowland - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

João Estevens - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Ana Delicado - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Dados de vários inquéritos à cultura científica evidenciam a forma como a maioria dos cidadãos europeus reconhece os benefícios e a importância da ciência e tecnologia nas sociedades europeias. Não obstante, também reconhece riscos associados ao desenvolvimento científico e tecnológico, nomeadamente no que concerne o impacto que as tecnologias subsequentes podem ter sobre o ambiente, saúde pública, direitos humanos, etc. Com base numa atividade desenvolvida durante uma consulta pública sobre comunicação de ciência, pretende-se, nesta comunicação, analisar a forma como os participantes se posicionam, justificam e debatem as suas escolhas, quanto aos riscos e benefícios da ciência. Numa primeira fase da atividade, desenvolvida em mesa-redonda, os participantes tiveram de responder, individualmente, a duas perguntas habituais em inquéritos à cultura científica (posicionando-se numa escala de Likert). Num segundo momento, os participantes partilharam as suas escolhas e discutiram-nas com os outros elementos do grupo. Após a discussão, foi dada a oportunidade aos participantes para alterarem a sua resposta inicial, justificando as suas razões. Esta atividade permitiu recolher dados quantitativos, que possibilitam comparações entre os diferentes países que participaram no projeto e com resultados de inquéritos anteriores, mas também dados qualitativos, que permitem aprofundar o sentido das respostas dos cidadãos a estas perguntas e explorar as ambivalências e as origens das suas atitudes. O seu objetivo era perceber as motivações que levam os cidadãos a posicionar-se de um determinado modo face ao papel da ciência e tecnologia na sociedade. Quais são os argumentos que invocam no contexto de uma interação grupal? De que forma é que a dinâmica interativa coloca em evidência diversas posições sobre este tema? Como é que os processos de comparação e negociação condicionam, ou não, as suas perceções iniciais? O projeto CONCISE é financiado pelo programa Horizonte 2020 da Comissão Europeia. Este projeto é coordenado pela Universidade de Valência e tem parceiros em Eslováquia, Espanha, Itália, Polónia e Portugal.

Palavras chave: comunicação de ciência, cultura científica, riscos

XI-APS-22410 -**Comunicar o futuro em ciência e inovação: tendências e desafios**

Emília Rodrigues Araújo - Universidade do Minho
Alice Balbé - Universidade do Minho

Comunicação Oral

O "futuro" tem sido uma palavra muito poderosa na constituição das sociedades modernas e pós-modernas. Hoje, surge muito associado à evolução científica e tecnológica (Adams et al., 2009, Lösch et al., 2019). Presente na formulação da política científica, é usado para divulgar grande parte dos resultados de investigação considerados "disruptivos", assim como para dar a conhecer novos processos e produtos no mercado de consumo derivados desses mesmos resultados científicos. A sociologia da expectativa e a sociologia do tempo tem mostrado que a grande centralidade do "futuro" na linguagem da ciência, tecnologia e inovação está fundamentalmente relacionada com a necessidade de a ciência e a tecnologia criarem públicos consumidores, o que impõe algumas interrogações à ciência modo 2, no entendimento de Gibbons. Por se considerar que o uso do termo "futuro" não está intrinsecamente relacionado com as características ou potencialidades dos objetos em circulação, mas com a intensa necessidade de usar o "futuro" como objeto de troca comercial, esta comunicação versa sobre a análise de conteúdo de mensagens publicitárias e mediáticas usadas em duas áreas de enorme investimento atualmente: a saúde (nomeadamente, testes médicos e medicamentos) e a mobilidade (nomeadamente automóveis e outras formas de deslocação). Assim, começando com uma análise crítica sobre a literatura, o projeto apresenta e discute os resultados obtidos a partir de uma pesquisa feita com base numa análise aos conteúdos relativos a mensagens de divulgação de resultados científicos e objetos/produtos. Para o período de um ano, recolhemos e analisamos as mensagens (texto e imagens associadas a ele) utilizadas para divulgar informações sobre descobertas científicas e dispositivos inovadores nas áreas da saúde e mobilidades. Os resultados reiteram as hipóteses estabelecidas, segundo as quais as conotações associadas ao "futuro" são controversas e implicam desafios adicionais à comunicação da ciência. Gibbons, M. et al. (1994). *The New Production of Knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. Londres: Sage. Lösch A., Grunwald A., Meister M. & Schulz-Schaeffer I. (2019) (eds) *Socio-Technical Futures Shaping the Present. Technikzukünfte, Wissenschaft und Gesellschaft / Futures of Technology, Science and Society*. Wiesbaden: Springer.

Palavras chave: Futuro, Tempo, Comunicação, Ciência, Media

XI-APS-26587 - **Universidade: identidades, instituição e organização**

Goncalo Leite Velho - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, FEUC, Instituto Politécnico de Tomar

Comunicação Oral

A Universidade tem vindo a ser encarada sobretudo como uma organização, sendo poucos os trabalhos que a identificam e analisam como instituição. Contudo, é como instituição que a Universidade tende a produzir diferenças, constringendo ou limitando uns, libertando ou expandindo outros (no sentido identificado por Commons, 1931). A falta de uma maior

análise da Universidade como instituição e o maior desenvolvimento do seu enquadramento com organização, tem levado a que se implementem mecanismos no seu interior que criam novos desequilíbrios, incluindo em termos de participação e alteridade, alterando o próprio sentido da sua provisão, de algo direcionado para o Bem comum, para um sentido mais orientado a uma apropriação privada. Neste trabalho defendemos o enquadramento da Universidade enquanto instituição, analisando as consequências dessa definição em termos sociais e económicos. Desenvolvemos também uma abordagem à diferenciação entre a Universidade enquanto instituição e a universidade enquanto organização. Prosseguindo a chamada de atenção de Michael Freitag (2009), procuraremos demonstrar que as universidades antes de serem organizações são instituições, demonstrando a diferença que pode resultar destas abordagens (como organização, ou com instituição), incluindo nas consequências identitárias, de inclusão e de representação. Por fim, tratamos sobre o lugar da instituição universitária na produção do conhecimento e sobre as suas hipóteses de futuro.

Palavras chave: Institucionalismo Universidade Instituição Organização

XI-APS-35698 -A construção social da criatividade no ensino superior público politécnico: O caso da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa

Margarida Piteira - SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações/CSG – Centro de Investigação em Ciências Sociais Gestão/ISEG/Universidade de Lisboa * Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa/IPL

Comunicação Oral

Estudar a criatividade é, atualmente, um desafio. Esta dificuldade prende-se com a multiplicidade de definições existentes, as vastas conceptualizações, domínios, e dimensões; bem como a diversidade de métodos e níveis de análise. Ao longo dos tempos, os estudos têm chamado a atenção para a inerente complexidade, reportando questões como a sua operacionalização ou a consistência dos resultados encontrados (Kozbelt, Beghetto, & Runco, 2010). Disso são exemplo alguns trabalhos já realizados no campo do ensino superior politécnico em Portugal (e.g. Piteira, 2016; Piteira, 2018 a e b), exaltando os paradoxos associados neste contexto educativo. Face a esta constatação, - e da necessidade em compreender a criatividade em contexto, foram realizados alguns estudos de caso que ajudassem a explicar e a consolidar o conhecimento da criatividade no ensino superior público, em Portugal. Estes estudos foram conduzidos sob as premissas da construção social (e.g. Weick, 1995) e da Sociologia da Inovação, via a simetria dos fenómenos e a flexibilidade interpretativa dos atores sociais (Callon, 1980; Bijker, 1995; Piteira, 2014). Assim, como ponto de partida, assumiu-se a seguinte questão: Entendendo a criatividade como um fenómeno socialmente construído qual o estado criativo do ensino superior público politécnico? O cenário metodológico foi o estudo de caso, de natureza exploratório; e,

seguindo-se o espírito dedutivo (i.e. ancorado em proposições teóricas prévias). Para o presente trabalho foi escolhida a Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, como primeiro caso, dado esta ter já sido anteriormente apontada como uma das escolas criativas do Instituto Politécnico de Lisboa (Piteira 2018 a e b). Os dados, de natureza qualitativa, foram recolhidos em diversas fontes, assegurando-se o critério da triangulação (Yin, 1994; Bardin, 1977). As implicações do presente estudo são várias: i. teóricas - apresenta-se um conceito de criatividade aplicado em contexto - ensino superior público politécnico, identificam-se as várias dimensões de criatividade vigentes no cenário educativo, discute-se a forma como a criatividade está socialmente construída; e, ii. práticas - sendo um estudo de caso, elencam-se algumas boas práticas (e recomendações) de gestão da criatividade, desenvolvidas pela entidade estudada. Em termos de conclusões, os dados apontam para a presença de uma escola criativa, sendo evidenciados o seu potencial criativo, bem como o seu desempenho nesta área.

Palavras chave: Criatividade, Construção Social, Ensino Superior Público, Estudo de Caso

XI-APS-36259 -Encontros de Ciência, Tecnologia e Diplomacia

Paula Urze - FCT NOVA, CIUHCT

Maria Paula Diogo - FCT NOVA, CIUHCT

Comunicação Oral

Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse em ciência e diplomacia pelos estudos em ciência e tecnologia. Esta atenção renovada na diplomacia científica, juntamente com a perceção de que ciência e tecnologia (C&T) são ativos estratégicos para a diplomacia, abre novos caminhos científicos e políticos para construir um diálogo formal e informal entre cientistas e políticos. O papel dos cientistas na tomada de decisões e na circulação de conhecimentos levanta questões particularmente relevantes sobre a forma como os cientistas e políticos discutem C&T. Na verdade, as atividades académicas e empresariais são cada vez mais internacionais e transnacionais, com renovadas formas de governança (Kuhlmann, Stegmaier, Konrad, 2019) onde a diplomacia desempenha um papel relevante. A linha de investigação do projeto H2020 - InSciDE - Inventing a Shared Science Diplomacy for Europe, na qual me integro, visa explorar o conceito de atores institucionais de diplomacia científica, como academias, atores individuais, como embaixadores, adidos científicos, e consultores de C&T. O InSciDE cobre 6 temas amplos que funcionam com base em estudos de caso. Esses estudos de caso são usados per se, para ilustrar formas de colaboração entre cientistas e diplomatas como instrumento para a compreensão da diplomacia europeia. Na presente comunicação, que tem como base o projecto InSciDE, apresentaremos uma primeira versão dos dois estudos de caso portugueses: Encontros com a Ciência e Tecnologia em Portugal (2016-2018) e a resposta diplomática portuguesa durante a crise de Fukushima. Procuramos perceber (i) até que ponto é que o acidente

nuclear Fukushima poderá constituir um instrumento analítico importante para compreender o conceito de diplomacia científica e ii) em que medida houve uma resposta concertada dos países europeus na atuação dos diplomatas e cientistas e na interação.

Palavras chave: Ciência, Tecnologia, Diplomacia e Circulação de Conhecimento

XI-APS-38947 -A experiência da criação e desenvolvimento de Laboratório de Mídias Visuais para promover o letramento digital em cursos de ciências sociais em São Paulo (BR) e Lisboa (PT)

Allan Herison Ferreira - Universidade Nova de Lisboa - Departamento de Ciências da Comunicação; Universidade de São Paulo - Departamento de Sociologia (Laboratório de Pesquisa Social - LAPS)

Ana Carolina Trevisan Camilo Ferreira - Universidade de São Paulo - Departamento de Sociologia (Laboratório de Pesquisa Social - LAPS)

Comunicação Oral

O uso da linguagem audiovisual, que se popularizou à esteira do surgimento das novas tecnologias, torna-se cada vez mais comum na vida cotidiana e gera impacto nas mais diversas dimensões da vida social. Tal como Manuel Castells identificou desde a virada do milênio, estamos vivenciando uma intensa transformação social que é sustentada pelo surgimento de novas tecnologias. A popularização e intensificação do uso de computadores e telefones móveis tornou acessíveis tipos de conteúdo antes bastante restritos à media de comunicação em massa. Como resultado direto desta expansão do uso das tecnologias digitais a produção e consumo de conteúdo audiovisual torna-se cada vez mais ampla e comum. Quando se trata de atividades realizadas por instituições de ensino superior o uso e o impacto da linguagem audiovisual não parecem ser menos importantes, ao contrário, trata-se de uma linguagem que precisa ser ainda dominada por professores, investigadores e estudantes que atuam para além das fronteiras dos cursos de ciências da comunicação. Ao final de 2015 o Laboratório de Pesquisa Social (LAPS) da Universidade de São Paulo (USP) aprovou a proposta de criação de um Núcleo de Produção e Pesquisa em Audiovisual (NUPEPA) com o objetivo de ampliar o uso da linguagem do audiovisual na comunidade acadêmica voltada para os temas das humanidades, ciências sociais e sociologia; e promover o uso do recurso do audiovisual como objeto de estudo, meio de realização de pesquisa e forma de devolução de resultados à comunidade científica e ao público mais amplo. Paralelamente ao processo de criação do NUPEPA/ImaRgens na Universidade de São Paulo (USP) a Universidade Nova de Lisboa (NOVA) iniciara um projeto similar chamado iNOVA Media Lab. Apesar de membros dos dois laboratórios não se conhecerem foi observado que as duas instituições mantinham objetivos e práticas similares e que um grande número de instituições em todo o mundo realizavam planos ou projetos similares. Em 2019 a NOVA e a USP aprovaram a realização de projeto de pesquisa que permite a análise e o

desenvolvimento de modo coordenado das atividades dos dois laboratórios (ImaRgens e iNOVA). O estudo baseia-se em dados coletados desde 2016 e não se restringe a apresentar os objetivos, características e desafios de se estruturar laboratórios de media visuais para faculdades de ciências sociais, mas também visa discutir os tipos de materiais produzidos pelos laboratórios, bem como apresentar um balanço do perfil dos participantes das atividades dos laboratórios, o perfil identitário dos mesmos, os temas e preocupações expressos em seus filmes, e em especial, os paradigmas que tal iniciativa vem desafiando nas instituições de ensino superior.

Palavras chave: Laboratório de Media Visual; Letramento Digital; Sociologia das Identidades; Mudança de Paradigma

XI-APS-39852 -Pesquisas familiares de longo alcance em bases de dados genéticas de cariz recreativo: a dupla reconfiguração do papel da ciência

Rafaela Granja - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho

Comunicação Oral

Nas últimas décadas, a recolha, análise, processamento e uso de dados genéticos têm crescido massivamente, levando à criação e expansão de bases de dados de DNA nos domínios forense e da saúde. Mais recentemente, também se tem registado um aumento significativo de bases de dados genéticas de cariz recreativo com fins comerciais. Tais bases de dados são utilizadas por cidadãos para saber mais sobre a sua saúde, ancestralidade e/ou procurar parentes biológicos. Mais recentemente, as bases de dados genéticas de cariz recreativo têm também sido utilizadas para fins de investigação criminal. Isso é possível por meio de uma tecnologia denominada pesquisa familiar, que deteta parentesco genético para identificar suspeitos de crimes. As pesquisas familiares em bases de dados genéticas de cariz recreativo têm sido objeto de intenso interesse desde a resolução do caso criminal “Golden State Killer”, em 2018, nos Estados Unidos da América. Por um lado, o caso catalisou um elevado investimento em pesquisas familiares deste tipo para resolver outros casos criminais, sobretudo por parte de empresas privadas especializadas em análises de DNA. Por outro, verificaram-se amplas críticas por parte de geneticistas forenses, reguladores, e especialistas em bioética preocupados com a violação da privacidade genética. Nesta comunicação procuro expandir a literatura sobre o tema analisando a forma como as pesquisas familiares de longo alcance em bases de dados genéticas de cariz recreativo destacam a dupla reconfiguração do papel da ciência. Por um lado, a reconfiguração da relação da ciência com os cidadãos, pois os testes genéticos disponíveis aos consumidores permitem um contato direto com a ciência, através da crescente comodificação de dados genéticos. Ao participarem nas pesquisas familiares os cidadãos estão diretamente envolvidos na coprodução de novas formas de biovalor. Por outro lado, a reconfiguração do

papel da ciência na relação com o Estado, que cada vez mais normaliza a expansão da vigilância genética por meio de dispositivos tecnocientíficos promovidos por uma indústria interessada em comercializar serviços genéticos especializados.

Palavras chave: pesquisa familiar, genética, bases de dados, ciência forense

XI-APS-40787 -Explorando a dinâmica da área de investigação em imunologia em Portugal – aspetos de imunologia e sociedade

Ana Cunha Ferreira - ICBAS/FCUP, Universidade do Porto (estudante)

Maria Strecht Almeida - ICBAS, Universidade do Porto

Comunicação Oral

A presente comunicação reporta sobre um estudo em curso que visa contribuir para um melhor conhecimento da dinâmica da área de investigação em imunologia em Portugal, explorando aspetos de imunologia e sociedade. O projeto assenta na ideia de que o desenvolvimento de cidadãos críticos, com uma cultura científica, depende em grande parte da disseminação do conhecimento científico, sendo essa capacidade crítica especialmente importante no âmbito de oportunidades de participação cidadã em processos de decisão relacionados com ciência e tecnologia. A área de imunologia é particularmente interessante do que diz respeito ao diálogo ciência-sociedade, como o caso da vacinação e de todo o debate/controvérsia que se vem desenvolvendo em seu torno bem ilustrará. A investigação baseia-se na identificação e análise da presença desta área de investigação nas notícias (imprensa generalista nacional), na análise de materiais desenvolvidos no sentido da promoção de divulgação da área junto de diferentes públicos, bem como de iniciativas organizadas neste mesmo propósito; é disso exemplo o Dia da Imunologia, uma iniciativa promovida pela European Federation of Immunological Societies, EFIS no sentido de fomentar uma maior conscientização dos cidadãos para a “imunologia como base da saúde e bem-estar individuais” e uma atividade que tem tido expressão em Portugal. O trabalho em curso recorre a uma metodologia qualitativa que inclui análise de conteúdo de materiais reunidos. Nesta comunicação apresentam-se e discutem-se os dados de uma primeira abordagem focada em diferentes textos e iniciativas de comunicação publicamente acessíveis e que mostra uma presença forte da área fora do domínio especializado. Será discutido de que forma(s) a área de imunologia é representada na interface com o público e de que modo(s) o diálogo entre cientistas e cidadãos tem sido presente na sua dinâmica.

Palavras chave: comunicação de ciência; literacia científica; ciência e sociedade; imunologia

XI-APS-45230 -**Doutoramento e implicações da pandemia**

Marcia Silva - Universidade do Minho

Emilia Rodrigues Araujo - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Neste texto, o interesse das autoras é sintetizar algumas das reflexões realizadas neste período sobre os efeitos da COVID19 no tempo académico (Ling, 2020; Sá e Serpa, 2020) e, nomeadamente, no tempo para doutoramento. A partir de pesquisa bibliográfica intenta-se, por um lado, elencar as principais alterações que a pandemia pode estar a causar no quotidiano dos estudantes e de que modo pode afetar as perspetivas temporais dos estudantes de doutoramento. Por outro lado, procura-se enquadrar estas mudanças no debate mais amplo que se começa a desenhar sobre os desafios que envolvem a administração dos ritmos e dos tempos e que as instituições de ensino superior enfrentam num futuro próximo. O texto baseia-se em três fontes principais de informação: i) análise de alguns indicadores estatísticos acerca da procura de doutoramentos em Portugal; ii) mapeamento da literatura que contextualiza a relevância dos tempos e dos ritmos escolares na sociedade, o debate sobre o tempo de doutoramento e o tempo académico; iii) análise de literatura produzida desde o início da pandemia versando sobre o doutoramento, a formação pós-graduada e os tempos académicos, em geral; iv) Inquérito por questionário dirigido a doutorandos, através da plataforma google e dirigido a estudantes de doutoramento de várias áreas científicas e de diversas universidades em Portugal no mês de agosto-setembro de 2020, através de amostra não probabilística e o qual reuniu 150 respostas. Os resultados mostram que a pandemia está a implicar desafios às instituições e aos doutorandos que importa perspetivar no âmbito das políticas para o ensino superior e a ciência.

Palavras chave: Pandemia; Covid19; Tempo; Ritmo; Doutoramento

XI-APS-45796 -**(Auto)exposição como dominação: repensar o panóptico na era digital**

Iafet Leonardi Bricalli - Universidade de Génova

Comunicação Oral

Nas sociedades ocidentais, a passagem para a modernidade também marcou, segundo Foucault (1977), o surgimento de novas formas de se exercer o poder. Dentre elas, destaca-

se o domínio sobre os corpos dos indivíduos a partir do exercício sistemático de vigilância cujo projeto ideal (e moral) era a “fabricação” de indivíduos dóceis para responder às exigências de acumulação capitalista da modernidade. O símbolo da vigilância moderna é o panóptico, um modelo de vigilância prisional desenvolvido pelo filósofo utilitarista Jeremy Bentham, cuja regularidade Michel Foucault também percebeu nas instituições sociais modernas como escolas, hospitais, fábricas e quartéis. O panóptico caracteriza-se por um tipo de vigilância exercido a partir da onipresença de um olhar externo, que não deixaria margens aos indivíduos que não fossem àquelas de adequação à ordem preestabelecida. Neste texto, proponho uma releitura do panóptico à luz da era das mídias digitais. Acredito que existe uma mudança importante nos modos de se exercer a dominação, pois a luz não é mais um ponto externo: são os próprios indivíduos que a portam em um movimento de (auto)exposição contínuo. Este movimento é um dos aspectos daquilo que Lyon (2018) cunhou como “cultura da vigilância”, ou seja, a existência da vigilância como um modo de vida e praticada pelos próprios indivíduos. Além disso, não se trata mais de um poder que objetivava, como na sociedade disciplinar moderna, a correção moral dos indivíduos. Ao contrário, a (auto)exposição revela que a proibição está longe de ser o que caracteriza a vida digital: tudo pode ser revelado porque o que interessa às forças que estão por trás das plataformas digitais (as grandes corporações como Google, Facebook e Amazon) não é a qualidade, mas a quantidade de dados que serão transformados em ativos digitais para o desenvolvimento da nova fase do capitalismo que Zuboff (2018) chama de capitalismo da vigilância. Portanto, a luz do panóptico permanece, mas agora destinada a conduzir os indivíduos por caminhos de “liberdade”, marcando a passagem de uma sociedade de tipo disciplinar para uma sociedade em que os próprios indivíduos são sujeitos da própria dominação, ou seja, de tipo governamental (Foucault, 2009), cujas práticas da confissão correspondem a um de seus traços característicos (FOUCAULT, 1998). Referências bibliográficas Foucault, Michel. 1977. Discipline and Punish: the birth of the prison. New York: Pantheon Books. Foucault, Michel. 1998. History of Sexuality 1: The Will of Knowledge. London: Penguin. Foucault, Michel. 2009. Security, Population, Territory. Lectures at the Collège de France 1977-1978. New York: Picador. Lyon, David. 2018. The Culture of Surveillance: Watching as a Way of Life. Cambridge: Polity Press. Zuboff, Shoshana. 2018. The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: Public Affairs.

Palavras chave: (auto)exposição . panóptico . vigilância . mídias digitais

XI-APS-46651 -A formação de crenças e a apropriação do conhecimento científico por parte dos estudantes universitários: uma abordagem comparada

Helena Vicente - ICS-UL

Jussara Rowland - ICS-UL

João Estevens - ICS-UL

Ana Delicado - ICS-UL

Comunicação Oral

Quais são os conhecimentos, perspetivas e crenças dos estudantes europeus sobre ciência? De que forma é que estes conhecimentos se diferenciam em função de distintos perfis de estudantes? Como é que estes conhecimentos são susceptíveis de alteração aquando de um contacto direto com temas científicos durante uma formação especializada? Este é o principal objetivo do projeto Erasmus + PERSIST_EU, no qual participam 500 estudantes universitários de 5 países europeus. Esta comunicação centra-se nos resultados obtidos através de um inquérito online, aplicado através de uma plataforma digital construída para essa finalidade, antes e depois de uma atividade formativa. Estes resultados permitem aferir as mudanças verificadas ao nível da literacia científica dos participantes, procurando esclarecer o papel que desempenham as variáveis de género, área de estudo e origem territorial no processo de formação de crenças e na apropriação do conhecimento por parte dos estudantes universitários. O PERSIST_EU, financiado pela Comissão Europeia através do Programa Erasmus+, tem como objetivo analisar os conhecimentos, crenças e perceções sobre ciência dos estudantes europeus em cinco países, designadamente Alemanha, Eslováquia, Espanha, Itália e Portugal. 500 jovens estudantes universitários no primeiro trimestre de 2020 puderam partilhar as suas ideias sobre quatro temas de grande relevância para o futuro da UE: alterações climáticas, vacinas, OGMs e medicina alternativas.

Palavras chave: ciência; conhecimento; crenças; estudantes universitários

XI-APS-47371 -Perceções em torno da vigilância eletrónica em Portugal

Délcio Faustino - Universidade da Beira Interior

Maria João Simões - Universidade da Beira interior, investigadora no CICS.NOVA.UMinho e Labcom.

Comunicação Oral

A vigilância eletrónica pode ser entendida como qualquer processo, em contexto eletrónico, de recolha sistemática, rotineira e concentrada de dados pessoais para um determinado propósito (Lyon, 2014). O desenvolvimento exponencial de tecnologias de vigilância e de outras com potencial para a exercer aliadas à incorporação do Big Data tornaram possível a vigilância intensiva e extensiva da nossa vida quotidiana por diferentes entidades, sem sabermos, em grande medida, que informação é recolhida, quem recolhe e para que propósitos. A utilização do Big Data nos processos de vigilância possibilita diversas formas, cada vez mais automatizadas, de classificação e análise de dados que permitem a identificação de padrões, tendências e correlações. O conteúdo gerado pelo utilizador, agora

mais facilmente recolhido e analisado, adquiriu uma grande importância para diversas entidades públicas e privadas. Sabendo-se que a vigilância tem aspetos positivos e negativos, até que ponto artefactos crescentemente mais sofisticados e usados de um modo cada vez mais sistemático desequilibram “os pratos da balança” no sentido do aumento dos riscos da vigilância? Nesta comunicação apresentam-se resultados de uma investigação exploratória que teve como objetivo, entre outros, captar as perceções dos utilizadores sobre a vigilância em contexto eletrónico. A pesquisa centrou-se nas perceções sobre os interesses e objetivos subjacentes ao exercício da vigilância eletrónica, os modos como os mecanismos de vigilância são detetados, as consequências da vigilância num sentido mais geral e também sobre os vários tipos de vigilância; estes abarcam a vigilância comercial, a governamental e a lateral. Opta-se pela abordagem teórica da vigilância como cultura, em que os cidadãos já não são vistos apenas como agentes passivos, mas também como agentes ativos nesse processo. A metodologia da investigação adotada foi de caráter qualitativo e utilizou-se a entrevista semiestruturada como técnica de investigação; os entrevistados foram escolhidos no sentido de obter utilizadores da internet com perfis heterogéneos.

Palavras chave: Vigilância eletrónica; perceções sociais; cultura da vigilância; Big Data

XI-APS-47541 -A INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NAS IDENTIDADES E DIFERENÇAS NA CONTEMPORANEIDADE

Telêmaco Pompei (Pompei, T.) - Universidade Fernando Pessoa

Luís Borges Gouveia - Universidade Fernando Pessoa

XIAPS- Poster

Objetivo: Refletir sobre a influência das redes sociais nas identidades e diferenças na contemporaneidade, por meio de uma revisão de literatura. Numa sociedade que cada vez mais estabelece relações entre pessoas, em ambiente virtual, as redes sociais, passaram a ser instrumentos que influenciam e formam opiniões, buscam (re)formar identidades, marcam os diferentes e permitem que o indivíduo adentre, sistematicamente a vida do outro, sem medir consequências. Os efeitos são paradoxais, pois, ao mesmo tempo em que rompem fronteiras, valores tradicionais, permite liberdade de criatividade e de expressão, ilimitadamente, em todos os sentidos. A liberdade nas redes sociais, reforçam as diferenças, as desigualdades sociais, numa lógica de poder que se pauta em imposições de valores de mundo marcado por padrões de imagens e ideias, promovendo segregação social (preconceitos, intolerância, impaciência, isolamento) entre outras consequências, a disseminação do ódio racial, de gênero e de ideologias, notadamente em grupos formados nas redes sociais. É um processo de contágio, de indução a opiniões. Na concepção sociológica, a identidade preenche o espaço existente entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público. Busca-se nas redes uma (re)construção de identidades. A questão recorrente é até onde as redes sociais são nocivas às minorias? Método: Realizou-

se uma revisão de literatura, não sistemática, com publicações no período de 2006 a 2019 totalizando 21 estudos sobre identidades e diferenças nos ambientes virtuais. Resultados: A busca de informações nas redes sociais é algo incomensurável. Existe todo tipo de informações, disseminadas à contagem de segundos. A busca por maneiras de o indivíduo se integrar a determinados grupos, de interação entre eles e o meio social, mesmo marcado pelas diferenças. Muitos, de diferentes etnias, deficientes, transgêneros, transsexuais, com ideologias ultra racistas, nacionalistas entre outros, ferem a individualidade, a dignidade da pessoa humana. Conclusão: Do ponto de vista tecnológico, as redes sociais poderiam desempenhar um papel altamente benéfico e produtivo em todos os setores da sociedade. Por outro lado, indivíduos usam as redes sociais para disseminar preconceito, ódio, impor opiniões, marcar diferenças e estabelecer desigualdades, o que é nocivo a todos que compartilham nesses ambientes.

Palavras chave: Diferenças; Identidades; Redes sociais.

XI-APS-48711 -A derrota do laicismo: positivismo e cultura nacional
Adalmir Leonidio - Universidade de São Paulo

Comunicação Oral

Em meados dos anos 1980, Paulo Sérgio Rouanet, em seu livro Razões do Iluminismo, falava em um “novo irracionalismo”, vindo de parte considerável da esquerda e ligado a uma certa tendência do pensamento europeu, de pensadores como Foucault, paranoicos em relação ao poder e à razão. Obviamente o adjetivo novo deve pressupor um fato: o tradicional predomínio no Brasil do “velho irracionalismo”. Sem dizer o que seria exatamente este “velho irracionalismo”, Rouanet nos deixa uma pista interessante: o predomínio na cultura brasileira, às vezes difuso, às vezes sistemático, de formas de irracionalismo, que em determinados momentos irrompem com força na cena nacional. Em sendo assim, em que ordem de coisas do passado podemos encontrar uma explicação razoável para o avanço assustador dos evangélicos na cena política atual? Ainda mais quando esta evangelização da vida vem acompanhada de toda sorte de retrocessos econômicos, políticos, sociais e culturais? Uma aposta plausível é que nós, brasileiros, nunca chegamos a compreender completamente o processo de laicização da vida, tão comum entre povos da modernidade ocidental. Da irracionalidade da escravidão ao predomínio das relações de parentesco e afeto na formação do Estado, nosso habitus nacional deixou sistematicamente de fora da vida pública o elemento laico. Todos sabem que este processo não foi uniforme em todo o Ocidente, bem como teve momentos de claro retrocesso. O positivismo na França representa um destes momentos. Mormente, mas não exclusivamente, em sua versão ortodoxa, ele foi, de fato, a linguagem do afeto, da religiosidade, da família, para além de sua aparência científica tão sedutora. Vários estudiosos do positivismo concordam que ele foi um fenômeno marginal na França, enquanto no Brasil foi uma verdadeira febre. Mas nunca se

explicou adequadamente a razão deste sucesso no Brasil. A nossa hipótese aqui é que ele foi uma representação adequada, no plano cultural, destas dificuldades que o Brasil teve de desenvolver o processo de laicização da vida. Dificuldades estas genialmente intuídas por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*. Pra mostrar isso, estaremos concentrados aqui em três manifestações desta cultura nacional: o Apostolado Positivista, a Maçonaria Católica e os decadentistas brasileiros, como Oliveira Vianna. O desafio é mostrar como, durante a Primeira República, que deveria representar justamente a passagem do velho ao novo, o positivismo, ao se tornar tão amplamente aceito no país, coroou esta derrota do laicismo no Brasil.

Palavras chave: Laicismo; Positivismo; Identidade; Cultura; Brasil

XI-APS-49894 - **Pensar a Amazônia à luz dos estudos sociais de ciência e tecnologia**
JERÓNIMO, Helena Mateus - ISEG, Universidade de Lisboa & CSG/Advance

Comunicação Oral

O objetivo da presente comunicação é apresentar uma reflexão sobre a Amazônia a partir do enfoque dos estudos sociais de ciência e tecnologia. Propõem-se, para tal, quatro ideias-chave para pensar os problemas com que se defronta a maior floresta tropical do mundo e a mais rica em termos de biodiversidade: (1) Os fenómenos ecológicos e outros gerados pelo vínculo entre os padrões tecnológicos e económicos dominantes, como os que se colocam à Amazônia, têm sido geralmente interpretados através da linguagem do risco. Enquanto princípio organizador das análises e das medidas de regulação daqueles fenómenos, este conceito sustenta-se no fascínio exercido pelo cálculo de probabilidades e previsões estatísticas. Mas a linguagem do risco probabilístico é equivocada para nomear o que está em causa no rumo a que a Amazônia tem estado sujeita. (2) Neste tipo de problemas existem múltiplas incertezas, não suscetíveis de probabilização, devido à complexidade intrínseca dos ecossistemas, as potenciais consequências imprevisíveis e indesejáveis das ações humanas, e o desconhecimento e fragmentação do próprio conhecimento científico. Ver a Amazônia a partir da noção de risco ou da noção de incerteza é ter um mapa da ordem do mundo com diferentes orientações políticas e normativas. (3) Negar a incerteza e a imprevisibilidade dos problemas que afetam a Amazônia contribui para aumentar a dificuldade em enfrentar um cenário de catástrofe, cujos contornos são difíceis de antever ou de localizar com precisão. Na Amazônia pode estar a ocorrer uma catástrofe ou a não ocorrer porque, não raras vezes, faz-se equivaler erroneamente a falta de evidências sobre a nocividade de algo, que decorre de incertezas epistémicas e/ou de ignorância, com a ausência de risco. (4) Poder perspetivar a Amazônia como uma “zona de sacrifício” obriga a decisões que envolvem um questionamento sobre os padrões de crescimento económico, as opções tecnológicas passadas e atuais, as escolhas sobre os recursos, e os valores e as experiências das populações. O que está em causa na Amazônia é incalculável, impossível de

compensar, de responsabilidade inimputável e com repercussões que se estendem às gerações vindouras. A humanidade e a natureza mantêm a sua condição vulnerável e trágica. Negar isso só contribui para aumentar a dificuldade em enfrentar as catástrofes que podem assolar a vida humana.

Palavras chave: Risco. Incerteza. Catástrofes. Amazónia.

XI-APS-58368 -Investigação e precariedade científica: Uma análise das trajetórias de emprego científico em Portugal

Tiago Santos Pereira - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Após anos de alguma letargia em torno das oportunidades de carreira científica em Portugal, a política de investigação e de emprego científico ganhou grande visibilidade no espaço público na sequência da prioridade política dada à redução das condições de precariedade, nomeadamente na investigação. Apesar de o Governo ter tomado clara iniciativa nesta matéria, tornando-a objetivo horizontal às diferentes áreas de intervenção das políticas de ciência e tecnologia, não deixou no entanto de enfrentar forte crítica e mesmo contestação. Duas dimensões se entrecruzam nestes debates. Por um lado, a evolução das trajetórias de investigadores mostram elevados níveis de precariedade nas carreiras científicas. Sendo a precariedade científica um tema de crescente preocupação internacional, assume uma dimensão particularmente relevante em Portugal. Por outro lado, o debate político mostra a resistência institucional, nomeadamente das universidades, a reconhecerem a precariedade existente e a assumirem as suas responsabilidades na organização do sistema. Existirá assim efetiva perspectiva de mudança? A presente comunicação cruza estas duas dimensões, procurando apresentar um conjunto de dados sobre a evolução da estrutura das carreiras científicas em Portugal e articulando as questões que esta análise suscita com os debates e posicionamentos que têm alimentado o espaço público em Portugal em anos recentes. Esta análise torna evidente como o debate em torno das condições de emprego científico reflete diferentes visões sobre o modo de organização da ciência em Portugal.

Palavras chave: Carreiras científicas, precariedade, investigação

XI-APS-59058 -Em busca de literacia para as redes: uma abordagem freireana para uma educação para os media

Comunicação Oral

Como reverter situações de baixa literacia mediática a partir do recurso aos próprios media? Essa é a questão de fundo dessa comunicação, resultado de investigação teórico-metodológica pós-doutoral realizada no CIES-IUL. O objetivo é de apresentar a metodologia desenvolvida a partir da reflexão crítica de alguns referenciais da literacia mediática, incorporando a contribuição da pedagogia crítica de Paulo Freire. Tomando como fio condutor a ideia desse autor, para quem a clarificação crítica para a realidade é um ato político, o texto se constitui na proposição de uma metodologia de intervenção pedagógica para a educação mediática. Conforme o Indicador de Analfabetismo Funcional (2018), no Brasil, existe pouca diferença de utilização do WhatsApp entre pessoas de distintos níveis de alfabetização: 92% de analfabetos funcionais enviam mensagens escritas, contra 99% de alfabetizados; 84% de analfabetos funcionais compartilham textos recebidos de outros usuários, contra 82% de alfabetizados que fazem o mesmo. Em Portugal, estudo de 2015 da Entidade Reguladora da Comunicação Social mostrou que 93% dos utilizadores de redes sociais e consumidores de notícias acedem a informação por meio de programas de TV ou serviços noticiosos; 65% declaram ler jornais impressos, 66% se informam via Facebook e 54% leem notícias em sítios ou aplicativos de jornais. Com base no pensamento freireano, os projetos de Literacia em Media e Informação devem se constituir em meios de empoderamento para o uso crítico das ferramentas disponíveis nas redes sociais. A metodologia desenvolvida vem na esteira de prover o capital cultural mediático necessário em ambientes pedagógicos fora da escola - tais como entidades não-governamentais, grupos comunitários e entidades sindicais -, para qualificar os indivíduos para as práticas e consumos mediáticos, desenvolvendo neles as aptidões para a elaboração, a apreensão e a suspeição dos mais diversos conteúdos informativos e estéticos. A comunicação visa apresentar o plano de intervenção elaborado, os quadros de diagnóstico e os exercícios de reflexão que o constituem. Será discutida a estrutura teórico-metodológica de apoio a educadores em sua orientação aos educandos no caminho da investigação que os coloca no centro do processo pedagógico de análise e criação de mensagens. A proposta prevê o empoderamento de educador e educando para que sejam aptos a atuar como fact checkers, ou seja, como verificadores de fatos através dos próprios media, identificando afirmações, localizando fatos e corrigindo informações. A educação mediática deve prover o conhecimento crítico e as ferramentas de análise que empoderem os indivíduos em sua relação com os media, de modo a que atuem como cidadãos e façam uso informado dos meios e redes sociais. Nesse sentido, a proposta de intervenção é uma abordagem inovadora que visa conduzir uma reflexão em direção a uma sociedade emancipatória.

Palavras chave: Literacia mediática; Educação para os media; Paulo Freire; Intervenção pedagógica

XI-APS-60031 -Corpo e tecnologia: desafios contemporâneos

Anabela Pereira - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Iscte, Instituto
Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Esta apresentação resulta de um projeto de pesquisa no âmbito do mestrado em Ciência Cognitiva da Universidade de Lisboa e, tem por objetivo explorar o modo como os usos contemporâneos das tecnologias móveis e online afetam as dinâmicas corporais e a interação humana. Para tal, consideram-se os elementos cognitivos, emocionais e sociais envolvidos no desempenho destas ações, e as suas implicações, quer na formação social das identidades, quer na cultura contemporânea. Damásio (2017) mostra, por exemplo, como a ciência e o conhecimento são fundamentais para interpretar as interações entre duas realidades que são, usualmente, sociológica e cientificamente separadas – a natureza e a cultura. Para ele, sentimentos (e.g., dor, sofrimento, expectativa do prazer) e intelecto são os determinantes do desenvolvimento do projeto cultural. Deles resultam a agência humana e os comportamentos, bem como, a construção identitária. Ao estabelecer a ligação entre sensação, emoção, razão e cultura promove uma nova reflexão sobre a vida em sociedade e sobre o papel do corpo na sua relação com os objetos do mundo e com os outros. Embora a tecnologia (e.g. modelos de simulação, robótica ou IA) não consiga ainda reproduzir os atributos subjetivos do sujeito como as emoções, a empatia ou a moralidade, não será esta, em si mesma, já um prolongamento do humano? A partir do mapeamento de contribuições da ciência cognitiva, neurociências e ciências sociais discute-se, nesta apresentação, o papel da percepção e do córtex sensoriomotor, o problema mente-corpo e a ideia de (i)mediação do corpo do mundo, neste processo. Parte-se de uma perspetiva da performance corporal focada na ideia de que o corpo se constitui como sujeito e lugar da experiência e não apenas como objeto dela. E, também, do que se poderia chamar, na visão antropológica, modos tecnológicos de ser e estar no mundo (Csordas, 1994). Ou seja, modos tecnologicamente definidos “de se estar atento com e ao corpo num ambiente [tecnológico] intersubjetivo”, que representam uma continuidade (ativa) ao invés de uma fronteira com esse mesmo mundo. Em termos metodológicos, a partir da análise de entrevistas qualitativas, o estudo procura perceber alguns dos efeitos subjetivos destes mediadores tecnológicos nas experiências sensoriais na perspetiva das representações (mentais e sociais) dos indivíduos. Nesta apresentação mostraremos exemplos de experiências que usam dados biométricos de participantes para analisar a interação mente-corpo em ambientes virtuais e sobre alterações da atenção em tarefas de leitura. O objetivo é aferir sobre as componentes emocional, cognitiva e neurofisiológica - sobretudo, a nível do movimento e da percepção -, envolvidas no processo. Com esta pesquisa espera-se produzir resultados sobre a potencial heterogeneidade das experiências, efeitos, adaptação e eventual apropriação tecnológica do corpo a partir das narrativas individuais.

Palavras chave: Ciência cognitiva, tecnologia, sentidos do corpo, performance

XI-APS-60643 -Novas tecnologias e policiamento transnacional – expectativas sobre Big Data na investigação criminal na UE

Laura Neiva - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga, Portugal

Helena Machado - Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal

Rafaela Granja - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

Comunicação Oral

Nos últimos anos, com a proliferação de bases de dados informatizados e a intensificação veloz de circulação de informação a uma escala global, têm ganho proeminência as técnicas de Big Data. Trata-se de uma técnica que armazena um grande volume de dados, processados a uma velocidade assinalável, convertidas em índices numéricos, com o objetivo de potenciar a eficácia e eficiência das decisões nas áreas que integra. Na esfera do policiamento, as técnicas de Big Data referem-se ao processamento e análise de grandes quantidades de informação armazenadas em bases de dados policiais, convertidas em algoritmos com vista à previsão de comportamentos criminais e definição de políticas de governabilidade da criminalidade. A presente comunicação pretende analisar expectativas sobre o potencial da técnica de Big Data no campo específico da investigação criminal e encetar uma reflexão crítica sobre as implicações culturais, políticas e sociais deste fenómeno. Os usos de Big Data na investigação criminal acarretam riscos que se prendem com três aspetos fundamentais: a crença na validade das correlações algorítmicas produzidas e os perigos inerentes à previsão do crime; as ameaças à salvaguarda dos direitos humanos e liberdades fundamentais, nomeadamente do direito à privacidade, consentimento e proteção de dados; e a reprodução de modos de criminalização de comunidades vulneráveis à suspeição criada pelas polícias e sistemas de justiça criminal. Usando os conceitos de expectativas coletivas e expectativas específicas propostas por Konrad (2006), esta comunicação visa compreender e interpretar os sentidos e visões atribuídos às técnicas de Big Data por parte de profissionais de cooperação policial e judiciária na União Europeia. As expectativas coletivas referem-se a visões partilhadas por um grupo alargado de atores sociais e, por isso, integram o repositório social sobre Big Data. Por sua vez, as expectativas específicas incluem as perspetivas de comunidades com posicionamentos epistémicos, culturais e sociais particulares. Com base em 23 entrevistas conduzidas em 20 países da União Europeia, esta comunicação explora as expectativas orientadas para o futuro, assentes em aspirações, receios e ansiedades relativas a Big Data. As narrativas dos profissionais de policiamento transnacional revelam, por um lado, expectativas específicas promissoras relativamente ao potencial da aplicação de técnicas de

Big Data no contexto dos crimes de terrorismo e criminalidade organizada. Por outro lado, verbalizam expectativas coletivas que incluem as possibilidades da técnica de Big Data lesar direitos humanos e liberdades fundamentais. As expectativas sobre Big Data projetam um repertório flexível de interpretação sobre tecnologias e técnicas emergentes, o qual conjuga posicionamentos éticos, reflexivos e pragmáticos característicos da cultura epistémica de profissionais policiais.

Palavras chave: Big Data; expectativas coletivas; expectativas específicas; investigação criminal

XI-APS-62011 -Evolução do fosso digital em Portugal, 1997-2019

João Cardoso da Cruz - ISCSP/Ulisboa

Comunicação Oral

A generalidade das definições de fosso digital (digital divide) parte da pressuposição da ausência de acesso universal às tecnologias da informação no contexto da sociedade em rede e remete para a ideia da divisão ou fosso entre dois grupos em certa medida opostos: os que têm acesso e capacidades para utilizar as tecnologias da informação (information haves) daqueles que as não têm (haves not), e alude por conseguinte, à sua exclusão da economia digital e dos seus propalados benefícios. O fosso digital é definido pelos seus atributos potencialmente divisionários, traduzidos em formas de exclusão ao colocar as questões de natureza tecnológica no centro da análise pressupondo que o domínio e capacidade para utilizar as novas tecnologias possa constituir fator de integração e condição necessária de criação de valor. Neste estudo realizado a partir da análise das estatísticas relativas a Portugal recolhidas por vários organismos, (ISCTE, Gfk e INE), evidencia-se a forma como essas desigualdades estão a diminuir, embora por forma diferencial. Identificam-se duas fases: a primeira entre 1997 e 2002 em que se acentuaram as desigualdades; e uma segunda posterior a 2002, em que diminuíram as desigualdades em todas as suas dimensões (idade, sexo, nível de rendimento, habilitações literárias). A metodologia recorreu à constituição de índices DIDIX, utilizada na medição e comparabilidade de estatísticas relativas ao fosso digital (digital divide). No total do território a percentagem de alojamentos com utilização de Internet é de 76,2%, embora permaneça 10,2% abaixo da média da União Europeia. Têm-se registado no entanto progressos significativos. A percentagem de mulheres utilizadoras de Internet é já de apenas 2,5 pontos percentuais em relação à totalidade da população, em relação aos 10,2% registados em 2010. Entre os jovens até ao ensino básico a utilização é ainda de 55,6%, embora se situe acima dos 85% entre a população com o ensino secundário ou superior completos e entre a população dos 55 a 64 anos de 59,3% (o grupo que mais cresceu em termos de utilização de Internet).

Palavras chave: fosso digital, Internet

XI-APS-68942 -Inclusão digital na sociedade em rede: modos de relação dos seniores com as novas TIC

Ana Rita Coelho - CIES, ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Tomando por base os resultados de uma pesquisa recente sobre a inclusão digital das gerações mais velhas (desenvolvida no âmbito de uma tese de doutoramento), esta comunicação centra-se numa abordagem mixed method da relação seniores-TIC em Portugal. Num contexto de crescente envelhecimento demográfico que se conjuga com o papel crescentemente relevante das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos vários domínios da sociedade, estudar a relação da população sénior com as TIC é particularmente relevante. A sociedade em rede surge associada a um conjunto de competências e predisposições tendencialmente menos presentes entre as gerações mais velhas, especialmente entre os menos qualificados. Não obstante, a adesão dos seniores às novas TIC, nomeadamente à internet, tem sido crescente, impulsionando também novas perspetivas de análise dessa realidade. Na atualidade, com a emergência de novas formas de utilização da internet e a multiplicação dos objetivos de uso e dos dispositivos digitais através dos quais se acede à rede (Cardoso et al., 2015), importa analisar não apenas a evolução da utilização da internet entre os seniores mas também os mecanismos e as modalidades que configuram a relação dos seniores utilizadores com as novas TIC. Articulando tendências e padrões com subjetividades, singularidades e experiências individuais, procurou-se no estudo apresentado obter uma compreensão mais holística do papel que a tecnologia desempenha no quotidiano dos seniores, encontrando também pistas sobre as barreiras aos não utilizadores. Um dos principais resultados, apresentados nesta comunicação, remete para uma tipologia de modos de relação com as novas TIC entre os cibernautas seniores, que reflete diferentes trajetórias, práticas/usos, competências, significados e impactos. Com base numa perspetiva biográfica, identificam-se também diferentes tipos de trajetos de contacto com as novas TIC e explicitam-se impactos nas diferentes dimensões da vida dos seniores. Reúnem-se ainda elementos favorecedores da relação dos seniores com as TIC e discutem-se perspetivas de futuro quanto ao papel da tecnologia numa fase tardia da vida. Pretende-se com esta apresentação contribuir para quebrar com estereótipos associados ao uso da internet pelos seniores e mostrar a importância da literacia digital e da sua promoção entre as gerações mais velhas.

Palavras chave: Seniores; sociedade em rede; inclusão digital; modos de relação com as novas TIC

XI-APS-75524 -**Revisitação das teorias face a riscos imprevisíveis**

Maria João Simões - Universidade da Beira Interior; investigadora no CICS.NOVA.UMinho e LabCom

Ana Filipa Martins - Universidade da Beira Interior

Comunicação Oral

Estamos confrontados com um mundo mais incerto em que se aposta na criação/ desenvolvimento de tecnologias, em particular no campo das TIC, da biotecnologia e da nanotecnologia, com efeitos imprevisíveis que podem desafiar a própria condição humana e colocar em risco a humanidade e o planeta. Por um lado, a lógica do próprio sistema capitalista implica uma produção sistemática, de novo produtos no sentido da maximização do lucro, por outro, a UE e os governos, numa lógica competitiva, apostam no desenvolvimento dessas tecnologias sem qualquer precaução ou uma análise que abarque também as suas possíveis consequências negativas. As políticas de ambos são suportadas pelo determinismo tecnológico em que a ciência e a tecnologia são as únicas fontes de progresso, estando subjacente a ideia de que os impactos esperados estarão sempre de acordo com os objetivos das políticas económicas traçadas. Uma informação mais crítica e informada não é disponibilizada à opinião pública e mesmo quando esta é fornecida, como é o caso das alterações climáticas, grupos de interesse poderosos incluindo empresas e governos reagem a essas ameaças globais. Neste contexto incerto e imprevisível qual é o papel da Sociologia? De que modo a Sociologia nos pode ajudar numa análise mais realista e crítica? Arriscando dar um pequeno contributo, considera-se necessário fazer uma revisitação das teorias sociológicas sobre ciência tecnologia e sociedade, no sentido de identificar quais as que têm maior potencial para analisar o desenvolvimento científico e tecnológico em curso e as suas possíveis consequências, no sentido de possibilitar uma maior difusão da informação aos cidadãos e a sua maior mobilização, uma vez que estes não podem ser arredados do debate e da decisão, dadas as potenciais implicações daquele desenvolvimento. Com tal revisitação, tendo principalmente em conta as teorias da construção social da tecnologia, a teoria dos sistemas, a teoria latouriana, a teoria da moldagem social da tecnologia e as teorias da moldagem mútua/condicionamento recíproco, procurar-se-á uma comparação no sentido de identificar quais são as que contemplam as consequências do desenvolvimento tecnológico e científico, a necessidade da participação pública, as desigualdades sociais e de poder, e os valores e interesses sociais em presença. As teorias que contemplam os aspectos enunciados terão maior valor heurístico para a pesquisa e também para desvendar dimensões que contribuam para uma maior e mais informada participação pública nas tomadas de decisão, sem excluir a possibilidade de decisões mais informadas por parte dos governos.

Palavras chave: teorias; riscos imprevisíveis; consequências sociais da ciência e tecnologia; poder e interesses sociais

XI-APS-80367 -**Condições digitais e paralelos sociais na construção da cibersegurança**
Pedro Xavier Mendonça - Centro Nacional de Cibersegurança e Escola Superior de Comunicação Social

Comunicação Oral

A cibersegurança como problemática é muito mais decisiva para os estudos sociais de tecnologia do que o pouco tratamento desta questão dado pelas Ciências Sociais pode conduzir a crer. É uma temática que se cruza, discretamente, com as análises macroestruturais que avaliam as determinações técnicas sobre a sociedade e as que refletem sobre a produção de economia e subjetividade a partir da técnica (Winner, 1971), mas também com os construtivismos mais microanalíticos, que descrevem a apropriação e a construção social dos sistemas tecnológicos (Bijker e Law, 1991). Temas como a utilização dos dados e a pegada digital, as novas fronteiras da privacidade, a criminalidade no seio do ciberespaço, a ideologia e a política que também aí se inscrevem através da utilização do digital por grupos politizados ou Estados com intenções obscuras, estão presentes no âmbito da cibersegurança e têm consequências para os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia nem sempre articuladas a partir do núcleo temático da cibersegurança. Estes problemas interpelam-nos de um modo muito direto, mas frequentemente são tratados através de quadros teóricos que apenas os reconhecem a partir de uma única terminologia de campo e, por isso, alimentam um divórcio entre disciplinas que tudo tinham a ganhar em compreender-se mutuamente. Fazer esta integração é um dos nossos propósitos (ver Cavelti 2018). Ao mesmo tempo que esta comunicação procura contribuir para a articulação entre áreas disciplinares ou campos de conhecimento, pretende estabelecer uma relação entre determinadas condições digitais e certos paralelos sociais considerados críticos para o que se convencionou chamar “segurança no ciberespaço” ou “cibersegurança”, mas também decisivos para a democracia e a construção das subjetividades ou intersubjetividades no espaço societal. A relação entre as condições técnicas e os paralelos sociais não é linear ou monocausal. Não se pretende estabelecer uma ligação determinística entre essas duas esferas. A sua articulação será mais bem explicada através do conceito de “afinidades eletivas” (Weber, 1922), designando tensões relacionais e não tanto de causalidade direta. Não obstante, o paralelismo entre os dois domínios referidos é heurístico. Pretende fazer-se uma análise que se divide em três momentos: 1) a descrição das condições digitais de partida que vão promover certos paralelos sociais, mais ou menos seguros; 2) o sublinhar dos paralelos sociais considerados relevantes; e 3) a apresentação de alguns dados que reforçam a argumentação anterior, articulando os dois domínios em causa. Estas relações visam destacar a importância da cibersegurança enquanto núcleo prático e disciplinar onde a tensão entre desenvolvimento técnico e vida social mais se faz sentir, mas também área em

que os ajustes entre técnica e sociedade são mais necessários.

Palavras chave: cibersegurança, condições digitais, paralelos sociais

XI-APS-83437 -Expectativas sobre tecnologias de inferência fenotípica no contexto de investigação criminal

Filipa Queirós - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Comunicação Oral

Ao longo das últimas décadas a evolução tecnológica registada no campo da genética tem suscitado grandes interrogações relacionadas com os significados e implicações associados aos usos do DNA no campo da investigação criminal. Contudo, desde o início dos anos 2000, o foco do investimento científico e tecnológico moveu-se das tecnologias de identificação para as tecnologias de inteligência criminal. Isto é, um conjunto de instrumentos tecnológicos que apresentam a possibilidade de orientar ações futuras de controlo social sobre determinados alvos (Innes et al., 2005, p. 42), explorando novas formas de construir conhecimento acerca da identidade dos sujeitos, seja esta real ou fictícia (Bigo, 2008, p. 98). Entre as mais recentes inovações tecnológicas constam as tecnologias de inferência fenotípica. Estas ambicionam inferir características físicas raciais de suspeitos, tais como a cor dos olhos, cabelo e pele, e também a ancestralidade biogeográfica dos seus ancestrais. A inferência da ancestralidade biogeográfica baseia-se na análise de marcadores informativos para estimar a herança genética que os indivíduos carregam no seu DNA sobre os seus ancestrais (Phillips, 2015). São geralmente feitas ao nível continental, dando informações probabilísticas acerca da pertença dos ancestrais de um indivíduo como sendo de origem genética Afroamericana, de Sul da Europa, Norte de Europa, entre outras regiões. Fortemente marcadas pela existência de diversas controvérsias sociotécnicas, estas tecnologias desde cedo foram apresentadas como uma ferramenta bastante promissora no apoio à investigação criminal. Aliado a uma política da promessa (Tutton & Levitt, 2010, p. 88) o imaginário forense que sustenta este entusiasmo tem sido moldado por diversas visões de futuro em torno do que se antevem ser os seus benefícios sociais, nomeadamente como podem contribuir para um aumento dos níveis da segurança e eficácia do sistema judicial (Machado et al., 2012; Tutton & Levitt, 2010, p. 85). Com base em entrevistas conduzidas com geneticistas forenses e um conjunto de stakeholders em diferentes países da União Europeia, este artigo debruça-se, por um lado, sobre as expectativas e as visões relativamente sobre o desenvolvimento e (potencial) aplicação de tecnologias de inferência fenotípica na investigação criminal. Por outro lado, explora o papel das expectativas nos mecanismos de governabilidade. Isto é, enquanto dispositivos de coordenação (Konrad, 2006, pp. 429–430) e legitimação de investimentos (Harro van Lente, 2012, p. 773) Estatais na ampliação da vigilância, controlo e categorização das populações. Compreendendo os processos pelos quais diferentes possibilidades de futuro se constroem,

este artigo mobiliza o conceito de ecologia de futuros possíveis (Michael, 2017, p. 521), operacionalizando-o às múltiplas possibilidades com que estes são esboçados.

Palavras chave: inferência fenotípica, expectativas, controvérsia, futuros

Dinâmicas Populacionais, Gerações e Envelhecimento

XI-APS-13298 -Barreiras à denúncia e à procura de apoio por parte das vítimas idosas: narrativas e representações

Rute Lemos - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Isabel Dias - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Alexandra Lopes - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Ana Henriques - Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto

Sílvia Fraga - Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto

Comunicação Oral

A presente comunicação aborda alguns resultados obtidos no âmbito de uma bolsa de doutoramento financiada pela FCT (Ref.^a SFRH/BD/130439/2017), em que se analisa as representações sociais sobre o abuso de idosos entre pessoas com 60+ anos. Trata-se de um estudo integrado num projeto de investigação mais amplo, designado por HARMED - Socio-economic and health determinants of elder abuse (PTDC/IVC-SOC/6782/2014) desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. O projeto HARMED seguiu uma abordagem metodológica mista. No plano quantitativo foi aplicado um questionário com o recurso ao método CAPI a uma amostra final de 677 indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos e que integram a coorte de adultos EPIPorto. Foi previamente aplicado o Mini Mental State Examination para se aferir o estado cognitivo dos participantes. No plano qualitativo foram realizadas 45 entrevistas em profundidade a idosos vítimas e não vítimas. Mostra-se, através dos resultados quantitativos, a ocorrência da subdeclaração de abusos pelas vítimas idosas, dado consistente com a literatura. Apenas 16,1% relatou o incidente, e mais especificamente 8,1% optou pelo relato às autoridades policiais, com maior incidência nos casos de violência física e financeira. Sobre as razões assinaladas para não reportar ou pedir apoio destacam-se o considerar o incidente sem gravidade bem como acreditar que sozinho conseguia resolver a situação e encontrar uma solução. No estudo qualitativo, emergiram representações sobre as barreiras à declaração do abuso e procura de apoio estruturados em quatro eixos narrativos: 1) o comportamento do agressor, nomeadamente o medo da escalada de violência; 2) as características da vítima (falta de expectativas incapacidade física e mental; acreditar que os abusos vão terminar; falta de conhecimento dos seus direitos e instituições de apoio); 3) a ausência de respostas de apoio e salvaguarda de direitos, mais especificamente, a antecipação da falta de apoio familiar, ausência de respostas sociais alternativas ao suporte familiar e inadequadas respostas legais à denúncia (ie descredibilização do testemunho de vitimização); 4) as normas culturais relativas a vínculos familiares (amor parental, vergonha e sentido de lealdade). O discurso dos participantes sobre as barreiras à revelação de abusos articula-se com a concetualização do idoso como adulto vulnerável. Os resultados sugerem a necessidade de políticas sociais e de saúde voltadas para o empoderamento do idoso na família e comunidade, em particular para aqueles que são mais afetados por dificuldades económicas agravadas nos períodos de crise.

Palavras chave: abuso de idosos; barreiras à denúncia; serviços de apoio a idosos; políticas públicas

XI-APS-15991 -Porto. Importa-se: Fatores caracterizadores do Risco de Isolamento Social de Idosos e Necessidades de Intervenção

Joana Guedes - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; CLISSIS

Sara Melo - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Hélder Alves - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; LIAAD - INESC TEC

Sidalina Almeida - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; CLISSIS

Comunicação Oral

Sobejamente reconhecido pelos meios sociopolíticos e académicos como um dos problemas que atinge a franja dos mais velhos, o isolamento social impõe graves fragilidades a quem o enfrenta. Vários fatores concorrem para este fenómeno, associados à privação de contactos e interação com pessoas significativas, designadamente familiares, amigos e vizinhos (Lubben, 1988), assumindo que esta privação decorre de um nível geralmente baixo de envolvimento na vida em comunidade e de um certo retraimento social, muitas vezes presente na vida das pessoas idosas. O objetivo desta comunicação é identificar fatores que contribuem para o risco de isolamento social de idosos residentes nos bairros de habitação do município do Porto, no âmbito do projeto Porto. Importa-se, e identificar as áreas de intervenção necessárias para responder aos principais problemas diagnosticados. Para tal, recorreu-se à aplicação de um protocolo de recolha de informação com vista à construção de um diagnóstico gerontológico consistente que espelhasse as principais características dessa população, em particular aquelas que enfatizassem a rede social e a consistência de relações interpessoais dos mais velhos, ou sobretudo, a sua ausência. Foi igualmente dado destaque ao conhecimento dos recursos económicos, condições de habitação, utilização dos serviços da comunidade, situação de saúde e capacidade para a realização das atividades da vida diária. Elegeu-se, como critério de inclusão da amostra, viver só e ter mais de 70 anos ou viver em casal e ter mais de 75 anos, perfazendo um total de 2390 pessoas idosas. Após análise estatística dos dados com o programa IBM® SPSS® Statistics for Windows, versão 25.0, foi possível chegar a 208 casos de isolamento social, posteriormente objeto de discussão pela equipa de terreno e pelos parceiros locais, trabalho progressivamente assente numa metodologia de gestão de caso, a fim de se proceder à intervenção. Os casos intervencionados pelo risco acrescido de isolamento social refletiram condições de maior vulnerabilidade: maior percentagem a residirem sós; maior percentagem sem confidente; maior expressão do sentimento de solidão; rendimentos mais baixos; menores níveis de independência nas tarefas diárias; maior probabilidade de comprometimento cognitivo e sintomatologia depressiva. Estes casos mobilizaram como áreas principais de intervenção: saúde; respostas sociais; recursos económicos; monitorização pelas estruturas locais;

habitação; acompanhamento jurídico. Trata-se de indivíduos que tendencialmente não manifestam interesse em participar em projetos comunitários e desejam permanecer em sua casa, ainda que com apoio de um SAD, caso a sua situação futura se agrave.

Palavras chave: Isolamento Social, Pessoas Idosas, Projeto PORTO. IMPORTA-SE, Diagnóstico Gerontológico

XI-APS-22893 -Perfis de envelhecimento e ocupação do tempo livre

Idalina Machado - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Hélder Alves - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; LIAAD-INESC TEC

Joana Guedes - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; CLISSIS

Sidalina Almeida - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; CLISSIS

Comunicação Oral

A organização do quotidiano, por obedecer a um critério de temporalidade, implica uma separação entre aquele que é o tempo livre e o outro que é o tempo de trabalho, eixo estruturante da vida nas formações sociais capitalistas em particular (Elias; Dunning, 1992). Assim, para aqueles que atingiram a idade da reforma e que, por isso, se encontram já fora do mercado de trabalho, todo o tempo passa a ser livre. Uma parte do tempo livre é efetivamente tempo de lazer, ou seja, tempo dedicado à realização de atividades escolhidas livremente e não remuneradas. Mas nem todas as atividades de tempo livre são atividades de lazer, pois numa parte considerável do tempo livre os indivíduos realizam um outro tipo de trabalho não remunerado, mas que é também fundamental para a sobrevivência do grupo doméstico. Opondo-se às velhas dicotomias trabalho/lazer que tendem a considerar o primeiro como um tempo útil, produtivo e, por isso, mais importante, e o segundo como uma espécie de tempo perdido, de ócio, de preguiça, aqueles autores defendem que nas sociedades atuais, onde a pressão e o controlo externo e interno adquiriram contornos de permanência e são extensíveis a vários domínios, é de extrema importância para o bem-estar dos indivíduos, enquanto pessoas e sociedade, a (in)satisfação do lazer (1992). Contudo, o bem-estar e a (in)satisfação na reforma, obrigam a entendê-la enquanto acontecimento integrado no contínuo fluir de experiências que caracterizam a vida. Com efeito, verifica-se uma tendência para a manutenção de padrões consistentes ao longo da vida, evidenciando-se uma alta probabilidade de associação entre o passado e o futuro (Atchley, 1999). Já Guillemard (1972) demonstrou que os modos de vida na reforma eram o resultado de um conjunto de bens e potencialidades acumulados ao longo da vida. Assumindo que há uma certa continuidade no percurso dos indivíduos, faz-nos sentido refletir sobre a perspectiva dos recursos no processo da adaptação à reforma. Esta perspectiva coloca a tónica no potencial de recursos físicos, cognitivos, financeiros, sociais, entre outros, enquanto mecanismos facilitadores, ou não, da adaptação e vivência da reforma (Wang et al,

2011; Wang & Shi, 2014). Nesta comunicação dá-se a conhecer os modos de organização e ocupação do tempo livre da população com 65 e mais anos do concelho de Vila Nova de Gaia, de acordo com um conjunto de perfis de envelhecimento. Para o efeito recorreu-se a uma Análise Fatorial em Componentes Principais (AFCP) de forma a extrair os fatores comuns das práticas de atividades diárias. Posteriormente, esses perfis foram validados recorrendo a uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC). Por fim, de modo a melhor compreendermos a relação entre os diferentes perfis de envelhecimento e diferentes características sociodemográficas, foram efetuadas análises de regressão múltipla segundo o método stepwise.

Palavras chave: Perfis de Envelhecimento; Tempo livre

XI-APS-23339 -Literacia digital dos seniores ibéricos: Um estudo exploratório

Ana Cristina Antunes - Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa

Sandra Miranda - Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa

Ana Gama - Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

Branco Di Fátima - Escola Superior de Comunicação Social - Instituto Politécnico de Lisboa

Comunicação Oral

Duas das tendências que marcam as sociedades contemporâneas são o envelhecimento demográfico e o contínuo desenvolvimento tecnológico, em particular das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e dos novos media. Todavia, são ainda escassas em Portugal as investigações que procuram analisar conjuntamente estas duas tendências. Tendo presente que os seniores são migrantes digitais, frequentemente sem acesso às TIC e à internet e que o uso destas tecnologias envolve um conjunto de competências e aprendizagens tendencialmente menos presentes entre as gerações mais velhas, a literatura tem-se centrado na chamada fratura digital e acentuado as muitas desigualdades entre os seniores e as gerações mais jovens neste domínio. Com efeito, os dados referentes a Portugal e Espanha indicam que 23% da população portuguesa e 13% da população espanhola, entre a faixa etária 65-74 anos, nunca usou a internet (DESI, 2019) e, em 2017, apenas 7% dos seniores europeus detinham as competências digitais básicas (Eurostat, 2019). Tendo presente que a falta de literacia digital tem impacto em diversas esferas de vida e que, no limite, podemos assistir a fenómenos de exclusão social como consequência direta de uma exclusão digital (Gil, 2019), este estudo tem como objetivo central examinar a literacia digital e, em particular, a literacia acerca das redes sociais apresentada por seniores portugueses e espanhóis. Seguindo uma metodologia qualitativa, foram realizados cinco focus group, três em Portugal e dois em Espanha, entre setembro de 2019 e janeiro de 2020. Este estudo envolveu 45 seniores que frequentam universidades seniores e que são utilizadores da internet e das redes sociais. Os resultados evidenciam uma certa

heterogeneidade no tocante às questões de literacia digital e níveis diversos de proficiência. Observa-se que os participantes com menores níveis de literacia tem presente a percepção de lacunas nesta, bem como as razões para a sua existência. É ainda registada a intenção, por alguns dos participantes, de envidar esforços no desenvolvimento da sua literacia digital até porque a falta desta é associada a novas formas de analfabetismo. Estes resultados são extensíveis à literacia em novos media, nomeadamente em relação ao Facebook. Nesta rede social digital, que é uma das redes de eleição por parte dos seniores que estão presentes nos media sociais, os participantes registam, a par da percepção de lacunas, uma evolução positiva na sua literacia, que resulta da adoção de um conjunto de estratégias específicas. Os resultados obtidos permitem examinar este fenómeno numa perspetiva ibérica, estimulando o conhecimento acerca de fatores que em Portugal e Espanha podem promover a inclusão digital mas também social em sociedades cada vez mais desmaterializadas e em que é fundamental o acesso e literacia digitais para um exercício pleno de cidadania.

Palavras chave: TIC, novos media, seniores, literacia digital

XI-APS-27232 -As pessoas mais velhas de ontem, de hoje e de amanhã em Portugal
Stella Bettencourt da Câmara - CAPP - ISCSP-ULISBOA

Comunicação Oral

Nunca em toda a sua história populacional, a sociedade portuguesa teve uma proporção tão grande de pessoas com mais de 65 anos, representavam em 1960, 7,7% da população, e 21,7% em 2018, e estima-se que venham a representar 32,0% do total, em 2050. Entre 1960 e 2018, a população idosa teve uma variação de 215%. Nestes, quase, sessenta anos, não se verificou apenas o crescimento quantitativo da população idosa, assistiu-se, também, à sua alteração qualitativa. Os velhos de ontem não são “iguais” aos velhos de hoje, como estes não serão “iguais” aos de amanhã. Assumindo-se, aqui, que velhos são todos os indivíduos com 65 e mais anos de idade. Assim, a presente comunicação tem como objectivo contribuir para um conhecimento mais aprofundado das alterações, quantitativas e qualitativas, que se verificaram (entre 1960 e 2018) e se verificarão (2050) entre a população idosa portuguesa. Para tal, recorreremos a informação constante nos Censos, nas Estatísticas da Saúde, Educação, Emprego, nas estimativas da população, entre outras fontes. Para a análise, ter-se-á em conta variáveis e indicadores sócio-demográficos, por exemplo, habilitações literárias, profissão, condição perante a atividade económica, distribuição geográfica, esperança de vida aos 65 anos, mortalidade e causas de morte, índices de dependência, envelhecimento, longevidade. Sempre que possível, far-se-á uma análise diferenciada por sexo e por coorte.

Palavras chave: Envelhecimento; Pessoas Idosas, Variáveis e Indicadores Sócio-Demográficos, Demografia

XI-APS-29430 -Contexto social, envelhecimento e tecnologias digitais

Celiana Azevedo - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL

Comunicação Oral

O envelhecimento da população e a difusão das tecnologias de informação e comunicação - TIC - fazem parte da realidade de diversas regiões do mundo. Brasil e Portugal encontram-se nessa mesma tendência com percentagens cada vez mais elevadas de idosos (IBGE, 2016; INE, 2016), mas cuja apropriação e usos das TIC ainda são baixos (CGI.br, 2016; Obercom, 2016) prevenindo-os de possíveis benefícios que podem advir desse ambiente tecnológico. Nesse sentido, esta pesquisa discute a relação entre idosos e TIC no Brasil e em Portugal tendo como objetivo responder à seguinte pergunta: de que formas os usos e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação influenciam no envelhecimento ativo de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil e em Portugal? Para isso, levamos em consideração o conceito de envelhecimento ativo, o contexto social em que os idosos estão inseridos, teorias e modelos teóricos relacionados com o processo de envelhecimento e o uso das TIC e as percepções positivas e negativas que esses idosos possuem sobre o uso das TIC e o envolvimento em interações sociais online. Para a recolha de dados, foi utilizada a abordagem metodológica qualitativa através da observação não participante, grupos focais e entrevistas semiestruturadas. A amostragem foi composta por 36 pessoas, brasileiras e portuguesas, com idades entre 60 e 84 anos, que frequentavam aulas de informática em universidades seniores e que tinham acesso a pelo menos uma das seguintes tecnologias digitais: o computador, o celular e o tablet com ligação à internet. Os resultados do estudo apontaram as seguintes conclusões: - Os adultos mais velhos têm uma visão maioritariamente positiva sobre o uso das TIC; - Os usos e a apropriação das TIC influenciam no envelhecimento ativo porque contribuem para uma participação mais consistente e com efeitos globalmente positivos sobre os idosos, mas tal não vem livre de possíveis consequências negativas;- O contexto social e o curso de vida influenciam na forma como lidam com as TIC, podendo suprir a ausência física de pessoas próximas e aumentar a frequência da comunicação dentro e fora do ambiente familiar e entre gerações.

Palavras chave: idoso; TIC; Brasil; Portugal

XI-APS-37648 -Cuidado corresidencial e fragilidade em indivíduos com 50 e mais anos: dados do estudo SHARE.

Fátima Cristina Senra Barbosa - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Alice Delerue Matos - Departamento de Sociologia, Universidade do Minho

Gina da Silva Voss - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Comunicação Oral

A fragilidade é um importante desafio de saúde pública associado ao envelhecimento populacional. De acordo com a literatura, a fragilidade encontra-se associada a multimorbilidade, hospitalização, readmissão hospitalar, institucionalização, aumento dos custos de saúde e mortalidade (Bock et al., 2016; S.-F. Chang & Lin, 2015; Fried, Ferrucci, Darer, Williamson, & Anderson, 2004; Hanlon et al., 2018; Hao et al., 2019). Contudo, apesar da crescente importância da fragilidade para as políticas públicas de saúde, poucos estudos analisaram a associação entre prestar cuidados informais e fragilidade. O objetivo deste estudo é analisar a associação entre a prestação de cuidados corresidenciais e fragilidade em indivíduos com 50 e mais anos, de acordo com o género e a região (Europa do Norte, Central, do Sul e do Leste), a que correspondem diferentes tipos de Estado-Providência. Este estudo usa dados de 17 países Europeus (N=52076) que participaram na sexta vaga do projeto SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe). Os resultados mostram que a prevalência de pré-fragilidade e fragilidade difere de acordo com o estatuto de cuidador/não cuidador corresidencial, com o género e a região. O grupo das mulheres cuidadoras dos países do Norte da Europa apresenta a maior prevalência de pré-fragilidade (55.3%), enquanto que o grupo das mulheres cuidadoras dos países do Sul da Europa apresenta a maior prevalência de fragilidade (24.9%). Prestar cuidados corresidenciais encontra-se positivamente associado a maior risco de ser pré-frágil nas mulheres de todas as regiões da Europa (Norte: OR 1.724, 95% IC 1.190 to 2.496; Central: OR 1.213, 95% IC 1.010 to 1.456; Leste: OR 1.227, 95% IC 1.031 to 1.460; Sul: OR 1.343, 95% IC 1.103 to 1.634;) e a maior risco de ser frágil nos homens e nas mulheres dos países do Sul da Europa (homens: OR 1.644, 95% IC 1.250 to 2.164; mulheres: OR 1.527, 95% IC 1.060 to 2.200;). Os resultados deste estudo sugerem que as mulheres cuidadoras de todas as regiões da Europa e os cuidadores dos países do Sul da Europa, independentemente do género, têm maiores probabilidades de serem pré-frágeis e frágeis, respetivamente. Os decisores políticos Europeus devem criar políticas públicas para prevenir e reverter a fragilidade nos cuidadores corresidenciais Europeus

Palavras chave: Cuidadores corresidenciais; Fragilidade; Género; Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (SHARE).

XI-APS-43273 -HARMED - O abuso de idosos: determinantes sociais, económicas e de saúde. Resultados Finais

Isabel Dias - Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de Sociologia/
Instituto de Sociologia da UP (ISUP)

Alexandra Lopes - Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de
Sociologia/Instituto de Sociologia da UP (ISUP)

Ana Henriques - Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto - ISPUP

Rute Lemos - Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de Sociologia/
Instituto de Sociologia da UP (ISUP)

Silvia Fraga - Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto - ISPUP

Comunicação Oral

A presente comunicação aborda os principais resultados obtidos no âmbito do projeto HARMED - Socio-economic and health determinants of elder abuse" (PTDC/IVC-SOC/6782/2014) desenvolvido no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto e no Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto. Teve como objetivo geral avaliar as determinantes sociais, económicas e de saúde do abuso de idosos em contexto de crise em Portugal. Mais especificamente procurou-se i) identificar os fatores que aumentam o risco de exposição de pessoas idosas a diferentes tipos de abuso e sua prevalência; ii) avaliar as suas condições socioeconómicas e se o seu declínio conduziu à ocorrência de comportamentos agressivos e abusivos; iii) analisar os indicadores gerais de saúde e em que medida o seu agravamento os tornou mais vulneráveis à violência. Metodologicamente partiu-se da base EPIPorto que consiste numa coorte de adultos que recrutou 2485 habitantes da cidade do Porto entre 1999 e 2003 e que tem vindo a ser reavaliada desde então. Foi aplicado um questionário com o recurso ao método CAPI a uma amostra final de 678 indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos e entrevistas em profundidade a 45 idosos selecionados a partir da amostra original. Foi previamente aplicado o Mini Mental State Examination para se aferir o estado cognitivo dos participantes. Na análise dos dados recorreu-se a técnicas estatísticas bi e multivariadas. Os resultados demonstram que a acumulação de desvantagens socioeconómicas e das condições de saúde, em conjunto, aumentam significativamente a vulnerabilidade das pessoas idosas ao risco de abuso. Mostram também uma maior prevalência do abuso psicológico, o qual é mais frequente entre as mulheres e os idosos mais velhos que percebem o rendimento familiar como insuficiente e que pertencem a domicílios com insegurança alimentar. Quando considerada a efetiva redução de gastos/despesas do agregado familiar em virtude da crise económica, a prevalência de abuso, em geral, torna-se maior. Concomitantemente, quando considerada a necessidade de alteração de determinadas condições da vida quotidiana dos idosos em virtude da crise económica, a prevalência de abuso também aumenta. Conclui-se que quando a crise provoca alteração de determinadas circunstâncias da vida dos idosos, intensifica-se o risco de exposição ao abuso e violência. Em suma, os resultados demonstram uma maior prevalência de abuso entre os idosos mais afetados pela crise económica e reforçam a importância de abordar a vulnerabilidade económica na velhice, agravada nos períodos de crise, em termos de políticas sociais e de saúde.

Palavras chave: abuso de idosos; envelhecimento; saúde; condições socioeconómicas

XI-APS-57093 -Prestação de cuidados à Pessoa Idosa – Desafios atuais e futuros

Sandrina Ribeiro - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa

Eduardo Duque - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa

Comunicação Oral

As respostas sociais, concebidas e materializadas até à data, têm procurado satisfazer uma panóplia de necessidades, inclusive quando se trata de fornecer respostas à população sénior portuguesa. Não obstante a evolução registada no número e complexidade das estruturas, surgem diversas questões que ainda carecem de resposta. A sociedade está em constante transformação assim como os elementos que a compõe. A principal questão que o presente estudo procura dar resposta prende-se com o seguinte: será que as respostas sociais estão efetivamente a responder às reais necessidades da pessoa idosa? De uma forma genérica, entende-se que, para responder a esta questão, é de todo pertinente, explorar a visão e perspetiva de duas populações específicas: por um lado, ouvir os profissionais, por outro lado, atender ao que os séniores têm a dizer. Para o efeito, aplicaram-se entrevistas individuais, aos profissionais direta ou indiretamente ligados ao contexto, e um focus group constituído por pessoas idosas, oriundas de respostas sociais específicas (ERPI e SAD), localizadas em Fafe, lugar onde decorre este trabalho de campo. A análise de conteúdo efetuada em ambos os momentos foi extremamente rica em informação, indo de encontro ao que a literatura atual tem apresentado. Considerando as diversas questões de investigação, este estudo permitiu identificar as diversas necessidades da população idosa atualmente institucionalizada, como também possibilitou a sinalização de alguns condicionalismos inerentes ao modo de funcionamento e à organização das respostas sociais em estudo, lançando novos desafios e possibilidades de melhoria. Segundo os discursos analisados, as estruturas de apoio à pessoa idosa não se encontram ainda devidamente preparadas para dar resposta técnica e especializada às necessidades da população idosa com demência. Foi possível ainda constatar que as pessoas idosas entrevistadas apresentaram dificuldade em explorar a seguinte questão: “Se tivessem oportunidade de viver mais tempo nas suas casas ou num ambiente familiar, tendo apoio de um profissional ao domicílio durante 24 horas, optariam por ficar em casa? Ou sentem maior segurança no lar? Esta situação poderá dever-se ao facto destas estarem atualmente satisfeitas com o contexto no qual estão inseridas, encontrando-se numa condição de saúde e bem-estar visivelmente mais favorável comparativamente à etapa anterior, facto que motivou a integração na respetiva resposta social, como também poderá dever-se à dificuldade das pessoas idosas em perspetivar e opinar sobre uma realidade para eles ainda desconhecida ou inexistente, à data em que tiveram de optar pelo ingresso em ERPI. Em

contrapartida, os profissionais apresentaram uma postura mais aberta e recetiva face à possibilidade de uma melhoria das respostas sociais atuais, em particular do SAD, apesar de reconhecerem e “aplaudirem” os avanços registados neste domínio.

Palavras chave: Respostas sociais; Cuidados; Estruturas de apoio aos idosos; Integração

XI-APS-64833 -Pode a internet reduzir a solidão dos idosos que vivem sós nos países do Sul da Europa?

Patrícia Silva - Centro de investigação em Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho
Alice Delerue Matos - Centro de investigação em Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho

Roberto Martinez-Pecino - Departamento de Psicologia Social, Universidade de Sevilla

Comunicação Oral

A solidão tem consequências negativas na saúde física e mental dos indivíduos. Este facto assume particular importância em contextos sociais que registam um aumento do número de pessoas que vive só em idades avançadas e que, conseqüentemente, podem experienciar riscos acrescidos de solidão. Com efeito, os estudos sobre a solidão em adultos mais velhos têm salientado o impacto da vida a solo na explicação deste fenómeno sobretudo em países com fortes tradições familiaristas, como é o caso dos países do Sul da Europa, em que a vida a solo em idades avançadas é, frequentemente, uma situação indesejada. A internet transformou-se num dos principais meios de comunicação e interação na sociedade hodierna, ocupando um papel cada vez mais relevante na vida quotidiana dos indivíduos pelo que é importante que os estudos tenham em consideração a forma como a internet pode interferir na relação entre a vida a solo e a solidão. Este trabalho visa, precisamente, analisar o papel da internet na relação entre viver só e a solidão, nos países do Sul da Europa. O presente estudo incide sobre uma amostra de 17228 indivíduos de 50 e mais anos, residentes em Portugal, Espanha, Grécia e Itália, que foram inquiridos na vaga 6 do projeto SHARE - Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe. As análises de regressão, realizadas com recurso ao software SPSS, versão 25 permitiram concluir, num primeiro momento, que existe um conjunto de características sociodemográficas, económicas e de saúde que se relacionam com os sentimentos de solidão dos adultos mais velhos. Para além disso, foi possível verificar que a vida a solo se relaciona positivamente com o aumento dos sentimentos de solidão, enquanto a utilização da internet se associa de forma negativa ao incremento deste sentimento. Finalmente, os principais resultados desta investigação identificam o papel moderador da internet na relação entre a vida a solo e a solidão de indivíduos de 50 e mais anos, salientando o facto desta tecnologia diminuir o impacto que viver só tem no sentimento de solidão. As conclusões deste estudo reforçam pois a importância de políticas que visem a inclusão digital dos indivíduos de 50+ anos que

residem sós, nos países do Sul da Europa.

Palavras chave: Solidão, viver só; internet; indivíduos 50+

XI-APS-68152 -O impacto da receção de cuidados na manutenção das capacitações das pessoas idosas

Ana Rita Teixeira - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)

José de São José - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve; CICS.NOVA

Comunicação Oral

Em 2017, no conjunto dos 28 países da União Europeia (UE28), Portugal apresentava-se como o terceiro país com maior percentagem de idosos. É visível o aumento das gerações mais velhas, sobretudo o aumento gradual da faixa etária dos 75 e mais anos relativamente aos maiores de 65 anos. Contudo, o aumento da longevidade, não é sinónimo de saúde, e viver mais anos não significa necessariamente que estes sejam vividos com qualidade de vida. De facto, à medida que a população envelhece, a necessidade de cuidados a pessoas idosas aumenta de igual forma. Atualmente, devido às novas dinâmicas familiares, é irrealista esperar que a família seja a única responsável pela prestação de cuidados a pessoas idosas. Assim, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD) consistem nas principais respostas sociais dirigidas às Pessoas Idosas, além do apoio informal. No âmbito de uma tese de doutoramento em Sociologia, cujo objetivo era identificar e compreender as trajetórias de receção de cuidados sociais, bem como os significados que as pessoas idosas lhes atribuíam, foram realizadas 36 entrevistas na forma de histórias de vida a pessoas idosas (média de idades = 83 anos), 22 mulheres e 14 homens. A amostra contemplou indivíduos com idades compreendidas entre os 73 e os 97 anos, residentes na região do Algarve, com autonomia cognitiva, e integrados em três contextos diferentes: centro de dia, ERPI e residência das próprias onde recebiam o SAD. O objetivo desta comunicação é, tendo por base a Teoria das Capacitações (Capability Approach), descrever de que forma a receção de cuidados contribuiu para a manutenção das capacitações da pessoa idosa ou se, por outro lado, não teve qualquer impacto. Os resultados sugerem que a manutenção daquilo que a Pessoa Idosa mais valorizava fazer e ser, depende muito mais do seu grau de dependência e da forma como fez a gestão das suas perdas, ou seja, como aprendeu a adaptar-se à sua nova realidade. Por outro lado, a constituição dos prestadores de cuidados sociais ou o facto de se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição, não tem um impacto muito significativo.

Palavras chave: Pessoas Idosas; cuidados sociais; Teoria das Capacitações (Capability Approach)

XI-APS-74019 -Padrões e dinâmicas de envelhecimento em territórios de baixa densidade. Um retrato sociográfico na região Alto Alentejo

João Emílio Alves - Instituto Politécnico de Portalegre; VALORIZA e CIES-IUL.

j.alves@ippportalegre.pt

Alexandre Martins - Instituto Politécnico de Portalegre; CICS.NOVA e Age.Comm.

a.martins@ippportalegre.pt

Maria João Guardado Moreira - Age.Comm/ Instituto Politécnico de Castelo Branco.

mjgmoreira@ipcb.pt

Vitor Pinheira - Age.Comm/ Instituto Politécnico de Castelo Branco. vpinheira@ipcb.pt

Eugénia Grilo - Age.Comm/ Instituto Politécnico de Castelo Branco. eugenia@ipcb.pt

Comunicação Oral

De acordo com dados recentes, os territórios do interior do país, também designados por territórios de baixa densidade, têm vindo a evidenciar elevados índices de envelhecimento e de dependência da população idosa no território nacional, pelo que se justifica uma melhor compreensão relativamente à forma como se podem caracterizar os padrões e as dinâmicas de envelhecimento das populações aí residentes convocando para a análise algumas reflexões de cunho sociológico. O envelhecimento demográfico constitui-se como paradoxal, uma vez que o aumento da esperança média de vida, entendido como um indicador positivo de desenvolvimento, coloca também diferentes desafios e necessidades às sociedades e aos indivíduos, reivindicando uma intervenção mais informada e localmente enquadrada em termos sociais, económicos, culturais e políticos. A presente comunicação surge no âmbito do projeto “PerSoParAge – Recursos Pessoais e Sociais Para a Autonomia e Participação Social Numa Sociedade Envelhecida”, financiado pela FCT (POCI-01-0145-FEDER-023678), liderado pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco em parceria com os Institutos Politécnicos de Portalegre, da Guarda e de Bragança e que teve como objetivo central a produção de conhecimento que permita intervir, de forma mais informada, sobre a realidade do envelhecimento em territórios de baixa densidade. Partindo de uma metodologia de base quantitativa, resultado de um inquérito por questionário dirigido a uma amostra construída por dois grupos etários: entre 55 e 64 anos e mais de 65 anos, residentes em duas cidades do Alto Alentejo (Portalegre e Elvas), apresentam-se alguns resultados centrados em variáveis e indicadores sociodemográficos e ilustrativos dos recursos económicos, sociais, recreativos e de saúde que ajudam a compreender os padrões e as dinâmicas de envelhecimento no território estudado. Em paralelo, avança-se alguns dados relativos às redes de relações e de interajuda locais, elementos que configuram a continuidade de um processo de envelhecimento nestes territórios, embora com configurações específicas, as quais, por essa razão, são merecedoras de políticas públicas, nacionais e locais, ajustadas

aos padrões e às dinâmicas de envelhecimento diagnosticadas. Os dados apurados apontam, no essencial, para um conjunto de resultados e tendências que, embora inscritas na literatura sobre o tema, colocam a descoberto especificidades relevantes que convocam uma reflexão sociológica aprofundada.

Palavras chave: Padrões de envelhecimento; Territórios de baixa densidade; Recursos económicos e sociais; Redes de Interajuda

XI-APS-79726 -O envelhecimento nas comunidades locais perspetivado à luz da aprendizagem de serviço

Manuela Cachadinha - Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Centro de Estudos da Migrações e Relações Interculturais

Comunicação Oral

No âmbito da atividade docente desenvolvida no Instituto Politécnico de Viana do Castelo, lecionamos unidades curriculares na área da Sociologia do Envelhecimento e estamos envolvidos em projetos de desenvolvimento rural, designadamente, o projeto Rural 3.0, financiado pelo Erasmus+. O projeto Rural 3.0 pretende reunir Instituições do Ensino Superior e parceiros rurais para juntos trabalharem numa questão comum - o desenvolvimento do conhecimento necessário e das competências necessárias para promover mudanças nas comunidades rurais na base de necessidades. Apoia a modernização do ensino superior da Europa através do currículo transnacional baseado na abordagem inovadora de aprendizagem de serviço para o ensino e aprendizagem, que reúne estudantes, académicos e a comunidade, para juntos desenvolverem soluções para questões desafiantes, bem como a inovação de produtos e processos. Sabemos que as comunidades rurais, na área geográfica onde se localiza o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, são também comunidades demograficamente envelhecidas. No domínio da Sociologia do Envelhecimento, temos vindo a trabalhar com os nossos alunos no sentido de conhecer os problemas e necessidades reais com que se deparam as pessoas mais velhas naquela área geográfica. Temos utilizado a metodologia da aprendizagem de serviço no sentido de levar os nossos alunos a conhecer e intervir nos contextos rurais envelhecidos. Temos efetuado visitas, entrevistas e trabalho de terreno com os nossos alunos em Centros de Dia e em Centros de Convívio para seniores, localizados em zonas predominantemente rurais. Temos constatado que o interesse e motivação dos alunos em relação às problemáticas sociológicas do envelhecimento aumenta quando colocados em ambientes sociais reais. Temos efetuado o levantamento das necessidades reais das populações seniores e, em colaboração com os alunos, numa lógica de intergeracionalidade, temos delineado programas de intervenção que vão ao encontro das necessidades reais detetadas. Verificamos, nas comunidades locais estudadas, que há uma manifesta necessidade de ocupação dos tempos livres dos mais velhos, reformados, com atividades que vão ao encontro dos seus gostos, preferências e

motivações. Nos Centros de Dia e Centros de Convívio para seniores, a ocupação do tempo dos utentes encontra-se pouco diversificada, por razões e constrangimentos ligados a limitações de recursos materiais e humanos. Necessidades ligadas à formação para utilização das novas tecnologias, por exemplo, não têm a resposta adequada. O interesse pelas atividades agrícolas que muitos dos seniores ainda manifestam não encontra resposta nos locais que frequentam. Neste contexto, temos desenhado projetos de intervenção nas comunidades locais para dar respostas às necessidades existentes ao nível dos seniores, numa lógica de aprendizagem de serviço e de promoção da intergeracionalidade.

Palavras chave: Envelhecimento; Intergeracionalidade; Comunidades locais; Aprendizagem de serviço.

Diversidades Culturais e Espaços de Intervenção

XI-APS-13211 -Considering the psychic life of power in Muslim women's claims-making in the European public sphere

Aristeidis Myriskos - Bielefeld Graduate School in History and Sociology, Bielefeld University

Comunicação Oral

The last decade, the European Commission, in order to tackle the democratic deficit in the European Union, among other initiatives, focused on the formation of the European public sphere. The notion of the public sphere refers to citizen's public discourse on issues of common concern. The public sphere furthers the accountability and responsiveness in institutions' decision-making process. The EC, in its effort to shape the European public sphere, reflected the normative liberal model of rational consensus and it highlighted the importance of the European identity and European Union's core values. Racial, ethnic, and religious groups that do not identify with the European ideals face exclusions from the European public sphere. Against this backdrop, the paper, deriving its arguments from Judith Butler's theory on performativity, analyses the marginalization and the claims-making of Muslim women in the European public sphere, focusing on the wearing of the Muslim veil in the public space, on the Muslim practices of piety and the concepts of self-ethics and self-reflexivity that these practices entail. The paper aims to complement the postmodern studies which showed that a thorough examination of the exclusion and the politics of Muslim women in the European public sphere requires a focus on the sociocultural context –within which this public is situated and which is consisted of various dominant discourses– as well as on the material and visual dimensions of public communication and a rethinking of the binary terms resistance and subordination. The paper shows how Judith Butler's theory on performativity and the post-structural psychoanalytical theorization of the subject formation further elaborates the examination of Muslim women's agency that is based on performative politics. It retraces Butler's discussion of the notions of Hegel's unhappy conscience, Nietzsche's bad conscience and Freud's stubborn attachment to consider the Muslim piety practices and the practices of veiling and unveiling as psychic subjugations and as a symbolic loss. The paper concludes that such an approach further illustrates 1) the emergence of the political subject in the case of Muslim women in the European public sphere as well as their agency in resisting the normalization and fixation of their identities and 2) the vulnerabilities of the European hegemonic discourse, namely, that it is prone to reappropriation as well as to unintended effects, its dependence on repetition and its inability to fully subjugate the subjects in the European public sphere.

Palavras chave: European public sphere, autonomous agency, performativity, symbolic loss, Muslim veil

XI-APS-14490 -Vozes do Direito à Cidade. Fotografia participativa com as crianças do Bairro da Torre e do Alto da Cova da Moura.

Rosa Arma - CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA-ULisboa) | GESTUAL - Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local

Erica Briozzo - ISPA - Instituto Universitário

Giovanna González - FAUL - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Janice Fortes Guilherme - Arquiteta

XIAPS- Poster

No âmbito do seminário 'Direito à Cidade (1968-2018)', organizado pelo Gestual - Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação local em dezembro de 2018 na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, realizou-se a exposição coletiva de fotografia, arte e vídeo 'Vozes do Direito à Cidade', onde se pretendeu dar um olhar plural sobre o conceito de Lefebvre tratado no seminário. Com o intuito de constituir parte da exposição, foi desenvolvido um processo de photovoice (fotografia participativa, uma metodologia de investigação-ação usada para pesquisa participativa) pelas autoras desta comunicação em conjunto com crianças de etnia cigana e africana residentes no Bairro da Torre em Camarate e no Bairro do Alto da Cova da Moura na Amadora, dois bairros autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa e casos de estudo e intervenção do Gestual. Esta comunicação pretende apresentar o processo desenvolvido e as reflexões que dele emergiram em torno do conceito do Direito à Cidade a partir da própria voz das crianças autoras das fotografias sobre a sua casa, o seu bairro, a sua comunidade e sobre a cidade. Pretende-se também refletir sobre a fotografia participativa como ferramenta reflexiva e empo-deradora em crianças que moram em contextos de exclusão espacial e social, e sobre a forma como o exercício criativo pode contribuir para mudanças individuais e coletivas. Os jovens participantes no photovoice nos dois bairros, conseguiram identificar e retratar forças, problemas e desafios, tanto ao nível individual como comunitário, e transmiti-los para a sua própria comunidade e as para pessoas de fora através do meio visual. Envolveram-se também numa reflexão crítica sobre estas forças, problemas e aspirações, expressando os seus pontos de vista em entrevistas baseadas nas imagens fotográficas produzidas. Desta forma, a fotografia participativa, enquanto instrumento fundamentado na criação de uma imagem e nas narrativas que a acompanham, afirma-se como ferramenta de investigação científica e, ao mesmo tempo, de intervenção social.

Palavras chave: Photovoice, crianças, investigação-ação, Direito á Cidade, bairros autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa

Comunicação Oral

A região do Algarve, pelas suas características climáticas e paisagens amenas, tem sido o destino escolhido por turistas provenientes de várias nacionalidades (INE, 2019). Na diáspora, escolhem a região para desfrutar dos recursos deste território. Podemos aventar que a temática do turismo no Algarve não é, pois, uma questão periférica, mas sim uma questão premente, sendo este o principal motor económico do território em análise (INE, 2019). Por tal, debate-se desde longa data com a problemática da sazonalidade muito porque se alimenta de um turismo balnear (Santos et al, 2015). Não obstante, mais importante que o próprio ato de lazer é a estrutura que encontramos no destino que escolhemos. Uma vez turistas satisfeitos, as probabilidades de regresso aumentam (Turismo de Portugal, 2017). No limbo deste fenómeno encontramos os movimentos migratórios, motivados em maioria pela procura de qualidade de vida (Covas, 2004). Muitas pessoas que por cá passam escolhem esta região para habitar e até para trabalhar (Malheiros e Padilha, 2010; Oliveira, 2016). Daqui resulta o multiculturalismo identitário do Algarve. Partindo de uma investigação doutoral, é objetivo deste artigo, desenvolver a análise sobre o percurso das comunidades imigrantes nesta região e oriundas sobretudo de países economicamente mais fortes da Europa ocidental. Na sua especificidade, objetiva-se conhecer os comportamentos sociais e culturais existentes entre esta comunidade imigrante e a população autóctone. Utilizando uma metodologia qualitativa, embora com recurso a técnicas mistas para uma triangulação de dados, foram analisadas quarenta entrevistas. Numa tríade de definições, importa-nos também destrinçar os conceitos que tacitamente acompanham este preciso cenário: cultura (contextualizando as dimensões de Hofstede, 2005; Trompenaars, 2011) e interculturalidade, retirando destes a observação necessária para construir o campo simbólico (Bourdieu, 2009) da região estudada e interpretar o lugar que ocupa cada conceito na esfera social do Algarve e nas relações com a sua atividade major: o Turismo. Contrariando o apanágio de que esta classe de imigrantes escolhem o Algarve apenas para férias e usufruir de suas reformas, verificamos em simultâneo que as novas comunidades vêm enriquecer a região, uma vez que fazem um aproveitamento de recursos locais que os próprios autóctones descuram. Ademais, a presença deste tecido demográfico, acaba por suscitar a criação de novas atividades económicas. A partir da reflexão teórica centrada na interculturalidade presente, adicionamos neste artigo uma nova perspetiva de análise acerca da presença destas comunidades imigrantes na região do Algarve, ancorando os contributos económicos e culturais que, porventura, podem mitigar a problemática da sazonalidade neste local.

Palavras chave: Algarve, Identidade, Interculturalidade

XI-APS-24563 -Trajetórias de continuidade escolar dos jovens ciganos no ensino secundário: tensões, oportunidades e mudanças

Maria Manuela Mendes - CIES-ISCTE-IUL e FAUL

Olga Magano - CIES-ISCTE-IUL e Universidade Aberta, delegação do Porto

Pedro Caetano - CICS-UNL

Florbelá Samagaio - ISFLUP e Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Comunicação Oral

Segundo a OCDE (2019), Portugal continua a ser um dos países onde a origem socioeconómica dos alunos tem um maior peso nas diferenças ao nível de sucesso escolar. Não sendo uma realidade exclusivamente portuguesa, as pessoas de origem cigana (Roma) estão entre os principais afetados pelas desigualdades escolares. Nos últimos anos, tem-se verificado um incremento a nível de políticas sociais com vista a combater essas mesmas desigualdades. Contudo, estas políticas e medidas são universais (Magano, Mendes, 2014) uma vez que em Portugal não existem medidas específicas pelo não reconhecimento de minorias nem de diferenciação étnica. Tendo por base os dados recolhidos através da realização de 30 entrevistas semi-diretivas a alunos ciganos que estão/estiveram no ano letivo 2018-2019 a frequentar o ensino secundário, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no contexto do projeto EDUCIG – Desempenhos escolares entre os Ciganos: Investigação-Ação de projeto de Co-Design pretende-se analisar e discutir as perceções que jovens que frequentam o ensino secundário e que representam casos de trajetórias de continuidade. Pretende-se entender qual o impacto da sua vontade, agencialidade e resiliência, das políticas sociais, da família e da comunidade na permanência escolar, dado que estas condicionantes se prefiguram como fatores-chave na justificação do aumento de casos de permanência e continuidade da trajetória escolar dos alunos ciganos portugueses verificado nos últimos anos, e que por vezes passam despercebidos. Importa ainda analisar quais as suas motivações pessoais e projetos de vida; tensões e ambivalências identitárias, perspetivas sobre as diferenças de oportunidades intergeracionais e diferenças de oportunidades em termos de género, distintividades associadas aos ascendentes dos jovens (progenitor(a) não cigano(a). tipo de ensino que frequentam (regular ou outro) e, por fim, a visibilidade e representações da cultura cigana na instituição escolar. Para além disso, denota-se que esta geração é a mais escolarizada, protagonizando processos de mobilidade social ascendente por via da escolaridade face às gerações dos seus pais e avós (sem escolaridade ou até ao 1º ciclo EB), revelando expectativas elevadas quanto à prossecução de estudos universitários e ao exercício de uma profissão congruente com este nível de estudos.

Palavras chave: Ciganos Portugueses; diversidade; ensino secundário; mobilidade social;

XI-APS-27553 -**Reflexões sobre práticas interculturais junto de famílias em dificuldade**
Helia Bracons - Instituto de Serviço Social. Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Comunicação Oral

O trabalho que aqui expomos tem como objetivo apresentar e refletir sobre as particularidades da prática intercultural junto de famílias em dificuldade, tendo como referência alguns autores e também alguns dados recolhidos no âmbito de uma investigação de doutoramento em Serviço Social (Bracons, 2017). Podemos constatar que a atuação do interventor social, atendendo às particularidades de cada pessoa e sua família, através de alguns dos modelos de práticas interculturais leva a uma prática mais inclusiva através da aproximação intercultural.

Palavras chave: Serviço Social, intervenção intercultural, famílias em dificuldade

XI-APS-30951 -**Uni(Di)versidade**

Helia Bracons - Instituto de Serviço Social. Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

XIAPS- Poster

A ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias tem mais de 11 000 (2019), dos quais mais de trinta por cento têm origem de fora de Portugal: uma grande parte, dos PALOP, mas também de outros países da Europa, Ásia e América. O mesmo acontece com os professores e com os funcionários. O termo ‘Universidade’ procede do latim Universitas, com o sentido de seres ou coisas que constituem um todo e assim, a Universidade é por excelência, o espaço da Diversidade. A Universidade acolhe, pois, uma Diversidade vasta: de rostos, origens, culturas, conhecimentos, o que constitui uma riqueza humana e cultural e contribui para o conhecimento e o respeito mútuo. O trabalho que aqui apresentamos consiste em apresentar algumas imagens que retratam a diversidade cultural na referida Universidade, procurando mostrar um pouco dessa riqueza e refletir sobre a diversidade enquanto aprendizagem e desafio.

Palavras chave: Universidade, diversidade cultural, espaços de interação, fotografia

XI-APS-36992 -Parklet: A resignificação da Rua como espaço público de permanência

Thaís Ivo - Universidade Federal de Itajubá

Daniele Ornaghi - Universidade Federal de Itajubá

Paulo Nunes - Universidade Federal de Itajubá

Comunicação Oral

O advento do automóvel no início do século XX foi acompanhado por mudanças na forma urbana das cidades, um planejamento urbano focado na lógica do automóvel negligenciou diversas facetas da dimensão humana. À proporção que os automóveis apropriaram-se do espaço da via pública: a nomeada Rua. Neste século XXI, há diversos enfoques em curso visando modificar e resignificar esse quadro urbano em diferentes lugares do mundo. Esses enfoques em alguns casos podem se concretizar a partir de intervenções temporárias, de baixo custo e escaláveis. Um novo caminho para essas circunstâncias do século XXI é o urbanismo tático. Uma abordagem pertinente de intervenções para reivindicar para o bem público tanto o espaço físico quanto o político. Um tipo de intervenção é a substituição de vagas de estacionamento por parklets (miniparques e/ou minipraças) espaços de convivência que promovem a sociabilização dos cidadãos e a humanização das ruas. Perspectiva de romper barreiras, impasses e a morosidade do planejamento urbano com a possibilidade de adaptabilidade e maleabilidade da intervenção que se adequa às realidades locais e respeitam os interesses da população. Salienta-se que o urbanismo tático alinha-se com ações de direito à cidade, priorizando o espaço público como lugar de convívio/engajamento democrático e não um negócio, muito menos um espaço privado para privilegiados. Assim, valoriza-se a transitoriedade como qualidade estratégica da reconquista de um espaço físico. Esta presente comunicação/intervenção tem por objetivo, feita através de um estudo de caso, propor a instalação de um parklet no centro da cidade, analisar a opinião dos cidadãos a respeito da estrutura instalada, a percepção e o comportamento enquanto ao espaço ocupado e examinar a relação de resignificação do lugar de passagem (a Rua). O estudo de caso realizou-se por meio de um recorte físico-espacial do bairro Centro do município de Itajubá no Estado de Minas Gerais/Brasil. À vista disso, a estrutura foi projetada e instalada e, por conseguinte, pesquisas de campo através de questionários foram feitas com cidadãos. Com os dados e informações obtidas foi possível identificar implicações no contexto urbano, validar a resignificação do espaço e verificar a adequabilidade em termos quantitativos e qualitativos do parklet em um ambiente de disputa: a rua. O estudo fornece informações que auxiliam no fomento de uma nova política pública da cidade e compreensão dessa intervenção e de outras futuras iniciativas parecidas.

Palavras chave: parklet, urbanismo tático, espaço público, rua.

XI-APS-38547 -Centro Interpretativo de Marvila e Beato. Uma abordagem participativa na recolha do património local

Alexandra Aníbal - Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal de Cultura

Comunicação Oral

Através de uma abordagem participativa em que a comunidade local é chamada a intervir de forma ativa (através da participação na respetiva comissão organizadora), o Centro Interpretativo de Marvila e Beato está a ser criado na Biblioteca de Marvila, tendo por objetivo reunir o conhecimento sobre o património cultural, material e imaterial, destes territórios. Estas freguesias encontram-se atualmente em processo acelerado de gentrificação, apresentando desafios sociais específicos, nomeadamente o isolamento relativamente a outras zonas da cidade devido a barreiras físicas (rodoviárias e ferroviárias, vazios urbanos) e sociais (população com baixa literacia, baixos rendimentos, realojada em habitação social ou vivendo em habitações degradadas). Financiado e avaliado pelo programa europeu Horizonte 2020, ROCK - Regeneration and Optimization of Cultural heritage in creative and Knowledge cities, a conceção deste centro interpretativo tem por base três premissas: i) Uma abordagem dialógica da memória social ii) A integração na corrente da Sociomuseologia iii) A abordagem participativa Neste Centro Interpretativo as memórias recolhidas são encaradas numa perspectiva dialógica (Misztal, Irwin-Zarecka), considerando que a construção do passado (e da memória) resulta de uma interação entre o que é individual e o que é social. Porque partilhamos a convicção da sociomuseologia de que os seres humanos têm o direito de intervir ativamente no que ao seu património cultural local diz respeito, tomámos a opção metodológica de criar este equipamento através de uma abordagem participativa cujo instrumento chave é o Inventário participativo (intervenção direta das pessoas e das comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que implica o reconhecimento desses recursos como elementos da identidade local e pessoal, ou seja como, património cultural (Hugh De Varine, Isabel Vitor, Lorena Sancho Querol). O Centro propõe-se cumprir os seguintes objetivos: i) Criação de um repositório de referência que inclua fontes históricas, georeferenciação, testemunhos audiovisuais sobre a história local e produção académica sobre o território; ii) Utilização de ferramentas digitais inovadoras para potenciar a aprendizagem sobre o património material e imaterial do território; iii) Divulgação do património material e imaterial do território através de iniciativas envolvendo os parceiros locais com uma componente de reflexão sobre as transformações urbanas em curso. Ao nível metodológico, o Inventário participativo desenvolve-se em várias etapas que serão explicitadas detalhadamente na comunicação oral, mas que incidem sobretudo no mapeamento dos elementos patrimoniais por parte dos residentes deste território e pelo testemunho das suas vivências relacionadas com o património cultural local.

Palavras chave: Inventário participativo, património cultural local, memória, território

XI-APS-77020 -Trabalho de campo na intervenção sócio-espacial colaborativa num bairro precário: investigação-ação, experimentação metodológica e projectual

Daniel Azeredo Lobo - FCT - Gestual - CIAUD - FA - Ulisboa

Comunicação Oral

Esta comunicação tem por base uma das componentes de uma investigação em curso em que se procura analisar a metodologia da investigação-ação e das suas práticas colaborativas, aplicada num contexto de experimentação metodológica e projectual, no âmbito de uma intervenção sócio-espacial colaborativa num bairro precário com uma grande diversidade étnica e cultural, o bairro da Torre (Camarate, Loures), realizada entre 2016 e 2019, enquanto extensão académica do Grupo de Estudos Sócio Territoriais Urbanos e de Ação Local (Gestual) e caso de estudo da minha tese de doutoramento em urbanismo. Esta intervenção colaborativa, realizada entre uma universidade pública, entidades do terceiro sector, empresas privadas e cidadãos de bairros precários de diferentes origens (geográficas, sociais, étnicas e culturais), representa uma alternativa ao modelo hegemónico de intervenção procurando operacionalizar o sentido emancipador e transformador que Henri Lefebvre atribuiu ao direito à cidade (1968). Teve assim como enfoque a capacitação, emancipação e envolvimento activo de um grupo social plural, através da melhoria das condições de vida de moradores de um bairro em situação de grave precariedade habitacional, seguindo um modelo de Produção Social do Habitat (PSH) à luz do conceito de autogestion na linha de Lefebvre. Enquanto elemento de charneira e mediação desta intervenção, nesta comunicação pretendo partilhar os procedimentos associados às metodologias utilizadas no meu trabalho de campo, sobretudo a metodologia de investigação-ação e práticas colaborativas, refletindo também sobre as técnicas de recolha e análise de dados usadas, os dilemas encontrados, assim como as questões éticas e de equidade colocadas. As actividades desencadeadas geraram de forma progressiva um crescente interesse e participação dos moradores, um relacionamento cada vez mais ágil e confiante entre todos, um sentimento de maior controlo da realidade, um maior sentido de integração social, envolvendo a colaboração de uma rede cada vez mais alargada de entidades de apoio, que permitiu realizar algumas das possibilidades da autogestion e aumentar o nível de confiança entre todas as partes. Estes resultados preliminares permitem concluir que a metodologia aplicada revela ser pertinente e eficaz na operacionalização da estratégia política do direito à cidade, na medida em que permitiu ultrapassar alguns dos obstáculos encontrados durante a intervenção, contribuiu para reforçar a cidadania, criou uma rede de colaboração institucional e intersóciocultural e de dinâmicas coletivas de desenvolvimento, melhorou as condições de vida dos mais excluídos e criou novas formas identitárias plurais, fazendo convergir neste contexto a concretização dos direitos humanos e a luta da defesa e desenvolvimento da função social da habitação e da cidade através da PSH.

Palavras chave: Investigação-ação; Intervenção colaborativa; experimentação metodológica; bairro precário

XI-APS-85181 -A counter-narrative of Portuguese empire: heritage processes in the live stories of Lisbon

Cristiano Gianolla - Centre for Social Studies - Universidade de Coimbra

Giuseppina Raggi - Centre for Social Studies - Universidade de Coimbra

Lorena Sancho Querol - Centre for Social Studies - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

The Ribeira area represents the historically and symbolically most significant place in the city of Lisbon. From the fifteenth century its port became the point of origin of the so-called 'Portuguese expansion' which led to the establishment of a vast colonial empire responsible for the capture and transportation of six million people enslaved in Africa, about half the total number of people enslaved by European powers in Africa in modern times. The cultural and socio-political consequences of this problematic past deeply mark present Portuguese society. An example is that in recent years the center of Lisbon was the subject of an urban redevelopment planning, but that did not contemplate the initiative from institutional actors, to introduce signs to make visible the presence of African people in Lisbon. This shows that the understanding of Portuguese history is still mainly linked with the imperial narrative, something which is contested by a range of initiatives and persons who put forward counter-narrative emerging. They are activists, museum curators and academics, to mention some. This chapter analyses the life stories of five people that in different ways contribute to the process of bringing this painful past and their sensitive memories in the public debate, in order to deal with cultural and social historical injustice, and in order to build the right to a fair history in every sense. They testimony in different ways how important it is to widen the debate in order to hear the voice of Afro-descendent people, without which the narrative simply comply with the Authorized Heritage Discourse (Smith 2006). The analysis of the five life stories demonstrates that cognitive justice for the past leads to social justice in today's Portugal.

Palavras chave: Oral history, postcolonial studies, intercultural dialogue, Afro-descendent

Famílias e Curso de Vida

XI-APS-13178 -**Conjugalidade Gay: um estudo de caso**

Ana Rita Dias - Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto

Filomena Santos - Universidade da Beira Interior; CIES-IUL

Comunicação Oral

No contexto ocidental em que se admite uma maior liberdade e autonomia para escolher quem se é e de que forma se pretende viver (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Roussel, 1989; Giddens, 2010), a verdade é que continuam a persistir mecanismos de contenção ao desvio (Almeida, 2010; Aboim, 2010; 2012). No caso da sexualidade e das famílias não heterossexuais, deparamo-nos com maior abertura social, com “avanços” no enquadramento legal e conquista progressiva de direitos. Não obstante, as vivências LGBT continuam a ser marcadas em maior ou menor grau, pelos preconceitos, homofobia, transfobia e pela heteronormatividade – estrutura social que considera apenas como normal o relacionamento heterossexual e, por conseguinte, os modelos familiares bi-parentais heterossexuais (Almeida, 2010; Einarsdottir, 2011). Com o objectivo de estudar a homoconjugalidade, apresentamos um estudo de caso de um jovem gay em relação homoconjugal. Analisamos num primeiro momento, através de uma entrevista em profundidade, o percurso biográfico, o background social e as representações sociais e familiares do entrevistado. Num segundo momento, analisamos a forma como as variáveis individuais versus sociais se combinam e influenciam as dinâmicas familiares e conjugais. De facto, os questionamentos orientadores da presente investigação prendem-se com as variáveis que estruturam a(s) desigualdade (s) no interior do casal e as dinâmicas de negociação dos papéis conjugais. Será que este é um casal que tende para a igualdade? O entrevistado apresenta práticas e representações mais igualitárias e menos rígidas no que concerne às fronteiras convencionais entre masculinidade e feminilidade? Enquanto família homoafetiva, pretendem fazer alguma tentativa de aproximação ou de afastamento em relação ao modelo familiar heterossexual bi-parental? Os resultados indicam que as questões consideradas devem associar-se quer à homofobia e à homofobia internalizada (Almeida, 2010), quer à heteronormatividade, bem como, a outras estruturas da sociedade portuguesa na configuração das relações conjugais. Na verdade, verificamos que nas representações e práticas do entrevistado prevalecem alguns aspectos mais tradicionais no que à família e às relações de género diz respeito, a par de valores familiares companheiristas e modernistas. O que nos sugere que todas estas variáveis com importante valor heurístico se conjugam de uma forma complexa e dinâmica com as estruturas de pertença e background social, bem como, com os diferentes contextos de socialização ao longo da vida (Giddens, 2010). Este estudo realça ainda o contributo do indivíduo e da sua história biográfica (Santos, 2014; Cardenal, 2016) na explicação dos fenómenos sociais mais amplos. Estas questões são debatidas ao longo do trabalho que pretende ser um estudo exploratório e abrir caminho para novos questionamentos e estudos nesta área da sociologia da família e do género.

Palavras chave: Homossexual; Homofobia; Família.

XI-APS-21899 -Tocar na lava: Estudo qualitativo-quantitativo de follow-up das famílias antes e durante a pandemia.

Magda Nico - CIES - IUL, ISCTE-IUL

Diana Carvalho - CIES - IUL, ISCTE-IUL

Maria Silva - CIES - IUL, ISCTE-IUL

Ana Caetano - CIES - IUL, ISCTE-IUL

Comunicação Oral

A pandemia, os estados de emergência, os confinamentos e os desconfinamentos em Portugal e no mundo vieram para virar do avesso, colocar em pausa, e/ ou em loop reflexivo, as experiências individuais, íntimas, relacionais, identitárias e interacionais as rotinas, organizações do dia-a-dia, gestão do tempo em e entre diferentes esferas da vida (como a família e o trabalho bem ilustram); e, não menos importante, visões de si, do mundo, do consumo, da política, da saúde e das relações. O interesse sociológico por todos estes temas pode ser entendido como sendo inversamente proporcional ao acesso ou à facilidade de compreensão dos mesmos. Por um lado, porque para entender a pandemia enquanto processo não basta entrevistar as pessoas e as famílias durante a pandemia sem ter um enquadramento anterior, como se fosse possível medir impacto sem dois momentos no tempo, negligenciando desse modo os princípios temporais do curso de vida. Por outro, porque para entender a experiência pandémica nas famílias tem que se ter em conta o efeito multinível da mesma, ou seja, o efeito desta experiência em cada indivíduo mas também na, e por relação à, família desse mesmo indivíduo, operacionalizando, desse modo, o conceito teórico das “Linked Lives” da perspectiva do curso de vida. E, por fim, porque não tendo a pandemia por ora terminado, todos as análise dos dados relativos às experiências individuais e familiares são aproximações arriscadas à compreensão sociológica dos fenómenos. Os dados são como lava. Não arrefeceram, não tomaram formas definitivas, não são seguros. Apesar de conscientes disso mesmo, a equipa do projecto “Vidas Vinculadas: uma abordagem mista, longitudinal e multinível do curso de vida a família”, financiado pela FCT, decidiu desenvolver, no interior deste projecto, um estudo de folow-up das famílias durante a pandemia. Pretendendo dar alguma resposta aos desafios acima mencionados, aplicou-se, durante os meses de Abril Junho um inquérito online longitudinal (com 4 rondas) aos membros das 15 famílias entrevistadas previamente no âmbito do projecto até Fevereiro de 2020, recolhendo-se assim a) informações longitudinais – num tempo curto mas acelerado - sobre saúde, política, condições de trabalho, relações, sentimentos; b) fotografias do quotidiano do confinamento; e c) algumas reflexões abertas sobre o significado da pandemia, naquele momento. Tocamos, desta forma, na Lava que é o material recolhido sobre pandemia (durante o decorrer da mesma), e partilhamos alguns dos

resultados possíveis.

Palavras chave: estudo longitudinal, pandemia, famílias

XI-APS-23047 -Segredos de Família: serendipidade, métodos e resultados da intimidade contada

Maria Gilvania Valdivino Silva - ISCTE-IUL

Magda Nico - ISCTE-IUL

Ana Caetano - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

É importante estudar sociologicamente os segredos. Sejam individuais ou de família, a mera existência e a trabalhosa manutenção do segredo cumprem funções sociais relevantes. A sua análise sociológica dá, por esse motivo, um relevante contributo para a compreensão das dinâmicas sociais e da sua longitudinalidade. A prática de guardar segredos no âmbito da família desempenha funções específicas que contribuem para criar intimidade, para manter a coesão, para proteger as famílias de processos como culpa ou vergonha, ou mais simplesmente para manter uma certa apresentação de si ou proceder à manutenção do bem-estar individual e ontológico. Os segredos, enquanto observatório da dinâmica interna das famílias, representam então um enorme potencial, já que permitem a compreensão das relações familiares e da forma como estas estão vinculadas sincrónica e diacronicamente (“Linked Lives”), por um lado, e a análise e compreensão dos processos de gestão individual da intimidade, da apresentação de si e da manutenção da coerência biográfica aquando das entrevistas, por outro. Mas o potencial dos segredos enquanto observatório da dinâmica externa, a das normas e dos valores sociais vigentes no momento em que os segredos são “gerados” ou mantidos, é também muito relevante. De facto, as normas sobre aquilo que pode vir a afetar a família e sobre o que deve/pode ou não ser revelado, denuncia as diferentes relações de poder presentes no tecido social em que as famílias estão inseridas. Mas é difícil estudar sociológica e eticamente os segredos: encontrá-los, analisá-los e publicá-los. No Projecto “Vidas Vinculadas: uma abordagem mista, longitudinal e multinível do curso de vida da família”, foi a recolha de 15 histórias de família com instrumentos estruturados (tais como o calendário de vida, as árvores familiares e a entrevista biográfica semiestruturada) que, com serendipidade, nos evidenciou a relevância da temática dos segredos de família e nos ofereceu a possibilidade de analisar tabus e segredos de várias naturezas, partilhados a diferentes níveis e vozes dentro das famílias. Nesta comunicação, partilhamos parte dos resultados obtidos até ao momento, através de análise de conteúdo temática assistida por MaxQda. Abordamos os segredos como unidades de análise, com vista a proteger tanto as famílias, quanto os seus segredos e apresentamos uma visão panorâmica dos tipos, temáticas, durações, funções, timings e consequências dos segredos das e entre as famílias, tendo sempre em conta a possível estratificação, de género e social dos mesmos. É

previsto, nesta comunicação, um contributo não marcadamente teórico, mas sim uma observação panorâmica e crítica acerca da diversidade, complexidade e relevância dos segredos e tabus no âmbito dos estudos de família.

Palavras chave: Histórias de família; Segredos; Vidas vinculadas; Metodologia

XI-APS-27236 -Creating egalitarian families in Poland. Gender budgeting and democratization of family life.

Justyna Tomczyk - Pedagogical University of Cracow

Comunicação Oral

The purpose of this article is to present the relationship between gender budgeting (GB) and the economic function in the household and family life. Discussed dependency concerns the division of budgetary resources with particular reference to gender. This strategy assumes a balanced distribution of resources and a fair distribution of goods, funds and capital in order to reduce any inequalities resulting from distinction or gender divisions, and then eliminate discrimination in the area of private economics and supply. The main thesis of the text speaks of the necessity to implement the GB assumptions for creating a household budget and the subsequent spending of budgetary funds. First and foremost, the point is that the economic function - related to spending, securing the material and living conditions and meeting the needs of the lower and higher order - is gender-related, sexually conditioned. The implementation of GB at the microstructural level seems indispensable in the process of family democratisation and equality of all its members because GB assumes a balanced distribution of financial and non-financial resources.

Palavras chave: families, Poland, democratization, gender budgeting

XI-APS-29577 -"Quando ele morreu...": O Papel das Redes Relacionais na Viuvez Feminina

Brás, Ana - CES-UC

Comunicação Oral

Apesar do peso cada mais significativo da população idosa na estrutura demográfica, da preponderância da população em situação de viuvez e da evidente pertinência do seu estudo, a viuvez continua a estar deficitariamente representada na produção científica, sobretudo no contexto português. Fatores culturais e demográficos fazem da viuvez um fenómeno feminizado, com consequências específicas na vida das mulheres que perdem o cônjuge. Ainda que tardiamente, alguns estudos no seio da sociologia da família começam a reconhecer a morte do cônjuge como um fenómeno capaz de alterar a configuração familiar, desencadear a sucessão e (re)distribuição de papeis no seu seio, reconfigurar identidades e representações. Para uma análise da viuvez feminina têm-se em conta fatores que caracterizam o contexto social, económico e histórico. No entanto, esta investigação foca-se nos padrões relacionais das mulheres viúvas. Usando contributos da network analysis, propõe-se uma análise da morfologia das redes sociais das viúvas como meio para compreender de que modo as pessoas que elas conhecem, consideram próximas, interagem e a quem recorrem em determinadas situações para serviços e apoios diversos influenciam as diferentes esferas da sua vida. Assumindo que a viuvez é influenciada pelas redes de relações sociais, interessa também perceber o que acontece após a viuvez às redes de relações sociais das viúvas. A pesquisa parte, assim, de duas questões: Que alterações sofrem as redes de relações sociais das mulheres com a experiência da viuvez? Que papel têm as suas redes de relações sociais na vivência da viuvez? Para responder a estas questões, opta-se por uma metodologia qualitativa. Assumindo-se o carácter exploratório do trabalho, foram realizadas entrevistas a quinze mulheres viúvas na Região Centro do país. As suas narrativas revelam como as vidas destas mulheres, nas suas múltiplas dimensões, são perpassadas por fortes desigualdades sociais e sexuais, por práticas e representações tradicionais e pelas obrigações familiares. Olhar as trajetórias de vida e o impacto da morte do cônjuge com particular enfoque nas redes relacionais permitiu evidenciar o potencial emancipatório que estas possuem.

Palavras chave: Mulheres; Viuvez; Redes de Relações Sociais; Trajetórias de vida.

XI-APS-31401 - **Experiências de monoparentalidade no “estado de emergência”**

Sofia Marinho - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A famílias monoparentais com filhos menores de 18 anos tendem a conjugar características e situações de vida que as colocam em risco de vulnerabilidade social e económica (Letablier, 2011). Por isso, a identificação de tais riscos tem ocupado a atenção da investigação destas famílias. Contudo, esta abordagem não olha para como a propensão para a vulnerabilidade se relaciona com as experiências da vida quotidiana. Em contraste, as abordagens da vida quotidiana dos pais sós e mães sós centram-se nas experiências do quotidiano para desvendarem a relação entre vulnerabilidades, contextos e experiências do

tempo social em família, e elementos afetivos, relacionais e identitários inscritos nas práticas quotidianas (Hallman et al, 2007). Tendo como pano de fundo a construção inicial das respostas sociais à pandemia na vida quotidiana e combinando estas duas abordagens com uma abordagem do género, esta comunicação examina práticas e experiências parentais, familiares, profissionais e de organização do quotidiano de mães e pais sós. Face aos riscos para a saúde humana e às consequências sociais da pandemia, quais foram os cursos de ação tomados pelas mães e pais sós não só para protegerem as suas famílias de criação e de origem, como também para navegarem o processo de rutura com os modos de vida anteriores que estava em curso? Será que mudaram a composição do seu agregado doméstico? Em caso afirmativo, quais foram os caminhos que escolheram? E a sua situação profissional e financeira, será que ficou fragilizada? De que modos? Como é acomodaram as exigências parentais, familiares e profissionais decorrentes das respostas sociais à pandemia no seu quotidiano? Será que as consequências sociais da pandemia estavam a afetar da mesma forma as mães e pais sós? A pesquisa baseia-se numa subamostra de 429 mães e pais, retirada da amostra do inquérito online ICS/ISCTE sobre os impactos da Pandemia, que foi realizado entre 25 e 29 de março de 2020. Os resultados revelam diversidade nas práticas e experiências, bem como que esta acompanha a rutura com anteriores temporalidades, espaços e hábitos de vida. Mudar a composição do agregado doméstico e entrar em situação de monoparentalidade foram caminhos escolhidos por mães e pais sós na vida familiar. Estes inscreveram experiências inesperadas na sua trajetória parental e familiar: a separação de filhos e filhas; o retorno a casa de filhos e filhas; a complexificação do agregado; e a monoparentalidade provisória. O teletrabalho, estar impedido de trabalhar e a cuidar de filhos/as em casa foram as experiências mais propensas à vulnerabilidade e com maior impacto nos quotidianos. Nestes, as temporalidades das práticas profissionais, do ensino à distância e do acompanhamento escolar tinham colonizado as experiências espaço-temporais das práticas domésticas quotidianas, nas quais era visível o aumento da sobrecarga parental.

Palavras chave: famílias monoparentais; pandemia SARS2; práticas e experiências parentais; experiências espaço-temporais

XI-APS-34698 -Top Mães: representação da parentalidade pelas mulheres portuguesas mais populares no Instagram

Ana Jorge - CICANT, FCSH-UNL

Ana Margarida Coelho - FCH-UCP

Bárbara Janiques - FL-UC

Comunicação Oral

Esta comunicação analisa a (auto-)representação dos papéis parentais por personalidades femininas portuguesas de alta visibilidade no Instagram. A ascensão das redes sociais abriu

caminho a duas tendências na cultura das celebridades (Jerslev & Mortensen, 2018): celebridades ‘tradicionais’ “abraçaram as redes sociais para criar relações diretas, não mediadas, com os fãs, ou pelo menos a ilusão disso” (Marwick, 2016, p. 333); e utilizadores comuns adquiriram visibilidade utilizando técnicas de microcelebridade (Senft, 2013). Através das redes sociais, as celebridades promovem o seu trabalho e cuidados pessoais, bem como os bastidores das suas profissões. Estes conteúdos são articulados com informações da esfera privada, como relatos sobre estados de gravidez, amamentação ou parentalidade. A partilha de fotografias e stories do crescimento dos filhos e da experiência da parentalidade tem sido referida como sharenting (sharing+parenting) (Blum-Ross & Livingstone, 2017; Abidin, 2015). Embora estudos críticos tenham constatado que os discursos sobre liberdade, escolha, e independência promovem uma ideologia pós-feminista (Genz, 2015; Littler, 2008), estes revelaram também uma maior visibilidade da experiência da parentalidade (e.g. depressão pós-parto), e da defesa de crianças no domínio público (Lopez, 2009; Borda, 2015; Locatelli, 2017). São também discutidos potenciais conflitos de direitos (Steinberg, 2017), estratégias para mostrar e proteger os filhos (Autenrieth, 2018), e negociação das práticas de sharenting com adolescentes (Lipu & Siibak, 2019; Ouvrein & Verswijvel, 2019). Esta comunicação deriva do projecto “(Des)Codificar Masculinidades: para uma melhor compreensão do papel dos media na construção de perceções de masculinidades em Portugal” (DeCode/M- PTDC/COM-CSS/31740/2017). Entre as 10 contas das criadoras mais populares na plataforma em 2019, encontramos mulheres associadas à moda/beleza, entretenimento e música, e influencers de lifestyle, sendo que seis delas são mães: Carolina Patrocínio, Carolina Deslandes, Cristina Ferreira, Rita Pereira, Mafalda Sampaio e Liliana Filipa. Olhamos para o conteúdo postado nestas seis contas, focando especificamente as publicações relacionadas com maternidade, quer na forma de fotografias, quer na menção ao tema em descrições de publicações. Conduzimos uma análise de conteúdo (Igartua & Humanes, 2004) e encontramos características comuns, tais como a transmissão da ideia de ‘família enquanto refúgio’ de carreiras exigentes, ou uma maior visibilidade de crianças pequenas em detrimento das mais velhas. A maioria das criadoras comunica relatos pessoais e reflexivos sobre a maternidade. O retrato de ‘família feliz’ no dia-a-dia é construído através de, quando há mais que um filho, uma atenção à cumplicidade existente entre irmãos; e muitas vezes o retrato do pai das crianças em contexto doméstico.

Palavras chave: Parentalidade; redes sociais; representação.

XI-APS-43308 -Famílias com filhos na Europa: o Estado Social e a desigualdade nas práticas de divisão do trabalho pago e não pago

Vanessa Cunha - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Susana Atalaia - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

No século XX, a Europa conheceu a emergência e o desenvolvimento de diferentes modelos de Estado Social, tendo em conta os níveis de investimento público e de capacidade objetiva de proteção social, mas também as matrizes ideológicas que sustentam as suas opções de atuação. É, talvez, nos regimes de proteção social das famílias com filhos que mais se refletem essas matrizes. Ancorados em concepções mais ou menos essencialistas das responsabilidades de mulheres e homens na vida familiar, estes regimes ora sustentam a divisão tradicional de papéis, através de políticas que colocam sobre as mulheres o ónus dos cuidados que as arredam do mercado de trabalho, ora promovem a igualdade de género, através de políticas que incentivam o emprego feminino e a parentalidade masculina. O Estado Social é, portanto, cúmplice não só dos modelos de organização sexual do trabalho pago e não pago nas sociedades, como dos seus níveis de fecundidade, como vários autores têm vindo a evidenciar. Num contexto estruturalmente pouco fecundo, como é o europeu, os países que têm conseguido manter ou recuperar níveis de fecundidade próximos da substituição das gerações são aqueles que têm apostado na desfamiliarização, ou mesmo degenderização, das políticas públicas de apoio à conciliação das famílias com crianças. Baseada em resultados do ISSP 2012, para 18 países da UE28, esta comunicação dá a conhecer uma análise comparativa da divisão sexual do trabalho pago e não pago em famílias de casais com filhos. A partir do volume médio de horas despendidas por mulheres e homens, em cada país, na atividade profissional, nas tarefas domésticas e nos cuidados, assim como das assimetrias daí resultantes, procedeu-se a uma análise de clusters que permitiu identificar seis padrões distintos de práticas de divisão sexual do trabalho pago e não pago. Estes padrões agrupam os países em função da proximidade das práticas, revelando diferenças importantes quer nos níveis de desigualdade de género entre grupos, quer no investimento (em tempo) de mulheres e/ou homens em pelo menos um dos três domínios do trabalho pago e não pago. Num segundo momento, a partir de indicadores relativos ao número de filhos nestes agregados conjugais, investiga-se a sua relação com os padrões de divisão do trabalho pago e não pago. Conclui-se que os padrões encontrados refletem o impacto dos modelos de Estado Social na divisão sexual do trabalho pago e não pago dos casais com filhos, assim como nos seus níveis de fecundidade. Sublinha-se, assim, o alcance genérico das políticas públicas na construção de práticas mais ou menos genderizadas (manutenção ou mitigação de desigualdades historicamente enraizadas na matriz europeia); mas também o alcance estratégico, em matéria de natalidade, de um Estado Social que retira o conflito de papéis que recai sobre as mulheres e coloca os homens no centro das políticas de igualdade e conciliação, redistribuindo os custos da parentalidade.

Palavras chave: Famílias com filhos; Trabalho pago e não pago; Desigualdade de género; Estado Social

XI-APS-48778 -**Socialização política familiar – entre a reprodução e a individualização**
Nuno Miguel Augusto - UBI/CIES-IUL

Comunicação Oral

A socialização política familiar tende a ser associada a processos de reprodução intergeracional de orientações político-partidárias e ideológicas, nem sempre condicentes com uma crescente individualização dos processos de construção das identidades políticas juvenis, marcada por processos auto-biográficos que redefinem escolhas e orientações. A discussão teórica oscila entre uma visão adaptativa e reprodutivista, típica das teorias funcionalistas, e uma visão experiencial e por vezes disruptiva, típica das teorias geracionais. Tendo por base um inquérito a 300 jovens eleitores, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos e com diferentes origens sociais, procura-se verificar em que âmbitos da socialização política familiar predominam lógicas de reprodução e em quais predominam lógicas de reconstrução autónoma das orientações político-ideológicas e da identificação partidária, avaliando os factores que podem condicionar a maior ou menor (des)continuidade. Começa-se por avaliar o próprio processo de socialização política em contexto familiar, desde logo a comunicação política (discussão de assuntos políticos e transmissão de informação política ou de orientações político-ideológicas) para, numa segunda fase, se avaliar os principais espaços de continuidade e de descontinuidade político-partidária e político-ideológica entre pais/mães e filhos/as. Os dados recolhidos no inquérito apontam para uma significativa reprodução dos perfis sociopolíticos entre pais e filhos, mas igualmente (e contraditoriamente) para uma escassa comunicação política em contexto familiar. Destaca-se, desde logo, a importância do hiato de escolarização entre ambas as gerações, que contribui em grande medida para as descontinuidades políticas e ideológicas entre pais/mães e filhos/as. Uma das principais consequências desta descontinuidade é a polarização ou sofisticação dos posicionamentos ideológicos e partidários das novas gerações, que tendem a afastar-se de posições centrais do espectro político-partidário e político-ideológico, que caracterizam maioritariamente os seus progenitores.

Palavras chave: socialização política; individualização; gerações

XI-APS-53441 -Entre o Esperado e o Vivido- uma aproximação sociológica à “prova” da Crise e da Austeridade enfrentada pelas pessoas idosas

Patrícia Coelho - Doutora em Sociologia, Assistente Convidada da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

José de São José - Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

João Eduardo Martins - Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Comunicação Oral

O combate à crise económica e financeira introduziu a austeridade em Portugal e em vários países da União Europeia (UE). Nesta comunicação procura-se dar resposta a uma das questões de uma investigação de doutoramento em Sociologia: como se caracteriza a “prova” da crise e da austeridade na perspetiva das pessoas idosas? O conceito de “prova” é aqui levado de empréstimo a Danilo Martuccelli porque permite a compreensão dos modos como as pessoas idosas responderam (assim como os resultados que obtiveram) a um conjunto específico de provações, em especial aquelas que lhes foram colocadas pelo teste da crise e das respostas restritivas dadas por via da austeridade. Pouco se sabe sobre esta problemática e, especialmente em Portugal, o conhecimento é ainda muito escasso. Em termos metodológicos, foi seguida uma abordagem biográfica/narrativa e a amostra é composta por 28 entrevistas em profundidade a pessoas idosas, com idades entre os 69 e os 92 anos de idade, de ambos os sexos, residentes no concelho de Faro e com um perfil sociológico diversificado. As entrevistas tiveram lugar entre outubro de 2016 e março de 2017. Foi possível identificar nas narrativas dos participantes uma construção social dominante sobre a velhice muito associada às noções do envelhecimento ativo e do envelhecimento bem-sucedido. Os principais resultados sugerem que esta “prova da crise e da austeridade”, este desafio enfrentado pelas pessoas idosas, manifestou-se numa contradição entre a construção social da velhice e a realidade efetivamente vivida e que assumiu contornos diferentes em função dos respetivos perfis sociológicos dos participantes não institucionalizados. Os resultados mostram que os elementos centrais desta “prova” são sobretudo o assumir de responsabilidades de prestação de apoio, financeiro e de outra natureza, aos filhos adultos, bem como as incertezas e os sacrifícios nunca antes imaginados nesta fase da vida e que não são de todo compatíveis com o calendário social. É, portanto, um fosso que tende a separar o esperado do vivido que caracteriza a nível biográfico as consequências da crise e austeridade nas vidas e nas práticas familiares dos nossos entrevistados.

Palavras chave: Crise, Austeridade, Prova, Pessoas Idosas

XI-APS-55635 -A fronteira da intimidade: conjugalidade, família e identidade europeia
João Henriques - ISCTE-IUL, CIES-IUL

Comunicação Oral

No contexto do espaço de livre circulação europeu, poder-se-á sustentar que as relações íntimas intraeuropeias são um indicador de integração e coesão europeia. De facto, indivíduos envolvidos numa relação íntima intraeuropeia, casais binacionais, revelam maiores níveis de sentimento de pertença europeu, constatando-se, pelo menos, uma

relação entre o envolvimento na intimidade e a autoidentificação como europeu. Contudo, se por um lado esta associação está determinada do ponto de vista estatístico-quantitativo, por outro lado são desconhecidos os factores intrínsecos à relação íntima intraeuropeia que podem contribuir para diferenciar o sentimento de pertença europeu destes indivíduos. Pretende-se, portanto, encontrar pistas para responder à seguinte questão: quais as dimensões na conjugalidade, e nas relações familiares, que se relacionam com um sentimento de pertença europeu? Neste estudo são avaliadas as dimensões da vida a dois, desde a entrada na conjugalidade, tal como a escolha do país de residência, as dinâmicas internas (a divisão de tarefas domésticas) e externas (a evolução das redes de sociabilidade) dos casais, e as opções na constituição de família. São também explorados factores referentes às dimensões das relações intergeracionais, como a ligação e a relação com a família de origem (cuidar e apoiar os progenitores na velhice), a educação dos filhos, sem excluir a relação com o estado e com a vida profissional. O estudo apresenta uma metodologia qualitativa, valendo-se da aplicação de entrevistas semi-diretivas a 36 indivíduos, de primeira nacionalidade de países, e a residirem, no espaço Schengen ou na União Europeia (UE), envolvidos numa relação íntima intraeuropeia, e heterossexual, entre os 25 e os 45 anos, e com educação terciária. Os resultados indicam que tanto as dimensões de dinâmica interna como externa da conjugalidade estabelecem pontes de transmissão de capital cultural e capital social, associados à aquisição de recursos e representações favoráveis a um sentimento de pertença europeu. Por outro lado, as relações intergeracionais, de ligação com os progenitores e com os descendentes, privilegiam o espaço europeu como espaço preferencial de residência, ou seja, como espaço de proximidade. Outros factores, como o modo de vida e os valores associadas ao modelo social europeu, potenciam, mesmo que indiretamente, a emergência de um sentimento de pertença europeu.

Palavras chave: relação íntima intraeuropeia, identidade europeia, conjugalidade, família.

XI-APS-55992 - **Casamento - acontecimento plural**

Piedade Lalanda - Escola Superior de Saúde/Universidade dos Açores

Comunicação Oral

“Em Portugal, o casal continua a ser a forma predominante de organização da família. Não obstante, a constituição e o modo de viver em casal são palco de muitas mudanças, como revelam as estatísticas demográficas” (Wall, K., 2013:5). Uma dessas mudanças tem sido a redução do número de casamentos (Torres, A.), particularmente os católicos. A presente comunicação retoma uma investigação realizada no final dos anos noventa sobre a opção pelo casamento civil ou católico, na Região Autónoma dos Açores (Lalanda, 2002). Na altura, confrontando as estatísticas demográficas sobre o casamento, publicadas pelo INE/SREA, com os registos da Diocese dos Açores, chegamos à conclusão que, apesar da baixa

percentagem de casamentos católicos, registados ao abrigo da Concordata, existia um “duplo casamento”, que resultava da repetição do compromisso formal dos casais, primeiro no registo civil e depois na igreja católica, que continuava a registar números significativos de matrimónios celebrados (Lalanda, 2002:78). A identificação deste “duplo casamento” foi cruzada com o surgimento de legislação que visava o apoio à aquisição de habitação por parte de casais jovens, concluindo-se que esta medida de política social, introduzida em 1985 pelo Governo regional, poderá ter incentivado o recurso ao casamento civil, a partir de 1986. Passados quase vinte anos, e constatando-se que a percentagem de casamentos sob a forma civil não se alterou, antes se acentuou na R. A. Açores (1995 - 61,6%; 2018 - 70%), e considerando os católicos registados no recenseamento de 2011 (91,2%), pretendemos atualizar os dados, retomando as fontes demográficas e os registos da Diocese de Angra, para avaliar da permanência do fenómeno do “duplo casamento” então identificado. Para além dessa análise, serão realizadas entrevistas a casais que optaram por essa modalidade de vivência do casamento, com ou sem coabitação, prévia ou entre eventos. Estaremos perante uma diluição do evento “casamento”, transformado numa transição plural? Ou o casamento (civil e religioso), continua sendo um ritual de transição, que marca o percurso familiar (Lalanda, 2016)? Referências bibliográficas Lalanda, P. (2002), “Casar pelo civil ou na Igreja”, Lisboa: CIES, Sociologia, Problemas e Práticas, nº39, pp.60-83. Lalanda, P. (2016), Encruzilhadas na construção da identidade das mulheres, Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais. Torres, A. (2001), Sociologia do Casamento – a família e a questão feminina, Oeiras: Celta Editora. Wall, K. (coord.) (2013), Relatório 2012 – Observatório das Famílias e das Políticas de família (OFAP). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais,

Palavras chave: casamento civil, matrimónio, transição

XI-APS-63891 -Viver o pós-parto como adaptação em mulheres que foram mães pela primeira vez: estratégias usadas para lidar com discrepâncias entre expectativas e realidade

Maria Madalena d'Avelar - CIES-IUL

Comunicação Oral

Para mulheres que são mães pela primeira vez, o pós-parto engloba um período de profundas transformações a múltiplos níveis, abarcando não só numa reorganização em larga escala de rotinas e quotidianos, mas também sendo frequentemente palco de profundas reorientações prioritárias e reflexões identitárias. Para além disso, para estas mulheres, a adaptação ao pós-parto significa também uma adaptação à própria maternidade e ao papel materno assumido pela primeira vez, com todas as representações sociais e culturais que lhes estão associadas. Com o objetivo de compreender de que forma este processo de adaptação ao pós-parto é vivido, quais os principais desafios que o atravessam, e que tipo de estratégias são desenvolvidas para lidar com os mesmos, foram realizadas

entrevistas em profundidade a mulheres que recentemente tivessem sido mães pela primeira vez. Os resultados foram depois analisados, mobilizando para tal a proposta teórica de Lahire (2001) acerca da relação entre passado incorporado e presente contextual. Esta análise permitiu dar particular foco a todos os fatores culturais e sociais que participam na construção das experiências de pós-parto. Os resultados mostram que um dos principais desafios enfrentados por estas mães se concentra na existência de discrepâncias significativas entre expectativas e representações sobre maternidade e pós-parto e a realidade concreta destas experiências. Muitas das estratégias desenvolvidas durante este período vão, então, no sentido de procurar encontrar processos de adaptação que permitam reduzir esta disparidade entre expectativas e realidade. Apesar deste fim comum, as estratégias utilizadas para o atingir são bastante variadas. A análise realizada revelou ainda, e acima de tudo, a complexidade da realidade do pós-parto e a relevância de compreender o mesmo enquanto fase adaptativa. Permitiu também concluir que esta adaptação à nova maternidade não deve ser entendida enquanto um processo linear ou unitário, mas sim enquanto processo dinâmico e multidimensional, apenas compreensível através da análise dos múltiplos elementos que o constituem e das relações estabelecidas entre estes elementos.

Palavras chave: Nascimento, Período Pós-parto, Maternidade, Adaptação

XI-APS-67861 -Fratrías e coabitação: intimidade(s) e quotidiano(s) na construção das relações entre irmãs/os

Barbas, Andreia - Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A quotidianidade das relações familiares tem sido valorizada no âmbito da Sociologia da Família. A análise das práticas familiares, das atividades, das rotinas e do dia-a-dia das famílias revela a dimensão quotidiana que estas relações assumem. Esta abordagem permite-nos situar a família no espaço e no tempo. A investigação que dá origem a esta comunicação tem como objetivo principal compreender as relações entre irmãs/os e meias/os irmãs/os, em Portugal, numa perspetiva de trajetória de vida. O olhar longitudinal permite situar as relações na sincronia tempo-espaço e cruzar com os percursos individuais e familiares, assumindo o caráter dinâmico destas relações. Esta comunicação pretende apresentar alguns resultados da investigação em curso. Foram realizadas 68 entrevistas com caráter de história de vida e recurso à foto-elicitación. Os sujeitos entrevistados integram 25 fratrias - 9 recompostas e 16 nucleares (com diferentes dimensões e composições sexuais). Importa destacar que a participação na investigação vinculava a concordância da totalidade da fratria, por se reconhecer, que a perspetiva de todos os elementos seria crucial. Um dos objetivos desta análise foi identificar o que origina relações

entre irmãs/os mais íntimas, mais próximas, mais “sticky” (Smart, 2007; Davies, 2019). A coabitação surgiu como explicativa nesta análise, estabelecida aqui em quatro dimensões: no tempo, representado nos quotidianos, nas rotinas e nos eventos familiares; no espaço, através da partilha da casa e, em particular, do quarto; na materialidade, retratada nos objetos; e, por fim, no corpo marcado por alguns episódios entre irmãs/os. A tipologia da fratria – nuclear ou recomposta – é determinante na interpretação de relações mais próximas, justificada através da coabitação. No entanto, importa referir que existem outras questões que matizam este argumento, enunciando: a amplitude etária entre as/os irmãs/os traduzida nos tempos de coabitação; as trajetórias geográficas; as trajetórias individuais; entre outros. Pretende-se, aqui, demonstrar como estas relações não se estabelecem apenas através do vínculo sanguíneo, mas precisam de outros elementos para serem consolidadas, reforçadas e (re)confirmadas.

Palavras chave: Fratrias, coabitação, intimidade, sticky

XI-APS-71327 -Dinâmicas familiares e relações de gênero no contexto da pandemia de Covid-19: Inquérito com famílias residentes em Santa Catarina, sul do Brasil

Edilane Bertelli - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Liliane Moser - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Keli Regina Dal Prá - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Michelly Laurita Wiese - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Regina Célia Tamaso Miotto - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Rubia dos Santos Ronzoni - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Comunicação Oral

A pandemia de Covid-19 provocou em âmbito mundial impactos na vida da população alterando profundamente a sociabilidade, as relações de trabalho, as dinâmicas familiares, além de demandar um conjunto significativo de cuidados em saúde, outrora inimagináveis. Em sociedades de capitalismo dependente, como o Brasil, a pandemia expôs as fragilidades dos sistemas de proteção social e evidenciou, ainda mais, as desigualdades sociais e a importância de acesso a políticas públicas de saúde, assistência social, trabalho e renda. A despeito da gravidade da situação, medidas de enfrentamento não foram adotadas a um só tempo e de maneira homogênea no território brasileiro e, tampouco, aceitas consensualmente por agentes governamentais, empresariais ou pela sociedade. Embates quanto a credibilidade de medidas de cuidados individuais e coletivos foram alimentados no cenário nacional, particularmente, pela postura do Presidente do país que, apoiado em discurso negacionista, minimizou os efeitos da Covid-19. Atualmente o Brasil é o segundo país em número de mortes e o terceiro em número de infectados no mundo. Compreender os impactos da pandemia na realidade brasileira requer considerar as desigualdades de

classe, gênero e raça. Assim, o enquadramento teórico do estudo se assenta na sociologia da família e nos estudos feministas, das relações de sexo/gênero. Neste contexto pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, sul do Brasil, realizaram inquérito para caracterizar a organização e a dinâmica social das famílias catarinenses diante da pandemia e das medidas de isolamento social, com ênfase em aspectos como trabalho pago e não pago, renda, saúde e cuidado dos filhos. Os dados foram coletados no período entre maio/junho de 2020, através de formulário online encaminhado pelas redes sociais, constituindo amostra conhecida como bola de neve. Participaram do inquérito 2.101 famílias, distribuídas nas seis mesorregiões de Santa Catarina. As principais características dos respondentes revelaram maior participação de mulheres, brancas, com nível superior completo ou incompleto, casadas, residentes em áreas urbanas, na faixa etária economicamente produtiva. Quanto as famílias predominaram aquelas com prole (um ou dois filhos), com idade até 14 anos, evidenciando tanto um maior grau de dependência e demandas por cuidados, quanto a redução no tamanho das famílias. Dentre os principais efeitos nas dinâmicas familiares destacam-se: a sobrecarga das mulheres com a realização de trabalho pago e não pago na esfera privada da casa, associado ao acompanhamento das atividades escolares com filhos submetidos ao ensino remoto. Esse contexto acirrou desigualdades de gênero e intensificou a privatização do cuidado na medida em que serviços públicos, como creches e escolas, tiveram o atendimento presencial suspensos em virtude do isolamento social. Efetivo no controle do contágio, pôs em evidência a importância do cuidado, cuja responsabilidade não pode ser reduzida a esfera privada da família e tampouco ao trabalho não pago de mulheres no âmbito da reprodução social.

Palavras chave: famílias; gênero; cuidado; Covid-19

XI-APS-79255 -Redes de apoio e práticas de cuidado entre mulheres cabo-verdianas: (de)compondo arranjos familiares e cursos de vida.

CHIRLEY RODRIGUES MENDES - Universidade de Brasília

Comunicação Oral

A presente proposta pretende discutir como a articulação de redes de apoio e ajuda mútua entre mulheres cabo-verdianas tem configurado arranjos específicos entre as esferas privada e pública, enquanto modela formas específicas de composição das trajetórias de vida e produz novos marcadores, limites e fronteiras entre os cursos de vida de diferentes gerações de mulheres. Tal constituição do que em Cabo Verde se nomeia como "djunta mon" ou "junta mãos" assume um papel relevante não só por viabilizar a sobrevivência e reprodução dos agregados familiares, que dependem em grande medida do trabalho feminino, como por tornar mais visível a participação das mulheres numa "economia exterior a casa" que, ao mesmo tempo, está estreitamente conectada com o ambiente doméstico. Tanto os arranjos domésticos quanto extra-domésticos, o trabalho não

remunerado e o remunerado, as trocas de cuidado dentro e fora do ambiente da casa, as relações que mediam favores, ajudas e apoios diversos, permitem que essas mulheres tracem projetos para si e para os filhos, negociem quais bens e serviços são importantes e prioritários, acessem serviços educacionais, melhorem as condições de vida próprias e dos seus no presente, projetem o futuro e construam a si mesmas enquanto sujeitos. Nessa construção de si enquanto sujeito generificado e inserido num contínuo de alianças com mulheres de diversas gerações e com distintos percursos de vida, essa rede de apoio e ajuda mútua também se torna um eixo definidor dos atributos sociais que configuram o processo de tornar-se pessoa adulta nesses contextos. Essas reflexões decorrem do aprofundamento das discussões elaboradas em minha tese por meio de pesquisa antropológica, realizada durante o doutorado, na qual pude acompanhar jovens cabo-verdianas de contextos rurais e urbanos da Ilha de Santiago em seus cotidianos de maneira a mapear suas relações, práticas e experiências nos espaços domésticos e laborais, bem como suas estratégias de habitação do tempo presente e projeção do futuro de suas trajetórias de vida e de suas famílias. Com base nesses dados foi possível observar como o espaço doméstico é essencial para essas estratégias por atuar como lócus a partir e através do qual se articula essa rede de favores e práticas de cuidado e ajuda mútua que sustentam o engajamento de mulheres em atividades estudantis, laborais e mesmo em projetos migratórios. Simultaneamente, os projetos individuais possuem o potencial, por vezes efetivado, de contribuir com a economia doméstica, a manutenção do agregado familiar e o desdobramento de outros e novos projetos familiares de médio e longo prazo. Trata-se de um sistema local que se estende e se restringe, estruturando-se de acordo com os movimentos individuais e o fluxo de pessoas e recursos materiais, criando, assim, regimes variados de coabitação, maternidade e paternidade, conjugalidade e gestão da vida prática cotidiana. Nesse sentido, pretendo explorar esses complexos arranjos cotidianos e os desafios teóricos que tal contexto nos coloca.

Palavras chave: redes de apoio; práticas de cuidado; família; cursos de vida.

XI-APS-82229 -Parentalidade adolescente e jovem: percursos, contextos e experiências

Filomena Santos - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) /Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e Universidade da Beira Interior (UBI).

Filipa Varandas - Universidade da Beira Interior (UBI).

Comunicação Oral

O adiamento da maternidade e a diminuição dos nascimentos em idades adolescentes e jovens fazem parte de um movimento de modernização da sociedade portuguesa com impacto na crescente pluralidade de arranjos familiares e na diversificação dos modos de viver a conjugalidade e a parentalidade. Muito embora estas tendências de modernização da vida familiar não sejam uniformes, os portugueses têm hoje menos filhos e estes são adiados

para idades menos jovens, à semelhança do que acontece noutros países europeus. As razões para a limitação do número de filhos resultam de uma variedade de factores combinados, entre eles, a forte presença das mulheres portuguesas no mercado de trabalho e o reforço da autonomia feminina, o ideal e a melhoria da condição social da infância, novos padrões de exigências sociais em torno do exercício da parentalidade e, ainda, o prosseguimento de estudos longos por um número crescente de jovens, rapazes e raparigas. A todas estas dinâmicas - a que Almeida (2016) chama “o lado solar” da queda da fecundidade- vêm juntar-se outras menos “solares”, tais como, as dificuldades de conciliação entre trabalho e família, as políticas públicas (ou a sua escassez) de apoio à parentalidade e à conciliação, os baixos salários de uma parte significativa das famílias portuguesas, a precariedade laboral e a incerteza quanto ao futuro profissional que afectam especialmente os jovens e adultos jovens. Já sem falar, nos anos mais recentes, dos efeitos da recessão económica e das políticas de austeridade nos nascimentos (Sobotka, 2019). Apesar das estatísticas indicarem uma redução acentuada da fecundidade adolescente e jovem (até aos 25 anos), sobretudo a partir dos anos 2000 (Mendes, 2012), a que não é alheio o facto das raparigas terem projectos de vida que, à semelhança das mulheres mais velhas, as levam a adiar a maternidade, a temática da parentalidade jovem continua actual. Vários estudos, realizados dentro e fora do contexto português, indicam que a maternidade e a paternidade adolescente e jovem é um fenómeno socialmente localizado. Partimos então da assunção que a gravidez precoce e as experiências da parentalidade jovem revelam a persistência das desigualdades sociais e de género nos processos diversificados de transição dos jovens para a vida adulta. A presente comunicação centrar-se-à nos principais resultados de uma pesquisa, conducente a uma dissertação de mestrado, que pretendeu analisar os percursos biográficos dos jovens (antes e após a entrada na parentalidade), tendo em conta, fundamentalmente, as suas origens e trajetórias familiares, escolares e profissionais. Em termos metodológicos optámos por uma pesquisa qualitativa, com recurso a entrevistas biográficas, mais adequada para captar percursos de vida, motivações, razões, sentimentos e experiências subjectivas, privilegiando a relação aprofundada com os actores sociais.

Palavras chave: Parentalidade adolescente e jovem; desigualdades sociais e de género; transição para a vida adulta; percursos biográficos.

XI-APS-88111 -Como estão as vidas ligadas nas famílias? Um mapeamento do princípio das “vidas vinculadas” na literatura da perspectiva do curso de vida

Magda Nico - CIES-IUL; ISCTE-IUL

Diana Carvalho - CIES-IUL; ISCTE-IUL

Helena Carvalho - CIES-IUL; ISCTE-IUL

Maria Silva - CIES-IUL; ISCTE-IUL

Comunicação Oral

O conceito de “linked lives” ou “vidas vinculadas” é um dos princípios fundamentais e mais evocados da perspectiva do curso de vida. O seu reconhecimento da natureza interdependente das vidas é particularmente relevante no contexto das relações familiares e inter-geracionais. No entanto, o recurso a este conceito tem sido limitado ao uso como premissa geral, sendo pouco explorado como hipótese empírica. Torna-se então necessário compreender como as “vidas vinculadas” têm sido abordadas no curso da vida, na família e nas ciências sociais e ao longo do tempo, através de uma análise bibliométrica empírica. Apresentam-se duas análises. Na primeira retratamos o lugar do princípio das vidas vinculadas no campo do curso de vida com base em todos os artigos da revista “Advances in Life Course Research (2000-2019, n=383)” e em todos os livros de resumos das conferências da “Society for Longitudinal and Life Studies” (2010-2018, n=9)”. Os resultados confirmam a sub-representação da conceção das vidas vinculadas face aos restantes conceitos da perspectiva do curso de vida, mas ao mesmo tempo revelam a sua recente e crescente relevância, particularmente na última década e seguido da consagrada “maioridade” do curso de vida (Billari, 2009), o que por ora se revela mais nas comunicações do que nas publicações. A segunda análise permitiu observar como o conceito de vidas vinculadas na família está a ser abordado na literatura das ciências sociais. Foi possível através de uma recolha e análise sistemática de referências bibliográficas (n=507), a caracterização das publicações, os seus métodos e os impactos estudados. Através de uma Análise de Componentes Principais (para além da análise descritiva minuciosa), foram identificados três perfis de publicações que se centram nas vidas vinculadas familiares: o perfil holístico-teórico; o perfil qualitativo mais centrado na família nuclear; e o perfil mais contemporâneo de expansão das fronteiras analíticas e disciplinares do campo deste princípio teórico. Concluimos que, por um lado, há um desenvolvimento recente e rápido das publicações que se centram nos impactos das ligações das vidas familiares e que se expressa numa maior transversalidade de campos disciplinares e, especialmente na última década, numa diversificação de abordagens teóricas, temáticas e metodológicas mais amplas. Por outro lado, há uma prevalência continuada no destaque às ligações unidirecionais, inter-geracionais e descendentes, assim como há uma escassez de perspectivas comparativas e alguns avanços metodológicos. No entanto, não há dúvidas de que o conceito de vidas ligadas é promissor e cada vez mais valioso para a compreensão da família e das relações inter-geracionais e suas interdependências.

Palavras chave: vidas vinculadas; curso de vida; família; análise bibliométrica; literatura

Globalização, Política e Cidadania

XI-APS-13413 -O discurso populista de direita e a sua manifestação nas redes sociais online.

Gleice Luz - CIES - ISCTE-IUL

Livino Neto - CIES - ISCTE-IUL - lvpno@iscte-iul.pt

Laara Húgel - CIES - ISCTE-IUL

Juliana Lima - CIES-ISCTE-IUL

Comunicação Oral

O presente trabalho parte da discussão da reconfiguração da esfera pública no contexto das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), articulando conceitos presentes em Habermas, Thompson e Fuchs, para, a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD) e dos pressupostos desenvolvidos por Pêcheux, Bakhtin e Verón, analisar a performance discursiva do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sobre temas relacionados à crise climática e ambiental publicados em sua conta no Twitter. Aborda duas questões fundamentais: o avanço dos discursos populistas e o seu impacto em Estados democráticos; e a relação com a pauta climática e ambiental na realidade brasileira, posto que seja a principal economia da América Latina, o oitavo Produto Interno Bruto (PIB) do mundo e a maior concentração de falantes de língua portuguesa. Na fase inicial, utilizamos a Análise de Conteúdo, como proposto em Bardin, estabelecendo categorias e subcategorias conceituais para a classificação das publicações em temas relacionados com a pauta ambiental. No segundo momento, observamos unitariamente as publicações na sua “condição de produção”, “formação ideológica” e “formação discursiva” (Pêcheux), considerando sua relação indissolúvel entre língua, linguagem, história e sujeitos (Bakhtin), tendo em vista o contexto social e ideológico onde estão inseridas (Verón) a fim de correlacionar a narrativa de Jair Bolsonaro com a esfera pública. O escopo da análise se concentra nas publicações realizadas entre janeiro de 2019 e janeiro de 2020 na conta oficial @jairbolsonaro, recolhidas com o suporte da ferramenta Crimson Hexagon e na Análise de Conteúdo e ACD com auxílio do software MaxQDA. A comunicação nas novas TICs amplia a coletivização de experiências pessoais e a construção de vínculos identitários e societários no ambiente offline (Castells), mas é online que novas lideranças populistas alargam o alcance e a influência de suas performances discursivas (Nervo) ao conclamar um “ethos nacional” (Appadurai), em uma lógica antipluralista e de representação unidimensional de “povo” distintamente moral como forma de política identitária (Müller). O populismo de extrema-direita reforça o nacionalismo racista e xenófobo, o autoritarismo de Estado e a intolerância contra minorias como alternativa autoritária da tensão entre neoliberalismo e democracia (Louçã). Constitui-se como elemento de manutenção do atual modelo de produção e exploração. Por sua via, a crise climática e ambiental tem revelado os limites para a exploração da natureza, ameaçando o modo de produção e acumulação do capital (Harvey), logo, uma barreira ao avanço dos interesses de elites econômicas. É a partir da compreensão desta complexa ordem social e suas contradições que o presente trabalho se articula.

Palavras chave: Esfera pública, Populismo, Redes sociais online, Meio Ambiente.

XI-APS-15638 -Populism and common sense

Daniele Panaroni - Sapienza Università di Roma
Dario Germani - Sapienza Università di Roma
Grazia Quercia - Sapienza Università di Roma

Comunicação Oral

Anyone who confronted with the phenomenon of populism, took the risk of getting lost in a vortex of defining attempts, proposals for “operationalisation”, studies on the most disparate objects, comparisons and so on. The attention to this object of study has generally been stronger from scholars who consider it a problem or the result of the democratic system crisis. For the minority of defenders instead, the virtues of populism include: being the “ordinary people’s democracy” against the institutionalized politics; paying attention to the interests of the many against those of the few; enhancing the civic and political experience of small places, such as villages or neighbourhoods, against an ideal and distant concept of citizenship; the bottom-up construction of the popular will without any party intermediation; the conception of popular sovereignty as the substance of the political body. In conclusion, it values the “directness” of politics, or the sincerity and transparency required by ordinary citizens against the attitude of representative institutions and parties to the compromise and opacity. It is seen as a threat but also as a possible corrective action for a policy that has somehow moved too far away from the people. Although the object of study has its roots in a distant past, the real “boom” of interest is recent, indeed very recent. Starting from a literature review, this work has the purpose of investigating how the term “populism” is conveyed by the Italian press today. The empirical data is composed by some of the best-selling newspapers selected on their political orientation. The analysis had the intent to give a logical interpretation of the content of the texts, as well as examine the discursive typologies and linguistic style. What has emerged is a relationship between academic production and information field: these circles, in fact, at least in this circumstance, do not seem to be clearly separated.

Palavras chave: Populism; public opinion; politics; textual analysis.

XI-APS-17393 -Territorialização de políticas públicas e empreendedorismo jovem: oportunidades e constrangimentos existentes no Município de Beja.

Hermozilha, Patrícia - CICSNova - UÉvora

Comunicação Oral

A comunicação que se apresenta centra-se na reflexão acerca da territorialização das políticas públicas para o empreendedorismo e nas oportunidades e constrangimentos existentes para jovens empreendedores no Município de Beja. O suporte aos novos negócios, a promoção da cultura empreendedora, o financiamento, a educação para o empreendedorismo, constituem diretrizes fundamentais das políticas públicas para a construção de ambientes propícios para empreender. A conjuntura económica, a estrutura social e empresarial e a cultura são fatores que interferem na dinâmica empreendedora e que podem ser facilitadores ou bloqueadores das intenções e ações empreendedoras. (Reynolds, Stoney e Wethcad, 1994; Lundstrom e Stevenson, 2005; Stephan & Uhlaner, 2010; Gaspar, 2008, Fontanelle, 2010; OCDE, 2015). O empreendedorismo jovem deve ser encarado como essencial para os territórios de baixa densidade, na medida em que, favorece a fixação de população jovem e repercute consequências demográficas, económicas e sociais positivas para o desenvolvimento local. Enquanto estratégia para o desenvolvimento dos territórios, o apoio ao empreendedorismo materializa-se num conjunto de redes, parcerias e alianças entre organizações que atravessam os setores públicos, central e local, e privado, com e sem fins lucrativos, que são considerados essenciais para a dinâmica e fomento de um ecossistema empreendedor. O estudo da territorialização das políticas públicas para o empreendedorismo no Município de Beja constituiu uma investigação de perfil interpretativo e exploratório, na qual foram privilegiados os métodos de qualitativos, através de uma combinação de técnicas, particularmente: a pesquisa bibliográfica e documental, a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo. As entrevistas foram o instrumento fundamental para o estudo, permitindo aferir a perceção dos representantes das entidades que promovem o empreendedorismo local e dos jovens empreendedores a quem foi concedido apoio institucional. Pretendeu-se, através da análise de conteúdo compreender as oportunidades e os constrangimentos para o empreendedorismo jovem existentes no território.

Palavras chave: Políticas públicas, empreendedorismo, desenvolvimento

XI-APS-17420 -Bolsonaro e uma nova mutação do discurso político no Brasil: estudo de caso das publicações no Twitter de Jair Bolsonaro na eleição presidencial brasileira de 2018

Livino Virgínio Pinheiro Neto - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Tendo em vistas as definições de Piovezani e Montessori e Farelli sobre discurso político, consideraremos as características apontadas por Sargentini no processo de mutação e homogeneização no discurso político brasileiro (segmentação, docilização e estetização do discurso), para através da Análise Crítica do Discurso (ACD) identificar as semelhanças e diferenças com o discurso de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial brasileira de 2018, em sua conta oficial de Twitter. Por fim, a partir da conceitualização de Habermas sobre esfera pública e sua reconfiguração, bem como de Gramsci sobre disputa de hegemonia, analisaremos em que medida o discurso de Bolsonaro, nesta rede social online, é representativo no sentido de apontar para uma nova mutação no discurso político brasileiro e de que forma esta se relaciona com o tempo presente e com as práticas sociais desenvolvidas no Brasil neste contexto eleitoral. Para o desenvolvimento da ACD, articulamos os pressupostos desenvolvidos por Michel Pêcheux, Mikhail Bakhtin e Eliseo Verón, indo além da dimensão linguística do discurso, envolvendo também os aspectos ideológicos, sociais e históricos que se relacionam com o sujeito político e com o contexto em que está inserido. Este trabalho parte da pesquisa realizada em nossa dissertação de mestrado, onde investigamos, através da ACD, 796 publicações realizadas na conta oficial do Twitter de Jair Bolsonaro durante o período da eleição presidencial brasileira, buscando compreender quais são as características marcantes de sua performance discursiva, como seu discurso político se relaciona com um projeto ideológico populista de direita e como a sua estratégia discursiva se relaciona com a esfera pública e visa a disputa de hegemonia da sociedade brasileira. Um dos aspectos destacados durante a pesquisa é justamente a diferença entre a performance discursiva desenvolvida pelo então candidato à presidência da república e as características do discurso político brasileiro que estiveram a se consolidar ao longo da redemocratização do país.

Palavras chave: discurso político, twitter, esfera pública, hegemonia

XI-APS-18071 -A vertigem da democracia: reflexões sobre política e cidadania no Brasil pós “Constituição Cidadã”

Gimima Beatriz Melo da Silva - Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Comunicação Oral

A pesquisa em tela é de natureza bibliográfica e tem por fim possibilitar a construção de uma reflexão sobre a realidade política atual no Brasil como um cenário onde historicamente os indivíduos, envolvidos em teias de relações de poder, interagem com a dimensão política a partir das condições sócio econômicas existentes para o exercício da cidadania e da democracia. Para tanto faz uso da pesquisa bibliográfica para destacar três eventos ocorridos em contextos históricos distintos, a saber: a proclamação da república, que derrubou o regime monárquico no Brasil em 1889; o golpe militar, que estabeleceu o regime ditatorial em 1964, e a promulgação da atual Constituição Federal Brasileira, que

estabelece um Estado Social e recebe a alcunha de “Constituição Cidadã” em 1989. Para a abordagem sobre o exercício do poder parte-se da perspectiva teórica desenvolvida por Georges Balandier (1997) sobre a “teatrocracia”, que corresponderia a uma encenação na qual o poder se mostra com outra aparência, distinta da sua essência, fazendo assim com que o poder político esteja a efetivar-se por intermédio do acesso a novas fontes relativas à tecnologia, ao simbolismo e ao imaginário político, adequando-se ao contexto social ao qual pretenda se aplicar. Como abordagem para refletir sobre o exercício da cidadania, recorre-se à perspectiva de José Murilo de Carvalho (2002) para quem até 1930 o que se tinha no Brasil era um cenário onde se mostra uma precarização do conhecimento e do acesso a serviços públicos de qualidade pela população que não compunha a elite econômica. Carvalho denominou de “cidadania negativa” essa condição, e acredita-se poder aplicar ainda essa denominação em alguma escala na atualidade. O desdobramento que leva a uma compreensão possível da forma como se dá a democracia brasileira numa conjuntura social fortemente marcada pelos efeitos da globalização dos interesses do grande capital, é observado, segundo Leonardo Avritzer (2019), quando estes interesses, aliados a uma postura antidemocrática do mercado financeiro, da mídia e de segmentos do militarismo foi determinante para a regressão democrática iniciada em 2013. Este fenômeno, que é compreensível ainda a partir da perspectiva do “poder simbólico” que, segundo Pierre Bourdieu (1989), só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos, corrobora um cenário de acirramento de posições ideológicas opostas e causa a sensação de um cenário vertiginoso para a jovem democracia brasileira.

Palavras chave: cidadania negativa, regressão democrática, poder simbólico, teatrocracia

XI-APS-23078 -**BRASIL PÓS-ELEIÇÕES 2018: o neofascismo entra em cena**
ILSE GOMES SILVA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Comunicação Oral

Nesse trabalho, pretendo apresentar as novas configurações do Estado brasileiro após as eleições de 2018 quando foi eleito para a presidência da República Jair Bolsonaro, do partido PSL (Partido Social Liberal). A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro foi marcada pela incitação à violência, ao racismo, a homofobia e apologia à ditadura militar e, em seu governo, esses elementos se aprofundaram, tomaram configurações neofascistas e se transformaram em política de estado, assumindo as configurações institucionais necessárias para orientar a prática das instituições governamentais. Apesar da resistência política do movimento sindical, popular e cultural, o presidente da república segue aprofundando as reformas que destroem o arcabouço jurídico-político dos direitos sociais e políticos construídos no período de redemocratização do país, na década de 1980, e que foram contemplados na Constituição Federal de 1988. A busca dos marcos políticos e o referencial teórico para compreender essa conjuntura tem merecido a atenção de muitos cientistas

sociais, pressionados pela velocidade com que o Brasil caminha em direção ao neofascismo. Desde o golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer foi empossado como presidente da república, que as medidas autoritárias implementadas pelo governo ilegítimo foram indicando que o Brasil caminhava para um claro estado de exceção. A vitória de Jair Bolsonaro inaugurou uma nova etapa desse processo com configurações mais autoritárias e neofascistas. O que está em jogo é o legado das lutas sociais pela democratização, pelas políticas de respeito aos direitos humanos, sociais e ambientais conquistados durante os governos do PT. O governo Bolsonaro coloca em risco um padrão de sociabilidade construído desde 1985 e coloca no horizonte a barbárie do neofascismo. O presidente Jair Bolsonaro faz questão de afirmar, em várias entrevistas, que seu governo é conservador e patriótico expresso no slogan “Pátria Amada Brasil”. O seu governo tem amplo apoio no Congresso Nacional, no Judiciário e nas Forças Armadas, de modo que agenda das reformas ultraliberais foram aprovadas sem dificuldade no Congresso Nacional e as denúncias contra a sua família de corrupção e envolvimento no assassinato da deputada Marielle Franco não avançam nas investigações. O ataque contra a ciência, a educação pública, aos professores, a universidade, aos grupos de LGBTI, aos negros e indígenas tem o apoio de grupos fundamentalistas religiosos, ruralistas e grupos neofascistas, que possuem uma forte organização e intervenção nas redes sociais. Nesse processo, professores das universidades são exonerados, processados e proibidos de ministrar disciplinas que questionem o status quo. Ativistas dos movimentos sociais são presos, jovens são agredidos e trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas são assassinatos.

Palavras chave: governo, neofascismo, autoritarismo

XI-APS-27821 -Desafios da democracia constitucional diante da atual corrosão democrática

Lilian Balmant Emerique - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Comunicação Oral

Nos últimos anos tem crescido o debate em torno da crise e corrosão da democracia que, aos poucos, ganha expressões globais. Uma vasta literatura, principalmente proveniente do eixo norte, acompanha o fenômeno, destaca seu ineditismo frente as crises democráticas passadas e advertem sobre os seus perigos no presente. Inclusive, algumas análises menos otimistas, sinalizam para um futuro caótico com o risco de morte para a democracia, a virada para extrema direita, a emergência do (neo)fascismo. Em meio a expansão global deste processo, o momento vivenciado desde meados da década de 2010 é bastante nebuloso. As experiências governamentais de inovações democráticas reduziram substancialmente se comparadas com a década anterior. Diversos países estão aprisionados em espirais democráticas regressivas e os casos de Estados fracassados têm aumentado. Até

agora os movimentos sociais não obtiveram sucesso em melhorar as relações de força numa direção mais democrática e correntes conservadoras e reacionárias crescem seus espaços de ação e adesão. No Brasil, a preocupação em relação ao tema da solidez da democracia vai na mesma direção e tem mobilizado a academia desde 2013, com os protestos que inundaram as ruas do Brasil, seguido pela concorrida e belicosa eleição em 2014, o controverso impeachment presidencial em 2016, culminando com a eleição presidencial de 2018, com a vitória do candidato alinhado com o pensamento de extrema direita. O cenário é, no mínimo, preocupante e merece todo o empenho para compreender, denunciar, criticar e procurar respostas para a sobrevivência da democracia e o aperfeiçoamento de suas instituições, especialmente no sul global, onde as fragilidades democráticas são maiores, mais se justifica um debate substancial do tema com o objetivo de estabelecer um estado da arte sobre os estudos da democracia, confrontar a pertinência deste panorama com o vislumbrado no sul global e abordar as peculiaridades do fenômeno neste espaço. O estudo faz uma breve revisão da literatura contemporânea sobre “pós-democracia” e estabelece conexões relacionadas aos desafios e possíveis caminhos para tentar salvaguardar a democracia constitucional. Inicialmente, será apresentado um breve relato sobre este período conturbado da democracia e serão sistematizadas as principais linhas direcionadas à análise do fenômeno, com vistas a verificar e aprofundar alguns impactos e perigos do declínio democrático. Em seguida, o foco será direcionado para aspectos da erosão democrática, seja pela via autoritária ou pela via da degradação legal ou institucional. Por último, serão analisados alguns mecanismos utilizados para tentar conter ou dar respostas a crise democrática por meio do fortalecimento das democracias constitucionais.

Palavras chave: pós-democracia; constitucionalismo; erosão democrática

XI-APS-28298 -Cidadania, criatividade e a nova gramática híbrida de protesto: agendas, esferas e formas de ação do ativismo juvenil

José Alberto Simões - CICS.NOVA, NOVA FCSH

Ricardo Campos - CICS.NOVA

Alix Didier Sarrouy - CICS.NOVA

Comunicação Oral

A presente comunicação baseia-se no projeto em curso "ArtCitizenship – os jovens e as artes da cidadania", financiado pela FCT (PTDC/SOC-SOC/28655/2017), que tem como propósito estudar o modo como diferentes protagonistas juvenis, individuais ou coletivos, envolvidos em múltiplas causas sociais, culturais e políticas, utilizam determinados recursos e gramáticas criativas de modo a expressar os seus interesses e reivindicações na esfera pública. Nesta apresentação, pretendemos focar-nos: Por um lado, na definição conceptual da “gramática híbrida de protesto” que se afirmou durante a última década – e onde os jovens assumem um papel destacado – que conjuga novas formas de expressão

(nomeadamente, o uso da internet e de outros recursos digitais) com formatos habituais de protesto (manifestações, sit-ins, etc.). Por outro lado, desejamos explorar esta gramática híbrida à luz de três dimensões analíticas centrais no projeto: as “agendas” dos atores – o que nos remete para as causas e áreas de expressão ativista –, as “esferas” – o que nos remete para os diferentes contextos ou palcos onde se desenrolam as práticas ativistas – e, finalmente, as “formas de ação” propriamente ditas – o que nos remete para os reportórios utilizados, com ênfase na panóplia de práticas informais e criativas usadas. No caso dos jovens, alguns destes interesses não só saem fora da esfera política institucional, como também dos temas de protesto comuns, encontrando causas e formas de expressão em áreas minoritárias, habitualmente invisíveis ou com um carácter intersticial, na fronteira ou à margem de temas geralmente abordados por grupos ou movimentos sociais organizados. Criatividade e inventividade são aqui cruciais, na medida em que os jovens fazem uso de formas de expressão inovadoras recorrendo a novas linguagens – da street arte, ao rap, passando pelo cultural jamming, guerrilla theatre, etc.) –, criando formas alternativas de participação cívica e política. Nesta apreciação, teremos em conta não só o quadro teórico-conceptual desenvolvido no projeto, mas também a recolha exploratória já realizada, nomeadamente entrevistas exploratórias a jovens ativistas e documentos variados (de sites a materiais visuais diversos). Do ponto de vista metodológico, este é um projeto que assenta numa estratégia qualitativa, de cariz etnográfico, envolvendo recolha multi-situada, com recurso à observação participante, à realização de entrevistas aprofundadas e à aplicação de metodologias visuais.

Palavras chave: Cidadania, Ativismo juvenil, Gramática híbrida de protesto, Criatividade

XI-APS-33129 -Who populist voters are? Assessing the presence of common identities' traits among populist voters in the European Union

Marco Cellini - National Research Council (CNR) - Institute for Research on Population and Social Policies (IRPPS)

Ilaria Di Tullio - National Research Council (CNR) - Institute for Research on Population and Social Policies (IRPPS)

Gabriella D'Ambrosio - Sapienza University of Rome, Department of Communication and Social Research

Comunicação Oral

Western societies are experiencing deep changes that are somehow altering social and political dynamics, which were thought to be sedimented and immutable. The great recession of 2007 caused a deep and persistent worsening of citizens' living condition within most of western democracies: inequality and unemployment increased sharply; the labour market experienced an unprecedented worsening with the stagnation of wages (and in some case even a reduction), an increase of precarious jobs and a decrease of workers'

purchasing power; and, moreover, a substantial reduction of social mobility. The combination of these factors, according to the literature, contributed to the spread of citizens' frustration and the drop of their trust in democratic institutions. In this context, a populist upsurge has been registered among all western democracies with populist parties and movements gaining consensus and, in some cases, governmental appointment. Populist parties and movement emerged in the last decades are often based on a certain rhetoric advocating for the superiority of national identities and the necessity of closing national borders in order to preserve national traditions and to come back to the splendour of an idealized past. Most of established political parties, media and academics often tend to identify populist voters as merely less educated and ignorant citizens, but is this characterization correct and fully explaining the phenomenon? Who populist voters really are? Do have common characteristics? Are they united by common identities? And if it is so, what are the identities and belongings they share, and which are more associated to the populist vote? The present project seeks to answer these questions by tracing a profile of populist voters within European Union countries, identifying their characteristics, and assessing whether there are identities' traits able to explain populist support. To do so, it analyses the data provided by the European Social Survey that, besides identifying respondents' parties voted, allow to isolate different identity and belonging characteristics. To analyse the data, the project employs descriptive statistics as well as inferential econometric models.

Palavras chave: Populist Voters, Populist Identity, Populist Profile, Quantitative Analysis

XI-APS-41073 -Poder político, familismo, patrocínio e clientelismo no nordeste de Portugal

Esser Jorge Silva - Centro de Estudos Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Suportado em observação e entrevistas colhidas entre diversos atores políticos em Celorico de Basto – região localizada no noroeste de Portugal – apresenta-se um estudo de caso, de natureza extensiva, revelador das estratégias relacionais entre o poder político e sociedade local. O estudo demonstra a relação entre uma geografia empobrecida, com posições sociais estáticas e reprodutivas entre si, enclausurado nas bordas da periferia e contido em vivências assentes na urgência, e a forma dessa comunidade conceber e relacionar-se com o campo político, particularmente na passividade, conformismo e submissão aos detentores do poder, por sua vez transformados em proprietários inamovíveis das instituições. A investigação explora as práticas de sedução e domínio pelos primeiros e nas estratégias de dependência e resignação dos segundos. O isolamento, a condição periférica e a ausência de visão da generalidade, introduzem uma realidade que circunda a geografia em particularidades estratégicas comuns a toda a comunidade. A observação das práticas locais,

entrecruzadas com as interseções dos atores da política local, revelam como no concelho de Celorico de Basto a ação política sucumbe à lógica das trocas economias, transformando as relações entre representantes e representados em práticas fundadas nas condutas típicas de relações entre senhor e servo, nas quais os detentores da faculdade de comando, à moda da situação de patrimonialismo, se constituem também em agentes detentores do uso autocrático da coisa pública, assim capacitando-se para rotinas de familismo político e práticas de nepotismo em que a sucessão do pai pelo filho resulta, imediatamente, na contratação pública do filho pelo pai. Enquanto a estratégia familiar transposta para a administração pública é usada em favor da entronização dos lugares públicos de dominação, o recurso às práticas de patrocínio são marcadas por atos de transação e exploração do conformismo geral. Despossuído de qualquer capacidade autonómica e dominado por constrangimentos, subsiste a sujeição sob o papel de cliente, fundado em práticas de obediência e submissão às ordens do patrão. A conversão do interesse geral pelos gestores políticos em necessidade particular dos representados, significa a instituição de um credor com poder para um devedor carecido, num quadro de dominação no qual é revelada uma estratégia de dependência que subjaz uma típica relação entre um patrão e um cliente. Neste contexto em que os empregos constituem uma espécie de mercadoria, o agente doador investe em si e no seu futuro porquanto ao fomentar um território de dívidas alicerça, no presente, as pontes com o seu futuro político.

Palavras chave: Poder político, familismo, patrocínio, clientelismo, patrimonialismo

XI-APS-41549 -**Stagnation in human evolution?**

Mircea - Badut

Comunicação Oral

The following text proposes for reflection the idea of an anticipatory speculation regarding the evolution of human society under the effect of psycho-social assimilation of the technical-scientific development, an idea developed by amalgamating some aspects of anthropology, psychology and sociology.

Palavras chave: anthropology; sociology; psychology; society; evolution; development; future

XI-APS-42386 -**Cidadania e Ambiente: novos contextos de uma geração que se quer fazer ouvir**

Daniela Ferreira da Silva - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

A iniciativa da ambientalista Greta Thunberg contra a persistente inação política – “Change the system not the climate” – tem sido largamente mediatizada e seguida por milhares de jovens por todo o mundo, mostrando ser sintoma de novas formas de ativismo e de interação social. O estudo apresentado insere-se precisamente neste enquadramento em que as questões da cidadania são indissociáveis das questões ambientais e a educação não pode ignorar o ativismo jovem e os media. A comunicação a apresentar procura demonstrar o desenho de uma intervenção educativa que visa melhorar as capacidades de comunicação, críticas e cívicas de uma turma do 9.º ano. O “Comunica com Energia pela Cidadania Ambiental”, um programa desenvolvido em parceria entre a EDP e a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foi a oportunidade para o desenvolvimento desta intervenção. Os resultados do processo de investigação-ação realizado são apresentados bem como a caracterização geral dos jovens face a estas dinâmicas sociais. Ficou esclarecido que as plataformas online devem ser consideradas ferramentas mobilizadoras em prol do ativismo ambiental, sobretudo na escola enquanto espaço de socialização.

Palavras chave: juventude, cidadania digital, literacia digital, avaliação de impacte

XI-APS-51132 -O processo disruptivo da vitória de Jair Bolsonaro

Meirejane Cardoso Gomes - Faculdade de Letras/ Universidade do Porto

Comunicação Oral

O ano eleitoral de 2018 no Brasil, segundo alguns analistas, foi um processo disruptivo na recente História política brasileira. A eleição de Jair Bolsonaro e o aumento substancial de representantes da direita e a extrema-direita no Congresso Nacional pontuam o cenário político brasileiro. Quais os fatores que elevaram Bolsonaro ao poder central? O que representa no Brasil atual, a eleição de líderes políticos que defendem pautas autoritárias? Bolsonaro pode ser considerado um novo populista? O governo Bolsonaro é uma ameaça às instituições democráticas? Estas são questões a serem desenvolvidas por esta pesquisa de abordagem qualitativa. As técnicas a serem utilizadas serão a pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, recolha seletiva de material em sites institucionais e grupos virtuais. Como o universo é amplo, pretende-se fazer uma amostra de algumas entidades da sociedade civil onde serão aplicados questionários, entrevistas semiestruturadas.

Enumeramos três fatores importantes que fortaleceram uma nova direita e a vitória de Bolsonaro, são: 1. As mobilizações de junho de 2013, onde milhares de pessoas ocuparam o

espaço público em protestos plurais, mobilizados, sobretudo por grupos conservadores que utilizaram as redes sociais para divulgarem suas ideias e “ocupar as ruas”; 2. Em 2014, iniciou-se a Operação Lava Jato, essa abalou o espaço político, as denúncias de corrupção contra integrantes dos principais partidos do sistema brasileiro, e sua espetacularização pelos media, especialmente a Rede Globo, ajudou a criar uma atmosfera de repulsa às instituições políticas; 3. A chegada ao poder central em 2002 do Partido dos Trabalhadores (PT) com uma agenda progressista possibilitou a inclusão e o consumo de setores populares em espaços frequentados pela classe média. É nesta classe, que a partir das denúncias de corrupção, se processa o que se chama de antipetismo, uma repulsão ao modo de governar do PT. Schwarcr (2019) discorrendo sobre esta onda de governos conservadores, afirma que se trata de fenómeno tão moderno como complexo, é um populismo que abusa de novas formas de comunicação virtual, manipulam fake news e reproduzem como verdades, usam mensagens moralistas que se apoiam em conceitos como religião, família e nação. Malamud (2017) afirma que o populismo promove a relação direta entre o líder e as massas. Esta pesquisa está em curso e pretende analisar o governo Bolsonaro assim como os fatos ocorridos na sociedade brasileira que propiciaram a sua vitória. Quando candidato, atacava em suas falas grupos minoritários como indígenas, negros, homossexuais, demonstrava certa nostalgia de “ordem” da ditadura militar, propunha a flexibilização do porte de armas. Este discurso conservador tem grande esteio, porque a História brasileira é pontuada em sua formação de épocas autoritárias que legaram esta herança. Mas o presente não pode ser compreendido só na ótica do passado.

Palavras chave: Política Brasileira; Governo Jair Bolsonaro; Populismo

XI-APS-53399 -Valores e atitudes dos estudantes de economia: Aspectos adicionais numa pesquisa em curso

João Carlos Graça - SOCIUS/CSG e ISEG

Rita Gomes Correia - SOCIUS/CSG

Comunicação Oral

Considera-se nesta apresentação os valores, atitudes e comportamentos de diversos grupos sociais, com particular ênfase nos estudantes de economia. Baseamo-nos em inquéritos efetuados em 2006, 2009, 2012 e 2016/7, nos quais diversas especificidades dos estudantes de economia são facilmente assinaláveis. Os inquéritos de 2006, 2012 e 2016/7 incluem estudantes de economia; os de 2009 e 2016/17 englobam estudantes de outras áreas; os de 2006 e 2016/7 reportam-se também à população em geral. De entre as especificidades dos estudantes de economia, destacam-se: maior inclinação para a regulação económica pelo mercado, por oposição à regulação pública; maior tendência para uma perceção de si próprio, no espectro político, à direita; maior inclinação para uma carreira política; maior propensão genérica para o ‘free-riding’.No último inquérito efetuado, todavia, vários destes

traços parecem sofrer alterações significativas, observando-se uma tendência convergente dos vários grupos considerados quanto a um número importante de aspetos. Diversas explicações possíveis para este conjunto de factos serão discutidas.

Palavras chave: Estudantes de economia; inclinação para o free-riding; preferência por formas de regulação económica; percepções políticas

XI-APS-59269 -Globalização, desenvolvimento capitalista e cidadania: o caso do semiárido brasileiro

Maria Zênia Tavares da Silva - Doutoranda em Sociologia da Universidade do Minho e Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil. zeniatavares@yahoo.com.br

Maria Paula de Vilhena Mascarenhas - Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. pvmascarenhas@gmail.com

Fernando Bessa Ribeiro - Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. fbessa@yandex.com

Comunicação Oral

A região do semiárido nordestino é considerada a maior do mundo, abrangendo quase todo o Nordeste e parte do Sudeste brasileiro. Sendo a mais pobre do Brasil, consequência da grande concentração de propriedade de terra, bem como do acesso desigual à água. Nessa região vive o maior número de população rural, dependente da agricultura familiar e da produção de subsistência. Um dos piores indicadores sociais do país encontra-se nessa região, o que constitui privação de direitos sociais e humanos fundamentais para existência humana, como o direito à água e à alimentação. A caatinga é o ecossistema que predomina na região: apresenta solos rasos cobertos por vegetação arbustiva resistente à seca. Por apresentar condições climáticas com escassez de água, o semiárido durante muito tempo sofreu com a falta de investimentos em políticas públicas que favorecesse o desenvolvimento e a permanência da população na região. O pensamento dos governos era combater a seca com poços e barragens em propriedades privadas, além de oferecer à população pobre medidas paliativas, emergenciais e assistencialistas, a exemplo do carro pipa. Durante muitos anos o semiárido sobreviveu com essas medidas, que favoreceram a dependência da população aos interesses dos gestores públicos, dos donos de terras e da burguesia agrária com a agroindústria regional e local. Nas décadas de 80/90, a mobilização e o fortalecimento da sociedade civil contribuiu para a implementação de políticas públicas de convivência com o semiárido, a fim de favorecer a permanência da população nessa região. Foram implementados vários programas, entre eles o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água para Todos); o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas) e o Programa Garantia-Safra. Democratizar o acesso à água para beber, consumir e produzir é essencial para a melhoria

da qualidade de vida das famílias, especialmente da mulher, ainda encarregada de abastecer a casa, o que a obriga a carregar latas de água à cabeça. Nos últimos anos a seca persistente e a diminuição nos investimentos em políticas públicas à população rural tem contribuído para desvelar as condições precárias de sobrevivências. Desde 2014, os recursos para região tem diminuído de forma significativa. Diante do exposto, por meio de revisão bibliográfica sobre o semiárido brasileiro serão apresentadas ações implementadas com a finalidade de melhorar as condições de vida da população residente nesse território. Assim, o objetivo dessa comunicação é discutir as reduções recentes nos investimentos nas políticas públicas para o semiárido e como isso contribui para o aumento da fome e da insegurança alimentar na região.

Palavras chave: Políticas Públicas; Seca; Fome; Insegurança Alimentar

XI-APS-60848 -Neofascismo e Neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro
Matheus de Carvalho Barros - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Brasil

Comunicação Oral

A discussão em torno do tema do fascismo retoma a sua atualidade quando observamos a ascensão de movimentos e partidos de extrema-direita em diversas partes do mundo. No Brasil, o debate sobre o conceito de fascismo e neofascismo veio à tona com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. Essa discussão foi colocada a público recentemente, por exemplo, quando o cientista político brasileiro Armando Boito Júnior se propôs a analisar a emergência de um movimento neofascista no país. Os artigos de Boito Júnior, publicados pelo jornal Brasil de Fato, foram uma resposta a um texto de Atílio Borón publicado originalmente pela Página 12. Em seu artigo, Borón argumenta que é um erro grave classificar Jair Bolsonaro como um fascista. Segundo o sociólogo argentino, o fascismo é uma “categoria histórica”, ou seja, possui características únicas cujas condições para o seu surgimento seriam próprias do período entre guerras. Portanto, tais condições seriam irrepetíveis no contexto atual. Em contraposição à Borón, Armando Boito acredita ser possível o surgimento do fascismo na atualidade, e destaca que essa possibilidade não pode ser destacada principalmente no cenário brasileiro. Utilizando Nicos Poulantzas como referência, o professor da Unicamp argumenta que a crise econômica e política que marcam o tempo presente, colocam a possibilidade do ressurgimento do fascismo, mesmo que o fenômeno assuma formas distintas de sua matriz histórica. Desta forma, na efervescência da discussão sobre o caráter dos movimentos de extrema-direita que surgem em diversos países, levantamos a seguinte indagação: É possível classificar Jair Bolsonaro como um Neofascista? A partir desta pergunta, o objetivo do trabalho é analisar a ascensão e atuação do presidente do Brasil e a suas possíveis relações com a ideologia fascista/neofascista, tendo em vista que o movimento político encabeçado por Bolsonaro se enquadra no processo global de ascensão de uma extrema direita reacionária e autoritária nos últimos

anos. Através da bibliografia analisada, pretendemos apontar as semelhanças e particularidades do bolsonarismo em relação aos outros movimentos do cenário internacional.

Palavras chave: Neofascismo; Neoliberalismo; Jair Bolsonaro

XI-APS-67797 -Movimentos sociais e cidadania na era digital e suas implicações nas instituições políticas.

Larissa Moraes Soares - Universidade de Évora

Comunicação Oral

Este artigo pretende abordar as implicações das facilidades de comunicação advindas do digital, da comunicação em massa e das redes sociais na transformação da cidadania e na mundialização de movimentos sociais, que passam a ser organizados tanto de forma mais rápida como de forma mais extensa. Não obstante, ao mesmo tempo em que estas transformações passaram a trazer um componente de acção directa à actuação do indivíduo como cidadão, fenómeno que ocorre em paralelo com a perda de confiança nas instituições tradicionais, consideradas burocráticas e elitistas, elas também estão caracterizadas pela falta de uma figura central. O foco desta exposição será, portanto, revisar de forma sistemática a literatura especializada e os dados disponíveis para verificar qual é o efeito real que possuem estes movimentos descentralizados na mudança de fato de políticas públicas. Se, por um lado, esta mobilização social cria focos de pressão e mudanças na opinião pública, assim trazendo alterações indirectas, a falta que muitos destes movimentos possuem de uma liderança firme e contacto com as instituições já estabelecidas pode significar o fracasso em alcançar objectivos a longo prazo. Desta forma, o presente trabalho analisará exemplos recentes desta dinâmica, tais como o movimento Me Too, Occupy Wall Street e os Climate Strikes, para definir quais suas vitórias e perdas e o que os levou a tal, e assim, analisar o paradoxo da crise das instituições tradicionais que, por outro lado, ainda funcionam como base do funcionamento social e político actual. Procura estabelecer se, desta forma, no contexto de mudança em que se vive, aliar-se a nomes já estabelecidos de instituições que já há muito actuam sobre objectivos semelhantes pode ser essencial para o sucesso. A luta social, afinal, tende a ocorrer em um período longo de tempo, portanto a cooperação entre diferentes gerações de activistas – os jovens e estudantes dos mais recentes protestos ao redor do mundo face a já estabelecidas autoridades – pode significar que ocorram transformações, no âmbito político e legislativo. Nesta abordagem, portanto, se visa concluir com os parâmetros em que isto pode ocorrer e quais seriam as vantagens trazidas por este tipo de contacto.

Palavras chave: Instituições; Mídias Sociais; Movimentos Sociais; Participação Política.

XI-APS-67948 -Sistema-mundo, Islão Político e a questão do desenvolvimento no Al-Maghríb: O caso da Tunísia

Thiago Gault - Universidade do Minho

Gabriela Salcedo Figueira - Universidade do Minho

Fernando Bessa Ribeiro - Universidade do Minho

Comunicação Oral

A viragem neoliberal iniciada no final dos anos setenta do século passado produziu também efeitos na Tunísia. As transformações económicas e sociais decorrentes da implantação da agenda neoliberal neste país do Magreb a partir da década de 1980 desembocaram nas revoltas sociais que ficaram conhecidas como Revolução de Jasmim. A transição do bourguibismo – um modelo político-económico de tipo nacional desenvolvimentista com características culturais islâmicas – para o modelo neoliberal de tipo autoritário desestabilizou o regime, deslaçando a frágil coesão social e acentuando a conflitualidade entre classes sociais. Em consequência, problemas estruturais como o desemprego em massa foram ampliados, o que afetou as condições materiais de existência das classes trabalhadoras tunisianas. Neste processo de transição há que considerar dois contextos políticos que, importa sublinhar, não são estanques. O primeiro é, fundamentalmente, externo: a mudança da economia política do país alterou, ainda que parcialmente, a posição por ele ocupada na economia-mundo capitalista (Wallerstein, 1974). Já o segundo nível é interno: o islão político, surgido das lutas coloniais do final da transição do século XIX para o século XX, cujo papel nas lutas sociais e políticas e na configuração da economia tem sido muito relevante, apesar de mal conhecido e mesmo menosprezado em muitas análises (Donker, 2013). Daqui decorre que as dimensões socioculturais e morais do islão não podem faltar numa análise dedicada ao desenvolvimento da Tunísia. Numa realidade política plural, na qual aspetos do islão são reivindicados não somente pelo partido Ennahda, mas até mesmo por partidos da esquerda socialista, estas dimensões não podem ser subestimadas na análise sociológica, aliás como sugere Ribeiro (2010), na esteira de Bourdieu. Nesse sentido, na presente comunicação examinam-se as condições de inserção da Tunísia no sistema-mundo capitalista, sem abstrair as condições da construção de seu Estado nacional e a influência do islão político (também denominado no ocidente como islamismo). Considerando tal pano de fundo, esta comunicação tem como objetivo analisar a relação dialética entre as transformações internas e externas decorrentes dos efeitos produzidos pelo neoliberalismo na Tunísia. Pretende-se assim contribuir para o debate sobre as consequências da globalização na região do Magreb, na qual se destaca o papel do islamismo no mundo árabe contemporâneo. Os dados empíricos utilizados na comunicação foram recolhidos durante o trabalho de campo realizado pelo primeiro autor, no quadro de

uma bolsa de mobilidade na Universidade de Sfax (Tunísia).

Palavras chave: Sistema-mundo, Islão Político, Tunísia, Desenvolvimento, Economia Política.

XI-APS-75923 -POPULISMO E MOVIMENTOS DE EXTREMA-DIREITA NO CONTEXTO GLOBAL: REPERCUSSÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E MIGRAÇÃO

Denise Osório Severo - Universidade de Brasília

Comunicação Oral

O reascenso de governos populistas e a expansão de movimentos de extrema-direita na Europa e, mais recentemente, também no Brasil, constitui um fenômeno global que se traduz progressivamente na conquista da estrutura de poder. Nesse sentido, nota-se a reemergência de discursos e ideologias fascistas, de manifestações xenófobas, racismo e intolerância disseminados no seio das sociedades, que tem se traduzido também na violação dos direitos humanos de grupos sociais minoritários e na crise das políticas de migração. Segundo Löwy (2015) desde os anos 1930 este fenômeno de expansão da extrema-direita na Europa não tinha alcançado tamanho destaque, ressaltando, porém, que o cenário é completamente distinto e apresenta outras configurações e clivagens. Musto (2015) destaca os casos do partido Alternativa para Alemanha (Afd), o fortalecimento do UKIP no Reino Unido, o partido populista Lei e Ordem da Polônia, além de vários outros, tais como o Partido do Povo Suíço e o Democratas Suecos, para citar alguns. Por outro lado, nos Estados Unidos, Trump representa uma espécie de caricatura incontestável da extrema-direita. No contexto do Brasil observa-se também um fenômeno de ascensão recente da extrema-direita, plasmada na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república e a conquista de 52 cadeiras no parlamento pelo Partido Social Liberal, em um processo eleitoral nunca antes vivenciado, assentado em discursos de ódio, propagação da violência contra todas as minorias e difusão de fake news por meio do WhatsApp e redes sociais. Ademais, é notável a interferência de elementos de cunho religioso, tal como a fobia ao islamismo e o anti-semitismo no contexto da Europa e, por outro lado, a expansão das igrejas neopentecostais no Brasil e sua inserção no aparelho do Estado, bem como a progressiva adesão social aos dogmas religiosos disseminados no imaginário coletivo. Isto posto, esta pesquisa visa refletir sobre a influência da religião e das mídias sociais no reascenso do populismo e da extrema-direita no contexto global, bem como identificar as repercussões do reascenso sobre os direitos humanos e a migração. Este trabalho constitui um recorte de pesquisa de pós-doutorado que encontra-se em andamento e, como tal, circunscreve-se a discutir uma proposta de matriz de análise sociopolítica das razões e repercussões do populismo e da extrema-direita sobre os direitos humanos e a migração.

Palavras chave: populismo; movimentos de extrema de extrema-direita; direitos humanos; migração;

XI-APS-78474 -O estado do desenvolvimento português: resposta a uma interrogação a partir de uma perspetiva multidimensional

Joel Felizes - ICS - Universidade do Minho

Comunicação Oral

A razão de ser desta abordagem parte de uma interrogação que julgamos partilhar com alguns dos autores portugueses mais proeminentes no âmbito da análise que tem no seu núcleo uma perspetiva multidimensional do nosso país, como é o caso de António Barreto (Tempo de Escolha, Relógio d'Água, 2017), de Boaventura de Sousa Santos (Ensaio contra a Autoflagelação, 2ª edição, Almedina, 2012), de João Ferreira de Almeida (Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa, Editora Mundos Sociais, 2013), ou ainda de Manuel Carlos Silva (Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal, Revista Española de Sociología, nº 19, 2013). Usando uma terminologia típica da Sociologia do Desenvolvimento, perguntamos: será que podemos, com segurança, situar Portugal entre os países que ocupam uma posição dominante, central, no concerto das relações socioeconómicas mundiais? Ou, pelo contrário, o retrato geral do Portugal do início da terceira década do século XXI ainda é o de um país com importantes limitações que o colocam num patamar de desenvolvimento substancialmente inferior, e portanto numa posição globalmente periférica ou semiperiférica, quando comparado com o conjunto dos países que proporcionam melhores condições de vida aos seus habitantes? Dada a amplitude da questão, aquilo que aqui propomos é um exercício interpretativo que procura cruzar algumas das conclusões de pesquisas recentes, como as atrás referidas, com alguns dos sinais atuais do nosso desenvolvimento. Estes sinais provêm, por um lado, de uma leitura pessoal que fazemos de alguns dos acontecimentos marcantes da vida portuguesa dos anos de 2016 e 2017 (onde, por exemplo, e devido à data precisa em que ocorreu, incluímos a conquista, pelo S. L. Benfica, do 36º título de campeão da principal competição de futebol nacional). Por outro lado, também analisamos um conjunto, necessariamente limitado, de indicadores estatísticos que reputamos de significativos. Este exercício procura enfim, para além de uma possível resposta à interrogação atrás exposta, ser também de algum modo consequente em termos da identificação das limitações que se afiguram mais dificilmente superáveis no quadro do desenho geral das estratégias de desenvolvimento do nosso país, com saliência para o cenário de desigualdades sociais e territoriais que, tanto quanto podemos concluir, não parece ter sofrido modificações substanciais nas últimas décadas.

Palavras chave: Portugal, Desenvolvimento, Semiperiferia, Desigualdades

XI-APS-81929 -(Des)confiança, (des)identificação e participação política na Europa do Sul – os casos de Portugal e Espanha

Nuno Miguel Augusto - UBI/CIES-IUL

Comunicação Oral

Um número crescente de investigações tem apontado para um decréscimo da confiança política, com consequências a diferentes níveis, que vão do sucesso de discursos populistas a uma contração da mobilização política e, conseqüentemente, da participação. Esta redução dos níveis de confiança e de mobilização é particularmente evidente nos países da Europa do Sul, que registam dos mais baixos níveis de confiança social e política da Europa Ocidental, com quebras na ordem dos 25% nos anos subseqüentes à crise económica e às políticas de austeridade. Um dos principais efeitos é a redução da confiança nas instituições políticas, assim como uma menor satisfação com o funcionamento da democracia. Na presente comunicação procura-se verificar os impactos desta perda de confiança na identificação, na mobilização e na participação políticas no caso português e espanhol, tendo em conta não apenas a confiança política, mas também a confiança social ou interpessoal. Para tal procedeu-se a uma análise dos dados do European Values Study e do European Social Survey de diferentes vagas de modo a avaliar os impactos da confiança política em dois âmbitos fundamentais – a) na orientação político-ideológica (tendo por referência o auto-posicionamento na clivagem esquerda-direita) e na (des)identificação político-partidária e b) na participação política, entendida nas suas formas convencionais e não convencionais. Os dados apontam, à semelhança de outros estudos, para a presença de impactos distintos da (des)confiança nas formas convencionais e não convencionais de participação social e política, marcados por uma influência igualmente diferenciada da (des)confiança social ou da (des)confiança política. Do ponto de vista da participação convencional privilegiou-se a análise da participação eleitoral, assim como a relação com os partidos e elites políticas. Já do ponto de vista da participação não convencional privilegiaram-se as formas mais ou menos espontâneas e não institucionalizadas de participação, que têm ganho uma especial importância, particularmente junto das gerações mais jovens e que surgem em grande medida como uma reação à própria perda de confiança nas instituições e conseqüente desinstitucionalização das lógicas de participação.

Palavras chave: Confiança política; participação política; identificação política

**XI-APS-82926 -A construção dos sistemas de combate ao tráfico.
O papel das organizações da sociedade civil**

Mara Clemente - CIES/ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Nas últimas décadas, apesar das evidências empíricas limitadas, a luta contra o “tráfico” de pessoas tornou-se um complexo campo transnacional que envolve agências supranacionais e internacionais, governos e organizações não governamentais, que interagem por meio de políticas, projetos e ações comuns. O envolvimento das organizações da sociedade civil no combate ao tráfico não é novo. Já no final do século XIX, encontramos as primeiras associações voluntárias que contribuíram para uma robusta mobilização, mas a maioria das organizações que trabalham neste campo surgiu desde a década de 1990. Atualmente, a sociedade civil e, em particular, as organizações não governamentais são consideradas parceiras-chave no combate ao tráfico. Alguns dos principais instrumentos legais contra o tráfico, como o Protocolo das Nações Unidas contra o Tráfico de Pessoas, reconhecem-lhes um papel essencial na complementação de organizações governamentais na prevenção do tráfico, na proteção das suas “vítimas” e na persecução do crime. Adotando uma perspectiva histórica, a comunicação visa analisar o papel das organizações da sociedade civil na construção do atual sistema de combate ao tráfico, isto é, na articulação de políticas, normas e discursos sobre o tráfico. Mobilizando os dados obtidos por uma prolongada investigação empírica, a comunicação incidirá, em particular, na análise da experiência portuguesa onde, nas últimas décadas, o combate ao tráfico de pessoas se tem consolidado gradualmente, atraindo um investimento cada vez maior de recursos humanos e financeiros e a crescente atenção de diferentes atores, incluindo as organizações da sociedade civil. Os resultados do estudo sugerem que um mecanismo de “isomorfismo institucional” (DiMaggio e Powell, 2005) tem incentivado a entrada e caracterizado a articulação de um regime de combate ao tráfico, do nível internacional e europeu ao nível nacional português, envolvendo tanto atores institucionais quanto as principais organizações envolvidas no combate ao tráfico. Como resultado, os discursos da larga maioria dos agentes, no campo do combate ao tráfico, partilham as suas controversas definições, políticas e lógicas de intervenção cujos limites são enfatizados repetidamente pelos estudos críticos sobre o tráfico. Focando a atenção no tráfico, a comunicação visa contribuir para o mais amplo debate sobre o desenvolvimento da sociedade civil global, seus contributos e limites na atual ordem neoliberal.

Palavras chave: Organizações não governamentais, Tráfico de pessoas, Neoliberalismo, Portugal

XI-APS-84555 -Intraparty Cohesion in Portugal: Ideological Incongruence among Party Affiliates, Delegates and MPs

Hugo Ferrinho Lopes - Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

The growing interest in party members is a symptom of the salience of these agents and their role in representative democracies. The 'crisis of the membership' lead researchers to try to understand the profile of those who still participate through political parties. However, although this widespread investigation is crucial to examine many details of political representation, the international debate on party members found lack of acceptance in Portugal. Studies on party membership are scarce and rely mostly on parties' formal and institutional dimensions. The Portuguese case is relevant for several reasons. The electoral system, the bipolar competition of the multiparty system and the existence of different party typologies provide the conditions for testing May's Law. Therefore, seeking to contribute to fill this gap and explain the causes of ideological heterogeneity between members and parties after the economic crisis, we rely on newly data about party affiliates, delegates and MPs. We measure the extent in which organizations contain members who distance themselves from the party, who they are, what they think and what distinguish them. Findings largely support our expectations, having important implications for future research on the consequences of the financial bailout, polarization and factionalism in longitudinal and comparative perspective. There are significant differences in the proportions of ideological mismatch according to party types. Incongruence also varies between membership hierarchies, being more the norm than the exception, and it is explained by instrumental motivations, satisfaction with internal democracy, members emancipation and previously defected votes.

Palavras chave: political parties; membership; incongruence; Portugal

Identities, Values and Modes of Life

XI-APS-10058 -As configurações identitárias dos jovens portugueses numa cultura-mundo

Bruno Carriço Reis - Universidade Autónoma de Lisboa / UBI

Paula Lopes - Universidade Autónoma de Lisboa

Carlos Pedro Dias - Universidade Autónoma de Lisboa

Jaime Lourenço - Universidade Autónoma de Lisboa / ISCTE

Comunicação Oral

As identidades e os modos de vida dos jovens portugueses são permeáveis a um processo socializador norteado por valores de uma “cultura-mundo” digital. Esta é uma evidência significativa das crescentes aproximações efectuadas pela sociologia da juventude ao fenómeno, que constata que a construção das identidades dos jovens resulta do cruzamento das idiosincrasias contextuais com as marcas identitárias globais (com pendor fortemente comercial). De forma mais concreta, importa aferir como estes jovens negociam a construção do seu self e conformam uma dada cultura juvenil tecida no enquadramento que acabamos de sublinhar. A proposta que aqui trazemos, pretende produzir uma compreensão da configuração dos valores e das crenças juvenis a partir dos seus próprios relatos. Apresentaremos o resultado de cinco grupos de discussão realizados com jovens de classe média (18-21 anos), onde explorámos os mecanismos da formação e conformação identitária por via da indagação das suas práticas, atitudes e sociabilidades (aferindo a relação que estes estabelecem com os agentes de socialização). Como conclusão substantiva queremos perceber como se definem, em que acreditam, que papel pretendem desempenhar na sociedade e que horizontes propõem para a sua vida (laboral/afectiva/comunitária).

Palavras chave: Jovens; Identidade; Cultura-mundo

XI-APS-13305 -E-memórias da Guerra Colonial (1961-1974) – o digital como espaço de (re)mediação de representações do passado

Verónica Ferreira - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Nesta apresentação, proponho uma análise da dimensão social dos espaços digitais. A comunicação incide sobre os blogues coletivos de veteranos da guerra enquanto locais

passíveis de investigação etnográfica, na medida em que são espaços de formação mnemónica onde as práticas do quotidiano são ampliadas no tempo e no espaço. A porosidade entre o digital e o não digital é visível nas práticas e dinâmicas que unem ambos os espaços no processo de formação de comunidades mnemónicas. Assim, parto da investigação de doutoramento que estou a desenvolver no âmbito do projeto CROME: Crossed Memories and Politics of Silence (ERC-2016-StG-715593), sobre memórias digitais de antigos combatentes da guerra colonial e das representações da guerra na Wikipédia - plataforma analisada como um local de produção e partilha de conhecimento - para explorar os espaços onde se formam comunidades de criação e (re)produção mnemónica. Espaços onde a (re)mediação de arquivos privados e a elaboração de narrativas sobre o passado se inscrevem no espaço público por homens que se juntam no digital para dar significado a uma experiência fragmentada e marcante. O digital permite não apenas a formação de uma comunidade de indivíduos geograficamente separados, como possibilita a inscrição no espaço público e a divulgação alargada das suas narrativas através da enunciação mnemónica.

Palavras chave: guerra colonial, memórias digitais, representações do passado, remediarão

XI-APS-14652 -ESCOLA, TRABALHO E FAMÍLIA NOS PROJETOS DE VIDA DAS NOVAS GERAÇÕES NO BRASIL

Andréa Monteiro da Costa - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Esta comunicação tem como objetivo central apresentar os resultados preliminares de um projeto de investigação ainda em desenvolvimento, albergado no Doutorado em Sociologia - Relações de trabalho, Desigualdades e Sindicalismo, da Universidade de Coimbra. Situa-se, no que toca à perspectiva disciplinar, em um campo de intersecção entre as sociologias do trabalho, da juventude e da educação. O objeto da pesquisa centra-se na apreensão das experiências sociais e valorações em relação à família, à escola e ao trabalho produzidas por jovens brasileiros nascidos entre 1990 e 2005. Esse recorte temporal se justifica pelo fato de que nessa faixa etária se situam, no momento da pesquisa, àqueles “oficialmente” considerados “jovens” segundo os critérios de organismos internacionais. Em segundo lugar, esse recorte, da perspectiva sociológica, permite-nos inquirir sujeitos inseridos em uma “geração” identificada como sendo a primeira com “consciência geracional global”. Essa condição possibilita investigar tópicos temáticos que transcendem um país e são vivenciadas, com maior ou menor intensidade, na maioria das sociedades atuais. Geralmente, traduzidas em termos como desengajamento, precariedade, exclusão, vulnerabilidade, dentre outros, tais tópicos ou questões potencializam uma abordagem sociológica substancial sobre um tema comumente tratado no universo disciplinar da filosofia: a capacidade de autorrealização. Para essa geração global, situe-se ela em Portugal

ou no Brasil, os valores da autonomia e da realização, fortemente incorporado nos bens e signos que consomem contrastam sempre com o “caráter desigualmente distribuído das condições de sucesso”. Nesse universo, onde o insucesso é vivenciado como um fracasso pessoal, que, no caso dos jovens, antecipa-se como uma condenação que pesará pelo resto da vida, a investigação sociológica será sempre mais frutífera quanto mais conseguir penetrar nas capas de autoproteção erguida por atitudes como a insolência, o absentéismo e o rompimento de regras e normas (chegando até a delinquência) para captar tanto o “sofrimento social” quanto a “inventividade”. A nossa problemática de pesquisa se centrou nas indagações a seguir: Como a geração de jovens brasileiros nascida entre 1990 e 2005 valora e se comporta em relação à vida escolar, à vida familiar e ao trabalho; quais os fatores que contribuem para tais valorações e atitudes e qual o lugar social e simbólico dessas dimensões institucionais em seus projetos existenciais?

Palavras chave: Geração, demografia, projetos existenciais, trabalho

XI-APS-17416 -Expatriation as a lived experience: A diffluent and counterintuitive condition.

João Vasco Coelho - CIES - ISCTE/IUL

Comunicação Oral

Expatriation has been subject to divergent representations as an employment practice increasingly associated and used to anchor the expansion of transnational productive activities. This divergent, two-folded representation is framed, on the one hand, by managerial perspectives that portray expatriation as a valuable resource lacking negative consequences and as a chance to enhance one’s personal, family and professional future. In sharp contrast, other studies portray expatriation as an ambiguous work arrangement that may imply conflictive and contradictory consequences, and which can spark feelings of rupture with regard to one’s personal, professional, and family past trajectory and future plans. This presentation aims to report the results of a PhD study, where expatriation was taken as empirical reference to enquiry contemporary transnational work and employment practices implications. This study found that being an expatriate often implies work and life situations that are subject to diffluent reasoning, a circumstance primarily associated with the objective attributes used to characterize and mold expatriation as a contemporary employment practice and work setting. In this regard, six attributes are presented as constituting differential operators used by expatriates to position their expatriation work experiences, to position themselves with regards to these (their) experiences, and to present expatriation as a counterintuitive work and life condition: a sense of periodization and cyclical nature; the remote likelihood of returning to one’s place of origin; difficulties in finding a suitable work-life balance; the rarefaction of preexisting social bonds; exposure to organizational rules and decisions lability; exposure to feelings of distance, uprooting and

displacement.

Palavras chave: Business internationalization; Expatriates; Employee Experience; Diffluence

XI-APS-18056 -**Identidades e Culturas do Mundo do Metal: Uma incursão sociológica**
Noélia Viegas - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
João Eduardo Martins - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Comunicação Oral

A música pode condicionar a socialização de determinados indivíduos, influir na sua personalidade e identidade e moldar certos comportamentos sociais. Ela pode afectar a forma da agência coletiva e cria realidade social. Fazer uma reflexão sociológica sobre a forma como este género musical, o metal, está presente na vida de determinados indivíduos, assumindo um papel crucial na sua socialização e na construção da sua identidade é um dos principais objetivos desta comunicação. Polémico e objecto de contestação social, estima-se que existam milhões de adeptos de metal, um género musical que deu origem a uma subcultura e está presente em todos os continentes, mesmo em países improváveis como o Iraque, a Malásia ou a Coreia do Norte. Em Portugal, começaram a surgir centenas de bandas de metal no final dos anos 70 e principalmente durante os anos 80/ 90, influenciadas pelos sons e pela imagética que vinham sobretudo dos EUA e do Reino Unido. De repente, surgem milhares de fãs deste género musical. Todavia, contam-se pelos dedos das mãos os estudos sobre a influência do metal no nosso país, bem como o impacto que terá causado na sociedade portuguesa. Pela dimensão sincrónica e diacrónica que se pretende atingir, o objecto de investigação será o estudo da cultura e identidade dos adeptos do metal em Portugal, tendo em conta uma idade delimitada. «Que razões levam à manutenção e à reprodução da subcultura metálica em Portugal por parte de indivíduos com mais de 40 anos?» Englobar os adeptos que fizeram parte do início da subcultura em Portugal e que se mantêm fiéis até à atualidade, desvendando os porquês dessa lealdade será uma das suas finalidades. Inserida na dissertação de mestrado em Sociologia da Universidade do Algarve, a pesquisa, actualmente em curso, é enquadrada teoricamente a partir de quatro entradas fundamentais para dar resposta às suas perguntas de investigação: A Sociologia da Música, os conceitos de cultura e identidade e os estudos sociológicos sobre o Metal. De teor qualitativo e seguindo um modelo indutivo, esta investigação tem como principal instrumento metodológico a entrevista semi-estruturada e em profundidade, que será aplicada a vários praticantes do mundo social do metal, tendo a amostra vindo a ser constituída tendo em conta a heterogeneidade das características dos seus constituintes. Procuramos também divulgar alguns dos resultados preliminares da investigação, orientados por uma primeira grande hipótese exploratória, a de que os membros do mundo social do metal orientam a sua conduta a partir de duas lógicas de acção diferenciadas e complementares, por um lado, a busca de afirmação e da produção de

si através de uma construção identitária em íntima ligação com a prática social do metal, e por outro, a busca de pertença social e a sua integração numa subcultura que partilha um conjunto de códigos simbólicos e valores sociais e musicais comuns.

Palavras chave: Sociologia da Música, identidade, metal, subcultura

XI-APS-19178 -Situación actual de la enseñanza en la sociedad saharai y contribución de la misma al cambio social

MARIA COVADONGA BLANCO GONZALEZ - Departamento de Filosofía, Universidad de Oviedo, España

Comunicação Oral

Situación actual de la enseñanza en la sociedad saharai y contribución de la misma al cambio social. Mi investigación tiene como objetivo descubrir los cambios producidos en la población saharai y en su identidad desde que se establecieron en la hamada argelina en 1975. Esta comunicación se centrará en la evolución del sistema educativo saharai en los últimos diez años y en la repercusión de estos cambios en el modo de vida, la mentalidad y las oportunidades de los jóvenes saharais. A lo largo de los casi 45 años de exilio el sistema educativo saharai ha combinado la educación coránica tradicional con un sistema escolar de tipo “moderno”, implementado siempre con mucha precariedad pero también con mucha ilusión. La enseñanza escolar se superpone a las pautas culturales tradicionales, añadiendo valores y formas de entender la vida que contribuyen a orientar a los jóvenes en una dirección u otra. Aquí juegan su papel los contenidos que se imparten, pero también otros aspectos de la escolarización. ¿Cuáles son los niveles de absentismo y de aprovechamiento? ¿Se aprecian diferencias por motivo de género en estos datos sobre éxito académico? ¿Qué influencia tiene la religión dentro del espacio escolar? Intentaré responder a estas preguntas al final de mi investigación. El plan de estudios seguido en los campamentos es, desde hace unos años, el mismo que el de los centros argelinos, con algunas características propiamente saharais. En cuanto a los estudios post obligatorios (Bachillerato y estudios superiores), se recurre a “países amigos”, como Argelia, Cuba y España. Hoy en día, con la contribución cubana reducida a solo veinte alumnos al año, los jóvenes saharais disponen de los internados argelinos y del “proyecto madrasa”, el cual permite a niños y adolescentes saharais cursar sus estudios acogidos por familias españolas. Como es obvio, el estudiar en uno u otro de estos países va a ser determinante tanto en lo laboral como en lo personal, aportando distintos matices a la identidad individual y social. La metodología empleada en la investigación en que se basa esta ponencia ha consistido, en primer lugar, en una revisión bibliográfica de fuentes recientes. En segundo lugar hay un trabajo de campo con entrevistas tanto a ciudadanos saharais residentes en España como a saharais residentes en los campamentos y a miembros de asociaciones y ONGS españolas que colaboran con las instituciones educativas saharais. Las historias de vida y la observación participante

completan el repertorio metodológico. En esta investigación, que surge desde el Departamento de Filosofía de la Universidad de Oviedo, someto los datos empíricos a un análisis y una reflexión crítica desde la perspectiva del materialismo cultural, visibilizando las problemáticas que surgen en la situación actual e indagando en las tendencias que puede seguir la evolución de la sociedad saharauí en el futuro próximo. Autora: María Covadonga Blanco González

Palavras chave: Saharauis, Educación, Género, Identidad

XI-APS-19851 -Beira Interior: notas acerca de um lagar cooperativo e da cultura da oliveira.

Ricardo Luiz Sapia de Campos - UFG - FCS - Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Ciências Sociais

Emá Cláudia Ribeiro Pires

Comunicação Oral

A proposta de comunicação se depreende de pesquisa em andamento, denominada: “Território, empreendedorismo e pequena agricultura em aldeias do centro sul de Portugal” em desenvolvimento na Universidade Federal de Goiás, e do pós doutoramento recentemente concluído junto ao IIFA – Instituto de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Évora e do IHC - Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. A proposta de comunicação visa apresentar e discutir a experiência do Lagar Cooperativo do Alvito da Beira, no distrito de Castelo Branco, a partir do trabalho de campo que realizamos junto com cooperados da aldeia da Mó, pertencente ao Alvito. O lagar que tem cerca de 300 cooperados, quase todos moradores do próprio conselho ou então que tem no conselho segunda residência é o maior do distrito de Castelo Branco em volume de produção de azeite, com cerca de cinquenta mil litros ano. A preocupação de pesquisa buscava identificar a viabilidade econômica e cooperativa do Lagar, bem como as dificuldades encontradas pelos cooperados para sua manutenção e continuidade, como preço do azeite, qualidade, fatores concorrenciais, etc. A cultura das oliveiras tem destaque e importância na região e na freguesia, mesmo considerando o avanço da floresta de pinhais e eucaliptos para indústria de celulose. O despovoamento e a falta de mão-de-obra são “resolvidos” “por um tipo de agricultura de “finais de semana”, propiciados por agricultores que exercem pluriatividades e complementação de renda que discutimos na comunicação como novas práticas agrícolas estruturadoras do território. Na apresentação sobre a estrutura de funcionamento do lagar, consoante as práticas agrícolas da freguesia e da região, apresentamos algumas alternativas propositivas com relação ao desenvolvimento do território, valorizando ações de reconversão de áreas e prédios rústicos. Com destaque para o recém implantado projeto de reconversão de áreas florestais em áreas agrícolas na aldeia da Mó, que tem como pano de fundo a proposta em reconversão para produção biológica,

reconversão paisagística, e, de proteção contra os fogos. Metodologicamente, e como recorte de investigação e pesquisa buscamos entender o lagar no contexto da sua viabilidade produtiva frente ao mercado do azeite, mas principalmente, como instituição (a cooperativa) inserida no território. Buscamos assim identificar as novas identidades do sujeito com o território e práticas agrícolas alternativas e diferenciadas.

Palavras chave: azeite, lagar cooperativo, atividades agrícolas e modo de vida

XI-APS-19925 -Ser bugia e dizer-se bugio: uma análise sobre o lugar do género na festa Bugiada e Mouriscada de Sobrado, Portugal

Rita Gonçalves Ribeiro - Universidade do Minho

Emilia Rodrigues Araujo - Universidade do Minho

Comunicação Oral

A festa Bugiada e Mouriscada de S. João de Sobrado realiza-se desde há séculos nesta localidade, situada no concelho de Valongo, distrito do Porto, no norte de Portugal (GALLOP, 1932; PINTO et al., 2016). Composta de um leque de performances que alternam entre o carácter religioso e profano, a festa acontece ao longo do mesmo dia, o dia 24 de junho, todos os anos. Segue uma sequência predefinida de cenas que representam o desenrolar de uma lenda da qual consta o roubo e o resgate de uma imagem de S. João entre mouros (representados pelos mourisqueiros) e cristãos (representados pelos bugios). O texto analisa a participação das mulheres nesta festa, discutindo algumas das questões centrais na perspetiva de género. A festa, de carácter popular e religioso, permanece como um espaço-tempo em que os homens são os principais protagonistas. À luz das abordagens sobre as relações de género e desigualdade nas festividades de carácter popular, este texto descreve e problematiza como as mulheres têm vindo a conquistar alguma presença na festividade, mas de forma marginal e subversiva e evidencia alguns dos principais desafios que se impõem à continuidade e ao futuro desta festividade. Este artigo decorre de uma pesquisa ainda em curso, iniciada em 2016 e que se realiza através de uma abordagem metodológica de carácter qualitativo. Trata-se de um estudo de caso, realizado de forma intensiva, na freguesia de Sobrado, concelho de Valongo, com recurso ao cruzamento de várias técnicas de recolha e de tratamento de informação, nomeadamente entrevistas e observação etnográfica. A referida pesquisa tem como objetivos prover uma descrição etnográfica da festa e articular uma perspetiva compreensiva da mesma, refletindo sobre as formas e interseção da mesma com a história e a memória da comunidade. Assim, desde 2016, os investigadores participam como observadores em várias das atividades que decorrem ao longo do ano relacionadas com a preparação e a realização da festa, mobilizando registos fotográficos, filme, áudio e outros registos.

Palavras chave: Festa; Género; Sobrado; Identidade; Poder; Estrutura

XI-APS-20810 -Deslocamentos e conflitos: um olhar teórico sobre o quadro global das identidades e dos refugiados.

Ivan Rodrigo Silva Novais - Universidade da Beira Interior

Comunicação Oral

Nestes tempos de intensa divergência política é possível observar com mais nitidez as variações de discursos que (des)contextualizam aspetos teóricos sobre globalização, migração e seus entraves nas mediações ante ao público geral. O que aponta esta condução são os cenários compostos pelas últimas eleições da década de 2010 nas democracias ocidentais; em especial, nos EUA, na Europa e no Brasil. Notabilizou-se em vários meios de comunicação um incessante confronto ideológico, acirrado pelo acionamento proposital de especulações a respeito do campo internacional, constituindo um imbróglio de equívocos e devaneios no que se refere as teorias da globalização. São argumentos de teor anticientífico, reacionários e que expõem uma atmosfera de confusão, verificada pela prática das interpretações obtusas e designadas pelos atores políticos auxiliados por ensaios conspiratórios, motivando rivalidades históricas, deliberadamente distorcidas e alteradas. Entretanto, as recentes manifestações na esfera política sobre globalização fazem dos Estudos Culturais um campo propositivo para avaliar os novos rumos das identidades na pós-modernidade, e como parte dessas identidades buscam associar os imigrantes e refugiados como subproduto indesejado da globalização. As correntes de análise do fenómeno global e a aceleração do deslocamento das identidades são elementos que estão em destaque num cenário que vem adotando um tom cada vez mais conflituoso. Um dos exemplos deste fenómeno é a negação dos acordos globais sobre as políticas de migração – em particular, o Pacto Global sobre Migração (ONU, 2018) e a Criação de Mecanismos de Proteção de Vidas no Mediterrâneo (Parlamento Europeu, 2019) – por parte de grupos politicamente organizados. Para indicar caminhos analíticos a este complexo tecido de significações, este trabalho procura elucidar as conceções adotadas por Stuart Hall (Diásporas Pós-coloniais) e Luke Martell (Sociologia da Globalização) – especificamente, os efeitos da globalização no imaginário coletivo sobre soberania nacional, multiculturalidade e ideologia – que lançam olhar nas prerrogativas causais com propósito compreensivo dos impactos da mundialização e das migrações nas estruturas e representações sociais do sujeito contemporâneo. Finalmente, para perceção e entendimento do contexto imigratório sob efeito conflituoso, as pesquisas de Michel Agier sobre os refugiados (ou deslocados) no exercício do direito à vida na ilegalidade são de interesse deste estudo para qualificar o sentido de poderes e territórios, além de refletir a prática de gestão dos indesejáveis no cenário português.

Palavras chave: Identidade cultural, Globalização, Refugiados.

XI-APS-27079 -A Europa dos cidadãos (em crise): as representações da identidade europeia

Daniel Novera - CECS - Universidade do Minho

Rita Ribeiro - CECS - Universidade do Minho

Comunicação Oral

As identidades colectivas são projecções ético-políticas e, por isso, constituem-se como espaços de acção e auto-entendimento, onde se mobilizam recursos, interesses, opiniões, e que procuram abrigar relações sociais estáveis que garantam as lealdades ao grupo. Todavia, nos tempos que correm, e em consequência de as sociedades modernas não se disporem de um consenso moral e ético, temos assistido a uma crescente polarização política que fragmenta a esfera pública, o que tem levado as fronteiras espaciais e axiológicas moverem-se e onde se aventam já múltiplos discursos e formas de revisitação ao passado. A Europa que se fez na primeira metade do século XX resgatando a herança das ideias liberais e sob o credo da democracia vê-se, desde da crise financeira de 2008, em conflito e em contradição com os valores e os desígnios históricos consagrados no alavancar do projecto político supra-nacional. Em concreto, a vaga das últimas crises tem vindo, por um lado, a limitar a qualidade democrática das instituições e, por outro lado, a empobrecer a legitimidade política da União Europeia junto dos seus cidadãos. Quem é que hoje confia na União europeia? Assim, entendendo esta crise política como um “momento crítico” na formação de uma sociedade europeia é, contudo, relevante darmos conta dos sintomas, das tensões e das contradições que permeiam hoje a relação dos europeus com a instância europeia, porque mais do que uma discussão acerca dos riscos associados às soberanias nacionais e europeia, a presente crise da Europa pode ser vista também enquanto um processo social que envolve a participação dos cidadãos na discussão e pela conquista de uma cidadania europeia activa. Deste modo, é nosso propósito tentar compreender, a partir da análise dos discursos e das opiniões que hoje nos chegam pelos meios de comunicação, e que se tornam já plataformas válidas na consciencialização e constituição da demos europeia, o modo como os cidadãos demonstram e comentam as suas visões da União Europeia enquanto espaço identitário, quer na dimensão cívico-política, quer na dimensão cultural.

Palavras chave: identidade europeia; crise da Europa; cidadania europeia; média

XI-APS-27788 -Estilos de mobilidade e estilos de vida: uma análise a partir de um estudo de caso

Márcia Silva - Universidade do Minho, Centro de Estudos Comunicação e Sociedade

Emília Araújo - Universidade do Minho, Centro de Estudos Comunicação e Sociedade

Rita Ribeiro - Universidade do Minho, Centro de Estudos Comunicação e Sociedade

Comunicação Oral

Na Europa, cerca de 60% da população vive em espaços urbanos e prevê-se um aumento nos próximos anos. Em muitas cidades este crescimento dá-se por via da criação de estruturas habitacionais em altura que concentram um volume elevado de população sem ligações ou laços anteriores com o espaço e sem vontade de os estabelecerem ou intensificarem. Adicionalmente, estes espaços habitacionais novos também atraem a concentração de negócios e empresas que ocupam os espaços físicos circundantes, contribuindo para a densificação do trânsito, diminuição da qualidade do ar e aumento dos riscos associados. Esta comunicação resulta de um estudo realizado na cidade de Braga, na freguesia de S. Vicente. Trata-se de uma área com elevada densidade populacional, com sérias dificuldades de trânsito, principalmente durante os períodos do início da manhã e do final da tarde e caracterizada pelo alheamento e baixa participação da população. A comunicação descreve o processo metodológico que foi conduzido para estudar os estilos de mobilidade desta população – entrevistas e inquérito por questionário- e analisa os resultados atingidos neste estudo, nomeadamente no que se refere aos meios de deslocação usados, consumos energéticos e satisfação com a qualidade de vida na área. Igualmente, analisa as predisposições desta população para mudar esses estilos de mobilidade, no que respeita ao uso do automóvel nas deslocações diárias. Com efeito, os dados indicam que apesar de se dizerem preocupados com as mudanças climáticas e com a necessidade de alterar comportamentos diversos no que se refere a consumos energéticos e meios de deslocação, estes residentes não revelam intenções de alterar os estilos de mobilidade, particularmente no que respeita ao uso do automóvel. Deste modo, analisando vários modelos relativos ao uso de metodologias participativas, a comunicação esclarece sobre algumas questões estruturais que continuam a ser relevantes na decisão por certos meios de deslocação.

Palavras chave: automóvel, resistência, cidade

XI-APS-38030 -Back to basics? Retratos fotográficos do confinamento doméstico durante a pandemia Covid-19

Ana Caetano - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Magda Nico - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Anabela Pereira - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Sónia Correia - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte

Comunicação Oral

A emergência da pandemia decorrente da Covid-19 teve múltiplas implicações no desenvolvimento das pesquisas que se encontravam então em curso, nomeadamente no trabalho de campo a decorrer ou previsto. Foi o que sucedeu com o projeto de investigação “Ecos biográficos: triangulação no estudo dos percursos de vida”, financiado pela FCT, no âmbito do qual a equipa se viu forçada a interromper a realização de entrevistas biográficas, que decorriam em copresença. Face a esta suspensão do processo de recolha de dados, foi necessário repensar o desenho do projeto e encontrar formas alternativas de concretizar os objetivos de pesquisa. A solução encontrada passou por manter o contacto com as pessoas que já tinham sido entrevistadas, de modo a compreender não só como tinham as suas vidas sido alteradas pela pandemia, como também o modo como estavam a experienciar essas mudanças. Foram realizadas entrevistas telefónicas e solicitado o envio regular de fotografias que ilustrassem os seus quotidianos num contexto de confinamento doméstico. Nesta comunicação é apresentada a análise destes dados. As 210 fotografias, recebidas entre Abril e Junho de 2020, e as entrevistas realizadas permitem perceber que o confinamento doméstico configura aquilo a que podemos chamar um “regresso ao essencial”, ou, melhor dizendo, back to basics, na expressão original inglesa. Em primeiro lugar, do ponto de vista biográfico, no sentido em que rotinas estruturantes das vivências do dia a dia, como sejam os hábitos de higiene e a alimentação, que operam geralmente num plano não consciente, transitaram não só para primeiro plano na organização do tempo, do espaço e das relações, como também para um nível mais consciente de perceção de si e dos outros. E, em segundo lugar, back to basics em termos sociológicos, já que apesar de estarmos perante uma realidade com contornos sem precedentes, tudo aquilo que a pandemia e as suas consequências encerram dizem respeito a processos e dinâmicas sociais elementares da existência em sociedade, contemplados no núcleo conceptual e no corpo de conhecimento já existentes na sociologia.

Palavras chave: pesquisa biográfica, pandemia, fotografias

XI-APS-44001 -Entre luto y lucha: las identidades en disputa de las víctimas de ejecuciones extrajudiciales y desapariciones forzadas (“falsos positivos”) en Antioquia – Colombia

Catalina Sierra - Universidade Nova de Lisboa

Comunicação Oral

¿Qué es, cómo se construye y qué aspectos influyen en la identidad? Los procesos identitarios están marcados, como lo menciona Ricoeur (1996), por una tensión entre concordancia (disposición de los actos, construcción del “yo”) y discordancia (eventos que causan transformaciones, rupturas, sedimentaciones). La concordancia es un terreno estable donde el individuo construye su biografía, donde define su historia, su temporalidad y una cierta unidad en lo que respecta a su propia imagen. Por otro lado, la discordancia es lo vulnerable al pasar del tiempo, es lo que no está previsto, lo que llega para interrumpir, resignificar, desestabilizar y reconstruir a partir de ese movimiento. Así, un análisis sobre la identidad de las víctimas de ejecuciones extrajudiciales y desapariciones forzadas, casos en Colombia conocidos eufemísticamente como “falsos positivos”, posibilita entender cómo se elaboran los procesos de luto y lucha, cómo resignifican las identidades y cómo finalmente terminan por constituir identidades y procesos colectivos, constituyendo movimientos sociales, que entran en campos de disputa con adversarios que combaten sus luchas y reivindicaciones. Un reconocimiento y una reflexión sobre estos procesos brinda un panorama sobre las prácticas y narrativas en torno a la memoria, la verdad, la reparación y la no repetición (exigencias principales de las víctimas), lo que finalmente conduciría a revelar cómo son los procesos de sanación y qué papel juega el Estado como garante de la vida y como velador de los Derechos Humanos en un país como Colombia. Esta propuesta de ponencia es el resultado de uno de los capítulos de una tesis de maestría en Antropología y Culturas Visuales, que trabajó la imagen, en parte, como metodología de investigación, por lo que los resultados también van acompañados de fotografías; revelando, así, otras lecturas y sentidos en torno a las identidades de las víctimas.

Palavras chave: identidade, luto, luta, movimentos sociais.

XI-APS-72888 -Sociologia e Naturalismo: diálogos sobre conexões identitárias sob a óptica de um escritor duriense

Ricardo Manuel Ferreira de Almeida - Ricardo Ferreira de Almeida

Comunicação Oral

Nesta comunicação, que se sustenta no enquadramento socio-histórico do naturalismo enquanto corrente literária difundida em território nacional e deriva para a análise de alguns dos seus aspectos presentes na obra do escritor duriense Abel Botelho, pretende-se perscrutar, discutir e comparar o posicionamento estético do naturalismo com análoga colocação doutrinal observada nas embrionárias prospecções sociológicas realizadas em Portugal, recorrendo à apreciação de textos que caracterizam as duas partes. É este, além da predileção particular pelo flanco que firmou o romance social, o principal motivo inspirador da sua confecção, pois acreditamos estar perante um quadro em que se pondera uma eventual influência recíproca entre as duas metades em questão no que concerne ao foco narrativo-descritivo, mais particularmente, na combinatória de um lado analítico com

um lado moral, tópicos abordados na obra de Abel Botelho. Para tal, procedemos a uma pesquisa exploratória apoiada na consulta documental de algumas obras do autor mencionado, procurando reconstruir as dinâmicas históricas, culturais e sociais que a matizam pelo recurso a fontes bibliográficas especializadas. Além disso, examinaremos os rudimentos da inaugural perspectiva sociológica, reportando-nos a alguns dos seus autores mais significativos. Esta será a nossa amostra, inteiramente recolhida em fontes secundárias. O rumo da comunicação será o seguinte: em primeiro lugar, associaremos o regime de produção ideológica ao desenvolvimento das correntes literárias, focando o caso do naturalismo nos espectros internacional e nacional, incluindo a marcha ascendente da burguesia em Portugal, encarando-a como embrião que esteia uma renovação dos processos narrativos, do objecto e dos conteúdos literários; na sequência, estudaremos o ambiente social e histórico no sentido de entender a coincidência entre os processos narrativos estritamente literários, que apelidamos de sociologia espontânea por convenção ligada à identificação do problema e à criação da hipótese teórica em debate, e os processos narrativos que buscam a objectividade descritiva dos factos sociológicos, associada a uma disciplina que desabrochava em Portugal no contexto do século XIX; note-se que aferimos o adjectivo espontâneo sob o ponto de vista da ingenuidade, da irreflexão, da imprevidência e do descuido metodológico; então, teremos motivo para incluir na análise a obra de Abel Botelho e fazer algumas conclusões.

Palavras chave: Sociologia portuguesa; Naturalismo nas artes; Identidades e valores finisseculares; Cultura portuguesa;

XI-APS-73624 -Cultura e identidade como património: os efeitos ocultos e o horizonte de possibilidade

Rita Ribeiro - CECS - Universidade do Minho

Carmo Daun e Lorena - CECS - Universidade do Minho

Comunicação Oral

No campo dos estudos do património cultural imaterial (e especialmente dos estudos críticos do património), a reificação das culturas locais, tradicionais e minoritárias tem ocupado o debate teórico e colocado questionamentos e dilemas sobre os processos de patrimonialização, a diversas escalas. Embora as políticas (e as práticas) de património cultural imaterial tenham o objetivo benigno de proteger e preservar as principais expressões da criatividade e da realização humana, o efeito oculto de inventários, classificações e reconhecimentos pode residir na aceleração da mercantilização e da turistificação das manifestações culturais e, particularmente, das que se enquadram na categoria – difusa e discutível – da cultura popular. Acrescenta-se a isto o facto de, em relação com as directivas estabelecidas nas Convenções da UNESCO, a noção de património cultural imaterial se entrelaçar com a de identidade cultural, numa captura, nem sempre

límpida ou consensual, das comunidades ditas detentoras. Nesta comunicação, pretende-se analisar os processos patrimoniais sob uma perspectiva crítica, designadamente a representação das culturas como património, a relação dúctil entre património, cultura e identidade, os riscos de fossilização das culturas, as estratégias de poder e o papel das elites e dos especialistas. No caso específico das festividades, merecem atenção as dinâmicas de ressignificação destas manifestações culturais tradicionais no quadro da modernidade e os riscos de cristalização e turistificação que enfrentam. A partir do caso de estudo da festa da Bugiada e Mouriscada, que se realiza anualmente, no dia de S. João, em Sobrado, concelho de Valongo, procura-se discutir os processos de reconfiguração identitária desencadeados pela reflexividade associada à patrimonialização, analisar as expectativas produzidas nas comunidades, compreender a importância da comunicação do património cultural no contexto da mediação permanente das sociedades contemporâneas e apresentar propostas de valorização do património cultural numa perspectiva de sustentabilidade das culturas e das comunidades.

Palavras chave: cultura e identidade; património cultural imaterial; sustentabilidade cultural

XI-APS-77195 -Populismo e a questão da terra no Brasil contemporâneo: maniqueísmo e alteridades em embate

Laara Carneiro - ISCTE-IUL/ Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Comunicação Oral

Vimos nos últimos anos em diferentes democracias liberais a ascensão de governos de extrema direita e de candidatos, cuja abordagem retórica e ideacional populista (Gidron e Bonikowski, 2013, Mudde e Kaltwasser, 2017; Waisbord, 2018; Ernst et al, 2019) vem a se adequar a instrumentalização das novas tecnologias da informação e da comunicação na política (Gerbaudo, 2019). No Brasil, observamos recentemente este fenómeno a partir da campanha de Jair Bolsonaro à presidência da república (Cesarino, 2018). Marcada por conflituosas relações com a terra, pelo passado colonial e mercantil de exploração da mesma (Prado Júnior, 1966), a construção do Brasil enquanto Estado revela-nos a coexistência de diferentes vínculos de diversos atores coletivos e não coletivistas com a terra (Comparato, 2001; Carli, 2013; Lira e Chaves, 2016; Lopes e Mattos, 2016; Nascimento, Batista e Nascimento, 2016; Frade e Sauer, 2017; Grossi, 2017; Silva, 2018; Gomes, 2018) e a estrita ligação do tema com o meio ambiente enquanto património comum da humanidade (Sousa Santos, 2009), abarcando aspetos culturais e sociais indispensáveis para pensar o mundo contemporâneo. O presente estudo parte, dentro deste contexto, de respostas às seguintes perguntas: podemos considerar as mensagens que abordam a questão da terra no Brasil pela campanha de Jair Bolsonaro como mensagens populistas per se? Estão ligadas a outras temáticas populistas? Qual a relação que estas questões têm com o conceito de alteridade

cultural radical em Viveiros de Castro (2012)? Quais as consequências que este tipo de discurso poderão ter para os atores coletivos ligados à terra, cujas relações com a mesma estão para além da lógica neoliberal de mercado (Harvey, 2005)? Identificou-se, assim, as mensagens analisadas como parte de um projeto de comunicação populista – no âmbito discursivo e de conteúdo – destacando-se o fenómeno da securitização da questão agrária brasileira enquanto estratégica política e a priorização da terra enquanto mercadoria fictícia (Polanyi, 1944). Buscou-se então discutir como este projeto de comunicação vai de encontro ao conceito de alteridade cultural radical – pensamento que reconhece outros modelos de laço social, bem como entender o fenómeno da securitização do discurso a partir das reflexões trazidas por Simon Dalby (1997). Em termos metodológicos, foram utilizadas nesta investigação uma análise quantitativa univariada de conteúdo, seguida de uma análise qualitativa formal e temática do programa de governo do Partido Social Liberal e dos dados recolhidos através do programa Crimson Hexagon, a saber, todos os pronunciamentos realizados pelo então candidato Jair Bolsonaro no ano de 2018 em sua conta do Twitter que contivessem as seguintes palavras-chaves e correlatas: 1) terra; 2) meio ambiente; 3) propriedade; 4) agro/ agricultura; 5) povos tradicionais/ povos indígenas/ ribeirinhos/ quilombolas.

Palavras chave: Populismo digital, questões agrárias, alteridade cultural radical, securitização do discurso

XI-APS-83111 -**Ultra activism on social media: a digital ethnography**

Raquel Beleza da Silva - Iscte

Comunicação Oral

The rise of political extremes, mostly right-leaning, is the most important European development of the 21st century due to its potential to undermine the continent's integrity and security. One of the contexts in which such political extremes originate, develop, and thrive is among a group of football fans known as ultras. Ultras have become the most spectacular form of football fandom, showcasing violence, politics, masculinity, and a fervent support of the club, which has been demonstrated by several case studies, undertaken in a variety of settings. Beyond the stadium, ultras also engage in other types of activism, which can threaten the fabric of European societies (e.g., connections to the organised racist right). In other cases, such activism has been directed to social change, which can be seen in the role ultras played in Cairo during the Arab spring, in the ecological campaigns organised by ultras in Turkey for the preservation and protection of green spaces, and in the support ultras have shown to refugees in Germany, Greece, and Italy through the display of banners in stadiums declaring 'Refugees Welcome'. Although the link between ultra membership and participation in a variety of social movements has been established, there is a lack of understanding of the drivers and pathways between the two, particularly when it comes to

a) the transition from football violence to political violence and b) the drivers responsible for ultras participating in different forms of activist activities. The present paper presents a digital ethnography focused on six Portuguese ultra firms (i.e. *cliques*), which were chosen due to the predominance of extreme right, extreme left or apolitical ultra members in their midst. In Portugal, despite the size of the phenomenon, ultra activism has not received much attention from researchers or policymakers. However, over the last two decades, there have been increasing demonstrations of violence related to football fandom, including threats, destruction of public and private property, players' cars, firm buses, etc. The current digital ethnography aims at mapping ultra activism on social media, enabling access to public conversations that occur in a natural setting, beyond the usual gatekeepers of the narratives under study.

Palavras chave: football fandom; identity; violence; politics

XI-APS-86706 -Graffiti e pixação em São Paulo: entre linhas, riscos e modos de vida urbanos

Gabriela Leal - NOVA FCSH & ISCTE

Comunicação Oral

Basta um breve caminhar pelas ruas de qualquer bairro de São Paulo para se deparar com uma diversidade de intervenções visuais urbanas, especialmente graffiti e pixação. Contudo, se, para o/a caminhante comum, estas inscrições podem se configurar como um, dentre outros muitos, elementos da paisagem urbana; para aqueles envolvidos com estas práticas trata-se de algo que está muito além das superfícies. Da perspectiva de seus protagonistas, o graffiti e a pixação são maneiras de pensar investidas em maneiras de fazer, para emprestar os termos de Michel de Certeau. Há, portanto, uma subjetividade investida na ação de modo que é também através desse fazer que eles e elas se constituem como sujeitos e forjam seus lugares no mundo. No contexto urbano isto implica também em dizer que tais práticas moldam, ao mesmo tempo em que integram, formas específicas de ser, estar e pensar a cidade. É possível, pois, afirmar que a repressão e criminalização do graffiti e da pixação, tão presente no contexto paulistano como em outras cidades do mundo, não recaem somente sobre as inscrições, como também afetam maneiras específicas de habitar e se relacionar com o espaço urbano. Sob discursos de ordem, limpeza e segurança, esta (neco)política urbana não visa somente limpar as inscrições das superfícies, mas regular, determinar e inibir certos modos de vida. Esta comunicação tem o objetivo de propor reflexões acerca desta problemática, entendendo que as políticas urbanas não incidem somente sobre edificações e espaços construídos, como também buscam disciplinar e coibir certas maneiras de ser e estar na cidade. O graffiti e a pixação oferecem janelas privilegiadas para tal, visto que não somente são alvos de regimes normativos que não os compreendem em suas concepções de ordenamento social e urbano, como também, através destas mesmas

práticas que os tornam alvo, enfrentam e burlam essas imposições. Como estas (necro)políticas urbanas se espacializam no território, se fazendo presente ou ausente a depender da região da cidade? Quais são os efeitos desta normatividade na vida cotidiana destes cidadãos? Como eles e elas lidam com esta conjuntura sem reduzir-se a ela? Estas são algumas perguntas que estimulam a discussão proposta. As reflexões desta comunicação fazem parte de pesquisa de cunho etnográfico iniciada em 2016, durante meu mestrado, e que vem ganhando novos desdobramentos desde então, em projetos temáticos e na minha atual pesquisa de doutoramento.

Palavras chave: pixação, graffiti, modos de vida, políticas urbanas

XI-APS-89528 -A REJEIÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA EM ANGOLA: ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE A INTERRUÇÃO DO QUOTIDIANO DE TRABALHADORES INFORMAIS EM ANGOLA.

Narciso Rodrigues Cassoma Sacata - Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela, Angola

Paulo Inglês - Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela, Angola

Comunicação Oral

A presente comunicação apresenta uma parte de uma pesquisa em curso sobre a rejeição da obrigação do isolamento social, decorrente do estado de emergência decretado pelo governo angolano, pelos trabalhadores informais. Explora-se a noção de vida quotidiana, como um reservatório de previsões e que permite os indivíduos e grupos organizarem o seu dia-a-dia e a partir da qual construírem as suas vidas. O Isolamento social é percebido, no contexto do estudo, não como uma medida de proteção contra o vírus, portanto, um artefacto político de gestão da saúde pública, mas como um elemento desestabilizador do quotidiano, que impede a previsão ou por exemplo o provimento de alimentos para as famílias. A rejeição do isolamento social surge, no contexto do estudo, não como um acto de protesto político-económico, mas como um mecanismo de gerir, por parte dos trabalhadores informais, a interrupção do seu quotidiano. A pesquisa foi realizada com moto-taxistas, Kupapatas, na periferia da cidade de Benguela, no centro-sul de Angola. A pesquisa é qualitativa, como técnica de recolha de dados adoptou-se pela entrevista em profundidade. Os resultados da pesquisa demonstraram que o isolamento social afectou negativamente a vida quotidiana dos Kupapatas, o rendimento económico diário e obrigou a esta classe de trabalhadores informais, novos modus operandi para a manutenção das suas rotinas e do sustento das suas famílias.

Palavras chave: rejeição, isolamento social, quotidiano, Kupapatas

Migrações, Etnicidade e Racismo

XI-APS-16078 -Ser aluno estrangeiro e/ou descendente de imigrantes: interseções e disjunções numa análise diacrónica

Teresa Seabra - Iscte-iul

Ana Filipa Cândido - Iscte-iul

Comunicação Oral

As estatísticas nacionais revelam existir cerca de 5% de alunos com nacionalidade estrangeira nos ensinos básico e secundário em Portugal Continental. No entanto, esta informação exclui todos os alunos que, tendo nacionalidade portuguesa, são descendentes de imigrantes (nascidos ou não em Portugal). O recorte deste grupo é definido pela naturalidade dos pais do aluno, independentemente da naturalidade do aluno ou da nacionalidade (estatuto jurídico) de cada um dos membros da família. Como sabemos, muitos dos descendentes de imigrantes ou alunos estrangeiros que ingressam no sistema educativo português podem adquirir a nacionalidade portuguesa em algum momento do seu trajeto escolar, passando a ser contabilizados nas estatísticas oficiais como nacionais e, deste modo, passar a ser invisível a sua origem nacional. Neste quadro, os alunos estrangeiros não representam a totalidade do universo dos imigrantes, existindo apenas parcialmente uma sobreposição dos universos e das categorias. A pesquisa pretende contribuir para a reflexão sobre as questões conceptuais e metodológicas que se colocam na análise da igualdade de oportunidades ao nível educativo quando considerados diferentes universos: (i) o conhecido pelas estatísticas nacionais - alunos com nacionalidade estrangeira - e (ii) o dos alunos descendentes de imigrantes, podendo ter ou não nacionalidade portuguesa. A possibilidade de comparação entre os diferentes universos torna-se possível por dispormos de micro dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC), que integra tanto a nacionalidade como a naturalidade de cada aluno e dos seus progenitores. Pretende-se, em cada nível do sistema de ensino e com dados relativos aos anos de 2011-12 e 2016-17, (i) comparar a amplitude de cada um dos universos de alunos, de acordo com os diferentes recortes concetuais, (ii) analisar quer as sobreposições quanto as disjunções entre os diferentes grupos de alunos e (iii) identificar a sua distribuição no território nacional, evidenciando os padrões e as particularidades em presença.

Palavras chave: Imigrantes; descendentes de imigrantes; estrangeiros; estatísticas educação

XI-APS-16363 -“If You Don’t Emigrate, You Are Nobody”: Migratory Networks, Routes and Profiles of Nepalese Immigrant Agriculture Workers in South Portugal

Comunicação Oral

As part of our theoretical framework, we ponder concepts related with the transnational turn in migration studies (Basch, Glick Schiller and Szanton Blanc, 1994, 2005; Guarnizo, 1997; Levitt and Nyberg-Sørensen, 2004; Lacroix 2014, 2016) and the local turn in migration governance (Triandafyllidou, 2016; Scholten and Penninx 2016; Fasani, 2016; De Wenden, 2016; Penninx, 2017; Van Setten, Scheepers and Lubbers, 2017; Kraal and Vertovec, 2017). We intersect those with phenomena connected to economic restructuring and international labor migration (recruiters, remittances and costs), irregular immigrants working in rural areas of the developed world and contextual aspects related with the influx of nepalese immigrant workers to Portugal. This paper aims to describe the profiles, expectations, main routes, agencies, intermediaries and international networks involved with the massive recruitment of Nepalese immigrant workers for agriculture farms in South Portugal, while describing processes of labor exploitation and the “glamourization” of such exploitation (Mensitieri, 2016). We also examine final work conditions, legalization and indebtedness challenges faced by them. We use as methods ethnography, field diaries and participant observation, together with the data collected from 38 semi-structured interviews with Nepalese agriculture workers, Nepalese and Portuguese recruiters, Portuguese farm managers and Portuguese farm owners – for a project at ISCTE-IUL/Audax funded by the ACM (High Commission for Migrations). All the data collected were analyzed using interpretative and qualitative methods assisted by NVivo software, which allowed the extraction of the main themes from the interviews. We draw conclusions on the main topics of transnational networks, migratory routes and migrant profiles, in their connection with international labor recruitment and changes in migratory policies. Finally, we point out pathways for future migratory partnerships, as well as other specific contributions – eg.: insights related with changes in European policies, final outcomes of migration for these workers, new sociodemographic developments and changes in land distribution in South Portugal related with 21st century influxes.

Palavras chave: Transnational networks, labor exploitation, Nepalese immigrants, translocal ruralism

XI-APS-17947 -O Impacto da COVID-19 na Migração Brasileira na Europa

Andrea Oltramari - UFRGS/ISEG/SOCIUS/Universidade de Lisboa

Duval Fernandes - PUC Minas/ISEG/SOCIUS/Universidade de Lisboa

João Alfredo Peixoto - ISEG/SOCIUS/Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

O objetivo deste estudo foi avaliar o impacto do novo Coronavírus (COVID-19) no trabalho e a na vida de migrantes brasileiros na Europa. Aplicamos um questionário online dirigido aos indivíduos nascidos no Brasil ou de nacionalidade brasileira, maiores de 18 anos, que tivessem saído do Brasil depois de 2010 e vivessem, estudassem ou trabalhassem atualmente na Europa. Como alguns resultados preliminares percebemos que dos 389 respondentes a maioria (77,9%) são mulheres. Quanto a nacionalidade, 67,4% tem nacionalidade brasileira e 32,1% dupla nacionalidade (do Brasil e outro país membro da EU); Em relação ao maior nível de estudo concluído, a maioria, 196 pessoas (50,4%) tem pós-graduação concluída; A maioria mora em casa alugada e sozinhos, fato que também os fez vivenciarem a pandemia em maior solidão; Em relação ao status migratório no momento da survey, 193 pessoas (49,6%) tem título de residência de média ou longa duração (entre um a cinco anos) e 107 (27,5%) tem dupla nacionalidade (incluindo europeia), 27 (6,9%) tem título de residência permanente, 25 (6,4%), título de residência de curta duração (inferior a um ano) e um número menor, 24 pessoas (6,2%) não tem título de residência, fato que os coloca como irregulares ou ilegais no país, dependendo da regulamentação de migração de cada lugar, dificultando, assim, o acesso a rede pública de saúde. A situação antes da pandemia, em termos de trabalho, era favorável para a maioria dos brasileiros, já que 189 pessoas ou 48,6% estava trabalhando e 105 ou 27% estava trabalhando e estudando. Em relação a suspeita ao diagnóstico de Covid-19, 49 pessoas ou 12,6% tiveram a suspeita e 339 ou 87,1% revelam que não tiveram a suspeita. A possibilidade de ficarem sem trabalho os assusta também. Um bom número de pessoas 33,7% refere que se ficarem sem trabalho terão que retornar ao Brasil, referindo que não terão como custear a estadia na Europa.

Palavras chave: migração internacional; Covid-19; trabalho; Brasileiros

XI-APS-19938 -Autoestima dos imigrantes portugueses na Suíça

Ana Cristina menezes Fonseca - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

José Cruz - Universidade Aberta

XIAPS- Poster

O estudo procurou responder a três questões: (1) Quais são as relações entre estratégias interculturais dos migrantes e a sua autoestima? (2) Que influência a identidade multicultural entre os migrantes exerce sobre sua a autoestima? (3) Que influências as dificuldades interculturais dos migrantes exercem sobre sua autoestima? Responder a estas perguntas é importante para melhorar a experiência do migrante. A amostra deste estudo

foi composta por 180 migrantes portugueses residentes na Suíça (54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino), com idade média de 38 anos. O tempo médio de residência na Suíça é de 16 anos. Estratégias interculturais, identidade cultural, discriminação percebida, adaptação sociocultural e autoestima foram avaliadas em escalas. Como previsto, no que diz respeito às estratégias interculturais, a autoestima foi positivamente associada à integração e negativamente associada à assimilação, separação e marginalização. Utilizando a regressão múltipla hierárquica, os resultados mostram que ambas as formas de identidade cultural, étnica e nacional foram relacionadas positivamente à autoestima. Finalmente, como esperado, a discriminação percebida e os problemas socioculturais previram uma autoestima negativa.

Palavras chave: aculturação, adaptação, imigrantes portugueses, auto-estima, Suíça

XI-APS-20242 -“Os locais não são realmente hostis, mas não se misturam”: uma perspectiva europeia sobre as dimensões sociais na integração de requerentes de asilo e refugiados

Sandra Mateus - Sandra Mateus (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, CIES, Lisboa, Portugal)

Comunicação Oral

As crises e os desafios políticos, sociais e institucionais têm afetado a vida dos requerentes de asilo que procuram proteção e condições de vida dignas na Europa. Embora o decréscimo de entradas possa contribuir para uma retórica política que afirma que a chamada “crise europeia dos refugiados” acabou, os cenários críticos estão longe de ter terminado. Os requerentes de asilo e os refugiados (RA&R) continuam a enfrentar desafios consideráveis relacionados com a integração e a participação na vida social. Para aqueles que conseguiram chegar à Europa, muitas das dificuldades e desafios enfrentados na sua vida quotidiana não parecem ter chegado ao fim. Um dos desafios mais importantes que os países europeus enfrentam atualmente é como dar voz, ouvir e reforçar de forma coerente as soluções sociais para melhorar a vida dos requerentes de asilo e dos refugiados. Procurando contribuir para este objetivo, desenvolveu-se em 2019, no âmbito do Projeto europeu PandPAS, uma pesquisa qualitativa multissituada, focada na integração da população RA&R. O estudo centrou-se nas características comuns das experiências e desafios da integração de RA&R em seis cidades de cinco países europeus: Pádua e Veneza em Itália, Maribor na Eslovénia, Zagreb na Croácia, Nicósia no Chipre e Lisboa em Portugal. A análise de dados centrou-se nas características comuns da experiência de integração nestas cidades, e baseou-se nos resultados de entrevistas semi-estruturadas e de grupos focais com 148 participantes, incluindo requerentes de asilo e refugiados, stakeholders relevantes e cidadãos locais. Nesta apresentação, iremos analisar as dimensões sociais (de interação e convívio, relações com as populações locais e com outros RA&R) da integração,

questionando o papel das comunidades locais, organizações cívicas e organizações representativas dos próprios no processo de integração. A participação de refugiados e migrantes nas comunidades, nos espaços públicos e na vida cultural da sociedade civil apresentam-se como elemento-chave para a integração, criando experiências coletivas que podem quebrar a solidão e o isolamento amplamente afirmados pelas pessoas RA&R neste estudo.

Palavras chave: Refugiados; Integração; Europa; Sociabilidades

XI-APS-21459 -As entrevistas e os estudos migratórios: uma contribuição ao debate metodológico

Lidiane Maciel - Universidade do Vale do Paraíba - Brasil

Gisele Maria Ribeiro de Almeida - Universidade Federal Fluminense/Brasil e Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra

XIAPS- Poster

As entrevistas têm sido bastante usadas como ferramenta de pesquisa em Ciências Sociais. É possível encontrar reflexões importantes em torno de seus limites e potencialidades para a pesquisa científica, assim como trabalhos que se voltam a pensar a própria situação da entrevista, de forma a problematizar e orientar o comportamento do cientista social na sua condução. Neste artigo, pretendemos analisar especificamente o uso da entrevista no âmbito dos estudos migratórios, refletindo criticamente sobre esta ferramenta de pesquisa. Pois se as entrevistas nos permitem acessar as perspectivas do próprio agente social sobre seu projeto e sua experiência migratória, de um lado, estas também implicam em uma série de questões epistemológicas e práticas metodológicas que envolvem: a elaboração do roteiro, o tipo e a composição da amostra, os aspectos éticos do fazer ciência e, sobretudo, as formas de análise do material produzido pela pesquisa de campo. Como se argumenta no texto, o recurso da entrevista em pesquisas com migrantes é utilizado, via de regra, pela busca de informações qualitativas, implicando, para tanto, no uso de roteiros quando muito semiestruturados. Na grande maioria dos casos, espera-se recuperar a complexidade dos fenômenos e a multiplicidade das perspectivas dos/as próprios/as agentes sociais. Nestes casos, o objetivo geral da pesquisa está relacionado à forma através das quais os agentes sociais constroem suas trajetórias e vivenciam os problemas durante suas jornadas migratórias. A entrevista apresenta-se como um poderoso instrumento de pesquisa, na medida em que permite acessar a experiência vivida pelos agentes sociais a partir de sua própria ótica, que se objetiva na sua narrativa. Isso permite aos/às pesquisadores/as conhecerem os sentidos subjetivos e as possibilidades objetivas que os/as agentes experimentam e encontram para conceber e realizar projetos de migração. Do ponto de vista epistemológico, as entrevistas e suas potencialidades analíticas permitem ir além de uma apreciação linguística simples e pura, e o uso desta ferramenta acaba por se relacionar

a uma abordagem sociológica capaz de colocar no centro do debate as formas de nomeação e de categorização da vida social, bem como das relações de poder que atravessam as forças de produção de hegemonia política e de legitimidade dos saberes.

Palavras chave: migração, metodologia de pesquisa, entrevista, análise de dados

XI-APS-21820 -As diferentes dimensões da integração e dificuldades sentidas pelas instituições de acolhimento de refugiados

Bárbara Bäckström - Bäckström

Comunicação Oral

Esta comunicação analisa os diferentes domínios de integração e a forma como as instituições da sociedade civil conseguiram ou não preencher todas as condições exigidas para acolher os refugiados, nas suas diferentes dimensões. Iremos analisar as principais dificuldades sentidas no processo de integração incluindo a situação de dependência ou de autonomia que se conseguiu potenciar ao longo do programa de acolhimento. Em paralelo, vamos também perceber em que dimensões de integração os refugiados procuraram apoio por parte das instituições. Os dados reportam-se aos refugiados recolocados no ano de 2015 e 2016 e a nos resultados do inquérito por questionário a 97 instituições que acolheram refugiados recolocados e entrevistas em profundidade efetuadas com 20 destas 97 instituições. Os resultados permitem identificar que foram o acesso ao emprego e a aprendizagem da língua portuguesa, as dimensões em que a maioria das instituições avaliaram as condições locais como tendo sido muito más no sentido de responderem às necessidades de integração dos refugiados. Várias propostas sublinham a necessidade de reforçar a oferta dos serviços de tradução e do ensino da língua portuguesa, na medida em que a comunicação é fundamental para o processo de integração e exige tempo, em especial quando as pessoas têm características culturais muito diferentes.

Palavras chave: dimensões da integração, refugiados, direitos humanos

XI-APS-23943 -Violência e tempos desiguais de mulheres imigrantes em Portugal e seus companheiros

Estefânia Silva - ISMAI/CIEG

Sofia Neves - ISMAI/CIEG

Conceição Nogueira - FPCE-UP

Comunicação Oral

As migrações e as condições em que esta se processa são, muitas vezes, palco de perpetração de múltiplas violências, reforçam as assimetrias de género e reproduzem mecanismos de acentuação dos papéis tradicionais femininos e masculinos que, no caso das mulheres imigrantes, as tornam mais vulneráveis a experienciarem diferentes tipos/formas de vitimização (Duarte & Oliveira, 2012; Perista, 1998; Pippier, 2005; Ho, 2006; Malheiros, Padilla & Rodrigues, 2010; Marques & Góis, 2012; Silva, 2015) e podem intensificar ou desencadear a vivência de relações íntimas violentas (Gonçalves & Matos, 2016; Menjivar & Salcido, 2002). Neste sentido, assumindo-se a estreita relação entre a desigualdade, violência e a feminização das migrações, a presente comunicação pretende apresentar e discutir os resultados de uma investigação qualitativa que teve como objetivo caracterizar e conhecer os diferentes usos do tempo de mulheres imigrantes e seus companheiros em Portugal, bem como, avaliar as desigualdades existentes na afetação do tempo dedicado ao trabalho remunerado e não remunerado. A partir da análise de entrevistas semiestruturadas e de registos individuais a mulheres imigrantes de nacionalidade brasileira, os dados mostram que as mulheres brasileiras e os seus companheiros não repartem o tempo de forma semelhante, existindo uma acentuada assimetria ao nível do trabalho não remunerado que contribui de forma significativa para a desigualdade e violência de género nos diferentes espaços em que estas mulheres circulam: familiar, pessoal e profissional e que exclui o seu acesso a outras esferas: cívica, política e social, limitando, deste modo, práticas mais igualitárias e de denúncia da dominação e opressão sentidas. Pese embora os progressivos avanços em matéria de pesquisa na área das migrações e do género e destas se contemplarem num dos eixos prioritários de intervenção do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) e da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (2018-2030), carecem ainda respostas concertadas e adaptadas que respondam adequadamente às necessidades das mulheres imigrantes e que promovam uma integração efetiva destas no país.

Palavras chave: Migrações, Feminização, Violência, Desigualdade

XI-APS-25625 -Violência nas relações de intimidade e migrações: das realidades silenciadas aos desafios prementes

Joana Bessa Topa - ISMAI/CIEG-ISCSP

Comunicação Oral

A presente comunicação pretende discutir o fenómeno da violência nas relações de intimidade vivenciadas por mulheres imigrantes, refletindo sobre as suas especificidades. A

Violência nas relações de intimidade é uma das formas mais comuns de violência contra as mulheres (Neves & Costa, 2017), que mesmo ocorrendo em todas as configurações sociais (Garcia-Moreno et al. 2006), interliga uma série de fatores e fenómenos que lhe podem estar inter-relacionados e contribuir para a sua perpetuação tais como: a cultura, classe social, religião, globalização (Dias, 2017). A partir de um estudo de caso, analisam-se as vivências de uma mulher imigrante vítima de violência de género por parte do parceiro íntimo. Este estudo pretende desocultar uma forma de violência que afeta de forma particular as mulheres imigrantes e que tem sido largamente ignorada pelos estudos migratórios e pelos estudos de violência de género em Portugal. Tem como principais objetivos: compreender as dinâmicas da experiência da violência de género vivenciada, as repercussões que acarretou para a sua vida e as barreiras encontradas para a denúncia e saída da situação abusiva. Para tal, recorreu-se a uma entrevista em profundidade tendo sido utilizado para a análise dos dados o método da análise crítica de discurso (Willig, 2003; 2008). A opção por metodologias qualitativa deveu-se à reconhecida importância que assume nos estudos migratórios: permitem uma análise rica e detalhada, permitindo refinamentos conceptuais com maior validade; permitem redefinir as categorias existentes e gerar novas hipóteses e até novos paradigmas teóricos; permitindo explorar dimensões complexas, conjunturais e multifacetadas da dinâmica migratória; e, por último, mas não menos importante, estar melhor sintonizadas para entender as vozes das mulheres imigrantes, especialmente daquelas que carecem de meios de participação e representação na sociedade e na política (Zapata-Barrero & Yalaz, 2018). As evidências encontradas neste estudo clarificam os dados apontados na literatura no que respeita à associação entre condições estruturais de desigualdade social e vulnerabilidade e as vivências de violência de género no foro das intimidades, bem como elenca os diferentes desafios que estas mulheres encontram no pedido de ajuda. Percebe-se, com este estudo, que a violência de género nas relações de intimidade não pode ser conceptualizada como um fenómeno uno mas sim um fenómeno complexo que envolve diversas formas e múltiplas consequências para as suas vítimas. A lente interseccional em estudos académicos, onde se explora a interseção entre o género com outros sistemas de opressão (e.g., raça, estatuto, religião, idade, orientação sexual), é assim fundamental para se perceber a multiplicidade destas e de outras realidades dentro deste fenómeno em particular (Hankivsky et al., 2010).

Palavras chave: Migrações, Violência em Relações de Intimidade, Interseccionalidade

XI-APS-26095 -Política Material de Cidadania, Tecnologias e Migração

Cristiano Gianolla - Centre for Social Studies (CES), University of Coimbra, Portugal

Joana Sousa Ribeiro - Centre for Social Studies (CES), University of Coimbra, Portugal

Olga Solovova - Postdoctoral Fellow - Center for Multilingualism in Society across the Lifespan, Norway

Nina Amelung - -

Comunicação Oral

Passaportes eletrônicos, tecnologias de identificação biométrica, telemóveis, embarcações de resgate, infraestruturas de dados e outras configurações de materiais, emaranhados com práticas de conhecimento, desempenham um papel crucial na governação da migração e das suas lógicas excludentes e inclusivas. Esta comunicação constitui uma apresentação de um volume especial de uma publicação – Citizenship Studies -, onde se procura explorar os múltiplos usos das tecnologias e infraestruturas nos contextos de migração e como esses usos transformam os direitos e as subjetividades dos migrantes. Para tal, esta publicação compreende contribuições interdisciplinares, de vários países e regiões (de fronteira), incluindo Brasil, Colômbia, regiões fronteiriças da Síria, Alemanha, Grécia, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Venezuela e União Europeia. Partindo do repertório analítico de estudos de ciência e tecnologia e estudos críticos de cidadania, construímos e expandimos as abordagens recentes sobre `atos de cidadania` e `atos tecno sociais de cidadania`, procurando consolidar o estudo de `políticas materiais de cidadania`. Ao mobilizar questões familiares aos estudos de ciência e tecnologia (STS), focámos a nossa análise no modo como essas subjetividades políticas são moldadas por práticas que são possíveis apenas sob certas condições sócio materiais e epistêmicas. Ao introduzir a noção de `política material de cidadania`, oferece-se uma heurística para diferenciar três formas constitutivas entre tecnologias, infraestruturas e cidadania nas migrações. As tecnologias e infraestruturas podem (1) restringir atos de cidadania nos regimes de migração e fronteira; (2) constituir formas de contestação e participação sobre 'cidadania'; ou (3) possibilitar e moldar atos alternativos de cidadania nos regimes de migração e de fronteira. Indagamos, assim, não só sobre o modo como as políticas materiais de cidadania se desenvolvem (sobretudo se prestarmos atenção às maneiras pelas quais as práticas de materialidade e conhecimento contribuem para criar temas de debate relativos às questões de cidadania); mas também como sujeitos e objetos materiais políticos são construídos e representados por controvérsias sociotécnicas.

Palavras chave: Estudos de Ciência e Tecnologia, Práticas Sócio Materiais, Políticas Materiais de Cidadania, Atos de Cidadania

XI-APS-27400 -Anticapitalismo fetichista: o antissemitismo contemporâneo à luz da teoria socio-histórica de Moishe Postone

Nuno Miguel Cardoso Machado - SOCIUS, ISEG, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A ascensão do populismo nos últimos anos foi acompanhada pelo (re)surgimento de estereótipos e movimentos antissemitas no seio da crítica do capitalismo. Apoiando-se na

teoria socio-histórica de Moishe Postone, esta comunicação argumentará que o antissemitismo é uma forma particularmente perigosa de racismo, em virtude do seu discurso pseudo-emancipatório que canaliza um descontentamento muitas vezes legítimo. Postone explica o antissemitismo moderno desenvolvendo a teoria marxiana do fetichismo e da ideologia. A peculiaridade do modo de (re)produção capitalista é que ele tem de aparecer – a sua essência manifesta-se em formas fenoménicas que, ao mesmo tempo, mascaram essa essência. A ideologia diz respeito a formas de pensamento presas às manifestações imediatas das relações sociais e incapazes de distinguir aquilo que é daquilo que parece ser. As formas sociais estruturantes da modernidade são a mercadoria e o capital. A mercadoria, enquanto unidade de valor de uso e valor, contém logicamente a sua duplicação em mercadoria e dinheiro. Já o capital global decompõe-se necessariamente nas funções de capital produtivo, comercial e portador de juros. Porém, a esfera da circulação apresenta-se ao senso comum e à consciência costumeira dos agentes como o locus exclusivo do capitalismo, ao passo que a produção aparece como mais concreta e, por isso, é naturalizada. Segundo Postone, o antissemitismo é simultaneamente: i) Um ataque unilateral, de cariz ideológico, ao polo abstrato da mercadoria (o valor encarnado na figura autonomizada do dinheiro) e do capital (capital financeiro) que devém projetado nos judeus; ii) Uma afirmação dos seus polos concretos (mercadoria, capital industrial, trabalho) percecionados ideologicamente como não-capitalistas e, portanto, exteriores às respetivas formas sociais. Em suma, na ideologia antissemita a dominação impessoal, intangível e ubíqua do valor económico é personificada e, inclusive, biologizada na conspiração judaica internacional. Trata-se de um anticapitalismo truncado ou fetichista que, atacando um bode expiatório, deixa os fundamentos do sistema incólumes. Ao contrário das demais formas de racismo, que tendem a construir o Outro como biologicamente inferior e que raramente se consubstanciam numa explanação abrangente da realidade, o antissemitismo constrói os judeus como anti-raça extremamente poderosa e propõe uma cosmovisão maniqueísta que almeja explicar o mundo ameaçador. Note-se, ainda, que a noção de anticapitalismo fetichista permite compreender por que o antissemitismo, tradicionalmente ligado à extrema-direita, tem ganhado terreno recentemente entre posições que se consideram de esquerda. Uma parte considerável do autodenominado antissionismo atribui um poder conspiratório a Israel, que, através do “lobby judeu”, seria capaz de comandar a política estado-unidense e manipular os destinos da economia mundial.

Palavras chave: Postone, antissemitismo, ideologia, (anti)capitalismo

XI-APS-27658 -O elemento étnico-religioso na construção de identidade, conflitos e paz.

Larissa Moraes Soares - Universidade de Évora

Comunicação Oral

Este trabalho tem como objectivo analisar etnia e religião – conceitos separados, mas aqui estudados de forma conjunta devido à sua ligação no plano cultural – como factores que podem proporcionar, em dados contextos, propulsão para conflitos, mas também para a pacificação. Para isso, pretende-se estudar, através da revisão de literatura especializada em identidade social, estudos da religião e paz e conflitos, qual é o papel dos credos na construção da identidade de uma população, e como infere, conseqüentemente, no choque de culturas e interesses que pode levar ao conflito. Movimentos religiosos, não por serem desconectados de seu contexto geográfico, político ou social, possuem uma enorme fluidez e diversidade interna. Desta forma, surgem com diversas características em diferentes sociedades, e passam a fazer parte de uma determinada identidade de forma a influir, também, no que compõe as percepções do binómio nós e eles, ou seja, diferenças que podem ser interpretadas como ameaças e serem proliferadas por movimentos fundamentalistas e extremistas. Dentro deste âmbito, este trabalho pretende, a seguir, estudar a relação da religião na construção de uma herança compartilhada por determinados grupos étnicos e, a seguir, utilizar as classificações de Galtung sobre violência e paz cultural, estrutural e directa dentro da análise de como estes grupos étnico-religiosos percebem o diferente. Para uma investigação mais completa, ainda, serão abordados determinados casos contemporâneos que envolvem identidade, religião e conflitos – isto porque o contexto de globalização actual pressupõe um crescente encontro entre diferentes culturas e sociedades – dentre eles a questão da Palestina, Myanmar e Nigéria, além do estabelecimento das organizações terroristas islâmicas e as relacionadas reacções cristãs fundamentalistas na Europa e nos Estados Unidos. Por fim, será argumentado como o elemento religioso pode, por outro lado, ser usado como ponte para unir diferentes identificações étnicas sobre elementos comuns à variados credos, tais como o sentimento de comunidade, o perdão e a abnegação, desta forma aproveitados não como factor de desconfiança, mas de união de identidades que possuem diferenças, mas também similitudes.

Palavras chave: Cooperação; Conflitos; Identidade; Religião.

XI-APS-29536 -Barreiras na mobilidade: O partir e recomeçar de mulheres migrantes brasileiras qualificadas em Portugal

Andrea Oltramari - UFRGS; ISEG/SOCIUS/Universidade de Lisboa

Duval Fernandes - PUC Minas; ISEG/SOCIUS/Universidade de Lisboa

João Alfredo Peixoto - ISEG/SOCIUS/Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

O presente estudo teve como objetivo compreender as barreiras na mobilidade vivenciadas por mulheres qualificadas brasileiras em momento de viradas ou turnpoints (DELUCA; ROCHA-DE-OLIVEIRA, 2016) na carreira quando decidiram imigrar para Portugal. Parte-se do pressuposto de que a migração pode ocorrer, primeiramente, por uma motivação relacionada a um recomeço de vida, que pode estar ou não estar diretamente vinculada à carreira. Para tanto, essa pesquisa, ainda em andamento, constitui-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória, e até o momento entrevistamos 27 mulheres, todas qualificadas, entre diferentes profissões e formações, há, em média, 3 anos em Portugal. Os resultados foram organizados em dois eixos de análise, no que tange às barreiras na mobilidade: chamamos de barreiras simbólicas e barreiras reais; Por barreiras simbólicas compreendemos as diversas formas de solidão sentidas, a saúde mental e por vezes momentos de preconceito vivenciados; Por barreiras reais apreendemos que dizem respeito às dificuldades relativas à renda elevada, às barreiras linguísticas, ao reconhecimento e à equivalência de diploma. Percebemos também que as barreiras simbólicas precedem as barreiras reais, tendo a saúde mental um eixo principal no que se refere o avanço nas carreiras dessas mulheres qualificadas, especialmente em Portugal. Por fim, os motivos dos turning points ou viradas na carreira dizem respeito à: busca por segurança e às particularidades da vida de imigrante atravessadas por marcadores sociais, principalmente por gênero e a busca por melhores espaços e usufruto da liberdade.

Palavras chave: carreira; migração internacional; mobilidade; turning points.

XI-APS-31757 -Experiências e expectativas de regresso: resultados preliminares com base em narrativas de emigrantes e regressados portugueses

Filipa Pinho - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

José Carlos Laranjo Marques - CICS.NOVA.IPLeiria

Pedro Góis - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Joana Azevedo - CIES_Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Liliana Azevedo - Cies_Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

O estudo das migrações de regresso a Portugal não tem feito parte, de forma sistemática, dos estudos da emigração portuguesa (e da qual tem sempre havido regressos). No seguimento de um projeto recente sobre a emigração portuguesa (REMIGR 2014-2016), está em curso o projeto “Experiências e expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades” (EERNEP), financiado pela FCT, no âmbito do qual decorre a presente proposta. Realizámos entrevistas a emigrados/as em França e no Reino Unido, e a regressados/as destes países, respetivamente acerca das opiniões sobre o regresso a Portugal e as experiências que estão a ter neste processo, que fazem parte da atividade 4 do projeto. É objetivo conhecer os fatores explicativos dos regressos (e de não

regressos, entre emigrados), tendo as primeiras etapas do projeto sido a recolha de indicadores estatísticos de contextualização e de caracterização dos fluxos de regresso de portugueses. Nesta comunicação, propomo-nos fazer alguma análise qualitativa e reflexão de resultados preliminares com base em narrativas de emigrados e de regressados sobre a trajetória migratória, a relação com Portugal, as intenções e os regressos. Com os regressados, analisamos, também, experiências de reintegração. Do que nos foi dado verificar até ao momento, os percursos dos/as novos/as emigrantes portugueses são de elevada mobilidade entre Portugal e outro(s) país(es), o que contribui para o reforço de conceções mais fluídas da migração de regresso, como reconhecido pela academia desde os estudos do transnacionalismo. Também damos conta de perceções geograficamente mais alargadas de mercado de trabalho, quando simultaneamente se colocam hipóteses de trabalhar no país ou na Europa. Os fatores afetivos e familiares parecem mais explicativos do regresso – mesmo que não definitivo – a Portugal, enquanto fatores económicos no país tendem a ser avaliados de forma desvantajosa comparativamente, em particular na justificação de permanência entre emigrados (e concretamente no que respeita aos salários, ao emprego e a oportunidades de carreira).

Palavras chave: emigrantes portugueses; regressados; expectativas de regresso; experiências de regresso; narrativas

XI-APS-32950 -Mobilidade internacional de estudantes africanos de países de língua portuguesa: Que respostas de inclusão social e académica têm sido dadas pelas Instituições de Ensino Superior em Portugal?

Ana Raquel Matias - ISCTE-IUL; CIES-IUL

Vera Rodrigues - ISCTE-IUL; CIES-IUL

Comunicação Oral

Partindo de um projeto de investigação-ação em curso, denominado "Trovoada de Ideias - Inclusão Linguística e Social dos Estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) no Ensino Superior Português"*, realizado no ISCTE-IUL desde 2016, o presente artigo examina as respostas existentes de inclusão social e académica fornecidas por uma Instituição de Ensino Superior (IES) a estudantes internacionais africanos de países de língua portuguesa, cuja mobilidade para Portugal data dos anos 80. O projeto teve início a partir da aplicação de diagnósticos prévios com grupos focais aplicado a alunos e professores do ISCTE-IUL (2016). Estas discussões evidenciaram que o contexto sociolinguístico destes alunos proporciona inesperadas e ignoradas situações de incompreensão entre falantes de diferentes variedades de português, dificultando a inclusão social de um número significativo destes alunos e, conseqüentemente, o seu desempenho académico. Reconhecendo, assim, a necessidade do ISCTE-IUL de construir um quadro para melhorar as respostas aos desafios multiculturais implicados na dinâmica social da variação

linguística, foi estabelecida uma parceria com dois serviços internos, nomeadamente, o Laboratório de Línguas e Competências Transversais (LLTC-IUL) e os Serviços de Acção Social (SAS-IUL). Seguidamente, implementou-se uma unidade curricular (UC) de competências transversais em língua portuguesa, denominada "Português Académico" (desde Maio de 2018); em complemento com dois recursos didáticos: um livro do professor com todos os recursos utilizados na docência da UC, e cursos online de ensino à distância, a partir dos recursos do livro. Paralelamente, aplicaram-se entrevistas sobre as biografias escolares e linguísticas de estudantes que frequentaram a UC, e implementou-se o Projeto de Mentorado PALOP (Buddy Mentoring), que forma equipas de alunos mediadores-mentores a partir de uma outra UC suplementar (desde setembro de 2019). Os membros envolvidos na parceria têm ainda participado em diferentes grupos focais com Associações de Estudantes Africanos das IES portuguesas, onde as discussões têm incidido sobre medidas destinadas a melhorar a inclusão destes estudantes, trabalhando em conjunto para produzir uma brochura de orientações pedagógicas para os professores das IES portuguesas. Finalmente, através de uma análise aprofundada destas ações e suas interligações, esperamos contribuir para a inclusão linguística e social destes estudantes no contexto académico do ISCTE-IUL, sendo objetivo desta comunicação apresentar e discutir os principais resultados, limitações e potencialidades.

Palavras chave: Linguagem académica; Inclusão Linguística e social; Estudantes Internacionais africanos; Mobilidade Internacional de estudantes

XI-APS-36900 -Representações sociais e estereótipos de brasileiros e brasileiras na Espanha

Maria Estela Escanhoela Amaral Santos - Instituto Brasileiro de Psicanálise Winnicottiana
Erika Masanet - Departamento de Sociología y Antropología Social, Universitat de València

Comunicação Oral

O fluxo migratório de brasileiros e brasileiras para a Espanha foi motivado pelas oportunidades laborais no início do Século XXI, tendo decrescido ainda no final da primeira década em decorrência da crise econômica iniciada em 2008, gerando o retorno de parte da população brasileira ao país de origem ou conduzindo-os para outros países. A partir de 2015 a imigração brasileira em solo espanhol foi levemente reaquecida e possivelmente nutrida de pessoas com um perfil diferente comparado com o de antes da crise: pessoas profissionalmente qualificadas visando aperfeiçoamento educacional ou profissional e reforçando a busca de qualidade de vida e segurança. Em geral, antes e depois da crise, a população imigrante brasileira na Espanha destaca pela sua elevada feminização. Este trabalho teve como objetivos oferecer uma reflexão em torno às representações sociais e estereótipos sobre o grupo brasileiro e o grupo espanhol/valenciano sob a perspectiva de imigrantes brasileiros e brasileiras, bem como observar a evolução dessas percepções

sociais desde o início deste século até mais recentemente. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa através de entrevistas em profundidade realizadas no final de 2017 com três brasileiros e três brasileiras residentes em Valencia (Espanha). As informações obtidas nessas entrevistas foram comparadas com estudo anterior realizado dez anos antes (em 2006/2007) com entrevistas a 18 brasileiros e brasileiras em Alicante e Madrid. Os resultados do estudo, interpretados à luz da teoria das Representações Sociais que abrange elementos sociológicos (cultura e ideologia) e psicológicos (imagem, percepção, pensamento), revelaram a perseverança, no período dos dez anos analisados, das percepções sociais e os estereótipos sobre a comunidade brasileira em geral na sociedade espanhola (um povo alegre, simpático, comunicativo, festeiro, porém menos comprometido com o trabalho) e, especialmente, em relação à mulher brasileira baseado na marca da brasilidade que exalta a sua sexualidade. A mídia e o marketing turístico brasileiro, nas décadas de 70 a 90, ajudaram a construir e a manter a imagem da mulher brasileira como atrativo associando mulheres com pouca roupa, paisagens naturais brasileiras e carnaval a promoções de turismo. Os últimos e grandes acontecimentos esportivos ocorridos no Brasil podem ter contribuído para a manutenção das representações e estereótipos da população espanhola em relação ao povo brasileiro. Sugerimos este como um trabalho motivador para futuros que possam enriquecer a investigação do tema em questão e contribuir para a transformação dos estereótipos, mesmo que este seja um processo complexo e de envolvimento individual, coletivo e público.

Palavras chave: Imigração brasileira; Representações sociais; Estereótipos; contexto espanhol

XI-APS-37830 -Prevention of sexual violence in refugee camps. Policies and practices of interventions.

Maria Martinsson - ISCTE-IUL

Mara Clemente - CIES/ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Prevention of sexual violence in refugee camps. Policies and practices of interventions. Maria Martinsson and Mara Clemente Sexual violence is a serious, worldwide problem with negative physical, socio-economic, psychological, sexual and reproductive consequences (De Schrijver, Vander Beken, Krahé, & Keygnaert, 2018). Women, girls, boys, men and non-binary people all over the world are victims of sexual violence, including women on the move. Sexual violence is perpetrated in all sorts of contexts, such as in intimate relationships and by non-partners in families and communities. Within the topic sexual violence, a crucial, but not yet extensively studied topic, is prevention of sexual violence in refugee camps. UNHCR has reported that migrants in camps in Greece are at risk of sexual violence, and have urged to make the centers safe (Muller, 2018). A recent prevalence study

looking at migrants, applicants for international protection, and refugees in Europe concluded sexual violence is highly frequent (MAR). The need for development of prevention strategies is high (De Schrijver et al., 2018). The evidence base regarding effective interventions for preventing sexual violence is very limited. There are many fields of research framing the topic of this study, such as studies of community programs for girls and caregivers (Falb et al., 2016; Read-Hamilton & Marsh, 2016; Stark et al., 2018), of discourse among humanitarian workers about refugee men and masculinities (Olivius, 2016; Turner, 2018), of implementation of policies and incorporation of science in local prevention programs (Spangaro et al., 2013; Veit & Tschörner, 2019), and of sexual violence in armed conflicts (see for example Bartels et al., 2012). Studies focusing on activities with potential perpetrators in prevention programs in refugee camps seem to be very limited. Studies of experiences of representatives for organizations working in the field on prevention seem to be even more limited. This paper is based on an explorative study of prevention of sexual violence perpetration, in refugee camps. It draws on qualitative interviews with representatives for international and local organizations in refugee camps. This includes perceptions of policy and experiences of implementation and practice of interventions.

Palavras chave: refugee camps + migration + sexual violence + policies and practices

XI-APS-39129 -Migrações e transnacionalismo na fronteira: importância do lugar a partir do estudo de múltiplas cadeias migratórias

João Baía - Doutorando em Migrações no ICS, Assistente de Investigação no CIES-IUL e investigador associado no IHC-UNL.

Comunicação Oral

No início da investigação em curso tinha proposto recorrer à etnografia multisituada, realizando trabalho de campo em lugares na sociedade de partida e de chegada, porém, quando me apercebi que a emigração a partir da aldeia de Montesinho (situada na fronteira e a 20km a norte de Bragança) deu forma a múltiplas cadeias com diferentes direcções, optei por fazer trabalho de campo apenas na sociedade e lugar de partida. Debruçando-me sobre quem mantém alguma ligação com a aldeia e sobre um tempo longo, realizaram-se 32 entrevistas semiestruturadas com uma forte componente biográfica a pessoas que não emigraram, pessoas que emigraram para outro país e pessoas que realizaram migrações internas e que mantêm alguma ligação com a sociedade de partida. Procurou-se realizar uma "etnografia retrospectiva", abordagem identificada por Sónia Vespeira de Almeida e Sónia Ferreira que marcou as décadas mais recentes da antropologia portuguesa. O "estudo de caso alargado" proposto por Burawoy e a "etnografia glocalizada", por Noel B. Salazar foram outras abordagens importantes para a definição e redefinição da estratégia de pesquisa ao longo da investigação. Estudar um lugar com pessoas que circulam entre

diferentes países permitiu combater o nacionalismo metodológico, porque os fluxos foram condicionados pelos constrangimentos criados pelos estados dos países de partida e de acolhimento e pela maior ou menor capacidade e agência dessas mesmas pessoas para contornarem esses mesmos constrangimentos. Quando se estuda um lugar de forma aprofundada, tendo em conta os diferentes grupos que o compõem, num tempo longo poderá realizar-se o que o antropólogo Noel B. Salazar chama de etnografia glocalizada que tenha em conta as diferentes escalas de análise e procure compreender como é que a escala global, nacional, regional e local se relacionam e variam de importância ao longo do tempo. Uma análise diacrónica, permitirá compreender melhor o ciclo migratório intraeuropeu e as trajectórias migratórias iniciadas na década de 60 e 70, ciclo que foi tão estudado na década de 60, 70, 80 e 90 e que agora 60 anos depois está a terminar, com os migrantes e os seus filhos terem de fazer escolhas por vezes difíceis e definitivas. O contacto à distância, a reconstrução ou compra de casa na aldeia e a participação na festa foram três dimensões escolhidas para esta apresentação, pois permitem efectuar uma análise comparativa entre as migrações internas e as internacionais, possibilitando uma maior reflexão em torno do conceito transnacionalismo.

Palavras chave: emigração; redes migratórias; transnacionalismo, etnografia glocalizada.

XI-APS-41472 -Análise de política pública: caso do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)

Renata Rodrigues Carone - ISCTE

Comunicação Oral

O presente artigo pretende analisar o Plano Estratégico para as Migrações - PEM (2015-2020) a partir do modelo de análise das quatro etapas (Aráujo e Rodrigues, 2017). Nesse modelo, a política pública é analisada através das seguintes etapas: definição do problema e agendamento, formulação das medidas de política e legitimação da decisão, concretização ou implementação, avaliação e mudança. O objetivo do texto é identificar cada etapa da política pública escolhida por meio da análise documental e de dados estatísticos. As principais fontes de dados utilizadas serão o diploma do plano (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015), o relatório de avaliação intercalar, os relatórios produzidos pelo Alto Comissariado para as Migrações e os dados estatísticos produzidos pelo Observatório das Migrações.

Palavras chave: migração; política migratória; Portugal

XI-APS-43071 -Da Quinta do Mocho para o Mundo: sociabilidades, arte e resistência comentado por um documento visual

Otávio Raposo - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

A Quinta do Mocho, localizada no concelho de Loures, tornou-se conhecida pelos media como um dos principais “bairros problemáticos” da área metropolitana de Lisboa, um rótulo fundamentado na suposta relação dos seus jovens residentes com o tráfico de drogas e a criminalidade. Atualmente, as razões que fazem a Quinta do Mocho ser notícia são outras, pois o bairro transformou-se numa das maiores galerias de arte urbana a céu aberto da Europa, com mais de 100 obras (graffitis, pinturas, esculturas) em grande escala a decorar os prédios de habitação social, onde vivem cerca de 3 mil pessoas, maioritariamente vindas de Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Reconvertida simbolicamente em território de arte e cultura, a Quinta do Mocho é hoje uma atração turística, atraindo milhares de apreciadores de street art e outros que buscam experiências alternativas em territórios multiculturais. É este o fenómeno que o documentário “Na Quinta com Kally” retrata, ao acompanhar dois guias comunitários – Kally e Ema – que todas as semanas percorrem as ruas da Quinta do Mocho para mostrar aos visitantes as obras do bairro em que vivem. À boleia da street art, este documentário apresenta alguns dos moradores do bairro, responsáveis por um processo de requalificação discursiva capaz de desestabilizar os antigos estereótipos. São eles que impulsionam as visitas guiadas, compõem canções de intervenção e criam coletivos culturais que valorizam o bairro. As expressões artísticas nascidas no Mocho são “gritos de resistência” ao racismo, à precariedade laboral e às imagens mediáticas que o representam negativamente. Com 27 minutos de duração, esta curta metragem mostra como a vida de Kally, Ema e o filho está interligada com a reinvenção da Quinta do Mocho. Acompanhamos o quotidiano dessa família que, ao insistir em lutar por uma vida melhor, também afirma o bairro como um ativo celeiro de produção cultural. Filme: Na Quinta com Kally Realização: Otávio Raposo Montagem: Filipe Ferraz e Otávio Raposo Pesquisa, filmagem e som: Otávio Raposo Duração: 27 min. Ano: 2019* Vencedor do Premio APA 2018/2019 “Margot Dias e Benjamim Pereira” na categoria de melhor filme etnográfico

Palavras chave: bairro social, graffiti, racismo, documentário

XI-APS-49516 -Imigração e mercado de arrendamento em Braga: Inquilinos de valor diferenciado?

Rafaela Gonçalves Ribeiro - Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Comunicação Oral

A questão habitacional em Portugal é hoje uma temática premente e complexa, encontrando-se cada vez mais presente na agenda política e na esfera pública. O mesmo sucede com a problemática das migrações. Apesar de não serem um fenómeno novo, os fluxos populacionais ganharam crescente expressão e diversificaram-se rapidamente, confrontando-nos quotidianamente com novos desafios, mas também múltiplas oportunidades. Um desses desafios refere-se à integração da população migrante que, apesar de se afirmar como um processo complexo e multifacetado, é parte fulcral do fenómeno migratório. Este processo de inclusão é multissectorial e afeto a várias dimensões da vida destes indivíduos: mercado de trabalho, acesso a cuidados de saúde, à educação, à habitação e à legalização, existência de redes de apoio, domínio da língua, entre outros. Todos estes elementos condicionam o sucesso ou insucesso da política de integração. Sendo a habitação uma necessidade humana básica fundamental, é uma das prioridades aquando da chegada ao país de acolhimento, não raramente a par da inserção laboral. Frequentemente, é no mercado de arrendamento que os imigrantes encontram resposta para a necessidade de habitação, uma vez que, numa fase inicial, os seus planos de permanência são de curto ou médio prazo. Com a recente aprovação da Lei de Bases da Habitação (Lei nº 83/2019), é reiterada a ideia de que, no acesso a este que é efetivamente um bem essencial, ninguém poderá ser discriminado em função de uma série de condições, nos quais se incluem a etnia, a nacionalidade e/ou território de origem. Contudo, apesar da punição prevista na lei, a discriminação no acesso ao arrendamento – foco deste artigo – ocorre, e em particular para com os migrantes, especialmente tendo em consideração o clima político atual onde pontuam os discursos anti-imigração, hostilizando aqueles que são percecionados como estando “a mais”, os “outros” que se instalam no “nosso” território. Efetivada de forma subtil, esta forma de discriminação é particularmente difícil de provar e de erradicar, sendo necessário encontrar estratégias para garantir o acesso à habitação, por parte dos migrantes, em igualdade de direitos e circunstâncias. Com base num estudo realizado no concelho de Braga, que nos últimos anos é destino de um fluxo migratório intenso, procuramos analisar os processos de discriminação no acesso à habitação, através dos dados obtidos em entrevistas realizadas a imigrantes de nacionalidade brasileira.

Palavras chave: imigração; discriminação; arrendamento; Braga

XI-APS-50943 -Narrativas de estudantes migrantes: formação em jogo, identidades em transição

Glaucimary Nascimento Teodósio - Instituto de Educação - Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

O presente trabalho considera as mobilidades estudantis internacionais como parte do complexo fluxo de migrações da contemporaneidade. O trabalho foca nos estudantes de doutoramento, por serem adultos em formação, numa fase mais avançada da vida, que têm diversas razões para sair dos seus países, ainda que por um prazo determinado. Muitas vezes essas escolhas levam a outras, seja de permanência no novo país ou de escolha de outros lugares para se viver, o que pode transformar as vidas desses sujeitos e, conseqüentemente, suas identidades. Muitos são os desafios enfrentados, notadamente os de adaptação e mudanças em relação aos contextos de vida anteriores. Tensões e conflitos da interculturalidade colocam em jogo novas estratégias para aprender sobre todas as dimensões da vida. Defende-se a ideia de que é preciso ouvir as narrativas desses sujeitos, para que as complexidades particulares possam ser consideradas como parte inerente aos processos desses sujeitos migrantes, ainda que estejam em situações mais favoráveis do que as pessoas que migram de maneira forçada. Nesse sentido, considera-se os valiosos contributos do campo da pesquisa biográfico-narrativa, além da autoetnografia, para ouvir as narrativas dos estudantes migrantes e compreender como os novos contextos de vida influenciam suas maneiras de se formar e de constituir identidade.

Palavras chave: Estudantes migrantes; identidades; formação; narrativa.

XI-APS-51772 -Projetos e experiências migratórias de mulheres em Coimbra-Portugal
Gisele Maria Ribeiro de Almeida - Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra-
Portugal e Universidade Federal Fluminense-Brasil

Comunicação Oral

Do ponto de vista do gênero, diversas contribuições têm mostrado que a dimensão do gênero impacta as motivações para os deslocamentos, as experiências migratórias e as atualizações do projeto de migração. A proposta desta comunicação é apresentar alguns resultados preliminares de uma pesquisa que se dedica a pensar o projeto e o gênero como eixos de análise sobre a imigração de mulheres em Coimbra, Portugal. Desde que a perspectiva feminista apreendeu o gênero como construção social, as pesquisas sobre migração de mulheres têm evocado os efeitos do patriarcalismo, suas hierarquias de poder e formas de dominação que garantem aos homens acesso preferencial aos recursos disponíveis nas sociedades, sobre a possibilidade das mulheres em migrar, interferindo nas temporalidades destas migrações e nos destinos destes deslocamentos. Estes são aspectos particularmente interessante para se pensar a gênese e a realização de projetos de migração feminina. A ideia de projeto aqui cumpre um papel heurístico, na medida em que é tomado como revelador das formas através das quais as mulheres, enquanto agentes que se

posicionam em um espaço socialmente hierarquizado, podem lidar com os constrangimentos e as oportunidades colocados por condicionantes macro-estruturais. Falar em projeto significa, portanto, reconhecer a capacidade de ação destas mulheres, sem desconsiderar os limites e obstáculos que a elas são impostos pelas relações de poder que suas biografias experimentam. Por isso também destaco, nesta investigação, não os “fluxos” e seus volumes, mas sobretudo os relatos de algumas mulheres sobre suas próprias vidas, reunidos a partir da condução de entrevistas semi-dirigidas junto a mulheres, imigrantes internacionais, que estavam a viver em Coimbra e região. Para este texto, serão considerados 6 projetos e experiências migratórias de mulheres, que vieram de Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Brasil. Como argumento no trabalho, ainda que sejam todas mulheres e imigrantes internacionais em Coimbra, estas experiências podem ser diferenciadas, em função da posição de classe, da cor, da existência de filhos, do acesso aos documentos, entre outros. À luz de um diálogo com debates já travados, no âmbito dos estudos migratórios e dos estudos de gênero, podemos refletir sobre como estes pertencimentos sociais, étnicos e políticos impactam suas experiências de mobilidade, afetando os processos de integração e de discriminação que estas mulheres vivenciam em seus cotidianos.

Palavras chave: Projeto Migratório; Migração Feminina; Migração e Gênero; Xenofobia

XI-APS-52164 -**Imigrantes em Portugal: retrato em números**

Catarina Reis Oliveira - Observatório das Migrações

XIAPS- Poster

No âmbito da sua missão de aprofundar o conhecimento sobre as populações imigrantes residentes em Portugal, informando decisores políticos para a definição de políticas públicas e iniciativas legislativas para a integração de imigrantes, e sensibilizando a opinião pública em geral, combatendo mitos e estereótipos acerca dos imigrantes através de factos e dados estatísticos, o Observatório das Migrações tem vindo a disseminar “Infografias da Imigração”. Com base nos indicadores de integração de imigrantes sistematizados anualmente no seu relatório estatístico, da Coleção Imigração em Números, pretende-se nesta infografia apresentar as tendências mais recentes do retrato em números da imigração em Portugal.

Palavras chave: indicadores de integração de imigrantes

XI-APS-55552 -Empregadores e Empreendedores Imigrantes: Tipologia de Estratégias Empresariais

Catarina Reis Oliveira - Observatório das Migrações

Comunicação Oral

Procura-se contribuir para a compreensão das determinantes das iniciativas empresariais dos imigrantes em contextos de acolhimento, demonstrando-se a diversidade de estratégias empresariais imigrantes. Focando no caso português de 1981 a 2018, o artigo demonstra que o empreendedorismo é mais expressivo entre os estrangeiros residentes que nos nacionais, e que o peso destes no total de empresários no país tem crescido. Embora Portugal não seja um caso excecional neste âmbito, para a investigação das estratégias empresariais de imigrantes o caso português mostra-se ser bastante interessante de analisar, não apenas porque permite realçar o impacto de inúmeros determinantes que afetam o comportamento empresarial dos imigrantes, como também possibilita demonstrar que as estratégias empresariais são bastante diversas, não se circunscrevendo às tipificadas estratégias étnicas. Realça-se a interferência de cinco grandes esferas de mobilização de recursos e de oportunidades para a iniciativa empresarial imigrante: (1) o enquadramento legal e institucional; (2) o mercado de trabalho e o sistema económico; (3) a receção social e a opinião pública; (4) as oportunidades e recursos comunitários, e, finalmente, (5) os recursos pessoais. Transversal à análise das dimensões explicativas consideradas para as estratégias empresariais imigrantes, a análise contempla quatro níveis: (a) sociedade de acolhimento (Portugal), (b) os municípios portugueses e contextos locais, (c) os grupos imigrantes, e (d) os indivíduos. Desta análise avança-se com uma tipologia de estratégias empresariais de imigrantes, mostrando evidências empíricas para três ideais-tipo de estratégias empresariais – Estratégias Comunitárias, onde se integram as Estratégias Étnicas, Estratégias Pessoais e Estratégias de suporte institucional.

Palavras chave: empregadores imigrantes, estratégias empresariais

XI-APS-59172 -Processos de Transnacionalismo nos Empresários Nepaleses em Lisboa

Alexandra Cristina Santos Pereira - ISEG - Univ Lisboa

Comunicação Oral

Partimos de um enquadramento teórico que se sustenta nos conceitos de transnacionalismo (Smith e Guarnizo, 1998; Glick Schiller, 1999; Portes, Guarnizo, Landolt, 1999) e transnacionalismo económico (Light, 1972; Zhou e Logan 1989, Smith 1995, Vertovec, 2008, Lacroix 2018), bem como nas definições de empresarialismo migrante, negócios étnicos e

economias étnicas. Além de outros conceitos teóricos relevantes, como o de migração (Jackson, 1986; Jackson e Passarelli, 2007; Ambrosini, 2011), redes migrantes (Portes e Bach, 1985; Massey, 1988; Vertovec, 2001) e diáspora (Cohen, 1997, 1998; Brubaker, 2005). Partimos ainda de uma análise do background da imigração nepalesa para Portugal, considerando o seu país de origem e os influxos para Portugal. Neste estudo, temos como principal objectivo analisar os processos de transnacionalismo envolvidos nas atividades dos empresários nepaleses imigrantes em Lisboa. Em particular, detalhamos as características gerais da recente imigração nepalesa para Portugal, a saliência de espacialidades múltiplas nas práticas empreendedoras nepalesas e as redes étnicas transnacionais envolvidas. Esta é uma pesquisa qualitativa e quantitativa, combinando a observação participante, o diário de campo e o método etnográfico com entrevistas semiestruturadas a 36 empresários nepaleses na cidade de Lisboa. Descrevemos, em detalhe, os perfis dos empresários nepaleses, nas suas semelhanças e diferenças, com o objetivo de determinar se há reconstrução ou reprodução dos grupos étnicos nepaleses na imigração nepalesa e explorando práticas transnacionais entre eles. Examinamos os principais determinantes de empreendedorismo para a imigração nepalesa em Lisboa. Tiramos conclusões sobre as características particulares dos empresários nepaleses, detalhando as suas estratégias de financiamento e formas específicas de desenvolvimento empresarial, e também justificamos o uso do termo "economia(s) étnica(s)" para descrever as suas atividades empresariais. Além disso, ponderamos os modos de transnacionalismo observados (na sua conexão às mobilidades locais, regionais e transnacionais) e as formas de ajuda ao desenvolvimento do Nepal, declaradas pelos nossos entrevistados. Por fim, comparamos os nossos resultados com aqueles obtidos relativamente a outros empresários imigrantes sul-asiáticos em Lisboa, bem como com outros empresários nepaleses na Europa e no mundo - além de sintetizarmos as nossas contribuições, e indicarmos alguns caminhos úteis para pesquisas e investigações futuras.

Palavras chave: Transnacionalismo migrante, empresários nepaleses, economias étnicas, redes migrantes

XI-APS-59289 -Relações entre imigrantes e profissionais de saúde em contextos urbanos (Lisboa e Boston)

Vera Rodrigues - CIES/Iscte-Iul

Comunicação Oral

A presente comunicação surge de uma investigação de doutoramento em curso, entre Lisboa e Boston, intitulada "A Saúde no dia a dia: diversidade, convivialidade e relações de cumplicidade, Estudo comparativo entre Lisboa e Boston", pretendendo compreender as práticas adotadas pelos imigrantes no acesso aos cuidados de saúde, tendo em conta o espaço urbano onde residem, e as relações que estabelecem com os profissionais de

saúde. Esta investigação partiu da existência de estudos que indicam que a crescente diversidade cultural, nas sociedades contemporâneas, tem contribuído para o aumento gradual de barreiras no acesso aos cuidados de saúde, sobretudo por parte dos imigrantes, como tem agravado os problemas dos profissionais na tentativa de oferecer respostas. Para atingir os objetivos propostos, optou-se pela implementação de metodologia qualitativa/comparativa de forma a conjugar diferentes técnicas e fontes de informação, tendo em conta os atores envolvidos: imigrantes e profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, terapeutas, assistentes sociais, etc). Através de metodologia qualitativa, não só se confirmaram estas evidências, como se verificaram diferentes abordagens utilizadas pelos profissionais de saúde para melhor servir esta população, e face ao espaço urbano onde está inserida. Finalmente, através de uma análise aprofundada do trabalho empírico realizado, é objetivo desta comunicação refletir sobre a importância das relações entre profissionais e imigrantes, e sobre como essas relações conduziram a diferentes abordagens e respostas, oferecidas pelos profissionais de saúde no decorrer da prestação de cuidados, tendo em conta as diferenças socioculturais e políticas dos territórios estudados.

Palavras chave: Imigrantes, profissionais de saúde, relações, espaço urbano

XI-APS-63897 -Práticas Migratórias para Integração na Indústria Internacional do Sexo

Nélson Ramalho - Instituto de Serviço Social - Universidade Lusófona

Comunicação Oral

Introdução: A migração de travestis para a Europa data da década 1970 (Vartabedian, 2014). Não sendo este um fenómeno recente, continua a ser profundamente negligenciado nos debates feministas e investigações sociais que analisam as relações entre prostituição, migração e tráfico sexual, ainda que a população travesti se constitua, atualmente, como um grupo significativo, e cada vez mais numeroso, dentro da indústria internacional do sexo (TAMPEP, 2009). Metodologia: Com o objetivo de conhecer as práticas migratórias de travestis latino-americanas em direção à Europa, procedeu-se à realização de um estudo qualitativo, com um forte componente etnográfica junto dos contextos de prostituição de rua, em Lisboa, a partir da integração num projeto de intervenção social, que incluiu a recolha de entrevistas com um grupo alargado de travestis trabalhadoras do sexo. Resultados: Registou-se que, grande parte desta população, se encontrava marcada pelo desejo de escapar à pobreza, à discriminação, à violência presente nos seus países de origem. Na intenção de viverem legitimamente uma “vida mais habitável” (Pelúcio, 2011:106), manifestada na possibilidade em expressar a sua identidade e/ou sexualidade, perseguiram o “sonho” de vir para a Europa, dado que ela era, no seu imaginário, não só um lugar de riqueza, prosperidade e com muitas oportunidades, mas também de liberdade e tolerância para com as minorias LGBT+. Muitas partiram dos seus países repletas de

expectativas, mas conscientes que o modo de ganhar dinheiro não seria diferente daquele que era habitual no seu país: a prostituição. O deslocamento para a Europa foi, quase sempre, efetuado por meio de práticas “assistidas”. Na linguagem travesti, as figuras que as auxiliavam (em troca do compromisso do pagamento de uma dívida, de valores avultados) eram denominadas por «cafetinas». Ainda que os discursos oficiais não abordem o fenómeno do tráfico de travestis, foram identificadas situações de «cafetinagem» por envolverem engano, coação, fraude ou violência durante a trajetória migratória, pelo que, estas mobilidades apresentavam contornos muito próximos ao crime de Tráfico de Seres Humanos.

Palavras chave: Travestis, Migração, Europa, Indústria Internacional do Sexo

XI-APS-64831 -Do que falamos quando falamos de ciganos - categorizações, conceitos e fronteiras simbólicas

Sónia Costa - DINAMIA'CET

Comunicação Oral

No âmbito da tese de doutoramento denominada a Matriz normativa da população portuguesa cigana (em curso) impõem-se, rapidamente, a noção de minoria étnica, uma categoria científica que emerge nos anos 70 do século XX e que tem acarretado um longo debate teórico. Uma breve nota etimológica sobre o termo étnico poderá ajudar a explicar as resistências crescente à sua utilização. O termo étnico tem origem no termo grego *ethnikos* que significava pagão, associado à ideia de estrangeiro, exterior à nação. Este termo ganha relevo à medida que o termo raça entra em declínio, já que associa a divisão da espécie humana a características biológicas. Se este conceito tinha implícito a ideia de hierarquia entre grupos, a etnia remete para a diferença. O pós-II Guerra Mundial parece ser um terreno fértil para que o termo étnico vingue e é, em 1975, com a coletânea de textos *Ethnicity: Theory and experience*, organizada por Glazer e Moynihan, dois académicos americanos, que delimitam um novo instrumento de análise da realidade social – a etnicidade. Com esta noção, os autores procuram, por um lado, destacar a horizontalidade dos grupos étnicos, eliminando as dinâmicas hierárquicas entre grupos e, por outro, afirmar que todas as pessoas fazem parte de um qualquer grupo étnico, e não apenas as minorias ou os grupos das margens da sociedade. É inevitável dar conta da significativa dose de ingenuidade desta noção de etnicidade confirmada pela história, mas cuja utilização está amplamente disseminada. Na verdade, esta proposta de instrumento de análise não cumpriu as expectativas promissoras que carregava. Pelo contrário, esta construção conceptual tende a ser uma hétero-designação, levada a cabo muitas vezes por uma elite científica, política ou organizacional, centrada nos mecanismos de fechamento, de reprodução e distinção entre grupos. Quando nos focamos na população cigana, não podemos deixar de questionar até que ponto a pertença étnica acarreta para estas pessoas

condicionalismos na sua ação social. O rótulo de minoria étnica serve para marcar e distinguir e é tomado, vastas vezes, como uma variável independente e determinante, contribuindo para minar a compreensão da realidade social, perpetuando e alimentando leituras essencialistas. É esta discussão – vantagens e virtudes da noção de etnicidade aplicada à população cigana - que se procura aqui trazer, não com o propósito de avançar com um veredito, mas suscitar o debate em torno de uma noção tão pouco questionada em Portugal.

Palavras chave: etnicidade, ciganos

XI-APS-65124 -O impacte da “fuga de cérebros” no desenvolvimento de Angola – Um estudo sobre a experiência e as motivações de emigrantes angolanos

Emílio Baptista Ladislau - Universidade do Minho

Joel Felizes - Universidade do Minho

XIAPS- Poster

Os efeitos da chamada globalização, aqui entendida na sua configuração contemporânea, especialmente a que se reporta às mudanças no mundo a partir da segunda metade do séc. XX, estão longe de poderem ser unanimemente vistos como positivos. Sabemos por exemplo que a desigualdade e a concentração da riqueza no mundo não param de aumentar, e é nesta perspectiva que afirmamos que os países em desenvolvimento saem a perder para os países desenvolvidos, pois, embora sejam verificáveis melhorias nas condições de vida em muitos dos países menos desenvolvidos, estes continuam a ser uma das principais fontes de recursos de que beneficiam sobretudo os países mais desenvolvidos. Entre esses “recursos”, são as pessoas, especialmente os melhores quadros dos países em desenvolvimento que, na maior parte das vezes, são impelidos a migrar por causa das melhores condições de vida dos países centrais. Por isso, quando olhamos para a realidade de países como Angola, não deixamos de lembrar o título de um conhecido livro de Joseph Stiglitz, publicado originalmente em 2002 (Globalization and Its Discontents - A Globalização e Seus Malefícios). De facto, desde há alguns anos que Angola está a atravessar uma forte crise económica e financeira, o que tem impedido qualquer melhoria significativa dos padrões de vida da generalidade da população. Com isso, instalou-se uma incerteza dentro do país, ou seja, aumentaram o desemprego, a precariedade e a instabilidade nos locais de trabalho. Como consequência há a percepção de que o país está a perder o seu capital humano qualificado, sobretudo estudantes que residem na diáspora e que se mostram reticentes em regressar devido à instabilidade em que se encontra o país. Desse modo, a crença subjacente à teoria neoclássica sobre as migrações (cfr. o texto de 1970 de John R. Harris e Michael P. Todaro, “Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis”), sustentando que, como passar do tempo, os fluxos migratórios acabariam por gerar um equilíbrio global e uma relativa igualdade entre as condições oferecidas pelos diferentes

países aos seus cidadãos, está aqui muito longe de se poder confirmar. Partindo de uma investigação que originou uma Dissertação de Mestrado em Sociologia (Ladislau, 2019), procuramos focar aqui diversas vertentes da chamada “fuga de cérebros” em Angola, identificando as motivações da mobilidade angolana, e de igual forma descrevendo, de forma abreviada, o impacto destas saídas no desenvolvimento do país. A investigação foi realizada através de uma pesquisa onde a principal fonte de recolha de dados foi um conjunto de 26 entrevistas com emigrantes angolanos.

Palavras chave: Angola, Desenvolvimento, “Fuga de cérebros”, Mobilidade

XI-APS-69341 - **Determinantes da Receção social e da opinião pública na integração económica de imigrantes: o caso dos empresários chineses em Portugal**
Catarina Reis Oliveira - Observatório das Migrações

Comunicação Oral

Os impactos da receção social e da opinião pública acerca da imigração em geral, e dos empreendedores imigrantes em particular, no desenvolvimento e sucesso empresarial dos imigrantes, têm sido dimensões da estrutura de oportunidades da sociedade de acolhimento descuidadas na literatura acerca da integração económica dos imigrantes, de uma forma geral, e do empreendedorismo imigrante, em particular. Importa reconhecer que o desenvolvimento de uma atividade empresarial não depende apenas das condições geradas pelo enquadramento legal e institucional e pelas oportunidades do mercado de trabalho da sociedade de acolhimento, mas depende também da procura que acolhe ou dos consumidores que capta, e esses consumidores, enquanto atores sociais, podem ser condicionados por perceções e representações sociais. Se é verdade que as iniciativas empresariais de imigrantes podem beneficiar das oportunidades geradas por alguns dos consumos cosmopolitas mais “exóticos” que têm sido difundidos nas sociedades globais de hoje, também é verdade que imagens e perceções sociais mais negativas veiculadas nas sociedades de acolhimento podem determinar o insucesso da atividade empresarial dos imigrantes. Este artigo procura analisar, a partir de alguns exemplos de mediatização de perceções sociais acerca de imigrantes identificados no contexto nacional e local português e disseminados pelos meios de comunicação, os impactos que imagens sociais podem ter nas iniciativas e atividades empresariais dos imigrantes. Reconhece-se que a dinâmica da integração dos imigrantes está também dependente dos efeitos dos discursos mediáticos: uma abordagem mediática negativa – explícita ou implícita – da presença e papel dos imigrantes num país de acolhimento, influenciará decisivamente uma atitude de fechamento, sendo o inverso também recorrentemente verdadeiro. Pese embora se verifique alguma subjetividade e conjunturalidade na forma como se definem e identificam perceções sociais acerca da população imigrante numa dada sociedade de acolhimento, a análise de alguns exemplos aqui selecionados e elencados permite ilustrar interferências que a opinião

pública pode ter na atividade empresarial imigrante. Sem pretensões de representatividade, e não sendo possível gerar aqui uma análise exaustiva dos impactos da receção social no empreendedorismo imigrante, optou-se por examinar alguns exemplos que interferiram no caso particular do empreendedorismo chinês em Portugal - com características que se destacam e contrastam com as restantes populações imigrantes residentes no país. Os exemplos elencados dão conta de imagens mediatizadas que tiveram consequências diretas na perceção social acerca de empreendedores imigrantes chineses e, assim, na procura dos seus produtos.

Palavras chave: representações sociais, receção social de imigrantes

XI-APS-70623 -Para um cuidar culturalmente competente: o percurso de um hospital pediátrico

Ivete Monteiro - Hospital Dona Estefânia, Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central; CEMRI, Universidade Aberta

Anabela Namora - Hospital Dona Estefânia, Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central

Comunicação Oral

O Hospital Dona Estefânia encontra-se inserido numa freguesia intercultural, onde diferentes comunidades convivem e trabalham, trazendo uma mescla de saberes e de experiências que enriquecem e complementam a vivência diária de todos. Estes percursos migratórios, que têm vindo desaguar na área Metropolitana de Lisboa, trouxeram desafios aos profissionais de saúde em diferentes vertentes: mental, saúde materna, saúde infantil, saúde comunitária entre outras, exigindo um olhar atento, global e enquadrado culturalmente. A necessidade de dar respostas eficazes e individualizadas a cada situação, deve assentar no conhecimento do seu conceito de saúde/ doença, das particularidades de cada cultura, procurando ir ao encontro das necessidades de cada pessoa, conhecendo e respeitando as suas práticas e tradições e contextualizando os seus comportamentos. Esta apresentação tem como objetivo geral dar a conhecer o percurso que o hospital pediátrico tem feito no sentido de melhorar a prestação de cuidados de saúde das comunidades migrantes que a ele recorrem. Os seus objetivos específicos são apresentar as atividades desenvolvidas pelo hospital no sentido de formar os profissionais de saúde e analisar as melhorias a nível dos cuidados de saúde decorrentes desta intervenção. Inicialmente, foi efetuado o levantamento estatístico das comunidades mais representativas que recorrem ao serviço de urgência do hospital, e posteriormente foram organizados workshops sobre essas culturas procurando aproximar os profissionais de saúde e essas comunidades. Paralelamente, foram elaboradas parcerias com algumas associações no sentido do encaminhamento e do seguimento das crianças e das suas famílias. A criação de laços formais e informais tem sido fundamental para a continuidade dos cuidados de saúde e para

tornar mais célere a referência de situações. Também a criação de uma bolsa de tradutores e a tradução de folhetos informativos em várias línguas são resultados práticos decorrentes deste percurso que ainda tem um longo caminho a percorrer.

Palavras chave: Formação, interculturalidade, Cuidados de Saúde, Migrantes

XI-APS-73810 -Crimmigration control and 'modes of biobordering'

Nina Amelung - ICS, Universidade Lisboa

Comunicação Oral

New cross-border regimes of biometrics and databasing in the EU contribute to the conflation of treatment of irregularity, asylum seeking and criminality. States provide biometric data of migrants to transnational database systems, increasingly interoperable in the area of migration and crime control, to be again accessible for state-based law enforcement actors. The article uses the case of Eurodac - a biometric database system initially developed for migration control purposes - to explore the ongoing expansion of the purpose of control to crime control and law enforcement access to the collected information. The article studies how 'modes of biobordering' - modes of making state borders selectively permeable for biometric data flows - in the light of 'crimmigration' discourses. It combines insights from critical migration, border and security studies addressing the increasing overlapping of migration and crime control in policy discourse, law, and surveillance technologies to discuss the reinvention of state borders through the expansive exploration of cross-border flows of biometric data by law enforcement.

Palavras chave: asylum seekers, Eurodac, migration control, biometrics

XI-APS-74150 -A (In) Visibilidade dos profissionais negros em programas de informação e entretenimento na televisão portuguesa

Helena Vicente - ICS-UL

Comunicação Oral

O presente trabalho procura analisar a (in) visibilidade dos profissionais pertencentes às minorias étnico-raciais através da perceção de jornalistas e apresentadores de televisão,

ênfatizando a especificidade das suas experiências enquanto sujeitos negros na televisão portuguesa e a avaliação que fazem do papel da televisão na construção e transmissão de representações da diversidade étnico-racial presente em Portugal. Um dos resultados desta pesquisa foi a revelação de quatro perfis referentes aos profissionais: conscientes, meritocratas, confiantes e negacionistas. Outro dos objetivos desta pesquisa foi dar conta das desigualdades na distribuição étnico-racial de profissionais da televisão, por um lado, contabilizando o número de jornalistas e apresentadores negros que passaram por alguns canais da televisão portuguesa no período 1992 e 2017 e, por outro, analisando os lugares ocupados por esses profissionais na hierarquia dos conteúdos televisivos. Discute-se ainda como é que as imagens transmitidas pelos media influenciam as ideias dos indivíduos acerca deste grupo minoritário inserido na sociedade portuguesa; analisa-se a relação entre Portugal e pessoas negras, assim como procura-se compreender o fenómeno da imigração negra e tenta-se perceber o impacto da presença destes profissionais na construção identitária dos jovens negros, mas também outros.

Palavras chave: Media; Televisão; Desigualdade étnico-racial; Racismo; Negritude; Representatividade; Identidade

XI-APS-75924 -As Mudanças da Imigração em Portugal: 1980-2018

Stella Bettencourt da Câmara - CAPP - ISCSP-ULISBOA

Luís Manuel Baptista - ISCSP/ULISBOA - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Ao longo dos séculos, Portugal tem sido um país de emigrantes e de imigrantes. Os diferentes povos que têm Portugal como destino deixam marcas. Os últimos 30 anos foram marcados pela queda do mundo de Berlim, uma presença plena na União Europeia e o seu alargamento a novos países, a abertura do espaço Schengen, a entrada no Euro e uma crise financeira. Todos estes factores foram alterando o perfil do imigrante que opta por Portugal como destino. A imigração em Portugal apresenta desde a década de 1980 uma tendência crescente, com quebras apenas nos anos 2002-03 e 2009-2015, embora o aumento que se seguiu já tenha ultrapassado os valores anteriores à crise financeira. As décadas de 1980/90 foram marcadas pela imigração de antigas colónias portuguesas em África, seguindo-se do aumento por parte de imigrantes oriundos de países europeus, posteriormente do Brasil, e mais recentemente de países asiáticos. A análise temporal dos países de origem é marcada pelas grandes alterações na geopolítica mundial enquanto a sua distribuição no território permite identificar pólos de concentração de comunidades específicas que tanto podem ser atraídas por interesses comuns como por uma rede social pré-existente que funciona como suporte aos primeiros anos num país estrangeiro. O objectivo desta comunicação é identificar as alterações dos países de origem da comunidade imigrante em Portugal e a sua

distribuição pelo território continental entre 2007 e 2018. Este intervalo permite identificar a situação antes e depois da crise financeira de 2010-2014. Para tal, foram analisados os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, referentes à atribuição de Títulos de Residência, Autorizações de Permanência e Vistos de Longa Duração a estrangeiros, durante este período.

Palavras chave: Imigração; Portugal; Perfil de Imigrantes; Imigrantes

XI-APS-76681 - Regressos de emigrantes portugueses: as estatísticas possíveis

Joana Azevedo - ISCTE-IUL, CIES-IUL

Filipa Pinho - CES-UC

Ana Cristina Ferreira - ISCTE-IUL, DINAMIA

José Carlos Marques - CICS.NOVA.IPLEIRIA

Pedro Góis - CES-FEUC

Isabel Tiago Oliveira - ISCTE-IUL, CIES-IUL

Comunicação Oral

O tema das migrações de regresso a Portugal não tem feito parte, de forma sistemática, dos estudos da emigração portuguesa. No seguimento de um projeto recente sobre a emigração portuguesa (REMIGR 2014-2016), está em curso um outro, designado “Experiências e expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades” (EERNEP), no âmbito do qual decorre a presente proposta. Nesta comunicação, propomos analisar os indicadores de regresso que é possível obter a partir do INE/Eurostat, a partir das estatísticas de migração publicadas, desde 2008, por sexo, naturalidade (naturais do estrangeiro/naturais de Portugal) e nacionalidade (estrangeiros/nacionais). Serão ainda analisados outros indicadores disponíveis, como os referentes ao programa político “Regressar” (países de proveniência, sexo, idade e habilitações dos regressados abrangidos pelas medidas do programa). Pretendemos, desta forma, contribuir para o retrato sociodemográfico do fenómeno do regresso recente a Portugal, apontando as limitações inerentes ao estudo das migrações de regresso no que respeita à obtenção de dados, que são tradicionalmente identificadas pela literatura não só portuguesa, mas também internacional. A partir da distinção portugueses/estrangeiros e naturais de Portugal/naturais do estrangeiro, é possível verificar que os portugueses compõem uma parte significativa dos fluxos de saída (emigração), mas também dos de entrada, o que revela a importância dos regressos no conjunto dos fluxos migratórios para Portugal.

Palavras chave: regresso de portugueses; estatísticas; Eurostat; Programa Regressar.

XI-APS-77303 -THE ROLE AND THE SITUATION OF REFUGEE-WORKERS IN THE GLOBAL ECONOMY

Basem Mahmud - University of Granada

Comunicação Oral

This contribution aims to understand the situation and the role of refugee-workers in the global economy. It based on a case study among those who work in the textile industry in Istanbul (semi-structured in-depth interviews). Since the 1980's many Western companies have relocated to developing countries in search of more favorable conditions of production, (i.e. increased and accelerated production at lower costs). In addition to technology and the reduced cost of transportation, inequality and different levels of development among the countries have made it possible for these firms to operate on a transnational level. Industrial relocation has had an effect on migration movements and therefore reorganizes the place(s) where these firms are located; workers who are searching for better opportunities move with the expectation of finding better jobs. The impact of this process on workers' lives was analyzed by many researchers. Some analyzed this impact by focusing on the lives of migrant workers, who found themselves in a precarious situation that obligate them to consider a new migration plan, but what about those refugees who find themselves in such situation without being able to go back home and with huge limitations in their capacity to move inside the country or outside it? How does this situation influence their everyday life, expectations and future plans?

Palavras chave: Industrial relocation, textile industry , forced migration

XI-APS-78594 -O uso da língua como ferramenta de inclisãp social

Catarina Mauritti Granjo - ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa; Fundação Cidade de Lisboa, Portugal

Comunicação Oral

A inclusão social abrange questões contemporâneas sobre integração social e económica, influenciando as medidas políticas necessárias para que grupos ou indivíduos participem na sociedade. De acordo com o relatório Working together for local integration of migrants and refugees, lançado pela OCDE em 2018, cada vez mais se torna evidente que o enfoque na inclusão social passa por medidas locais, adaptadas às características tanto das

comunidades de acolhimento, como dos próprios migrantes. Neste estudo, procuramos aprofundar o quadro concetual subjacente nestas questões a partir da análise de propostas teóricas de autores como Castles (2003), Malki (1996), Feldman (2012), Fassin (2012), Portes e Rumbaut (2001). Concretamente, pretendemos esclarecer de que forma essas mesmas questões— relativas ao poder do discurso humanitário, a governos humanitários, ao papel das instituições e dos agentes humanitários nesta visão que temos do outro – se relacionam com a inclusão social. No plano mais substantivo, a análise desenvolvida enfatiza, especificamente, o uso da língua como uma ferramenta de integração social. Nesta orientação, pretendemos explorar casos práticos existentes pela Europa, identificando e analisando medidas de integração que têm vindo a instrumentalizar o uso da língua no trabalho com pessoas em posições mais vulneráveis (como os refugiados a viver em contexto de abrigo, exilados ou migrantes com poucas capacidades financeiras ou académicas). Terminaremos com uma análise de metodologias educativas da língua portuguesa para estrangeiros em Portugal, onde serão utilizados dados recolhidos através da entrevista a um migrante a estudar português em Lisboa e tendo em vista, precisamente uma perspetiva comparativa, alguns registos de uma experiência de terreno ainda a decorrer, no âmbito do projeto “Sinergia em ação”, da Fundação Cidade de Lisboa. Pretendemos com esta análise, comparar as dinâmicas desenvolvidas nas sessões informais de português como língua estrangeira para migrantes e refugiados, com o modelo clássico de aulas formais de português para estrangeiros, oferecidas no programa Português Para Todos (PPT) no âmbito de um protocolo entre o Alto Comissariado das Migrações (ACM) e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE). O estudo desenvolvido conclui que as pedagogias convencionais de educação formal permitem mais facilmente atingir os objetivos de aprendizagem quando consideram os contextos e experiências específicos dos destinatários da formação.

Palavras chave: Inclusão social, metodologias de integração, língua, migrantes e refugiados

XI-APS-81147 -Mobilidade estudantil de Angola e Cabo Verde para Portugal: ser, sentir e parecer estudante internacional

Elisa da Palma Alves - Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A mobilidade estudantil internacional é um dos movimentos migratórios com maior crescimento nos últimos tempos e tem sido estudada a partir de diversas perspetivas. No entanto, o significado do sujeito desta ação parece menos aprofundado: o que é ser estudante internacional? A literatura tem-se focado em duas abordagens: uma estatístico-geográfica, concentrada em definir, quantificar e mapear este fluxo migratório; e outra mais sociológica, focada nas motivações, perceções, experiências e identidades dos estudantes.No âmbito deste corpo literário, emanado em grande medida dos países europeus, norte-

americanos e Austrália, os estudantes internacionais são vistos como jovens cosmopolitas em mobilidade e, muitas vezes, como 'uma elite dentro de uma elite'. Este caráter elitista deriva da sua seleção no âmbito do grupo de estudantes do ensino superior, entendendo-se que a exposição internacional lhes dá vantagens adicionais, futuramente capitalizáveis. Assim, migrar para estudar, especialmente numa instituição de topo, reforça as condições para uma mobilidade social ascendente ou para a sua reprodução. Sem pôr em causa este corpo teórico, o facto é que nem todos têm o mesmo perfil, nem a mesma trajetória, estando o conceito de estudante internacional vulnerável ao processo de integração na sociedade de acolhimento. Esta apresentação pretende, assim, discutir o significado do conceito de estudante internacional a partir da mobilidade estudantil angolana e cabo-verdiana para o ensino superior português. Com base em 89 entrevistas semiestruturadas a estudantes e graduados daquelas nacionalidades, realizadas maioritariamente entre 2017 e 2019, e no âmbito de uma tese de doutoramento em fase de conclusão, argumenta-se que, neste caso, ser estudante internacional não corresponde necessariamente a um sentimento de pertença a uma elite, nem, muitas vezes, à identificação com essa avaliação, frequentemente efetuada pela sociedade de acolhimento. A dimensão das comunidades angolana e cabo-verdiana em Portugal, associadas a setores económico-profissionais precários, o passado colonial e a persistência de um preconceito subtil em relação a estas nacionalidades, contribui para que o conceito de estudante internacional concorra e se conjugue com o de trabalhador imigrante. Esta situação parece afetar a imagem que muitos dos participantes têm de si, a forma como são vistos e integrados social e academicamente no país de acolhimento, e as oportunidades que têm (ou não) em Portugal. Não obstante, a transposição desta experiência para os contextos de origem parece ir ao encontro da literatura, através de sinais de capitalização individual e mobilidade social ascendente no pós-regresso. Espera-se, a partir desta exposição, contribuir para o debate acerca de um fluxo migratório cada vez mais relevante a nível mundial e nacional, cujas implicações atravessam um conjunto alargado de esferas.

Palavras chave: Estudante internacional; integração; imigração; (pós-)colonialismo

XI-APS-81458 -Barreiras e colonialidade na mobilidade simbólica: diálogos com mulheres brasileiras qualificadas em Portugal

Marina Rainho - Universidade Nova de Lisboa

Andrea Poletto Oltramari - UFRGS; ISEG/SOCIUS/Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A partir de autoras como Cusicanqui (2013), Lúgones (2014), Spivak(2010) e Piscitelli(2008), neste trabalho compreendemos a cartografia das barreiras simbólicas de inserção no mercado de trabalho das mulheres brasileiras em Portugal. Constatando que estas barreiras são envolvidas frequentemente por xenofobia e assédio, por exemplo, faz-se

necessário envolvê-las sobre a reflexão do cabedal teórico decolonial e das colonialidades implícitas em gênero sob a população subalternizada, terminologia esta cunhada por Spivak, sublinhando de que modo o imaginário social local vem ou não, afetando as relações de trabalho e também afetiva destas mulheres. A Observação participante e horizontal com 27 mulheres brasileiras que residem em Portugal há três anos ou menos, agrupadas na chamada quarta onda migratória (Fernandes, Peixoto, Oltramari, 2020) são compreendidas sob à luz de uma etnografia de engajamento, revelando dados importantes para reinventar as relações de trabalho na imigração, além de trabalhar na reflexão de promoção de saúde mental destas. Os dados foram coletados entre agosto e outubro de 2020, presencialmente, considerando as medidas restritivas sanitárias para o novo coronavírus Covid-19. Como principais resultados observou-se que as barreiras de assédio moral e sexual no trabalho e fora dele antecedem qualquer inserção profissional e também o turnpoint de carreira (Hughes, 1937) e caracterizam-se especialmente pelo histórico de colonialidades que perduram até os dias atuais.

Palavras chave: brasileiras, colonialidade, imigração, trabalho, pandemia.

XI-APS-83262 -Papéis de gênero e refúgio: a experiência de mulheres refugiadas em Portugal

Beatriz Padilla - University of South Florida, USA

Thais França - CIES, ISCTE-IUL

Adriane Vieira - CIES, ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Desde 2015, Portugal tem se disponibilizado ao acolhimento de pessoas refugiadas através de diferentes programas e neste cenário o número de mulheres em busca de asilo a chegar no país tem crescido de forma significativa. Apesar de ainda ter pouca visibilidade no debate sobre a problemática do refúgio e deslocamentos forçados, as questões de gênero se colocam como uma perspectiva de análise fundamental posto que se trata de uma dimensão organizadora e estruturante da sociedade, e, portanto, moldam igualmente a experiência do refúgio. Em muitos casos para as mulheres refugiadas, em especial as muçulmanas, os papéis de gênero pré-construídos cultural e socialmente no país de origem entram em conflito com a forma como estes são concebidos e vivenciados no país de acolhimento. Assim, para integrarem-se na sociedade de acolhida, essas mulheres vem-se obrigadas a renegociar suas identidades no contexto familiar e social e com elas mesmas. Como parte do projeto de investigação “Trajetórias de refúgio: análise de gênero, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal (PT/2018/FAMI/351)”, foram realizadas entrevistas em profundidade com dez mulheres refugiadas em Portugal com o objetivo de investigar as experiências de transformação e negociação de suas identidades durante suas trajetórias de refúgio. Dentre as narrativas, destacam-se a aquisição do papel de chefes de família por

parte de algumas mulheres, em virtude de terem perdido seus maridos ou realizado o percurso apenas com os filhos e, portanto, as únicas responsáveis pela família e sustento da casa e a entrada no mercado laboral português. Nossas análises iniciais ilustram como essas experiências podem por um lado promover a emancipação e autonomia, mas por outro, podem ser igualmente opressoras e desempoderadoras e sobretudo fortalecer os estereótipos acerca das mulheres muçulmanas. Nesse sentido, esta comunicação visa analisar a ambivalência presente na experiência do refúgio frente as diferenças de papéis de gênero no país de origem e em Portugal, além de discutir o lugar ocupado pelas mulheres refugiadas no imaginário europeu.

Palavras chave: Mulheres Refugiadas; Papéis de gênero; Identidade; Portugal

XI-APS-83695 -**Refugiados e Jornalismo - o aproveitamento do populismo**

Débora Santos Guerreiro - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Dora Santos Silva - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Comunicação Oral

Em 2015 a Europa acordou para a 'crise dos refugiados no Mediterrâneo', ano em que entraram no continente mais de um milhão de pessoas oriundas do Médio Oriente e de África, em fuga dos seus países em guerra ou politicamente fraturados. Desde então e até ao fim de 2019, outros 825,735 milhares alcançaram a Europa, enquanto 15 milhares morreram na tentativa (UNHCR, 2020). Porém, o mundo mudou desde 2015. A solidariedade deu lugar ao medo que, por sua vez, deu lugar ao aproveitamento político. Com o pico de 2015 veio o enquadramento perfeito para o aumento da projeção dos partidos populistas, com a sua retórica islamofóbica, a exploração do medo e a sua posição marcadamente anti-imigração (Balfour et al., 2016). Rapidamente se assistiu ao retorno dos velhos nacionalismos e ao discurso de ódio contra o 'outro' desconhecido, o que tomou forma em vários países europeus e pelo mundo fora, com a construção de muros e vedações, e a imigração passou a estar no topo da agenda política. Enquanto isso, as redes sociais e os média online foram usados pelos partidos radicais para a difusão do seu discurso, defensor das medidas "inevitáveis", enquanto procuravam normalizar as suas opiniões extremistas (Krzyzanowski et al., 2018). Atualmente é cada vez mais assumida a importância da cobertura jornalística do tema dos refugiados e migrações, em parte, devido ao aumento da projeção dos partidos anti-imigração (Allen et al., 2017). Além disso, o discurso público tornou-se bastante polarizado e a desinformação tem sido utilizada como tática de poder com impacto negativo na sociedade (Mcauliffe et al., 2020). Esta comunicação atualiza dados relativos à cobertura da crise dos refugiados em diários generalistas portugueses, em 2015, que culminaram numa dissertação de mestrado (Guerreiro, 2018) e pretende responder a

três questões de investigação: 1) qual é a evolução das representações sociais dos refugiados, a partir do tom discursivo, entre 2015 e 2019? 2) quais as principais diferenças editoriais na cobertura jornalística da crise dos refugiados, entre 2015 e 2019? 3) quais são as reações dos leitores em relação às representações sociais dos refugiados, a partir dos seus comentários no Facebook? A amostra corresponde a uma semana de cobertura dos diários Público e Observador, em 2015 e em 2019, e a comentários de leitores no Facebook relativos a uma percentagem das peças publicadas. Resultados preliminares indicam que não há diferenças significativas na cobertura entre 2015 e 2019, mantendo-se a falta de contextualização do tema, agravada em 2019 pelos fenómenos de desinformação que culmina em comentários dos leitores próximos de um discurso de ódio, reflexo de uma batalha social que se vive entre o 'nacionalismo/protecionismo' e a 'integração/abertura' (Mcauliffe et al., 2020) e da facilidade em criar uma personagem através dos média, que deixa a democracia vulnerável ao populismo e nacionalismo (Postelnicescu, 2016).

Palavras chave: refugiados; jornalismo; populismo; discurso de ódio;

XI-APS-83703 -A integração social dos descendentes de imigrantes no concelho de Sintra: uma perspectiva interseccional

Juliana Iorio - ISCTE-IUL/CIES-IUL

Sofia Gaspar - ISCTE-IUL/CIES-IUL

Comunicação Oral

Portugal é desde há várias décadas um país (também) de imigração, no qual a 'super-diversidade' e a convivialidade de diversos grupos étnicos e de imigrantes adquiriu contornos extremamente pronunciados em certas zonas geográficas. O concelho de Sintra é dos concelhos do país onde as comunidades imigrantes são das mais expressivas, ilustrando a convivência social e cultural entre grupos étnicos distintos. O objetivo de esta comunicação é analisar as estratégias de integração social dos descendentes de imigrantes a residir no concelho de Sintra, adoptando uma perspectiva interseccional, através da qual se procura entender como certas categorias sociais – género, classe social, etnicidade e estatuto migratório – influenciam este processo. Os dados deste estudo baseiam-se quer em dados quantitativos (Censos 2011) como qualitativos (45 entrevistas). As entrevistas aprofundadas e semi-estruturadas foram realizadas entre 2019 e 2020 a dois grupos de descendentes de imigrantes: a 'segunda geração' (nascidos em Portugal mas cujos pais são oriundos de outro país), e a designada 'geração 1.5' (nascidos num outro país, mas a viver em Portugal desde o final da infância/início da adolescência). Por outro lado, os grupos nacionais entrevistados reportam-se aqueles mais representativos das comunidades imigrantes em Portugal (i.e., africanos com origem nos PALOP, brasileiros, romenos e ucranianos). Os resultados obtidos exibem diferenças nas estratégias de integração social de

cada grupo, particularmente se considerarmos certas áreas onde a inclusão social é mais difícil: apesar de Portugal proporcionar o acesso à educação, aqueles que têm uma maior dificuldade com a língua e que tiveram um ensino de qualidade inferior nos seus países de origem antes de imigrarem, tendem a se desinteressar pelo estudo formal, e acabam por se dedicar a áreas específicas do desporto ou da expressão artística (música, teatro, etc). Nesse aspeto, as associações e projetos sociais exercem um importante papel na integração desses jovens. Assim, estes jovens imigrantes ou descendentes, apresentam estratégias de integração social mais satisfatórias dentro da sociedade portuguesa. A adopção de uma perspetiva interseccional permitiu constatar que os processos de integração social dos descendentes de imigrantes envolvem um cenário complexo, no qual certas áreas constituem uma fonte de inclusão privilegiada, enquanto outras conduzem, continuamente, a processos de desigualdade e exclusão social.

Palavras chave: integração social, descendentes de imigrantes, interseccionalidade, Portugal

XI-APS-85555 -Identitarismo, etnicidade e populismo de direita radical em Portugal: o caso do partido Chega e do líder André Ventura

Riccardo Marchi - Centro de Estudos Internacionais (ISCTE-IUL)

Comunicação Oral

A eleição ao Parlamento português do deputado único do partido Chega, André Ventura, nas eleições legislativa de 6 de outubro de 2019 representa um marco político para a democracia portuguesa em dois sentidos. Por um lado, pela primeira vez, desde abril de 1974, um partido conotado com a extrema-direita do espectro político conquista assento parlamentar. Por outro lado, pela primeira vez se regista uma ruptura consistente com a extrema-direita tradicional nacional, representando o Chega um sujeito político enquadrável no conceito de populismo de nova direita radical, já presente na Europa há pelo menos um quarto de século, mas sem representação em Portugal. Neste sentido, o partido Chega corporizou uma oferta política até agora ausente em Portugal face a uma procura política populista de direita já detectada há algum tempo pela investigação científica. Esta oferta política exitosa – entrada no parlamento com apenas 1,5% dos votos, em apenas quatro meses o Chega conquistou o 6% das intenções de voto, segundo as últimas sondagens – foi veiculada através de um discurso conotado por alguns analistas como racista, xenófobo e discriminatório, encetado por André Ventura desde a campanha eleitoral autárquica de Loures de outubro de 2017, como cabeça de lista social-democrata da coligação PSD-CDS-PPM. Ao longo do processo de autonomização de André Ventura do PSD até à fundação do Chega e sua entrada no Parlamento, este discurso, inicialmente limitado aos ataques à comunidade cigana por subsidiodependência e ilegalismo, foi-se alargamento à crítica ao modelo de sociedade multiétnica, às reivindicações dos movimentos sociais dos sujeitos racializados, aos fluxos migratórios com incidência nas fronteiras externas meridionais da

Europa, à questão das comunidades islâmicas. A exposição mediática de André Ventura e o seu actual papel institucional trouxeram esta agenda de direita radical no centro do debate político português, após anos de marginalização no microcosmo do extremismo de direita tradicional. A comunicação tem como objecto de investigação esta agenda política inédita nas instituições portuguesas. O objectivo é avaliar se e como o discurso do partido Chega e do seu líder podem ser enquadrados no mais amplo fenómeno do identitarismo anti-imigração e anti-islâmico do populismo de direita na Europa e em que medida este discurso representa uma ruptura com a direita radical tradicional portuguesa. Do ponto de vista metodológico, a investigação assenta na análise do discurso de André Ventura ao longo da sua ascensão política no espaço público desde outubro de 2017, na análise dos documentos produzidos pelo Chega desde a sua fundação em outubro de 2018 e, principalmente, em 20 entrevistas em profundidade com dirigentes do Chega pertencentes aos órgãos nacionais do partido, inclusive com o líder André Ventura, realizadas entre Novembro de 2019 e Fevereiro de 2020.

Palavras chave: Identitarismo, Populismo, Direita radical, Chega

XI-APS-86011 -O uso de estatísticas-espelho no estudo da emigração: questões metodológicas

Rui Pena Pires - Observatório da Emigração, ISCTE-IUL

Inês Vidigal - Observatório da Emigração, ISCTE-IUL

Carlota Moura Veiga - Observatório da Emigração, ISCTE-IUL

Joana Azevedo - Observatório da Emigração, ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Há uma assimetria nas migrações internacionais. O direito de sair do país em que se reside está hoje estabelecido, embora não seja assegurado universalmente. Pelo contrário, o direito de entrada num país continua a ser limitado pelo reconhecimento da soberania dos estados nacionais e do direito destes controlarem a entrada de estrangeiros no seu território. Não há, pois, registos de saídas (emigração) mas apenas de entradas (imigração). Por isso, a melhor forma de estudar a emigração de um país passa pela compilação de dados sobre a entrada e permanência dos seus emigrantes nos países de destino, assim se criando as chamadas “estatísticas espelho”: os emigrantes de um país são estudados enquanto imigrantes nos destinos. Esta é a orientação seguida por organismos internacionais como as Nações Unidas, o Banco Mundial ou a OCDE. E é, também, a orientação seguida pelo Observatório da Emigração, que compila, disponibiliza e analisa estatísticas sobre os imigrantes portugueses nos países de destino da emigração. Em regra, mas nem sempre, esta opção tem vantagens sobre procedimentos alternativos, como os usados pelo INE e pelo Eurostat, mas envolve problemas metodológicos que devem ser avaliados. Em primeiro lugar, no plano dos fluxos, o efeito de espelho não é rigoroso, pois as entradas num país de

nacionais de outro país não correspondem totalmente às saídas desse país, uma vez que incluem também aqueles que reemigraram a partir de um terceiro país que não o da sua nacionalidade. Em segundo lugar, tanto os indicadores de fluxo como os de stock estão incompletamente harmonizados, não existindo, desde logo, uma definição comum de migração permanente, apesar das recomendações nesse sentido feitas pelas Nações Unidas. Em terceiro lugar, sendo Portugal um país pequeno em termos demográficos, nem sempre um fluxo de saída de emigrantes numeroso por referência à origem tem a dimensão suficiente para ser relevante no destino e, portanto, especificado como tal, ou para aparecer em operações de inquirição por amostragem com valores estatisticamente significativos. Por fim, as estatísticas-espelho obedecem, em regra, a critérios diferentes na definição dos fluxos e dos stocks. No primeiro caso, e como as estatísticas de entrada são o resultado do controlo dos movimentos de estrangeiros, os emigrantes são definidos como os estrangeiros que entram no país e aí residem, em regra, pelo período mínimo de um ano. Já nas estatísticas de stock, o indicador mais usado é o da naturalidade dos residentes, considerando-se imigrante quem nasceu num país diferente daquele em que vive. Nesta comunicação discutem-se aqueles problemas e o modo como afetam, de modos variáveis, a qualidade dos dados nas estatísticas-espelho. Identificam-se, ainda, alguns procedimentos para limitar os problemas, recomendações a ter em conta na análise das estatísticas-espelho e o uso complementar de estatísticas alternativas.

Palavras chave: Emigração, estatísticas, indicadores, Portugal

XI-APS-87253 -Covid-19 and the work and care crisis among female migrants

Nuno Dias - DINÂMIA'CET_iscte

Comunicação Oral

During the recent lockdown a sense of community and cohesion arose around certain ideas, such as universal health care, and the aim of specific public policies reinforcing the exceptional circumstances: the immediate regularization of all migrants with processes awaiting decision, prohibition of housing evictions, a lay-off scheme preventing escalation of unemployment, extension of social benefits to vulnerable and precarious occupations, etc. Although the notion of essential workers was largely debated, there was short coverage on how the pandemic affected particular social groups and occupations. And some workers, whose jobs remained essential, were not acknowledged for their endurance during lockdown and beyond. Gradually, some evidences have been emerging regarding the particular impact of Covid-19 on women and, in particular, women in low skilled sectors such as cleaning and caring. Given the furtherance of the recommendation to stay at home, work from home and to avoid public gatherings a significant number of essential jobs are not given the benefit of choice, having had to opt between safety or income. Regarding the care economy, since the year 2000, the official data show some tendencies that are not

specific to Portugal. The number of people paying contributions to social security in the category of ‘domestic workers’, meaning they perform a broad range of activities inside personal households, mainly cleaning and caring for infants and elder people, has sharply declined while, at the same time, the percentage of foreign nationalities in the same category has consistently increased. This trend reflects what some authors call an ‘international division of reproductive labor’ that became noticeable in the last decades and a deregulated growth of ‘global care chains’. Migrants are overrepresented in the caring and cleaning sectors in a significant number of countries in the world and allowed families more flexible arrangements regarding the needs of dependent family members. Drawing from official data and in-depth interviews with female migrants working as carers, this paper aims to map the long-run dynamics of the care economy and its relation with recent impacts of covid-19 on the care sector trying to understand the possible outcomes for the sector and for families.

Palavras chave: women migration, care, labour market, covid-19

XI-APS-87850 -Políticas da emigração: uma análise de 2011 a 2018

Inês Vidigal - ISCTE-IUL

Carlota Moura Veiga - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Estima-se que, em 2017, segundo as estimativas das Nações Unidas, existam 2.3 milhões de pessoas nascidas em Portugal a residir no estrangeiro, e que, se forem contabilizados os descendentes diretos destes emigrantes, o valor ultrapasse os 5 milhões. Ou seja, os emigrantes portugueses correspondem a 0,9% do número total de emigrantes a residir no mundo, percentagem sete vezes superior ao peso da população de Portugal na população mundial total (0.14%). Aquando de uma análise da emigração portuguesa, verificou-se uma tendência de crescimento da população portuguesa emigrada a viver na Europa, com valores a rondar os 66% do número de portugueses emigrados. Segundo estas estatísticas, Portugal, tal como já verificado nos estudos anteriores publicados pela ONU, continua a ser, em termos acumulados, o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da população residente (considerando apenas os países com mais de um milhão de habitantes), com cerca de 22% da sua população a residir no estrangeiro. Apesar de Portugal, em termos históricos, se ter posicionado maioritariamente como um país de emigração, o número de portugueses que saíram do país nem sempre foi estável. Em 2010, segundo os dados do Observatório da Emigração, saíram 70.000 portugueses do país e Portugal verificava um saldo migratório positivo. A partir de 2011, a situação inverteu-se contrariando o discurso político de que Portugal teria deixado de ser um país de emigração, e sim um país de imigração. Esta realidade ganhou consistência aquando do início de uma vaga de emigração, que atingiu o seu valor máximo de saídas de 120.000, em 2013, valor que se pode justificar

pela crise económica que vigorou em Portugal até 2014. Apesar de uma diminuição no número de emigrantes portugueses que deixaram o seu país, aquando de um enquadramento global da emigração portuguesa em termos de fluxos, saíram, no período de 2011 a 2018, 697 mil portugueses, o que corresponde a 6.8% da população portuguesa residente em 2018. É neste sentido que se propõe, através desta comunicação, uma análise às políticas referentes à emigração portuguesa nas duas últimas legislaturas, de modo a compreender as diferenças na ação política em contextos económicos díspares. Para tal, é proposta a realização de uma revisão aos programas eleitorais (eleições de 2011 e 2015) de todos os partidos representados na Assembleia da República, o que foi proposto por cada Governo ao longo das duas legislaturas, e o que foi proposto pelos outros partidos com assento parlamentar. Numa segunda fase, é realizada uma análise às políticas de emigração que foram propostas e aprovadas ou rejeitadas em Parlamento e as que, na realidade, foram efetivadas.

Palavras chave: políticas de emigração; emigração portuguesa

XI-APS-88714 -**Emigração portuguesa, redes e transnacionalismo**

Ana Filipa Cândido - Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE

Rui Pena Pires - Observatório da Emigração, CIES-ISCTE

Comunicação Oral

O uso dos conceitos de rede e de transnacionalismo mudou a análise e a explicação dos fenómenos migratórios. Reconheceu-se, em primeiro lugar, que as migrações não são simples movimentos de ausência/presença, mas canais relacionais entre espaços locais na origem e nos destinos, cruzando duas ou mais fronteiras nacionais. Em segundo lugar, que os laços usados nas migrações e por estas criados contribuem para a constituição de espaços transnacionais em que circulam recursos, em particular, informação, competências e remessas. Estas duas proposições sugerem, nomeadamente, que as migrações não reproduzem necessariamente o subdesenvolvimento, antes podem contribuir para o desenvolvimento dos países de origem em consequência da receção de recursos através de canais relacionais. Sugerem, ainda, que os impactos e as causas da migração se relacionam nos espaços transnacionais desencadeando dinâmicas de causalidade cumulativa. No estudo das redes migratórias e dos espaços transnacionais por elas sustentados é fundamental identificar a sua variedade interna, seja no plano das características sociais dos migrantes, seja no plano socioespacial da sua concretização. Só assim será possível identificar que redes, espaços transnacionais e recursos podem potenciar os contributos da emigração para o desenvolvimento dos países de origem. Este artigo tem por base um questionário aplicado a emigrantes portugueses através do Facebook e pretende identificar o contributo das redes para as dinâmicas migratórias, em todas as suas fases: decisão de emigração na origem, concretização da emigração e suporte das relações com Portugal após a fixação no destino.

Começa por tratar as questões metodológicas presentes na inquirição online, discutindo os seus possíveis efeitos nos resultados obtidos. Em seguida, analisam-se os resultados obtidos, dando particular atenção a três questões. Em primeiro lugar, à caracterização quer das redes interpessoais mobilizadas no processo migratório, quer das redes organizacionais que mobilizam os migrantes. Em segundo lugar, explica-se em que circunstâncias predominam umas sobre as outras em função das características sociais dos migrantes e da sua migração, bem como da história do destino como país de emigração portuguesa. Por último, identificam-se: (i) as principais redes que ligam, de modos social e territorialmente diferenciados, na origem como no destino, Portugal com os países de emigração; (ii) os espaços transnacionais constituídos por essas redes e os processos de circulação de migrantes entre Portugal e os destinos da emigração portuguesa que os suportam; e (iii) os recursos de informação, competências e remessas que transitam nessas redes e espaços.

Palavras chave: Emigração portuguesa, redes, transnacionalismo

XI-APS-88868 -O papel dos Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, no âmbito do Programa Qualifica: uma função integradora?

Sandra Pratas Rodrigues - Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais

Comunicação Oral

Tradicionalmente visto como país de emigrantes, Portugal tem-se tornado num país de destino de movimentos migratórios com origem em geografias plurais. Assim, e apesar da variabilidade dos fluxos migratórios em Portugal (ACM, 2020), os dados do INE e do SEF evidenciam que o saldo migratório nacional passou a ser positivo desde 2017. Em resultado do aumento de estrangeiros, sobretudo de população em idade ativa, os Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL), criados em 2009 no âmbito do Plano de Integração de Imigrantes, ganharam expressão nos últimos anos. Apesar de não se constituírem como numa oferta central da política pública de educação de adultos, estes Cursos surgem hoje como uma oferta associada ao Programa Qualifica. Esta circunstância apresenta elevado interesse, dado que as políticas públicas de educação de adultos, desde a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, que atribuiu centralidade ao ensino recorrente, até às orientações da “nova política de educação de adultos” (Barros, 2009), que permitiram o desenvolvimento do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e aos Cursos de Educação e Formação de Adultos, entre outras ofertas, apontam para finalidades de certificação/qualificação da população portuguesa, assim como de gestão de recursos humanos (Lima & Guimarães, 2011) da mão-de-obra nacional e não incluíram propostas com as características que estes Cursos denotam. Assim, estes Cursos apresentam-se como iniciativas interessantes do ponto de vista da análise, na compreensão de que o domínio do Português como Língua de acolhimento surge como uma das principais

ferramentas de uma integração plena (Grosso, 2010), com potencial transformador de cariz político e democrático (Vieira, Moreira & Peralta, 2014), enquanto promove uma melhor integração no mercado de trabalho (ACM, 2020). Neste quadro, cabe perguntar o seguinte: que finalidades são assumidas para estes Cursos e de que modo se articulam com as orientações da estratégia pública em desenvolvimento, o Programa Qualifica? Para responder a esta questão, optou-se pela utilização de uma abordagem interpretativa, assente na análise documental (Bowen, 2009) de legislação que regulamenta estas ofertas e de orientações metodológicas que orientam a realização de cursos em escolas públicas do ensino regular. Estes documentos foram sujeitos à análise de conteúdo (Amado, Costa & Crusoé, 2017). Os resultados apontam para a importância crescente desta oferta formativa, numa lógica de gestão de recursos humanos, em linha com as grandes finalidades da política pública de educação de adultos associada ao Programa Qualifica, ficando aquém do potencial integrador e transformador da aprendizagem da Língua de acolhimento e da educação de adultos, em geral.

Palavras chave: população imigrante; adultos; aprendizagem da Língua de acolhimento

Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais

XI-APS-30287 -Uma década de políticas sociais de velhice em Portugal: trajetórias e opções

Anabela Correia - CAPP, ISCSP, Universidade de Lisboa

Elvira Pereira - CAPP, ISCSP, Universidade de Lisboa

Dália Costa - CAPP, ISCSP, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A condição humana de dignidade e o direito a ter direitos objetiva-se na CRP, não como uma dignidade metafísica, mas como um princípio interpretativo dos direitos prescritos constitucionalmente (Novais, 2016), exemplos a conceção de segurança social, cuidados de saúde e educação, direitos fundamentais que obrigam o Estado à sua concretização (Silva & Vieira, 2016). As políticas sociais de velhice assumem esse papel, adquirindo uma relevância crescente na sociedade portuguesa, onde o envelhecimento demográfico, a par do aumento da esperança de vida e da transformação do modelo de cuidado no contexto da família, colocam desafios à intervenção dos políticos, tendo em conta a necessidade de garantir os direitos dos idosos. Esta temática tem sido estudada por autores, entre os quais: Mozzicafreddo (1992), António (2010), Bruto da Costa (1998), Câmara (2015), Cardoso, Santos, Baptista & Clemente (2012), Carmo (2011), Carvalho (2012), Carvalho & Pinto (2014), Fernandes (1997, 1999), Pereirinha (2008), Portugal (2014), Rodrigues & Silva (2012). A presente comunicação procura dar um contributo para o conhecimento da trajetória das políticas sociais de velhice no período de 01/01/2006 a 31/12/2015, identificando alterações e/ou processos de mudança (inovação e/ou reconfiguração). A recolha de dados assentou em observação documental. A partir do sítio eletrónico do Diário da República, foram identificados 162 diplomas de âmbito nacional publicados em Diário da República no período referido, que continham uma ou mais das palavras-chave mobilizadas na procura (idoso, idosa; idosos; idosas; velhice; envelhecimento; pensões; seniores e terceira idade). A análise realizada incluiu: i) a classificação dos diplomas de acordo com os direitos sociais de cidadania, constitucionalmente consignados; ii) a identificação da trajetória cronológica das medidas de política associadas; iii) análise de conteúdo dos diplomas identificando as orientações e os critérios que lhes estiveram subjacentes, as alterações e/ou processos de mudança (inovação e/ou reconfiguração) bem como, a referência ao termo dignidade. No período analisado, a maioria dos diplomas identificados associa-se ao direito à Segurança social e solidariedade (37,7%) e ao direito à saúde (20,4%). A trajetória cronológica sugere uma primeira fase, até ao primeiro trimestre de 2011, em que se registaram medidas que visaram a sustentabilidade do sistema, reconfigurando a arquitetura do sistema de segurança social português e, uma segunda fase, desde o segundo semestre de 2011, coincidindo, em parte, com o Programa de Assistência Económica e Financeira, na qual uma parte das medidas foi justificada pelo critério da estabilidade orçamental. Relativamente à presença do termo dignidade nos diplomas regista-se uma quase ausência do termo ou de termos correlacionados. Com efeito, estes

termos surgem, apenas, em 8 dos 162 diplomas analisados.

Palavras chave: políticas sociais de velhice; idosos; necessidades; direitos sociais

**XI-APS-32904 -Políticas e práticas de integração de refugiados em Portugal e no Brasil:
Uma abordagem comparativa**

Francisco Jacy - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

João Eduardo Martins - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Comunicação Oral

Os refugiados personificam nossos medos, asseverou Bauman se direcionando aos países ricos e às classes sociais do mundo que vivem com mais conforto e segurança ontológica, e se referindo à ansiedade que acompanha o receio dos mesmos de perderem a boa posição social ao confrontarem os refugiados, os quais, muitas vezes, tiveram essa base de segurança, mas a perderam em seus países de origem. Com efeito, o início do século XXI traz à tona os dilemas dos refugiados como desafios incontornáveis ao exercício da empatia para os indivíduos e à responsabilidade humanitária para as nações. Ao olharmos para os refugiados, não olhamos apenas para demandantes de integração que estão em deslocamento, mas também para os efeitos da conjuntura do mundo a partir de suas zonas de erupção, onde eclodem agudamente tensões políticas, econômicas e culturais, nos galhos cujos frutos são mais amargos na grande e intrincada árvore em que se configurou a globalização. Daí uma das relevâncias de compreender o refúgio hodierno, pois essa temática é um forte indicador (entre outros notórios como colapso ambiental) do estado da arte da geopolítica, da economia e da globalização. No âmbito da dissertação de Mestrado em Sociologia, atualmente em curso, propomos uma análise comparativa da integração dos refugiados em Portugal e no Brasil. Duas nações interligadas por seculares fluxos migratórios de humanos livres e escravizados. Como esses dois países (um marcado historicamente pela emigração e outro marcado historicamente pela imigração) imbricados por séculos de colonização, por um componente étnico em comum, e pela mesma língua, encontram-se perante as atuais migrações forçadas? Quais motivações acicataram os refugiados a saírem de seus locais de origem, comumente em viagens incertas e extenuantes? Por que escolheram Brasil e Portugal? Como está o processo de integração nesses países, nas óticas dos refugiados e dos agentes que trabalham para sua integração? Quais as expectativas de futuro para esses refugiados? No enquadramento teórico da pesquisa, construiremos basicamente três tópicos: o primeiro será a problematização sociológica do refúgio, onde abordaremos a teorias das migrações, a história do refúgio no mundo, a relação do mesmo com a globalização e o termo refugiado. Os dois últimos tópicos serão a integração dos refugiados em Portugal e no Brasil, nos quais externaremos a evolução jurídica e institucional da proteção do refugiado e o funcionamento e as problemáticas das ações de integração do mesmo nesses respectivos países. Quanto à

metodologia, utilizaremos a investigação qualitativa e a recolha de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas, a serem realizadas presencial e remotamente com agentes da integração de refugiados e com os próprios refugiados. Serão 20 entrevistas, a metade a partir do Brasil, especialmente do ambiente de atividades da Pastoral dos Migrantes de Fortaleza, e a outra metade a partir de Portugal, nomeadamente do espaço de atuação do Serviço Jesuíta aos Refugiados em Lisboa.

Palavras chave: Teoria das migrações, globalização, integração de refugiados, Brasil, Portugal.

XI-APS-39352 -Juventude e novas configurações políticas no Brasil contemporâneo

Vanessa Araújo Correia - USP

Renato de Souza Almeida - UFABC

Comunicação Oral

Esta comunicação apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema da participação política de jovens, procurando realizar uma análise crítica da literatura sociológica que aborda as formas contemporâneas de relacionamento de jovens com a política. A partir disso, discute teoricamente a ideia de que houve uma mudança na centralidade da luta política, de 1970 para cá, superando o enfoque na qualidade de vida e direitos sociais e avançando para o campo dos direitos humanos. Essa esfera de disputa política está bastante vinculada ao universo cultural e identitário, criando um confronto entre narrativas conservadoras e progressistas. Considerando-se que sob determinada conjuntura política e econômica se desenvolvem relações específicas entre os jovens e a política, busca-se refletir as condições de possibilidades que produziram o atual acirramento político e ideológico vivido pela sociedade brasileira. Em nossa hipótese, é possível interpretar esse acirramento por meio da análise das organizações juvenis com posicionamentos antagônicos, que emergem no Brasil, de modo acentuado pós acontecimentos de junho de 2013, período que pode ser interpretado também como início do declínio do lulismo.

Palavras chave: Juventude; política; acirramento ideológico.

XI-APS-41907 -Violência contra as mulheres em relacionamentos de intimidade: gênero, poder e desigualdades

Joana Aguiar Patrício - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

Comunicação Oral

A violência de género contra as mulheres, raparigas e meninas é uma violação dos direitos humanos, um problema social com crescente visibilidade política e social. Desde a década de 1990, a par do processo de globalização, observa-se uma crescente problematização da violência contra as mulheres, violência doméstica e violência de género, independentemente do contexto de ocorrência. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido determinante na constituição de uma agenda política global focada na prevenção e combate à discriminação e violência de género contra as mulheres. Ao nível da região europeia, destaca-se a ação da União Europeia (UE) e do Conselho da Europa (CoE), sublinhando-se a Convenção do CoE para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Istambul), o instrumento de âmbito regional mais abrangente sobre violência contra as mulheres e o primeiro legalmente vinculativo. A igualdade de género (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030) é “um dos valores fundamentais da União Europeia”; porém, entre outros aspetos, continuam a ser necessárias políticas ativas para combater a violência com base no género (Comissão Europeia, 2016). Em 2011, o Relatório sobre o rosto da pobreza feminina na União Europeia identificava as três dimensões “G” da pobreza: dimensão de género, dimensão geográfica e dimensão geracional, indicando que as mulheres vítimas de violência estão em “maior risco de pobreza, uma vez que a violência tem consequências sobre a sua saúde e poderá causar desemprego” (Plumb, 2011). Ao nível teórico, vários autores têm debatido os conceitos de poder e género, “termos comumente conjugados” (Radtke e Stam, 1994). As relações de género são relações de poder e o género, modelado ao nível da interação social e das instituições sociais, é construído através de práticas de poder (Radtke e Stam, 1994). A estrutura de género não opera isoladamente de outros sistemas de desigualdade (e.g. classe, etnia, sexualidade) e atingir a igualdade de género requer a efetivação de outras formas de igualdade (Scarborough e Risman, 2017). Apesar de uma abundante literatura sociológica sobre desigualdades e desigualdade de género, a igualdade de género tarda em ser atingida (Risman, 2017), tópico transversal aos ODS da Agenda 2030. Com base em entrevistas em profundidade a mulheres com experiência de violência de um parceiro íntimo, realizadas no âmbito de pesquisa de doutoramento, analisa-se o impacto da violência na vida das mulheres e filhos, sobretudo, ao nível da educação, trabalho e emprego, expondo obstáculos ao desenvolvimento de uma cidadania plena e à sua capacidade para usufruir direitos e liberdades numa base de igualdade.

Palavras chave: Perspetiva de género; interseccionalidade; entrevistas; Portugal

XI-APS-44854 - **Iniciativas de apoio alimentar: entre a crítica e a permanência**
Fábio Rafael Augusto - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Realizar investigação sobre iniciativas de apoio alimentar (IAA's) implica, desde logo, atender a dois aspetos que se revestem de alguma complexidade pela aparente contradição que os medeia. Por um lado, as IAA's têm vindo a ser alvo de críticas que se relacionam, sobretudo, com a desarticulação entre os seus objetivos e a sua, efetiva, ação e modus operandi, por outro, estas mesmas iniciativas têm vindo a adquirir uma expressão significativa, sendo, particularmente, visível em contextos de crise socioeconómica, como a que se vivenciou a partir de 2008 a nível internacional. É, justamente, esta aparente descoincidência que serviu de mote para levar a cabo a construção de um projeto de investigação que procura, com base na análise das dinâmicas relacionais estabelecidas no seio das IAA's, perceber como se regulam estas iniciativas e que práticas são tidas como positivas ou negativas para o cumprimento dos objetivos destas respostas sociais. A nível metodológico, a pesquisa assume um carácter qualitativo e divide-se, essencialmente, em duas fases distintas mas relacionadas entre si, nomeadamente, observação participante nas três IAA's investigadas (Re-food, Cantina Social e Mercearia Social) e entrevistas semiestruturadas realizadas aos responsáveis, voluntários e beneficiários das IAA's. Desta forma, a presente comunicação procura lançar algumas linhas orientadoras de resposta às seguintes questões: Como funcionam e se regulam as IAA's? Quais as suas fragilidades e potencialidades? Que dinâmicas podemos encontrar na relação que se estabelece entre os seus principais intervenientes? Como é que estes veem as iniciativas com que interagem? Que papéis eles lhes atribuem e de que forma elas correspondem (ou não) às suas necessidades e expectativas? O que falta fazer e o que já está a ser feito? A resposta a estas e outras questões permitirá compreender, não só, o caminho que já tem vindo a ser percorrido pelas iniciativas e o caminho que se prevê que elas venham a percorrer, como também dar voz aos seus principais atores e às suas experiências de vida, em particular, de contato com respostas que, de forma mais ou menos direta, os afetam.

Palavras chave: iniciativas de apoio alimentar, crise socioeconómica, responsáveis, voluntários, beneficiários

XI-APS-44916 -Inovação social e o papel do Estado: visões dos atores para uma mudança de paradigma

Hugo Pinto - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra & Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Carla Nogueira - CinTurs / CIEO, Universidade do Algarve

Fábio Sampaio - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A sociedade contemporânea enfrenta novos desafios o que requer uma reflexão profunda sobre os modos dominantes de desenvolvimento. As inovações estritamente orientadas para o mercado já não são compreendidas como soluções suficientes a longo prazo para os problemas existentes e para um futuro sustentável. Até os modelos ortodoxos para compreender a inovação estão a convergir para o entendimento do valor social, em direção a dimensões mais verdes, inclusivas e inteligentes. Com convicção pode afirmar-se que a inovação tem vindo a ganhar um foco mais social, baseado não apenas no carácter social dos problemas a serem abordados, mas também na forma como é cocriada e posta em prática por uma variedade de atores, coletivos e comunidades. A inovação social está atualmente a ser consolidada, tanto como conceito quanto como artefacto político. Apesar da sua relevância atual, a inovação social, devido à sua origem, caracteriza-se principalmente como um movimento de base, um fenómeno de nicho, dominado por atores individuais que procuram respostas sociais ao gerar novas ideias, produtos ou processos em pequena escala, que precisam ser ampliadas. Mas a urgência dos problemas da sociedade exige ações fortes e transversais para mudanças transformacionais. O Estado afigura-se assim como um ator crucial para este desígnio de mudança. Neste contexto, importa discutir o papel do Estado na promoção da inovação social. A compreensão contemporânea das funções do Estado é resultado de muitas contribuições e eventos diferentes - do contrato social, ao Estado de Bem-Estar Social, até à sua erosão no mundo de hoje. É necessária uma mudança de paradigma - um Estado Engajado - para garantir a vinculação entre o sector público e os mecanismos para a inovação social. Esta comunicação resume um grupo focal realizado no contexto do Atlantic Social Lab (projeto EAPA_246/2016), envolvendo organizações que implementam inovações sociais e órgãos de políticas públicas responsáveis por apoiar e financiar esses projetos transformadores em Portugal. Os resultados vão além da compreensão do papel do Estado na inovação social, revelando muitos desafios que persistem para a intervenção pública, desde o intervalo de tempo entre a decisão política e a implementação prática das iniciativas até à incorporação limitada dos princípios de inovação social na formulação das próprias políticas públicas.

Palavras chave: Inovação Social; Estado; Portugal; Mudança Transformacional.

XI-APS-45284 -“A Inteligência Artificial no Sector da Economia Social e Solidária: Desafios e Potencialidades”

Ana Cláudia Soares de Almeida Albergaria - FLUP

Comunicação Oral

Esta comunicação enquadra-se no âmbito da primeira fase do projeto de investigação do doutoramento em sociologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tendo por opção metodológica a investigação-ação e técnicas de recolha de dados de cariz qualitativo e quantitativo, fundamenta-se num trabalho interdisciplinar, sobretudo entre as ciências

sociais e as ciências de computação/engenharias de sistemas e de redes. Pretendemos conhecer as representações sociais sobre a Inteligência Artificial (IA) por parte do sector da Economia Social e Solidária (ESS); identificar práticas de utilização de IA; identificar desafios e potencialidades do sector ao nível da aplicabilidade destes recursos tecnológicos; promover a reflexão e formação, e co construir um conjunto de linhas orientadoras para a ação, que sirva como guião ao nível da inclusão da IA na planificação estratégica das organizações sociais. A pertinência deste estudo e do debate sobre esta temática prende-se com o facto de que nunca na Historia da Humanidade assistimos a mudanças tão disruptivas em velocidade, amplitude, profundidade e impacto sistémico, como as resultantes da atual Revolução Tecnológica, a qual Klaus Schwab apelida de 4ª Revolução Industrial (Schwab, 2017). De facto, “a sociedade está a mudar a cada algoritmo de aprendizagem que surge” (Domingos, 2017). A Inteligência Artificial (IA) será a face mais paradigmática dessa revolução, sendo “um ramo da ciência da computação que se propõe elaborar sistemas que simulem a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas” (McCarthy, 1963). Devido à natureza global da IA é importante a cooperação entre as múltiplas parcerias. (Schwab, 2016). O sector da ESS, com as suas especificidades próprias, não pode ficar à margem desta (r)evolução. É importante aferirmos, por um lado, se o carácter solidário e sem fins lucrativos do sector o afasta, ou não, do acesso às oportunidades de desenvolvimento tecnológico/ IA, ou se resiste a elas e, por outro, conhecer o seu posicionamento sobre os riscos e desafios inerentes à utilização da IA. Recursos ligados à IA já estão a ser utilizados, ou testados, mundialmente, ao nível do bem-estar social e combate à pobreza. Podem passar pela simples utilização dos dispositivos inteligentes e gadgets usados no nosso quotidiano (IoT Internet of things), até softwares mais complexos, relacionados a “Machine learning, “geolocalização”; “deep learning” e “Big Data”. Estando os Direitos Humanos subjacentes à “Missão” do sector da ESS, este terá uma palavra a dizer sobre questões éticas que a IA coloca. “Quando uma nova tecnologia, ou ciência, como a Inteligência Artificial, é tão abrangente e possui uma capacidade transformadora tão grande “(...) não é sensato deixar que a mesma continue a ser uma caixa negra. A opacidade abre a porta ao erro e ao uso indevido” (Domingos, 2017).

Palavras chave: Pobreza ; Economia Social e Solidaria; Inteligência Artificial; Tecnologias da Informação e Comunicação.

XI-APS-47885 -Poverty, social exclusion and welfare state during Greek crisis

Panagiotis Manolakos - Phd Cand

Comunicação Oral

During the 10 years of crisis Greece lost almost $\frac{1}{4}$ of its GDP but this didn't affect everyone in the same way. High rates of poverty and social exclusion existed long before 2010 and the welfare state was already inadequate, so, its failure to effectively address the new challenges

that came with the crisis was not surprising. It seems that beyond the depth and duration of the economic crisis, the diachronic pathologies of the welfare state were also responsible for the rise on poverty and social exclusion rates. Interestingly enough it seems that those that were less affected were the pensioners. In this paper we will argue that this was not accidental. We will use two different level of analysis to make our case. On a first level we will illustrate the role that the variation of political participation (during the elections) among different age group had and what that meant not only for the government decisions but also for the public discourse. On a second level we will argue that Greek governments used the pension system and the strong ties of the Greek families as a substitute for the inadequate welfare state. In the Greek public sphere, someone could notice, that the phrase «the pension is only income our family has, and we have to provide for our children and grandchildren” was often repeated. Of course, this is problematic for many reasons (it’s an informal safety net, nobody knows who its “beneficiaries” are, it deprives people of their dignity by making them “in family” beggars etc). Finally, we argue that this not a single case but a consistent political pattern that has its roots in clientelism, patronage-based politics and the ways that parties were formed.

Palavras chave: welfare state, parties, crisis

XI-APS-48875 -Experiências de performance artística e partilha em torno da monoparentalidade

Catarina Sales Oliveira - UBI; CIES-IUL

Sílvia Ferreira - Quarta Parede, Associação de Artes Performativas

Marisa Marques - Beira Serra - Associação de Desenvolvimento

Comunicação Oral

A monoparentalidade é vivenciada por cada vez mais pessoas em Portugal tendo sido o tipo de família que mais aumentou nos últimos anos (cerca de 12%) (INE, 2019). A larga maioria destas famílias são femininas, ou seja, compostas por filho(s)/a(s) e mãe (85,2%) (INE e PORDATA, 2020), uma tendência que se mantêm desde os anos 90 do século passado, quando se começou a efetuar esta monitorização. Um outro indicador relevante é que se estima “que duas em cada quatro mulheres das famílias monoparentais sejam pobres” (Rebello, 2017). É neste cenário nacional, contextualizado num território de baixa densidade e vulnerabilidade sócio-económica - Cova da Beira - que surge o Projeto VELEDA – Mulheres e Monoparentalidade, Projecto Artístico-Social, apoiado pela iniciativa PARTIS - Práticas Artísticas para a Inclusão Social (FCG) 3ª edição. O projeto identifica as famílias monoparentais femininas como aquelas que estão sujeitas a uma maior vulnerabilidade quer económica quer social e define como objectivo o empoderamento destas mulheres. O projeto, que teve início em 2019, é desenvolvido com 20 mulheres em situação de monoparentalidade, uma antropóloga, uma atriz e uma socióloga, esta última numa

participação mais circunscrita, que se propõem construir articulações entre a arte, a etnografia e os estudos de género experimental artística emergem processos de empoderamento e se estes são ou não facilitados pela multidisciplinaridade do projecto e da equipa.

Palavras chave: vulnerabilidade social; monoparentalidade; teatro; intervenção social

XI-APS-49996 -How can cities combine their governance paradigms with social innovation for an inclusive urban regeneration? URBiNAT Study Case

Fábio Sampaio - Junior Researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra and Research Manager of the URBiNAT H2020 Project, Sociology PhD Student, Faculty of Economics, University of Coimbra

Gonçalo Canto Moniz - Senior Researcher at Centre for Social Studies, Assistant Professor, Faculty of Architecture of the University of Coimbra and Coordinator of the URBiNAT H2020 Project

Isabel Ferreira - Junior researcher at Centre for Social Studies of the University of Coimbra and co-coordinator of the URBiNAT H2020 Project. PhD student funded by Fundação para a Ciência e Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian and the International Council for Canadian Studies

Beatriz Caitana - Junior Researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra and co-coordinator of the URBiNAT H2020 Project. Sociology PhD Student, Faculty of Economics, University of Coimbra

Comunicação Oral

Contemporary societies are facing new economic problems and societal challenges, which are namely crystalized in urban contexts characterized by social exclusion. This demands to rethink and restructure the neoliberalism development paradigm and readapt the capitalist discourse to embody the increasing awareness of the need for change, including for an inclusive urban regeneration. Market-oriented innovation no longer can be perceived as a long-term solution and therefore other approaches to innovation, such as social innovation, emerge. Social innovation is a complex process that seeks to solve social problems, generating new ideas, products or processes that meet social needs. Despite the current relevance of the social innovation concept, resulting from the fact that contemporary societies face unprecedented problems that endanger their economy and social model, there is a question that remains – how can cities combine their governance paradigms with social innovation for an inclusive urban regeneration? According to Marina Mazzucato, nowadays there must be a strong correlation between the state and its problem-solving mechanisms and innovation as a new and improved tool for identifying and solving social needs. Taking this premise into account, URBiNAT is an H2020 project, which focuses on the inclusive urban regeneration of social housing neighbourhoods of 7 European cities through the

implementation of nature-based solutions in the public space, as a result of a co-creation process involving not only the municipalities, but also the population of the intervention areas. It uses four typologies of NBS (technological, territorial, participatory and social and solidarity solutions) to combine ecological, social and civic innovations in the context of urban regeneration. The URBiNAT project is premised on social innovation, as it has at its core to meet social needs in a socially including way, which also directly involves, and is even more determined by the people who have those needs in cooperation with other relevant stakeholders. Take being said, and considering the need to identify the problem-solving mechanisms proposed by Mazzucato, this presentation analyses the potential of the co-creation process to introduce social innovation in the different governance and urban contexts. In this sense this communication will present the analysis of how the municipalities built their "URBiNAT team" moulding their internal structure to a task force idea that integrates the various levels of decision from councillors to field technicians, opening avenues to new ways of planning and building the cities with citizens in order to increase democratic governance.

Palavras chave: Social Innovation; URBiNAT; Governance; Urban Regeneration

XI-APS-51578 -Deficiência e auto-determinação em Portugal: impactos e aprendizagens do Projecto-Piloto de Vida Independente de Lisboa

Fernando Fontes - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Mónica Lopes - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Paula Campos Pinto - ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Bruno Sena Martins - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Sílvia Portugal - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Adriano Moura - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O reconhecimento dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência tornou imperioso a criação e implementação de políticas sociais promotoras da inclusão social, da participação e da autodeterminação das pessoas com deficiência. A nível internacional, a Vida Independente para pessoas com deficiência, plasmada enquanto direito no art. 19.º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, afirmou-se como uma solução e princípio unificador das políticas de deficiência. A Vida Independente, enquanto princípio, significa que as pessoas com deficiência devem ter o controlo sobre as decisões que dizem respeito às suas vidas, i.e., que as pessoas com deficiência têm o direito a terem “a mesma escolha, controlo e liberdade como qualquer outra pessoa cidadã – em casa, no trabalho e como membro da comunidade. [...] que qualquer assistência prática disponibilizada às pessoas com deficiência deve ser controlada pelas próprias” (Barnes e Mercer, 2006:33).O movimento pela criação da Vida Independente para Pessoas com

Deficiência surge nos Estados Unidos da América (EUA) no final da década de 1960, tendo o primeiro Centro de Vida Independente sido criado em Berkeley em 1972 (Djong, 1979). Na Europa, este movimento desponta apenas na década de 1980, tendo o primeiro centro de Vida Independente sido criado em 1984 no Reino Unido, o Hampshire Centre for Independent Living, seguido pelo lançamento do primeiro projeto-piloto de Vida Independente em Estocolmo (Suécia) em 1987. Em Portugal, a reivindicação pelo direito à Vida Independente e as medidas de política com vista à sua implementação são muito mais tardias, tendo o primeiro projeto piloto de vida independente para pessoas com deficiência em Portugal sido iniciado em Dezembro de 2015. O projecto-piloto de vida independente de Lisboa (PPVI) foi criado e financiado pela Câmara Municipal de Lisboa e deu origem à criação do primeiro Centro de Vida Independente no nosso país. Tendo por base a investigação desenvolvida no âmbito do projeto “DECIDE - Deficiência e autodeterminação: o desafio da "vida independente" em Portugal”, (PTDC/IVC-SOC/6484/2014 - POCI-01-0145-FEDER-016803), e mais especificamente a avaliação desenvolvida do PPVI, nesta comunicação apresentaremos os impactos e oportunidades criadas na vida das pessoas com deficiência participantes no PPVI, analisaremos o modelo de vida independente implementado, e a eficácia dos mecanismos de suporte criados.

Palavras chave: Deficiência, vida independente, autodeterminação, Portugal

XI-APS-52502 -A população trabalhadora pobre em Portugal: dinâmicas de um fenómeno persistente

Pedro Perista - CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Comunicação Oral

Over time Portugal has faced a high in-work at-risk-of-poverty (IWP) rate. In 2018 it stood at 9.6% (Eurostat). Based on desk research, the paper will address the issue of IWP in Portugal. IWP has its roots in a mesh of factors, of which the most significant are the generally low level of salaries and the high degree of labour market segmentation – combined with a lack of measures specifically addressing it (ILO, 2018; EC, 2018). Thus, tackling these issues could have beneficial effects on the incidence of IWP. However, recent progress in both areas has been limited. As for the minimum income scheme, despite its intrinsic importance and role in fighting inequality and deprivation, and despite the connection between the minimum wage and IWP established by the European Pillar of Social Rights (EC, 2017), its influence on IWP can be considered to be limited (Matsaganis et al., 2015; Marchal et al., 2017; Eurofound, 2017; Pereirinha et al., 2017). Regarding the policies (more) indirectly influencing the phenomenon of IWP, it should be mentioned that both healthcare and long-term care, as well as early childhood education, have registered positive developments in recent years. However, in all cases there are concrete indications that access to these services is in fact constrained by socio-economic barriers (EC, 2018;

OPSS, 2017; OECD, 2017, 2018). Recent developments in the housing sector hold out the prospect of helping to reduce IWP – something that is all the more welcome after housing costs for the poor increased by 25% between 2007 and 2018 (Abbé Pierre Foundation/ FEANTSA, 2018), social housing continued to be restricted to people in situations of extreme vulnerability (Pinto, 2017), and housing policies struggled with effectiveness issues. After registering low take-up during most of the period under scrutiny, energy costs assistance now reaches a larger number of beneficiaries (Martins et al., 2019). However, its impact (e.g. on single-person households in IWP) may be nullified by means-testing rules. However, it should be recognised that despite the merits of any existing or proposed measures, and the fact that (for example) the National Reform Programmes have identified IWP as a challenge (e.g. Portugal, 2019), the country still has not clearly identified the problem as a policy priority and still lacks a comprehensive approach towards it. As a result, it would seem crucial to clearly acknowledge IWP as an important and persistent phenomenon in Portugal as well as to define and implement a strategy with direct and indirect measures for tackling it. Preferably this should be included within the wider scope of an overall strategy for fighting poverty and should include the systematic monitoring and assessment of policy measures capable of addressing it.

Palavras chave: Pobreza; trabalhadores/as pobres; políticas sociais

XI-APS-56755 -População sem-abrigo em Portugal: situação, serviços, políticas e desafios

Pedro Perista - CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Comunicação Oral

Based on desk research, the paper presents an outlook on homelessness in Portugal and on recent development in the field. The definition of homelessness in Portugal includes categories 1, 2, 3.3, 3.4 and 3.5 of the European typology of homelessness and housing exclusion (ETHOS)-Light (ENIPSSA, 2018). There is no official data collection strategy for homelessness in Portugal (FEANTSA, 2017). According to the latest survey on this subject, in the first half of 2018 a total of 3,396 people were either roofless or in some form of houseless situation, including 1,443 people sleeping rough (GIMAE, 2018). The Portuguese strategy for the integration of homeless persons 2017-2023 (ENIPSSA), approved in mid-2017, represents the first time that central state authorities have established a clear linkage between homelessness and housing policies, including the recently approved ‘New generation of housing policies’ strategy. This includes the financing of solutions aimed at preventing homelessness arising from severe housing need, and support for ‘Housing First’ and other housing-led programmes. The ENIPSSA also includes a specific axis dedicated to the coordination, monitoring and evaluation of the strategy itself, which may help pave the way for innovation in the provision of homelessness services in Portugal (Baptista & Perista,

2017; Baptista, 2018; Perista, 2019). Progress in implementing ENIPSSA is identifiable (Baptista, 2018). Similarly, different measures have been approved since the launch of the 'New generation' strategy in mid-2018. There are also positive signs regarding the prevention of homelessness and housing exclusion (HHE), although there are currently only a few specific prevention services in Portugal for helping households in immediate risk of homelessness. After people fall into homelessness, the majority of services provided, generally by non-government organisations (NGOs) (including charities) and municipalities, are still not housing-led (Perista, 2019). The prevalence of 'staircase' models and low-intensity support services compared with housing-led solutions and high-intensity support services is thus a weakness that should be addressed. Additionally, the evaluation of services continues to be largely absent. However, there are experiences of housing-led programmes (e.g. Housing First programmes) that have been providing promising results, and which indeed seem more capable of providing comprehensive and flexible support according to people's support needs (Ornelas et al., 2014). In any case, tackling HHE also means addressing the systemic causes limiting the effective prevention of, and encouraging sustainable ways out of, homelessness in Portugal. Those include the overall imbalances in the housing market in Portugal, as well as the lack of housing affordability and low levels of welfare benefits, particularly under the minimum-income scheme.

Palavras chave: População sem abrigo; Estratégia nacional; Políticas públicas

XI-APS-58558 -A territorialização das Políticas sociais como uma das expressões dos processos de reconfiguração dos modelos de Bem-Estar.

Cláudia Garcia - CIES - ISCTE

Inês Amaro - CIES - ISCTE

Comunicação Oral

As reconfigurações dos modelos de Bem-Estar tem acarretado novos e renovados desafios para as sociedades contemporâneas sendo, simultaneamente, um produto das mesmas pelo que se torna emergente a análise e reflexão sobre os movimentos de reconfiguração dos modelos de Bem-Estar, focando-se no caso Português a tendência para a territorialização das políticas sociais e os desafios que acarretam no combate à pobreza e à exclusão social. O Estado assumiu durante décadas o papel de promotor e implementador das políticas sociais mas a transformação social tem acarretado desafios à sua atuação estando-se perante contextos de profunda transformação social nos quais a intervenção social desenha-se e operacionaliza-se assente na individuação, ativação, contratualização. (Faleiros, 2009; Iamamoto, 2009; Amaro 2015) o que origina novas necessidades e desafios para os interventores sociais atendendo a que "o modelo de funcionamento do Estado não se coaduna com o equilíbrio das receitas e das despesas (...) podendo considerar-se que o modelo de Estado não está apto a responder aos desafios internos, incluindo aqui os

económicos, os demográficos, os culturais, os sociais e os externos” Madelino, Mozzicafredo e Matos (2015:5 cit. Hemerijck, 2013) o que se traduz em políticas de pobreza emergenciais, focalizadas e reduzidas à dimensão assistencial (Behring, 2009: 318) que se desdobram em sistemas de proteção social duplos, assentes na privatização/mercantilização dos serviços para estratos da população com algum poder de compra e serviços públicos de baixa qualidade para os estratos sociais mais baixos. (Behring, 2009:318) havendo no âmbito das políticas sociais, uma “forte disposição para a focalização das ações, com ênfase em programas compensatórios de transferência de renda ..., a descentralização das ações para as esferas locais com o objetivo de desincumbir o Estado do ônus de responder às sequelas da questão social e um progressivo apelo à solidariedade individual e voluntária, com vistas a transferir a execução de políticas públicas para organizações da sociedade civil ... enquanto justificativa para a privatização. Desse modo, busca-se consolidar o desenho neoliberal para as políticas sociais, sustentado no tripé: descentralização, focalização e privatização” (Silva e Tenório, 2017:76) Tendências que expressam a mudança das funções do Estado, através da valorização do local como campo privilegiado de ação, que através da maior proximidade com os problemas sociais e redes de parceiros procurará alavancar os utentes como sujeitos ativos dos seus percursos/projetos de vida, assim como outros atores sociais como a sociedade civil na resolução dos problemas sociais, estando patente neste processo o risco da dualização, do controlo e da normalização social pelo que importa analisar e refletir sobre a complexidade das tendências de territorialização das políticas sociais.

Palavras chave: Reconfigurações dos modelos de Bem-Estar; Territorialização; Políticas Sociais

XI-APS-60277 -O Rendimento Social de Inserção como medida de combate à pobreza: A perspetiva dos beneficiários

José de São José - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, CICS.NOVA

João Eduardo Martins - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, CICS.NOVA

Francisco Maestre - Universidade de Cádiz

Comunicação Oral

Nesta comunicação faz-se uma primeira análise exploratória resultante de uma investigação sociológica em curso na região do Algarve, na cidade de Faro, sobre o Rendimento Social de inserção como medida de combate à pobreza, a partir da perspetiva dos beneficiários desta medida de política pública. Num contexto em que os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2019 pelo Instituto Nacional de Estatística permitem constatar que o Algarve é a segunda região de Portugal com mais alta taxa de privação material severa e a terceira com maior risco de pobreza, a compreensão do modo como o Rendimento Social de Inserção produz efeitos na vida dos beneficiários parece-nos ter uma

extraordinária pertinência para se compreender os efeitos do RSI ao nível da eficácia e da eficiência do papel desta medida na redução do fenómeno da pobreza. Do ponto de vista metodológico trata-se de uma investigação qualitativa que dá primazia à compreensão do objecto de estudo em profundidade e que recorre à entrevista semi-estruturada como forma privilegiada de recolha de dados. Os primeiros resultados exploratórios indiciam que o Rendimento Social de Inserção é uma medida manifestamente insuficiente para retirar os indivíduos e suas famílias da situação de pobreza e que a sua função essencial é dar suporte, num espaço de alta vulnerabilidade em que se encontram os nossos entrevistados, a que a miséria social não atinja níveis ainda mais dramáticos. O suporte dado pelo RSI permite fazer face a alguns dos gastos diários essenciais à sua sobrevivência. O discurso na primeira pessoa dos beneficiários permite constatar a percepção subjectiva da experiência da discriminação, seja a partir do idadismo, por exemplo, ser afastado para fora do mundo do trabalho em função da idade, quer ainda da etnicidade, geradora da dificuldade de acesso à habitação, ao trabalho ou a uma integração com dignidade na formação social portuguesa. Os dados já recolhidos permitem também constatar uma diversidade de suportes importantes na vida de alguns dos beneficiários, com destaque para a solidariedade interfamiliar, sendo esta essencial para fazer face à escassa prestação financeira do Rendimento Social de Inserção.

Palavras chave: Rendimento Social de Inserção, Pobreza, Políticas Sociais

XI-APS-69046 -Perdido na tradução? Uma análise do direito à proteção social das pessoas com deficiência em Marrocos e na Tunísia

Teresa Janela Pinto - CIEG, ODDH, ISCSP/ULisboa

Comunicação Oral

A relação entre pobreza, deficiência e exclusão social é complexa e mutuamente constitutiva (Banks et al., 2017; Mitra, Palmer, Kim, Mont, & Groce, 2017; Palmer, 2011, 2013). Para responder a estes constrangimentos, tem sido advogada a necessidade de políticas abrangentes, que permitam atuar sobre os múltiplos eixos de exclusão económica e social das pessoas com deficiência. Alinhada com esta tendência, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) estabeleceu uma orientação normativa para políticas de proteção social inclusivas. Nesta comunicação, apresentam-se os resultados de um estudo que procurou analisar se, e de que modo, essa orientação normativa foi difundida e traduzida ao nível de compromissos de princípio, políticas e práticas, em Marrocos e na Tunísia, apoiando-se numa análise legislativa, em entrevistas semiestruturadas e inquéritos por questionário aplicados a pessoas com deficiência (N=120). Os resultados revelam a apropriação de um discurso de direitos humanos e reforço de compromissos genéricos sobre proteção social, em ambos os países, acompanhado de ambivalências ao nível da formulação das políticas, que resultam numa amálgama de medidas sustentadas em

diferentes quadros normativos. Foram, ainda, identificados constrangimentos na implementação de políticas, incluindo ao nível dos serviços de primeira linha, que resultam em práticas contrárias à norma de proteção social da CDPD. Face a estas barreiras, o ónus pela provisão de uma rede básica de proteção social continua a recair principalmente sobre as famílias. Com base nos resultados deste estudo, extraem-se considerações relativas aos desafios de transição para um modelo de proteção social universalista e inclusivo, sobretudo em países do Sul Global que enfrentem constrangimentos estruturais e institucionais semelhantes.

Palavras chave: Proteção social, direitos humanos, política, deficiência

Segurança, Defesa e Forças Armadas

XI-APS-18847 -Entre dois mundos: a ligação conhecimento-políticas no estudo das Forças Armadas Portuguesas

Helena Carreiras - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Esta comunicação aborda a ligação entre a construção do conhecimento e as decisões políticas, aproveitando as experiências da autora como investigadora de questões militares em Portugal nos últimos 30 anos. Parte-se do pressuposto de que as opções políticas têm sua própria racionalidade, que é irredutível ao conhecimento disponível. No entanto, apesar de possuir uma esfera autónoma, o conhecimento científico é quase sempre visto como fundamental para informar as escolhas políticas, permitindo o diagnóstico correto de problemas, a identificação de recursos e oportunidades, promovendo a avaliação crítica das condições e efeitos das políticas, bem como o desenho de cenários futuros. Mas será sempre este o caso? Até que ponto isso acontece em Portugal na área de estudos sobre militares? Que condições promovem ou dificultam esse relacionamento virtuoso? A comunicação aborda essas questões recorrendo a informações empíricas relacionadas com estudos sobre a integração de género nas forças armadas e o recrutamento e retenção de soldados contratados. Propõe também uma reflexão sobre o papel do pesquisador em cada caso e a maneira como este evoluiu ao longo do tempo.

Palavras chave: Forças Armadas; investigação; políticas públicas

XI-APS-21029 -A trajetória da mulher militar no mundo ocidental

Stella Maria Vargas Resende - Escola Superior de Guerra

Comunicação Oral

O presente trabalho versa sobre a trajetória da mulher no universo militar, de forma a fazer uma reconstituição histórica da aceitação das mulheres nas Forças Armadas (FFAA) até os dias atuais. A partir de vasta pesquisa bibliográfica (Adão e Mathias (2008), Carreiras (2004, 2006, 2011, 2018), D'Araujo (2003, 2004), Mathias (2005) Matos et al. (2016), Moskos (1981, 2000), Schwether (2016), Segal (1995) e Silva (2008)), o trabalho se divide em três partes. Primeiramente, aborda os fatores que levaram à aceitação de mulheres nas Forças, como: a civilização da guerra (Janowitz, 1967), mudanças tecnológicas, o desinteresse crescente dos homens pelo alistamento militar e demais motivações

socioculturais. Em segundo lugar, discute como essa transição entre alistamento masculino para alistamento misto se deu em diferentes países, tratando brevemente das vivências europeia, estadunidense e canadense, latino americana e mais especificamente, brasileira. Serão abordadas questões de cunho político relacionadas à presença de ditaduras, características de Estados democráticos, e fatores de segurança interna e externa desses países, para além de uma linha temporal com os marcos significativos da entrada de mulheres nas FFAA dos países de cada região e os critérios sob os quais essa admissão se deu. Por último, o trabalho apresenta alguns dos problemas e dificuldades vivenciados por mulheres militares nos dias atuais, tais como: a prevalência de uma retórica de vulnerabilidade feminina; preconceitos de gênero; machismo; questões derivadas de diferenças físicas; do fato das mulheres constituírem um contingente reduzido das FFAA, dando margem a fenômenos derivados do tokenismo (Kanter, 1993); e da atual prática de conceber políticas de ações afirmativas para o ingresso dessas mulheres nas Forças. Os principais achados da pesquisa foram: 1) a importância das transformações decorrentes da civilização da guerra e as novas tecnologias, assim como mudanças sociais em busca de direitos trabalhistas e igualdade de gênero, foram os argumentos mais frequentemente ressaltados para motivar a entrada feminina nas FFAA; 2) em linhas gerais, não há grandes diferenças entre os processos de recrutamento militar feminino nas regiões estudadas, dada a similaridade do momento histórico e das forças sociais e políticas que a impulsionam, além do início da inserção das mulheres pelos quadros complementares e/ou funções de menor prestígio, o uso de critérios físicos diferenciados por sexo no processo de admissão, restrições de funções e cargos para elas em todas as regiões; 3) as principais dificuldades encontradas pelas mulheres militares no exercício de suas funções derivam das construções sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho que reificam preconceitos e atitudes de discriminação.

Palavras chave: Forças Armadas; Gênero; Ocidente.

XI-APS-24993 -Sindicatos da Polícia de Segurança Pública e Representatividade

Raquel Rego - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Cristina Nunes - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Tatiana Pita - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Comunicação Oral

Portugal foi um dos últimos países da União Europeia a reconhecer o direito à criação de sindicatos na Polícia de Segurança Pública (PSP). Só em 2002, após décadas de protestos e do apoio internacional de sindicatos europeus e de alguns setores políticos nacionais, foi aprovada a lei nº14/2002, a primeira lei que regula a criação de sindicatos na PSP. Dela ficaram excluídos ainda assim o direito à greve ou a filiação em organizações sindicais de caráter não policial. Em 2019, a PSP possuía 19 sindicatos que contavam com mais de 1500

dirigentes para um universo de 20769 polícias. Esta situação começou a ser debatida nos media e a imagem dos sindicatos e da própria polícia parecia ser posta em causa. É assim que, em meados desse ano, o parlamento aprova por unanimidade alterações à lei de 2002. As principais mudanças relacionam-se com a introdução de critérios de representatividade e com um número mínimo de sócios para aceder à mesa de negociações com o Ministério da Administração Interna (MAI). Neste novo quadro legal, só 5 sindicatos podem desde Outubro de 2019 reunir com a tutela. No entanto, as ações de protesto dos demais sindicatos têm continuado e questões como a degradação das condições salariais, da deterioração de equipamentos e meios técnicos e a escassez de recursos humanos permanecem como as principais reivindicações dos sindicatos. Estes parecem ser uma voz ativa na denúncia pública do estado de uma profissão desafiada por novos fenómenos como a cibersegurança e confrontada com problemas como um número de suicídios de polícias significativo nos últimos anos. Esta comunicação integra-se no projeto de investigação “Representatividade dos Parceiros Sociais e o Impacto da Governança Económica - REP (ref. FCT: PTDC/SOC-SOC/29207/2017) que visa repensar o conceito de representatividade sindical geralmente baseado apenas na densidade, isto é, aferido a partir do número de membros de uma organização face ao total de membros potencial. O primeiro estudo de caso, os sindicatos da PSP, deverá ajudar-nos a compreender se a proliferação de associações reflete a existência de interesses diversos e se pode colocar em causa a segurança nas ruas, entre outras questões. Com base numa metodologia mista, onde se incluem a recolha de dados secundários do ministério do trabalho, dos balanços sociais da direção nacional da PSP e a realização de entrevistas a dirigentes sindicais e a um interlocutor do MAI, analisámos as condições internas e externas subjacentes ao surgimento de um número significativo de sindicatos na PSP e as suas consequências no desempenho profissional e na ação sindical.

Palavras chave: Polícia de Segurança Pública; Sindicatos; Representação; Democracia

XI-APS-34647 -**Ser militar: o bom, o mau e o necessário.**

Joana Azinhaes - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Miguel Andrade - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Rui Eusébio - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Comunicação Oral

Desde a eliminação do serviço militar obrigatório, o Exército passou a competir no mercado de trabalho para obter os recursos humanos necessários ao cumprimento da sua missão. Com a introdução desta abordagem profissionalizante, a instituição tem enfrentado um conjunto de desafios na atração e retenção de militares, registando uma diminuição significativa do número de candidatos e um também um aumento da saída voluntária dos militares que se encontram nas fileiras (Reis et al., 2019), em particular, na categoria de

Praça e na modalidade de regime de contrato (Silva et al, 2019). Para compreender a dificuldade na retenção do seu efetivo, o Exército introduziu um processo de monitorização aplicado aos militares em regime de contrato que saem da instituição. Este método inclui a resposta a um questionário previsto na guia de desembarço (último dia na Unidade), aplicado em todas as U/E/O do Exército e que pretende avaliar diversas dimensões relacionadas com as características do militar, do seu percurso profissional e regresso ao mercado de trabalho. Os resultados preliminares (n=805) indicaram que a maioria dos inquiridos estava insatisfeito com o seu trabalho, desempenhava funções da sua especialidade somente metade - ou menos - do seu tempo de trabalho e referiu a atribuição de outras tarefas como o principal obstáculo. Assim, as principais funções que realizam incluem: "(outras) Funções da especialidade"; "Condução de viaturas", "Serviços 24H", "Trabalho administrativo e logístico", "Limpezas", "Manutenção de jardins e espaços exteriores", "Serviço de quarteleiro", "Confeção de alimentos", "Pequenas reparações e obras de manutenção" e "Apoio à messe". Destes participantes, a generalidade possuía uma especialidade sem correspondência no mercado de trabalho civil e não recebeu outra formação ao longo da sua permanência na instituição. Adicionalmente, a maioria dos respondentes considerou que o Exército oferece condições piores ou iguais ao mercado de trabalho e não aconselharia o Exército aos seus amigos. Muitos destes militares partiram para o mercado de trabalho sem ter desenvolvido uma especialidade com equivalência civil e sem receber outra formação durante a prestação de serviço militar. Conclui-se que os resultados são congruentes com as dificuldades identificadas no estudo das Forças Armadas pela DGRDN. Considera-se que o Exército possui informação útil para definir medidas concretas que concorrem para os eixos de Reter e Reinsereir do Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar.

Palavras chave: Exército; Serviço militar; Características do trabalho; Satisfação

XI-APS-47218 -How has extreme right violence been criminalised in contemporary Portugal?

Raquel Beleza da Silva - Iscte

Mariana Barbosa - Universidade Católica Portuguesa

Cátia Moreira de Carvalho - Universidade do Porto

João Paulo Ventura - Polícia Judiciária

Comunicação Oral

There is historical evidence pointing to the fact that extreme right violence has not always been prosecuted under terrorism legislation, but under various other criminal statutes. In Portugal, since the regulation of terrorism in the Penal Code in 1982, namely through Articles 300 and 301, which were then replaced by the new law on the fight against terrorism in 2003 (Law no. 52/2003, dated August, 22nd), there have only been three

terrorism convictions. However, none was related to extreme right violence, despite the existence of numerous ideologically motivated crimes committed by groups and individuals occupying this side of the political spectrum. At the end of the 20th century, extreme right violence was closely linked to the arrival in Portugal of the skinhead subculture, which joined the already existing nationalist organisation MAN (Movimento de Acção Nacional/ Movement of National Action). At the beginning of the new millennium, the skinhead movement was strengthened by the creation of the PHS (Portugal Hammer Skin), which, for a brief period, appeared at the forefront of the nationalist milieu. This paper examines how the violent actions carried out by these organisations (including murders, destruction of patrimony and numerous inter-ethnic assaults) have been criminalised by the Portuguese judicial system in comparison with the latter two terrorist convictions that took place in Portugal in 2012 (ETA-related) and in 2019 (Daesh-related). Finally, we explore what lessons can be learned regarding broader efforts to counter extreme right violence.

Palavras chave: far right; skinheads; counterterrorism; terrorism

XI-APS-48657 -Impacto da Geração Y na Força Aérea portuguesa

Paulo Alexandre Guerreiro Dâmaso - Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar

Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro - Centro de Investigação do Instituto Universitário Militar

Comunicação Oral

Rever, otimizar e potenciar os melhores talentos é uma das maiores dificuldades das organizações. Atualmente, 58,3% da força de trabalho na Força Aérea, pertence à Geração Y cujas principais características, atitudes, valores e crenças, são diferentes das restantes gerações que integram as fileiras. Estudos apontam para que um aumento do envolvimento no trabalho influencia positivamente a atratividade organizacional, reduz a intenção de saída e o sentimento de violação/quebra de contrato psicológico. Esta é uma associação possível para as quatro variáveis em estudo neste trabalho, mas será que todo o capital humano da Força Aérea portuguesa se comporta da mesma forma. O presente estudo procura analisar as implicações das características geracionais específicas da Geração Y para a política de gestão das pessoas na Força Aérea. Metodologicamente, caracteriza-se por um raciocínio dedutivo, assente numa estratégia de investigação quantitativa, com reforço qualitativo, e num desenho de pesquisa transversal. O estudo empírico contou com uma amostra de 643 militares no ativo, da Força Aérea. Concluiu-se que não existem diferenças significativas entre as gerações de militares da Força Aérea, e que a política de gestão de recursos humanos não é diferenciada, entre as mesmas. Os resultados obtidos, permitiram verificar a existência de correlações significativas entre as quatro variáveis em estudo, bem como a existência de diferenças significativas nos militares da Força Aérea, entre géneros,

categorias e vínculo laboral, muito relevantes para a definição das futuras políticas de gestão do capital humano. Conclui-se que não existem diferenças significativas entre os militares da Geração Y e os restantes militares, relativamente às quatro variáveis em estudo (envolvimento no trabalho, atratividade organizacional, quebra do contrato psicológico e intenção de saída), o que pode ser explicado pelo processo de seleção das pessoas que entram na Instituição, pela capacidade da organização, moldar e aculturar a personalidade dos indivíduos ou devido à forte cultura institucional e ao permanente acompanhamento na integração dos militares. Verificaram-se ainda: (1) correlações positivas bilaterais moderadas entre o envolvimento no trabalho e a atratividade organizacional, e a intenção de saída e a violação/quebra do contrato psicológico; (2) correlações negativas bilaterais moderadas entre a violação/quebra do contrato psicológico e a atratividade organizacional, o envolvimento no trabalho. Conclui-se ainda que as melhorias das condições de trabalho, apoio e remunerações, a melhoria das condições de acesso ao quadro permanente por parte dos militares em regime de contrato, e a melhoria da comunicação interna, atuam como medidas para melhorar o envolvimento no trabalho, atratividade organizacional, reduzir a violação/quebra do contrato psicológico e a intenção de saída.

Palavras chave: Geração Y, Atratividade Organizacional, Quebra/Violação do Contrato Psicológico, Intenção de Saída

XI-APS-51089 -A questão do género e os instrumentos de regulação internacional: a agenda mulheres paz e segurança na Guarda Nacional Republicana

Luis Malheiro - CINAMIL

Fernando Bessa - CIES

Comunicação Oral

Esta apresentação versa sobre a análise da implementação da política pública nacional que transpõe os objetivos da agenda internacional mulheres, paz e segurança (MPS) e tem como principal objeto de estudo a Guarda Nacional Republicana (GNR). O estudo da aplicação desta política pública na GNR é pertinente porque esta força de segurança apresenta níveis de adoção inferiores às demais forças do espectro da segurança e defesa, apesar de os fatores tradicionais que condicionam a agenda não diferirem entre elas, como sendo a entrada tardia das mulheres. O principal objetivo do estudo é o de identificar o modo como está a ser adotada a agenda e que fatores influenciam a sua implementação na GNR. Assim, analisou-se a adoção do III plano de ação sobre a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em quatro instituições: na GNR, na Marinha, na Força Aérea e no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. O estudo da implementação do III plano nas quatro instituições materializou os casos em análise, os quais foram observados com recurso ao modelo unificado de inovação desenvolvido por Berry e Berry, uma vez que o modelo permitir estudar o modo como a agenda está a ser implementada, mas sobretudo porque permite

explicar os fatores que tenderão a afetar a sua adoção futura. Com a aplicação do modelo e a escalpelização das variáveis que constituem os casos (motivação, recursos/obstáculos, outras políticas e ambiente externo), com recurso ao método comparado, procurou-se dar resposta à questão central: como está a ser adotada e que fatores influenciam a implementação da agenda mulheres, paz e segurança na GNR? Os dados recolhidos apontam no sentido de que a agenda MPS se encontra num estágio inicial de implementação na Guarda, fazendo sobressair a motivação para a adoção. No entanto, sem a alocação de recursos em permanência e específicos para esta área, os desafios na definição de medidas e incorporação de objetivos de comprometimento no planeamento estratégico serão superiores e a agenda tenderá a manter-se nos níveis atuais. Os outros elementos cruciais prendem-se com a falta de direcionamento do plano para o ministério, a inexistência de planos setoriais e a carência de envolvimento com entidades que potenciem mais esta área.

Palavras chave: mulheres, paz e segurança; igualdade, defesa e segurança; Guarda Nacional Republicana

XI-APS-51699 -A integração de género nas academias militares: um estudo da sociabilidade de cadetes homens e mulheres em Portugal

Cristina Rodrigues da Silva - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Comunicação Oral

A comunicação analisa a sociabilidade de cadetes homens e mulheres nas academias militares portuguesas, as práticas de experiência de vida deste grupo e sua integração com relação às feminilidades e masculinidades inscritas no processo de formação na instituição militar. Ressalta-se que a admissão de mulheres às Forças Armadas em Portugal ocorreu no início dos anos 90, já permitindo candidatura aos cursos nas academias militares dos três ramos. No entanto, as mulheres que frequentavam as academias militares eram as que mais apresentavam dificuldades de adaptação/integração dentro da instituição militar, decorrentes, em larga medida, de resistências culturais à sua entrada nas Forças Armadas – uma tensão e ambivalência com relação a seu duplo estatuto de mulheres e militares. Atualmente não subsistem quaisquer limitações formais à participação de mulheres nas Forças Armadas e o processo de integração de género tem possibilitado uma efetiva continuidade de progressão na carreira militar das oficiais (competências para realizar os cursos do estado maior, convites à missões de paz no exterior, etc.); porém sua presença ainda se concentra em áreas tradicionalmente femininas e elas estão subrepresentadas nos níveis hierárquicos superiores. Levando-se isso em consideração, a comunicação procura compreender como atualmente tem ocorrido a integração de género nas academias militares, de forma a analisar as motivações e cotidiano de cadetes homens e mulheres em seu processo de formação. A metodologia utilizada nesta investigação compreendeu um estudo de caso qualitativo, com a realização de entrevistas semiestruturadas e pesquisa de

campo nas academias militares portuguesas.

Palavras chave: Sociabilidade - Género - Cadetes - Academias Militares

XI-APS-52425 -Recomposições identitárias na transição da vida militar para a vida civil

Ana Romão - CICS.NOVA; Academia Militar/CINAMIL – anaromão74@gmail.com

Maria da Saudade Baltazar - CICS.NOVA/Universidade de Évora; CINAMIL - baltazar@uevora.pt

David Pascoal Rosado - Academia Militar/CINAMIL; Universidade Europeia -david.rosado@academiamilitar.pt

Dinis Fonseca - CiCS.NOVA - dmvfonseca@gmail.com

Helga Santa Comba Lopes - Academia Militar/CINAMIL - helga.lopes@academiamilitar.pt

Comunicação Oral

A profissão militar tem configurações identitárias a que a sociologia tem dado relevo, ainda que sejam também visíveis as profundas mudanças acentuando a convergência da instituição militar com as restantes organizações. Com o fim da carreira militar, e a consequente transição para a vida civil, ocorrem mudanças na vida dos indivíduos que aqui interessa compreender. Em particular, questionamo-nos sobre as recomposições identitárias nesse processo. O referencial empírico tem por base uma amostra de 69 ex-militares do Quadro Permanente do Exército Português, que atualmente se encontram nas situações de reserva ou reforma. Utilizando técnicas qualitativas na recolha de dados e respetiva análise de conteúdo, percorremos as trajetórias de vida, seguindo o rasto das motivações para ingressar na vida castrense, o que os militares identificam como mais gratificante ao longo das suas carreiras, as motivações para abandonar a vida ativa e as implicações em termos identitários. A atração pelos valores, a vontade de servir o país, os desafios físicos ou a possibilidade de aceder ao ensino superior estão entre as principais motivações para iniciar a carreira. Nas motivações para cessar a carreira evidencia-se que em certos aspetos (especialmente as funções desempenhadas, as condições de progressão na carreira ou colocações indesejadas) a instituição deixou de corresponder às expectativas. Ainda assim, emergem sentimentos gratificantes pelas experiências vivenciadas em serviço e pelas competências adquiridas, que alguns potenciaram através das segundas carreiras a que entretanto se dedicam. Os impactos relacionados com a transição para a vida civil são tematizados pelos entrevistados em vários sentidos, mas adquire saliência a dedicação à família e a liberdade para gerir o próprio tempo, remetendo amplamente para a valorização do controlo sobre a esfera privada. As narrativas dos militares participantes no estudo evocam igualmente sentimentos de nostalgia e de forte ligação a alguns aspetos constitutivos da vida militar.

Palavras chave: Profissão militar; Exército português; Motivações; Trajetórias de vida; Recomposições identitárias.

XI-APS-61285 -Riscos Psicossociais – Ameaça no meio militar

Rui Eusébio - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Miguel Andrade - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Joana Azinhaes - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Ricardo Pereira - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Comunicação Oral

Falar de organizações no patamar social, implica imuscirmos num manancial de conceitos que concorrem para a prossecução dos objetivos das mesmas. Conceções como a motivação, liderança, comunicação, satisfação ou ligação da pessoa-trabalho, é identificado na linguagem empresarial de comportamento organizacional. Este assenta sobretudo, no processo de interação entre membros, de membros para com a organização e nas relações dos mesmos com o meio circundante. De acordo com a bibliografia analisada, estamos perante uma disciplina que tem “por domínio específico o estudo” dos comportamentos e cognições individuais e das dinâmicas de grupo em contexto organizacional (Cunha, Rego, Cunha, & Cardoso, 2004). Contudo o domínio sobre os conceitos, não é fator impeditivo da ocorrência de disrupções ao nível organizacional. Dependente das circunstâncias e de determinadas variantes, o comportamento organizacional poderá modificar-se ao ponto de impactar negativamente sobre a atividade laboral e até mesmo a capacidade produtiva dos trabalhadores. De acordo com Silva, Portugal é classificado como o terceiro país europeu com a maior proporção de trabalhadores que afirma que o stresse relacionado com o trabalho é “muito comum” (28% - quase o dobro da percentagem europeia) estima que a perda anual atribuída a problemas relacionados com saúde psicológica seja de €300.000.000 (Silva, 2000). No contexto analisado as disrupções são identificadas como Riscos Psicossociais (RP). Mas o que são os RP? Segundo a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) os RP são definidos como aspetos de programação de organização e gestão do trabalho que, em interação com os seus contextos sociais e ambientais, têm potencial para causar dano psicológico, social ou físico. Os RP, tal como vimos anteriormente, são atualmente uma das maiores ameaças à saúde dos trabalhadores, onde a profissão militar não é exceção. No contexto militar, a aplicabilidade dos conceitos relativos ao comportamento organizacional não diferem substancialmente aos aplicados no meio civil. Embora com uma cultura vincada sobre os valores militares, também a instituição militar, apresenta dificuldades na implementação de instrumentos de gestão dos recursos humanos (Romão, Baltazar, Rosado, Fonseca, & Lopes, 2020) e conseqüentemente produtora de RP. Neste sentido, por despacho de S. Ex^ª. O General CEME de 12 de outubro de 2016, o Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE) implementou o Programa de Prevenção de Riscos Psicossociais (PPRP), com a finalidade de contribuir para o reforço das medidas de

prevenção dos militares e civis que servem o Exército, bem como das suas famílias, promovendo a saúde física e mental a par do bem-estar de todos os trabalhadores. O presente estudo inclui uma amostra de 3000 casos do Exército subdividido em 3 anos de aplicação onde serão abordadas as principais dimensões de preocupação para o Comando Militar.

Palavras chave: Exército; Riscos Psicossociais, Comportamento Organizacional, Programa de Prevenção de Riscos Psicossociais

XI-APS-71055 -Da hipervalorização da segurança à sustentabilidade das democracias ocidentais

José Fontes - Academia Militar e Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Investigador do CEDIS, do CINAMIL e do CAPP.

Comunicação Oral

A comunicação visa estabelecer uma ligação direta entre a narrativa de hipervalorização da segurança em detrimento da liberdade e a consequente crise das democracias e o risco que aquele discurso pode ter — e têm tido — para a estabilidade das democracias, designadamente com o surgimento de movimentos e de partidos políticos defensores de programas eleitorais contrários ao património dos direitos humanos, das liberdades e garantias. A tendência a que se tem assistido nos últimos anos em grandes países democráticos como os EUA, o Brasil, e no caso da Europa, em Espanha, em Itália, na Polónia, e, ultimamente, até em Portugal, de surgimento de partidos políticos conotados com políticas extremistas e, nalguns casos, com propostas de duvidosa constitucionalidade, teve — a nosso ver — como uma das causas mais próximas e visíveis — à que o reconhecer — a crise migratória dos anos mais recentes. Parece poder afirmar-se que à medida que os governos europeus iam sendo incapazes de explicar e enquadrar o fenómeno migratório cresceram, em ritmo acelerado, aqueles referidos movimentos que utilizaram a questão como um dos argumentos mais estruturados e que foi — também à que o reconhecer — ganhando adeptos junto da comunidade de eleitores. Resulta, a nosso ver, que as ameaças mais graves e que podem levar à destruturação do sistema democrático não são diretas, mas antes veladas e subtis, e por isso, mais graves e perigosas. Por um lado, a tentativa clara de demonstrar a incapacidade dos Estados e da autoridade pública em garantir a segurança dos cidadãos e, por outro lado, a tentativa de demonstrar que a iniciativa privada é quem melhor garante a segurança dos cidadãos, com isso se reivindicando a externalização e privatização de importantes áreas da segurança pública. Estas questões estão hoje mais do que nunca intimamente ligadas à qualidade da nossa democracia e à confiança que os cidadãos depositam nas instituições públicas e na arquitetura do próprio sistema político e de governo. A defesa inequívoca do interesse público por parte do Estado e das autoridades

públicas de segurança deve ser primariamente responsabilidade das Administrações Públicas e, por consequência do sistema administrativo público de segurança.

Palavras chave: segurança; crise migratória; ameaças veladas; privatização; segurança pública.

XI-APS-71445 -Futuros Militares: quem são e porque vêm.

Miguel Andrade - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Joana Azinhaes - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Rui Eusébio - Centro de Psicologia Aplicada do Exército

Comunicação Oral

Com o fim do Serviço Efetivo Normal (SEN) e posteriormente a passagem para o Serviço Efetivo em Regime Voluntário ou de Contrato, surgiu um novo paradigma no Exército Português. O novo modelo de cativação implicou a introdução de novos modelos de recrutamento até ao momento nunca utilizados, todavia, o retorno está longe de ser garantido. Atualmente tem se verificado uma difícil regeneração dos recursos humanos, com principal preocupação na categoria de Praças. Atendendo ao campo da profissão militar e a procura por esse meio de vida, é um assunto que necessita de um olhar analítico e de constante acompanhamento por parte de investigadores, capazes de apoiar altas entidades de chefia, que preconizam elevada preocupação em torno da diminuição de candidatos. O presente artigo foca-se no “eixo Recrutar”, alicerçado no Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar (Ministério da Defesa Nacional, 2019), coordenado por S. Exa. Secretária de Estado da Defesa Nacional. A análise desenvolvida pelos autores pretende identificar características dos candidatos incorporados, conhecer as suas aspirações e os principais motivos de ingresso na Instituição Militar. Suportando a hipótese de que a opção pelo ingresso no Exército Português se deve a razões de índole institucional e ocupacional (Helmus, et al., 2018), podendo traduzir uma mudança na conceção social da organização, procurou-se perceber quais são os valores com mais peso para a tomada de decisão dos jovens incorporados. O estudo produzido resultou da aplicação de um Questionário de Avaliação dos Fatores de Saída e Retenção na Formação (QAF-SR) básica, da categoria de Praça no Exército Português em Regime de Voluntário/Contrato (RV/RC), contendo uma amostra de 2275 casos. A realização do estudo empírico com o recurso a métodos quantitativos, através da avaliação da perceção dos candidatos incorporados sobre a instituição e os seus principais motivos de ingresso, permitiu apresentar dados sobre os perfis dos jovens que ingressaram na categoria de Praça do Exército. Verificou-se que os militares da categoria de Praça, pertencem maioritariamente ao sexo masculino, possuem o ensino secundário e pretendem prosseguir os estudos. Segundo os inquiridos o principal motivo de ingresso é para “Servir a pátria e defender o país”. Este motivo demonstra que o Exército ainda tem aliado à sua imagem um valor institucional de peso, para o ingresso dos

jovens. No que se refere a valores ocupacionais, os jovens que ingressaram afirmaram como segundo motivo as condições de trabalho oferecidas. Verificou-se que os “amigos ou familiares” são a principal fonte de informação sobre o ingresso na Instituição. Referências Bibliográficas Helmus, T. C., Zimmerman, S. R., Posard, M. N., Wheeler, J. L., Olegtree, C., Stroud, Q., & Harrel, M. C. (2018). *Life as a Private: A Study of the Motivations and Experiences of Junior Enlisted Personnel in the U.S. Army*. Rand. Ministério da Defesa Nacional. (Abril de 2019). Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar. Avenida Ilha da Madeira, Lisboa, Portugal.

Palavras chave: Exército; Motivos de ingresso; candidatos

XI-APS-77280 - "Extenuados de guerra", entre institucionalização, reeducação e reparação: políticas públicas de resposta ao stress militar na decorrência da I Guerra Mundial

Inês Vieira - CICS.NOVA, FCSH

Luís Baptista - CICS.NOVA, FCSH

Ana Romão - CICS.NOVA, Academia Militar

Saudade Baltazar - CICS.NOVA, Universidade de Évora

Sara Silva - CICS.NOVA

Comunicação Oral

O reconhecimento legislativo, pelo Estado português, de vítimas de stress pós-traumático de guerra, centra-se na Lei n.º 46/99, de 16 de Junho, que amplia o conceito de Deficiente das Forças Armadas (DFA) de forma a incluir situações de “perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar”, bem como alarga o apoio aos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro e potencia a criação de uma rede nacional de apoio. Ainda que menos estruturadas, é possível encontrar outras respostas de política pública que antecederam este enquadramento, que justamente vem tornar mais visível o stress pós-traumático de guerra. Reflectimos a partir de pesquisa documental centrada na revisão das Ordens do Exército de 1917 a 1919, acompanhando a participação portuguesa na I Guerra Mundial, ao que se segue uma breve abordagem às políticas que decorrem da guerra colonial. Consideramos que a visão política de resposta a situações de perturbação psicológica associada à actividade militar foi mudando ao longo dos últimos cem anos, acompanhando (e de alguma forma “traduzindo”) para o contexto português a evolução das visões e políticas públicas para a saúde mental — desde o surgimento da doença mental como objecto de estudo, nomeadamente no contexto europeu, que repercutiu na construção de grandes instituições psiquiátricas, até à reforma destas instituições de saber médico especializado, com críticas aos modelos manicomial e incremento de lógicas comunitárias e de medicalização. Destacamos, na decorrência da I Grande Guerra, a institucionalização de “extenuados de guerra” e o redireccionamento

profissional de ex-combatentes em função da sua situação de saúde mental e física, bem como o acompanhamento educativo dos filhos de (alguns) militares com “incapacidade permanente física ou mental”. Mais tarde, na decorrência da guerra colonial, o enfoque passa para os militares inválidos, feridos ou mutilados, com direito a reparação moral e material enquanto DFA, porém tardando o reconhecimento de questões de saúde mental decorrentes da actividade militar.

Palavras chave: Antigos Combatentes; Forças Armadas; Saúde Mental; Stress Pós-Traumático de Guerra

XI-APS-78087 -Relações civil-militares no Governo Bolsonaro: a atuação e participação das Forças Armadas nos dois primeiros anos de governo.

Juliana Sousa de Araujo Mochel - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Comunicação Oral

As configurações estabelecidas nas relações entre civis e militares é fundamental para garantia da democracia. Analisando-se essa questão à luz do contexto brasileiro, nos últimos 35 anos, se observam avanços e retrocessos no estabelecimento da supremacia civil sobre as Forças Armadas. Dentre as iniciativas mais importantes no sentido de ampliar o controle civil sobre os militares, destacam-se: a criação, em 1999, do Ministério da Defesa; a publicação dos documentos de Defesa, como a Política Nacional de Defesa, em 2005, Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, e do primeiro Livro Branco da Defesa Nacional, em 2012. Além disso, houve a promulgação da Lei da Nova Defesa, em que se fortalece o papel do ministro da Defesa na condução da política para o setor; e o projeto de estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, responsável por apurar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime militar. Em relação aos retrocessos, ressaltam-se: a grande resistência das Forças Armadas à criação do Ministério da Defesa; a humilhante demissão do primeiro ministro da Defesa do governo Lula, José Viegas Filho, após um conflito com militares por conta de uma nota que fazia apologia ao golpe de 1964 divulgada pelo Centro de Comunicação social do Exército; a crise dos controladores de tráfego aéreo, em 2007; e por fim a dura oposição dos oficiais da reserva contra a Comissão Nacional da Verdade. Mais recentemente, após a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, observa-se a deterioração dos fundamentos basilares das relações civis- militares em um regime democrático, devido, em grande parte, à criação e o aprofundamento de um novo padrão, pautado no aparelhamento da administração pública federal em cargos de escolha do Presidente; no aumento do orçamento de Defesa, na aprovação da reforma de carreira, que privilegia os oficiais superiores; na condução do Ministério da Defesa por um general do Exército e do esvaziamento dos quadros civis no respectivo órgão, na criação de uma reserva de mercado para as Forças Armadas. Atualmente, oito dos 22 ministros de Estado

são militares, sendo a maior participação das Forças Armadas desde a redemocratização. Segundo levantamento do Tribunal de Contas da União, no governo Bolsonaro, houve um aumento significativo no número de militares da ativa e da reserva em cargos civis: são 6.157 militares distribuídos, em diferentes cargos em Conselhos de Estado, na alta burocracia federal, em cargos comissionados, cargos temporários e na administração pública.

Palavras chave: Relações civis-militares. Brasil. Governo Bolsonaro.

XI-APS-82351 -GÊNERO, MILITARES E SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA -FAB- EM BELÉM DO PARÁ (1981-2017).

SANDRA LETÍCIA MAGALHÃES GAUDÊNCIO - sem instituição

ITAMAR ROGÉRIO PEREIRA GAUDÊNCIO - POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

Comunicação Oral

This paper proposes to discuss the theme "Military Woman in the Brazilian Air Force". The theme chosen came from the observation and analysis of oral and documentary sources from the period 1981 to 2017, which highlights the history and memory of women in the Brazilian Air Force in Belém do Pará. This research makes it possible to rethink the issue of women and its relations with military doctrine, in the specific case of the FAB, a Federal Military Institution of 79 years, that only in the years of 1981 of the XX century, incorporated women in its hierarchical structure. Historical moment that "coincides" in the years of the so-called redemocratization post military-dictatorship period. This theme is important for studies on the military and gender issues in the process of re-democratization of the country, and is still little explored by regional historiography or by the military historical and social daily theorists. Keywords: Woman, Military, Brazilian Air Force and Society.

Palavras chave: Mulher, Militar, Força Aérea Brasileira e Sociedade

XI-APS-84788 -Novas abordagens para antigos desafios: pensando o gênero nas Forças Armadas

Stella Maria Vargas Resende - Escola Superior de Guerra

Comunicação Oral

O presente trabalho tem origem num esforço temático de entender o lugar da mulher nas Forças Armadas brasileiras e da América Latina, a partir de suas vivências, relatos, dificuldades e potencialidades. Este artigo inicia a segunda fase de uma pesquisa mais abrangente iniciada pela autora no ano de 2018. A partir de estudos anteriores baseados em revisão bibliográfica, documentos oficiais da Organização das Nações Unidas e entrevistas com mulheres militares, com relação a vida militar e a presença feminina em Operações de Paz na ONU, percebeu-se uma série de dificuldades ligadas a diferenças de gênero. Dentre elas está a predominância da retórica da vulnerabilidade feminina no corpo militar, que se torna um obstáculo na medida em que tem sido usada tanto pela ONU quanto pelos Estados integrantes das missões de paz mesmo em documentos que tentam reforçar a importância e o valor feminino nas mesmas (RESENDE, Stella. 2018, p.91; 2019, p.89). Percebemos que essa mesma retórica é utilizada dentro dos quartéis brasileiros (SILVA, 2008) e a partir desses achados entendemos a necessidade de uma mudança na cultura organizacional das Forças Armadas, no que diz respeito a visão do feminino. Assim, apoiado em referencial teórico Construtivista (Wendt, 1999; Onuf, 1989), Pós-Colonial (Said, 2011) e Feminista (León, 2000), o presente trabalho tem como objetivo explicar a respeito de outro tipo de problemática vivida por mulheres militares nas Forças Armadas (FFAA) Brasileiras atualmente, referida ao seu processo admissional. Partindo da diferenciação de habilidades físicas necessárias para o ingresso feminino, temos que a cobrança diferenciada - e nesse caso, menor - em relação às mulheres, pode, em algum grau, reafirmar os argumentos utilizados para mantê-las ou fora do serviço militar ou em funções subalternas. Processos admissionais que não pressuponham toda a potencialidade feminina no exercício de suas funções, podem redundar na subutilização desses contingentes, ao invés de funcionar como incentivo ao seu ingresso e à aceitação das mesmas pelos colegas do sexo masculino. Assim, a intenção do trabalho é subsidiar um debate que se contraponha à ideia de fragilidade da mulher, introduzindo a noção de que particularidades femininas podem ser consideradas vantagens estratégicas para o Exército brasileiro. Dessa forma, o trabalho aponta estudos pertinentes ao enfrentamento e avanço na pauta de gênero nas FFAA.

Palavras chave: Gênero; Forças Armadas; Processo Admissional.

XI-APS-87872 -The Role of the Armed Forces in Homeland Security

Marco Marsili - CIEP-UCP, CEI-IUL, CINAMIL, CIDIUM

XIAPS- Poster

This poster addresses the employment of the Armed Forces in homeland security tasks. Unconventional conflicts – hybrid, asymmetric, and transnational conflict which involve

state and non-state actors such as insurgents or terrorist organizations – are among the trend topics of defense and security (Marsili, 2019). Since jihadist terrorism broke out in Europe, security has become a main concern, occupying the front pages of newspapers and the agendas of governments. The primary responsibility for protecting life and property, and maintaining law and order in the civilian community, is vested in police forces; supplementary responsibility is vested by statute in specific agencies other than the Ministry of Defense. Military forces may be used to support law enforcement agencies. In emergency situations, the Parliament may authorize the use of the military as a police force on home soil. Police departments are much larger in major metropolitan areas and much smaller than the average in rural areas, but in catastrophic attacks that affect large areas in several states simultaneously, there will not be enough police officers to do what has to be done. Since lateral reinforcement is not feasible when all adjacent areas are involved, the only source of augmentation for local departments will be from the Armed Forces. Subsidiary operations of the Army in support to civil authorities – e.g. military aid in the event of a catastrophe – are one of the ordinary duties of the Army, whose main mission is to ensure security and defense of the territory. Although the readiness of use for the defense of the territory is reduced, the maintenance and development of this important primary mission is to guard the long-term, in anticipation of events imponderables in the military and security policy. In Western liberal-democracies, the executive power is limited in the use of the military in domestic security operations, because of legal norms. Police is in charge of internal security, with the Army acting as ‘reinforcing force’ only in conjunction with the first. Subsidiary operations of the Army in the field of homeland security have increased over the past few years, and in many countries, including Switzerland (Federal Council, 2004), is currently underway a political debate to evaluate the allocation of the Army direct powers in policing. It is a political decision, which must take into account both the changing environment in which the Armed Forces operate, both the threat of international terrorism manifested in disruptive manner at the beginning of the new millennium. Legislative and cultural obstacles should be overcome to achieve this goal.

Palavras chave: Terrorism, national security, defense, armed forces

XI-APS-88478 -A assistência religiosa nas Forças Armadas e de Segurança portuguesas - uma análise diacrónica do papel do capelão militar

Raquel Cetra - Universidade de Évora

Comunicação Oral

Desde os primórdios da Humanidade que a religião se encontra ligada à própria conceção do Homem, tendo desde sempre influenciado o mesmo e contribuído para a modelação das sociedades no decorrer dos séculos. A Europa que hoje conhecemos tem as suas raízes na antiga civilização grega, mas é igualmente bastante influenciada pela cristandade. Na Idade

Média os Estados que se reorganizaram necessitaram da Igreja para que regulasse as suas quezílias, tendo direcionado as energias dos mesmos, contra um inimigo comum externo, que seriam os infiéis, permitindo o fomento das Ordens religioso-militares. Em Portugal, um país maioritariamente católico com a extinção das ordens religiosas no ano de 1834 e a Lei de Separação do Estado e da Igreja em 1911 a relação entre a religião e a sociedade e, por conseguinte, com as Forças Armadas distanciou-se. Porém, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a participação portuguesa na mesma, o papel dos capelães, que se encontrava frequentemente limitado aos momentos de culto religioso, passa a ter uma demarcada importância na assistência aos militares do Corpo Expedicionário Português. Com a Concordata entre Portugal e a Santa Sé em 1940 e o Decreto De spiritualli militibus em 1966 permitiu-se estruturar a assistência religiosa das Forças Armadas. O primeiro curso de capelães militares e de Forças de Segurança em Portugal realizou-se no período de vinte e um de agosto a dezassete de setembro do ano de 1967 com vista à instrução de cinquenta e oito sacerdotes em áreas de cariz militar, social, físico, religioso e psicológico para que pudessem acompanhar e assistirem os diversos batalhões que teriam como destino as províncias ultramarinas. Este estudo pretende analisar a evolução da importância do papel do capelão militar no decorrer dos séculos, bem como compreender a importância do seu atual papel e as linhas da sua missão e se o próprio serviço de assistência religiosa, num Estado laico, como o nosso ainda se justificam e se o mesmo se adequa à vida militar, procurando entender igualmente as suas limitações. Nesse sentido recorrer-se-á a uma análise exploratória ao Serviço de Assistência Religiosa através de uma revisão da literatura. O papel do capelão militar e a sua missão apesar das alterações que tem vindo a sofrer no decorrer dos anos em termos de número de efetivos, da legislação e do próprio funcionamento orgânico das Forças Armadas e das Forças de Segurança, corresponde a uma perspectiva que não se esgotou e, que, ainda constitui um apoio aos militares com um carácter multifacetado e permitindo que a existência de um sistema de crenças e orações potencie uma melhoria da gestão do stress, melhorando a sua saúde e bem-estar não só a atuais militares como a antigos combatentes.

Palavras chave: Assistência religiosa; Capelão Militar; Forças Armadas; Forças de Segurança; Sistema de crenças e oração;

Sexualidade e Género

XI-APS-11207 -Rompendo a invisibilidade: Interrogar o género e sexualidade das raparigas e mulheres com deficiência em Portugal

Paula Campos Pinto - CIEG, ODDH, ISCSP/ULisboa

Teresa Janela Pinto - CIEG, ODDH, ISCSP/ULisboa

Comunicação Oral

Os trabalhos pioneiros de Susan Wendell (1989), Jenny Morris (1993), Carol Thomas (1999) e Rosemary Garland-Thomson (2002) contribuíram para a emergência de uma teoria feminista da deficiência. Estas pesquisas demonstraram como a aplicação de uma lente de género aos Estudos sobre Deficiência, ou da ótica da deficiência aos Estudos de Género, vai muito além da incorporação de uma nova dimensão analítica, requerendo uma transformação profunda dos quadros conceptuais de referência que permita “fortalecer a nossa compreensão sobre a forma como estes múltiplos sistemas se interligam, se redefinem, e se constituem mutuamente” (Garland-Thomson, 2002, p.4). Para tal, importa analisar os processos e discursos complexos que moldam a discriminação e as múltiplas exclusões vivenciadas por mulheres e raparigas com deficiência. Esta comunicação procura quebrar o silêncio e invisibilidade que ainda rodeia a vida das raparigas e mulheres com deficiência em Portugal. Com recurso a fontes estatísticas secundárias (dados sobre educação e emprego) e entrevistas com raparigas e mulheres com deficiência realizadas no âmbito de diferentes estudos, são identificadas desigualdades, exclusões e opressões que afetam estas mulheres no seu quotidiano, nas esferas da educação, do trabalho e emprego, da vida familiar e das relações de intimidade, mas também estratégias de contestação e resistência, através das quais estas reconstróem e reclamam a sua identidade e agência enquanto pessoas com deficiência, enquanto mulheres e, simplesmente, enquanto pessoas.

Palavras chave: Género, deficiência, interseccionalidade

XI-APS-11287 -Perceções insulares sobre a diversidade sexual

Joana Brilhante - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A relação entre sexualidade e espaço tem vindo a ser amplamente explorada no âmbito dos estudos sobre sexualidades, especialmente a partir de meados da década de 1990. Esta centralidade do espaço na construção das sexualidades permite uma análise mais enfocada

em identidades e práticas, na forma como as representamos, legitimamos ou rejeitamos em cada contexto. Em suma, permite-nos verificar como as sexualidades são situadas sociologicamente num dado contexto espaço-temporal. A investigação de doutoramento em curso, da qual decorre esta apresentação, visa estudar as conexões entre sexualidades e espaço, e a sua relação com a insularidade. Tendo a Região Autónoma dos Açores como estudo de caso, entre Julho e Setembro de 2020 realizaram-se 23 entrevistas semiestruturadas, direcionadas a pessoas LGB (Lésbicas, Gays e Bissexuais) açorianas, a ativistas locais, agentes políticos e associações, com o objetivo de recolher perceções sobre vivências não-heteronormativas neste contexto insular português. O foco de análise recaiu sobre as ilhas de maior densidade populacional, São Miguel e a Terceira. Uma abordagem qualitativa dos dados, através da análise temática das entrevistas revela desde já a prevalência do “armário”, o conservadorismo religioso e a dificuldade de anonimato enquanto temas-chave no imaginário das vivências das pessoas LGB locais. Esta análise preliminar dos dados permite-nos identificar as relações entre espaço e sexualidade, caracterizadas pelo contexto de “isolamento” conferido pela insularidade. Acresce que a invisibilidade, a falta de espaços e o défice de informação sobre diversidade sexual continua a ser uma realidade patente nas ilhas dos Açores estudadas. Tudo isto contribui para a manutenção do estigma social vivenciado pela comunidade LGB açoriana, apesar de um enquadramento jurídico progressista a nível nacional. Esta distância significativa entre a lei e a prática merece toda a atenção sociológica, de forma a perceber modos de intervenção que visem sociedades efetivamente justas e inclusivas.

Palavras chave: Insularidade, diversidade sexual, armário, vivências não-heteronormativas

XI-APS-16257 -Igualdade de Género em Instituições de Ensino Superior em Portugal

Anália Torres - CIEG/ISCSP-ULisboa

Paula Campos Pinto - CIEG/ISCSP-ULisboa

Fátima Assunção - CIEG/ISCSP-ULisboa

Maria de Lourdes Machado-Taylor - A3Es

Ângela Noiva - DGES

Bernardo Coelho - CIEG/ISCSP-ULisboa

Diana Maciel - CIEG/ISCSP-ULisboa

Ellen Theodoro - CIEG/ISCSP-ULisboa

Comunicação Oral

Portugal apresenta uma proporção acima da média da UE-28 de mulheres no Ensino Superior (ISCED 5-8), inclusive em áreas consideradas tradicionalmente masculinas, como as Ciências e Engenharias (She figures, 2018). No mesmo sentido, o país tem sido mencionado em várias pesquisas científicas como exemplo no campo da igualdade de género na ciência, com elevada proporção de mulheres na investigação, mesmo em áreas em

que estão geralmente sub-representadas (Elseviere, 2017). Como podemos explicar esta especificidade portuguesa? Quais os fatores que poderão contribuir para este padrão e de que países nos aproximamos e nos distanciamos? Estes são dos primeiros aspetos que pretendemos abordar nesta comunicação. Em segundo lugar, importa ter em conta que, apesar dos avanços, persistem fortes desigualdades de género nas Instituições de Ensino Superior, de que são exemplo, entre outros, a maior percentagem de mulheres em situação de precariedade e com dificuldade em atingir posições de topo (reitoras, vice-reitoras, professoras catedráticas). Investigações qualitativas verificam uma desvalorização das temáticas relacionadas com o género entre as pessoas que ocupam cargos de gestão e de decisão e o desconhecimento da cultura organizacional que tem subjacente a reprodução de uma assimetria de género em torno de uma conceção do homem como modelo de trabalhador ideal e da mulher como trabalhadora com responsabilidades cuidadoras (Carvalho, White e Machado-Taylor, 2013; Oliveira e Villas-Boas, 2012). Com o intuito de identificar e compreender os padrões de (des)igualdade de género nas IES em Portugal, o projeto denominado GE-HEI Igualdade de Género em Instituições de Ensino Superior, financiado pela EEA Grants, mobiliza uma diversidade de técnicas (análises simples, bivariadas e multivariadas de dados secundários da DGEEC e A3ES só para mencionar alguns, entrevistas com pessoas chave e estudos de caso de quatro IES: públicas – universidades e politécnicos – e privadas, com diversidade geográfica e de área científica) com o objetivo de produzir conhecimento e ferramentas para integrar a Igualdade de Género no sistema de ensino superior português, assim como reforçar o papel das Instituições de Ensino Superior na promoção de valores de cidadania e diversidade.

Palavras chave: Género, Ensino Superior, Igualdade de Género

XI-APS-17206 -O bullying homofóbico e o Ensino Superior: Reflexões sobre crenças e práticas de estudantes.

Sofia Neves - Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP-ULisboa)

Janete da Silva Borges - Instituto Universitário da Maia (ISMAI)

Estefânia Silva - Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP-ULisboa)

Cristina Pereira Vieira - Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP-ULisboa) e Universidade Aberta (UAb)

Ana Rita Neves Sousa - Instituto Universitário da Maia (ISMAI)

Comunicação Oral

O bullying homofóbico é um fenómeno atual, que se reveste de grande complexidade. As suas manifestações são diversas e têm lugar em diferentes contextos, como é o caso da escola. As vítimas, em função da sua orientação sexual e do ano de escolaridade que

frequentam, sofrem consequências a nível psicológico, físico, sexual e social, o que afeta a sua saúde, bem-estar e funcionamento global. O desenvolvimento de sintomatologia psicopatológica, que resulta não raras vezes da violência e discriminação sofridas, agrava o sofrimento das vítimas e potencia o seu isolamento, contribuindo para o agravamento do processo. A presente comunicação assenta nos resultados de um estudo científico que teve como objetivo caracterizar as crenças e as práticas de um grupo de 369 estudantes do Ensino Superior português, 282 do sexo feminino e 84 do sexo masculino, com uma média de idades de 21.49, relativamente ao bullying homofóbico. A partir do preenchimento de uma ficha sociodemográfica e de três Inventários, concluiu-se que os homens praticam e sofrem mais bullying homofóbico do que as mulheres. Os/As estudantes portugueses/as que praticam comportamentos violentos contra pessoas lésbicas e gays (LG) apresentam crenças mais conservadoras sobre a orientação sexual LG e sobre o género do que os/as que não praticam. As pessoas que revelam crenças sobre a orientação sexual LG mais conservadoras são também aquelas que revelam crenças de género mais conservadoras ($r=0.423$, $p<0.001$). Os homens revelam crenças sobre a orientação sexual LG mais conservadoras ($t(102.046)=-4.908$, $p<.001$), sendo também os que praticam mais violência contra pessoas LG. Problematiza-se nesta comunicação a necessidade de investir na prevenção e combate ao bullying homofóbico.

Palavras chave: Bullying; homofobia; Ensino Superior; orientação sexual

XI-APS-18542 - **Pandemia e Academia em Casa - impactos percecionados no ensino**

Virgínia Ferreira - Univ Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais
Cristina C. Vieira - Univ Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação; Univ Algarve, CEAD-Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária
Mónica Lopes - Univ Coimbra, Centro de Estudos Sociais
Luísa Winter Pereira - Univ Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

Múltiplas desigualdades de género marcam a Academia. Especula-se sobre o seu agravamento em condições de pandemia. Os indicadores bibliométricos assumem grande centralidade na avaliação do desempenho científico no acesso e progressão na carreira docente e de investigação. A diminuição da submissão de artigos de autoria individual feminina, enquanto a masculina aumentou durante o 1.º trimestre de 2020, e vários alertas e testemunhos sobre dificuldades de conciliar o teletrabalho com ensino e investigação, mostra que são diferenciados os impactos da crise pandémica da COVID-19 em homens e mulheres docentes e investigadoras/es (p.e., Nature, Science, The Lancet). A questão da penalização da maternidade tem sido salientada. O Projeto Parent in Science revelou que mais mulheres do que homens, e mais mulheres com filhos, do que sem filhos, tiveram dificuldade em terminar artigos em fase de conclusão durante a pandemia. A sobrecarga das

mulheres com o invisível e nada compensatório “trabalho doméstico académico” tem sido sublinhada (Guarino & Borden 2017). Durante a pandemia, terá sido ainda mais penosa a negociação entre público e privado sobre a qual se organizam as carreiras académicas. A perspetiva interseccional alerta-nos para o facto de, para algumas mulheres, essa negociação ser mais difícil. Nesta comunicação, serão apresentados os resultados de um inquérito online a uma amostra de docentes do sistema universitário público, aplicado nas universidades do Algarve, Aveiro, Coimbra, Lisboa, Minho e Porto, com o objetivo de conhecer as estratégias de adaptação ao trabalho docente e de investigação sob a COVID-19 quanto a: - métodos de trabalho de ensino e de avaliação à distância- alterações ao trabalho doméstico académico- teletrabalho e conciliação trabalho/família- restrições à execução dos planos de investigação- impacto percebido na produtividade e nas oportunidades de carreira (em especial de pessoas com mais vulnerabilidade contratual, económica ou social) Com o inquérito procurou-se perceber se, e como, docentes e investigadoras/es se adaptaram e que vantagens ou penalizações sentiram, numa perspetiva interseccional. Nesta comunicação, serão analisadas em especial as estratégias reportadas no que respeita aos métodos de trabalho de ensino e de avaliação à distância.

Palavras chave: género, COVID-19, academia, digitalização do ensino

XI-APS-19596 -Diversidade e relações de cuidado em pessoas LGBTQI+ acima dos 60
Ana Cristina Santos - Centro de Estudos Sociais (CES-UC)

Comunicação Oral

Esta apresentação incide sobre envelhecimento, diversidade e cuidado a partir do conceito de “grupo de risco”. No âmbito do projeto internacional CILIA Vidas LGBTQI+, financiado pela Agência Europeia NORFACE e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia entre 2018 e 2021, realizámos um conjunto de entrevistas qualitativas em quatro países europeus, entre os quais Portugal. Procurámos perceber o modo como a discriminação afeta a população lésbica, gay, bissexual, trans, queer ou intersexo (LGBTQI+) em três momentos de transição ao longo da vida: a entrada na vida adulta e o primeiro emprego; a fase associada ao pico de carreira e à designada rush hour; e a transição para a reforma e respetivos planos de preparação para o fim de vida. Para esta intervenção, centramo-nos nos dados recolhidos com pessoas em fase de transição para a reforma ou reformadas. Dados do projeto europeu CILIA LGBTQI+ indicam que a população acima dos 60 anos é particularmente vulnerável a processos de discriminação cumulativa. Esta vulnerabilidade está associada a situações de isolamento, doença, fragilidade económica e ausência de redes de cuidado, fatores que assumem contornos específicos em tempos de crise, exigindo respostas adequadas. Esta apresentação está pensada em três partes. Na primeira, refletimos sobre as implicações de reduzir à categoria de “grupo de risco” um determinado conjunto de pessoas que apenas têm em comum o intervalo etário, sem outras considerações. Depois, afunilamos para o

modo como o tempo de pandemia tem sido vivido por pessoas acima dos 60 anos que se identificam como LGBTQI+. Esta segunda parte será acompanhada por excertos de entrevistas realizadas em dois momentos distintos de recolha de dados: num primeiro momento, em contexto de entrevista presencial (entre abril de 2019 e fevereiro de 2020) e, para cerca de um terço da amostra, um segundo momento de aprofundamento não presencial centrado nas vivências durante o período de confinamento (a partir de março de 2020). Por fim, serão discutidos os resultados à luz de uma lente de sexualidade e género que procura identificar e combater o idadismo enquanto forma de discriminação sentida de modo muito particular por esta população. Reunindo histórias de pessoas LGBTQ acima dos 60 no contexto português, a nossa investigação informa a urgência de colmatar o fosso entre direitos formais já assegurados e a realidade quotidiana das pessoas com quem conversámos, exortando a academia, profissionais dos diversos setores e decisores políticos a assumir responsabilidades face à vulnerabilidade que caracteriza as experiências recolhidas.

Palavras chave: LGBTQI+, envelhecimento, COVID-19, idadismo

XI-APS-21783 -Representações, percepções e incidência do assédio sexual entre estudantes da Universidade do Minho

Celeste Amorim - Universidade do Minho

Ana Maria Brandão - Universidade do Minho

Comunicação Oral

O combate à desigualdade e à violência de género, em particular à violência contra as mulheres, tem sido objeto de especial preocupação nas últimas décadas em Portugal. A investigação desenvolvida a nível nacional e internacional mostra que as mulheres são as principais vítimas de uma violência subtil e descredibilizada, onde se inclui o assédio sexual, aqui entendido como comportamentos, atos, ameaças e/ou revelações, por palavras ou atitudes e ações, de carácter sexual não desejados pela pessoa a quem se destinam, ofendendo a sua integridade física e moral (Dias, 2008; Magalhães, 2011). Esta forma de assédio tem sido entendida como resultado das posições de poder desiguais de homens e mulheres, vinculado a desigualdades históricas de género e ao sexismo. Em Portugal, a investigação sobre o tema é escassa, especialmente no que respeita ao assédio sexual em contexto académico. Esta comunicação baseia-se nos resultados de uma investigação de mestrado em curso, que visa contribuir para suprir essa lacuna, tendo como objetivo apurar as formas e a intensidade do assédio sexual em contexto académico na Universidade do Minho. O projeto de investigação em causa assenta numa metodologia qualitativa, recorrendo às técnicas de entrevista de grupo (sob a forma de grupos de discussão) e inquérito por questionário. Pretende-se perceber a relação entre a perpetração de comportamentos de assédio sexual e variáveis como o género, a idade, o curso, a sua

frequência em ambientes académicos, incluindo espaços de lazer noturno/ festas académicas, e perceber e caracterizar a vitimação. Para esta comunicação, são mobilizados os resultados dos grupos de discussão, que permitiram perceber a perpetuação do assédio sexual no campus e em ambientes de lazer frequentados sobretudo pelos/as estudantes e a aparente ausência de atenção e de mecanismos da academia para o combate a esta forma de violência de género.

Palavras chave: violência de género, assédio sexual, desigualdades de género, academia

XI-APS-23899 -Vitória, vitória, repete-se a história? - (Des)igualdade de género nos livros recomendados pelo PNL

Andreia Nunes - CIES-IUL

Comunicação Oral

Nos últimos anos com o re-surgimento e intensificação dos movimentos populistas todas as tentativas de identificar desigualdades de género nas várias áreas (comédia, cinema, literatura) são alvo de chacota e de backlash anti-género. Os livros infantis estiveram já na ribalta desta discussão, por ordem da denúncia dos livros da Porto Editora que continham atividades diferentes dirigidas a “meninas” e a “rapazes”, e a posição de vários organismos, entre os quais da CIG, levantou acusações de estarmos perante uma espécie de censura “reversa”. De facto a preocupação com os estereótipos de género nos livros infantis remonta aos anos 70, impulsionada pelos movimentos feministas e com o estudo pioneiro de Weitzman et. al (1972) e dos estudos que lhe seguiram, revelando a sub-representação feminina e o reforço de estereótipos na caracterização psicológica e física dos personagens, nas profissões, entre outros (Naharara, 1998; Brugeilles, Cromer & Cromer, 2002; Hamilton et. al, 2006; Paynter, 2011). No nosso país este tema mereceu também a atenção de algumas investigadoras que viriam mostrar a coincidência dos resultados analisados com o panorama internacional, entre eles o estudo levado a cabo por esta investigadora e que visou os livros premiados pela SPA/RTP na categoria de “Melhor Livro Infante-Juvenil” (8 livros) e os estereótipos de género presentes nos mesmos (Nunes, 2017). À semelhança dos estudos internacionais verificou vários exemplos de estereótipos sobretudo no que concerne os hobbies, tempos de lazer e tarefas domésticas. Na sua investigação de doutoramento (a decorrer) expandiu o seu objeto de estudo para incluir os Livros Recomendados pelo Plano Nacional de Leitura (PNL) entre 2009 a 2019 a fim de indagar sobre possíveis mudanças no decorrer desse período. Privilegiando uma abordagem de pesquisa intensiva concebeu uma grelha de análise onde registou aspetos relacionados com as competências, profissões, entre outras dimensões, presentes no texto e ilustrações, procurando também indagar sobre a presença das questões de género nos critérios de especialistas que selecionam os livros, realizando entrevistas semi-directivas (Ruquoy, 1997). Os livros infantis constituem objetos lúdicos (Ramos, 2017), mas são mais do que

objetos - os livros possuem capital cultural e simbólico (Bourdieu, 1982), contribuem para a formação da personalidade e para o acesso e fruição da cultura (Bastos 1999, Anderson e Hamilton, 2005), pelo que uma intervenção precoce na educação para a igualdade e diversidade de género (Saleiro, 2017) terá nos livros infantis poderosos aliados. Vitória, vitória, repete-se a história? Ou será que neste período de dez anos algo mudou na forma como os livros retratam homens e mulheres? O que fazer com os livros que apresentam estereótipos de género? Que diálogos são possíveis entre crianças, autores/as, famílias, escola e iniciativas de Políticas Públicas? Estas são algumas das questões a que a autora pretenderá responder na sua comunicação.

Palavras chave: Estereótipos de Género; Literatura infantil; Plano Nacional de Leitura (PNL)

XI-APS-27491 -Semelhanças, diferenças e representações sobre a beleza feminina no Brasil e em Portugal: Um estudo de caso das campanhas Primavera/Verão 2018 do Facebook da marca C&A.

Hadassa Oliveira - Instituto Universitário de Lisboa

XIAPS- Poster

Este trabalho teve como objetivo comparar, analisar e verificar a maneira como estão a ser abordadas as formas da beleza feminina nas campanhas de Primavera/Verão 2018 das páginas do Facebook da marca varejista de roupas C&A, no Brasil e em Portugal. Desta forma, a questão-chave se prende na busca da compreensão de como a marca abordou a beleza feminina diante do público feminino (no qual foram englobadas mulheres e pessoas que se identifiquem como femininas) nos dois países. Este trabalho teve sua análise metodológica de cunho exploratório com aplicação de questionário por inquérito online e análise dos dados coletados referente ao público alvo em questão. Os resultados deste trabalho evidenciaram que a marca buscou sutilmente representar diferentes formas de beleza feminina, e que o público feminino entrevistado expressou a opinião, em sua maioria e em ambos os países, de não se sentir representado nas imagens das campanhas selecionadas, e mostrou-se crítico em relação à escolha das modelos utilizadas, não transmitindo o sentimento de agregação/pertencimento com a marca, o que foi considerado um ponto negativo por grande parte do público estudado.

Palavras chave: Publicidade. Beleza feminina. Representatividade. Facebook. C&A.

XI-APS-30355 -**Mulheres trans trabalhadoras do sexo: desafios interseccionais na saúde**

Eduarda Moreira - ISMAI

Joana Topa - ISMAI/CIEG-ISCSP ULisboa

Sofia Neves - ISMAI/CIEG-ISCSP ULisboa

Comunicação Oral

A presente comunicação visa apresentar e discutir os resultados de uma investigação qualitativa que se debruçou sobre o estudo de mulheres trans trabalhadoras do sexo. Este estudo pretende contribuir para a desocultação académica, social e política desta mulheres e das suas realidades, bem como, pretende contribuir para uma maior compreensão sobre os significados que estas mulheres atribuem às transformações corporais por que passaram e quais o(s) reais impacto(s) que essas mudanças acarretaram nas suas vidas e, conseqüentemente, na sua saúde. Partindo da convicção que tem de se dar voz a estas mulheres por forma a alcançar uma compreensão holística e integrada das suas vivências, realizámos um estudo qualitativo e transversal que procurou conhecer, analisar e refletir sobre os discursos veiculados por 6 mulheres trans trabalhadoras do sexo na zona do Grande Porto. Para tal, realizaram-se entrevistas individualizadas a estas mulheres recorrendo à análise temática (Braun & Clarke, 2006) para a análise de dados recolhidos. As evidências encontradas permitiram-nos perceber que a transformação do corpo apresenta-se como uma esfera constitutiva da vida destas mulheres, sendo a forma de atingir um bem-estar pleno com o próprio eu, e que estas, por mais impactos que acarretem, estão intimamente relacionados com uma perceção de realização pessoal e com a perceção de saúde. Embora nem todas as entrevistadas estivessem no mesmo momento de problematização e de questionamento das suas identidades, consideravam que as (re)construções/transformações envolvem riscos, que decorrem muitas vezes fruto das fragilidades do sistema de saúde e dos procedimentos clandestinos a que muitas recorrem. Por outro lado, os resultados evocam que muitas das vivências das mulheres trans trabalhadoras do sexo são caracterizadas e pautadas por diversos tipos de violência, e que, para muitas das participantes, o trabalho sexual é visto como um meio de obter um fim uma vez que para a construção de uma identidade “plena” é necessário poder económico. Este estudo realça a existência de uma relação estreita entre a pessoas trans, vitimização e discriminação interseccional nos inúmeros contextos onde se movimentam elencando uma clara necessidade de se desenvolverem mais trabalhos que se debrucem sobre a diversidade de trajetos de vida trans, desocultando as suas problemáticas e necessidades, sempre conscientes do integral respeito pelas suas identidades.

Palavras chave: identidade; género; trans; (re)construções; trabalho sexual; saúde.

XI-APS-30968 -**Parentalidades dissidentes: o cuidado tem gênero?**

Milena do Carmo - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A política, a prática e a experiência vivida enquanto pessoas trans* têm provocado a desconstrução do gênero enquanto categoria binária fixa nas esferas sociais, culturais, políticas e jurídicas. Contudo, o enquadramento das identidades trans como doença mental nos manuais de medicina tem persistido desde os anos 1970, patologizando-as e prejudicando seu reconhecimento social a partir de diagnósticos médicos uniformizados em países como Portugal e Brasil. Em contrapartida, o movimento pela despatologização dessas identidades demanda ressignificar as transições de gênero a partir do campo dos Direitos Humanos, da equidade e da integralidade da atenção à Saúde. Essas iniciativas propõem aprofundar o pertencimento desses indivíduos à sociedade, demonstrando potencial para a formação de alianças. Neste sentido, o questionamento de uma epistemologia binária reflete a multiplicidade das experiências vividas pelas pessoas trans e ressignifica papéis sociais e categorias de masculino e feminino. À vinculação cultural do sexo ao comportamento e do gênero à genitália, definindo o masculino pela presença do pênis e, o feminino, pela vagina, é oferecida uma perspectiva da reprodução não vinculada a corpos e identidades. A desestruturação desses estereótipos cria subversões performativas e assegura não haver uma essência sobre o que é ser homem ou mulher, apenas construções sociais. Não é uma troca de lugares entre pai e mãe, mas a construção de novos lugares e sentidos a partir da diversidade: de experiências, de arranjos familiares, de possibilidades. Recentes mudanças nos enquadramentos legislativos português e brasileiro têm apresentado alterações à Lei de Identidade de Gênero e ao registro civil de pessoas trans*. Observando a escassez de estudos, projetos e políticas internacionalmente, meu objeto de análise visa apreender as singularidades das experiências de cuidado parental exercidas por homens trans. Tais vivências estão representadas pelas exercidas através da função reprodutiva socialmente atribuída às mulheres (homens que gestam e dão à luz) e por aquelas em que assumem o papel de cuidadores, estando ou não em um relacionamento afetivo. Neste contexto, meus questionamentos circundam em torno de como se dão as experiências de cuidado nas parentalidades dissidentes de homens trans em diálogo com os marcos das cidadanias íntimas, sexual e reprodutiva. E, ainda, em como essa função parental pode ser exercida a partir de uma ética do cuidado, que o torna responsabilidade individual e coletiva capaz de ultrapassar argumentos biologicistas, desconstruir processos familiares tradicionais e os reconstruir baseando-se nessa variabilidade de experiências.

Palavras chave: Parentalidades; Cuidado; Homens trans; Dissidências

XI-APS-31612 -**Gênero e assédio moral em local de trabalho**

SANT'ANA , HELENA - CIEG - ISCSP ULISBOA

COELHO, BERNARDO - CIEG - ISCSP ULISBOA
DALIA COSTA - CIEG - ISCSP ULISBOA
ANÁLIA TORRES - CIEG - ISCSP ULISBOA

Comunicação Oral

Este estudo teve como objetivo retratar o assédio moral em local de trabalho, bem como conhecer a dimensão deste fenómeno e suas características. Compreender a percepção social acerca do assédio moral, e diagnosticar o modo como as pessoas alvo de assédio reagem e a quem recorrem para obter apoio, razões e motivações. Através do cruzamento de uma metodologia extensiva e intensiva, aplicou-se um inquerito a uma amostra representativa da população ativa de Portugal continental, excluindo o sector primario, a 1801 pessoas, sendo 558 homens e 1243 mulheres. As pessoas entrevistadas foram selecionadas através do método de random route , sendo selecionados 219 pontos de amostragem repartidos por 78 localidades. Ao mesmo tempo realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a homens e mulheres vítimas de assédio moral. O estudo é apresentado em 6 momentos: a)Análise das percepções / representações das pessoas que foram vítimas de assédio moral no local de trabalho.b)Praticas que constituem o assédio moral em local de trabalho c)Forma como os diferentes tipos de assédio moral incidem sobre as pessoas alvo, tendo em conta os seus tempos biograficos e profissionais.d)Retrato da interacção entre a escolaridade e o assédio moral.e)Descrição e avaliação da autoria do assédio moralf)Análise das formas de reação das pessoas alvos de assédio.

Palavras chave: Assédio moral, género, representações sociais , trabalho

XI-APS-32940 -Estado de emergência: os efeitos da pandemia na (des)igualdade de género na academia em Portugal

Thais França - CIES/ ISCTE-IUL

Mara Vicente - CIES/ISCTE-IUL

Ana Fernandes - CAPP/ISCSP

Beatriz Padilla - CIES/ISCTE-IUL, University of South Florida

Lígia Amâncio - CIES/ISCTE-IUL

Filipa Godinho - CIES/ISCTE-IUL

Comunicação Oral

A atual crise sanitária forçou a uma reorganização de diversas esferas e sectores da sociedade, uma vez que a restrição da mobilidade foi utilizada como uma das principais estratégias de combate à propagação do vírus SARS-Cov-2. Neste novo cenário, uma série de

antigos padrões de desigualdades e vulnerabilidades foram exarcebados, nomeadamente no que respeita ao género. O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados preliminares do projeto Sage 19 Scientific and Academic Gender (in) equality during Covid19, cujo objetivo geral é analisar o impacto da crise sanitária provocada pela COVID-19 nas desigualdades de género em Portugal notadamente no contexto académico . A suspensão das atividades presenciais das instituições de ensino superior e a subsequente transição para o ambiente virtual impôs desafios diferenciados para homens e mulheres no que diz respeito à realização das atividades académicas e tarefas domésticas/ cuidados de dependentes. Argumentamos que em Portugal os avanços e as conquistas das mulheres na academia têm sido baseados em modelos frágeis de conciliação entre as esferas profissional e pessoal, sem que efetivamente tenha existido uma mudança real na estrutura e nas práticas académicas em relação às desigualdades de género. Com base numa metodologia mista de métodos quantitativos (inquérito por questionário) e qualitativos (entrevistas semi-estruturadas e focusgroup), as análises iniciais dos nossos resultados surgem alinhadas com as discussões mais atuais, a nível internacional, em relação à forma desigual como a carreira académica de mulheres e de homens tem sido afetada pela pandemia. A curto prazo, esses efeitos podem ser avaliados pela diminuição da publicação de artigos em revistas científicas e submissão de projetos para financiamento por parte de mulheres, enquanto a médio e longo prazo se espera o aumento das disparidades de género em relação à ocupação de cargos decisórios, o acesso a financiamentos e a própria redução do número de mulheres académicas. Avaliamos, portanto, a necessidade urgente de desenvolvimento de políticas e de medidas institucionais para mitigar os efeitos desta situação.

Palavras chave: Género, desigualdades, academia, COVID19

XI-APS-39203 -Género y drogas en la era postdescriminalización

Carlos Escudero Nuñez - Universidad de Panamá

Comunicação Oral

La presentación género y drogas en la era postdescriminalización tiene por norte entender las dinámicas y las experiencias de mujeres utilizadoras de drogas desde un enfoque de género. La relevancia de esta investigación radica en tres aspectos: primero, contribuir a la riqueza teórica del tema ante la escasa literatura, abrir debates y continuar otros ya abordados respecto a la importancia del análisis de género en la utilización de drogas, tanto como para el entendimiento en las políticas públicas como para el tratamiento y la medicalización, segundo, incentivar la conceptualización de nuevos enfoques vistos desde una dinámica interseccional, en donde se perciba la utilización femenina de drogas entendida como una secuencia de hechos sociales, económicos, políticos y culturales y no solo desde el espectro de la salud, y tercero, generar un contributo para el entendimiento de

la pósdescriminalización como fenómeno delimitado en un contexto social y cultural. Para entender el enfoque de género en las toxicodependencias, se debe partir de la base sobre la cual el género se entiende como una categorización sociocultural, que surge de la idea en donde lo femenino y lo masculino no son hechos naturales o biológicos, sino construcciones culturales, Arana, Montañez y Urios, (2012); Tarrés, (2013); Romo y García (2006). Por encima de todo, una cuestión de relaciones sociales en la que los individuos y los grupos actúan, Bourdieu, (1998); Butler, (1990); Pearse y Connell, (2015). La metodología utilizada en esta investigación es de carácter cualitativa, además se utilizó el método descriptivo para desarrollar un análisis en base a la información recopilada, se usó el diseño que propone la fenomenología sociológica, las técnicas que se utilizaron para la recopilación de la información son: la Observación no participante no estructurada, y las entrevistas a profundidad semiestructuradas. Para el análisis de la información recopilada se utilizó la estrategia del análisis de contenido. Se entrevistaron 17 mujeres en tratamiento en la Unidad de Deshabitamiento Taipas, que han tenido experiencias vivenciales como utilizadoras de drogas, legales (alcohol, tabaco) así como ilegales, (heroína, cocaína, marihuana, éxtasis, crack, LSD, hongos alucinógenos) en edades comprendidas entre los 31 a los 55 años. La muestra se tomó mediante el método de conveniencia no probabilística secuencial y el uso de la técnica snowball. Entre los resultados obtenidos encontramos que se pudo conocer con mayor detalle cómo las mujeres en procesos de tratamiento identifican los conflictos de reconocimiento de derechos como personas en tratamiento, así como la discriminación y el estereotipo de drogas existente en el plano institucionalizado. De igual forma la discriminación en el plano de los relacionamientos, la violencia de género y la violencia doméstica.

Palavras chave: Género, Violencia, Toxicodependencia, Interseccionalidad

XI-APS-39946 -Quando pessoas LGBT se mobilizam contra... o movimento LGBT: Dilemas da representatividade e contramobilização virtual no contexto brasileiro
Rodrigo Cruz - Universidade Nova de Lisboa

Comunicação Oral

Nos últimos anos, as chamadas mobilizações anti-gênero tem sido alvo de grande interesse sociológico, em especial no contexto europeu (Harsin, 2018; Kuhar e Paternotte, 2018). Embora estas mobilizações se caracterizem pela contestação da ideia de igualdade de gênero e da legitimidade dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e pessoas LGBT, a literatura tem enfatizado, por exemplo, a expressiva participação de mulheres nestas iniciativas de ativismo (Haugeberg, 2017), assinalando as implicações morais e simbólicas deste engajamento para a efetivação da agenda do movimento feminista. Um aspecto ainda pouco explorado pela literatura é o engajamento de pessoas LGBT em iniciativas deste tipo, fenômeno que pude observar sobretudo durante a etapa virtual do meu projeto de

doutoramento intitulado «Gays Conservadores: O ativismo homossexual na direita brasileira». Nesta primeira fase do terreno, realizei uma imersão de cariz etnográfico no universo online dos ativistas que se identificam simultaneamente enquanto homossexuais e de direita no Brasil, traçando um perfil dos seus estilos de ativismo, identificando os principais temas de debate e suas estratégias retóricas. Uma das muitas agendas políticas identificadas nesta etapa foi justamente a ambição de contrapor ou rivalizar com o movimento LGBT, oferecendo alternativas políticas às pessoas LGBT que não se identificam com os ideais de igualdade e justiça social representados por este movimento. Esta proposta de comunicação tem como objetivo apresentar os resultados preliminares de parte da minha pesquisa de doutoramento, nomeadamente os resultados do terreno virtual que dizem respeito ao caráter anti-gênero dos ativismos em estudo. São analisadas duas fanpages no Facebook, uma de perfil liberal e outra de perfil conservador, a partir das quais apresento as principais estratégias retóricas de contramobilização online dos ativistas LGBT identificados com o pensamento de direita. Em seguida, busco refletir especificamente sobre a contramobilização ao movimento LGBT neste contexto, assinalando os dilemas da representatividade que emergem a partir da crítica liberal e conservadora às políticas de afirmação identitária. Do ponto de vista teórico e conceitual, a proposta mobiliza contributos da sociologia da ação coletiva (Goodwin & Jasper, 2004 ; Tarrow, 2009), em especial das mobilizações conservadoras (Blee & Creasap, 2010; Kuhar & Paternotte, 2018) e dos ativismos virtuais (Ayers e McCaughey, 2003; Van Laer e Van Aelst, 2010; Campos, Pereira e Simões, 2016); e também dos estudos de gênero, nomeadamente os contributos da teoria queer e pós-colonial (Duggan, 2002; Puar, 2012; Oliveira, 2013). Do ponto de vista metodológico, a proposta se vale de metodologias qualitativas, em especial a observação online de cariz etnográfico e a pesquisa documental.

Palavras chave: LGBT; Brasil; contramobilização virtual; política identitária;

XI-APS-40502 -Utopias Reais Queer?

António Pedro Ferreira Fidalgo - Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Esta comunicação está enquadrada no meu projeto de dissertação de mestrado na área de Relações Internacionais, partindo de uma abordagem multidisciplinar, que cruza com a sociologia, estudos de gênero, estudos LGBT e estudos Queer. Esta apresentação centra-se no conceito e na tipologia de utopias (reais) queer. Erik Olin Wright (2010) propõe uma conceção e explora de forma sistemática as alternativas que incorporam a ideia de “utopia real” (Wright, 2010, p.8) como motores de transformação social emancipatória. A sua leitura da natureza e das potencialidades das utopias reais está contruída em cima de uma crítica ao sistema económico capitalista, que leva o autor a reconhecer a necessidade de

transformar este sistema, com as utopias reais como instrumento. Nas suas reflexões sobre desigualdades sociais estruturais Boaventura de Sousa Santos aponta que operam nas sociedades modernas três estruturas de desigualdade que correspondem ao capitalismo, mas também ao colonialismo e ao (hétero)patriarcado (B. de S. Santos, 2013). Estas três estruturas operam em interação gerando desigualdades e subalternidades de forma concertada e interseccional. A conceção de utopia real de Wight é, de forma mais precisa, uma noção de utopia real económica, limitada à transformação de uma das estruturas de desigualdade identificadas. O que deixa a questão: O que constituem utopias reais em relação às outras duas estruturas? A questão que este artigo se propõe a explorar é o que constituem as utopias reais queer, enquanto experiências desestabilizadoras e desafiadoras do sistema heteronormativo de organização dos sexos, géneros e sexualidades. Para isto irei elaborar uma tipografia daquilo que conceptualizo como utopias queer, distinguindo entre utopias reais, ou concretas, e utopias ideais, ou abstratas (Muñoz, 2009), propondo uma análise multinível, olhando para experiências a nível micro, meso e macro. Esta tipologia constitui uma ferramenta de análise desenvolvida para ser aplicada no campo empírico, permitindo um mapeamento das diferentes experiências que constituem utopias e possibilidades queer na atualidade, analisando-as criticamente no seu potencial de emancipação social, bem como nos seus paradoxos face ao projeto de garantia de cidadania sexual e íntima (A. C. Santos, 2013) das pessoas queer. As experiências que constituem estudos de caso no projeto mais alargado da dissertação de mestrado a decorrer são, nos diferentes níveis de análise, o estado-nação gay, o regime de direitos humanos e a experiência transformista/drag. Referências Bibliográficas Muñoz, J. E. (2009). *Cruising utopia: The then and there of queer futurity*. New York University Press. Santos, A. C. (2013). *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1057/9781137296405> Santos, B. de S. (2013). *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. Cortez Editora. Wright, E. O. (2010). *Envisioning Real Utopias*. Verso.

Palavras chave: Utopias Reais; Queer; Heteronormatividade

XI-APS-41239 -Uma boa mulher é difícil de encontrar? Uma análise sobre a sexualidade e o género no direito

Madalena Duarte - Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

Num espaço e tempo em que os quadros jurídicos nacionais e internacionais reivindicam ser promotores da igualdade de género, é fundamental pensar nas conquistas que o Direito tem efetivamente possibilitado e com que intensidade. As teorias feministas do direito têm dado contributos muito relevantes para pensar o lugar do Direito na luta contra a discriminação e para a sua desconstrução. Numa perspetiva histórica, constata-se que são inegáveis conquistas na arena jurídica de extrema importância para as mulheres. Contudo, a mesma

contextualização demonstra que se em alguns casos as leis tiveram tradução direta nas vidas das mulheres, outras houve em que o direito contribuiu para a sua opressão. Para algumas autoras, tal acontece porque o Direito não considera os valores, os perigos e as contradições fundamentais que caracterizam as vidas das mulheres (West, 1988). Não se trata de achar que o Direito ignora as mulheres, mas sim que este é reflexo de um entendimento patriarcal das mulheres. Isso é visível, por exemplo, na lei da violação que contém a definição masculina de sexo; na lei do trabalho que usa um significado genderizado de trabalho; na desvalorização da violência sofrida; e na lei das indemnizações que define os danos e as compensações nos termos masculinos. Mas há estudos que apontam que mesmo perante leis progressistas, se podem verificar retrocessos, ficando estas capturadas por práticas judiciais conservadoras e machistas (Duarte, 2019). Estes bloqueios sugerem que é incorreta a presunção de que há uma separação entre a esfera legal e a esfera não-legal. A esfera legal inclui a lei, as práticas judiciais, os processos da educação e a profissionalização legal. A esfera não legal contém os desejos e motivos humanos, as representações sociais, etc. O preconceito sexista no Direito é conceptualizado pela emergência, na arena legal, de elementos derivados de uma ou mais esferas não-legais que, em regra, intervêm na esfera legal de um modo indesejável para as mulheres. Nesta comunicação, partindo de uma análise crítica e feminista de sentenças e acórdãos judiciais sobre violência nas relações de intimidade e de entrevistas com magistrados/as, procuro analisar o modo como os estereótipos de género e entendimentos mais conservadores sobre a sexualidade são (re) produzidos e normativizados pela prática judiciária.

Palavras chave: género; sexualidade; violência; direito

XI-APS-41373 -Análise dos apoios a vítimas de violência doméstica registados pelas equipas das instituições da Região Autónoma dos Açores

Daniela Soares - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) / Novo Dia – Associação para a inclusão Social
Octávio Sousa - Escola Profissional de Nordeste

Comunicação Oral

Nesta comunicação pretende-se apresentar parte dos resultados de um projeto de investigação no qual foram analisados os registos das fichas de atendimento preenchidas pelas equipas das instituições de apoio a vítimas de violência doméstica na Região Autónoma dos Açores (RAA). Nesta comunicação serão apresentados os resultados da análise dos dados de 2016 e 2017 referentes aos atendimentos efetuados nas estruturas de apoio da RAA. A base de dados, analisada com recurso ao SPSS, foi fechada com um total de 1334 casos válidos, referentes aos processos introduzidos nos anos de 2016 e de 2017, com cerca de 360 variáveis, correspondentes a aproximadamente 146 perguntas. Os registos dizem respeito a vítimas, residentes em oito das nove ilhas açorianas, que pediram apoio às

instituições que dispõem de centro de atendimento a vítimas de violência doméstica. Os casos registados distribuem-se da seguinte forma: em São Miguel foram registadas 649 (48,7%) pessoas atendidas; na ilha Terceira registaram-se 224 (16,8%) pessoas; na ilha do Faial registaram-se 125 (9,4%) pessoas; na ilha do Pico registaram-se 119 (8,9%) pessoas; na ilha de São Jorge registaram-se 86 (6,4%) pessoas; na ilha de Santa Maria registaram-se 53 (4%) pessoas; na ilha Graciosa registaram-se 50 (3,7%) pessoas e na ilha das Flores 25 (1,9%) pessoas. A vítima é quase sempre do sexo feminino, com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos, com baixo nível de escolaridade (3.º ciclo ou menos), vivendo em situação de dependência económica. Quase metade refere padecer dos mais variados problemas de saúde, destacando-se as doenças crónicas e do foro psiquiátrico e os principais apoios proporcionados pelas casas de abrigo são a nível social, dos serviços básicos, de habitação, de psicologia, de formação e emprego e de apoio jurídico. Quem solicita o apoio das instituições, porque o faz, que tipo de apoios solicita e quais as regularidades e as singularidades no que respeita a este fenómeno na R.A.A. são alguns dos resultados que se pretendem apresentar. Nesse sentido, um “retrato” deste fenómeno é apresentado através da análise quantitativa dos dados de caracterização das vítimas, não descurando a caracterização do/a agressor/a ou agressores/as, a caracterização dos maus-tratos e o seu impacto e, ainda, alguns dados sobre o processo judicial.

Palavras chave: Respostas sociais; apoios sociais; violência doméstica; Açores

XI-APS-45446 -Expectativas de género: entre horizontes e espaços da experiência transgressiva

Sara Merlini - ICS - ULisboa

Comunicação Oral

O desconforto com as expectativas de género assume diferentes valorizações e significados culturais e é distribuído pelos relacionamentos vividos (pessoal e coletivamente) ao longo do tempo. Os processos de identificação e reconhecimento associados à pertença a pessoas, espaços e valores (May, 2016;2011) são dinâmicos e implicam uma produção ativa. Uma capacidade de agir de um modo socialmente significativo, reconhecido pelos outros. Nesse sentido, não pertencer exclusivamente ao feminino ou ao masculino (e afirmar essa diferença e/ou posicionamento não binário) implica distâncias e aproximações a espaços da experiência e horizontes de expectativa distintos. Uma tensão entre a similitude (pertencer coletivamente, com os outros) e a singularidade (pertencer a si, ser autêntico, diferente) das expectativas genderizadas. Precisamente porque a desigualdade e a diferença de género são dimensões distintas, defendo que a análise sociológica beneficiará da discussão e aprofundamento das conceções de não pertença ao género atribuído à nascença, no qual o conceito de transgressão de género assume pertinência. Para o demonstrar recorro aos resultados da investigação qualitativa sobre os discursos e práticas não binárias em

Portugal e no Reino Unido. A partir de um arquivo digital e de 19 entrevistas a pessoas transgénero e tendo por base o método biográfico-interpretativo (Cohler e Hostetler 2003; Wengraf 2000), destaco a diversidade de experiências transgressivas. Concentro-me, em particular, no modo como os horizontes de expectativa e as experiências de género não binárias contribuem para compreender a diversidade existente nos contextos português e britânico. Com efeito, a contestação e transgressão efetiva da oposição entre macho/homem/masculino e fêmea/mulher/feminino pode ser compreendida como: 1) a revelação de um interdito das práticas de género; 2) um gatilho de produção regulatória; ou 3) um projeto alternativo que toma como referência as normas que disciplinam o género. Contrariando a ideia de correspondência nos diversos modos de identificação, demonstro como as distâncias existentes entre as regularidades (ou padrões, disposições) e as regras (ou convenções, posicionamentos) – em linha com Bourdieu (1986) – possibilitam diálogos e potenciais reconfigurações de género alternativas. A existência de outras convenções e valores genderizados coexiste contudo com ordenações e hierarquizações da diferença, pouco representativas da diversidade e que responsabilizam quem não cumpre e/ou não corresponde. Nesse sentido, uma investigação mais dialógica das restrições face às experiências e às possibilidades de apropriação do género conduzirá (potencialmente) à necessidade de uma atribuição mais complexa do género e do aprofundamento das modalidades de pertença existentes.

Palavras chave: Diversidade de Género; Movimento Não Binário; Transgressão de Género;

XI-APS-48954 -Holding rights, not hands: affection and safety of midlife LGBTQI+ individuals in Portugal

Rita Alcaire - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Bringing into dialogue scientific literature on LGBTQI+ lives and empirical fieldwork conducted within the CILIA LGBTQI+ project, this article illuminates the lived experiences of eighteen self-identified LGBTQI+ people, aged 32-50 years old, in Portugal. The main focus of this paper is the daily negotiation of public displays of affection and intimacy in the workplace and public spheres, placing them against the backdrop of existing legal protection in the country. The data that supports this presentation was collected through individual semi-structured interviews from March to December 2019. In order to examine the participants' perception of safety provided by the Portuguese legal context, this paper starts by critically mapping the existing framework of LGBTQI+ rights in Portugal, a country that stands out as a space of acceptance and safety in terms of law. The main part of this paper is dedicated to daily negotiations of affection and safety of midlife individuals, approaching several themes that emerged from the interviews concerning displays of relational intimacy in public. Most specifically, the paper focuses on how participants

navigate daily interactions both at the workplace sphere and in the public space, interactions which are constructed through hidden and implicit codes of behaviour in contexts where heteronormative expressions prevail. The article concludes by arguing that same-sex public (verbal and non-verbal) displays of affection are modified or entirely absent from work-related spaces and public spaces which raises important questions concerning the scope of the legislation, aimed at the most notorious demonstrations of discrimination. It also lays claim to the fact that policy makers should take note of these situations that affect LGBTQI+ citizens daily to do more to promote full respect for the rights of LGBTQI+ people. Namely, designing concrete measures that are not just directed to most visible manifestations of discrimination, but that are able to tackle the effect of soft demonstrations as well.

Palavras chave: Portugal, workplace, public affection, safety

XI-APS-49114 -As 'princesas' e os 'campeões': Processos de imposição e aprendizagem de género numa sala de jardim-de-infância

Filipa Godinho - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

O estudo sociológico das crianças, tendo surgido no âmbito das teorias feministas, esteve, desde o seu início, relacionado com o estudo do género. A questão da dualidade entre estrutura e ação, ou seja, do género como imposto às crianças pelos adultos, por um lado, e do género enquanto performance das próprias crianças, por outro, esteve na origem de muitos trabalhos realizados acerca desta temática. Estando obviamente embrenhadas uma na outra, estrutura e ação, relacionam-se entre si através de regras, a nível normativo; através de espaços (leia-se instituições) e rituais intrínsecos a esses mesmos espaços, a nível institucional; e, ainda, através de relações estabelecidas entre atores sociais, a nível interacional. Em termos teóricos, o nível normativo, seguindo a visão de Bourdieu (1999), diz respeito ao género enquanto conjunto de esquemas simbólicos incorporados, e, remete, por sua vez, em termos analíticos, para as regras explicitadas pela via da fala; o nível institucional, em termos teóricos, e segundo Connell (1987), diz respeito à utilização do género enquanto critério central na organização da vida social dentro das instituições, constituindo essa organização o regime de género da instituição, e, remete, em termos analíticos, para os momentos rotineiros da instituição em que o género, ao ser utilizado como critério de distinção, é, ao mesmo tempo, imposto como distinto e distintivo; o nível interacional, quer em termos teóricos, conforme Goffman (1987) e Garfinkel (1967), quer em termos analíticos, refere-se à construção do género na interação. Neste sentido, e através desses três níveis, procurou-se dar resposta à dualidade entre estrutura e ação, estabelecendo uma relação entre aquilo que é imposto pelos adultos e aprendido pelas crianças, e aquilo que é performado pelas mesmas. Assim sendo, recorreu-se à observação

semi-participante de uma sala de jardim-de-infância com recurso ao diário de campo durante quatro meses, e, como complemento, realizou-se observação participante em contexto de babysitting com duas crianças da sala observada, três focus group com todas as crianças da sala e uma entrevista à educadora. A análise do material empírico através de uma grelha de análise dividida entre os níveis acima referidos, deu conta de alguns aspetos da performance das crianças que vão no sentido de resistir ao que lhes é imposto, no entanto, verificou-se uma forte sobreposição dos processos de imposição e de aprendizagem do género, enquanto conjunto de esquemas normativos, institucionais e interacionais desiguais, que reproduzem essa mesma desigualdade.

Palavras chave: Género, Infância, Processos de imposição e aprendizagem

XI-APS-49545 -Revistas académicas, estudos sobre género e feminismo no Brasil: os casos da Revista de Estudos Feministas e Cadernos Pagu

Sérgio Antônio Silva Rêgo - Doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho e Investigador Colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho.

Ana Maria Brandão - Prof^a. Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho.

Comunicação Oral

A ideia de que as revistas académicas feministas representam um importante espaço para divulgação, discussão e formação de organismos e/ou pessoas que se interessem pela temática é uma das principais características das publicações desenvolvidas no Brasil. Desde meados dos anos 1990, quando surgiram as duas publicações ora investigadas, Revista de Estudos Feministas (1992) e Cadernos Pagu (1993), ambas passam a expor tendências dos Estudos sobre Mulheres, Género e Feminismo (EMGF) tanto a nível nacional, como em uma articulação com discussões já desenvolvidas no estrangeiro. Além disso, passaram a reunir um maior número de investigadoras/es que dedicavam-se a estes estudos na tentativa de criar uma base de dados que auxiliasse na compreensão da diversidade que constitui o país e sua relação com os demais contextos sócio-político-culturais. Baseados nessas informações, objetivamos compreender se ocorreu ou não uma dinâmica de alteração temática nessas revistas e como esse processo pode ser interpretado em relação aos EMGF. A presente proposta é realizada por meio de uma análise dos resumos e palavras-chaves de um total de 132 artigos das seções artigos livres e dossiers temáticos, distribuídos nos números das publicações citadas a cada dez anos a partir do início delas, que representam um total de 11 números. A partir disso, pretendemos expor, recorrendo a uma análise de conteúdo categorial, as principais temáticas trabalhadas e que alterações ocorreram ao longo de mais de duas décadas de EMGF. As primeiras conclusões da

investigação, relativa a uma dissertação de doutoramento em Sociologia ainda em curso, apontam para uma intensificação do trabalho de um grupo de académicas objetivando a discussão de temas mais ligados às mulheres das camadas populares e seus direitos de acesso a informações básicas, assim como a tentativa de instrumentalizar a formação de grupos de pessoas que desempenhassem atividades voltadas à erradicação das desigualdades de gênero e contribuir com a exposição de temas ligados à realidade do país a partir de saberes interdisciplinares.

Palavras chave: Publicações feministas; Feminismo acadêmico; Gênero; Brasil.

XI-APS-52021 -(Des)Considerando o gênero na produção e transferência de conhecimento científico: um estudo de caso

Mónica Lopes - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Virgínia Ferreira - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Francisco Rodrigues - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Nas últimas duas décadas, as relações entre ciência, tecnologia e gênero têm alcançado crescente visibilidade na agenda dos compromissos internacionais para o desenvolvimento. Esta visibilidade decorre do crescente reconhecimento de que a forma como o conhecimento científico é produzido, aplicado e difundido para a sociedade não é alheia ao sistema global e estrutural que produz (e reproduz) desigualdades de gênero. As expressões deste amplo movimento sociopolítico são diversas e têm crescido à medida que se multiplicam os indicadores de (des)igualdade de gênero nas instituições de investigação e ensino superior. Para este movimento tem também contribuído a renovação da crítica feminista (María José Barral Morán et al., 1999) aos pilares tradicionais do sistema científico e tecnológico. Um dos primeiros objetivos da crítica feminista da ciência foi a revisão crítica do conhecimento científico, dos seus produtos, retóricas e ideologias associadas e das práticas que o conformam, a partir de uma perspetiva de gênero (Inmaculada Perdomo Reyes, 2010). Daqui releva a importância de compreender como funciona e se constrói a ciência introduzindo a categoria ou perspetiva de gênero, uma categoria analítica que permite compreender o nível de genderização dos processos, valores e práticas implicados na atividade e cultura científicas. Assentando no reconhecimento da relevância da consideração das diferenças de gênero na criação e divulgação do conhecimento científico, o estudo (em curso) que aqui apresentamos pretende analisar a incorporação da perspetiva de gênero nas (i) linhas de investigação e (ii) planos/práticas curriculares nas instituições académicas em Portugal. Partindo do “estudo de caso” de uma das maiores e mais antigas universidades portuguesas, discutiremos não só o estatuto dos estudos de gênero na academia, mas também o potencial de integração das análises de gênero nos programas de

investigação e de estudo nos diversos campos científicos /disciplinares. O desenho metodológico misto prosseguido assentou num duplo sistema de informação: secundário, a partir da análise de conteúdo dos outputs científicos (publicações científicas, teses de mestrado/doutoramento, projetos de investigação) produzidos na universidade, e dos programas/cursos/unidades curriculares oferecidos; e primário, a partir da realização de um inquérito por questionário ao universo dos docentes/investigadores da universidade.

Palavras chave: academia; mulheres; investigação; currículo

XI-APS-53621 -Hombres en proceso. Modelos de masculinidad en la juventud valenciana.

Juan Antonio Rodríguez-del-Pino - Departamento de Sociología y Antropología Social, Universitat de Valencia (España)

Erika Masanet Ripoll - Departamento de Sociología y Antropología Social, Universitat de Valencia (España)

María Eugenia González Sanjuán - Departamento de Sociología y Antropología Social, Universitat de Valencia (España)

Comunicação Oral

La diferenciación de género aparece desde el mismo momento del nacimiento y esto se va agravando conforme niños y niñas conviven en una sociedad patriarcal donde se observan diariamente las diferencias. Estas diferencias manifiestan desigualdades que colocan a un género en situación de dominación, siendo la violencia machista la manifestación más evidente. Pero el problema de la violencia de género se relaciona con claridad con el periodo de la vida donde se construye la identidad como hombres y como mujeres: la adolescencia, que constituye una etapa vital donde se buscan referentes para construir y reforzar nuestra propia identidad social. Por este motivo, es necesario generar pautas de conducta igualitarias desde las edades más tempranas con el fin de asentar un nuevo modelo social basado en la igualdad y el respeto entre las personas, entre mujeres y hombres. En este sentido, es necesario trabajar para conseguir jóvenes (hombres y mujeres) que busquen nuevos modelos positivos que sirvan como referente, especialmente se muestra indispensable trabajar con los chicos jóvenes para que puedan encontrar alternativas a los modelos masculinos tradicionales. En esta comunicación presentaremos los resultados preliminares de una investigación en curso que se está llevando a cabo en la ciudad de Valencia (España), cuyos objetivos se centran en analizar cómo los jóvenes valencianos construyen su masculinidad y en generar propuestas de intervención para propiciar acciones positivas en las relaciones entre la juventud valenciana. El planteamiento metodológico de la investigación consiste en la triangulación metodológica, combinando así el método cualitativo con el cuantitativo con el fin de aproximarnos de la manera más profunda y completa posible a un fenómeno tan complejo como es el de la construcción de

las masculinidades. La técnica cualitativa empleada para favorecer la emergencia de los discursos de los jóvenes alrededor de las masculinidades es el Grupo de Discusión. Concretamente, se están realizando seis grupos de discusión, uno con profesionales que trabajan con jóvenes y los otros cinco con jóvenes valencianos cuya heterogeneidad intergrupala viene determinada por las variables sexo (hombres, mujeres y mixto), edad (16-17 y 18-23) y nivel de estudios (con estudios universitarios y sin estudios universitarios). Desde el enfoque cuantitativo nos apoyaremos en la técnica de la encuesta con el objeto de determinar indicadores clave acerca de las masculinidades y las relaciones afectivo-sexuales. La encuesta se aplicará a una muestra representativa de varones jóvenes de la ciudad de Valencia. Una vez terminada la fase de recogida de datos, se pasará a la fase de transferencia de resultados a la sociedad mediante la organización de talleres de intervención con jóvenes varones, donde se trabajarán las masculinidades y las relaciones de pareja.

Palavras chave: masculinidades; género; jóvenes; Valencia.

XI-APS-57977 -Academia em confinamento: estratégias de acomodação e efeitos no desempenho científico

Mónica Lopes - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Virgínia Ferreira - Univ Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais

Lina Coelho - Univ Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

As instituições de investigação e ensino superior, enquanto estruturas de produção e reprodução de relações de género desiguais, são atravessadas por múltiplas desigualdades que os indicadores de segregação sexual do trabalho e de desigualdade de estatutos têm tornado bem visíveis. A pandemia COVID-19 motivou a adoção de medidas de contingência (e.g., transição para o teletrabalho e encerramento de escolas e equipamentos sociais) com fortes implicações na organização e condições de trabalho académico, e que incidiram na ambiguidade da posição social de mulheres (entre o público e o privado, entre o trabalho de cuidado e o científico). O extraordinário da COVID-19 coloca-nos diante do ordinário das assimetrias das relações de género em contexto académico, potenciando o seu agravamento e reconfiguração, conforme têm já dado conta algumas análises sobre produtividade científica (e.g., Cui et al., 2020), performatividade de género (e.g., Hennekam e Shymko, 2020), maternidade (e.g., Burk et al., 2020) e teletrabalho (e.g., Nagy, 2020) durante a pandemia. Nesta comunicação pretendemos explorar os impactos da crise COVID-19 nas condições de trabalho, no uso do tempo e no desempenho científico de mulheres e homens académicos/os, com base nos resultados de um inquérito por questionário dirigido, via email, ao universo de docentes e investigadores/as de uma das maiores e mais antigas universidades portuguesas. Foram recolhidas 281 respostas ao inquérito, cujos resultados

foram tratados e analisados com recurso ao software estatístico SPSS. Os resultados preliminares do inquérito sugerem a prevalência de condições e estratégias de acomodação do trabalho/ensino à distância, padrões de alocação de tempo (doméstico/familiar e académico) e de produção científica diferenciados durante o período de confinamento, apontando não só para a maior severidade dos efeitos da crise pandémica nas mulheres académicas, mas também para a situação de particular desvantagem em que se encontram homens e mulheres académicos/as com crianças menores a cargo e docentes/investigadores/as com vínculos precários para corresponder ao “tipo ideal de académico” durante a crise pandémica.

Palavras chave: género, academia, confinamento, desempenho científico

XI-APS-59538 - Quem quer ser queer na escola? Discutir género e diversidade sexual com crianças e profissionais de educação

Mafalda Esteves - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Ana Cristina Santos - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Alexandra Santos - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Na sequência da aprovação da Lei n.º 38/2018, que enquadra o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa, foram tomadas uma série de medidas visando o respeito pelas pessoas trans, intersexo e não-binárias no contexto português. Em Agosto de 2019, as escolas portuguesas foram oficialmente informadas da obrigação de implementar medidas como o uso do nome escolhido pelos alunos ou alunas trans, a possibilidade de utilização dos uniformes de acordo com o género autodeterminado pela/o estudante e o acesso a instalações sanitárias onde haja maior conforto e segurança. O objetivo com estas medidas, conforme explicado pelo Ministério da Educação, foi o de reduzir o risco de bullying e demais formas de violência relativamente a crianças e jovens trans. Estas medidas foram alvo de um ataque sem precedentes por parte de setores anti-género conservadores. No entanto, a determinação do Governo, em especial do Ministério da Educação, prevaleceu, reiterando um compromisso transversal a todo o Governo em funções: promover a igualdade e combater a discriminação baseada na orientação sexual, identidade de género e expressão de género. Estas medidas e a controvérsia suscitada abriram a possibilidade para uma maior consciência social acerca da diversidade sexual e de género nas escolas. Começando com uma breve retrospectiva sobre os direitos LGBTI+ no contexto português, esta comunicação analisa o impacto da Lei da Autodeterminação da Identidade de Género no contexto escolar em 2019/2020. Para além de entrevistas exploratórias com profissionais da área da educação, serão considerados para a análise dois conjuntos de dados empíricos interrelacionados: os resultados do 1º Inquérito Europeu em Diversidade e Infância; e a

análise que produzimos a partir de uma Oficina sobre Diversidade realizada com crianças entre os 10 e os 12 anos numa escola portuguesa. A nossa investigação, integrada no projeto europeu Diversity and Childhood, financiado pela Comissão Europeia entre 2019 e 2021, demonstra a necessidade urgente de um trabalho sustentado com as crianças e a comunidade escolar visando a implementação das medidas previstas pelas políticas de igualdade na vida quotidiana das escolas.

Palavras chave: infância, diversidade de género, LGBTI+, educação

XI-APS-63436 -Onde mora o arco-íris: jovens LGBTI+, clima escolar e o papel da comunidade

Telmo Fernandes - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
António Magalhães - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Oren Pizmony-Levy - Teachers College, Columbia University, New York, United States

Cody Freeman - Faculty of Learning Sciences and Education, Thammasat University, Bangkok, Thailand

Jorge Gato - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Carla Moleiro - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Introdução: Apesar de um enquadramento legal em certa medida protetor dos direitos de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e em questionamento (LGBTI+) em contexto escolar em Portugal, pouco se sabe ainda, por um lado, acerca das experiências desta população, e por outro, acerca da implementação de medidas concretas subsidiárias destas políticas no âmbito educativo e do seu impacto no clima escolar. **Objetivos:** Neste trabalho pretende-se focar na relação entre a forma como o clima escolar é percebido por jovens LGBTI+ e fatores de nível local que caracterizam a comunidade escolar, tais como a localização da escola ou instituição de ensino no território, a sua dimensão, a sua tipologia de ensino, mas também a dotação ou ausência de recursos escolares de apoio a estudantes LGBTI+. **Métodos:** A pesquisa resulta de uma análise de dados resultantes de um estudo nacional sobre o clima escolar para jovens que se identificam como LGBTI+, com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, realizada durante o verão de 2017 e referindo-se às experiências do ano letivo 2016-2017 em território português, num total de 663 respondentes. **Resultados:** A análise dos dados obtidos permite identificar correlações significativas entre variáveis relacionados com o clima escolar, tais como o sentimento de pertença, comentários homofóbicos e sentimento de insegurança, por um lado, e fatores de nível comunitário, tais como a localização da escola (designadamente o facto de se situar numa zona rural ou urbana, ou ser do litoral ou do interior e ilhas), a dimensão da escola e ter havido pelo menos uma aula em que se falaram de temas LGBTI de uma forma positiva.

Conclusões: Os resultados parecem corroborar a ideia de que as experiências destes/as estudantes, assim como as respostas da escola às suas necessidades, variam de acordo com a comunidade em que as escolas estão inseridas e com a sua caracterização em termos de estrutura e recursos. Parece indicar, para além disso, que as estruturas locais e diferentes agentes na comunidade podem desempenhar um papel importante na disseminação e implementação de políticas nacionais em matéria de igualdade ao nível do sexo e do género e, como tal, na garantia de um ambiente seguro para todos/as.

Palavras chave: LGBTI; jovens; clima escolar; comunidade

XI-APS-63600 -As potencialidades do uso de materiais autênticos no ensino do português na prisão para a prevenção da violência doméstica contra as mulheres

Ana Cristina Menezes Fonseca - Faculdade de Letras do Porto

José Cruz - Universidade Aberta

Ângela Carvalho - Faculdade de Letras do Porto

XIAPS- Poster

Este trabalho apresenta um projeto de intervenção desenvolvido em 2018, numa prisão do Porto. Teve como principal objetivo descrever e avaliar o contributo dos diferentes materiais, como texto, canções, imagens e vídeo no desenvolvimento de diferentes competências em língua materna, assim como na promoção da igualdade de género e prevenção da violência doméstica contra as mulheres. A intervenção realizou-se durante 8 sessões, com a duração aproximada de 2h cada. O grupo que participou no estudo foi constituído por 10 reclusos, todos voluntários, detidos por violência doméstica. Foram utilizados diferentes dispositivos de investigação: observação participante, discussão focal e questionários. Globalmente, constatamos que a utilização de materiais autênticos podem potenciar o desenvolvimento de diferentes competências em língua, sobretudo a nível da oralidade, bem como a igualdade de género e a prevenção da violência doméstica contra as mulheres.

Palavras chave: materiais autênticos, educação para a igualdade de género, violência doméstica, prisão

XI-APS-64981 -Precariedade e resiliência: impactos da discriminação na família e no emprego em jovens adultxs LGBTQ

Ana Lúcia Santos - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Apesar dos avanços legais que visam proteger pessoas LGBTQI+ em Portugal em variadas esferas da vida, as experiências diárias, tanto na vida íntima como pública, são permeadas por situações frequentes de LGBTQIfobia. Num contexto de precariedade económica laboral, a falta de apoio familiar e a antecipação da discriminação empurram xs jovens para o armário - uma situação de gestão constante da identidade sexual, tanto em casa como no emprego. Esta apresentação terá como base empírica entrevistas semiestruturadas com pessoas autoidentificadas LGBTQ, entre 18 e 33 anos, residentes em Portugal e com experiência de emprego, que partilharam experiências relacionadas com a sua orientação sexual ou identidade de género no ambiente familiar, escolar, profissional e social. Os dados indicam que os contextos discriminatórios tendem a situar-se no contexto familiar (família não de escolha) e no local de trabalho. Apesar da proteção legal, as pessoas LGBTQ tendem a esconder estrategicamente sua orientação sexual ou identidade de género no local de trabalho, escolhendo cuidadosamente com quem partilham informações da vida privada. No ambiente familiar, a casa não é vista como um lugar seguro e xs jovens tendem a esperar por um momento de emancipação, geralmente a saída de casa para a universidade ou a conquista de um emprego, antes de fazerem o coming out. Serão apresentadas as estratégias gestão de identidade mencionadas pelxs participantes para lidarem com a discriminação nestes dois âmbitos. Os dados sugerem que, por um lado, não ter vínculo laboral seguro impede um coming-out por antecipação de discriminação e condiciona os processos de interação com colegas de trabalho; por outro lado, o acesso à educação e redes de apoio é fundamental para lidar com as expectativas heteronormativas em si própri@s e no meio circundante, com impactos positivos na reconciliação dentro do meio familiar depois da rutura no decurso do coming-out.

Palavras chave: jovens LGBTQ, precariedade, emprego, Portugal

XI-APS-65691 -O sistema corpo-sexo-género-sexualidade: discursos de mulheres reclusas

Cristina Pereira Vieira - CIEG (ISCSP-UL) – Centro Interdisciplinar em estudos de Género e Universidade Aberta (UAb), Portugal

Luís Santos - Universidade Fernando Pessoa FP – B2S – Centro de Investigação em Ciências Sociais e do Comportamento OLD - Observatório da Longevidade e Desenvolvimento Hospital-Escola Fernando Pessoa

António Moreira - Universidade Aberta (UAb) Portugal; CEIS20 Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Comunicação Oral

Produzindo determinadas regras de controle, organização e redistribuição (Foucault, 1994), os discursos enredados nas temáticas corpo-sexo-gênero-sexualidade, surgem regulados de modo a conter um entendimento plural. Neste contexto, circulam mensagens que garantem o sentido, a coerência e a estabilidade numa espécie de verdade única. Alguns dos discursos reforçam o entendimento dos diferentes modelos de configurações existentes de corpo-sexo-gênero-sexualidade tendo em conta que existe uma hierarquia inerente a um modelo normativo que tem como função medir, classificar e qualificar. Contudo, nestes últimos anos tem ocorrido uma série de transformações sociais muito importantes e que surgem como uma espécie de motores de mudança que influenciam as expectativas sociais, dando espaço ao questionamento dos padrões da heteronormatividade em termos dos comportamentos. Neste contexto, problematiza-se o sistema de entendimento corpo-sexo-gênero-sexualidade, a partir de discursos de mulheres reclusas num estabelecimento prisional, com o objetivo último pensar como poderá ser preparada a prevenção, a partir de metodologias inovadoras, concebendo conteúdos pedagógicos no âmbito da cidadania sexual. Concretamente, procura-se em contexto prisional (pensado como um lugar de (re)educação e de dotação de competências úteis à reinserção, reforçar o conhecimento nas áreas da sexualidade. Neste sentido, identificam-se e analisam-se estratégias de resistência, por forma a conceber competências e conhecimentos pedagógicos, criando espaços de aprendizagem ao longo da vida para mulheres em privação de liberdade. Especificamente, a partir dos discursos de mulheres reclusas construídos a partir de uma estratégia e de um modelo pedagógico híbrido centrado na desconstrução da linguagem fílmica, mais concretamente no filme “A Outra Margem”, de Luís Rocha (2007), procurou-se: i) obter informação sobre o entendimento do sistema corpo-sexo-gênero-sexualidade; ii) explorar percepções e significados em torno da diversidade sexual; e iii) aferir o sentido dado às múltiplas configurações das sexualidades. O corpus de análise evidenciou uma coexistência tensa de posicionamentos de empoderamento e de tradição, experiências educativas de uma sociedade assente numa igualdade substantiva, combinada com fortalecimento dos Direitos Humanos.

Palavras chave: sistema corpo-sexo-gênero-sexualidade; discursos de mulheres reclusas; linguagem fílmica em espaços de aprendizagem

XI-APS-66814 -Identidade de gênero, violência: um estudo a partir da aplicabilidade da Lei Maria da Penha (2006) às mulheres transexuais em Natal/RN
Raphaella Pereira dos Santos Câmara - Universidade de Lisboa - ICS

Comunicação Oral

Este trabalho destina-se a estudar a violência sobre mulheres transexuais, ao nível familiar, doméstico, moral, psicológico, sexual. A análise desenvolveu-se a partir do estudo da normatividade da Lei Maria da Penha (nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006) e em que esta medida protege as mulheres que identificam-se como sendo do género feminino (indivíduos que não se reconhecem no sexo determinado pelo conjunto de características anatómicas, biológicas e físicas que apresentaram ao nascimento. Não deve colocar uma nota de rodapé num sumário), embora possam não ter nascido com as características anatómicas e biológicas geralmente associadas a este género. O estudo analisará os pressupostos normativos produzidos no âmbito jurídico e as implicações verificadas ao nível social. Trata-se de uma pesquisa etnográfica inicial realizada em Natal (Rio Grande do Norte) através de uma disciplina de mestrado sobre sexualidade e género. O trabalho partiu de uma observação direta, a coleta de dados quantitativos, assim como qualitativos, a partir de conversas informais, entrevistas abertas e semi-estruturadas, não só com mulheres transexuais, mas também com os operadores na área do direito. Averiguar-se-á se os direitos e as garantias dessas mulheres são respeitados, não só no campo jurídico, mas também no social (procurando incluir definições trazidas pela medicina e pela psicologia) no que se refere ao reconhecimento de “ser mulher” com plenos direitos. A análise procurará averiguar a existência de movimentos, mais ou menos organizados, que tenham como objetivo representar e defender os interesses das mulheres transexuais. Discussões acerca da temática acima implica, principalmente, na luta pelo reconhecimento da lei para as mulheres transexuais, nas trajetórias de vidas e relatos que dizem respeito ao seu passado e como se constroem no presente, assim como as práticas e interações sociais que vem construindo o convívio dessas mulheres com a sociedade. Dessa forma, pode resultar em restrições pessoais e sociais que afetam sua autonomia individual – como dificuldade de acesso à justiça, não aceitação de alteração do nome e do sexo nos documentos de identificação pessoal, ou restrições para o acesso às transformações desejadas em seu corpo, no sistema oficial de saúde, dificultando as intervenções médicas adequadas e seguras).

Palavras chave: Identidade de género; violência; direitos; ativismo.

XI-APS-69614 -Ser e agir como mulher na teledramaturgia - Por uma análise crítica do discurso (multimodal) no audiovisual

Thatiana Milesi Veronez - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Nesta comunicação, a partir das ideias de Butler (1999), os conceitos de género e sexualidade são apresentados como atos performativos, codificados cultural e discursivamente. Dessa maneira, é possível desconstruir ideias cristalizadas e afirmar que não existem identidades preexistentes. No entanto, as identidades de género foram

codificadas e naturalizadas na sociedade e na cultura pelos média. Dentre estes meios, um interessa em especial: a televisão. Compreendida a partir dos Estudos Culturais como detentora de lógicas próprias e poder simbólico, este meio cultural está em constante processo de produção e reprodução de significados e prazeres, sendo capaz de codificar a realidade e mediar a transmissão de ideologias. Um género televisivo, as telenovelas, se destaca quando o assunto são as identidades de género. Mediante isto, o objetivo aqui é refletir, a partir da telenovela brasileira Anos Rebeldes, quais são as possibilidades de ser e agir como mulher na teledramaturgia. É sabido que os média veiculam “verdades”, modos de ser e agir. Uma das “verdades materializadas” observada ao longo de estudo prévio diz respeito aos conceitos de género e sexualidade (Veronez, 2019), transmitidos através de imagens e discursos de forma a cristalizar realidades binárias e genderizadas. Mesmo que recentemente seja verificada nas teleficções a construção de roteiros capazes de incorporar as perspectivas feministas, construções contraditórias/padronizadas no discurso continuam a existir (Gallagher, 2014; Gill, 2007, 2014; McRobbie, 2009). A identidade sexual orientada para o heterossexismo, no entanto, não foi alterada, considerada, ainda, como natural. Todo o ato de representação social implica a escolha de um sistema de valores, ideias e práticas e por si só se configura como um recurso de poder (van Dijk, 2005). O conteúdo e a forma do discurso interessam em particular, pois contribuem na produção e manutenção de identidades, exercendo e reforçando o poder (Martins, 2017). Pelo facto de as telenovelas serem textos multimodais, nesta comunicação será priorizada uma metodologia qualitativa que combina a socio-semiótica visual (Kress & van Leeuwen, 2001, 2006) com a análise crítica do discurso (van Dijk, 2005). Para ancorar este trabalho é utilizada sobretudo literatura feminista (Beasley, 2005; Berridge, 2014; Butler, 1999; de Lauretis, 1987; Gallagher, 2014; Gill, 2007, 2014; McRobbie, 2009; Mikkola, 2019; Mota-Ribeiro, 2005, 2010; Pinto-Coelho & Mota-Ribeiro, 2016; Scott, 1992, 1995; Sifuentes, Wottrich, & Silva, 2011; van Zoonen, 1994). As conclusões após estudo (Veronez, 2019) são que apesar de alguns avanços, determinadas questões referentes às identidades de género e sexualidade persistem sem negociação, levando a uma identificação quase automática entre feminilidade e uma relação heterossexual monogâmica, em que o papel “natural” da mulher feliz é o da maternidade e docilidade.

Palavras chave: genderização; heterossexismo; pós-feminismo; teledramaturgia

XI-APS-70320 -Análise de caso sobre as formas de definição do BDSM: a representação do sadomasoquismo no livro Manual do podólatra amador de Glauco Mattoso
Mário Jorge de Paiva - PUC-Rio

Comunicação Oral

O presente artigo visa apresentar o conceito de sadomasoquismo dentro de um dos livros mais famosos do escritor brasileiro Glauco Mattoso, nos referimos ao seu Manual do

podólatra amador: Aventuras & leituras de um tarado por pés, lançado em 1986. Em termos metodológicos, nos fiaremos em uma análise qualitativa do material, cruzando-a com nosso aporte teórico referente ao conceito de sadomasoquismo. Logo dialogaremos com autores como: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jorge Leite Jr., Eliane Robert Moraes etc. Nosso trabalho conclui mostrando que a apropriação feita por Mattoso do termo é uma leitura não psiquiátrica ou criminal, sendo uma acepção do conceito marcada por uma série de relevantes questões históricas e culturais.

Palavras chave: Glauco Mattoso; BDSM; Podolatria; Sadomasoquismo.

XI-APS-70561 -Flores no Inferno - Narrativas de Mulheres que vivenciaram um relacionamento abusivo

Gracieli de Jesus e Silva - Universidade do Minho

Emilia Rodrigues Araujo - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Tendo em vista o forte aumento da divulgação de casos de violência doméstica contra a mulher ocorrida nos últimos anos, fenômeno esse que não contempla apenas Portugal, o presente estudo busca perceber questões relacionadas à desigualdade de gênero e as diversas formas de manifestação do fenômeno, sejam elas simbólicas ou não, que contribuem para legitimar a violência contra a mulher dentro das relações conjugais heterossexuais. De forma a cumprir esse objetivo, utilizou-se de abordagem qualitativa (análise de discurso), onde foram feitas entrevistas individuais com mulheres que declararam já terem vivenciado um relacionamento abusivo por dois ou mais anos. A estratégia da metodologia utilizada nesse projeto possibilitou com que todas as participantes pudessem relatar, individualmente, suas experiências do passado, refletir sobre o atual momento em que estão e expressar desejos futuros, deixando-as livre para expor as reflexões sobre o fenômeno vivenciado. Para resguardar e proteger a privacidade dessas mulheres, todas as participantes receberam o codinome de uma Flor. Em entrevistas, as então Flores, puderam relatar como foi viver no inferno de um relacionamento abusivo, identificar e relatar como se dava a dinâmica das agressões emocionais, físicas, financeiras e sexuais, ou seja, apresentaram o outro lado das histórias de amor onde não há um “felizes para sempre”, fazendo assim uma análise do fenômeno sob o ponto de vista da pessoa que vivenciou os episódios. Em entrevista, as participantes também puderam expressar que já conseguem identificar manifestações de machismo e de uma relação abusiva e de submissão da mulher nas “histórias de amor” apresentadas na cultura de massa popular, entre elas os filmes e a música.. Para tal pesquisa, realizou-se uma revisão de literatura onde destacou-se a perspectiva de alguns autores, como Pierre Bourdieu, Simone de Beauvoir, Erving Goffman, Michel Foucault, Judith Butler, Joan Scott, entre outros. Por fim, almeja-se transformar esse conteúdo na concepção e na apresentação de uma narrativa cênica que

aborda as relações amorosas vistas sob a ótica da mulher vítima de uma relação de submissão, usando a arte como ferramenta que propõem abrir ainda mais um debate sobre a violência doméstica contra a mulher, contribuindo com a possibilidade de reflexão e conscientização social sobre os nossos papéis acerca do fenômeno.

Palavras chave: arte, comunicação, género, relacionamento abusivo

XI-APS-71666 -Planos de Igualdade de Género nas Instituições de Ensino Superior em Portugal: A remar contra a corrente?

Carina Jordão - Universidade de Aveiro

Teresa Carvalho - Universidade de Aveiro e CIPES

Sara Diogo - Universidade de Aveiro, CIPES e GOVCOPP

Comunicação Oral

A igualdade de género na ciência e na investigação é uma temática importante no contexto da União Europeia (EU) e constitui um dos objetivos da Área Europeia de Investigação. Os progressos neste domínio são, contudo, lentos e difíceis – muitas vezes marcados por avanços e recuos. Apesar do contexto positivo de Portugal no panorama Europeu, vários indicadores demonstram a persistência dos fenómenos de segregação horizontal e vertical. Esta situação pode estar a conduzir a perdas enormes de talento, prejudiciais para as organizações, para a economia e para a sociedade. Para eliminar este problema, a Comissão Europeia passou a financiar nas últimas décadas (FP6,7 e H2020) vários projetos de investigação-ação que procuram acelerar/estimular mudanças institucionais duradouras através da implementação de Planos de Igualdade de Género (GEP). Os GEP são implementados nas Research Performing Organisations (RPO) em conformidade com os objetivos traçados ao nível da UE e procuram, nomeadamente, a) remover as barreiras ao recrutamento, retenção e progressão na carreira das mulheres investigadoras, b) abordar os desequilíbrios de género nos processos de tomada de decisão e c) fortalecer a dimensão de género nos programas de investigação. Apesar do impacto efetivo destes planos e da sua contribuição para a criação de ambientes de trabalho mais igualitários nas organizações ainda não estar comprovada, a resistência parece ser um dos principais desafios à sua implementação bem-sucedida. Este estudo enquadra-se no âmbito desta problemática e tem como objetivo principal analisar as dinâmicas organizacionais de resistência à implementação dos GEP nas RPO em Portugal. Assim, partindo da experiência de investigadores/as responsáveis pelo desenho, planeamento e implementação dos GEP, identificam-se as principais formas de resistência sentidas, discutem-se as razões que lhes subjazem e identificam-se algumas estratégias com potencial para as superar e para garantir o sucesso das iniciativas e dos projetos nacionais. Para tal recorreu-se a um estudo qualitativo baseado em entrevistas semiestruturadas aos/às Investigadores/as Principais (PI) dos 6 projetos desenvolvidos em RPO portuguesas. Na tentativa de encontrar

'regularidades significativas nos dados', as entrevistas foram analisadas com recurso à análise de conteúdo. O estudo permite concluir que a resistência é transversal aos vários projetos nacionais e que pode metamorfosear-se, assumindo diferentes formas e configurações em função das especificidades dos contextos organizacionais onde são implementados os GEP.

Palavras chave: Ensino Superior, Investigação-ação, Planos de Igualdade de Género, Resistência à mudança

XI-APS-74448 -A apropriação do Sadomasoquismo erótico no Brasil: sobre as obras de Glauco Mattoso e Wilma Azevedo

Mário Jorge de Paiva - PUC-Rio

Comunicação Oral

O presente texto possui como objetivo analisar o conceito de sadomasoquismo, mas isto traz um problema já que tal termo é polissêmico e épocas, pessoas e instituições se apropriaram de diferentes formas de tal terminologia. Assim em um primeiro momento do artigo teremos de traçar diferentes tipos ideais do conceito para na sequência apresentar como o sadomasoquismo, denominado erótico, chegou ao Brasil através dos escritos de Wilma Azevedo e Glauco Mattoso. Nossa presente pesquisa é qualitativa, dialogando com um aporte teórico formado por autores como: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jorge Leite Jr. Eliane Robert Moraes etc. A conclusão do presente trabalho é mostrar como o sadomasoquismo erótico não é algo apenas brasileiro, mas uma apropriação do termo feita em âmbito internacional, mesmo que ao chegar aqui pela roupagem própria de Mattoso e Azevedo, tenham recebido elementos que dialogaram com nossa época e sociedade. Não é irrelevante, por exemplo, a crítica existente em Mattoso e Azevedo a certos nichos do campo psi ou o fato de o Brasil estar saindo de um Regime Militar no começo dos anos 80.

Palavras chave: Sadomasoquismo; BDSM; Glauco Mattoso; Wilma Azevedo

XI-APS-77732 -Ventres para o café: economia-mundo e a reprodução de escravos no Brasil oitocentista

Gabriela Salcedo Figueira - Universidade do Minho

Thiago Gault Oliveira - Universidade do Minho

Fernando Bessa Ribeiro - Universidade do Minho

Comunicação Oral

As relações sociais estabelecidas entre classe, género e raça são interseccionadas, interagem e reproduzem-se de modo articulado. Embora tais categorias formem um nó que não pode ser desatado nas práticas sociais, deve-se separá-las quando se procede a análises sociológicas (Kergoat, 2010), a fim de compreender o sistema completo no qual essas relações se manifestam (Bourdieu et al., 1999). Essa comunicação foca-se na análise de um período histórico que, na gênese da problemática, tem cunho interseccional. Trata-se do período oitocentista do Brasil escravagista, tendo como elemento de referência o ano de 1850, quando se promulga a lei que proíbe o tráfico negreiro transatlântico. Nesta década, o sudeste do país detinha posição central no mercado mundial capitalista com a exportação de café. No mesmo período, as commodities tropicais passavam por um boom de preços no comércio internacional. Porém, com o fim do tráfico de escravos, o país fica sob risco de ser ejetado da economia mundial, uma vez que o que nela o mantinha era a produção da commodity, executada por milhares de trabalhadores escravizados (Salles & Marquese, 2016). Para se manter dentro do Estado nacional enquanto classe dominante, posição garantida com a exportação do café, os senhores escravagistas enfrentaram um desafio: manter a força de trabalho escrava, agora através de um mercado doméstico e na reprodução biológica de escravos (Marquese, 2004). Esta situação histórica mostra a relevância da perspectiva interseccional nas relações sociais estabelecidas, bem como o sistema completo no qual elas operam. Em concreto, confrontamo-nos com relações complexas entre o sistema capitalista global e as respostas locais, principalmente no que tange à reprodução social marcada por uma reprodução sexual racializada. Ou seja, estamos perante uma estrutura social embasada na divisão genderizada e racializada do trabalho (Hirata et al., 2009). Para compreender este quadro social e político histórico, a comunicação mobiliza um acervo teórico relevante, nomeadamente relacionado com o capitalismo enquanto sistema mundial (Wallerstein, 1974, Quijano, 2005), de carácter heterossexual (Lugones, 2007) e dependente da acumulação de diferenças (Federici, 2018), como raça e género, para acumulação de capital, bem como as teorias do controlo opressor dos corpos femininos para a sua reprodução social (Ferguson, 2013; Bhattacharya, 2019). Para alumiar o debate com evidências empíricas, a comunicação abordará manuais agronómicos do século XIX. Tais manuais são considerados “a teoria de administração” da escravatura no Brasil oitocentista ao dissertarem sobre o tratamento apropriado que os senhores de escravos deveriam dar aos seus cativos. Notam-se diferenças nítidas de tratamento quanto à sexualidade e reprodução dos homens e mulheres escravizados nos manuais publicados antes e após a proibição do tráfico negreiro.

Palavras chave: Feminismo interseccional; sistema mundial capitalista; teoria da reprodução social; escravatura

XI-APS-77924 -Políticas de moralidade em Portugal: o debate político em torno da lei da autodeterminação da identidade de género

Bruna Fernandes - Universidade de Aveiro

Luís F. Mota - Universidade de Aveiro

Comunicação Oral

O presente trabalho analisa o debate público e político da lei da autodeterminação da identidade de género em Portugal, despoletado pela apresentação de três iniciativas legislativas entre 2016 e 2017. Este é um tipo de política pública que, tal como o aborto ou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, tem como principal característica a discussão em torno dos valores fundamentais dos atores dos subsistemas, sendo, por isso, considerada uma política de moralidade. Face a este quadro, procurou-se perceber quais foram as dinâmicas de participação dos vários atores presentes no debate e quais os argumentos apresentados, bem como as interações estabelecidas entre estes ou as circunstâncias que levaram à promulgação desta lei. Para tal, procedeu-se à análise dos debates em plenário e das audições e pareceres da comissão de especialidade, à condução de entrevistas com atores que participaram no debate e à análise de peças jornalísticas de dois jornais portugueses. Com a aplicação desta metodologia, chegou-se à conclusão de que este debate se caracterizou por uma divisão esquerda-direita, pela participação ativa de organizações da sociedade civil que defendem direitos das pessoas LGBT+, pela participação da Igreja Católica, embora de forma pouco ativa. De igual forma, concluiu-se que o sucesso da coligação de interesses favorável à aprovação da lei se deveu, em parte, à coesão interna dos seus membros e à mobilização de informação científica e técnica.

Palavras chave: Autodeterminação da Identidade de Género; Formulação de Políticas Públicas; Políticas de Moralidade; Subsistema de Políticas

XI-APS-79176 -Justiça no feminino 2.0. Reflexões sobre género e magistratura

Clara Oliveira - CIEG/ISCSP-ULisboa

Pedro Correia - CAPP/ISCSP-ULisboa e CIEG/ISCSP-ULisboa

Anália Torres - CIEG/ISCSP-ULisboa

Comunicação Oral

Em Portugal há um número significativamente maior de mulheres do que de homens na magistratura. Na realidade, os cursos do Centro de Estudos Judiciários formam, desde 2007, um número consistentemente mais elevado de mulheres para a magistratura judicial (PORDATA). No entanto, tal como noutros setores da sociedade, as mulheres juízas

encontram-se em lugares de menor destaque, sendo tribunais superiores como o Supremo ou a Relação, ainda maioritariamente ocupado por homens, de acordo com dados emanados do Conselho Superior da Magistratura. Acresce a estes factos que, nos tribunais de primeira instância, ainda se verifica uma sobre representação de mulheres em tribunais como família e menores, que pode reproduzir algumas lógicas tradicionais de uma presumível aptidão natural feminina para lidar com assuntos da família (Duarte, Oliveira, Fernando e Gomes, 2015). Nesta comunicação pretendemos refletir acerca das ligações entre género e magistratura, nomeadamente a magistratura judicial, tendo como ponto de partida trabalhos desenvolvidos anteriormente.

Palavras chave: Mulheres na magistratura, Juízas

XI-APS-80924 - “Eu quero ser eu sem condições”: A Gestão da Visibilidade da Identidade de Pessoas Trans em Contexto Escolar

Marta Correia - ISMAI

Sofia Neves - ISMAI/CIEG

Estefânia Silva - ISMAI/CIEG

Comunicação Oral

A não congruência entre o sexo biológico e a identidade de género e a consequente não correspondência das pessoas trans aos papéis e padrões culturais e sociais de género conduz, frequentemente, à exposição a situações de vitimação nos mais diversos contextos de vida desta população. Neste sentido, e tendo em consideração a escassez de estudos centrados nas vivências e percursos escolares das pessoas cuja identidade de género não está em conformidade com o sexo biológico, a presente comunicação pretende apresentar e discutir os resultados de uma investigação de cariz qualitativa que procurou compreender como as pessoas trans gerem a visibilidade e a exposição da sua identidade em contexto escolar e caracterizar o modo como esta é condicionada pelas questões sociais e culturais de género. Os resultados obtidos a partir da análise de entrevistas individuais semiestruturadas aplicadas a pessoas trans evidenciam que as diferenças sociais de género estão espelhadas no contexto escolar, constituindo-se este (mais) um espaço de insegurança, de violência e de opressão para a exposição da identidade trans. Constata-se que a necessidade de invisibilizar a identidade trans surge de forma recorrente nos percursos escolares dos/as participantes, não só como uma estratégia de evitamento de possíveis situações de vitimação, mas também como um caminho para a sua integração ao contexto escolar. É visível estes/as recorrerem à adoção de uma expressão de género congruente com o sexo, ocultarem o género nos discursos e diálogos e utilizarem uma máscara social que seja congruente com os papéis sociais e culturais de género que acarreta consequências significativas a nível social, escolar e para a saúde. Os dados mostram, ainda, que existem diferenças acentuadas na vivência do género entre as mulheres e os homens

trans sendo estas marcadas pelas questões sociais de género e que a falta de conhecimento e de (in)formação da comunidade escolar sobre a transexualidade e o preconceito e a violência a que os/as estudantes trans estão expostos contribuem como fatores catalisadores para a gestão da visibilidade da(s) identidade(s) trans no contexto em análise. Deste modo, assumindo a importância que o contexto escolar tem na inclusão das pessoas trans, esta comunicação, para além de contribuir para uma maior visibilidade desta população, pretende discutir a necessidade de se definirem programas de prevenção e de promoção da igualdade de género em contexto educativo.

Palavras chave: Género, Identidade de género, Identidade trans, Gestão da visibilidade, Contexto Escolar

XI-APS-81618 -Portugal, 2028: adultos LGBTQ+ com doença crónica imaginam o futuro / LGBTQ+ adults with chronic illness imagine their future

Mara Pieri - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

The paper discusses how LGBTQ+ young adults with chronic illness project themselves in the future. The discussion draws from a qualitative study with LGBTQ+ young adults with chronic illness in Southern Europe and it is based, in particular, on 12 biographical interviews conducted in Portugal. Having a chronic illness often means relying on the support of families, being unable to work, and encountering difficulties in everyday activities. This uncertainty is negotiated through experiences of (in)visibility as LGBTQ+, in a context in which homo-transphobia is still present, despite advancements in the context of rights. When asked about how they see themselves in the next ten years, interviewees reflect all of these layers of precariousness, offering different perspectives on how the political challenges they encounter as LGBTQ+ and chronically ill inform their capacity of making projects and having hopes for the future. The prevalent narrative shows a general difficulty of picturing themselves as having complete access to sexual citizenship in the next years. A gender difference also emerges in narratives by non-binary persons and women, who generally feel more vulnerable in relation to future possibilities of being financially independent. The stories provide an in-depth account of intersectional challenges and future struggles to be taken into account within the context of gender and queer studies, posing them in relation with precariousness and illness as pivotal axis of exclusion.

Palavras chave: sexualidade, LGBTQ, doença, cidadania, Portugal

**XI-APS-84363 -Autodeterminação e universalidade do direito à identidade de género:
As pessoas trans face ao reconhecimento legal da (auto)identidade de género**
Sandra Palma Saleiro - Cies-Iscte, Iscte- instituto universitário de Lisboa

Comunicação Oral

As questões relacionadas com o transgénero começaram a ser objeto de interesse continuado na sociologia na última década do século XX, constituindo uma das principais áreas de investigação dos chamados “estudos transgénero” a exploração da diversidade das identidades das pessoas trans (Schilt e Lagos, 2017). Os estudos sociológicos assentes no acesso à “experiência vivida contextualizada” (Namaste, 2000) de pessoas trans têm contribuído para desconstruir uma imagem homogeneizante do fenómeno, evidenciando uma “diversidade” dentro da “diversidade de género” (Monro, 2010) ou “diferentes posicionamentos de transgénero” (Hines, 2010). Tal diversidade apresenta desafios e acrescenta complexidade às “políticas de reconhecimento” (McNay, 2008) com vista à persecução de um modelo de cidadania de (trans)género inclusivo (Monro e Warren, 2004), suscetível de incorporar a(s) “diferença(s)” (Hines, 2013). Nesta comunicação focar-nos-emos nas novas abordagens relativas às possibilidades e condições do reconhecimento civil de género, que consagram o princípio da autodeterminação da identidade de género (International Commission of Jurists, 2007), concretizada recentemente em Portugal através da Lei 38/2018 de 7 de agosto, para, através de entrevistas aprofundadas a cerca de três dezenas de pessoas de diversas identidades e expressões de (trans)género, perceber o modo como está (ou não) a ser utilizada por estas pessoas, de que modo corresponde (ou não) às suas diferentes necessidades e desejos de reconhecimento e quais as eventuais condicionantes e limites que se verificam ao seu recurso. Aferiremos, assim, a concretização da universalidade do direito à (auto)identidade de género e problematizaremos o impacto deste novo instrumento legal na cidadania de (trans)género do conjunto de pessoas que recaem fora do cisgénero, tendo em consideração factores que ressaltam como diferenciadores das diferentes experiências, tais como o sentido da transição, a (auto)identidade e expressão de género, a geração ou a etapa da vida em que é feito o coming out de (trans)género. Os dados que sustentam esta comunicação foram obtidos no âmbito do projeto “Diversidade de género, Cidadania e Saúde. Identidades e expressões de género trans face aos novos enquadramentos médicos e legais” (2016-2022), desenvolvido no CIES-IUL, no quadro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Palavras chave: Transgénero, identidade de género, reconhecimento legal de género, autodeterminação de género, cidadania de género

**XI-APS-84499 -TRANSEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE O SUICÍDIO E
COMPORTAMENTOS SUICIDAS DOS JOVENS TRANS MASCULINOS**

Vânia Cavacas Pires - Tese de Mestrado

Hélia Bracons - Instituto de Serviço Social - Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias

Comunicação Oral

A prevalência da literatura Nacional e Internacional alocada às suicidalidades em Transexuais refere os poucos avanços científicos que têm sido feitos na esteira da Transexualidade. Não obstante, os Estudos Científicos de ordem Sociológica e Psicológica foram inventariando as necessidades que imperam no segmento LGBTI+, como legislação própria, estatutos, direitos, liberdades e garantias, da mesma forma que expuseram as Violências a que esta esfera está sujeita. De forma similar, a estatística atesta a forte incidência do suicídio ou comportamentos suicidas dos indivíduos Transexuais em contextos de discriminação, preconceito, rejeição social e parental. A presente comunicação surge na sequência da realização, em curso, de uma dissertação de Mestrado em Serviço Social e pretende identificar e caracterizar os principais factores sociofamiliares que concorrem para o comportamento suicida em jovens Transexuais masculinos, assim como conhecer a perceção do Jovem Transexual da relevância do assistente social numa equipa multidisciplinar, contribuindo desta forma para uma melhor compreensão deste fenómeno. A coleta dos dados decorreu no último trimestre de 2019 e assentou numa metodologia Qualitativa, desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas a 10 indivíduos Trans masculinos que caracterizaram a amostra da investigação. Este estudo, ainda em maturação, preliminarmente evidencia uma caracterização dos participantes com 70% de tentativas de suicídio, 80% de ideação suicida e de 60% de parassuicídio. Igualmente revela uma forte incidência das questões familiares como fonte de desesperança, como a rejeição parental, ou quando esta não ocorre, os indivíduos Trans percecionam um não reconhecimento da sua identidade pelos Pais, mantendo estes o registo dos pronomes errados. O tempo de espera por consultas e/ou procedimentos no SNS é igualmente um stressor que potencia as ideações suicidas desta população, pois adia a sua congruência e perpetua sentimentos de opressão. A discriminação percecionada evidencia-se ainda em período de relações lésbicas ante transição social/clínica. De todas as esferas que envolvem estes indivíduos, a amostra classificou a categoria do suporte familiar a mais importante para resiliências salutaras.

Palavras chave: Serviço Social, Transexualidade; Suicídio

**XI-APS-84536 -Luzes, Câmara, Ação contra a Violência no Namoro: saúde, bem-estar e
relações saudáveis na juventude**

Estefânia Silva - ISMAI/CIEG

Sofia Neves - ISMAI/CIEG

Cristina Pereira Vieira - CIEG/Uab
Sofia Queirós - ISMAI
Joana Topa - ISMAI/CIEG
Dália Costa - CIEG
Fernando Paulino - ISMAI
Ariana Correia - ISMAI

Comunicação Oral

Nas últimas duas décadas, as relações amorosas juvenis têm sido retratadas como significativamente violentas acompanhando os elevados números da violência doméstica na idade adulta e manifestando-se com especial incidência em contexto escolar (Neves, et al., 2018). Apesar do desenvolvimento de políticas públicas e de ações de prevenção, a maioria dos/as jovens demonstra dificuldade em reconhecer que é vítima de violência nas relações íntimas, dado que atribui os referidos comportamentos a expressões de afeto ou a demonstrações de amor (González & Santana, 2001; Soldevila, Domínguez, Giordano, Fuentes, & Consolini, 2012). Neste sentido, a presente comunicação versa sobre o projeto Luzes, Câmara, Ação contra a Violência no Namoro, promovido e financiado pelo Programa da União Europeia – Daphne, sob a coordenação da Universidade de Alicante e em parceria com outras cinco universidades/países europeus (Portugal, Reino Unido, Polónia, Itália e Roménia). Este, inserido no modelo de “desenvolvimento positivo na juventude” e focado no potencial de cada indivíduo e nos seus meios envolventes (família, escola e comunidade) visa melhorar a saúde, o bem-estar e incentivar a rejeição da violência de género, procurando promover relacionamentos saudáveis entre adolescentes. A partir de metodologias inovadoras e criativas participaram, neste projeto, 135 estudantes, com idades compreendidas entre os 13 e 15 anos, de duas escolas localizadas a norte do país. Neste contexto, resultaram, como produto final da participação, 27 videocapsulas, concebendo estas diferentes conteúdos pedagógicos sobre os valores e as competências que contribuem para a construção de relações positivas, e que foram analisadas segundo a metodologia de análise temática. Os dados sugerem para discussão a existência de crenças conservadoras e tradicionais sobre o género nas relações de namoro, a presença de comportamentos de controlo, de ciúme e de linguagem possessiva como causas para a violência, bem como, o recurso ao uso de tecnologia de comunicação e de informação na disseminação e perpetuação da violência. Assim, intervir precocemente pode melhorar a qualidade, a igualdade e o respeito presentes em relações de casal futuras, daí que esta comunicação pode constituir-se como uma ferramenta de apoio aos/às profissionais de educação e outros/as profissionais que trabalham no campo da prevenção da violência.

Palavras chave: Violência no Namoro, Género, Relações saudáveis, Adolescentes, Prevenção, Escola

XI-APS-86343 -“Todxs deberíamos ser feministas” o de cómo el feminismo se quedó en un eslogan: el sector de la mecánica en clave histórica como contexto de investigación

Esperanza Meri Crespo - Universidad de València

Almudena A. Navas Saurin - Universidad de València

Míriam Abiétar López - Universidad de València

Comunicação Oral

El movimiento feminista actual tiene una potencia global que puede ser analizada tanto en los cambios discursivos sobre la igualdad de género en diferentes campos como a través de las huelgas generales del 8M (Gago, 2019). Paralelamente, las fuerzas neoliberales y conservadoras retoman discursos antifeministas cuyas violencias son una reacción a los progresos realizados (Butler, 2020, p. 47). En la presente comunicación tratamos de realizar un análisis histórico de las discontinuidades de la categoría ‘mujeres mecánicas’ para estudiar los efectos de las interpretaciones dominantes del género. Pretendemos comprender cómo una interpretación hegemónica del género ha justificado la (re)producción de unos cuerpos que constituyen la mano de obra del sector de la mecánica, una industria cultural e históricamente masculinizada cuyas normas de género han sido fuertemente excluyentes. Teóricamente, nos servimos de la propuesta de Joan W. Scott (2006) en torno al eco de la fantasía, mediante el cual sostenemos que la agencia y actos de resistencia permiten la mutación de los significados de las identidades colectivas; así como del concepto de corporalización social (Connell, 2019), que entiende los cuerpos como efectos de las prácticas y relaciones sociales generizadas que se ven involucrados en instituciones con una solidez histórica. De esta forma, superamos la concepción hegemónica del género vinculada a la sociobiología y la teoría de roles, entendiendo el género como relación y práctica social, que se conforma a través de las estructuras y organizaciones, pero también mediante el hacer de los sujetos (ibid., 2019). Metodológicamente, realizamos entrevistas biográficas a mujeres vinculadas al sector de la automoción. Su análisis tiene un carácter comparativo con textos históricos de fuentes secundarias y está basado en los Estudios Críticos del Discurso, pues éstos nos permiten concretar y detallar el ejercicio del poder (Van Dijk, 2009, p. 20). Como resultados, planteamos que el actual orden social de género rompe con el pasado discursivamente en su recontextualización oficial al abogar por una igualdad formal. Sin embargo, si atendemos a las relaciones y prácticas sociales que tienen lugar en organizaciones fuertemente masculinizadas, como el sector de la mecánica, el orden social de género del pasado sigue presente. Bibliografía Butler, Judith. (2020). Sin miedo. Formas de resistencia a la violencia de hoy. Madrid: Taurus. Connell, Raewyn. (2019). El género en serio. Cambio global, vida personal, luchas sociales. México D.F: Centro de investigaciones y estudios de Género UNAM. Gago, Verónica. (2019). La potencia feminista o el deseo de cambiarlo todo. Madrid: Traficantes de Sueños. Scott, J. W. (2006). El eco de la fantasía: la historia y la construcción de la identidad. Ayer, 111-138. Van Dijk, Teun. A. (2009). Discurso y poder. Contribuciones a los estudios críticos del discurso. Barcelona: Editorial Gedisa.

Palavras chave: Género, Corporalización Social, Estudios Críticos del Discurso, Historia del trabajo

XI-APS-88626 -Greve Feminista: uma nova vaga do movimento feminista português?

Carla Cerqueira - Universidade Lusófona - CICANT

Célia T. Silva - Universidade Lusófona - CICANT

Comunicação Oral

Ao longo da História as mulheres realizaram várias manifestações de protesto, algumas delas enquadradas pelo movimento feminista. O Feminismo foi-se afirmando a partir do século XIX e a sua luta foi evoluindo, apontando os estudos atuais para a existência de três vagas do movimento feminista, correspondendo cada vaga a reivindicações e conquistas de direitos para as mulheres. Cada vaga de contestação teve o seu próprio “repertório” de ação coletiva introduzindo inovação nos ciclos de protesto. Há, no entanto, algumas investigações que já apontam para uma quarta vaga do movimento feminista, marcada pelo digital, pelas reivindicações transnacionais e pela inclusão de novas agendas. Nos últimos anos, uma série de greves nacionais tem ocorrido em vários países europeus, mas foi a greve feminista de 2018 em Espanha, assinalada no dia internacional das mulheres, que projetou o movimento feminista no espaço público. Esta greve alcançou uma amplitude inédita na sociedade espanhola, com a paralisação ao trabalho das mulheres em hospitais, escolas, meios de transporte, comunicação social e promoveu mobilizações a nível mundial sem precedentes. Em Portugal, a greve foi convocada pelo coletivo 8 de Março (que integrava organizações da sociedade civil, coletivos e pessoas individuais), que apresentou a apresentação como sendo essencialmente laboral, mas também estudantil, de consumo e de cuidados domésticos. Foram promovidas campanhas de divulgação em várias cidades do país e, entre 2017-2020, verificou-se uma participação significativa de grevistas, embora sem atingir a dimensão de outros países. Atendendo ao impacto social desta ação do movimento feminista, o objetivo central desta comunicação é analisar se esta greve feminista introduz novas formas na ação coletiva feminista e, quiçá, prefigura uma nova vaga do movimento feminista português, a designada quarta vaga. Neste sentido, e dada a importância da comunicação mediática para os movimentos sociais, a qual permite mobilizar a opinião pública sobre determinadas questões, focamos a análise na imprensa. Com base nos jornais considerados de referência Expresso e Público (2018-2020), e utilizando uma análise de conteúdo, pretendemos perceber a forma como o movimento feminista se mobilizou e desencadeou a greve e como se apresentou no espaço público (mediatizado). Através deste estudo poderemos, assim, identificar em que fase do percurso se encontra o movimento feminista português, atendendo às suas especificidades.

Palavras chave: Vagas movimento feminista, greve feminista, Portugal, imprensa

XI-APS-89226 -O Estado Brasileiro e a maternidade lésbica: uma discussão sobre gênero, saúde e legislação.

Giovanna Krubniki Izidoro - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Felipe Simão Pontes - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

XIAPS- Poster

A invisibilidade das mulheres lésbicas na sociedade hetero-patriarcal é um fato social que solidifica-se diariamente. Inviabilizadas dos espaços de trabalho, dos serviços de saúde e dos aparatos da justiça, essas têm sua vivência e suas especificidades silenciadas. O presente artigo visa discutir as demandas das mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil, com foco na maternidade e nas novas regras de registro de nascimento instauradas pelo governo brasileiro. Resultado do Projeto “Movimento Lésbico-Feminista e Maternidade: Revisão bibliográfica e documental” e da participação no Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Saúde Reprodutiva, Comunicação em Saúde e Direitos Humanos, desenvolvido na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o trabalho questiona criticamente - com base em revisão bibliográfica e documental - como a saúde pública brasileira ampara a maternidade lésbica e como os provimentos Nº 82/2019 e 83/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) interferem negativamente no registro de nascimento das filhas e filhos dessas mulheres. Para isso, contextualiza-se inicialmente a cultura heteronormativa e como ela padroniza as relações dentro da sociedade, posteriormente aborda-se as demandas e especificidades das mulheres lésbicas nos movimentos sociais no contexto brasileiro e como isso se reflete nas políticas públicas voltadas (ou não) a esta população. Discute-se também sobre o preconceito institucional e sobre as novas alterações do Conselho Nacional de Justiça, sancionadas em Junho de 2019, que alteram as regras do registro por filiação socioafetiva, que é o reconhecimento da maternidade por meio dos laços de afeto. Além de ampla revisão bibliográfica, analisa-se a Lei nº 8.080 de 1990, especificamente os trechos I, IV, V e VI, no Capítulo II, Artigo 7º, que regulamenta as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) e os parâmetros e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde, promulgado em 2004. A revisão documental busca encontrar referências internacionais sobre os direitos das mulheres e à maternidade segura e sem violências (OMS, 2014; 2018), bem como em documentos nacionais como o Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004) e a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2010). Entende-se por fim que há uma urgência no debate a respeito da saúde e da maternidade lésbica, tendo em vista o despreparo e o negligenciamento do Estado sobre estas mulheres, considerando a falta de informações e políticas públicas voltadas a esta população.

Palavras chave: Lesbianidade; Maternidade Lésbica; Mulheres Lésbicas e Bissexuais; Saúde LGBT.

XI-APS-89824 -Corpos das/nas Margens: Vidas de Vulnerabilidade e Perspetivas sobre o Envelhecimento das Pessoas Trans no Brasil e em Portugal

Liliana Rodrigues - Centro de Psicologia da Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Comunicação Oral

As pessoas trans constituem um dos grupos mais discriminados em Portugal e têm sido violentadas não só fisicamente, mas também de forma psicológica e institucional (e.g., não reconhecimento dos seus direitos); outras têm tentado o suicídio, ainda muito jovens (o recente caso de Lara Crespo em Portugal), e muitas outras têm sido assassinadas (e.g., Brasil, Portugal, Turquia). Entre 1 de janeiro de 2008 e 20 de setembro de 2019, ocorreram mundialmente 3314 homicídios contra pessoas trans e com diversidade de género. Neste último ano, entre 1 de outubro de 2018 e 30 de setembro de 2019, foram registados 331 homicídios contra pessoas trans a nível mundial. Destes 331, o Brasil continua a ser o país que mais mata pessoas trans. Neste contexto de violência transfóbica, os direitos das pessoas trans à não discriminação no espaço público não têm sido protegidos. Esta violência contra pessoas trans potencia riscos de depressão, suicídio, abuso de drogas e/ou comportamentos sexuais de risco, menor esperança média de vida e menores oportunidades de trabalho. Este contexto histórico, social e político de opressão tem conduzido a que poucas pessoas trans cheguem à velhice. Quando estas sobrevivem, deparam-se com uma crescente vulnerabilidade nas suas vidas que, para além de pessoas trans, com vidas precárias, são também idosas, principalmente quando estas são/foram trabalhadoras sexuais. Além disso, não obstante a crescente produção científica sobre os processos de envelhecimento, as pessoas trans idosas continuam a ser invisibilizadas na academia (inter) nacional, o que dificulta a auscultação das suas vivências e dos contextos de maior vulnerabilidade. Para além da discriminação ageísta/idadista, as pessoas trans idosas são também objeto de práticas transfóbicas, o que coloca em causa o exercício pleno dos seus direitos fundamentais. A presente comunicação visa analisar as histórias de vida e os percursos de vulnerabilidade e exclusão de pessoas trans mais velhas, bem como as suas perspetivas face ao envelhecimento. A partir de um guião de entrevista semiestruturado, serão entrevistadas pessoas autoidentificadas como trans mais velhas em Portugal e no Brasil. Os discursos dos/as participantes serão sistematizados segundo a análise temática. Baseada num compromisso com a transformação social, esta comunicação pretende contribuir para o aprofundamento da reflexão crítica acerca das histórias de vida das pessoas trans mais velhas e dos processos de exclusão aos quais estas estão sujeitas, ao mesmo tempo que problematizará as principais necessidades e especificidades deste grupo social com vista à elaboração de políticas públicas e ao desenvolvimento de posicionamentos promotores da diversidade de género e da justiça social.

Palavras chave: Trans(género); Envelhecimento; Teoria Crítica; Direitos Humanos

Sociedade Civil, Economias Alternativas, Voluntariado

XI-APS-13196 -Economias alternativas: o caso de uma Rede de economia solidária no Nordeste brasileiro

Janainna Edwiges de Oliveira Pereira - ICS - ULisboa

Comunicação Oral

O presente artigo tem como foco refletir a experiência da Rede Bodega, uma rede de economia solidária do Estado do Ceará - Brasil, que agrega empreendimentos produtivos solidários de quatro municípios e foi contemplado com investimentos públicos advindos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em parceria com a extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a partir da construção de narrativas biográficas de participantes. Utilizando esta metodologia como base epistemológica deste artigo, pretendo compreender os significados atribuídos por participantes da Rede ao trabalho que realizam nos grupos que participam – que se baseia na solidariedade, na troca e na reciprocidade – e se e como eles veem sua forma de produção e comercialização como de fato uma outra economia. Pretendo também analisar as mudanças que ocorreram em suas vidas após a inserção deles na economia solidária, levando em consideração principalmente os âmbitos socioeconômico e político. Os relatos elucidam que os associados consideram o trabalho desenvolvido na Rede Bodega como diferenciado em relação ao trabalho formal, priorizando a solidariedade e as práticas recíprocitárias entre eles. No que concerne às mudanças ocorridas em suas vidas, estas foram significativas nas esferas social e política, havendo uma construção da prática de autogestão e cooperativismo no âmbito das ações da Rede. Entretanto, no que concerne à geração de renda, o empreendimento não possibilitou aos participantes significativas melhorias de vida. Por meio da construção das histórias de vida de associados, podemos inferir que há uma lógica diferente na Rede, em que os limites de cada um são respeitados e, por meio da ênfase nas relações sociais, são formadas teias de reciprocidade, as quais fortalecem os empreendimentos e auxiliam na sua sobrevivência.

Palavras chave: economia solidária, trabalho, gênero

XI-APS-13744 -A Experiência da implantação de Grupos Solidários para Concessão de Microcrédito no Banco do Povo Crédito Solidário

Luiz Silvério Silva - Banco do Povo Crédito Solidário - Santo André - SP - Brasil -

Luiz Roberto Alves - Escola de Comunicação e Artes - USP - São Paulo - Brasil -

Marco Aurélio Bernardes - Universidade Metodista de São Paulo - São Bernardo C. SP - Brasil

Comunicação Oral

Este relato destina-se a descrever e demonstrar a experiência relativamente exitosa do Banco de Povo Crédito Solidário -BPCS- bem como a implantação da metodologia de Grupos Solidários no processo de concessão de microcrédito a pessoas de baixa renda no Grande ABC Paulista. A aplicação da metodologia de grupos solidários implica em realizar operações para grupos de empreendedores de quatro a sete pessoas, com pequenos negócios, que assumem a corresponsabilidade pelo valor total do crédito. A essência dessa metodologia está nos laços criados e cultivados, os quais exercem pressão social entre os membros do grupo. Os grupos solidários funcionam como mecanismo de garantia eficaz de pagamento de crédito, devido aos seguintes fatores: 1- Auto seleção dos membros, que só se associam a pessoas de sua confiança; 2- Compromisso interno pela pontualidade dos pagamentos associado à uma política de crédito que incentiva a pontualidade; 3- Valor do crédito progressivo, condicionado ao histórico de pagamento; 4- Corresponsabilidade de todos os tomadores pelo valor total do crédito. O equilíbrio operacional entrou numa fase crítica a partir de 2008, ameaçando a sobrevivência da instituição. A implantação da metodologia de Grupos Solidários mudou este cenário para uma situação operacional equilibrada com superávit e com registro de crescimento. Abaixo as informações relativas ao ano de 2019, cujos dados comprovam a consistência operacional, a eficiência na gestão de seus recursos e manutenção de baixa taxa de inadimplência. Carteira Total: R\$ 12,6 milhões; Nº de Clientes: 4.976; Valor emprestado: R\$ 29,9 milhões; Nº de Operações: 8.986; Inadimplência: 1,24%. A opção do BPCS Solidário em optar pela metodologia de Grupos Solidários em 2008, confirmou se tratar de uma medida positiva para a substancial diminuição do risco da operação de crédito. A metodologia se mostrou assertiva tendo em conta que, além da diminuição da taxa de inadimplência, a carteira de clientes ativos do banco cresceu 32,5% e o montante emprestado cresceu 45,0%, totalizando 10,6 milhões, entre 2008 e 2012, chegando em 12,6 milhões em 2019. Diante de um quadro com milhões de brasileiros vivendo numa situação de miséria, a presença de um órgão financiador junto às pessoas de baixa renda nos parece de fundamental importância. Textos Básicos BARONE, F. M. et al. Introdução ao Microcrédito. Brasília, DF: Conselho da NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, Anita. Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro. Rio de Janeiro: PDI/BNDES, 2002. POCHMANN, M. O Emprego na Globalização. São Paulo: Boitempo, 2005.

Palavras chave: Grupos Solidários, Microcrédito

XI-APS-49800 -O que são empresas sociais em Portugal? Abordagem multidimensional das organizações nas suas trajetórias e contextos institucionais

Sílvia Ferreira - Universidade de Coimbra

Michela Giovannini - Centro de Estudos Sociais

Pedro Fidalgo - Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

O conceito de empresa social (ES) surgiu na década de 1980 para descrever a trajetória de organizações da economia social em contextos institucionais e sociais em transformação. Hoje, assume proeminência, acentuada pela ação estratégica de vários tipos de atores sociais e pelas orientações da política da UE, denotando uma alteração das fronteiras entre o social, o político e o económico. O conceito carece de maior aprofundamento analítico no que diz respeito ao seu carácter estratégico, mas, para além disso, possui utilidade heurística para a compreensão de formas organizadas de intervenção da sociedade na resolução de problemas sociais e societais. Na discussão internacional é comum a identificação de, pelo menos, duas correntes. A anglo-saxónica, que foca a orientação de organizações com missão social para a economia mercantil e práticas de gestão típicas das empresas lucrativas. A europeia, que privilegia uma análise organizacional multidimensional – social, económica e política (Defourny & Nyssens, 2010; European Commission, 2020). Nesta apresentação, que resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “TIMES – Trajetórias Institucionais e Modelos de Empresa Social em Portugal”, mostraremos que, para além dos debates em torno do conceito, a abordagem multidimensional permite compreender as características e trajetórias dessas formas organizadas de intervenção. Esta apresentação baseia-se nos resultados da análise comparativa de estudos de caso de ES em várias áreas de intervenção e de diferentes modelos de ES, identificados na investigação. Comparamos as suas características e evolução e evidenciamos o modo como estas características são moldadas pelos contextos históricos e os quadros institucionais do Estado de bem-estar e das misturas de bem-estar. O aprofundamento empírico permitido pela abordagem intensiva a organizações que classificamos como ES permite discutir algumas narrativas atuais sobre estas. Referências Defourny J. & Nyssens, M. (2010). Social enterprise in Europe: At the crossroads of market, public policies and third sector. *Policy and Society*, 29, 231-242. European Commission (2020) Social enterprises and their ecosystems in Europe. Comparative synthesis report. Authors: C. Borzaga, G. Galera, B. Franchini, S. Chiomento, R. Nogales and C. Carini. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Available at <https://europa.eu/!Qq64ny>

Palavras chave: Empresas Sociais, Organizações, Instituições, Estado de bem-estar

XI-APS-51589 -O Capital Social de um território

Sara Teiga - ISCTE - IUL / CIES

Comunicação Oral

O fenómeno económico e social da globalização espelha-se a nível mundial e reflete-se ao nível local. O capitalismo transformou-se num modo de civilização (Santos, 2001). A sociedade civil global e a cidadania planetária (comunitarismo cosmopolita e cosmopolitismo comunitário) configuram-se como umas das transformações sociais irreversíveis (Rocha, 2019). Transformações essas que advogam um debate sobre o Capital Social dos Territórios que dê contributos para a humanização da economia capitalista, através da construção de alternativas sociais promotoras do diálogo construtivo e iminente com as ciências sociais económicas. O Capital Social é uma das variáveis que influencia o desenvolvimento sustentável (Banco Mundial, 2017) e procura recentrar as dimensões sociais marginalizadas pelo capitalismo (Claridge, 2019). Na revisão da literatura constata-se que Capital Social é propriedade da sociedade e das comunidades e amplia a perspectiva dos aspetos não económicos da vida social. Ao traduzir-se num estoque de confiança, confiabilidade e capacidade coletiva de viver e agir juntos de forma eficaz começa a ser objeto de estudo para além das ciências sociais. Por conseguinte, torna-se relevante para a construção de indicadores não económico financeiros, no campo do desenvolvimento (Martelo, 2004: 41-49). Para Hanifan (1916) a boa vontade, camaradagem e simpatia nas relações sociais entre o indivíduo, a família e a comunidade constituíam-se como o conjunto de elementos tangíveis e mais valorizados na vida das pessoas e produzem valor económico. Neste sentido, a presente proposta de comunicação vai provocar o debate sobre a utilização do termo Capital Social no diálogo das ciências sociais. Para além de identificar os riscos e os benefícios, que advém das relações hierárquicas, das relações de mercado e das relações sociais estabelecidas pelas pessoas em redes formais ou informais, aponta também algumas inquietações no âmbito do projeto de tese do doutoramento em serviço social titulado: O Capital Social de um território: um debate em Serviço Social.

Palavras chave: Capital Social, Economia substantiva, Ação Social territorializada

XI-APS-59274 -Do fim do trabalho ao trabalho em comum: uma análise comparativo-tipológica dos motivos para a utilização e criação de bens comuns

João Braga Lopes - ISCTE

Comunicação Oral

Se por um lado assistimos a um grande questionamento do trabalho enquanto eixo central da sociedade, por outro parecem multiplicar-se iniciativas de utilização e criação de bens comuns. Importa, por isso, perceber se os dois fenómenos estão relacionados e de que forma este último pode constituir uma transformação do primeiro. Para isso, através de entrevistas e observação participante da maior variedade possível de projetos, desde relativos a bens comuns tradicionais até bens comuns digitais, procurarei entender, no âmbito de uma dissertação de mestrado, quais são os motivos que levam estes atores a criarem e participarem neles. Com isto, pretendo também contribuir para a compreensão de

expressões de economia solidária; para a elaboração de uma tipologia de motivações; para verificar até que ponto os projetos são emancipatórios e para perceber a viabilidade da transformação do trabalho pois, se por um lado parto do pressuposto que este é necessariamente constitutivo da sociedade, por outro o seu modelo dominante é cada vez mais frágil.

Palavras chave: Incrustação; commons; economia solidária; trabalho

XI-APS-63253 -**Feminismos em luta e na luta contra o tráfico. A experiência portuguesa**
Mara Clemente - CIES/ISCTE-IUL

Comunicação Oral

A partir das campanhas britânicas contra a “escravidão branca” do final do século XIX, o tráfico de mulheres com fins de exploração sexual, identificado com a prostituição, teve um papel importante na agenda feminista. A mobilização das organizações de mulheres na luta contra o “tráfico” contribuiu para uma robusta resposta internacional que se dissipou temporariamente com o advento da Segunda Guerra Mundial. Após o fim da Guerra Fria, os vários estados-nação também desempenharam um papel importante no campo do combate ao tráfico. Atualmente, este vê a presença de agências supranacionais e internacionais, governos e organizações não governamentais que interagem por meio de políticas, projetos e ações comuns. Nas últimas décadas, as organizações feministas têm atuado dentro da arena política nacional e supranacional, em alguns casos continuando a identificar a prostituição com o tráfico e apelando à sua abolição como forma de violência contra as mulheres, em outros casos apoiando os direitos das/os trabalhadoras/es do sexo. Essas duas posições conflitantes tiveram um forte impacto tanto nas políticas de prostituição quanto na elaboração das atuais políticas de combate ao tráfico. Focando a atenção no caso português, a comunicação analisa o papel das organizações feministas na construção do atual sistema de combate ao tráfico em Portugal, onde, nos últimos anos, o tráfico se tornou gradualmente um capítulo importante na agenda política. Nele converge um investimento cada vez maior de recursos humanos e financeiros e a crescente atenção de diferentes interlocutores da sociedade civil. Mobilizando os dados obtidos durante uma experiência prolongada de investigação empírica sobre o tema, a comunicação incidirá, em particular, sobre os agentes em campo e as suas relações nacionais e transnacionais, com uma atenção específica para os diferentes contributos feministas no desenvolvimento das atuais políticas e práticas de intervenção, dos discursos sobre o tráfico e das pessoas traficadas. A comunicação insere-se na reflexão crítica sobre o tráfico que, nos últimos anos, enfatizou repetidamente os limites e as contradições que historicamente caracterizam o combate ao tráfico e a ação dos agentes nesse campo. Ao mesmo tempo, a comunicação visa contribuir os debates sobre o desenvolvimento da sociedade civil, as suas relações com o poder do

Estado, e os desafios colocados à mudança social nos atuais regimes neoliberais.

Palavras chave: Sociedade civil, Feminismo, Tráfico de pessoas, Portugal

XI-APS-64464 -Quando o beneficiário se torna também voluntário: dinâmicas em torno da adoção de diferentes papéis sociais

Fábio Rafael Augusto - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

No âmbito de uma investigação que se desenvolve em torno de três iniciativas de apoio alimentar a atuar no contexto nacional (Re-food, Cantina Social e Mercearia Social) e dos seus principais atores (responsáveis, voluntários e beneficiários), procura-se explorar alguns exemplos empíricos que espelham processos de interseção de diferentes papéis sociais, onde o estatuto de beneficiário e voluntário podem servir para caracterizar um mesmo indivíduo. Os casos práticos que demonstram a articulação deste duplo papel emergiram no contexto de uma pesquisa de carácter eminentemente qualitativo assente, essencialmente, em duas fases distintas mas relacionadas entre si. Uma primeira fase de imersão etnográfica, por intermédio de observação participante, nas três iniciativas durante, aproximadamente, três meses (em cada uma). Posteriormente, uma segunda fase de realização de trinta e nove entrevistas semiestruturadas aos principais intervenientes das iniciativas previamente identificados. Ainda que a combinação beneficiário/voluntário esteja presente nas três iniciativas analisadas, os moldes em que ela se desenvolve não segue o mesmo padrão nos diferentes contextos explorados. Neste sentido, a presente comunicação irá incidir sobre questões como: O que conduz um beneficiário a tornar-se também voluntário na iniciativa que lhe presta assistência? Como se gere este duplo papel? Que valor/importância os detentores deste duplo papel atribuem ao mesmo? Quais as mais valias e fragilidades associadas a este duplo estatuto? Como é que as iniciativas gerem estes indivíduos? Como é que os restantes membros das iniciativas veem estes indivíduos? A existência de processos de articulação de papéis distintos pode inscrever-se num conjunto de transformações que o campo do voluntariado tem vindo a enfrentar, onde se destaca o “duplo sentido da ação” da prática em causa enunciado por Serapioni, Ferreira e Lima (2013). Neste processo, os beneficiários tornam-se agentes ativos do voluntariado, onde mais do que “meros” recetores de assistência eles passam a participar na promoção de ações de voluntariado. Também a teoria da dádiva de Marcel Mauss (1988[1950]) pode contribuir para um maior entendimento da adoção do duplo papel em causa, sendo que o princípio da reciprocidade e, portanto, a necessidade de retribuir, se pode expressar através do compromisso assumido por certos beneficiários, o de se tornarem também voluntários.

Palavras chave: iniciativas de apoio alimentar, voluntários, beneficiários, papéis sociais

XI-APS-76878 -O Nascimento como terreno de ativismo em Portugal e na Europa: paradigmas, atores e modos de ação.

Dulce Morgado Neves - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL

Comunicação Oral

Esta comunicação resulta de uma pesquisa em curso sobre a componente de cidadania e ativismo em torno da assistência materna e dos processos de nascimento, a qual procura compreender em que medida estas formas de organização da sociedade civil têm contribuído para a construção de uma alternativa aos paradigmas médicos e culturais dominantes na Europa. Num contexto, como o de Portugal e de outras realidades europeias, dominado por um modelo de nascimento fortemente institucionalizado e medicalizado, novas perspetivas vão ganhando visibilidade, chamando a atenção para as insuficiências das avaliações dos cuidados de saúde baseadas apenas em indicadores objetivos e na prevalência de intervenções médicas. Naturalmente que tais críticas não são alheias ao movimento pela humanização do nascimento que, com particular visibilidade nas últimas décadas, faz a apologia do chamado “parto natural”, ao mesmo tempo que procura centrar a discussão da assistência ao nascimento nas escolhas das mulheres, no respeito da sua integridade e na promoção de um conhecimento baseado em evidência científica (Akrich et al., 2014, Teijlingen et al., 2017). Com base numa revisão de literatura, em análise documental e nos resultados preliminares da pesquisa de campo, esta apresentação pretende dar a conhecer a historiografia dos movimentos pela humanização do parto em diferentes países europeus, as suas formas de atuação e também as relações que estas organizações estabelecem com outras entidades, nomeadamente, com organizações do movimento feminista, associações profissionais, organizações partidárias ou órgãos do poder político. Privilegiando a análise do caso português, vamos perceber o que o aproxima e distingue das experiências de ativismo de outros países como Espanha, Holanda, Suécia e Polónia, chamando a atenção para as especificidades de cada modelo de assistência em saúde materna, para o alcance diferenciado das formas de mobilização da sociedade civil e ainda para a capacidade de fomentar mudanças nas instituições de saúde e influenciar decisores políticos.

Palavras chave: Ativismo pelo nascimento; Saúde materna; Portugal; Europa

XI-APS-82707 -Articulação colaborativa e a expansão das liberdades: Desenvolvimento social no contexto da Agenda 2030.

Thaysa Sonale Almeida Silva - Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

As discussões sobre desenvolvimento são repletas de pontos de vistas e convicções políticas e ideológicas diferentes. Para Amartya Sen, cuja teoria é inspiradora dos Relatórios de Desenvolvimento Humano Global e da Agenda 2030, o desenvolvimento vai além da análise da renda, referindo-se também à qualidade de vida, oportunidades e liberdades que os indivíduos desfrutam. Dessa forma, a perspectiva do “desenvolvimento como liberdade” de Sen pauta-se no compromisso com o processo de expansão das liberdades. Ainda, seguindo a linha “Seniana”, a Agenda 2030 tem como lema “Transformar o mundo sem deixar ninguém pra trás”, e inclui dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), concentradas em cinco principais áreas: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Terceiro Setor, que tem ganhado cada vez mais protagonismo no âmbito do enfraquecimento do estado-providência, através da execução de projetos que investem esforços na intervenção em desafios sociais, como, por exemplo, a mitigação de desigualdades sociais, a partir de parcerias com entidades públicas e privadas. Destarte, abre-se uma janela de discussão que alia o desenvolvimento social e sua concepção a partir da “condição de agente” à relevância do terceiro setor como articulador de causas alinhadas entre os diferentes setores, com a prerrogativa de que é possível unir de forma eficaz, empreendedorismo e projetos sociais, conciliando interesses e métodos de gestão. Para além disso, importa entender qual a influência dessa conjectura em termos práticos de desenvolvimento social. Retomando a contextualização apresentada, o trabalho sugere uma discussão em torno de como a articulação colaborativa entre entidades públicas e privadas vem se estabelecendo como uma estratégia de desenvolvimento em projetos que conciliam especialmente três dos ODS da Agenda 2030 – ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) –, fomentando a capacidade de agente dos indivíduos a partir de iniciativas que promovam ações educativas e de inclusão social à indivíduos de baixa renda.

Palavras chave: Desenvolvimento Social, Empreendedorismo Social, Terceiro Setor

XI-APS-84043 -O Poder Transformador das Organizações Culturais dos Anjos sob Austeridade

Raquel Rego - ICS-ULisboa

Vera Borges - CIES/ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Diversas organizações culturais sem fins lucrativos abriram espaços públicos durante a crise financeira em Lisboa, com particular concentração no bairro dos Anjos. Estas organizações promovem diferentes atividades, que vão desde debates, exposições, danças tradicionais, cinema ativista até bares. Esta comunicação pretende dar conta do estudo realizado pelas autoras em 2019 e que mostra o papel transformador que estas organizações desempenharam para indivíduos, bairro e cidade. Embora enfrentando desafios relacionados com a sua sustentabilidade, uma vez que não são financiadas por entidades públicas, estas organizações parecem ter reinventado a missão das sociedades recreativas centenárias, na medida em que promovem também atividades de convívio e transdisciplinares, inseridas na vida de bairro. Com base em análise documental e entrevistas com diferentes atores, mapeamos este bairro vibrante e mostramos que estas organizações híbridas representam o que a democracia cultural pode ser hoje, sendo ainda exemplo de resiliência face aos desafios contextuais.

Palavras chave: Organizações culturais, democracia cultural, espaços alternativos, austeridade

XI-APS-86630 -**Moedas Locais: reflexões sobre três casos em Portugal**

Sandra Lima Coelho - Católica Porto Business School / Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

Podemos definir o conceito de moeda local como uma moeda que funciona como alternativa, ou de forma complementar, à moeda oficial. As moedas locais revestem-se de múltiplas características que as distinguem da moeda oficial. Entre elas, destacamos o seu propósito de fortalecer as economias locais, o (r)estabelecimento de laços comunitários, de solidariedade e de relações de confiança dentro de uma comunidade. Não obstante, o traço mais distintivo e a característica que é comum a estas moedas é o seu alcance e âmbito onde actuam: o local. Esta particularidade retira validade a estas moedas no exterior das localidades onde circulam. Todos os restantes atributos que adquirem são voláteis, alterando-se segundo as circunstâncias e propósitos que justificaram a sua criação. Apoiando-nos num aparelho metodológico qualitativo, nesta apresentação abordamos, teoricamente, os múltiplos contextos propícios ao surgimento das moedas locais e reflectimos sobre como é que estas moedas podem convergir, enquanto solução, ou contribuir para a solução de problemas originados pela expansão da racionalidade económica e dos valores que lhes estão associados, com base na análise de três casos de

moeda local em Portugal: o Lixo, o Tear e o Santo António.

Palavras chave: moedas locais; economias locais; comunidade

XI-APS-87721 -Non-Governmental Organisations and Innovation for Development: following the trends or a path towards greater global justice? A survey proposal

Ana Luisa Silva - Centro de Estudos sobre Africa e Desenvolvimento, ISEG - ULisboa

Comunicação Oral

With roots in 1960s/70s international solidarity movements, Non-Governmental Organisations (NGOs) are today an established actor in international development cooperation. As such, and like other traditional development actors, they are currently facing an identity crisis, in the context of the sector's systemic transformation. On the one hand, NGOs face challenges of legitimacy, accountability, and dependence on government funding. On the other hand, the more recent rise of a private sector agenda supported by many large bilateral donors, as well as the closing of civic space in many countries, further contribute to the urgency of rethinking NGO identities, roles, and strategies. Simultaneously, innovation has over the past twenty years re-surfaced as a key development topic, becoming an established narrative driven by bilateral donors, UN agencies, big philanthropy organisations, and private sector companies. In this context, a better picture of learning and innovation culture in development NGOs can help us understand how NGOs across different geographies are a) reinventing themselves and b) if/how the innovation narrative in development discourse is (or not) having an impact in their thinking and practice. The data currently produced by NGOs does not allow us to conduct a thorough analysis of the problematic: innovation suffers a widespread tendency to be seen in a positive and acritical light. For NGOs, this leads to the word innovation being frequently used for marketing, fundraising, and communication purposes, at the expense of a reflection on how to innovate and why. Innovation surveys are the most useful tool to measure innovation culture and capabilities, but their use in the social sector has been very limited. I have therefore developed a survey, to be administered online to staff of development NGOs across different geographies. In the process of developing the survey questionnaire, the literature review has highlighted the importance of avoiding a normative and subjective assessment of innovation outputs. In addition, since innovation is intrinsically linked to learning, I chose to focus the questions on both learning and innovation: perception, culture, capabilities, and barriers. This will allow for an in-depth analysis of NGO capacity to provide alternative thinking on development, the impact of the innovation narrative in practice, and the potential of inclusive innovation perspectives to contribute to solidarity and social justice. In addition to presenting the results of the literature review and describing the questionnaire development process, this paper will present the final set of questions, the final sample

choice, and if possible, a summary of initial data analysis.

Palavras chave: inclusive innovation, NGOs, survey research, global justice

Sociologia da Educação

XI-APS-11997 -Trajetos de sucesso escolar improvável de jovens diplomados dos Cursos Profissionais e dos Cursos de Aprendizagem a frequentar o ensino superior: uma abordagem teórico-concetual e metodológica

Júlia Rodrigues - CIED - Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho

Fátima Antunes - CIED - Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho

Comunicação Oral

A presente comunicação decorre da investigação que está a ser realizada no âmbito do meu doutoramento em Ciências da Educação - Sociologia da Educação e Política Educativa. Nesta investigação pretendemos compreender as dimensões, processos e fatores que contribuem para a realização de trajetos de sucesso académico de jovens das classes populares, em particular os diplomados de cursos profissionais e de aprendizagem, e que se encontram atualmente no ensino superior, bem como traçar alguns perfis que caracterizem estes trajetos. A escolha do objeto de estudo está relacionada com o propósito de contribuir para a compreensão das desigualdades sociais face à escola. Pretendemos fazê-lo através das perspetivas dos jovens analisando os seus percursos biográficos à luz do dispositivo metodológico retratos sociológicos (Lahire, 2004). Consideramos que esta abordagem é a que melhor responde ao objeto de estudo pela conceção complexa da singularidade do indivíduo; pelo valor heurístico do conceito de ator plural; pelo papel atribuído à agência dos indivíduos e à interligação entre estrutura e agência na leitura do social. Consideramos, por isso, que os retratos sociológicos podem constituir-se como uma forma relevante e inovadora de aprofundar o conhecimento sobre o tema. Nesta comunicação pretendemos abordar as opções e percurso metodológico da investigação, bem como o referencial teórico que a sustenta e que incide nas relações entre escola, classes sociais, desigualdade educativas, trajetos educativos improváveis e tem como principais âncoras a Teorias da Reprodução Social de Bourdieu; a “sociologia à escala individual” de Lahire; e o conceito de “relação com o saber” de Charlot. Em síntese, defendemos que um modelo de análise que integre estes contributos, além de estudos já realizados, a nível nacional e internacional, sobre trajetos escolares improváveis (Lahire, 1997; Viana, 1998, 2005, 2011; Zago, 2000; 2006; Costa & Lopes, 2008; Teixeira, 2010; Bergier & Xypas, 2013; Roldão, 2015; Justino, 2018) será aquele que apresentará maior valor heurístico para a produção de conhecimento sobre o objeto de estudo. Estes estudos permitem identificar dimensões, processos e fatores que contribuem para compreender os trajetos de sucesso académico de jovens das classes populares. No contexto desta investigação, esperamos encontrar outras dimensões e/ou combinações de dimensões, processos e fatores, bem como algumas singularidades tendo em conta os sujeitos da investigação.

Palavras chave: escola, classes populares, desigualdades sociais e educativas, trajetos escolares Improváveis, pluralidade disposicional, retratos sociológicos

XI-APS-16096 -Os discursos e as práticas dos diretores, coordenadores e alunos das escolas portuguesas no âmbito da participação no inquérito internacional PISA

Vítor Rosa - CeIED (Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento)/ULHT

Teresa Teixeira Lopo - CeIED (Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento)/ULHT

Comunicação Oral

O Programme for International Student Assessment (PISA) foi criado nos fins dos anos 1990 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). A pretensão deste projeto não foi criar mais um exercício de análise, mas ajudar os responsáveis a focalizarem-se sobre os professores, os estabelecimentos de ensino e os países. Este inquérito, apesar das suas reconhecidas limitações, tornou-se uma referência mundial no domínio da avaliação da qualidade, da equidade e da eficiência dos sistemas de educação. Ao identificar as características dos sistemas de educação mais eficazes, o inquérito PISA pretende permitir aos governos e aos profissionais da educação inspirarem-se em políticas eficientes, que podem depois adaptar ao seu contexto local. Este inquérito internacional procura avaliar, a cada três anos, em que medida o/ os alunos (de 15 anos de idade) que se aproximam do final da sua escolaridade obrigatória possuem certos conhecimentos e competências essenciais para participar nas sociedades. Ele concentra-se, tradicionalmente, sobre matérias-chave: a literacia de leitura, a literacia matemática e a literacia científica. Mais recentemente incide também sobre a resolução colaborativa de problemas e a literacia financeira. Esta comunicação tem por objetivo analisar os discursos e as práticas de diretores e coordenadores de escolas portuguesas, onde o PISA foi realizado, assim como de alunos que participaram no teste. Analisou-se o conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas, com o auxílio do software Maxqda. Os resultados, ainda que exploratórios, sugerem o pouco envolvimento das escolas no PISA, a reduzida divulgação e reflexão internas, e que a realização do teste não introduziu alterações no projeto educativo e nas práticas docentes. Os alunos, por seu turno, sentiram-se motivados para a realização do teste, e não se constatou a existência de treino específico associado à sua participação no Programa.

Palavras chave: PISA, Análise de Conteúdo, Discursos, Práticas

XI-APS-19633 -O papel dos sociólogos na definição de políticas educativas municipais: uma reflexão crítica

João Sebastião - CIES - ISCTE-IUL

Eva Gonçalves - CIES - ISCTE - IUL
Ana Rita Capucha - CIES - ISCTE-IUL
Joana Campos - ESELx / CIES - ISCTE-IUL
Sónia Pintassilgo - CIES - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

A crescente intervenção das câmaras municipais nos processos educativos formais expressa-se, entre outras dimensões, pela sua maior responsabilidade no planeamento estratégico das opções de desenvolvimento educativo locais. As Cartas Educativas Municipais e os respetivos Planos Educativos Estratégicos são um exemplo desses processos, claramente incrementado após mudanças na legislação que os transformaram de um instrumento meramente centrado na prospeção das necessidades da rede escolar face às projeções demográficas, em mecanismos políticos com profundas consequências sobre a igualdade de oportunidades educativas e a coesão social no diferentes territórios. A elaboração das Cartas Educativas Municipais, num quadro de crescente complexificação da sociedade portuguesa, fez aumentar as solicitações a especialistas detentores de conhecimento técnico e científico na área do planeamento e avaliação de políticas públicas, entre os quais os sociólogos da educação. A participação da sociologia da educação em Portugal tem sido particularmente evidente, colocando a necessidade do questionamento das relações (de poder e legitimidade) entre poder político e ciência, pelo que importa refletir sobre a participação pública dos sociólogos e as formas de utilização do conhecimento científico. Utilizando como ponto de partida a participação na elaboração de diversas Cartas Educativas Municipais, esta comunicação tem como objetivo realizar uma reflexão sobre o papel dos sociólogos na elaboração das Cartas Educativas, nomeadamente na: 1) potenciação de uma reflexão crítica baseada em conhecimento científico centrada na importância da inclusão e equidade escolar; 2) promoção do debate acerca do contributo da educação para a coesão social dos territórios; 3) mediação entre atores que, embora pertencendo a um mesmo sistema, possuem interesses e plataformas de comunicação muitas vezes conflituais.

Palavras chave: Políticas educativas, Medidas locais, Cartas Educativas, Equidade

XI-APS-21884 -O Projeto Educativo do Corpo Nacional de Escutas: Dispositivo singular de educação não formal e de socialização juvenil.

Luís Manuel Nicodemus Mota - Universidade de Évora - CICS

Comunicação Oral

Luís M. N. Mota Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de Ciências
Socialisct1abs@hotmail.com Esta comunicação insere-se num projeto mais vasto de tese de doutoramento sobre as especificidades do Projeto Educativo do Corpo Nacional de Escutas, enquanto dispositivo de educação não formal e de socialização religiosa juvenil. Pretende-se interpretar sociologicamente o seu surgimento bem como as transformações nele operadas ao longo do tempo e as conceções de infância e de juventude que o mesmo foi desenvolvendo. Procura-se também compreender os sentidos da autonomia e da responsabilidade infantil e juvenil que são valorizados nas várias ações e atividades dinamizadas durante a implementação no terreno do referido projeto educativo. Para a presente comunicação queremos apresentar dois dos grandes objetivos que foram definidos no início do trabalho, a saber: 1 - Caracterizar o projeto educativo do CNE como dispositivo de educação não formal e de socialização juvenil; 2 - Analisar o modo como o projeto educativo do CNE sofreu transformações ao longo do tempo e de que modo essas transformações se coadunam com as mudanças juvenis nas sociedades contemporâneas. A investigação baseia-se na conjugação de várias técnicas de pesquisa maioritariamente qualitativas: análise documental de vários documentos existentes – livros, literatura avulsa, arquivos e museu do CNE; entrevistas exploratórias aos dirigentes responsáveis pela aplicação e avaliação do projeto educativo; e sempre que possível efetuar observação direta das diferentes atividades onde o referido projeto é aplicado e desenvolvido. Procuraremos entender como se constrói a pertença e como os jovens conciliam a “identidade escutista” com outras dinâmicas de socialização e de sociabilidade juvenil. Palavras-chave: Educações Formal / Não Formal / Informal, Religião, Socialização juvenil, Escutismo.

Palavras chave: Educações Formal / Não Formal / Informal, Religião, Socialização juvenil, Escutismo.

XI-APS-23729 -Compor identidades, comunalidades e diferenças numa educação para os afetos com afetos

José Manuel Resende - CICS.NOVA

David Beirante - CICS.NOVA

Luís Gouveia - CICS.NOVA

Comunicação Oral

A expansão da educação sexual em meio escolar ao domínio dos afetos cumpre hoje o desígnio de a tornar mais próxima das inquietações dos adolescentes e jovens escolares. A sexualidade, enquanto expressão dos afetos, é agora concretizada na sua aceção holística, uma vez que toca substantivamente o corpo na sua integralidade, da parte física às emoções expressas pelos sentidos. Uma pedagogia que combina elementos da sexualidade juvenil com a educação para os afetos, permite que assistamos, no âmbito da educação sexual, a um deslocamento de uma lógica bio sanitária para uma outra de pendor biopsicossocial,

trazendo questões renovadas de natureza mais íntima e, por tal, mais delicada e turbulenta. Esta comunicação atende a esse deslocamento, já que da mencionada mudança de azimute fluem dinâmicas renovadas de escolarização da sexualidade que demandam exercícios de atos necessários à sua concretização mais complexos e que se mostram passíveis de criar constrangimentos ao trabalho e à relação pedagógica. É perante este cenário inquietante e inquietado, que os exercícios qualificantes para a sexualidade e para os afetos se concretizam em formas e conteúdos extremamente variáveis, quer do ponto de vista da sua natureza ontológica, quer do ponto de vista relacional. Com efeito, uma das dificuldades que os educadores habitualmente expressam é a de encontrar a melhor combinação entre gramáticas de proximidade e outras gramáticas de viés público na confeção de atos pedagógicos com o intuito de aproximar o lado emocional ao lado racional, atendendo à forma como os conceitos de público e privado estão a ser sustentados, transgredidos ou ativamente transformados em prol de uma pedagogia dos afetos. Ou seja, por um lado pretendemos revelar a ambivalência que os afetos trazem à prática educativa justamente pelo facto de aludirem a algo que sendo do foro pessoal solicita uma intervenção pública a partir da escola. Por outro lado, procuramos demonstrar como os atores, educadores e educandos, procuram estabilizar situações-problema, tendo por base a pedagogia da afetividade a fim de alcançarem um entendimento comum sobre estas matérias. A etnografia que conduzimos nesta pesquisa centra-se na observação direta de sessões dedicadas à educação sexual escolar, onde educadores e educandos são protagonistas da política na prática quando instigados a compor identidades e comunalidades em copresença, contando ainda com formas que usam para divergir. Esta opção metodológica surge ancorada a uma teorização das tensões, conflitos e dilemas que possui importantes pontos de conexão com o programa de pesquisa levado a cabo pela sociologia pragmática francesa, aqui articulada com a sociologia das convenções, provendo, em conjunto, uma tipologia empírica coerente da lógica de coordenação coletiva concebida segundo a ênfase dos afetos, segundo a qual cada protagonista pode afirmar o seu poder de afetar e de ser afetado.

Palavras chave: Afetos; Educação sexual; identidades; comunalidades

XI-APS-23766 -Dinâmicas de poder e de dominação: notas para reflectir o fenómeno da praxe

Inês Maia - FLUP/IS-UP

Comunicação Oral

A praxe é hoje um fenómeno central no quadro das dinâmicas de sociabilidade dos estudantes do Ensino Superior em Portugal. Coloca-se como objecto de análise pertinente pelo interesse sociológico que encerra enquanto contexto de activação, favorecimento, criação e inibição de disposições e competências. A partir da articulação de propostas

conceptuais diversas e de pistas de interpretação potenciadas pelo trabalho de campo que nos encontramos a desenvolver, no quadro do estudo aprofundado deste fenómeno em contexto universitário portuense, propomos uma discussão acerca das manifestações do poder em praxe. Antes de mais, para compreendermos o modo como o poder se manifesta em praxe, estrutura as relações entre os indivíduos e se traduz em relações de dominação, problematizamos as seguintes dimensões do fenómeno: i) o discurso em torno da sua suposta tradição; ii) o sistema de normalização em que vive; iii) o vazio social do qual parece tirar proveito; iv) a argumentação que aponta para o seu cariz voluntário; v) as noções de união, igualdade e respeito em que se ancora; vi) o seu carácter excepcional; vii) a crença de que se trata de uma encenação. Discutimos estas dimensões do fenómeno, com o objectivo de problematizar as relações de dominação em que este assenta, os argumentos que suportam a legitimação dessas e os processos que conduzem à sua reprodução. Compreender como se produzem, reproduzem e refazem estas relações de dominação no seio da praxe é, deste modo, o nosso principal ângulo de análise. Interessa perceber em que dinâmicas assenta a interacção entre estes indivíduos – como se domina e como se aceita o lugar de dominado – e como se institui uma ordem, que se inscreve nas coisas, nos indivíduos e nos seus corpos. Discutimos, então, as categorias de percepção que estes estudantes constroem e as estratégias simbólicas que mobilizam para as impor sobre outros. Concluimos discutindo acerca do espaço para a mudança. A transformação destas relações de dominação implicará uma ruptura profunda com as condições sociais de produção das disposições que conduzem os indivíduos dominados a olhar para si próprios e para os dominantes a partir das categorias de percepção que estes últimos constroem e das quais beneficiam. Creemos na pertinência deste debate dado que estas relações de dominação, para serem destruídas, precisam, antes de mais, de ser reconhecidas e discutidas como tal.

Palavras chave: Praxe; Poder; Dominação; Violência simbólica

XI-APS-26951 -Os adultos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal: trajetórias, contextos e a relação com a aprendizagem ao longo da vida.

Vanessa Carvalho da Silva - Iscte, CIES-IUL

Comunicação Oral

A proposta de comunicação surge no âmbito de uma investigação atinente ao doutoramento em Sociologia, em fase de conclusão, que pretende contribuir para o alargamento do conhecimento sobre os indivíduos pouco escolarizados que, apesar das iniciativas implementadas no âmbito da educação e formação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida (ALV), têm permanecido fora da educação formal. Se os efeitos das dinâmicas da ALV, em múltiplas vertentes, têm sido amplamente reportados em estudos nacionais (Ávila, 2008; Alves, 2010) e internacionais (INE, 2011; IALS, 2000; PIAAC, 2013), pouco se sabe,

como alerta Field (2006), do ponto de vista sociológico, sobre a população que tem sido deixada para trás, num quadro de generalização da ALV. Esta comunicação visa a apresentação dos primeiros resultados da etapa qualitativa deste estudo, orientado por uma estratégia de métodos mistos. Dirigida especificamente aos adultos que “ficam de fora” da educação formal, mobilizaram-se contributos teóricos que permitiram conhecer os seus contextos, disposições e reflexividades sobre os processos de aprendizagem. Para isso, foram centrais os conceitos de habitus e de disposições de Bourdieu (data) e Lahire (data) e a abordagem conceptual e empírica em torno da reflexividade(s) de Archer (data) e Caetano (2016). A sua articulação, possibilitou a compreensão do impacto dos diferentes contextos na relação que estes adultos estabelecem com a aprendizagem, e na forma como se formam/processam e relacionam estas reflexividades. Norteadas pelo método biográfico, esta etapa compreendeu a realização de 20 entrevistas semiestruturadas e de longa duração. Para aceder ao campo, combinaram-se dois tipos de amostragem: intencional e bola de neve, e mobilizou-se a rede de contactos de um programa nacional do IIEP, Garantia Jovem. Estruturadas em torno das trajetórias (familiares, escolares, profissionais, formativas, lazer), da organização dos quotidianos, dos projetos e das reflexividades destes adultos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal, estas entrevistas possibilitaram apreender, sincronicamente e diacronicamente, as experiências passadas, as interpretações do presente e as suas projeções futuras. Incidindo nas problemáticas que potenciam a compreensão deste afastamento com a educação formal e nos motivos que, de acordo com as reflexividades destes indivíduos, foram justificando o não retorno a processos de educação formal, procurou-se, simultaneamente, compreender os efeitos percutíveis nesta relação de uma evolução exígua das políticas públicas de educação de adultos.

Palavras chave: adultos pouco escolarizados; aprendizagem ao longo da vida; trajetórias; abordagem biográfica;

XI-APS-28152 -A compreensão do abandono/evasão na educação superior: um estudo multidimensional

Janete dos Santos - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Leonor de Lima Torres - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Este trabalho tem como objetivo discutir a evasão/abandono no ensino superior, tendo como base o modo como esse fenómeno é compreendido no Brasil. A evasão na educação superior tem sido objeto de estudos nos últimos anos, nesse país, por conta das políticas de democratização do acesso promovidas pelo governo federal nas duas décadas passadas. Essa política envolveu a criação de novas instituições federais bem como a mudança na forma de acesso ao ensino superior com a instituição de um novo mecanismo de acesso, que teve no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) o protagonista da seleção para o ingresso

em instituições públicas, através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), e em instituições privadas por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni). Do ponto de vista teórico-conceitual, tomou-se como referencia os trabalhos de Santos (2017), Silva Filho (2007), Marchesi & Pérez (2004), Alacão (2004), Tinto (1993), dentre outros. A pesquisa, de natureza fundamentalmente qualitativa, enveredou pelo método de estudo de caso desenvolvido numa instituição do ensino superior. De entre a diversidade de dados compilados, esta comunicação mobiliza apenas as informações recolhidas a partir da análise documental dos relatórios de gestão e das informações do Sistema Acadêmico da instituição, a fim de buscar a compreensão conceitual da evasão. Tendo em consideração a forma como as instituições lidam com o fenómeno da evasão, identificaram-se três dimensões de estudo: a evasão semântica ou de significação, que toma o conceito em sua essência, destacando-se também por outros modos de entendimento como o abandono, o insucesso ou o fracasso; ii) a evasão cultural ou de representação, que adota o significado da palavra comumente aceite no espaço educacional em suas diferentes manifestações e contextos institucionais; iii) a evasão metodológica ou de indicadores, que se mantém na esfera dos resultados numéricos, na medida em que se processa por meio de fórmulas e cálculos que expressam apenas índices e percentuais de quem sai da instituição. Ao problematizar os limites de uma visão unidimensional da evasão, ancorada num olhar apenas focado na evasão metodológica ou de indicadores, as autoras exploram outras entradas compreensivas, mais próximas de uma abordagem multidimensional do fenómeno, que privilegia a articulação entre escalas e dimensões analíticas

Palavras chave: Evasão; Abandono; Educação Superior

XI-APS-30907 -Territorialização de medidas de política educativa e autonomia das escolas: uma relação recursiva. Pistas para debate.

Ana Rita Capucha - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

Temos vindo a assistir nas últimas décadas à emergência de um modelo administrativo de gestão e regulação do sistema educativo que visa a transferência de competências e de responsabilidades do Estado para as autarquias e entidades intermunicipais. Simultaneamente, identificamos a territorialização de medidas de política educativa aptas a responder a diferentes necessidades: (1) relacionadas com a heterogeneidade dos contextos e públicos escolares, e com o combate ao insucesso escolar; (2) relacionadas com a capacitação autónoma dos agentes escolares, em diferentes domínios da gestão e da organização escolar; (3) relacionadas com a promoção das redes de parceria e de trabalho colaborativo, entre escolas e diferentes agentes educativos locais (ex. as autarquias). Apesar do sucesso de algumas das políticas de territorialização educativa nas escolas – em particular aquelas que incidem no combate ao insucesso escolar -, é o próprio CNE a

advertir que a mais recente reorientação política na gestão educativa, tem vindo a ser concretizada com pouco envolvimento das escolas, marginalizando aquela que é a visão e a opinião, por exemplo, das lideranças escolares sobre a descentralização e transferência de responsabilidades para autoridades locais (CNE, 2019). Acresce que alguma da investigação académica tem apontado para algumas controvérsias: (1) o aumento do protagonismo das autarquias, a par do papel menos relevante das escolas na ação política (Azevedo, 2017); (2) um intenso processo normativo na consolidação da descentralização, a par de incipientes contextos de autonomia escolar (Barroso, 2004); (3) tendência para relevar o campo normativo e legislativo (centralizado) da ação da política pública em detrimento da sua dimensão social construída (Barroso, 2015). Neste sentido, pretende-se, a partir da problematização dos pontos acima sintetizados e da visão de diferentes líderes escolares: (1) perceber de que modo é que escolas envolvidas em políticas de territorialização educativa – escolas da rede TEIP e da rede PNPSE – têm recebido/entendido a descentralização de competências e de distribuição de responsabilidades; e, (2), discutir sobre quais as implicações da territorialização de políticas educativas na autonomia “construída” em contexto escolar, e vice-versa. Deste modo, apresentam-se algumas pistas de uma investigação de doutoramento em curso, centrada na realização de estudos de caso em escolas nacionais e no tema da autonomia das escolas; sugerindo-se que, apesar da predominância da “autonomia decretada” e do papel menos relevante das escolas no jogo político da descentralização, a implicação recursiva da autonomia dos agentes escolares, prevista no quadro da concretização das medidas previstas nos programas de territorialização educativos, tem favorecido a sustentabilidade de contextos de “autonomia construída”.

Palavras chave: políticas educativas, territorialização educativa, descentralização, autonomia das escolas

XI-APS-31336 -O papel de diretores e docentes na elaboração e implementação de uma estratégia educativa municipal: as suas perceções.

Eva Gonçalves - CIES - ISCTE-IUL

João Sebastião - CIES - ISCTE-IUL

Ana Rita Capucha - CIES - ISCTE-IUL

Joana Campos - ESELx / CIES - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Nas últimas décadas o sistema educativo português tem vindo a promover a deslocação de poderes e recursos para o poder local, seguindo um movimento mundial (OCDE, 2017). Apesar de se manter como um sistema centralizado, com o controlo ministerial de áreas estratégicas, como, por exemplo, a contratação de docentes, as mudanças na legislação mais recente tende à descentralização. A delegação de competências para os municípios implica,

então, a definição de uma estratégia educativa concelhia elaborada, operacionalizada e regulada pelas várias entidades locais. A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias (Lei nº 50/2018, de 16 de agosto), concretiza-se, em grande medida, na área da educação pelo Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, em que a elaboração da Carta Educativa se constitui como dispositivo central para a definição de uma estratégia educativa concelhia. Nesse enquadramento, os Diretores e Docentes adquirem suma importância pela responsabilidade que lhes é atribuída, por um lado, pela necessidade de cooperação com outros atores locais; por outro lado, enquanto agentes que garantem a operacionalização e execução das medidas definidas para os vários territórios/contextos escolares. Reveste-se, por isso, de particular relevância conhecer o seu pensamento acerca das suas conceções sobre o seu papel no processo de elaboração e implementação das estratégias concelhias, em concreto na do concelho em que exercem a sua atividade /ação profissional. Compreender em que medida estes atores se consideram implicados neste processo, assim como, as conceções que têm acerca do mesmo, são parte dos objetivos centrais dos procedimentos de auscultação desenvolvidos pela equipa de investigadores que têm colaborado na elaboração da Carta Educativa de um concelho da AML. No âmbito do desenvolvimento dos procedimentos de gestão e execução, para a recolha de informação, desenharam-se e aplicaram-se os instrumentos de auscultação aos atores locais (entrevistas semi-dirigidas aos diretores e um questionário ao universo dos docentes da rede pública). A análise da informação recolhida contribui para uma primeira aproximação às seguintes questões: Estes atores reconhecem as medidas/ações previstas/desenvolvidas pelo poder local em matéria educativa? Reconhecem-se como atores privilegiados para a implementação de ações de melhoria? Que papel se atribuem no processo, apenas executores ou capacitados para serem contribuintes/promotores de propostas? Identificam como podem contribuir para o benefício de todos os alunos e entidades do concelho? Os resultados preliminares revelam uma tendência para refletir sobre as realidades e necessidades da sua própria escola, em detrimento do concelho; e uma aparente dificuldade em atribuir a si próprios ações que possam melhorar o concelho, focando os seus discursos sobre como as outras entidades podem ajudar as escolas.

Palavras chave: Descentralização, Responsabilidades, Papéis, Docentes, Carta Educativa

XI-APS-31383 -A Universidade da Madeira e os desafios do ensino superior numa região ultraperiférica

Andreia Micaela Nascimento - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Diogo Freitas

Comunicação Oral

A existência de ensino universitário público na Região Autónoma da Madeira reforçou a ação do sistema educativo regional criando condições extraordinárias para a fixação de

milhares de jovens que foram formados na Academia. Decisiva para a qualificação dos recursos humanos e para o desenvolvimento do tecido empresarial local, a Universidade da Madeira (UMa) tem vindo a reforçar a sua oferta formativa e a tentar encontrar o seu espaço a nível global, incentivando a mobilidade internacional de estudantes. Contudo, a sua localização numa região insular e com o estatuto de ultraperifericidade coloca desafios específicos. Particularmente vulnerável às dinâmicas demográficas e às conjunturas socioeconómicas, o ensino superior nestas regiões enfrenta dificuldades na captação de estudantes e de recursos humanos qualificados, na angariação de financiamento para a investigação e para a ciência e na interação com o mundo económico, social e cultural locais. Apoiando-nos num inquérito por questionário aplicado aos estudantes colocados, no 1.º ano, na Universidade de Madeira, entre 2017 e 2019, procuramos monitorizar as tendências que vão ocorrendo e reflectir sobre os limites ao recrutamento, estrangimentos mas também potencialidades do ensino superior nestas regiões. A análise global dos dados evidencia algumas tendências persistentes: a exiguidade do corpo estudantil, a predominância do recrutamento estudantil na Região e uma atratividade oscilante junto dos que a colocam em 1.ª opção de preferência.

Palavras chave: Ensino Superior - Estudantes - Ultraperifericidade - Perfil

XI-APS-31570 -O Ensino Médio e os projetos de futuro dos jovens

Maria Madalena Gracioli - UNESP - Campus Franca/Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava

Comunicação Oral

Desde a última década do século XX, o Ensino médio no Brasil, tem sido fortemente impactado por políticas públicas, de natureza neoliberal e voltadas à formação de mão de obra para atender às necessidades da sociedade capitalista, submetendo, assim, a educação aos interesses do capital, como evidencia a atual reforma instituída pela Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, realizada de forma autoritária num momento de grande inquietação política no país. Ela promoveu uma profunda alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, reduzindo e flexibilizando o currículo, o que resultou em retrocesso, ao implementar um projeto para a educação de nível médio marcado pelo empobrecimento dos conteúdos disciplinares e pela insuficiência de práticas formativas. Nesse contexto, o ensino médio foi e continua sendo um terreno de disputa; de um lado temos os interesses das políticas neoliberais, e de outro, as reivindicações de parte da sociedade brasileira que luta por uma educação de qualidade voltada para a formação integral dos jovens, como cidadãos dotados de plenos direitos. O presente trabalho é resultado de uma investigação realizada com jovens estudantes do ensino médio de três escolas públicas da cidade de Franca, SP, realizada na primeira semana do mês de março de 2020, que teve como objetivos conhecer os projetos de futuro dos jovens estudantes, e analisar em que medida o ensino

médio contribui para que os jovens possam elaborar com segurança tais projetos de futuro. Foram aplicados 30 questionários em cada escola, sendo respondidos por 10 alunos de cada ano do ensino médio, totalizando 90 questionários. No Brasil o ensino médio que é considerado pela Lei 9.394/96 parte integrante da Educação Básica e corresponde à etapa final desta, deveria ser para todos, ou para a maioria dos jovens, uma ponte de acesso ao ensino superior. Nessa etapa da educação básica os jovens precisariam estar aptos para formular seus projetos de futuro, adquirir autonomia pessoal e liberdade de escolha; no entanto, os resultados preliminares desta investigação apontam que muitos jovens esquivam-se de pensar no futuro e possuem projetos e expectativas pouco pretenciosas; alguns alimentam expectativas de ingresso no ensino superior, mas desconhecem os caminhos de acesso a uma universidade pública ou instituições privadas, reclamam da falta de orientação e informações sobre cursos superiores e demonstram ter medo do futuro, embora dispostos a enfrentar os obstáculos. Somente uma análise mais aprofundada poderá revelar em que medida os conhecimentos apropriados no ensino médio constituem, ou não, um pilar de efetiva sustentação para os projetos de futuro dos jovens pesquisados e para a sua emancipação enquanto sujeitos individuais e coletivos.

Palavras chave: educação, escola pública, juventude, reforma do ensino

XI-APS-32358 -Ritual de passagem (Praxe Académica): assédio moral numa Universidade Portuguesa

Ana Paula Braga Garcez - FCSH/UBI (Universidade Beira Interior)

Catarina Sales Oliveira - FCSH/UBI (Universidade Beira Interior) e CIES-I

Comunicação Oral

A praxe académica é um fenómeno social mundialmente conhecido, porém recebe nomenclaturas diferentes em diversos países, por exemplo: trote académico no Brasil, novatadas na Espanha, bizutage na França, hazing nos países anglo-saxónicos e praxe académica em Portugal (Lopes & Sebastião, 2017). A essência da Praxe Académica é ser um ritual de passagem para o ensino superior, ritual este planeado/executado pelos alunos mais antigos da universidade, com o objetivo de integrar os novos alunos (Johnson, 2011; Dias & Sá, 2014; Oliveira, Villas-Boas, & Heras, 2016), ou seja, é qualquer atividade necessária para iniciação ou permanência num grupo (Campo, Poulos, e Sipple 2005). Lopes & Sebastião (2017) investigaram a perceção do fenómeno da praxe académica no contexto Português, e demonstraram que a praxe representa, no imaginário dos estudantes, a sua futura entrada no mercado de trabalho, fundamentados na ideia de que todos os estudantes do ensino superior serão confrontados com hierarquia do mundo laboral, em que há patrões e trabalhadores, chefes e subordinados. Quem chega a um novo local de trabalho, deve respeitar o superior e a sua autoridade, sendo assim, a hierarquia deve ser escalada através do esforço, dedicação e lealdade à empresa. Considerando este contexto, optou-se por

explorar as semelhanças entre a relação de poder estabelecida na praxe e o contexto laboral, pelo que utilizámos o questionário Leymann Inventory of Psychological Terror (LIPT) de Leymann (1990). Este instrumento foi construído a partir da identificação clínica e epidemiológica de 45 condutas características do processo de assédio moral no trabalho. A população a estudar foi constituída pelos estudantes do primeiro ano (primeira inscrição) do ensino superior a frequentar os cursos oferecidos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), da universidade Beira Interior (UBI), no ano letivo 2018-2019 (331 estudantes). Os resultados são semelhantes aos encontrados por Oliveira, Villas-Boas, & Heras, 2016, onde a perceção subjetiva que os e as estudantes têm sobre a praxe está fortemente influenciada pelo facto de esta ser um ritual, isto é, as práticas de assédio moral são aceites porque fazem parte do ritual de integração na vida académica. Contudo, destaca-se que nem todos os novos alunos participaram da Praxe, situação que indica somente participaram da Praxe alunos (57% dos inquiridos) que a entendem como um ritual positivo.

Palavras chave: assédio moral, praxe académica (hazing), universidade

XI-APS-36876 -O impacto do ethos cosmopolita nas biografias de jovens diplomados de colégios internacionais na região de Lisboa

Anne Schippling - CIES-IUL, Iscte

Comunicação Oral

Na educação das elites em Portugal, o ethos cosmopolita e a referência ao internacional têm tido historicamente uma dimensão central. Louçã, Lopes e Costa (2014: 246) constataam uma “criação de uma propensão ao cosmopolitismo” (ver também Vieira, 2003; Schippling, Abrantes, & Lopes, 2020). O campo educativo dos colégios internacionais, sobretudo concentrados na região de Lisboa, desempenha um papel fundamental na educação internacional. Esse campo tem crescido e tem-se diversificado consideravelmente durante as últimas décadas, nomeadamente sob a regulação crescente por organizações educativas transnacionais como o International Baccalaureate®. A contribuição proposta visa uma reflexão sobre o impacto do ethos cosmopolita, que se manifesta na representação institucional desses colégios, nas biografias de antigos alunos desses colégios internacionais após a sua transição para o ensino superior ou outras vias. Prevê-se uma apresentação de primeiros resultados de um estudo sobre biografias educativas de jovens diplomados de colégios internacionais (1), que se baseia num design qualitativo e reconstrutivo para análise de biografias (Nohl, 2017). Num primeiro passo, será analisado como o ethos cosmopolita se manifesta na representação institucional desses colégios (análise de sítios web e entrevistas semi-dirigidas com diretores de escola) para, num segundo passo, explorar como esse ethos se reflete nas biografias desses jovens. Em conclusão, essa contribuição não só responde a um défice da investigação sobre a educação das elites em

Portugal e das formas e mecanismos da sua reprodução social, como também propõe uma ligação inovadora das dimensões meso (colégios internacionais) e micro (biografias educativas dos seus alunos). (1)Essa contribuição baseia-se na segunda fase de um projeto de pós-doutoramento intitulado “A internacionalização da educação das elites em Portugal. Um estudo qualitativo sobre colégios internacionais na Grande Lisboa” (CIES-IUL, Iscte; Martin-Luther-Universität Halle-Wittenberg) (financiado pela FCT). Bibliografia: Louçã, F., Lopes, J. T., & Costa, J. (2014). Os burgueses. Lisboa: Bertrand Editora. Nohl, A.-M. (2017). Interview und Dokumentarische Methode – Anleitungen für die Forschungspraxis. Wiesbaden: Springer VS. Schippling, A., Abrantes, P., & Lopes, J. T. (2020). Educação de elites e a dimensão da internacionalização em Portugal. Sociologia, Problemas e Práticas, 94, 119-137. Vieira, M. M. (2003). Educar Herdeiros - Práticas Educativas da Classe Dominante Lisboa nas Últimas Décadas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Palavras chave: biografias educativas, escolas internacionais, ethos cosmopolita, Lisboa

XI-APS-37555 -Representações e práticas institucionais sobre insucesso e abandono académicos: problematização de alguns resultados do Inquérito nacional de 2018
Rui Banha - DGEEC

Comunicação Oral

A questão do abandono académico tem suscitado uma crescente preocupação no campo da educação e formação, tanto no plano nacional quanto internacional, com tradução em políticas, normativos, recomendações, programas, projetos e ações por parte dos poderes públicos, das instituições de ensino superior e do movimento associativo estudantil, entre outras partes interessadas. Concomitantemente, no campo da investigação o problema tem sido aprofundado e os resultados desse melhor conhecimento têm sido partilhados e incorporados nas medidas implementadas para a sua prevenção/redução. Pese todas as iniciativas positivas em curso, em Portugal não existe uma visão global sobre o abandono académico, nem foi ainda efetuada uma caracterização aprofundada sobre o mesmo, ao arripio das recomendações produzidas pela Assembleia da República sobre o tema (em 2013 e 2017). Recentemente pela DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência foi assumido um processo de monitorização do sucesso dos alunos nas instituições de ensino superior, que incluiu, entre outros projetos, a aplicação e a análise de um inquérito por questionário ao universo das instituições públicas sobre o tema. Os resultados decorrentes desta abordagem possibilitaram uma visão sistémica do problema - para uma intervenção pública estratégica, e um quadro de transparência, de prestação de contas, de interconhecimento e de aferição de práticas, ao nível das instituições de ensino superior – e também a identificação de algumas (novas) questões ou perplexidades cujo aprofundamento aconselha a uma problematização sociológica.

Palavras chave: Abandono académico; sucesso e insucesso académicos; análise institucional (instituições e unidades orgânicas); instituições de ensino superior públicas (IESP); práticas e representações dos responsáveis de IESP sobre o tema

XI-APS-39089 -Diversificação e segmentação sociocultural: o caso dos descendentes de imigrantes no ensino básico

Adriana Albuquerque - CIES_Iscte

Teresa Seabra - CIES_Iscte

Comunicação Oral

Em Portugal, os processos simultâneos de diversificação e estratificação sociocultural do sistema educativo têm vindo a ser objeto progressivo de interesse na sociologia. No sentido da diversificação encontramos, nomeadamente, a expansão do acesso – e do sucesso – de grupos sociais historicamente afastados da escola a patamares de nível secundário e superior. Por outro lado, investigações recentes têm ressaltado o encaminhamento desproporcional dos alunos afrodescendentes e de classes populares para vias de ensino profissionalizantes (*within-school stratification*), bem como o possível aumento da estratificação dos meios sociais de recrutamento das escolas, conduzindo à homogeneização dos estabelecimentos e à polarização das redes escolares locais (*between-school stratification*). Estas tendências sinalizam uma intensificação das desigualdades de oportunidades educativa em Portugal, na medida em que potenciam a exclusão relativa dos grupos sociais cujos resultados se têm revelado mais sensíveis aos ambientes escolares: os alunos inseridos em contextos sociais mais desfavorecidos. Importa aprofundar o conhecimento sobre o efeito específico dos contextos educativos nas trajetórias destes alunos “excluídos do interior”, focando os impactos da gestão da diversidade por via dos grupos-turma nos resultados escolares e, em especial, a forma como os descendentes de imigrantes e minorias étnicas são afetados pelas referidas práticas de segmentação escolar. A pesquisa teve o objetivo de (i) mapear a evolução dos padrões de recrutamento social e étnico das escolas em cada concelho da Área Metropolitana de Lisboa e (ii) aferir a prevalência do princípio da igualdade de oportunidades na gestão interna da população escolar, ou seja, avaliar como cada escola gere a diversidade sociocultural da sua população. Adotou-se uma abordagem extensiva assente na análise de microdados estatísticos da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Os dados reportam-se ao ano letivo de 2016/2017, sendo relativos à população de alunos matriculados nas escolas da AML com pelo menos um progenitor nascido no estrangeiro. A análise de clusters de escolas e de turmas da AML permite-nos concluir pela existência de uma rede escolar social e etnicamente estratificada. Constata-se também que são comuns as práticas de constituição de turmas social e etnicamente homogêneas em escolas com os mais diversos padrões de recrutamento. Nota: Produzido no âmbito da pesquisa de doutoramento da autora financiada pela FCT (ref.: SFRH/BD/135970/2018); dados da DGEEC cedidos à equipa do

projeto “(Des)igualdades nos trajetos escolares dos descendentes de imigrantes” (OD – CIES).

Palavras chave: efeito-escola; efeito-turma; segregação escolar; descendentes de imigrantes; desigualdades sociais

XI-APS-39704 -Pistas para a análise da influência da organização escolar na reprodução social da escola

Inês Tavares - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Comunicação Oral

Se a escola contribui para a reprodução das classes sociais, transformando as desigualdades sociais em desigualdades escolares, conforme tem salientado a análise sociológica da educação desde há várias décadas na senda dos contributos de Bourdieu e Passeron, as diferentes componentes da organização escolar também influenciam os resultados e as trajetórias escolares dos alunos. Com esta comunicação, baseada num capítulo de uma tese de doutoramento em curso, proponho lançar pistas sobre a influência da organização escolar nos resultados escolares, bem como a discussão acerca dos fatores da organização escolar que mais contribuem para a reprodução social. A análise é feita através de dados extraídos do sistema de informação MISI (gerida pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação, disponibiliza a informação para a unidade “aluno” e compreende todas as variáveis em análise), bem como da análise bibliográfica dos estudos realizados no campo da sociologia da educação sobre esta problemática. Partindo de uma caracterização das escolas públicas em Portugal continental, que engloba o vasto universo de estudo composto por todos os alunos inscritos em todos os anos de escolaridade do ensino obrigatório (do 1º ano do 1º ciclo ao 12º ano do ensino secundário) em Portugal continental, pretende-se, num primeiro momento, e por ciclo de ensino, compreender o panorama atual das escolas portuguesas e a forma como estas estão organizadas e distribuídas territorialmente, para, num segundo momento, desenvolver uma análise mais esmiuçada e aprofundada, tendo em vista uma reflexão analítica acerca dos diferentes componentes da organização escolar e do seu potencial papel no desempenho e nos resultados escolares dos alunos, potenciando ou não uma reprodução de desigualdades sociais. É importante referir que esta comunicação se centra na organização escolar e no modo como esta isoladamente pode ou não reproduzir as desigualdades sociais, não tendo em conta variáveis relacionadas maioritariamente com outras dimensões das desigualdades sociais, como por exemplo o rendimento ou a escolaridade dos pais/encarregados de educação. Pretende-se, portanto, realizar uma análise exclusivamente centrada no papel da organização escolar.

Palavras chave: organização escolar; reprodução social; desigualdades sociais

XI-APS-40580 -Liderança na governação das escolas: autoridades e poderes

Maria José Costa - Universidade do Minho

Ivo Domingues - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Esta comunicação é baseada na revisão de literatura sobre o tópico da "liderança na governação das escolas" e constitui uma parte de um trabalho mais amplo que propõe um modelo de governança. No que concerne a liderança, esta pesquisa tem como objetivos: i) caracterizar a teoria da liderança na governança escolar; ii) avaliar esta teoria da liderança à luz dos conceitos de autoridade e poder. Para suportar a caracterização, identificaram-se da teoria cinco tipos de liderança transacional, transformacional, distribuída, instrucional e autêntica. Para avaliar a teoria da autoridade são analisados os tipos racional-legal e carismática de Weber. O primeiro tipo corresponde à determinação formal das responsabilidades dos diferentes titulares de cargos do sistema de governança; o segundo tipo foca aos atributos pessoais do líder. É, ainda, analisada a liderança profissional de Mintzberg, a qual convoca as capacidades individuais para o exercício dos cargos. Esta reflexão convoca, ainda, a distinção entre a autoridade e o poder na governança. Para isso, adota os conceitos do poder de Weber, Crozier e Friedberg, Foucault.

Palavras chave: Governança, liderança, autoridade, poder

XI-APS-42085 -A Forma Escolar entre a apropriação privada e a violência de Estado

Carolina de Roig Catini - Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas

(UNICAMP - SP - Brasil)

Comunicação Oral

O presente trabalho tem por objetivo apresentar resultados de pesquisa sobre a reconfiguração da forma escolar no Brasil no contexto atual. Com pesquisa empírica voltada para a observação da atuação das Fundações e Institutos Empresariais dentro de escolas ou redes de ensino, a investigação buscava compreender as mudanças na forma escolar advindas das parcerias estabelecidas entre Estado e a filantropia de empresas e bancos. Não obstante, além da intervenção de agentes do mercado na escola, a presença da polícia

militar como educadora nas escolas de periferia estudadas na pesquisa, obrigou a investigação a elaborar hipóteses para a compreensão destes processos simultâneos de militarização e privatização crescentes das escolas públicas. Desta forma, em primeiro lugar, apresentaremos um breve histórico da instituição de tais relações com a forma escolar no Brasil, a partir dos anos 1990, quando projetos de militarização da escola foram implementados em paralelo à instituição de “serviços públicos não estatais” pela Reforma do Aparelho do Estado de 1995. Desde então, o crescimento vertiginoso das “parcerias público-privadas” mudou a qualidade da presença de organizações sociais privadas: a multiplicação de processos as colocam como mediadoras entre o Estado e os usuários de serviços estatais. A partir do estudo de alguns modelos de prestação de serviços privados dentre das redes públicas, defendemos a tese de que se trata de uma privatização do direito à educação, na medida em que há um deslocamento do princípio organizativo dessa forma social, na qual passam a prevalecer os princípios do direito privado ao invés do direito público. Tal mediação tende a colocar em curso uma mudança na relação entre trabalho e educação, tanto pela tendência de tais entidades passarem a controlar o trabalho educativo pela terceirização ou modelos de “uberização” do trabalho docente já em curso no Brasil, quanto pela mudança radical na formação de trabalhadores e trabalhadoras pela entrada avassaladora do empreendedorismo como método pedagógico em tais projetos. Mais do que uma preparação para o trabalho, o empreendedorismo se apresenta como uma pedagogia na qual a atividade de trabalho se torna, a própria aprendizagem escolar. Além de elementos dessa forma pedagógica encontrar semelhanças com os processos educativos que militares desenvolvem em parcerias com as redes estaduais de educação, a militarização é aqui estudada, como momento da violência de Estado, necessária para assegurar o processo de apropriação privada dos meios educativos estatais pelas empresas privadas. A pesquisa encontrou outras afinidades, com as quais os caminhos das duas intervenções – empresariais e militares – se cruzam na transformação da forma escolar em organizações sociais de outra natureza. Profa. Dra. Carolina de Roig Catiniccatini@unicamp.br Faculdade de Educação da UNICAMP- SP-BRASIL

Palavras chave: Educação, Forma Escolar, Privatização, Militarização

XI-APS-43110 -De cima para baixo e vice versa: cruzamento entre cultura e educação em instrumentos de política nacional

Sandra Cristina Rodrigues Santana Lopes - Instituto Politécnico de Beja; CICS.NOVA

Elisabete Xavier Gomes - ESEI Maria Ulrich; UIED/CICS.NOVA

Ana Luísa Oliveira Pires - ESE de Setúbal UIED; CICS.NOVA

Comunicação Oral

A reflexão que se procura com esta comunicação/artigo situa-se no cruzamento da cultura e educação tendo como objeto de análise a forma como esse espaço social de intersecção se

operacionaliza na prática dos agentes. Começamos por entendê-lo enquanto referente político dual, resultante em primeiro, dos efeitos das ‘imposições’ decorrentes das políticas culturais nacionais assumidas e operacionalizadas pelos governos centrais e, em segundo, dos produtos das relações estabelecidas entre agentes (escolas, municípios, sujeitos), estruturadas consoante as condições sociais de produção que assistem as diferentes configurações. A cultura e a educação surgiram a par nos programas das diferentes legislaturas, no entanto foram-se progressivamente especializando em termos de ação enquanto sectores que apesar da sua transversalidade assumem propósitos distintos. Encontram-se a nível municipal, por exemplo, algumas referências a programas culturais desenvolvidos onde persiste a ligação da ação cultural aos contextos educativos, formais e não formais, e sobretudo ao tecido associativo municipal. No entanto, emergem, na tipologia de projetos municipais, outros produtos culturais muito impulsionados por diretrizes europeias que demarcam as agendas políticas culturais nacionais e locais. Dotam-se, neste ‘trabalho de camadas a várias mãos’, os «produtos da ação cultural» de outros atributos para além dos de natureza estritamente ‘cultural’. Nomeadamente, entre a democratização cultural como democratização da cultura erudita (na suposta facilitação do acesso) e a democratização cultural enquanto abertura da cultura legítima aos grupos sociais que as constroem dela afastados; entre a rentabilidade económica dos investimentos culturais e os seus efeitos cívicos – a cultura como elemento chave da cidadania política; por fim, uma apropriação expressiva. O objeto empírico centra-se em dois exemplos de programas emanados pelo governo central e pelo governo local: o programa DESCOLA e o Plano Nacional das Artes onde se procurou, a partir de alguns contextos estudados, encontrar modos e resultados da ação dos agentes que se mobilizaram nesse cruzamento.

Palavras chave: cultura; educação; políticas públicas

XI-APS-43312 -As políticas neoliberais e a formação pós-graduada de professores: um estudo sobre professores com doutoramento no sistema de ensino não superior

Elisabete Teixeira Macedo - Universidade do Minho - Instituto de Educação

Prof.^a Dr.^a Leonor Lima Torres - Universidade do Minho - Instituto de Educação

Comunicação Oral

EnquadramentoO presente estudo pretende compreender o enquadramento profissional de professores, que obtiveram grau académico de doutoramento, mas cuja carreira profissional se desenvolve em contexto de ensino não superior. Observando a carreira docente horizontalmente estruturada e sem uma política de diferenciação meritória, poderá inferir-se que coexiste um referencial contraditório, entre política meritocrática para alunos e escolas e indiferenciação profissional para os docentes? Pode a escola privar-se deste elevado grau de diferenciação sem incorporar nas suas dinâmicas o património teórico-conceptual, empírico, metodológico e reflexivo detido por estes professores? A escolha deste

caso particular de professores decorre da literatura, que aponta a inexistência de estudos sobre o seu percurso, podendo equacionar-se que o sistema político e educativo ainda não manifestou interesse em conhecer com detalhe esses profissionais. Objetivos A investigação realizada deverá produzir uma análise sociológica quanto ao posicionamento dos diferentes atores do sistema educativo, revelando apropriações, convergências e divergências relativas à carreira docente de professores com doutoramento. Num segundo plano é objetivo compreender de que modo o sistema educativo valoriza este grau académico na formação professores e em que medida se reflete no desenvolvimento da sua carreira profissional. Metodologia As questões teórico-metodológicas da investigação estarão fundamentadas numa abordagem qualitativa, centrada num estudo de caso, cuja recolha de dados empíricos se realizará em dois momentos. O primeiro momento - Estudo 1 - constituído pelo levantamento do número de professores com doutoramento no ensino não superior em Portugal; e pela entrevista a decisores de políticas educativas e representantes associativos da profissão docente. No segundo momento - Estudo 2 - serão realizados inquéritos por questionário, junto de uma amostra mais alargada de professores com grau académico de doutoramento, complementada com entrevista semiestruturada, a um conjunto de diretores de escola. A análise documental incidirá na recolha de informação sobre políticas e legislação educativa plasmada em documentos oficiais, relatórios (nacionais e transnacionais), de modo a produzir material empírico relevante de apoio à investigação. Resultados esperados O resultado expectável será o de produzir conhecimento sobre um fenómeno pouco explorado, contribuindo para o debate em torno da questão da valorização da formação pós-graduada de grau de doutoramento de professores. Pretende-se clarificar posições sobre as políticas públicas do Estado para este grau de formação, delimitando perspectivas de diferentes entidades do sistema educativo, que definam um quadro de leitura da situação profissional destes professores a lecionar no sistema de ensino não superior português.

Palavras chave: Formação de professores; Neoliberalismo; Políticas educativas

XI-APS-43649 -OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: Implicações sobre as novas perspectivas da educação
GABRIELA DA SILVA DUARTE - Universidade de Coimbra
Ana Rita Saldanha - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A autora pretende refletir acerca dos novos rumos que a educação escolar e ensinosa básico e secundário estão organizados na sociedade contemporânea. Currículo, avaliação e políticas são cada vez mais importantes num cenário em profunda transformação que vai desde as novas configurações familiares e sociais, até à própria instituição escolar, a qual perpassa os desafios de tal sociedade de modo a reconfigurar seus parâmetros. É imprescindível

também, dialogar no presente estudo, a participação, entretanto, de entidades que orientam o sistema educativo, uma vez que com o correr dos anos, as instituições família e escola (Dubet, 1998) foram perdendo espaços de influência para uma lógica de mercado e de manutenção do sistema neoliberal, que progressivamente se alastra sobre os grupos sociais. Não se pode deixar de apresentar que o cerne desta análise se pauta na exploração dos documentos da OCDE de 2015, pelos quais as escolas se orientam nos últimos quatro anos e diretrizes como conhecimentos, habilidades e atitudes são exigidos nos campos da aprendizagem e avaliação dos alunos. É reflexão da autora, ainda, uma tentativa de traduzir como as políticas neoliberais cooperam na manutenção de um doutrinamento, legitimidade e obtenção de democracias mais frágeis, sob o falso olhar da democracia de mercado.

Palavras chave: Palavras-chave: Educação, neoliberalismo, OCDE, política pública.

XI-APS-44761 -Serviço social em escolas e efetivação do direito à educação: representações e práticas profissionais

Sidalina Almeida - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; CLISSIS

Idalina Machado - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Sara Melo - Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Comunicação Oral

À escola vão crianças e jovens de diferentes origens sociais e culturais que se veem confrontados com uma cultura escolar normalizadora que os impede de ter sucesso escolar e de ver efectivado o direito à educação e a outros direitos humanos. Gerir esta diversidade de forma positiva significa fazer com que a diferença não seja sinónimo de estigmatização e exclusão escolar e social. A garantia do princípio da universalidade do ensino obrigatório de 12 anos, não só em termos de acesso, mas também de sucesso e de eficácia pedagógica e social, implica a interação de vários agentes comprometidos e envolvidos nos contextos escolares, nomeadamente dos profissionais que agem na cena educativa. Os assistentes sociais, possuidores de uma formação académica científica e técnica diversificada e multireferenciada, reúnem as condições necessárias para intervir na efetivação do direito à educação porque são capazes de congrega e promover a colaboração e comunicabilidade indispensável entre saberes e atores educativos. Os assistentes sociais ao perceberem que as diferentes categorias de alunos não estão numa situação de igualdade de oportunidades, numa perspetiva de equidade diferenciam positivamente os que estão em situação de desvantagem, com o objetivo de lhes criar oportunidades de sucesso escolar que lhes permitam ter trajetórias escolares mais longas que os qualifiquem para a inserção no mercado de trabalho e para serem cidadãos socialmente participativos. Nas últimas três décadas, em Portugal, tem-se vindo a manifestar um interesse crescente pelas práticas de

mediação em diversos campos de intervenção do serviço social e, em especial, no campo escolar. À multiculturalidade crescente na escola massificada, crescem as fragilidades sociais, com visibilidade para o insucesso e abandono escolares e para a exclusão social, que justificam tais práticas de mediação. Com o objetivo de prevenir e dar resposta aos problemas de insucesso escolar e de minimizar as vulnerabilidades que deles decorrem, foram implementados, dentro e fora da escola, diversos projetos que desenvolvem práticas de mediação para a inclusão social. Com vista a conhecer as características da intervenção, realizámos entrevistas a assistentes sociais que integram equipas multidisciplinares em agrupamentos de escolas da área do grande Porto para apreender como percebem as suas funções, as tarefas nas quais elas se concretizam, isto é, as suas representações e práticas profissionais. Através de contactos privilegiados com alunos, famílias, profissionais e atores da comunidade local, os assistentes sociais intervêm com e nas relações sociais com o desafio de construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efectivar o direito à educação, garantindo a permanência longa do aluno na escola, proporcionando-lhe uma educação de qualidade capaz de assegurar a escolarização e a educação para a cidadania.

Palavras chave: Serviço social; Representações sociais; Práticas profissionais; Mediação social e escolar.

XI-APS-45417 -Da sala de estar à sala de aula: capital cultural familiar, renda e nota na escola

Patricia Bandeira de Melo - CIES-ISCTE-IUL (Portugal) / Fundaj (Brasil)

Isabel Raposo - Fundaj (Brasil)

Michela Camboim - Fundaj (Brasil)

Luís Henrique Romani de Campos - Fundaj (Brasil)

Comunicação Oral

Como as mães têm influenciado o desempenho escolar dos filhos e como eles têm respondido a esse investimento? A pergunta tem seu fundamento teórico em estudos que apontam que são as mães que efetivamente influenciam a vida escolar dos filhos, mantendo um vínculo direto com a formação do educando. Essa comunicação traz parte dos resultados qualitativos da pesquisa Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife. A pesquisa foi feita em escolas públicas da capital de Pernambuco, Brasil, nos anos de 2013, 2017 e 2018, realizada pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). O texto é produto da análise de entrevistas a partir de uma subamostra da base de dados da pesquisa, com mães ou responsáveis e com educandos do 6º ano de 2017. A base total é formada por 4.860 estudantes de 6º e 7º anos das escolas públicas do Recife. O objetivo da pesquisa é de avaliar o desempenho dos educandos a partir de duas provas de matemática e duas de português elaboradas por especialistas e aplicadas

no início e no final do ano letivo segundo a lógica da Teoria da Resposta ao Item (TRI), além de questionários aplicados aos estudantes, aos principais responsáveis por sua vida escolar, aos professores e aos diretores das escolas, nos quais foram coletadas informações relacionadas a aspetos internos e externos à escola. Nessa comunicação, nossa atenção é sobre as entrevistas feitas a partir de três dimensões que emergem como fundamentais sobre o olhar que lançamos sobre os estudantes: i. o nível socioeconômico da família; ii. a escolaridade da mãe; iii. a existência de livros em casa e os hábitos de leitura. Para tanto, realizamos entrevistas com grupos distintos de responsáveis e educandos: 1) mães ou responsáveis com capital escolar fraco e situação financeira modesta com filhos com baixo e alto desempenho escolar; 2) mães ou responsáveis com capital escolar forte e situação financeira acima da média e filhos com baixo e alto desempenho escolar; 3) mães ou responsáveis com capital escolar forte e situação financeira modesta e filhos com baixo e alto desempenho escolar. As entrevistas revelam parte dessa compreensão intersticial entre a escola e a família. A intenção é contribuir para este debate ao investigar a importância da influência familiar sobre o desempenho escolar, a partir da observação de dados como recursos culturais e financeiros e o envolvimento das mães com a atividade acadêmica dos filhos. Esse comportamento é aqui considerado numa perspectiva qualitativa, a partir da captação (possível) do modo como o capital cultural familiar se converte em desempenho escolar. Algumas observações preliminares dão conta da relação entre as condições de existência - renda, moradia e acesso a bens - e o resultado das notas nas provas aplicadas pela pesquisa. Um dado relevante é que há casos em que a nota baixa ou alta não refletia o perfil de capital escolar baixo ou elevado dos pais no momento da pesquisa.

Palavras chave: Capital cultural; Capital escolar; Desempenho acadêmico; Sociologia da educação

XI-APS-48644 -A expansão dos agrupamentos de escola e o declínio da identidade organizacional em tempos performativos

Leonor L. Torres - CIEd, Universidade do Minho

Comunicação Oral

A racionalização da rede escolar e a consequente generalização dos agrupamentos de escolas constitui um fenómeno global, com expressão mais ou menos acentuada em vários países e continentes. No caso português, a expansão desta nova configuração organizacional no sistema escolar público arrastou uma das mais profundas reformas do sistema educativo: no período de 12 anos, o número total de estabelecimentos de ensino reduziu 53% e o número de escolas não agrupadas reduziu 80%. Na atualidade, a rede escolar pública é constituída por 713 agrupamentos (88%) e apenas 95 escolas não agrupadas (12%), que correspondem a situações de exceção de estabelecimentos de ensino secundário que resistiram ao processo de racionalização da rede. Estes números mostram a grandeza da

mudança, mas encobrem a alteração mais profunda operada no sistema escolar – a complexidade organizacional e pedagógica dos agrupamentos de escolas e a erosão da sua identidade coletiva. Esta comunicação visa discutir alguns dos efeitos deste movimento racionalizador ao nível da “cultura de escola” e da identidade do agrupamento, expressões recuperadas e reconceptualizadas no quadro das correntes da nova gestão pública. Do ponto de vista metodológico, recorre-se a dados recolhidos no âmbito de várias pesquisas em curso, de pendor extensivo (nível macro, com recurso à análise de estatísticas oficiais cedidas pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência) e intensivo (nível meso, com destaque para vários estudos de caso realizados na região norte). Os resultados mostram que, no plano político-estratégico, cristaliza-se a crença na criação de uma “cultura de agrupamento” (no sentido integrador) como motor do sucesso escolar. Entre as várias instâncias de regulação política, o programa de avaliação externa das escolas emerge como um dispositivo influenciador das estratégias organizacionais, ao valorizar a construção de uma “cultura de agrupamento”. No plano da realidade, multiplicam-se as evidências empíricas de declínio da identidade organizacional, de diluição do sentido de pertença institucional e de fragmentação cultural.

Palavras chave: agrupamentos de escola, identidade organizacional, cultura organizacional escolar

XI-APS-48836 -A experiência da escolha escolar de jovens estrangeiros e descendentes de imigrantes em escolas secundárias da Área Metropolitana de Lisboa

Ana Lúcia Freilão Águas - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Benedita Portugal Melo - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

A presença de jovens descendentes de imigrantes e de recém-chegados de países estrangeiros em escolas secundárias da Área Metropolitana de Lisboa, observável em número e diversidade (nacional, cultural, social), justifica a atualização e alargamento do debate sobre o modo de atuação do sistema educacional enquanto estrutura pericial de orientação vocacional. A investigação em curso centra-se na análise da experiência da escolha escolar empreendida por esses dois segmentos de alunos, a partir da trajetória definida à entrada do ensino secundário. O objetivo primordial é examinar a forma como se envolvem esses alunos nesse processo, que margem de manobra possuem entre a sua capacidade agencial e a estrutura escolar, familiar e socioeconómica na qual estão inseridos. O tratamento destas subjetividades fundamenta-se no quadro conceptual da modernidade reflexiva, processo dinâmico que medeia o confronto entre a agência individual e a estrutura, entre a pressão da construção de projetos de futuro e a imprevisibilidade dos cenários, resultante da mudança constante de contextos. Na escola, esse confronto pode resultar em situações de constrangimento ou de capacitação, quando os alunos são

confrontados com as (im)possibilidades existentes face ao que pretendem concretizar com a sua escolarização. Os estudos sociológicos realizados no âmbito das escolhas escolares de descendentes de imigrantes têm privilegiado a obtenção de resultados quantitativos gerados do cruzamento de variáveis objetivas, apontando tendências por nós mobilizadas como ponto de partida para a investigação que pretende aprofundar questões que as regularidades estatísticas não permitem compreender. É adotada uma metodologia típica dos estudos de caso - de base qualitativa, com recursos a entrevistas semiestruturadas - de forma a examinar e comparar as representações que alunos e agentes educativos fazem das suas escolhas e da atuação da escola nos processos de integração e de orientação vocacional, concretamente os dois territórios educativos selecionados para a sua aplicação. Espera-se clarificar a forma como as desigualdades que a escola não consegue atenuar - como amplamente demonstrado em estudos anteriores - interferem nesses processos, sendo possível apontar sinais de existência de preconceito linguístico, independentemente de indicadores de origem e classe, e de preconceito quanto à escolha de um percurso profissionalizante, observável em situações de encaminhamento e na fragilidade semântica da sua valorização.

Palavras chave: escolhas escolares; alunos estrangeiros; desigualdades

XI-APS-49145 -Educação Escolar Inclusiva

Alexandra Portela - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Em 2017, no âmbito do mestrado em Educação e Sociedade pretendeu-se, a partir de um estudo de caso, conhecer e dar visibilidade às representações dos professores face a alunos com necessidades educativas especiais. Com o objetivo de aprofundar teoricamente esta temática estudou-se os conceitos de necessidades educativas especiais, educação especial, integração e inclusão escolar. Através de 17 entrevistas semi diretivas observaram-se fatores como experiência docente, anos de serviço e formação especializada, comparando as respostas de docentes e não docentes e verificando se existiam variações de ideias relativamente à perceção de alunos com necessidades educativas especiais. Problematizou-se seguidamente as necessidades e desafios sentidos, percebendo se os professores se sentiam preparados para lidar com as questões da inclusão escolar. Dando relevância às dimensões mais organizacionais, tentou-se compreender que recursos existiam na escola e quais eram as articulações com outros colegas na resposta às necessidades educativas dos alunos com NEE. Com esta dissertação concluiu-se que, independentemente dos anos de serviço, da experiência profissional e da formação especializada dos professores titulares de turma, a inclusão dos alunos no espaço escolar e a heterogeneidade do grupo consistem num grande desafio para os técnicos profissionais da educação. O estudo permite evidenciar

o olhar e a perspectiva dos docentes perante uma mesma realidade.

Palavras chave: Educação; inclusão escolar; educação especial; necessidades educativas especiais; integração escolar; ensino básico.

XI-APS-49198 -Entre a 'gramática liberal' e o 'bem comum' na gestão da diferença nas lógicas atuantes dos docentes nos estabelecimentos de ensino

José Manuel Resende - CICS.NOVA

Luís Gouveia - CICS.NOVA

David Beirante - CICS.NOVA

Comunicação Oral

As orientações em matéria de política educativa nas últimas décadas, tendo na 'eficácia escolar' o bem visado, acarretam consequências profundas para o trabalho docente do ponto de vista das formas de coordenação nos estabelecimentos de ensino e na organização do trabalho nos estabelecimentos de ensino. No caso específico português, várias reformas visam justamente uma alteração aprofundada na governação escolar, inseridas em transformações mais abrangentes enquadradas numa agenda política 'modernizadora', a partir de uma gramática 'industrial', do funcionamento dos sistemas educativos e dos estabelecimentos de ensino. Subjacente a estas reformas está a massificação da escolarização e conseqüente diversificação dos públicos escolares. Nomeadamente, o novo quadro político e social demanda das escolas e do respetivo corpo docente uma recomposição das formas de agir tendo em vista o cumprimento do desiderato de uma 'escola para todos'. Este conjunto de alterações acarretam consigo reconfigurações do ponto de vista da profissionalidade dos docentes e acomodamentos na ótica das formas de trabalhar nos estabelecimentos de ensino. Os 'hábitos profissionais' são agitados por estas alterações do ponto de vista dos modos de agir no espaço escolar por parte dos agentes do sistema escolar, em particular, os professores. A 'organização celular' no exercício da atividade – centrada na relação isolada com os alunos em contexto de sala de aula, enquanto forma prevalecente e sedimentada na relação dos professores entre si de cada estabelecimento de ensino – é posta à prova, contrariada, nos novos contextos organizacionais. Efetivamente, os novos formatos das relações e modos de agir no espaço escolar – centradas no propósito de maior coordenação e reflexão sobre as práticas educativas e os resultados escolares obtidos – são suscetíveis de gerar diferentes entendimentos entre os profissionais de ensino relativamente às lógicas atuantes no exercício da atividade e, neste caso particular, nas formas de 'fazer o comum', de construir a comunalidade relativamente à organização do trabalho colegial no seio do estabelecimento de ensino. A partir de um conjunto de dados recolhidos a partir de um projeto de doutoramento já concluído – contemplando entrevistas semidiretivas, observação etnográfica e um questionário por cenários aplicado a docentes do Ensino Básico e

Secundário de 5 escolas do sistema de ensino público português – pretende-se perscrutar nesta comunicação, mediante um enfoque teórico de carácter pragmatista, a problemática das representações e lógicas atuantes dos docentes no quadro de um grupo profissional marcado por ‘formas identitárias profissionais’ plurais.

Palavras chave: Regimes de envolvimento; gramáticas de comunalidade; profissionalidade docente; organização do trabalho escolar

XI-APS-49273 -Plágio no ensino superior: o que os alunos fazem, sabem e julgam saber.

Madalena Ramos - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL

César Morais - NOVA-FCSH, CICS.NOVA

Adriana Cardoso - Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Sónia P. Gonçalves - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), Centro de Investigação e Intervenção Social (CAPP)

Rosária Ramos - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), Centro de Investigação e Intervenção Social (CAPP)

Rosalina Costa - Universidade de Évora, CICS.NOVA.UÉvora

Joaquim Gonçalves - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos

Comunicação Oral

O estudo do fenómeno do plágio entre estudantes do ensino superior tem vindo a ganhar lastro em várias áreas científicas nas últimas décadas, quer em contexto internacional, quer nacional. Este crescente acervo permite comprovar que o plágio se afirma recorrente na academia, sendo transversal entre subsistemas de ensino e áreas científicas, ainda que revele incidências distintas de acordo com características individuais dos estudantes e aspetos relacionados com a esfera académica específica em que se inserem. Verifica-se igualmente que plagiar adquire progressivamente novos contornos, fruto de contínuos desenvolvimentos tecnológicos, mas também de evoluções nos próprios processos de ensino-aprendizagem, nos perfis dos estudantes e nas suas perceções sobre a fraude em contexto académico. Recentemente decorreram duas viragens na problematização do plágio com importantes repercussões a nível metodológico. Por um lado, esta prática passou a ser perspetivada como um conjunto plural de práticas, reconhecendo-se, porém, a dificuldade em traçar, excetuando em casos extremos, as fronteiras entre os vários tipos de plágio. Por outro lado, plagiar passou a ser enquadrado não apenas como resultado de (i)moralidade ou de falta de ética, mas também como resultado de um (des)conhecimento face às normas e procedimentos em vigor na escrita académica e científica. As ferramentas de recolha de dados acompanharam estas evoluções e, no caso das inquirições por questionário,

procuraram multiplicar as formas de plagiar sob escrutínio, assim como averiguar se quem se pronuncia sobre plágio sabe efetivamente o que é plagiar. No caso português, mesmo que investigações recentes já permitam traçar um cenário global sobre o plágio no ensino superior, estão ainda por desvendar quais as práticas e perceções dos estudantes do ensino superior face a alguns tipos de plágio, assim como se estes efetivamente sabem reconhecer casos de plágio. Partindo destes pressupostos gerais, e tendo por base uma inquirição por questionário, esta comunicação apresenta e discute as práticas e perceções acerca do plágio de estudantes portugueses de várias instituições de ensino superior, universitário e politécnico, no presente ano letivo.

Palavras chave: Plágio; Estudantes; Ensino superior; Práticas; Perceções.

XI-APS-49574 - "Antes de nos conhecerem, às vezes, tratam-nos mal" – velhas e novas perceções sobre discriminação e diversidade étnica em contexto escolar

Sandra Mateus - Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL, CIES, Lisboa, Portugal

Comunicação Oral

No património de estudos sobre descendentes de imigrantes, a discriminação com base na origem étnica assume um papel central: ela constitui um forte obstáculo à integração e afeta os processos de escolarização, nomeadamente através do modo como configura perceções sobre os estudantes e nivela expectativas. A experiência de discriminação na escola desoculta por isso limites importantes à justiça social na educação. A expressão "antes de nos conhecerem, às vezes, tratam-nos mal" é a resposta de João, um aluno de 14 anos, português, de ascendência santomense, à pergunta "– Já alguma vez foste discriminado?". A apresentação examinará as perceções sobre diversidade e discriminação em ambiente escolar de filhas/os de imigrantes e de diversos atores escolares, a partir de um conjunto de entrevistas realizadas em duas escolas da Área Metropolitana de Lisboa. Os dados apresentados são parte de uma investigação mais vasta, que visou aprofundar o conhecimento sobre as orientações de futuro no final do ensino básico (9º ano de escolaridade). Trata-se de um estudo multi-método, designado ITEOP- Inquérito às Trajetórias Escolares e Orientações Profissionais, centrado nos processos de escolarização e construção das orientações de futuro de descendentes de imigrantes no final do ensino básico, realizado em 2007 (Mateus, 2014; Seabra, Mateus, Rodrigues & Nico, 2011). O estudo abrangeu um conjunto extenso de dimensões da experiência escolar e juvenil, entre as quais se encontra a discriminação. São analisadas narrativas de alunas/os e de diversos atores escolares – diretores, professoras/es e funcionários, relativamente a esta problemática. Confirma-se a experiência de discriminação entre alunas/os, e a diversidade revela-se, nas perceções dos agentes escolares, como problemática e impactante nos ambientes de escola. Pretende-se com esta apresentação discutir sobre a atualidade e relevância dos dados, e a (re)configuração das expressões de discriminação na educação

portuguesa atual.

Palavras chave: Filhos de imigrantes, Educação, Diversidade, Racismo

XI-APS-50363 -O Imaginário Democrático na Educação para a Cidadania e Direitos Humanos – o caso do Programa SOMOS em Lisboa

Sérgio Xavier - CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O SOMOS – Programa Municipal de Educação para a Cidadania Democrática e Direitos Humanos (SOMOS), foi criado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2015, fazendo parte do actual Programa de Governo da Cidade até 2021. Assume-se como uma iniciativa em linha com orientações da Organização das Nações Unidas e do Conselho da Europa, visando “o desenvolvimento de uma cultura universal de Direitos Humanos e de Cidadania Democrática em Lisboa, através da formação de cidadãos e organizações da cidade”. O SOMOS singulariza-se por ser um Programa de educação não-formal promovido por uma instituição pública autárquica, onde a dimensão da organização, a par da inovação endógena veiculada pelo Programa, destacam-se como factores de complexidade. O trabalho de campo subjacente à análise decorreu entre 2018 e 2019, incluindo 3 observações (directa, não-participante) de sessões educativas implementadas no contexto do Programa, bem como 35 entrevistas semi-estruturadas a pessoas com experiências distintas no SOMOS. A partir da análise dos argumentos nas sessões observadas e das respostas a questões como “O que é a Democracia?” e “Como deveria ser a Democracia?”, esta proposta de comunicação explora o referencial de representações e possibilidades associadas à “democracia” entre as pessoas aprendentes, educadoras, técnicas, participantes e decisoras no Programa SOMOS. Mais do que um barómetro de satisfação com a vida democrática do presente, identificam-se padrões nos pontos de partida para o entendimento da democracia e analisam-se as idealizações, naturalizações ou ausências que daí derivam. Os resultados do estudo evidenciam um imaginário dominante confinado às propostas e narrativas promovidas no quadro da democracia liberal e uma quase total ausência de aspirações de democratização alternativas ao “cânone democrático”, como proposto por Santos e Avritzer (2005). As conclusões reforçam o “paradoxo democrático” enunciado por Chantal Mouffe (2005), pela lente que à Educação diz respeito. Em particular, é ilustrada a forma como a informatividade da Educação para a Cidadania e Direitos Humanos pode confinar-se ao projecto liberal e, portanto, limitadora da sua transformação.

Palavras chave: educação, cidadania, democracia, Somos

XI-APS-50765 -A educação em tempos de cólera: justiça e compaixão à prova do ressentimento

Bruno Dionísio - Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Comunicação Oral

Nos cenários educativos mais conturbados, garantir a inclusão é um trabalho artesanal que leva os professores e outros profissionais a suspender a ordem do justo e adentrar na ordem do possível. Pequenos arranjos situacionais, dos mais criativos aos mais clichês, procuram funcionar como dispositivo que evite, cirurgicamente, a deterioração irreversível de sociabilidades pautadas por uma incerteza inquietante. O desassossego dos profissionais é ainda maior quando se sentem moral e eticamente interpelados por vidas estudantis forjadas pela fragilidade. Nestes casos, a aproximação ao sofrimento do outro faz com que o envolvimento se desloque dum regime de justiça para um regime de compaixão, tornando movediças as fronteiras entre o íntimo e o público, e mais controversos os limites da intervenção social escolar. Nem sempre este envolvimento compassivo é bem encarado pelos estudantes e famílias vulneráveis, por verem nele uma colonização insuportável da sua intimidade. Também outros profissionais, embora sensíveis aos problemas dos seus públicos, contestam essa entrada eticamente arriscada em mundos que julgam ultrapassar os limites do seu mandato. Mas independentemente do grau de solicitude, todos os profissionais se vêem a braços com tarefas cujo peso e melindre produz sofrimento profissional. Esse “trabalho sujo”, muitas vezes invisível, desqualificado e desqualificante, ao não ser publicamente reconhecido, gera ressentimento. O meu propósito é trazer do trabalho de campo em escolas sensíveis as situações dilemáticas em que os profissionais se movem entre justiça e compaixão, debatendo, de permeio, os dissabores da inclusão escolar. Se a escola não é imune aos tempos coléricos que se vivem, a justiça e a compaixão são antídotos eficazes numa sociedade ressentida?

Palavras chave: Escola inclusiva, justiça, compaixão, sofrimento profissional

XI-APS-52376 -Retrato dos estudantes à saída do ensino secundário: Traços e (alguns) desafios

Andreia Micaela Nascimento - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Esta comunicação apresenta os dados preliminares e exploratórios de uma investigação em torno do estudo das motivações e das expectativas dos jovens adolescentes finalistas da escolaridade obrigatória residentes na Região Autónoma da Madeira (RAM) e da forma como constroem os projetos de vida ligados ao ensino superior. Numa primeira incursão exploratória no terreno, no ano letivo 2017-2018, o cenário veio a revelar-se, para nós, de interpelação interessante. Se, de forma expectável, poucos eram os estudantes que, residindo fora da RAM ingressavam na Universidade da Madeira, surpreendentemente a maioria dos estudantes madeirenses que termina o ensino secundário e concretiza candidatura ao ensino superior acaba por ingressar em outras instituições de ensino superior do país. É justamente o protagonismo atribuído à fuga da UMa que interpela a nossa curiosidade sociológica e que acaba por tornar-se o estímulo de uma pesquisa que tenta apurar, de forma cabal, a situação real dos estudantes madeirenses à entrada do ensino superior. Tomando como objeto de estudo os estudantes do 12.º ano matriculados nas escolas públicas da RAM, território insular e com estatuto de ultraperiferia, partimos para uma pesquisa que objetiva estudar quais as suas aspirações e expectativas face ao futuro, explorando a relação entre a mobilidade estudantil e as condições de acesso a uma vivência de condição juvenil e de autonomia. Os dados aqui apresentados correspondem à primeira parte da pesquisa empírica e partem da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra de 548 estudantes das 14 escolas de ensino secundário público das ilhas da Madeira e Porto Santo. A sua análise permite ensaiar um retrato das principais tendências que marcam a saída do ensino secundário, mas essencialmente das características sociodemográficas e académicas dos estudantes. Quem são? Quais os itinerários de escolarização dos que pretendem ingressar no ensino superior? Que fatores são determinantes na escolha do curso e da instituição de ensino superior? Estas são algumas das questões a que se procura dar resposta após a primeira incursão no terreno de pesquisa.

Palavras chave: Estudantes - Juventude - Região Autónoma da Madeira - Perfis.

XI-APS-52450 -Educação em Direitos Humanos no Ensino Superior: um estudo comparativo a partir da análise de projetos de curso

Leonilson Rocha dos Santos - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Danielle Fernanda Morais Pavan - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Fernanda Alves de Oliveira - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Comunicação Oral

Nos últimos anos as pautas ligadas aos Direitos Humanos (DH) estão sofrendo sérios ataques por parte de segmentos conservadores no Brasil. Tais ataques são reações aos processos e marcos na luta pelo respeito aos Direitos Humanos por parte das instituições e

seus agentes. Da mesma forma, a educação voltada para a cidadania e uma formação crítica tornaram-se objeto de investidas conservadoras em razão do processo de articulação dos DH às políticas educacionais. Um marco significativo, que serviu de base para muitas políticas institucionais no âmbito da Educação em Direitos Humanos (EDH), incorporando compromissos internacionais de tratados dos quais o Brasil é signatário e demandas internas, como por exemplo a justiça social e a construção da cultura da paz, foi a publicação em 2006, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Com a finalidade de normatizar a educação para os Direitos Humanos e construir procedimentos com orientações claras às instituições de ensino na incorporação dos DH aos currículos, foi aprovada em 2012, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (Resolução 01/2012 CNE). Conforme Resolução 01/2012 do CNE, a organização dos currículos pode ocorrer na discussão temática transversal e interdisciplinar; de maneira disciplinar, como conteúdo específico e combinando e transversalidade e interdisciplinaridade. De acordo com Candau e Sacavino (2013), para o desenvolvimento da EDH de forma efetiva é importante que ela ocupe lugar central no ensino e dialogue com teorias da educação, novas tecnologia e avaliação de suas práticas. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar e avaliar a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos nos projetos de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) de uma instituição de Ensino Superior em Goiás/Brasil. Os resultados preliminares demonstram que a discussão sobre Direitos Humanos está colocada de maneira distinta a depender se o curso é da área de humanidades ou exatas.

Palavras chave: Educação; Direitos Humanos; Projeto de Curso;

XI-APS-53254 -Dinâmicas de produção do bom aluno em três contextos escolares distintos: subjectividades e identidades de professores e crianças do 1º ciclo

Benedita Portugal e Melo - UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal
Manuela Ferreira - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, U. Porto, CIIE/FPCE
Ana Matias Diogo - Universidade dos Açores, CISC.S.NOVA/CICS.UAc

Comunicação Oral

Actualmente, as dinâmicas de escolarização parecem marcadas pela imposição da agenda da performatividade (Ball, 2000; 2003; Sellar & Lingard, 2014). Sendo esta “uma tecnologia política, uma cultura e um modo de regulação” (Ball, 2000, p. 1) que actua no sentido de reformar professores e alterar o que significa ser professor (Ball, p. 217), admite-se que a identidade profissional destes atores estará a mudar devido ao aumento da pressão para a apresentação de indicadores de performance e eficiência do sistema educativo. Neste quadro de avaliocracia (Afonso, 2014), pressupõe-se que em Portugal se tenha vindo a acentuar a tendência para se promoverem processos de escolarização que se focam na promoção da competição individual e num trabalho escolar voltado para a promoção da

excelência (Torres & Quaresma, 2014). Assumindo que as vivências dos professores primários se encontram a ser reconfiguradas, admite-se que as crianças serão igualmente afetadas por este modelo de regulação educativa, nas suas práticas e concepções sobre o ofício de aluno e o sucesso escolar (Perrenoud, 1984, 1994). Tendo em conta que as dinâmicas de escolarização ocorrem em contextos sócio-económicos e escolares distintos, nesta comunicação, procuraremos mostrar de que modo a ideologia da performatividade se instalou no 1º ciclo do ensino básico e se recontextualizou nas experiências e subjectividades dos professores e alunos. Os resultados apresentados nesta comunicação resultam de uma pesquisa mais ampla (2016-2019), que envolve 3 estudos de caso, de três turmas pertencentes a escolas com composição social distinta de diferentes regiões de Portugal. Serão analisadas entrevistas realizadas a 3 professoras e a 66 crianças acerca das condições necessárias para a fabricação de um bom aluno. A análise das entrevistas às crianças evidencia a existência de concepções multidimensionais de bom aluno que parecem ancoradas em três tipos de habitus. A construção destes habitus, reflectindo de algum modo as concepções das professoras, parece resultar essencialmente das características específicas dos contextos escolares e do perfil dos alunos. Por seu lado, as professoras revelam concepções que oscilam entre a apologia da performance individual e uma perspetiva mais abrangente do sucesso escolar. Estes resultados sugerem que a ideologia da performatividade parece ser reconfigurada de forma diferenciada nos três contextos escolares analisados, com efeitos na construção das desigualdades escolares.

Palavras chave: performatividade, 1º ciclo; concepções dos professores; concepções das crianças

XI-APS-55896 -A interdisciplinaridade em programas de doutoramento. Realidade ou ficção?

Paula Urze - FCT NOVA; CIUHCT

Patrícia Santos - ISCTE_IUL,CIES

Luísa Veloso - ISCTE_IUL,CIES

Comunicação Oral

Desde os anos de 1970 que o tema da interdisciplinaridade entrou na linguagem de diversas disciplinas, das ciências naturais e da educação à medicina e ciência sociais ao ponto de se banalizar. As razões que concorreram para esta situação que se prolonga até aos nossos dias são múltiplas. Desde logo, a prática da interdisciplinaridade em diversas áreas disciplinares é anterior à formulação do conceito, sendo as mais das vezes ditada pela própria natureza do objeto de estudo que exigia que fossem convocados teorias, métodos e práticas de outras ciências diferentes daquela em que o(a) investigador(a) se filiava. Além disso acresce que, sendo a interdisciplinaridade uma bandeira de organismos, nacionais e internacionais, encarregados da definição de políticas e programas de financiamento à investigação, a

utilização do termo, a par de outros, parece ser condição necessária à aprovação de projetos, mesmo que, no plano prático, possa não ter concretização efetiva. Ressalve-se que a interdisciplinaridade quando praticada de modo coerente e consistente com o objeto de estudo, isto é quando transcende o cliché, pode ser enriquecedora e até geradora de novas áreas disciplinares. Usando a interdisciplinaridade como conceito exploratório, procuraremos averiguar de que modo este conceito é colocado em prática no ensino doutoral. Na presente comunicação propomo-nos analisar 16 programas de doutoramento assumidos como interdisciplinares. Para tal faremos uma análise documental dos programas; e uma análise parcial dos resultados de um inquérito lançado a diretores de programas de doutoramento em Portugal (244 diretores). A discussão dos resultados centrar-se-á na caracterização da instituição de ensino superior e dos académicos envolvidos nestes programas, da importância do desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais, e das capacidades e competências que estes atores consideram promover nos doutorandos neste tipo de programas. Para além da análise per se de doutoramentos apelidados de interdisciplinares, pretendemos levar a cabo uma análise interpretativa comparativa com programas não-interdisciplinares.

Palavras chave: interdisciplinaridade, programas de doutoramento, cultura científica

XI-APS-56189 -A favor e contra: uma genealogia da decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA (1995-2001)

Teresa Teixeira Lopo - CeIED - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento

Comunicação Oral

Nesta comunicação propomo-nos analisar e debater a genealogia da decisão política sobre a entrada de Portugal no PISA (Programme for International Student Assessment), no arco temporal que mediou entre a tomada de posse do XIII Governo Constitucional português, em 1995, e a divulgação, em 2001, dos resultados da primeira participação dos/as alunos/as portugueses/as neste inquérito internacional promovido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). O PISA avalia em que medida alunos/as de 15 anos, isto é, na idade próxima de completar a escolaridade obrigatória, adquiriram os conhecimentos e as competências (skills) essenciais para uma participação completa nas sociedades contemporâneas. Adicionalmente, através de questionários de contexto distribuídos a alunos/as, pais/mães, gestores/as escolares e professores/as, o PISA reúne informações complementares relativamente à abordagem dos/as alunos/as relativamente à aprendizagem, os seus ambientes de aprendizagem e sobre o seu background/contexto familiar. Já o papel da OCDE, enquanto formador de políticas educativas e de mediador internacional do conhecimento, e a sua forma de governação baseada na gestão da informação feita a nível supranacional, associam-se ao exercício de um tipo particular de

poder, habitualmente designado por soft power, ou modo soft de regulação, tanto mais importante quanto as recomendações que produz não vinculam os seus países membros, e que se operacionalizaria por meio de processos de vigilância mútua e pressão entre pares. A reconstituição que realizámos respaldou-se, do ponto de vista metodológico, numa análise compreensiva de documentos de política educativa, e de entrevistas a atores políticos, e a dirigentes envolvidos na coordenação da primeira participação portuguesa no PISA, e do ponto de vista teórico, nos contributos de Verger (2016), em particular, no que respeita à emergência, mobilização e disseminação das avaliações internacionais de larga escala, e na tipologia heurística dos fundamentos da participação dos países nessas avaliações proposta por Addey e Sellar (2017). Os primeiros resultados da nossa análise sugerem que a decisão da participação de Portugal no PISA foi tomada num quadro de emulação normativa, isto é, em que o governo, através do seu porta voz, o ministro da Educação, se quis apresentar perante a comunidade internacional como moderno, prosseguindo o desenvolvimento do país, e responsável, valorizando, simultaneamente, a qualidade e a importância de externalizar perante os seus pares da OCDE, a prioridade atribuída à educação e, adicionalmente, à medida da qualidade do ensino, de que a avaliação externa do desempenho dos alunos constituía um indicador já assumido na agenda nacional de política educativa.

Palavras chave: PISA, decisão política, políticas educativas, emulação normativa

XI-APS-62299 - Nas margens da sociedade educativa. Perfis sociais, práticas e atitudes face à aprendizagem ao longo da vida da população com baixa escolaridade em Portugal

Patrícia Ávila - ISCTE

Vanessa Carvalho da Silva - ISCTE

Comunicação Oral

Esta proposta de comunicação resulta de uma investigação que tem o desiderato de contribuir para o conhecimento e visibilidade do fenómeno dos indivíduos pouco escolarizados que, apesar das iniciativas implementadas no âmbito da educação e formação de adultos e da aprendizagem ao longo da vida (ALV), não deixaram de estar nas margens de uma sociedade cada vez mais marcada pela centralidade do conhecimento e da educação. Trata-se de um segmento da população que, do ponto de vista da análise sociológica, e também, em certa medida, da incidência das políticas públicas, tem sido deixado para trás e, por isso, sobre o qual pouco se conhece (Field, 2006). Esta comunicação visa a divulgação dos resultados da componente extensiva de uma pesquisa que procura contribuir para superar essa lacuna, no contexto da sociedade portuguesa. Na ausência de dados especificamente centrados neste segmento da população, procurou-se, através da análise secundária de 'microdados' do Inquérito à Educação e Formação da Adultos (INE,

2016), mapear o fenómeno e conhecer a sua dimensão, constituição e distribuição em Portugal. Os resultados alcançados revelam estarmos perante um grupo de dimensão expressiva, de presença transversal na sociedade portuguesa e diverso. Essa diversidade pode ser captada através da identificação de perfis tipo, aos quais foi possível chegar através da mobilização de múltiplos indicadores de caracterização social. A análise realizada permitiu ainda retratar as práticas e as atitudes face à aprendizagem ao longo da vida da população com baixa escolaridade em Portugal. Esta comunicação pretende ainda refletir sobre o processo de investigação em curso - apoiado na análise secundária de microdados - destacando as suas limitações e as suas potencialidades.

Palavras chave: Aprendizagem ao Longo da Vida, população com baixa escolaridade, análise de dados secundários, IEFA

XI-APS-67090 -Reverter vulnerabilidades: formação e promoção da empregabilidade para jovens em condição NEEF

Tatiana Ferreira - Observatório Permanente da Juventude - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Maria Manuel Vieira - Observatório Permanente da Juventude - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Lia Pappámikail - Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Lisboa

Comunicação Oral

Assiste-se nas sociedades contemporâneas ocidentais, crescentemente globalizadas, a um processo de fragmentação dos sistemas escolares formais (Barrère e Delvaux, 2017). Não obstante, a sua frequência permanece obrigatória durante a juventude, ao mesmo tempo que, pelo menos virtualmente, se tornam companhia duradoura e recorrente “ao longo da vida”. Nesse processo têm surgido no mercado escolar ofertas formativas alternativas ao SE público consagrado, indo ao encontro de novas necessidades sociais, que atraem população jovem em busca de áreas formativas associadas a profissões “de sonho” (Ferreira, 2017), tidas como mais excitantes do que as saídas profissionais clássicas do SE. Simultaneamente têm proliferado “lugares e processos de educação não escolar”, que se traduzem num “universo de possibilidades educativas e formativas” (Palhares, 2008:115) disponibilizado aos jovens. Se as redes sociais constituem atualmente um dos seus ingredientes mais paradigmáticos, a economia social (Sousa e Kovács, 2014) e as suas instituições têm assumido um lugar de reconfiguração de “identidades deterioradas” (Goffman, 1982) pelos efeitos do veredicto escolar, apresentando-se como espaços de reversão de vulnerabilidades (nomeadamente, as decorrentes da educação formal). A partir de dados recolhidos no âmbito de um projeto que teve como principal objetivo identificar, junto de instituições da economia social, boas práticas no domínio da empregabilidade juvenil, em particular, iniciativas dirigidas a jovens em condição NEEF (Nem em Emprego, Educação ou Formação),

pretendemos, nesta apresentação, explorar processos de reconfiguração do campo educacional e formativo para lá do sistema educativo formal. Para efeitos desta comunicação selecionámos 2 dos estudos de caso realizados envolvendo entrevistas, análise documental, e observação dos contextos formativos e educacionais (Vieira, Ferreira & Pappámikail, 2019). Inseridas em contextos territoriais contrastantes (urbano e rural) e realizadas no quadro de estruturas institucionais distintas (ao nível dos apoios financeiros, nomeadamente), as experiências e contributos destas duas iniciativas locais de promoção da empregabilidade juvenil, orientadas especialmente para atender a públicos vulneráveis em condição NEEF, demonstram que o recurso a processos formativos inovadores, combinando formação em contexto “à medida”, com abordagens individualizadas e flexíveis, baseadas num trabalho de “proximidade” (Breviglieri, Pattaroni & Stavo-Debauge, 2003) tem resultados positivos no processo de «resgate» de jovens em situação ou em risco de exclusão social. Os resultados permitem simultaneamente discutir o contributo de novos atores da economia social na composição de respostas alternativas à «forma escolar» no quadro de políticas sociais e educativas crescentemente territorializadas (Alves, 2016; Simões, 2018).

Palavras chave: Jovens em condição vulnerável; Educação não-formal; Trabalho de proximidade.

XI-APS-69365 -A EVASÃO ESCOLAR EM UM CURSO TÉCNICO DO PROEJA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES EVADIDOS

Gabriela Rocha Guimarães - IFSULDEMINAS - Campus Passos

Maria Madalena Gracioli - UNESP- Campus Franca

Comunicação Oral

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus Passos ofertou a primeira turma de um curso técnico do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) a partir do ano de 2015. Dentre os 26 ingressantes, apenas três conseguiram concluir o curso. Esse cenário motivou a realização da Dissertação intitulada: “Evasão escolar nos cursos técnicos do PROEJA: um estudo de caso no IFSULDEMINAS – Campus Passos” na qual foram investigadas as causas da evasão sob diferentes perspectivas: dos docentes que atuaram no curso, do coordenador e dos estudantes evadidos. Este artigo, tendo como base o trabalho supramencionado e valendo-se de uma revisão bibliográfica, focalizará a perspectiva dos estudantes acerca da evasão. Lüscher e Dore (2011) chamam a atenção para a necessidade de investigar as causas do fenômeno, para que sejam propostas ações de enfrentamento. Segundo Patto (2015), antes dos anos de 1930 as dificuldades de aprendizagem eram consideradas anormalidades genéticas e orgânicas desvendadas à luz da medicina e da psicologia. Já a partir de 1930, sob

influência da psicologia clínica de inspiração psicanalítica, procurava-se no ambiente sociofamiliar a causa dos desajustes. Somente a partir de 1970 é que se cogitou mudar o foco das explicações sobre o fracasso de supostas deficiências das crianças para aspectos do processo escolar (PATTO, 2015). Ao longo da história houve predominância de aspectos extraescolares (externos à escola) nas explicações sobre o fracasso escolar das classes pobres (PATTO, 2015). Na pesquisa realizada por Guimarães (2019), os estudantes mencionaram como causa da evasão, explicitamente, apenas fatores extraescolares como: trabalho, impossibilidade de realizar o estágio (devido a questões pessoais), problema de saúde, conclusão do ensino médio através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), excesso de faltas e defasagem educacional. Alguns deles deixaram pistas de que fatores intraescolares – horário de aula, tempo de duração do curso, área do curso técnico e grau de dificuldade das disciplinas – podem ter influenciado em alguma medida, mas ao final acabaram justificando as dificuldades por limitações de ordem pessoal e assumindo, sozinhos, uma responsabilidade que deve ser compartilhada. Observa-se, portanto, que o posicionamento dos estudantes entrevistados foi similar ao encontrado na pesquisa de Patto (2015), na qual as famílias e os estudantes reproduziam o discurso da escola quanto aos motivos do fracasso escolar, responsabilizando-se pelo insucesso e isentando a escola de quaisquer reflexões acerca de suas práticas. É mister que os estudos sobre evasão busquem romper essa tendência histórica e considerem não apenas os fatores ligados aos estudantes e suas famílias, mas também aqueles relacionados à escola.

Palavras chave: Educação de jovens e adultos. PROEJA. Evasão escolar.

XI-APS-73100 -A permanência dos estudantes no primeiro ano crítico do ensino superior: um estudo de caso envolvendo a Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth

Gerson Tavares do Carmo - Universidade Estadual do Norte Fluminense

XIAPS- Poster

Pesquisas sobre abandono e permanência no ensino superior consideram o primeiro ano de vida discente universitária como crítico, sendo também denominado período de transição. Tal caráter crítico, no sentido de crise, refere-se ao elevado e recorrente percentual de abandono, em relação aos anos posteriores. O tema abandono escolar é investigado há décadas. No Brasil, por exemplo, nos últimos 50 anos, vem se acumulando alguns milhares de publicações com esse termo no título. Entretanto, suspeita-se que tal volume de estudos sobre o abandono escolar não foram suficientes para apontar caminhos efetivos para elevar os percentuais da permanência dos estudantes, principalmente no primeiro ano de transição. Esse foi o motivo para iniciar um experimento, visando à eficácia da permanência escolar nesse período universitário. Para tanto, criou-se a disciplina Administração da Autoeficácia na Sala de Aula, cujo ementa desafia a turma a vivenciar situações de

multivocalidade comunicante e de solidariedade na aprendizagem, como exercício de pertencimento socioacadêmico em sala de aula. O objetivo do pôster é divulgar um estudo de caso, com base na Teoria do Reconhecimento Social, que deu visibilidade às oscilações entre acordos e conflitos nas intensas relações sociais (na turma e fora dela desde o primeiro dia de aula) e acadêmicas (aulas, normas, avaliações, estudos etc.), numa turma do Curso de Administração Pública da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil). O caso, de caráter compreensivo e de intervenção, envolveu a classe nas atividades de registro, sistematização e reflexão sobre os dados empíricos coletados. Os discentes, por meio de grupos focais, ao se exporem, principalmente em suas fragilidades, tiveram a oportunidade de se reconhecerem socialmente, experimentando situações de autorrespeito, autoconfiança e autoestima. Através das falas capazes de traduzir e/ou sintetizar diferentes sentimentos de pertencimento e de diferentes modos de subjetivar as experiências – tecidas por acordos, esforços e impulsos de ânimo, alternados por conflitos, vergonhas e resistências –, os estudantes, ao final do semestre, elegeram a seguinte frase, como a mais emblemática representativa do experimento: “O que nos uniu no primeiro semestre foi a vergonha.” Esse caso é parte de uma pesquisa mais ampla que visa à análise fina das relações socioacadêmicas em sala de aula no ensino superior.

Palavras chave: permanência escolar, ensino superior, reconhecimento social

XI-APS-73145 -Corpo(s), gênero(s) e sexualidade(s): Uma experiência de ensino em contexto acadêmico.

Ana Maria Brandão - Prof^a. Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho.

Sérgio Antônio Silva Rêgo - Doutorando em Sociologia pela Universidade do Minho e Investigador Colaborador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho.

Joana Teixeira Ferraz da Silva - Doutoranda em Sociologia pela Universidade do Minho

Comunicação Oral

O gênero e a sexualidade têm-se afirmado como elementos transversais, quando não centrais, de diversas disciplinas científicas. O crescente investimento dos/as sociólogos/as portugueses/as nestes domínios por via de projetos de investigação científica, comunicações e publicações em revistas de referência nacionais e internacionais, tem sido também consistente e notório. Todavia, ao passo que, noutras realidades, tem sido também prestada atenção ao ensino de questões ligadas ao gênero e à sexualidade em contexto académico, praticamente nada existe publicado acerca da experiência nacional. No ano letivo de 2006/2007, o plano de estudos da Licenciatura em Sociologia da Universidade do Minho passou a incluir, como disciplina opcional do 2.º ano, a UC Género e Sexualidade. Em

2013, essa disciplina passou também a ser oferecida a todo o corpo discente da Universidade. É sobre o desafio de trabalhar conjuntamente com jovens estudantes de Sociologia, mas também de outros cursos, temas do quotidiano e seus respetivos fundamentos epistemológicos, no sentido de oferecer instrumentos de autocompreensão, mas também de uma intervenção social, política e profissional mais capacitada que trata esta comunicação. Recorrendo a informação proveniente da experiência docente, mas também a dados recolhidos através da observação participante e do questionário, traçamos o perfil dos públicos que frequentam a disciplina e as suas motivações e representações acerca de diversas questões ligadas ao género e à sexualidade nos momentos inicial e final do semestre. Os resultados obtidos mostram que a disciplina é frequentada quase em igual proporção por estudantes de Sociologia e de outras licenciaturas, incluindo estas as ciências naturais e da vida, humanidades e engenharias, o que suscita questões relevantes em contexto de discussão em sala. Predominam claramente as estudantes e, entre as motivações, destacam-se a necessidade de aprofundamento de conhecimentos, mas também a utilização destes para a vida quotidiana, sendo esta última opção assinalada sobretudo pelos estudantes.

Palavras chave: Ensino académico; Corpo; Género; Sexualidade

XI-APS-73520 -Os estudantes de origem asiática nas escolas básicas e secundárias portuguesas: presença e desempenho (2011-12 a 2016-17)

Teresa Seabra - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)/CIES-IUL

Sofia Gaspar - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)/CIES-IUL

Helena Carvalho - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)/CIES-IUL

Comunicação Oral

As migrações de cidadãos asiáticos (chineses, indianos e nepaleses) em Portugal têm vindo a aumentar nos últimos anos, sendo não só condicionadas pela estrutura do mercado de trabalho português, como também pela importância económica e política de países como a China e a Índia na atualidade internacional. Neste contexto, a importância de analisar a integração social destes imigrantes, assim como a análise da inclusão e percurso escolar dos seus filhos no ensino português torna-se central. Alguns estudos anteriores desenvolvidos nos Estados Unidos (Lee e Zhou, 2017; Xie e Goyette, 2003), Hong Kong (Xu e Wu, 2017) e Inglaterra (Health et al., 2008), indicam que os descendentes de imigrantes asiáticos (particularmente os chineses) têm, em geral, um melhor desempenho escolar do que o de outros grupos de imigrantes. Um dos argumentos que tem vindo a ser apresentado para justificar estes resultados baseia-se na ‘tese da cultura asiática’, isto é, na ênfase dada pelos pais com origem asiática à educação dos filhos, e ao valor positivo atribuído ao trabalho, disciplina e rigor no comportamento social. Em Portugal os estudos centrados nesta temática são escassos e os dados que detemos até agora são dispersos e fragmentados não

permitindo retirar conclusões sólidas. Neste sentido, os objetivos de este estudo são (i) conhecer a evolução registada na presente década no que se refere ao contingente de alunos com origem asiática (chinesa, indiana e nepalesa) a frequentarem o ensino básico e secundário em Portugal, (ii) identificar a sua distribuição no território nacional e nas escolas e (iii) comparar tanto o perfil social das suas famílias como os trajetos escolares realizados. Os dados foram cedidos pelo Ministério da Educação no âmbito do projeto (Des)igualdades nos trajetos escolares dos descendentes de imigrantes (em curso no Cies-Iscte) e reportam-se ao período entre 2011-2012 e 2016-2017. As análises permitem concluir pela existência de uma diversidade interna a estes alunos de origem asiática, tanto no que se refere ao seu perfil social quanto ao seu desempenho escolar, o que questiona a validade da 'tese da cultura asiática' aplicada ao contexto português.

Palavras chave: descendentes de imigrantes, estudantes asiáticos, desempenho escolar, ensino básico e secundário

XI-APS-74107 -Family-based Open Science Schooling – Capacity and Guidance Building in Secondary Schools

Ana Benavente - Universidade Lusófona/ CeIED

Sónia Vladimira Correia - Universidade Lusófona/ CeIED

Comunicação Oral

Our digital society calls for a change in educational paradigm - students need to become agents of change as digital citizens able to critically analyse problems affecting society and bring solutions to them. For this, there is a strong need to boost the interest in and retention of students in science, technology, engineering, arts and maths (STEAM) subjects. However, a recent trend shows young students develop resistance towards science learning and science careers. Portugal is partner of the Family-based Open Science Schooling – capacity and guidance building in secondary schools. This is a Erasmus+ Project in which 7 countries: Finland (Project Coordinator) Portugal; Lithuania; Greece; Poland; Turkey; Bulgaria and Spain. The project goal is to encourage “open schooling” where schools, in cooperation with other stakeholders, become an agent of community well-being. Families are encouraged to become real partners in school life and activities; professionals from enterprise, civil and wider society are actively involved in bringing real-life projects into the classroom. The project three main objectives are: encouraging families to become real partners in school life and activities through participatory design; co-creating 'science everywhere' activities alongside teachers, students and families to support responsible science education and supporting the deployment of immersive Joint Science Missions involving the community as a whole so that schools become agents of community well-being. To achieve these objectives, one powerful way to engage young students in science in society is to include families in young people's real-life science learning in their everyday life

context. Families, especially parents, have a crucial role in influencing students' engagement in science learning. They serve as role models related to the relevance of science in their own professional careers, as well as work as zealous facilitators of students' science learning at home. Based on these objectives, the project will produce product as well as process outcomes. process outcomes will results from the various project phases (please refer to the detailed work programme attached), whereas product outcomes will be based on the full project experience and expressed through four intellectual outputs: 1. the school guide to family-based open science schooling – capacity building for teachers to co-create with students and their families; 2. families in science learning – the video (Portuguese Coordination); 3. study: how family-based open science schooling helps (re)engage young students in science (Portuguese Coordination) and 4. policy paper: challenges to open science schooling innovation & re-thinking science education.

Palavras chave: Keywords: Family; School; co-creation science; science everywhere; open schooling

XI-APS-74654 -O uso da Arte na formação dos assistentes sociais em Portugal

Idalina Machado - IS-UP; ISSSP

Sara Melo - IS-UP; ISSSP

Joana Guedes - CLISSIS; ISSSP

Sandra Mendes - UTAD; ULP; CIES

Comunicação Oral

A pesquisa científica e a prática profissional têm vindo a demonstrar que as diferentes formas de expressão artística (música, teatro, dança etc.) revelam-se instrumentos especialmente eficazes no que diz respeito à intervenção social, seja na prevenção, reabilitação e tratamento de pessoas que apresentam problemas psicossociais, seja no seu potencial para capacitar e fortalecer o desenvolvimento social e pessoal de indivíduos numa comunidade. Por esse motivo, formar interventores sociais com recurso à arte torna-se, na nossa perspetiva, uma condição imperativa. Nesta comunicação dá-se a conhecer os dados para Portugal do projeto “El Uso del Arte en la Formación y en la Intervención del Trabajo Social: Estudio Comparado entre España y Portugal” (INATS na sua versão inglesa). Recorrendo à pesquisa documental, analisaram-se os planos de estudos das licenciaturas em Serviço Social em Portugal, lecionadas em 16 escolas públicas e privadas. Esta análise incidiu sobre as fichas das unidades curriculares disponibilizadas online e relativas ao ano letivo de 2018/2019. No total foram analisadas 600 unidades curriculares, das quais 488 obrigatórias (81,3%) e as restantes 112 optativas (18,7%), apenas tendo sido possível obter informação detalhada sobre a unidade curricular (programa, métodos de ensino e de avaliação, bibliografia) para cerca de 50% dos casos. Para efeitos de análise foi considerada a presença da palavra ou práticas artísticas na designação, nos conteúdos

programáticos, nos métodos de ensino, nos métodos de avaliação e na bibliografia da unidade curricular. Do trabalho de análise dos planos de estudo pode concluir-se que a Arte ainda está muito pouco presente nesta formação. Embora em 10 das 16 escolas existam unidades curriculares com referência à Arte, a verdade é que, num total de 600 unidades curriculares analisadas tal sucede apenas em 45 (7,5%), sendo que metade destas são da área concreta do Serviço Social. Naquelas que fazem referência à Arte destaca-se a presença desta sobretudo nas metodologias de ensino. Nas restantes categorias de análise a presença é muito mais residual, particularmente no que diz respeito à designação da unidade curricular (apenas 4% dos casos analisados).

Palavras chave: Arte; Serviço Social; Formação

XI-APS-79173 - “Os de dentro” e “Os de fora” na Universidade Pública Brasileira - Um retrato em alguns traços do ‘antes’ e do ‘agora” pela lente da interseccionalidade
Gissele Alves - Universidade de Brasília; Instituto Federal de Brasília

Comunicação Oral

Esta proposta é um recorte de minha pesquisa de doutoramento em curso que tem como foco de investigação representações discursivas e construções identificacionais relacionadas à política educacional que prevê o sistema de cotas para ingresso nas instituições federais brasileiras. Instituída pela Lei 12.711/2012, a política determina às instituições federais de ensino superior que reservem a partir de 2016, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Diante disso, a pesquisa tem como objetivo precípuo desvelar discursos que naturalizam a desigualdade social e reforçam suas fronteiras como também discursos de resistência às barreiras e aos constrangimentos de acesso aos bens simbólicos e materiais, sobretudo, à universidade pública no Brasil. Para tanto, embaso-me no referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (1992; 2003) e de Chouliaraki e Fairclough (1999) colocado em diálogo com constructos das Ciências Sociais Críticas, nomeadamente, da Sociologia da Juventude e da Educação, tecendo discussões, entre outras questões, sobre identificação e diferenciação, representação discursiva, desigualdade, interseccionalidade, educação, pensamento pós-abissal de autores como Boaventura Santos (2002, 2011), Bourdieu (1978), Ferreira (2017), Firmino da Costa (2012), Giddens (2000), Giroux (2011), Lahire (2001, 2004, 2006) Mannheim (19?), Pais (1993, 1999, 2005), Teixeira Lopes (1996, 2002, 2012, 2015). Destarte, ainda que a pesquisa de doutoramento esteja pautada pela perspectiva da Pesquisa Qualitativa, à luz de Cameron et al. (1992) e de Denzin e Lincoln (2006), o recorte que proponho para o presente trabalho compõe a análise da conjuntura da tese e consiste no desenho de um retrato dos estudantes universitários, sob a lente da interseccionalidade, tomando por base dados estatísticos de instituições oficiais. Assim, o retrato – que tem como enquadre é a universidade brasileira e pano de fundo a política do

sistema de cotas –, cruza dois tempos e uma diversidade de origens e trajetórias a potencialmente impactar construções identificacionais, práticas, projetos e agências. Considerando, sobretudo, o atual contexto político e institucional do país, esboçar um retrato, assinalar cores e tons da diversidade “dos de fora” pode lançar luz aos traços, caminhos e projetos orientados para um futuro menos desigual.

Palavras chave: Ensino Superior; Sistema de cotas; Juventudes; Interseccionalidade.

XI-APS-79203 -Habitar a escola: as sociabilidades nos percursos de continuidade escolar dos alunos ciganos nas áreas metropolitanas de Porto e Lisboa

Olga Magano - Universidade Aberta e CIES-IUL, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Maria Manuela Mendes - Faculdade de Arquitetura de Lisboa e CIES-IUL, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Pedro Candeias - UL, ISAMB e ICS

Comunicação Oral

Nos últimos anos, várias políticas educativas e sociais têm visado alargar o acesso e garantir condições de prolongamento das carreiras escolares até ao final do ensino secundário para todos os alunos. Mas o objetivo político da permanência na escola para todos é acompanhado por questões de desigualdades e exclusão que teimam em persistir e que afetam de forma clara os jovens de origem cigana. Por um lado, os números sobre as taxas de escolarização e resultados escolares mostram diferenças entre grupos sociais, sendo Portugal um dos países onde as origens socioeconómicas mais explicam as diferenças no sucesso dos alunos (OCDE, 2019), facto que se intersecta com outros fatores de diversidade. Por outro lado, ao ato de permanecer na instituição escolar associam-se desafios de inclusão, aceitação e pertença, sendo a este respeito importante indagar sobre as relações de sociabilidade dos alunos. Nesta comunicação, pretende-se discutir formas de continuidade e de inclusão escolar de maneira a aprofundar o olhar sociológico sobre o significado da escola para todos, a partir do caso dos alunos ciganos. Interessa perceber a natureza, densidade e extensão das suas redes de sociabilidade, os modos de convivência cultural fora e dentro da escola e se e de forma estes fatores moldam a decisão sobre permanecer e a experiência da continuidade na instituição escolar. Na verdade, estamos perante alunos cujos percursos escolares são ainda hoje marcados por níveis elevados de insucesso e abandono, por comparação com alunos não ciganos, para além de serem alvo de práticas de segregação e discriminação em contexto escolar (Mendes, Magano e Candeias, 2014; Mendes, Magano e Costa, 2020). Para tal, baseamo-nos na informação recolhida no âmbito do Projeto em curso EDUCIG – Desempenhos escolares entre os Ciganos, Investigação-ação e projeto de co-design junto de 30 alunos ciganos a frequentar o ensino secundário nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e que configuram trajetórias de contratendência. Teremos em conta, por um lado, os dados da observação etnográfica e, por

outro, os das entrevistas semi-dirigidas. Em particular, os seus testemunhos permitem-nos explorar, primeiro, a sua opinião quanto às condições que evocam para a sua permanência na escola e às razões que avançam para explicar o abandono da maioria dos seus pares. Do ponto de vista das desigualdades, tais discursos permitem observar sobretudo a recorrência de menções à condição cultural de origem e aspetos relacionados com a experiência escolar propriamente dita, que acrescem às perceções sobre alterações ao sistema de oportunidades. Os seus relatos possibilitam ainda uma análise das suas redes de sociabilidade e das maneiras como se sentem (ou não) incluídos na instituição escolar. Finalmente, atentaremos às sugestões que propõem para inverter a situação de abandono e prevenir situações discriminatórias na escola.

Palavras chave: alunos ciganos; inclusão escolar; desigualdades sociais e escolares; sociabilidades, trajetos de contratendência

XI-APS-79875 -La Transformación de las concepciones de la cultura en el mundo educativo. Un análisis comparativo de la Educación Secundaria en Vigo (España) y Braga (Portugal)

José F. Durán Vázquez - Universidad de Vigo

Eduardo Duque - Universidade Católica Portuguesa de Braga. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho

Comunicação Oral

La comunicación que ahora se presenta a modo de resumen tiene por objetivo analizar las concepciones de la cultura de los principales actores que intervienen en el ámbito de la educación secundaria (instituciones políticas, profesores, estudiantes, padres y orientadores vinculados al campo de la pedagogía y de la psicología), en las áreas de Vigo, en España, y Braga, en Portugal. Primeramente, mostraremos los principales cambios que ha experimentado la noción de cultura en el mundo occidental, cambios que acompañaron el desarrollo de las instituciones educativas a lo largo de la Época Moderna. Desde este punto de vista, nos referiremos al ideal de la cultura humanista vinculado al nacimiento de los centros escolares surgidos al calor de la contrarreforma; y también a aquel otro relacionado con la Ilustración. La noción de cultura Ilustrada se mantuvo en Occidente hasta los años 60 del pasado siglo, impulsando la expansión de los sistemas educativos de masas, en relación con el deseo de liberar a los individuos de la superstición y de sus condicionamientos sociales, posibilitando su desarrollo individual y colectivo. Como también se mantuvo aquel otro ideal de cultura, de raíz humanista, vinculado a las formas de distinción de las clases más elevadas. Desde finales de los años 60 de la pasada centuria estas concepciones de la cultura se han ido erosionando. A ello contribuyó la falta de vinculación entre educación y empleo, con la consiguiente incapacidad de los sistemas educativos para distribuir posiciones sociales de una manera considerada legítima. Y

también el hecho de que el ideal de la cultura humanista ya no estaba en relación con las formas de distinción de las clases medias-altas y altas. En este contexto, surgieron una serie de críticas a las anteriores concepciones de la cultura. Desde la izquierda se consideraba que estaban vinculadas a la reproducción de las clases; y desde la perspectiva liberal que eran ineficientes desde el punto de vista laboral y productivo. En este contexto emergió una noción de cultura, legitimada por las instituciones políticas, laborales y educativas, vinculada tanto con el imaginario educativo moderno, como con el universo tecnológico-productivo. Paralelamente, la juventud se fue alejando gradualmente de la cultura ilustrada meritocrática, cada vez más ajena a sus mundos de vida, articulados en torno a las esferas del ocio y el consumo. En este escenario nos planteamos los siguientes interrogantes: en qué medida los principales actores vinculados a las instituciones de educación secundaria comparten algunas de las dimensiones de la cultura señaladas anteriormente; de acuerdo con estas dimensiones, qué expectativas tienen y qué fines atribuyen a la educación escolar; cómo influye todo ello en la integración escolar de la juventud.

Palavras chave: Cultura, educación, Portugal, España

XI-APS-80241 -Um Arco-Íris Multicultural: o reconhecimento da diversidade cultural na educação no Brasil e em Portugal

José Resende - Universidade de Évora

Guilherme Paiva de Carvalho - Universidade de Évora

Bruno Miguel de Almeida Dionísio - Universidade de Évora

Comunicação Oral

O estudo aborda o ensino sobre a diversidade cultural no espaço escolar, tomando como referência as políticas públicas para a educação no Brasil e em Portugal. A análise das políticas educacionais associadas à diversidade cultural na educação no Brasil e em Portugal é delimitada no período de 2001 a 2011. Assim, enfatizam-se políticas públicas no Brasil como as Leis 10.639/03 e 11.645/08 — que estabelecem a obrigatoriedade do ensino das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no currículo da educação básica —, bem como no estudo de outras normas e dispositivos implantados em Portugal, como a criação do mediador sociocultural com a Lei n.º 105/2001 e a Lei n.º 60/2009, que enfatiza a importância do respeito à diversidade sexual. Essas políticas têm uma correlação com um contexto mais amplo, em um nível mundial, sendo influenciadas por órgãos transnacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Desde a redemocratização, observa-se tanto no Brasil como em Portugal um processo de reconhecimento de identidades culturais estigmatizadas na sociedade em decorrência de um racismo estrutural e velado que exclui indivíduos por questões étnicas e raciais. É o caso

do reconhecimento das contribuições das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas na formação da sociedade brasileira. Com a intensificação dos fluxos migratórios em Portugal passaram a ser implementadas políticas de combate ao racismo e à discriminação associada a questões raciais e de gênero. Desse modo, considerando as especificidades, aproximações e distanciamentos entre Brasil e Portugal, no âmbito educacional observa-se a implementação de políticas públicas voltadas para o respeito e o reconhecimento de identidades culturais estigmatizadas, além de propostas de redução do fracasso escolar, combate ao racismo e promoção da igualdade de oportunidades na educação. O estudo se baseia em pesquisa documental realizada no Brasil e em Portugal. A análise mostra avanços no Brasil e em Portugal na implementação de políticas educacionais voltadas para o reconhecimento da diversidade cultural, no período mencionado.

Palavras chave: Educação, Diversidade, Cultura, Políticas

XI-APS-80296 -Memórias, narrativas e construções identitárias no processo de afiliação de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra

Antonio José Barbosa de Oliveira - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Comunicação Oral

O trabalho tem como foco analítico as relações entre história, memória, identidades e narrativas de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (UC). Valendo-se da etnometodologia (COULON, 1995), da netnografia (KOZINETS, 2009), dos estudos da linguagem/discurso (BAKHTIN 2009, 2010) e das histórias de vida (LECHNER, 2009) como principais referenciais teórico-metodológicos, pretende-se também observar as variáveis que atuam nas diversas formas de comunicação e nos processos de interação dos estudantes, bem como das complexas forças que agem no processo de afiliação estudantil (COULON, 2008) e que interferem nas condições de permanência, evasão, sucesso e insucesso acadêmico nas universidades. Observa-se, ainda, o funcionamento e atualização das redes de memórias entre Brasil e Coimbra, bem como as relações entre memória, informação e mídias digitais. A presente investigação tem seu desenvolvimento estruturado em três eixos: 1) A instituição Universidade de Coimbra e suas relações com a “memória acadêmico-científica brasileira”; 2) As relações entre memória social e interações nas mídias digitais, bem como os processos de interação social na vida cotidiana dos estudantes; 3) A construção e vivência do que chamamos de “desejo por Coimbra” e sua correspondência no processo de afiliação dos estudantes na UC. Realizou-se pesquisa de campo na cidade de Coimbra, com 8 entrevistas semi-estruturadas junto a estudantes brasileiros que realizavam suas atividades acadêmicas na Universidade de Coimbra (licenciaturas ou intercâmbio). A investigação aponta as singularidades de cada experiência, bem como a importância dada, pelos estudantes, à vivência acadêmica fora do Brasil.

Palavras chave: memória; narrativas; identidades; educação superior

XI-APS-81198 -Educação e aprendizagens não formais e informais de jovens no ensino secundário: A reprodução social e cultural no vaivém do centro e das periferias

José Augusto Palhares - CIEd-Instituto de Educação, Universidade do Minho

Comunicação Oral

Se a educação não-escolar (não-formal e informal) tende a não existir quando analiticamente isolada da forma escolar, de igual modo um olhar atento à escola revelará que os seus atores (jovens e famílias) não lhe conferem o exclusivo das aprendizagens, nem muito menos prescindem de outras experiências educativas no seu quotidiano. Porém, as lógicas de reprodução social parecem também estar implícitas na seleção de atividades educativas para além da escola, sendo que muitas delas exigem consideráveis investimentos económicos e o envolvimento das famílias. A procura de complementos e de suplementos à educação escolar reveste-se de um sentido de missão, sobretudo, para as famílias de classe média, na medida do possível articulada a um (per)curso escolar que disponha de um ratio elevado de empregabilidade. A perceção do bloqueamento dos mecanismos de mobilidade (nalguns casos descendente) e a necessidade de preservação de um ideário educativo, constituem elementos que estão para além da construção de programas de socialização congruentes com o seu espaço social familiar de pertença. A nossa abordagem irá contemplar um ponto de vista que colocará a escola no centro dos quotidianos educativos das crianças e jovens e as periferias como espaços-tempos onde ocorrem outras educações e aprendizagens. Apoiar-nos-emos em várias investigações realizadas nos últimos anos, a partir das quais problematizaremos as relações e interfaces que se tecem entre o centro e as periferias, nomeadamente aquelas que tendem a conferir importância ao desempenho académico e ao desenvolvimento do ofício do aluno. Os dados utilizados foram recolhidos no âmbito de quatro estudos de caso, realizados no norte e centro de Portugal, através da administração de inquéritos por questionários, de entrevistas semiestruturadas (a alunos e a professores) e de grupos de discussão focalizada com alunos. O não-formal e o informal constituíram dimensões importantes para a compreensão da performance escolar dos estudantes da escola secundária pública portuguesa. O tipo e as características das atividades frequentadas para além da escola surgiram relacionadas com o estatuto socioeconómico dos alunos e com os objetivos que estes estipularam para o seus desempenhos e percursos escolares.

Palavras chave: Educação não-formal e informal; Reprodução social e cultural; Ofício do aluno; Centro e periferias educativas

XI-APS-85644 -Que lugar para o trabalho docente na (re)configuração da identidade profissional dos académicos?

Mariana Gaio Alves - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Marta Mateus de Almeida - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Joana Viana - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

O livro de Tony Becher (1989) intitulado “Academic Tribes and Territories: intelectual enquiry and the cultures of disciplines” reporta uma investigação considerada de referência no campo de pesquisa sobre académicos. Nessa obra, o autor revela que as entrevistas que realizou com académicos centraram-se em vários aspetos da respetiva profissão e não especificamente no seu papel enquanto professores, sendo que apenas um número limitado de entrevistados explorou as questões relativas aos estudantes e ao ensino. Trinta anos depois, a ideia de que as questões pedagógicas continuam a ser pouco valorizadas, por confronto com as atividades de investigação e produção científica, continua a ser apontada como consensual e partilhada pela generalidade dos académicos. Não obstante, as mudanças que marcaram a evolução do ensino superior nas últimas décadas suscitaram um conjunto alargado de desafios para o trabalho docente dos académicos associados, designadamente, à expansão e diversidade dos estudantes, à multiplicação e variedade das ofertas formativas, à heterogeneidade das situações profissionais e vínculos entre os docentes e as instituições em que trabalham. Assim sendo, esta comunicação propõe-se interrogar qual o lugar do trabalho docente nas identidades profissionais dos académicos, mobilizando resultados preliminares de uma pesquisa qualitativa. Para tal, assume-se que as identidades profissionais resultam de um processo de construção social sempre inacabado que envolve, em simultâneo, transações internas aos sujeitos e transações externas entre os sujeitos e o contexto envolvente (Dubar, 1991). Neste enquadramento, analisam-se testemunhos escritos por professores de ensino superior desafiados a refletir sobre duas questões: “Qual o lugar do trabalho docente na minha identidade profissional?” e “Quem sou eu enquanto professor?”. É expectável que sejam considerados os testemunhos de cerca de 23 professores de universidades e politécnicos, de várias áreas disciplinares e em etapas diferenciadas do respetivo percurso enquanto docentes. Deste modo, pretendemos contribuir para deslindar a complexidade dos processos de (re)configuração das identidade profissional dos académicos na contemporaneidade.

Palavras chave: professores; académicos; ensino superior; identidade profissional

XI-APS-85767 -Sociologia e ideologia: um estudo sobre a percepção de ideologia entre os jovens estudantes no ensino secundário entre Brasil e Portugal

Talita Cristine Rugeri - Universidade Federal do Paraná

Comunicação Oral

Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado iniciado em 2019 na Universidade Federal do Paraná, com objetivo central analisar a construção do posicionamento ideológico dos estudantes durante as aulas de sociologia, em escolas públicas e privadas de ensino secundário no Brasil (Curitiba/Pr) e em Portugal (Lisboa). Sendo Ideologia um conceito polissêmico, passou por uma série de revisões e debates no último século (Eagleton, 1997); um termo de uso acadêmico e não acadêmico aparece como posição, exemplificação, sujeição, identificação, falsa representação. Com relação ao sujeito-estudante compreende-se por jovens em processo de formação de identidade social (Hall, 1998) em processo de escolarização. A partir disso os demais objetivos dessa pesquisa são compreender: a) como ocorre e se ocorre a compreensão de ideologia enquanto conceito sociológico, b) como é ensinado ideologia nas aulas de sociologia, c) como o conceito de ideologia tem se alterado no decorrer das gerações, d) qual a relação da construção da noção de ideologia dos estudantes com as mídias sociais, família, religião, classe, gênero e raça. A metodologia utilizada é a autoetnografia (SANTOS, 2017) partindo da realidade empírica da última década enquanto docente com mais de 120 redações de estudantes sobre a temática, e entrevistas online (Flick, 2012) (devido ao momento pandêmico na qual o mundo se encontra) com estudantes portugueses e brasileiros, permitindo realizar um cruzamento de dados entre os dois países. Será analisado também projetos como “Escola sem Partido” (2004) e a nova “Base Nacional Curricular Comum” (2016) no Brasil, que tem alterado conteúdos e propostas de ensino para as escolas básicas, uma vez que a sociologia é disciplina obrigatória para todas as séries nas escolas brasileiras. Em Portugal será analisado os conteúdos que são lecionados em sociologia no ensino secundário, uma vez que sociologia é lecionado na área de linguagens e ciências da humanidade. A pesquisa encontra-se em andamento com revisão da bibliografia e aplicação de entrevistas online no Brasil, com previsão de aplicação das entrevistas em Portugal a partir de março de 2020 com o doutoramento de seis meses da Universidade Nova de Lisboa. Referências

Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. 238 p.
- EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, 1997. 204 p.
- FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa um guia para iniciantes. Porto Alegre Penso 2012. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 102 p.
- SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. PLURAL (SÃO PAULO. ONLINE), v. 24, p. 214-241.2017.
- ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Palavras chave: Ideologia, estudantes, sociologia

XI-APS-86333 -As cotas nos cursos técnicos do IFPR - Brasil: um estudo sobre a procura de estudantes por vagas asseguradas em Lei

Maria Luiza Kraft Köhler - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Augusta Pelinski Raiher - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Comunicação Oral

Este estudo tem por objetivo analisar dados sobre acesso de estudantes atendidos pela Lei de Cotas (12.711/2012) em cursos técnicos integrados ao ensino médio no Instituto Federal do Paraná (IFPR), no sul do Brasil, no processo seletivo 2018/2019. O IFPR é um dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) do Brasil e oferece ensino técnico, tecnológico e superior para promoção de trabalho e renda com perspectiva de desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008). A Lei de Cotas destina vagas a egressos de escolas públicas em cursos superiores e de nível médio técnico nos IFs, respeitando percentuais estabelecidos por faixa de renda (inferior a 1,5 salário mínimo per capita - R\$1431,00 ou \$380 aproximadamente), raça (autodeclarados pretos, pardos ou indígenas) (BRASIL,2012) e presença de deficiência (BRASIL, 2016). Contudo, mesmo com a disponibilidade de vagas gratuitas nos IFs voltadas aos grupos, identifica-se uma baixa procura e o conseqüente não preenchimento de vagas por este público prioritário. Neste sentido, Bourdieu (2004) mostra que estudantes provenientes de algumas realidades sociais se deparam com barreiras que dificultam e, até mesmo, os impedem de adentrar em um novo campo educacional. Por isso, são analisados dados sobre a procura e matrícula por vagas destinadas às cotas em comparação às de ampla concorrência. Foram analisados informações abertas do processo seletivo 2018/2019 da instituição pesquisada (IFPR, 2018). Cabe salientar que o IFPR ofereceu 2515 vagas, sendo 80% destas voltadas para cotas. Como resultado, verificou-se que o quantitativo de estudantes que identificaram na inscrição a condição de egressos de escola pública e/ou preto/pardo/indígena e/ou com deficiência foi inferior ao da ampla concorrência, sendo 3789 inscritos no primeiro e 5745 no segundo grupo. Quanto à origem escolar, 3488 candidatos informaram que são provenientes de escolas públicas e 6046 candidatos de escolas particulares (incluindo neste 302 autodeclarados pretos ou pardos ou indígenas ou com deficiência). Por meio de dados de acesso público do Censo Escolar de 2018 (IBGE, 2018), referentes aos matriculados nos 27 municípios do estado em que o IFPR atua, verificou-se que o número de inscritos provenientes de escolas particulares representou 52,5% (N=11.510) da população de estudantes deste grupo aptos a participar da seleção naquele ano (nono ano do ensino fundamental), enquanto no grupo dos estudantes de escolas públicas – público ao qual a instituição prioritariamente se destina - apenas 7,8% (N=44.929) do total de matriculados na rede pública se inscreveram. Embora os dados encontrados não identifiquem qual o percentual de estudantes que informaram incorretamente sua origem escolar, os resultados

podem fomentar a discussão acerca das dificuldades ou impeditivos para que estudantes de escolas públicas procurem os IFs.

Palavras chave: IFPR. Cotas. Curso Técnico. Acesso

XI-APS-86907 -Projeto Educativo Municipal, entre o local e o global

Célia Rodrigues - Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Assistente Convidada na ESECS – Instituto Politécnico de Leiria; Técnica Superior no Município de Leiria

Comunicação Oral

A partir de um caso prático, apresenta-se o Projeto Educativo Municipal - Leiria Concelho Educador (PEM) enquanto exemplo de um plano estratégico para o desenvolvimento local (concelho), de natureza multissetorial, assente numa cultura colaborativa de trabalho em rede, sistemática e coerente, alavancada por comunidades de aprendizagem dinâmicas e proactivas, unidas em torno da identificação de prossecução de objetivos comuns. O PEM assume-se como uma orientação educativa que resulta da participação dos atores educativos na construção de uma comunidade crítica de aprendizagem. Potenciando a integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, estreita laços entre a escola, a família e a comunidade e valoriza a iniciativa de todos os atores, na dupla perspetiva de satisfação dos objetivos do sistema educativo e da realidade social em que a escola se insere. Enquanto documento de orientação/ação estratégica, o PEM comunga do princípio de que as respostas educativas de natureza comunitária têm um papel crítico na promoção do desenvolvimento do território, conferindo aos projetos educativos das escolas identidade local e cultural. Numa perspetiva de construção de desenvolvimento local sustentável e a promoção da qualidade de vida, alia as dimensões da educação, família, cultura, sociedade, cidadania, ação social, saúde, património e economia. Na sua matriz conceptual, assenta nos pressupostos de inovação social de base comunitária. As ações que integra devem ser entendidas como enriquecedoras e complementares da sala de aula, que expressam a preocupação de um município em articular programas, projetos e ações comunitárias com as propostas curriculares, trazendo a escola e a comunidade às bibliotecas, museus, aos espaços culturais e desportivos e ao património, numa perspetiva assente, e a caminhar, para a atual política de descentralização de competências na educação, em sintonia com a autonomia das escolas e com o “Perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória”. O PEM tem por base uma metodologia de investigação-ação, considerada como um veículo excecional de mobilização e ativação da consciência crítica dos atores sociais envolvidos. As atividades que integram o PEM visam promover o desenvolvimento holístico dos alunos em particular e da comunidade em geral com vista ao exercício pleno da cidadania individual e coletiva, fator essencial para a aquisição de competências para a prática da democracia participativa.

Constituindo redes que potenciam a igualdade de oportunidades, singularidades e complexidades do território e seus agentes, construção e reconstrução de políticas de base local num contexto global, no qual o município é o ator central enquanto interlocutor e potenciador de conexões balizadas no espaço e no tempo, deixando entreaberta a possibilidade de novas conexões.

Palavras chave: Desenvolvimento Local, Educação, Participação, Rede

Sociologia da Infância

XI-APS-12746 -**Crianças e agressão online: contextos, "digital drift" e mediação social**

Maria João Leote de Carvalho - CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, NOVA FCSH

Cristina Ponte - ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA, NOVA FCSH

Susana Batista - CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, NOVA FCSH

Comunicação Oral

As práticas digitais das crianças estão principalmente relacionadas com entretenimento e comunicação, seguindo-se a procura de informação que atenda aos seus interesses. Estas atividades não são conclusivamente positivas ou negativas, pois isso depende de uma diversidade de (f)atores. Como o uso da Internet por crianças se tornou mais prevalente do que nunca na sua vida quotidiana, o potencial para o envolvimento em agressão online, associado a um "digital drift" (Goldsmith & Brewer, 2015) em etapas cruciais do desenvolvimento seu pessoal e social, como a adolescência, também está substancialmente aumentado. Com base numa pesquisa realizada com uma subamostra do inquérito EU Kids Online (2017-2019) de 1404 crianças, com idades entre 9 e 16 anos, que relataram ter se envolvido em atos agressivos online no ano anterior, procurou-se conhecer (i) se existe relação entre o acesso e os usos da internet e o envolvimento em agressões online, (ii) quais os principais traços psicológicos, idade e sexo destas crianças e (iii) a que tipos de mediação social no acesso à internet estão mais associadas. Através de uma análise de clusters, os respondentes foram classificados em três grupos distintos. Os resultados enfatizam a prevalência de um "digital drift" para a maioria, revelando-se os fatores de risco para agressão online e como estes se relacionam com tarefas de desenvolvimento específicas da idade. Os rapazes predominam, mas a diferença por sexo não é tão grande quanto se compara com a agressão em contextos offline. Para quase metade das crianças, a agressão online anda a par de experiências de vitimização. Mais do que supervisão parental inadequada, todos os grupos partilham elevados níveis de privação emocional. A sensação de isolamento e de falta de apoio social adulto torna-se mais relevante entre as crianças com um envolvimento mais intenso e problemático na agressão online a par de um exacerbado sentimento de confiança nas suas competências digitais e segurança online. Em termos de políticas públicas, os resultados confirmam que a agressão online por crianças tem de ser encarada numa perspetiva ecológica atendendo ao complexo e fluido contínuum offline-online que marca os contextos sociais em que as crianças crescem na atualidade.

Palavras chave: Crianças; Media Digital; Agressão Online; "Digital Drift"; EU Kids Online

XI-APS-16284 -Desafios éticos e metodológicos à investigação com crianças em contextos de privação alimentar

Vasco Ramos - ICS-ULisboa

Mónica Truninger - ICS-ULisboa

Sónia Goulart Cardoso - ICS-ULisboa

Fábio Augusto - ICS-ULisboa

Comunicação Oral

Desde a década de 1990, as crianças emergiram como sujeitos proeminentes na pesquisa em ciências sociais, num desenvolvimento teórico e metodológico fortemente impulsionado pela sociologia da infância. O reconhecimento de que as crianças são especialistas competentes nas suas vidas e mundos interacionais implicou que fossem criadas condições para que as mesmas participem nos processos de pesquisa de forma ativa e não enquanto meros “objetos” da curiosidade científica. E, ao longo das últimas décadas, têm-se multiplicado os projetos de investigação que contam com a participação das crianças, com graus diferenciados de envolvimento (nos domínios da educação, saúde ou meio ambiente, por exemplo). No entanto, apesar do seu envolvimento crescente na investigação, há campos em que a participação das crianças é algo incipiente, como por exemplo no domínio da alimentação ou da pobreza alimentar, que são os focos desta apresentação. A presente reflexão tem por referência uma experiência de investigação recente em que, no âmbito de um projeto europeu, auscultamos as práticas alimentares e experiências quotidianas de crianças (e suas famílias) a viver em situação de pobreza alimentar, em locais economicamente desfavorecidos e etnicamente diversos em Portugal. Nesta apresentação iremos oferecer um relato reflexivo da ética-em-prática, tendo por base as dimensões sugeridas por Tracy (2010): ética processual, situacional e relacional. O nosso argumento é que, além das questões éticas incontornáveis na investigação com crianças (acesso e gatekeeping, consentimento informado, assimetrias de poder, confidencialidade e anonimato, reciprocidade e participação ativa), a participação das crianças neste tipo de pesquisa reveste-se de particular complexidade, apresentando desafios que são particulares aos domínios da alimentação e à situação de pobreza. Não oferecendo soluções definitivas, esta apresentação pretende partilhar experiências e discutir as estratégias usadas pela equipa para lidar com vários dilemas, aspetos que podem ser úteis a outros investigadores na sua prática de investigação.

Palavras chave: Crianças; Famílias; Métodos; Ética; Práticas Alimentares

XI-APS-22668 -Diferenças e desigualdades nas experiências da infância na cidade

Inês Barbosa - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

João Teixeira Lopes - Instituto de Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

As cidades têm muitas cidades dentro. Entre umas cidades e outras, há muros que se erguem, uns claros e concretos, outros simbólicos ou invisíveis, mas (aparentemente) perenes. São barreiras físicas e geográficas, mas são sobretudo fronteiras étnicas, etárias, de classe ou de género que restringem o direito de acesso aos espaços públicos. A infância não é alheia aos diferentes modos de fruição da cidade e às resistências que se dão nela e por ela. As experiências e quotidianos das crianças são diferentes. São estes modos distintos de viver a cidade na infância que trazemos a debate. Partimos de um projeto em curso: "CRiCity: As crianças e o seu direito à cidade" (FCT), desenvolvido nas duas maiores cidades portuguesas: Porto e Lisboa. Nesta comunicação, centramo-nos nos resultados da investigação no Porto. Depois de um período exploratório de pesquisa, os investigadores selecionaram dois contextos onde decorreram os estudos de caso, assim como duas instituições educativas nas suas imediações: uma escola primária privada constituída maioritariamente por crianças de classe média e classe média alta; e um centro social inserido num conjunto de habitações sociais de classe popular. Apresentamos nesta comunicação alguns dos resultados de grupos focais e das atividades de desenho com as crianças das duas instituições, com idades entre os 7 e os 11 anos de idade. A partir desses registos procuramos discutir alguns dos fenómenos de restrição e constrangimento dos direitos das crianças à cidade nas sociedades contemporâneas e que têm como efeitos mais visíveis: a limitação do acesso e usufruto dos espaços públicos, uma redução da mobilidade independente e uma diminuição acentuada do tempo livre e autónomo de brincadeira. Não descartando outros fatores, fazemo-lo à luz das dinâmicas de classe, por ser a variável que revelou mais pertinência nas interpretações das diferenças apontadas, no âmbito dos grupos que entrevistámos e nos contextos que observámos. Analisamos assim as diferentes experiências e representações sociais da cidade a partir dos discursos de crianças: os espaços públicos que frequentam, os sítios onde gostam mais de brincar, as dinâmicas de socialização entre pares, os medos e desafios de andar sozinho pelas ruas. Por fim, fechamos a comunicação refletindo sobre as aproximações e distâncias na forma de experienciar e usufruir dos espaços públicos, desvelando diferenças, restrições e paradoxos. Os resultados da pesquisa permitem repensar o direito das crianças à cidade, tendo em conta a sua diversidade sociocultural e as próprias mudanças na cidade e culturas urbanas e sua relação com as culturas de infância.

Palavras chave: Crianças, cidade, classes sociais, Porto

XI-APS-24042 -Percepção dos professores sobre as atitudes das crianças com relação aos colegas obesos versus colegas portadores de deficiência.

Gisele Correia da Silva - ISCTE

Comunicação Oral

É sabido que a porcentagem de indivíduos obesos ou acima do peso (O/AP) em todo o mundo tem aumentado exponencialmente. Nota-se um aumento igualmente significativo no preconceito e estigmatização desta população, não só entre adultos, mas também entre as crianças. A literatura refere que crianças demonstram, de forma implícita e explícita, desde tenra idade, preconceito em relação aos colegas O/AP. Acredita-se que as demonstrações explícitas de preconceito diminuem ao longo dos anos, mas não a intensidade do viés implícito. Crianças portadoras de deficiência (CPD) estão também suscetíveis à atitudes negativas dos pares e exclusão social. O estudo conduzido por Richardson e colaboradores (1961), por exemplo, que pedia para que as crianças classificassem em ordem de preferência as crianças das quais gostavam mais numa lista de cinco CPD variadas e uma O/AP, demonstrou que as crianças O/AP e as amputadas eram as últimas a serem escolhidas. O estudo de 1961 foi replicado 40 anos depois por Latner & Stunkard (2003), e o resultado apontou para um aumento de 40.8% na estigmatização das crianças O/AP. Estudos indicam que os adolescentes O/AP sofrem discriminação semelhante. O presente estudo, ao considerar as implicações que comportamentos discriminatórios podem ter no desenvolvimento psicológico e social dos indivíduos, tenta perceber, sob a perspectiva dos professores, algumas das possíveis relações entre as atitudes das crianças face aos pares O/AP versus CPD. Pretende também elicitar uma discussão sobre o tema e sugerir estudos adicionais que possam facilitar a compreensão deste fenómeno pouco explorado no contexto português. Trata-se de um estudo qualitativo. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas com professores do 4º ano do ensino primário de escolas públicas da cidade de Lisboa e região metropolitana. Os resultados encontrados são, porém, achados colaterais de uma pesquisa mais alargada sobre as representações sociais das crianças a respeito da deficiência. Os resultados foram analisados utilizando-se o modelo social de estudos da deficiência aplicado à obesidade. Os resultados desta pesquisa sugerem que as crianças tendem a apresentar atitudes mais negativas em relação aos seus pares O/AP do que em relação aos CPD, sendo as atitudes deles para com os últimos normalmente de natureza mais compassiva e protectora. No entanto, essas atitudes negativas podem estar ausentes ou minimizadas quando a pessoa O/AP tem uma posição de autoridade sobre a criança, quando a obesidade se sobrepõe à uma característica que a criança considere um atenuante, quando se refira à uma pessoa amada pela criança ou ainda quando se tratar de um colega popular. CPD com aparência dramaticamente afetada também sofrem rejeição dos pares, mas esta é normalmente de natureza mais implícita e menos agressiva e a sua motivação parece estar mais relacionada ao medo/pânico do que propriamente ao desdém.

Palavras chave: Sociologia da infância, deficiência, obesidade, sociologia do corpo, estigma

XI-APS-27371 -Os direitos da criança entre o Norte e o Sul

Marlene Barra - Universidade do Minho, Instituto de Educação

Natália Fernandes - Universidade do Minho, Instituto de Educação

Comunicação Oral

De entre as múltiplas formas de delinear a normatividade da Infância na pós-modernidade, a Convenção sobre os Direitos da Criança é um dos mecanismos que promove a administração simbólica da infância duplamente, ou seja, ao mesmo tempo que consiste numa convenção normativa, que dita os direitos das crianças, exprime também a imagem simbólica daquilo que é ser uma criança, ou da criança que tem direito a ter direitos. Assim, a CDC é um dos instrumentos universais de regulação da Infância que urge ser analisado, pois entendemos que ao mesmo tempo que dita e torna visível a normatividade de infância, tem também o potencial de auxiliar a desocultar a diversidade das condições sociais e culturais de existência das crianças que não cabem na norma. Neste texto, a reflexão crítica sobre a alteridade da infância e a diversidade das condições de vida das crianças é alargada para a representação simbólica das crianças pertencentes aos países periféricos, em particular os países menos desenvolvidos (PMD). No entanto, no intuito de desocultar aquelas crianças e infâncias diversas e “anormais”, sugerimos como necessários outros modos de olhar que não rejeitem à partida aquilo que parece estar “fora do lugar”. Ou seja, entendemos que com o auxílio dos estudos pós-coloniais pode ser interrogada a posição a partir da qual os estudos da criança em geral têm olhado, escutado e pensado as crianças pertencentes aos países periféricos, questionando igualmente os construtos teóricos que forjam tal posição. Depreende-se que a necessidade e importância de investigar a Infância e as crianças em contextos não ocidentais, quando realizada a partir das “margens”, contribuirão para a efetivação dos direitos humanos de todas as crianças. Sob o olhar da sociologia da infância, no presente texto discutimos a importância que assume a investigação da Infância, que considera no plano teórico-analítico a diversidade das condições de existência das crianças e que contribui para que se detetem os mecanismos e dispositivos que supostamente constroem a ideia universal de infância – ou de uma infância globalizada. Entender a Infância como uma ideia construída implica que ela seja analisada com base nos processos normativos que lhe subjazem, tendo em conta as formas de racionalidade e exercício de poder sobre as crianças e sobre as populações infantis, desocultando o sistema regulatório que inventa e atualiza as ideias de infância que se legitimam e se reproduzem, quer nos países a Norte quer naqueles a Sul do mundo.

Palavras chave: criança; infância; direitos; global

XI-APS-36693 -A Produção Social da Infância nos Parques Urbanos de Lisboa

Eunice Castro Seixas - SOCIUS/CSG, Universidade de Lisboa, Portugal

Catarina Tomás - Instituto Politécnico de Lisboa, CICS.NOVA.FCSH NOVA, Portugal

Niccolò Giacchetta - Università IUAV di Venezia – Itália

Comunicação Oral

Apesarem de se constituírem como um tipo particular de espaços públicos – espaços ao ar livre e pouco estruturados - os jardins e parques urbanos não se apresentam como espaços homogêneos, sendo pelo contrário, diferentes entre si e marcados pela pluralidade e contradição, inerentes também à cidade neoliberal. Estes espaços são apropriados material e simbolicamente pelos diferentes atores sociais que os frequentam, através de dinâmicas complexas de interações interpessoais, intra e intergeracionais e interculturais, assim como de interações entre humanos, materialidade e espécies não humanas. Esta comunicação, inserida no projeto CRiCity, financiado por fundo nacionais através da FCT (PTDC/SOC-SOC/30415/2017), centra-se nas crianças, entendidas como atores sociais e sujeitos de direitos e que estão ativamente envolvidos na construção social destes espaços públicos, na medida em que usufruem dos mesmos, os vivenciam e os apropriam. Este reconhecimento das crianças como sujeitos por parte da sociologia da infância, não se tem traduzido, no entanto, num reconhecimento político ao nível da efetivação dos seus direitos de participação, pois estas raramente são escutadas relativamente ao desenho e requalificação destes e de outros espaços públicos. A falta de efetivação do direito das crianças à participação traduz-se assim, neste âmbito, na não efetivação do seu direito à cidade. Uma consequência disto é que a conceção destes espaços reproduz frequentemente uma série de paradigmas sobre a infância e as crianças, como o paternalismo, a propriedade, a proteção, o controlo e periculosidade. Partindo de uma análise inspirada na etnografia, assente na observação naturalista e em entrevistas qualitativas a crianças e adultos frequentadores de vários parques urbanos em diferentes zonas de Lisboa (Alta de Lisboa, Belém e Parque das Nações), e recorrendo a perspetivas da sociologia da infância no diálogo com a sociologia urbana, pretende-se dar visibilidade às crianças como produtoras de conhecimento. O objetivo último desta comunicação é o de pensar criticamente o modo como a infância é produzida socialmente nestes espaços, pelos diversos atores sociais, desde os decisores e arquitetos que os conceberam e administram, aos adultos e crianças que atualmente os frequentam.

Palavras chave: Cidade, Infância, Jardins, Parques urbanos

XI-APS-41737 -Sociabilidades e afetividades no trabalho de fabricação de bons alunos: conceções de crianças do 1º ciclo de 3 contextos escolares distintos

Manuela Ferreira - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Ana Matias Diogo - Universidade dos Açores

Benedita Portugal e Melo - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal

Comunicação Oral

O discurso neoliberal da qualidade da educação e a crescente pressão em relação à performance académica (Ball, 2000; 2003; Sellar e Lingard, 2014; Torres e Quaresma, 2014) começa a refletir-se nas escolas do 1º Ciclo e a afetar as práticas e as subjetividades dos atores educativos, concretamente das crianças (Hall & Pulsford, 2019). O impacto da performatividade nas concepções das crianças tem sido pouco estudado, sendo mais explorado nos países do norte da Europa, dadas as pressões exercidas pelo rígido modelo de accountability (Maroy & Voisin, 2013) que ali prevalece. Em Portugal, esta questão ainda não foi analisada, eventualmente por nos encontrarmos perante um modelo de accountability suave (Maroy & Voisin), além de que as crianças geralmente não são ouvidas nas pesquisas. Procurando compreender até que ponto o discurso neoliberal é traduzido pelas crianças do 1º ciclo nas suas concepções do que define um bom aluno, esta comunicação analisará a diversidade de categorias que compõem a sua perspetiva: motivação para ser um bom aluno, relacionamento com o professor, relacionamento com colegas; comportamento da turma; trabalho do professor. No âmbito de um estudo mais amplo, que envolve 3 estudos de caso (2016-2019) em três turmas do 1º ciclo do ensino básico, pertencentes a escolas com composição social distinta de diferentes regiões de Portugal, foram entrevistadas 66 crianças. Os resultados da análise mostram que essas crianças têm uma visão multidimensional do sucesso escolar que não parece incorporar nem naturalizar integralmente ou de forma passiva os discursos neoliberais. Embora se refiram ao esforço individual que têm de realizar para obter bons desempenhos, também atribuem uma grande importância à componente relacional, afetiva e emocional do trabalho escolar (relação com a professora) e às sociabilidades com os colegas. As questões do individualismo, da competitividade e da ansiedade produzidas por discursos neoliberais, muito presentes nos estudos do norte da Europa, parecem ser contrabalançadas pela relevância que é dada à dimensão das afetividades e sociabilidades.

Palavras chave: performatividade, bom aluno, concepções de alunos do 1º ciclo, afetividade e sociabilidades

XI-APS-45322 -Escuro: o que existe no espaço e no imaginário da criança

Beatriz G. Roque - Universidade de Évora

Vanessa S. Carreira - Universidade de Évora

Rosalina Costa - Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Comunicação Oral

O estudo sociológico da noite tem-se centrado em temas como o risco, o desvio, a segurança, a solidão e, mais recentemente, o sono. Enquanto grande parte da literatura explora a noite como um locus de experiências múltiplas e diversificadas, esta proposta de comunicação incide sobre as representações da noite. Através do olhar das crianças, a noite é principalmente o escuro. De que modo é que as crianças percebem o escuro? Como o retratam? Que atores, rituais, regras e objetos dele fazem parte? O que é que isto nos diz sobre os mundos da criança e da infância, particularmente hoje, num mundo efervescente onde os contextos de pertença, as características socioeconómicas e a composição do agregado familiar se cruzam com culturas da infância ditadas pelas tecnologias da informação e comunicação e pela economia de consumo à escala global? Esta reflexão surge no âmbito de um estudo exploratório, de tipo qualitativo, desenvolvido no contexto da UC Sociologia da Infância, disciplina optativa do curso de Sociologia na Universidade de Évora. Foram selecionadas aleatoriamente crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 9 anos de idade, a frequentar uma escola básica da cidade de Évora. Numa primeira fase foi solicitado às crianças que realizassem um desenho sobre o modo como veem o escuro, ou seja, o que pensam no momento em que vão dormir, que pessoas ou objetos associam ao escuro. Posteriormente, e tomando o desenho como recurso, foi aplicada uma entrevista-conversa. Após a recolha de informação sobre o perfil sociodemográfico e a caracterização do agregado familiar, foi reunida informação sobre as rotinas e rituais associadas ao momento do deitar, solicitando às crianças que descrevessem de forma detalhada o desenho. Esta entrevista-conversa foi orientada com base num guião previamente definido, ao qual se acrescentaram questões decorrentes da especificidade do desenho bem como da interação suscitada. Os resultados obtidos permitem concluir sobre a diversidade de percepções em torno do escuro e a multiplicidade de experiências associadas ao momento da transição entre o dia e a noite. Sentimentos de medo e incerteza, imaginação e brincadeira atravessam essas percepções. Enquanto as crianças mais novas parecem mais permeáveis ao medo - apesar de o espaço noturno ser igualmente ocupado com brincadeira -, as crianças mais velhas acionam estratégias para “vencer” esses receios, perceptíveis através do seu discurso mais distante e seguro face ao escuro, libertando-se assim da condição de fragilidade e vulnerabilidade frequentemente associadas à condição de “ser criança”. Deste modo, ao mesmo tempo que a brincadeira as situa no mundo da infância, permite que elas próprias dele se distanciem, afirmando por essa via a sua agência.

Palavras chave: Escuro; Imaginário; Medo; Rotinas.

XI-APS-47837 -Mobilidades e processos de construção de cidadania na infância: um estudo exploratório

Gabriela Trevisan - Prochild Colab

Natália Fernandes - Instituto de Educação, Universidade do Minho

Manuel Jacinto Sarmiento - Instituto de Educação, Universidade do Minho

Comunicação Oral

Esta comunicação apresenta resultados preliminares de processos participativos das crianças na configuração da vida em comum, em contexto urbano. São apresentados os resultados iniciais das percepções e representações infantis, colhidas em grupos focais, sobre a vida na escola, no bairro, a utilização de equipamentos sociais, o ambiente, a promoção de direitos e a luta pela inclusão e igualdade social. A investigação decorre no âmbito da construção de um "Learnig Field" (Território de aprendizagem) na localidade fortemente industrializada de Pevidém, Guimarães, projeto este da iniciativa do ProChild Colab (laboratório colaborativo contra a pobreza infantil e a exclusão social). O conceito de Learning Field corresponde a uma visão transformadora do contexto de vida, através de uma intervenção multi-domínio nas áreas urbana, educacional, cultural, psicossocial e social, a fim de melhorar a educação, o lazer e o desenvolvimento cultural da população. O Projeto em curso em Pevidém pretende transformar o espaço-tempo das crianças, a partir da sua própria voz, sendo fundamentada na investigação sociológica da infância que incide sobre a relação entre a criança, numa perspetiva de cidadania infantil e de construção de um ambiente sustentável. A comunicação apresenta os fundamentos teóricos do projeto, os resultados preliminares resultantes da investigação participativa com crianças e as linhas de desenvolvimento em curso na transformação do território e nas instituições locais.

Palavras chave: Infância, cidadania, mobilidade, território

XI-APS-47873 -Social orphans as a closed social group of the Russian society
Prisyazhnaya Nadezhda - Institute of social sciences of Federal State Autonomous Educational Institution of Higher Education I.M. Sechenov First Moscow State Medical University of the Ministry of Health of the Russian Federation (Sechenov University)

Comunicação Oral

The problem of social orphanhood (raising children outside the family) remains relevant both for Russia and for most countries of the world. however, researchers are increasingly talking about global trends in the transformation of the institution of the family, its structural adjustment and differentiation of matrimony and parenthood, which can often lead to problems for the family group. A significant number of children left without parental care are brought up in a boarding school or an orphanage. It is proved that the pupils of orphanages compared to "home" children from birth reduced health indicators, and at least stay in institutional terms, is the growth of the backlog in physical and neuro-mental development, reduced emotional-cognitive activity, communicative primitivists contacts, the

number and frequency of manifestation of emotional disorders and behavior disorders, worsening indicators of physical health, there is chronicization existing diseases. In addition, the researchers note that growing up outside the family causes the formation of an orphan personality of a "special type", with an incorrectly formed "I-concept", a complex of personal problems, an unstable internal value-normative system and an unstable emotional-volitional sphere. When they leave a residential institution after reaching the age of majority, orphans continue to bear the "stigma of orphanhood" all their lives - while the mechanism of "residential" habitus subsequently causes the formation of a wide range of problems related to adaptation and integration into society. The analysis of the specifics of orphans' life in society through the prism of its adaptation strategies reflects multiple problems in the reproduction and synchronization of social roles by graduates, solving everyday issues, employment and self-support, interaction with people around them, and the formation of responsibility for their health and well-being. The difficulties of postinternational adaptation in society lead to the formation of a stable tendency in children of this category to lock themselves in among graduates of boarding schools (preferring them as friends, colleagues, sexual partners) and the practice of refusing to be included in new social structures. In fact, in independent life, orphans form a closed, annually replenished stratum of society, in which certain "orphan values" and attitudes are transmitted: dependency and unwillingness to work, low value of social and family ties (frequent change of sexual partners, infantile family planning and childbearing, the prevalence of "replicative" orphanhood), which causes the reproduction of the phenomenon of social orphanhood and related social problems. The example of European countries shows that the formation of a positive perception of social orphanhood by society has a positive impact on solving the problem of social orphanhood. Thus, working with society to increase the level of tolerance for children of this category should be an integral part of the state strategy for solving the problem of social orphanhood.

Palavras chave: children without parents, socialization

XI-APS-55377 -Construção de indicadores de bem-estar das crianças: a normatividade infantil em questão

Manuel José Jacinto Sarmiento - Instituto de Educação, Universidade do Minho
Gabriela de Pina Trevisan - Prochild, COLAB

Comunicação Oral

A construção de indicadores de bem-estar infantil constitui uma tarefa científica e prática relevante de grande atualidade. Conceitos como "pobreza infantil" ou "desenvolvimento infantil" são objeto de debate e controvérsia, por motivos diferentes, sendo necessário encontrar novas abordagens que permitam, numa perspetiva de comparatividade e ou de longitudinalidade, dar conta das condições sociais em que realmente se encontra a infância. No plano da investigação têm vindo a ser produzidos estudos que procuram definir indicadores

de bem-estar infantil, associados aos objetivos do desenvolvimento sustentável. O problema está em que essa produção de indicadores é feita sempre a partir de uma perspetiva normativa, em torno da qual se estabelecem os padrões do que é desejável para as crianças, o que constitui risco e o que deve ser interdito. Qualquer perspetiva normativa se insere numa ordem moral da infância. Ora, não há uma mas várias normatividades, que decorrem de diferentes ordens morais. Situações como o trabalho de crianças ou o casamento de adolescentes tem diferentes níveis de tolerância e aceitabilidade, conforme a normatividade em questão. Sendo assim, é possível construir indicadores de bem-estar infantil que atendam à diversidade cultural e assumam uma perspetiva de interseccionalidade? Esta comunicação procura dar resposta a esta questão, apresentando um quadro de indicadores de bem-estar produzido a partir do trabalho de um laboratório colaborativo cuja missão é combater a pobreza e promover a inclusão social das crianças, através de ações de intervenção social cientificamente baseadas.

Palavras chave: bem-estar infanti, normatividade, indicadores

XI-APS-62108 -Debating citizenship and inclusion in school: the voice of childhood

Joana Pimentel Alves - Universidade de Aveiro

Ana Brás - CES-UC

Sílvia Portugal - FEUC/CES

João Canossa Dias - ARCIL/Universidade de Aveiro

Comunicação Oral

This communication results from the IMAS II - Improving Assistance in Inclusive Educational Settings II (ERASMUS + project funded, 2018-1-AT01-KA202-039302) research work on developing an online training course to prepare school assistants for their responsibilities in an educational context. The European Union has ratified the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD) obliging State Parties to ensure an inclusive educational system at all levels (Article 24). Specially for disabled children, non-teaching staff (learning and support assistants) play a vital role in enabling their learning and participation in school. Among other things, IMAS I has shown that while school assistants play a crucial role in the daily lives of disabled children in schools, they are not receiving any training to support their work, particularly regarding the rights of disabled children. Based on these findings and committed to the further development and strengthening of their inclusive competences, IMAS II main task was the development of an on-line course for learning and support assistants. The effects of this on-line course on support assistants' practical work was evaluated by a participatory research with children. The participatory research whose results are presented in this communication was carried out with 20 children with and without disabilities, between 8 and 12 years old and studying in the same school. Focus group and individual interviews played a decisive role in

this research, allowed us to identify children's perception of support assistants in school environment, specifically trying to focus in the following issues: children's feelings in school (learning, playing, in class and during breaks), their relationship with peers, teachers, support assistants and another school staff), their perception on the education process (types of teaching, content, methods and support assistants' activity) and their views on care and inclusion. This way children can have a voice in the matters of their education, day-to-day life and citizenship, being seen as full and active social actors. A new voice is brought to the debate of citizenship and inclusion: the voice of childhood.

Palavras chave: inclusive education; participatory research; children; children with disabilities.

XI-APS-63682 -INFANCIAS Y DERECHO A LA CIUDAD: una propuesta para su estudio en los sectores de pobreza de Lima Metropolitana

FABIOLA TERESA VARGAS VALENCIA - INDEPENDIENTE

Comunicação Oral

La ponencia ofrece un horizonte epistemológico para el análisis de las condiciones sociopolíticas, económicas y culturales en la distribución y la agencia de los espacios urbanos para la niñez. Propone lineamientos teóricos-conceptuales y metodológicos para una mirada al proceso de interseccionalidad entre las infancias y el Derecho a la Ciudad. Con base en documentación sobre el estado del arte en tres áreas de estudio, esboza: 1) el Marco Jurídico por la defensa de las infancias, en el Perú, 2) la conceptualización del Derecho a la Ciudad, y 3) el sujeto de Derecho, objetivo central insertado en un nodo de tensión entre políticas de libertad, de seguridad y de confinamiento social. Concluye que en el contexto mundial de incertidumbre para la realización humana, que tiene su origen en las crisis económica y de salud, profundizadas por la pandemia, se requiere de métodos democráticos de investigación, que permitan plantear propuestas que maten y relajen las políticas de exclusión y de confinamiento que hoy se endurecen, contraviniendo el reconocimiento de la plena ciudadanía de las infancias desde su nacimiento, incluyendo el derecho de la niñez a participar en la vida en comunidad y decidir sobre los temas que les afectan.

Palavras chave: Infancias, Derecho a la Ciudad, políticas de libertad y seguridad

XI-APS-65075 -“Quando a performatividade passou da porta do Jardim de Infância”. Práticas e subjetividades de educadoras e crianças

Manuela Ferreira - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e CIE/FPCE
Catarina Tomás - Escola Superior de Educação de Lisboa e CICS.NOVA

Comunicação Oral

Assistimos no contexto internacional e nacional a um intenso debate em torno do papel e função da Educação de Infância (EI), sobretudo pela enorme pressão, em nome das novas exigências colocadas pela sociedade neoliberal, aos/às seus/as profissionais, às famílias e às crianças. Os discursos neoliberais assentes na apologia da performatividade, da flexibilidade, da escolha individual, da prestação de contas [accountability], das classificações [rankings] e de uma precoce promoção do desenvolvimento de competências escolares, refunda a EI e isso reflete-se nas práticas pedagógicas. Em termos esquemáticos, detetam-se duas orientações com forças de sentido contrário no campo da EI, mas não com igual intensidade: por um lado, a reivindicação da especificidade da EI, do seu património histórico, cultural, socioeducativo e pedagógico, onde é defendida uma conceção da criança como sujeito ativo e participativo e um trabalho educativo holístico, contextualizado e inclusivo; por outro lado, a colonização da EI por um conjunto de discursos e de orientações em torno de conceitos chave como eficácia, eficiência, excelência e qualidade, e que têm tido um papel chave nos processos, cada vez mais intensos, de alunização e escolificação em contextos educativos para crianças até aos seis anos. Esta coexistência de forças é motivo de tensão no atual panorama da EI, tanto em termos legislativos como ao nível das práticas o tem modificado irreconhecivelmente o quotidiano, as relações e as subjetividades que entretecem nestes contextos. A quase ausência de trabalhos neste campo, sobretudo em EI e, ainda mais, centrado na forma como as crianças vivenciam estas tensões, deu mote a esta comunicação. Na continuidade de um posicionamento crítico sobre o qual temos vindo a investigar e a refletir, com maior incidência desde 2016, esta comunicação visa analisar os modos como crianças e educadoras de infância lidam com o efeito da performatividade, no diálogo entre a Sociologia da Infância e a Sociologia da Educação, a partir de um conjunto de observações e entrevistas realizadas em JI, públicos e privados, localizados em Lisboa, Porto e Braga, entre 2017 e 2019.

Palavras chave: Performatividade; Escolificação; Educação de Infância; Crianças

XI-APS-75693 -Proteção de dados pessoais na investigação e na intervenção sobre/ com a infância: debatendo novos desafios?

Catarina Tomás - CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, NOVA FCSH;
Escola Superior de Educação de Lisboa, IPL

Maria João Leote de Carvalho - CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais,
NOVA FCSH

Comunicação Oral

O debate atual acerca da proteção dos dados pessoais das crianças é intenso e são numerosas as análises feitas e as experiências sentidas a partir de uma diversidade de autores, campos do saber, escalas e atores decorrentes da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados; RPD). Nesta comunicação, pretende-se apresentar uma primeira reflexão, no âmbito de um trabalho mais amplo, em que se revelam os principais desafios e tensões à forma como se investiga e intervém com crianças à luz de um novo paradigma que marca a Agenda Digital da União Europeia. Na interlocução entre Sociologia da Infância e a Sociologia do Direito, analisa-se o rumo das recentes mudanças legislativas na área da proteção de dados pessoais, e alguns dos seus efeitos ao nível da investigação sociológica com crianças e na intervenção educativa com crianças. A reconstituição deste trajeto assenta numa abordagem qualitativa, através da análise crítica das normas nacionais e internacionais a partir de questões levantadas em pesquisas empíricas realizada em diferentes contextos (educativo - jardim de infância e judicial - tribunais de família, crianças e jovens). Os resultados apontam para um conjunto de tensões entre a emergência de um conjunto de novas regras, novos direitos, novas formas de responsabilização e governação no acesso a dados pessoais plasmadas no RPD e o disposto na Convenção sobre os Direitos da Criança ao revelar a criança como ator social de pleno direito na comunidade que integra.

Palavras chave: Infância; Direitos da Criança; Proteção de dados pessoais; Investigação.

XI-APS-86159 -Crianças refugiadas: leituras e contributos dos estudos de infância
Inês Vieira - CICS.NOVA, FCSH

Comunicação Oral

A informação mais recente da Agência das Nações Unidas para os Refugiados aponta para o máximo histórico de pessoas em situação de deslocação forçada no mundo: 70.8 milhões, dos quais 25.9 milhões com menos de 18 anos de idade, crescendo 5.5 milhões de refugiados palestinianos dos quais mais de 500.000 em programas educativos da UNRWA. Multiplicaram-se, nas últimas décadas, estudos sobre crianças refugiadas a partir de diversas abordagens. A abordagem com maior visibilidade e impacto, nomeadamente no trabalho social, parte da saúde mental, considerando os efeitos das experiências associadas ao estatuto de refugiado sobre o estado mental e emocional das crianças, os estudos sobre as melhores formas de resposta em contextos de perigo prolongado e sobre contextos de

reinstalação. Este trabalho, sobretudo na década de 1990, focou-se no trauma, no seu diagnóstico enquanto patologia e respectivas possibilidades de resposta. Porém, o foco no trauma foi perdendo espaço face a uma visão de resiliência das crianças, admitindo a acção conjugada de factores internos e ambientais e uma visão agencial da infância. Esta viragem acompanha a emergência de estudos sociológicos da infância bem como o surgimento de abordagens baseadas nos direitos das crianças à escala internacional. Uma outra abordagem de destaque acompanha, precisamente, a construção legal dos direitos das crianças, particularmente em situação de refúgio, podendo observar-se desníveis entre jurisdição internacional, regional e nacional nos contextos de reinstalação de menores não acompanhados, crianças e famílias refugiadas. As categorias de análise multiplicam-se e o campo de observação adensa. Aprofundam-se as abordagens etnográficas ao estudo da infância e das migrações forçadas, observa-se a materialização das políticas, indagam-se as práticas de integração, educação e tantas outras dimensões que marcam o quotidiano destas crianças. Esta reflexão far-se-á considerando a infância enquanto construção social baseada numa categoria de idade com poder inferior ao de outras categorias, situação que se agrava em diversas intersecções de desigualdade presentes na experiência do refúgio.

Palavras chave: Estudos de Infância; Menores não acompanhados; Migrações Forçadas; Refugiados

XI-APS-86550 -MiúdosCo(n)vida: Bem-estar das crianças em período de COVID-19

Marlene Barra - CIEC-UMinho

Natália Fernandes - Professora Auxiliar IE-UMinho

Ana Sani - Professora Associada Universidade Fernando Pessoa

Comunicação Oral

O confinamento e as medidas de vigilância sanitária adotadas no âmbito da Pandemia COVID-19 afetam o bem-estar de todos os cidadãos e em particular o bem-estar das crianças. Conscientes desta possibilidade, as investigadoras envolvidas na pesquisa que aqui se apresenta desenvolveram um conjunto de abordagens metodológicas, que necessariamente assumiram um carácter inovador dadas as contingências decorrentes da situação de confinamento. O objetivo geral da pesquisa era caracterizar o bem-estar subjetivo das crianças em tempos de pandemia. Para o efeito foi desenvolvido online um “Questionário sobre o Bem-estar das crianças em tempo de Pandemia”, (disponível entre 08.06.20 e 28.07.20), com o objetivo de aceder às perceções das crianças relativamente às dimensões da saúde, educação, relacionamentos com familiares e pares e satisfação com a vida. Além disso numa iniciativa metodológica inédita, em parceria com a “Rádio Miúdos”, foram também realizados 3 “Debates Temáticos” de 2h, com a moderação das investigadoras, as quais analisaram ainda as gravações de 12 “Emissões em Direto” da Rádio Miúdos num total de 30 horas. Responderam ao inquérito por questionário 56 crianças, na

maioria rapazes (55, 4%) com 11, 12 e 15 anos, pertencentes à região norte de Portugal (n=49), sendo a maioria do Distrito de Braga (n=22), seguido do Distrito de Bragança (n=20). Participaram nas emissões, 21 raparigas e 9 rapazes, com idades entre os 8 e os 15 anos, a maioria pertencendo à região sul de Portugal continental, distribuídas pelos distritos de Leiria (Bombarral), Lisboa (Cadaval, Carregado, Póvoa, Algés) e Oeiras (Barcarena) e algumas do centro do país (Coimbra, Canas e Lousã). O corpus de análise (questionário e transcrições dos debates e das 12 emissões) foi objeto de uma análise quantitativa e uma análise categorial fechada com contabilização de registos e uma extração de subcategorias que emergiram dos registos semânticos. As 86 crianças portuguesas (46 raparigas e 40 rapazes) entre os 6 e os 16 anos revelaram uma participação ativa, reflexiva e assertiva enriquecendo de forma exponencial a análise dos dados recolhidos no período de confinamento. A partir da análise e discussão dos dados obtidos é agora possível divulgar os conhecimentos obtidos sobre a sua vida quotidiana, entre crianças, na família e na comunidade, e promover a compreensão das suas convicções, do seu grau de satisfação com o meio e com as relações que mantêm. No presente estudo são dados passos no robustecimento da importância de escutar as crianças nos assuntos que lhes dizem respeito, sobretudo no âmbito das dimensões de bem-estar no contexto de uma pandemia. Vai ainda mais longe ao reconhecer que as circunstâncias nas quais as crianças são convidadas a dar a sua opinião, dando-lhes a liberdade e o conforto de falar a partir do seu ambiente natural, influem decisivamente na obtenção de dados fidedignos sobre quem são as crianças.

Palavras chave: Pandemia COVID-19; Bem-estar subjetivo; Metodologia; Crianças

XI-APS-89773 -Os valores humanos na infância: validação da versão portuguesa do Picture-Based Value Survey for Children

Iva Tendais - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Evelia Alvarez - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIS-IUL

Alice Ramos - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Ricardo Borges Rodrigues - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIS-IUL, Lisboa, Portugal

Comunicação Oral

A investigação com adultos tem demonstrado que os valores humanos são preditores de um conjunto alargado de comportamentos. A investigação com crianças sobre este tema é ainda muito recente, em grande medida devido à falta de instrumentos de medida apropriados a esta faixa etária. O Picture-Based Value Survey for Children (PBVS-C) é um instrumento de medida recente e promissor que foi desenvolvido no âmbito do quadro concetual da teoria dos valores humanos de Schwartz (1992). Este modelo organiza 10 valores universais numa estrutura circular em torno de dois eixos que representam valores com motivações subjacentes conflitantes: auto-transcendência (aceitação dos outros como iguais e

preocupação com o seu bem-estar) vs auto-promoção (procura do sucesso individual e o exercício de poder sobre os outros); abertura à mudança (desejo intelectual de autonomia, liberdade e ação e orientação face à mudança) vs conservação (obediência, preservação de práticas tradicionais e segurança). O objetivo do presente estudo foi testar a validade estrutural da versão portuguesa do PBVS-C e identificar a hierarquia dos valores das crianças. Uma versão adaptada deste instrumento foi administrada a uma amostra de 218 crianças portuguesas com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos a frequentar escolas públicas de dois agrupamentos escolares na região de Lisboa. Análises de Escalonamento Multidimensional revelaram padrões estruturais nos valores humanos muito semelhantes aos encontrados em amostras de adultos e de adolescentes. À semelhança de estudos prévios com crianças, também foram encontrados desvios ao modelo teórico proposto por Schwartz (1992). Os resultados indicam que as crianças, independentemente da idade, dão mais importância aos valores da auto-transcendência e da conservação e menos importância aos valores da abertura à mudança e da auto-promoção. Ainda que os valores da auto-transcendência e da auto-promoção sejam consistentemente identificados como os mais e menos importantes, respetivamente, para as crianças em diversas culturas, o grau de importância atribuído à conservação e à abertura à mudança não é universalmente consistente. Este trabalho é parte de um estudo longitudinal mais alargado que visa mapear os valores humanos de crianças e jovens e a sua associação com outros fatores centrais relacionados com a inclusão e a exclusão social no contexto escolar. É de notar que este estudo longitudinal está a ser realizado num momento de reforma curricular em que se reconhece de forma explícita o desenvolvimento dos valores humanos como um resultado educativo central no percurso educativo. Nesta apresentação é discutido o modo como a investigação sobre os valores humanos das crianças e jovens pode ser instrumental para as escolas e para o desenvolvimento dos sistemas educativos contemporâneos em torno dos referenciais de cidadania para o século XXI.

Palavras chave: valores; crianças; PBVS-C; escola

Sociologia da Religião

XI-APS-12525 -Identidade(s) e Crescimento das igrejas evangélicas brasileiras em Portugal: estudo de casos das Igrejas Catedral Mundial da Esperança e Vitória em Cristo

Jonas Pereira de Oliveira Júnior - Departamento de Sociologia - FLUP - Universidade do Porto

Comunicação Oral

A esperada morte da religião, baseada em certos fundamentos da dita modernidade, não se concretizou. Os diagnósticos fatalistas de Feuerbach, Marx ou Nietzsche falharam, sendo agora entendidos apenas como uma crítica formulada contra uma postulada “fé não esclarecida do povo”. A análise de tal propósito tem vindo a ser entendida ora como uma crítica parcial da modernidade (Giddens, 1991; Habermas, 1985; Touraine, 1994), ora enquanto uma superação total da mesma, cunhada nas terminologias da pós-modernidade (Lyotard, 1989). Mas que tipo de resposta pode oferecer o estudo sociológico das religiões na atualidade? Na dita modernidade líquida (Bauman, 2001), qual será o interesse da análise das articulações entre as lógicas religiosas? Se a sociedade atual se diferenciou, como na visão moderna, ou se se fragmentou, como na visão da modernidade líquida, o fato é que hoje estaríamos a lidar com elementos novos de organização social nos quais o fenómeno religioso deixa a sua marca e requer novas interpretações, principalmente pela expansão dos evangélicos no Brasil nas últimas três décadas, fenómeno que se expandiu para outros países e que tem chamado a atenção de vários investigadores. De facto, a “missão invertida” (Freston, 2010), “evangelização ao contrário” (Mary, 2008), ou “evangelização de retorno” (Trombetta, 2013) para a Europa constitui uma prática realizada por várias igrejas evangélicas brasileiras que, para tal, se baseiam na ideia de que a Europa perdeu a sua potência espiritual cristã, necessitando, conseqüentemente, de ser recristianizada. É este papel que algumas igrejas brasileiras tomam para si mesmas, transnacionalizando-se (Oro, 2019), especialmente para Portugal, e configurando a importância do Brasil na nova cartografia religiosa global (Rocha e Vásquez, 2016). Diante deste quadro, as questões propostas para discussão são: qual(is) a(s) identidade(s) das igrejas evangélicas brasileiras em Portugal? E quais são os seus modelos de transnacionalização? Para esse efeito, foram escolhidas duas igrejas evangélicas brasileiras que conheceram um relativo crescimento em Portugal num curto intervalo de tempo: a Catedral Mundial da Esperança e a Vitória em Cristo, analisando-se as suas atuações missionárias e evangelísticas no território português e as suas adaptações à cultura local.

Palavras chave: Identidade(s); Igrejas Evangélicas Brasileiras; Transnacionalização; Missão Invertida

XI-APS-15124 -Tradição e Ressignificação Religiosa na Umbanda: um estudo sociológico entre Brasil e Portugal

Maria Augusta Gentilini - Universidade da Beira Interior

Comunicação Oral

Inserido no campo da Sociologia da Religião, este trabalho objetiva contribuir para uma maior e melhor compreensão, teórica e empírica, do processo de adaptação da Umbanda na sociedade portuguesa e de que forma a sociedade portuguesa se apropria desta prática religiosa. O estudo foca a dimensão social da religião (sua aderência na comunidade portuguesa a partir da visão brasileira) e na dimensão religiosa da sociedade (sua configuração no Brasil multi-religioso em comparação com o tradicional e hegemônico perfil católico de Portugal). Um dos aspectos a ser realçado na investigação é a membresia, ou seja, quem são os seguidores/praticantes das práticas umbandistas em Portugal, nomeadamente os imigrantes brasileiros e os nacionais. Quais são as especificidades das práticas religiosas adotadas por estes dois grupos, ou seja, de que forma se apropriam e ressignificam a prática religiosa umbandista. Ao envolver diferentes eixos de pesquisa, a partir da etnografia, da análise social do comportamento religioso dos sujeitos investigados e das origens dessas pertenças, práticas e vivências, estaremos contribuindo com o campo da Sociologia da Religião, da Sociologia da Cultura, da Antropologia e da História, alargando, desta forma, os horizontes do conhecimento científico do fenómeno religioso em Portugal.

Palavras chave: Umbanda, Sociologia, Religião, Imigração

XI-APS-18476 -A religião e o trabalho: uma análise sociológica ao caso do Opus Dei

Rúben Elias - FLUP

Helena Vilaça - FLUP e IS-UP

Comunicação Oral

Apesar da Igreja Católica ser comumente percebida como um ramo do cristianismo unificado e homogêneo, ele é internamente diversificado, agregando diferentes grupos com características, objetivos e visões profundamente diferenciados. O presente estudo pretende estudar um desses grupos: o Opus Dei. Sendo esta instituição hierárquica e pontifícia considerada por muitos setores da sociedade como um movimento fechado, conservador e elitista, esta pesquisa pretende oferecer um conhecimento mais aprofundado desta

organização, rompendo com algumas representações assentes no senso comum, produtoras de discursos estigmatizantes e resultantes da desinformação acerca da mesma. Concretamente, o seu objeto de estudo incide numa análise sociológica de um dos elementos centrais do Opus Dei: o trabalho e a ética nele implícita, analisando a perceção dos atores deste grupo acerca da santificação do trabalho e como isso se projeta nas suas práticas profissionais e quotidianas, na atual fase da modernidade e contexto português, mais concretamente, na Área Metropolitana do Porto e na Área Metropolitana de Lisboa. No plano teórico, terá toda a centralidade a produção sociológica sobre o catolicismo e a análise weberiana de ética de trabalho. Em termos empíricos, a pesquisa assenta numa metodologia qualitativa, que incorpora análise documental e entrevistas. A nossa população amostral é constituída por profissionais das mais variadas áreas, desde a educação, à saúde, passando pelo desporto e os negócios agrícolas, até à banca e às finanças, tendo em comum o facto de verem no catolicismo e na instituição do Opus Dei o caminho para atingirem a santidade, no seu contexto profissional, familiar e mundano. Quer isto dizer, que iremos procurar identificar paralelismos entre ética protestante tipificada por Max Weber e a ética de trabalho preconizada pelo Opus Dei, uma instituição católica. Este estudo procura assim produzir conhecimento sobre a importância da religião e da espiritualidade na vida social e a sua presença nos discursos e práticas dos indivíduos afetos ao Opus Dei.

Palavras chave: Opus Dei; santificação; ética de trabalho; prelatura pessoal

XI-APS-19152 -Ela vem do mar: religiões afro-brasileiras, património e espaço público portugueses

Janaina Edwiges de Oliveira Pereira - Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Nesta comunicação proponho abordar sobre uma pesquisa inicial de doutoramento referente a relação entre património cultural e espaço público portugueses e religiões minoritárias. A investigação terá como foco empírico as festas para Iemanjá, um orixá cultuado nas religiões afro-brasileiras, realizadas nas praias de norte a sul de Portugal. Por meio de um estudo etnográfico das festas buscarei compreender como a liberdade religiosa é vivenciada no país por essas minorias religiosas e quais as estratégias utilizadas para que estas sejam festas “aos moldes portugueses”, sendo possível sua realização fora dos espaços privados dos terreiros, se inserindo no espaço público. Por meio de uma expressão cultural amplamente patrimonializada no Brasil, pretendo pensar os limites e possibilidades referentes a legislação sobre património cultural de Portugal para incluir em seu escopo do que é patrimonializável no país heranças culturais de grupos considerados minoritários. A investigação visa contribuir para o aprofundamento das discussões acerca da liberdade religiosa em Portugal e como os portugueses vivenciam a diversidade cultural crescente no país com o fenómeno da imigração e da transnacionalização religiosa e conseqüentemente a

reconfiguração do campo religioso e patrimonial português.

Palavras chave: Festa de Iemanjá; Transnacionalização de religiões afro-brasileiras; Liberdade Religiosa; Espaço público, Patrimônio Cultural

XI-APS-19299 -Recomposições da autoridade religiosa: dos massmedia aos novos media sociais

Alfredo Teixeira - Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião - Universidade Católica Portuguesa

Comunicação Oral

A presente comunicação inscreve-se num itinerário de investigação que privilegia o estudo das relações das instituições religiosas com as diferentes mediasferas. As tradições religiosas de pendor universalista podem descrever-se por uma política da imagem, da palavra e da escrita. Esta abordagem mediológica da religião apresenta uma particular força heurística na análise das mudanças que afetam as formas de autoridade no campo religioso. Essas mudanças dizem respeito às lógicas de investimento pragmático na emocionalização da comunicação e na desideologização do crer, problemática que a comunidade da sociologia da religião transporta no curso dos últimos trinta anos. Neste ensaio, exploram-se dois contextos diferentes, na tentativa de testar alguns modelos interpretativos: a) a remodelação contemporânea da autoridade papal, no campo católico-romano, marcada por uma nova articulação entre carisma pessoal e carisma de função, por meio de novas mediações; b) as vias de construção de um ciberespaço islâmico, que se apresenta fortemente descanonizado, mobilizando a pesquisa múltipla de orientações fragmentadas, sem formas de autoridade que as organizem. No primeiro contexto, percorre-se um itinerário que vai das estratégias massmediáticas de atração do olhar – como forma de reconhecimento e consagração da individualidade, enquanto valor central – às modalidades de disseminação por via da conectividade própria dos novos media sociais. Nessa passagem da esfera massmediática para o pluriverso dos media sociais, a comunicação inscreve-se num regime de plasticidade que é facilitador de múltiplos efeitos de reapropriação, dificultando a delimitação de um cânone. O segundo contexto de estudo – que Gary R. Bunt apelidou de «wiki-oriented islam» – inclui formas de vivência do islão em regime de «open-source». Se o conceito de «livro» supõe a vontade de constituir uma totalidade delimitada, a figura do hipertexto dá prioridade ao fragmento, à digressão e multiplicação de itinerários, favorecendo, no ciberespaço islâmico, a afirmação de vozes plurais e díspares, e tornando mais difícil a polarização em torno de um conjunto reconhecível de autoridades. Num contexto como noutro, a abordagem mediológica do campo religioso permite identificar zonas críticas nos itinerários de recomposição das formas de autoridade religiosa.

Palavras chave: autoridade religiosa; media; catolicismo; islão

XI-APS-21487 -A educação moral e religiosa num país em processo de descaticização: as representações programáticas dos professores de Educação Moral Religiosa Católica nas escolas públicas do concelho do porto

Tiago Miguel Costa Nunes Pinto - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Helena Vilaça - FLUP- instituto Sociologia Universidade do Porto

Comunicação Oral

Nesta comunicação pretendo apresentar e debater os resultados da minha investigação sobre a representação programática dos educadores de educação moral religiosa católica nas escolas públicas do concelho do porto. Perante a reconfiguração do panorama religioso português, a disciplina de EMRC continuou a ser prova do direito da igreja católica de ensinar nas escolas públicas. Ao abrigo da última concordata e perante a perda de alunos na disciplina, resultado da tendência de desagregação de vínculos religiosos de jovens, urbanos, mais escolarizados, os programas demonstram ser um ponto de confronto entre uma tentativa de adaptação educativa ao panorama referido, e de como os professores o experienciam. As alterações no campo religioso que acompanharam a modernidade, apontam para uma realidade social complexa que foi sendo redefinida e apresentando algumas tendências. Exemplo destas é o aumento da procura individualizada de sentido, o afastamento das instituições religiosas, a perda de impacto dos valores morais defendidos pelas religiões, a ressacralização, o ressurgimento e o revitalizar de novos movimentos religiosos, e um aumento da diversidade religiosa. Perante as demonstrações empíricas das tendências referidas, os estudos religiosos europeus começaram a questionar as teorias da secularização, ou pelo menos algumas vertentes da mesma. O panorama religioso Português, reconhecido por um catolicismo enraizado nas identidades da população é um caso que conjuga tendências seculares e pós-seculares. Caracterizado nomeadamente por uma destradicionalização, uma individualização e uma diversificação, Portugal sofreu uma reconfiguração socio-religiosa e levou a que se levantassem outras fontes de moralidade religiosa não apenas católica. Assim, evidenciando as exigências aos docentes e os conteúdos e organização dos manuais, demonstrarei como a educação religiosa passou de um converter e de um subordinar às índoles da igreja católica, para um resguardar da pertinência das múltiplas morais religiosas na educação integral dos jovens.

Palavras chave: Religião, Programa de EMRC, EMRC, Professores

XI-APS-28347 -Patrões e trabalhadores católicos: consciência religiosa e consciência de classe

Joaquim Costa - Universidade do Minho (UM) e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Comunicação Oral

Apesar de os cristãos, como se sabe, não darem importância aos bens materiais, a temática da distribuição dos bens da Terra alimentou não poucos conflitos na Igreja Católica. Correspondendo a um dos tópicos da Secção Temática de Sociologia da Religião, venho dar conta de variações geracionais (e de classe) em relação àquela temática. Assente na vetusta bipolaridade entre patrões e trabalhadores (traduzindo: entre empresários e colaboradores), efectuei um estudo junto de três organizações católicas: uma patronal (ACEGE), outra laboral (LOC) e outra juvenil e outrora também laboral (JOC). Os resultados obtidos apontam, de facto, para uma bipolarização entre ACEGE e LOC (em relação ao Estado, ao mercado, à desigualdade económica, etc.), mas também para uma profunda fractura geracional entre LOC e JOC, ambas com dificuldades em se reproduzirem – a LOC está envelhecida e a JOC está muito esvaziada de membros. Dir-se-ia que se vai atingindo “máximos de consciência possível” de classe no pós-fordismo.

Palavras chave: patrões, trabalhadores, consciência de classe, catolicismo

XI-APS-34839 -Religião, Migração e Juventude: a presença de jovens brasileiros evangélicos em Portugal

Kaique Matheus Cardoso - Universidade da Beira Interior
Donizete Rodrigues - Univerisdade da Beira Interior

Comunicação Oral

Um dos temas mais relevantes de estudo sociológico, num contexto cada vez mais globalizado, é a complexa relação entre imigração e religião. A principal consequência do fenómeno migratório - de pessoas e práticas religiosas - é que as sociedades contemporâneas estão cada vez mais plurais, do ponto de vista étnico, cultural, identitário e religioso. O caso específico dos fluxos migratórios envolvendo Portugal e Brasil atravessam os séculos, compreendendo diferentes movimentos em variados contextos políticos e sociais de ambos os países. A atual expansão e pluralidade do campo religioso (no sentido preconizado por Bourdieu) da sociedade portuguesa – e a sua necessária compreensão sociológica – tem suscitado grandes desafios científicos-académicos. Este trabalho tem como objetivo analisar, do ponto de vista sociológico, as implicações identitárias e religiosas

entre as mais recentes migrações e a presença de jovens evangélicos-pentecostais em Portugal. O propósito principal é compreender as relações estabelecidas entre estes jovens imigrantes brasileiros e suas práticas religiosas quotidianas na cidade de Lisboa, lócus desta investigação. A partir de uma metodologia qualitativa e da história de vida, buscaremos evidenciar os percursos de vida e aspectos relevantes sobre as práticas religiosas, anteriores e posteriores ao processo migratório.

Palavras chave: Religião; Juventude; Portugal; Imigração brasileira; Evangélicos.

XI-APS-37595 -Como ovelhas que não têm pastor. O olhar da Sociologia para a solidão do líder eclesialístico

Edilma de Paula Carrijo Oliveira - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Pastores também são humanos e enfrentam os mesmos desafios da vida moderna que qualquer outro indivíduo. A comunicação procura refletir sobre a forma como se articulam a vocação e a função pastoral no atual contexto de mudanças no campo religioso e organizacional no Brasil, a partir das influências do neopentecostalismo e suas possíveis interferências na identidade do pastor protestante. O processo de secularização promoveu a desvinculação religiosa e o crescimento do individualismo, com um ascendente trânsito religioso dentro do próprio cristianismo protestante. Como reflexo da contemporaneidade, e por influência das disputas por “almas” dentro do cenário dos novos movimentos religiosos e, em especial, do crescimento do pluralismo religioso no Brasil, potenciou-se uma tensão no exercício da função pastoral, nomeadamente dos herdeiros da reforma protestante. Para efeito de discussão, o texto considera que o neopentecostalismo e os novos movimentos religiosos trouxeram novos desafios para o exercício do pastorado e o dilema da confrontação entre teoria e prática, perguntando-se, então, quais impactos dos modos de organização das igrejas no exercício do pastorado? A formação rápida e acelerada dos novos pastores e o crescente investimento no evangelismo eletrônico como estratégia expansionista, a redefinição das fronteiras de atuação dos pastores através da introdução de novas atribuições e a sobreposição de funções, estando estes inseridos numa estrutura funcional que implica certo isolamento, além do controle disciplinar exercido por parte dos membros das comunidades, criam condições para uma crise de identidade àqueles que se reconhecem vocacionados ao chamado pastoral. O cenário atual já traz relatos de casos de suicídios de pastores, além do número crescente de pastores que são diagnosticados com depressão e Síndrome de Burnout. Encontrando-se em crise, com quem esses pastores podem efetivamente contar como rede de apoio? Quais mecanismos de suporte são disponibilizados a eles? O presente trabalho procura refletir sobre este fenômeno, num diálogo interdisciplinar entre a Sociologia, a Psicologia e a Teologia Pastoral, tendo por base a pesquisa desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado em Sociologia, com

base em entrevistas semiestruturadas a pastores nas cidades do Rio de Janeiro e Goiânia, cidades estas que foram berço das principais igrejas neopentecostais da atualidade: a Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e Comunidade Sara a Nossa Terra (1976).

Palavras chave: Neopentecostalismo; Identidade; Síndrome de Burnout; Suicídio

XI-APS-43537 -Islam in Italy: the “public enemy”

Fabrizio Ciocca - Università La Sapienza - Roma

Comunicação Oral

The aim of this paper is to illustrate how Islamic religion has become a conflict factor in Italy for the past 20 years, in concomitance with the increase of migration from Muslim countries, that has led to public debate on how Islam as a religion is outside the Italian society, its values and Constitutional principles. In this narrative the Muslim population is being accused of lack of loyalty, which for many is more to their faith (and to the Islamic law, Sharia) than the State where they are living, in this case Italy and furthermore they are - according also to this view - reluctant to integrate in the society due the fact they would prefer to maintain their “Islamic” identity, traditions and original culture. This vision, often spread by mass-media, portraying Islam as incompatible with “Us”, strongly impacts on 2.6 million Muslim people, among which one million have Italian citizenship, which leads to increase of islamophobia at every level, and the growth of some populist parties (first of all the Lega of Matteo Salvini) who in their agenda put as a priority the contrast of the so-called “islamization” in Italian society. For the past 30 years Muslim associations have been founded (Islamic Cultural Centre, Italian Organization of Islamic Communities-U.C.O.I.I; CO.RE.IS) and these organizations have tried to mediate the conflict and to find an agreement with the Italian State to rule different aspects of Muslim believers in Italy (e.g Islamic worships places, professional Imam, dress-code, etc.). However since 1990 to date, all attempts have had no success. The results is that today the second most followed religion in Italy doesn't have a public recognition and any time a local Muslim community aims to build or obtain a license to open a new Mosque, the local residents are concerned that hypothetical illegal or criminal activities could happen inside. Consequently most of the time Muslims opt to rent a garage in hidden locations transforming it to a place of worship, avoiding to live the “public space”, like if Islam in Italy has not right to stay: an issue that is also affecting their double identity as a Italian and Muslim too.

Palavras chave: Italy Islam conflict populism

XI-APS-43626 -Empreendedorismo Religioso: Panorama do “Espírito” empreendedor protestante na integração intencional de negócios e missões na era digital.

Jhonny Alexander Mosquera Ocampo - Universidade Beira Interior - UBI

Comunicação Oral

O empreendedorismo religioso contemporâneo também foi afetado pelas novas tecnologias e pela dinâmica da conectividade em redes sociais, evidenciado no surgimento de novos modelos de atividades empresariais derivadas de motivações religiosas, como por exemplo as Faith Tech (Empresas de Fé e tecnologia), e os B.A.M (Negócios Missionais), as redes de mentores, investidores anjo, atividades de inovação e tecnologia, todo um ecossistema solidificado no mundo secular com o objetivo de alavancar os propósitos Religiosos. Não obstante, os núcleos que tradicionalmente delineiam o comportamento do "espírito" religioso empresarial, e as ideologias protestantes apresentadas por Weber parecem manter a sua vigência no cenário da sociologia moderna; dando virtude ao surgimento de novas redes de Investidores e capitalistas protestantes com forte inclinação de agir ante o avanço da evangelização, através do fortalecimento das ligações sociais e do eixo financeiro para uma economia centrada nas missões. O objetivo deste trabalho, é mostrar o estudo de caso do movimento B.A.M - Business as Missions, e exemplarizar alguns dos empreendimentos mais destacados neste conceito inovador de empreendedorismo religioso que buscam alavancar intencionalmente o poder intrínseco dos negócios e das tecnologias para atender às necessidades espirituais, de mãos dadas com as necessidades sociais, econômicas e ambientais na sociedade moderna.

Palavras chave: Empreendedorismo Religioso; Redes Sociais; Business as Mission; Faithtech.

XI-APS-47384 -The Participation of the Catholic Church in the Debate on Morality Policies in Portugal: A Comparative Analysis of Recent Debates on Assisted Death and Gender Identity

Luís F. Mota - Universidade de Aveiro

Bruna Henriques - Universidade de Aveiro

Inês Almeida - Universidade de Aveiro

Comunicação Oral

Between 2016 and 2018, the political agenda in Portugal was partially occupied by the debate around two issues that are often considered morality policies: medically assisted death, whose legalization was proposed through four bills issued by leftist parties but was rejected in May 2018; and gender self-determination, whose legalization was proposed by three bills issued by two leftist parties and by center-left government itself and was approved in April 2018. According to recent literature on morality policies, the political debate of this kind of issues is often characterised by the use of arguments related to ethical, moral and deontological values, which are usually outside the everyday political debate, and by dichotomized positions. This is particularly true in the so-called 'religious world', where Portugal is still often included regardless the increasing secularisation of the country's society and state structure. Another element that is characteristic of the debate of this type of policies is the involvement of several stakeholders beyond the usual political actors, namely societal actors, which may be conceived as 'interest groups'. An often-active actor in the debate of morality policies in the so-called 'religious world' is church-related actors, particularly when there is no admittedly confessional political party with seats in Parliament, which also happens in Portugal. Taking this context into consideration, the aim of this paper is to analyse the participation of the Catholic Church in the recent debates about these two policy issues. To do so, one developed document analysis using two different sources: first, the official Catholic church media agency (Ecclesia); and, 'news' and opinion pieces about these two policy issues that somehow mention the Catholic Church that have been published in two Portuguese newspapers (one more politically associated to the right-wing and another to the centre). With this analysis, one aim to assess if the Portuguese Catholic Church decided to participate in these two debates, unlike what happened, at least formally, regarding the discussion about abortion and same-sex marriage, as Resende & Henning (2015) mention. Moreover, one aim to assess if there were differences in participation between these two policy issues, since the literature suggests that church-related actors tend to participate more actively in life and death issues (euthanasia is an example) than in other morality issues.

Palavras chave: Catholic Church; Morality Policies; Assisted Death; Gender Identity

XI-APS-47546 -A Cobertura Mediática do Islão em Portugal em Consequência dos Ataques ao Jornal Charlie Hebdo

Francisco Santos Silva - CIES, ISCTE-IUL

Comunicação Oral

A análise da cobertura mediática do Islão em Portugal trás à luz processos de domesticação das notícias que têm sido pouco estudados no contexto nacional. Nesta apresentação procuro examinar um evento em particular: os ataques à sede do jornal satírico Charlie Hebdo em 2015 e como o Islão foi representado no rescaldo desses ataques em dois jornais

Portugueses (Público e Correio da Manhã) de forma a demonstrar como um país na periferia da Europa fala sobre o Islão em momentos de crise. Portugal aparece como um caso particular no contexto Europeu, sendo à altura dos ataques, um país que não só não tinha sofrido terrorismo relacionado com o Islão no seu solo, como tendo uma população muçulmana comparativamente bastante reduzida. Para além disto, o contexto político nacional também não tinha presença vocal de grupos de extrema direita ou com uma orientação anti-Islâmica pronunciada, sendo esse outro factor que contribuía para a particularidade do caso Português no contexto Europeu. Num mundo que é progressivamente mais globalizado, mesmo em termos de cobertura noticiosa, existe um discurso comum no que respeita a como as notícias são expostas. Mesmo assim as preocupações e a história de cada local são reflectidas nos seus média. Isto é particularmente visível no caso dos artigos de opinião publicados em jornais que acabam por reflectir a cultura, sociedade, história e política nacionais. Esta apresentação, irá focar-se, então, nesses mesmos artigos de opinião publicados nos jornais Público e Correio da Manhã na semana que se seguiu imediatamente aos ataques. Este foco nos artigos de opinião permite ultrapassar o problema da globalização e homogeneização dos itens noticiosos, muitas vezes derivados de fontes comuns (Reuters, AP), bem como realçar os juízos de valor que são feitos por colunistas nos jornais estudados sobre o Islão, permitindo tirar ilações sobre não só pontos em comum entre os meios de comunicação, bem como as diferenças entre eles.

Palavras chave: Islão, Media, Xenofobia, Portugal

XI-APS-53544 -A perda da relevância social da dimensão religiosa a partir de um estudo de caso

Eduardo Duque - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa e CECS-UMinho

José. F. Durán Vázquez - Universidad de Vigo (joseduran@uvigo.es)

Comunicação Oral

A ordem social que prevaleceu na nossa sociedade até aproximadamente a meados do século passado tem-se vindo a transformar, ganhando cada vez mais velocidade e afetando todas as dimensões da vida. Estas transformações levaram à separação progressiva dos dois pilares em que se sustentava a sociedade; por um lado, a que suportava a dimensão institucional, hierárquica e disciplinar e, por outro, a dimensão mais individual, que apelava à liberdade e à autonomia. Neste sentido, o processo de individualização orientou a um novo modo de socialização, a uma mudança de forma na relação entre o indivíduo e a sociedade, onde as crises sociais são vividas como crises individuais, provocando, em muitos casos, uma certa erosão nas estruturas institucionais, já que as pessoas podem fazer o seu percurso vital fora delas. O estudo que vamos apresentar, resultado do inquérito aos jovens

da Diocese de Coimbra, ancora precisamente neste contexto, em que as instituições já não respondem, como antigamente, às ânsias das pessoas, nem os indivíduos lhes reconhecem autoridade, como acontecia também no passado, isto porque os caminhos pessoais já não são agora construídos com base nas experiências acumuladas, mas são resultado das funções que vão desempenhando nos diversos momentos da vida. E se isto é assim, ou seja, se a forma das pessoas estar no mundo sofreu profundas alterações, então, o mínimo que se exige às instituições é que acompanhem o ritmo das pessoas, que as oiçam, que percebam as suas angústias para que também elas possam criar propostas mais próximas e reais da vida concreta de quem as procura. Vemos que muitas instituições continuam fechadas em si, com os mesmos esquemas do passado, mas também elas foram postas em causa. A dimensão religião, e a Igreja Católica em particular, não foi alheia a esta realidade. Ela que no passado tinha cumprido uma importante função socializadora, ao articular a experiência dos indivíduos de uma forma estável, vê-se agora mais enfraquecida, sem a capacidade de outrora de influenciar a dimensão social. Este declínio do religioso institucional levou, em muitos casos, a que se adoptasse uma estrutura burocrática que lhes permita competir ao estilo empresarial. O fruto deste processo de racionalização levou a dois caminhos: a uma certa desregulação religiosa, que revelou a crise das grandes tradições religiosas, e à emergência de uma espiritualidade sincrética como reflexo da construção das biografias de forma autónoma. O estudo mostrou-nos, por um lado, que uma parte significativa dos jovens já não se identifica com as propostas da Igreja Católica porque já não foram socializados nos bancos da Igreja, nos grupos de jovens paroquiais, etc., por outro lado, os que se dizem católicos praticantes propugnam por uma vida religiosa mais aberta e dialogante com as outras dimensões da vida e da cultura contemporânea.

Palavras chave: secularização, desinstitucionalização, individualização, jovens

XI-APS-62661 -Restrições religiosas a nível global: factores e modelos

José Pereira Coutinho - CITER-UCP

Comunicação Oral

Esta comunicação insere-se no ponto 4 da chamada: 'Defesa de valores por motivação religiosa nos domínios relacionados com a moral privada (sexualidade, ética de vida) e limitações à liberdade religiosa'. Tem dois objectivos: apresentar os factores mais adequados e os modelos explicativos das restrições ou limitações à liberdade religiosa. Baseia-se na análise de regressão múltipla com três variáveis dependentes (índice de restrições governamentais, índice de hostilidades sociais e índice de restrições religiosas) e seis variáveis independentes agregadas em três dimensões (religiosa/cultural, política/económica e social/demográfica). Para além de se abordar sumariamente os aspectos teóricos e metodológicos associados a esta análise, pretende-se analisar e discutir os resultados obtidos: os modelos, com qualidade e validade distintas, e os factores principais,

em que há alguns se destacam, como a religião islâmica ou a dimensão populacional.

Palavras chave: Restrições governamentais, hostilidades sociais, restrições religiosas, mundo

XI-APS-64870 -Religiosidade e valores em Portugal e na Europa, entre 2002 e 2016

Maria Paula Lousão - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Cláudia Vasconcelos Silvestre - Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL)

José Luís Casanova - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Comunicação Oral

Roccas e Schwartz (1997), e Schwartz e Huismans (1995) mostraram que existe uma correlação entre a religiosidade das pessoas e os valores humanos definidos por S. H. Schwartz: os valores de conformidade e tradição correlacionam-se positivamente com a religiosidade, enquanto hedonismo, autodeterminação, realização e poder apresentam correlações negativas. Os restantes valores humanos não se relacionam de forma significativa, no entanto a segurança e a benevolência têm correlação positiva ao passo que o universalismo e a estimulação têm correlações negativas. Nesta comunicação pretende-se, além de traçar os perfis sociológicos das pessoas que pertencem a uma religião e das pessoas que não pertencem a nenhuma religião, estudar e testar a relação entre religiosidade e valores humanos, bem como a sua evolução recente, comparando o caso de Portugal com a Europa como um todo, com base nos dados do European Social Survey. Para isso utilizam-se diversas variáveis sociográficas na caracterização dos indivíduos e serão construídos dois índices a partir de variáveis disponibilizadas no European Social Survey: o Índice de Relação com a Religião (com base nos indicadores “Pertence a uma religião ou denominação religiosa?” e “Quanto é religioso?”) e o Índice de Prática Religiosa (a partir dos indicadores “Quantas vezes frequenta os serviços religiosos além das ocasiões especiais?” e “Com que frequência reza/ora em cerimónias religiosas?”). O tratamento e a análise dos dados incidirá sobre as oito rondas do European Social Survey, entre 2002 e 2016, utilizando o software IBM SPSS na sua versão 26.0, e mobilizando técnicas estatísticas como a Análise de Informação Mútua, a Análise de Correspondências Múltiplas, e os testes não-paramétricos da diferença de médias.

Palavras chave: Análise de Informação Mútua, Análise de Correspondências Múltiplas, Religiosidade, Valores Humanos.

XI-APS-65485 -Francisco e o tortuoso caminho rumo à esperada *Mulieris Dignitatem*

Davi Arão Elias Cardoso - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

Em 1988 o papa João Paulo II publicou a carta apostólica *Mulieris Dignitatem*, o primeiro documento do magistério da Igreja Romana dedicado inteiramente à mulher. Se pôde-se comemorar o gesto pelo seu ineditismo, o mesmo talvez não possa ser dito de seus principais objetivos: mostrar à mulher seu real lugar na vida da Igreja e fechar as portas para sua ordenação sacerdotal. Não muito tempo depois (1994), o mesmo papa publicaria outra carta com o mesmo assunto, chamada *Ordinatio Sacerdotalis*, desta vez para sanar qualquer dúvida que este é um assunto superado. Os questionamentos que motivaram o papa polaco a emitir tais esclarecimentos não cessaram. Com uma formulação mais branda, Francisco os ouve hoje não só da boca das mulheres, mas dos próprios bispos. A grande maioria (137 pró, 30 contra) daqueles reunidos no sínodo da Amazônia, realizado em outubro último, pediram a ordenação de mulheres ao diaconato permanente. A questão por trás desse pano de fundo é clara: dar mais dignidade a figura feminina no seio da igreja. O século XX assistiu o movimento feminista nascer e se desenvolver, transformando a mentalidade de muitas sociedades ao passar das décadas. A igreja, por sua vez, parece não ter participado na mesma intensidade dessa dinâmica. Foi somente no pontificado de Francisco que mulheres atingiram cargos de alguma importância na cúria romana, como a brasileira Cristiane Murray, vice-diretora da sala de imprensa do Vaticano, e Francesca di Giovanni, subsecretária da Seção para as Relações com os Estados. As carreiras administrativas nunca estiveram formalmente vetadas às mulheres, mas na prática estas nunca atingiam funções de relevo como agora. Porém, uma *mulieris dignitatem* em consonância com o mundo moderno provavelmente só viria através da ordenação sacerdotal. O sacerdote é o único que pode atuar na figura de Cristo cabeça. Os diáconos, acólitos, leitores e leigos em geral também atuam como corpo de Cristo, mas nunca como cabeça. São várias as justificativas da Igreja. De um ponto de vista histórico, o trabalho sacerdotal compete ao homem uma vez que Jesus não escolheu mulheres para o apostolado. Além disso, a Igreja sustenta que há total igualdade entre homens e mulheres, cada um desempenhando seu papel. Francisco não parece afeito a mudanças profundas. Ou, pelo menos, não vê espaço para elas. Já duas vezes, uma na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* (2013) e outra em uma entrevista dada no voo de regresso de sua visita à Suécia (2016), fez questão de frisar que esse é um ponto ao qual não cabe questionamento. Mesmo no século XXI, com um papa considerado progressista, ainda parece distante a idéia de mulheres atuando como cabeça na Igreja Romana. Estamos a falar de uma instituição multimilenar que não tem como característica se dobrar ao sabor do vento. Não parece que será dessa vez.

Palavras chave: Igualdade, Dignidade, Mulheres, Sacerdócio

XI-APS-67914 -Religião e Política no Brasil: a trajetória do cabo Daciolo

NELSON LELLIS RAMOS RODRIGUES - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Comunicação Oral

A temática “religião e política” no Brasil ganhou novas roupagens especialmente a partir das eleições presidenciais em 2018. O cenário pleno de novos atores, em geral oriundos de denominações evangélicas, tem mobilizado um conjunto de pesquisadores que visam explicar as tendências e dinâmicas do campo em questão. Cabo Daciolo, objeto de reflexão nesta pesquisa, apresenta-se como um inusitado personagem. Além de possuir um perfil bastante peculiar, que tem estimulado a produção de memes e polêmicas entre internautas, os modos de articulação entre religião e política por ele produzidos questionam interpretações simplistas entre evangélicos e política. Isso porque Daciolo não pertence a denominações evangélicas, ainda que sua trajetória tenha sido marcada inicialmente pelo pertencimento à igreja Assembleia de Deus. Expressando o pluralismo religioso das famílias brasileiras, este personagem possui ainda a experiência religiosa familiar dividida entre catolicismo e espiritismo. Daciolo traz a narrativa evangélica desinstitucionalizada para a arena política, acionando seus símbolos e valores e ressignificando-os a partir da prática política numa perspectiva redencionista. Nossa hipótese é que o conceito de “profeta emissário”, em Weber, melhor permite analisar o cabo Daciolo, uma vez que nosso personagem entende anunciar e desejar cumprir um mandado divino. A representação de profeta na esfera pública por Daciolo será aqui delimitada em três momentos: a) enquanto cabo do corpo de bombeiros do estado do Rio de Janeiro e sua defesa por melhorias salariais no movimento SOS Bombeiros; b) enquanto deputado federal, eleito pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/RJ), e; c) enquanto candidatado à presidência da República. Este texto objetiva, portanto, analisar os discursos religiosos do cabo Daciolo considerando a perspectiva weberiana para responder às enunciações proféticas/ carismáticas do personagem em tela. O material empírico analisado consiste em entrevista semiestruturada com o cabo Daciolo, realizada no dia 03 de setembro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro; entrevista com o então presidente do PSOL Chico Alencar, realizada por telefone, no dia 08 de setembro do mesmo ano; análise de conteúdo referente aos discursos de Daciolo como líder e militante do SOS Bombeiros, bem como parte dos 223 discursos realizados no plenário da câmara dos deputados entre os anos de 2015 a 2018.

Palavras chave: Religião, política, cabo Daciolo, profeta emissário.

XI-APS-70774 -Ecofeminismo, espiritualismo e justiça de gênero: refletindo sobre processos e práticas de mulheres cristãs de confessionalidade luterana no Brasil
Joyce Aparecida Pires - UNESP

Comunicação Oral

Este artigo trata da espiritualidade como um fenômeno social ligado a condições históricas e sociais relacionada com o contexto de mulheres cristãs de confessionalidade luterana no Brasil. Busca-se analisar as transformações no modelo de espiritualidade praticada pelas mulheres ordenadas e líderes da Igreja Evangélica Luterana do Brasil na contemporaneidade. Para isto, discutiremos como as relações entre igreja, sociedade e Estado se configuram nas concepções políticas e religiosas elaboradas, discutidas e disseminadas por mulheres teólogas e sustentadas pelo modelo de espiritualidade luterana confessional. Nos últimos cinquenta anos, mulheres construíram acessos à justiça de gênero na igreja e tem na gênese do luteranismo no Brasil aspectos que mobilizaram possibilidades de ação para o aparecimento da mulher na hierarquia eclesiástica. Por meio de reivindicações, queixas e reelaborações teológicas, importantes para uma consolidação da chamada justiça de gênero desde a hierarquia eclesiástica, uma reconfiguração do reconhecimento e representatividade da mulher nesta Igreja está em curso. As análises dos processos de mudanças históricas relativos ao aparecimento da mulher em lugares de poder e status são desenvolvidas, a partir da etnografia, depoimentos, conversas informais com pastoras luteranas e líderes, análise de documentos oficiais da Igreja e revisão bibliográfica acerca do tema. As líderes luteranas, denunciam a categoria androcentrismo institucional, como produtora do saber teológico e materialização dos sujeitos instituídos pela Igreja que historicamente produzem corpo e subjetividade feminina como negativa, inferior e despossuída de racionalidade. A compreensão do protestantismo histórico de imigrantes alemães e sua contribuição para mudanças no quadro de referência cristão contemporâneo está colocada, se apresenta de forma dinâmica, holística, combina práticas tradicionalistas presentes no Movimento Tradicionalista Gaúcho e orientação de economia sustentável. Os discursos das pastoras e líderes contribuem para a valorização da mulher evangélica luterana para a nação brasileira, enaltecem os traços históricos de constituição das comunidades de imigração, principalmente no Sul do Brasil e enaltecem as figuras femininas religiosas que vieram ao Brasil por meio do associativismo com a Alemanha. As práticas do Movimento Tradicionalista Gaúcho estão imersas na cultura evangélica teuto brasileira, inclusive na representação pública-religiosa das pastoras como prendas (o par feminino do gaúcho), presentes também em outros estados do Brasil. As mulheres cristãs protestantes estão fazendo teologia feminista, atuando na hierarquia eclesiástica, tencionando as regras para a legitimação da representatividade de mulheres e produzindo uma nova ética religiosa.

Palavras chave: Justiça de gênero; ecofeminismo; espiritualidade; igrejas evangélicas

XI-APS-73764 -**Protestantes e evangélicos e a política em Portugal: entre o público e privado**

Helena Vilaça - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

É a partir de residentes estrangeiros que, em pleno século XIX, o processo evangelizador protestante é iniciado em Portugal. Mas só a Constituição republicana de 1911 virá a conferir legalidade às instituições religiosas minoritárias que não só manifestam simpatia pela mudança política, como se sentem mobilizadas para a «Evangelização da Pátria», já que o cenário se vislumbra auspicioso a um crescimento em liberdade. Muitos dos fiéis protestantes, especialmente dirigentes, conciliaram a fé com o ideário da República e alguns pastores assumiram mesmo cargos políticos. Acreditavam que, numa atmosfera de liberdade, os portugueses viriam a converter-se ao cristianismo evangélico. Tal não aconteceu e, apesar de a Igreja Católica deixar de auferir privilégios, o catolicismo permaneceu profundamente enraizado. O golpe militar de 1926, que originou o Estado Novo, ainda que não tenha hostilizado abertamente as igrejas protestantes, impediu a sua exteriorização em termos de lhes facultar liberdade de iniciativas evangelísticas e as décadas da ditadura acabaram por representar tempos de consolidação organizacional. Isso contribuiu para um fechamento das minorias evangélicas em relação à política e à sociedade em geral. Na década que sucedeu à II Guerra Mundial, as igrejas Metodista, presbiteriana e Lusitana abandonaram a Aliança Evangélica Portuguesa (AEP) com vista à criação de um organismo comum que veio a designar-se de Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC). A AEP entendeu a fratura como um desvio daquelas igrejas em relação aos fundamentos cristãos evangélicos e a adesão ao “modernismo” teológico que vigorava no Conselho Mundial de Igrejas. Efetivamente, o COPIC progressivamente adotou uma linha de ação mais secular e é ilustrativo de fenómenos de privatização, mundanização, racionalização e diferenciação funcional no quadro de uma secularização no plano meso-societal. Mesmo antes da revolução democrática de 1974, principalmente jovens de igrejas do COPIC tomaram iniciativas de resistência à ditadura e logo após a instauração da democracia envolveram-se ativamente na política, abandonando, uma boa parte deles, as suas denominações. Foi também no âmbito destas igrejas que surgiram líderes religiosos a desempenhar cargos políticos, nomeadamente no Partido Socialista. As restantes igrejas evangélicas reagiram ao 25 de abril de 1974 à semelhança do que aconteceu durante a I República: esperavam que a liberdade lhes permitisse um crescimento até então coartado. Contudo, o crescimento foi lento e parcialmente resultante da vinda de retornados e refugiados evangélicos das ex-colónias. Neste quase meio século de democracia, os protestantes e evangélicos portugueses têm atuado de uma forma distanciada em relação à esfera política, não dando indicação de voto partidário e reforçando a privatização das

escolhas e a autonomia dos subsistemas político e religioso.

Palavras chave: Protestantes/evangélicos, política, Portugal

**XI-APS-74023 -CULTURAS HIBRIDIZADAS, IDENTIDADES DESLOCADAS:
OCIDENTALIZAÇÃO, REVIVALISMO ISLÂMICO E OS PARADOXOS DO CASO TUNISIANO**

Laís Narayne Oliveira Neves - Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação -
Universidade do Porto

Comunicação Oral

Enquadramento teórico: será adotada uma abordagem sócio-histórica para analisarmos o contexto do surgimento do Islã e as dinâmicas que ao longo do tempo têm permeado sua interação com a sociedade. Recorreremos, ainda, aos estudos culturais para embasarmos a argumentação teórica que será desenvolvida acerca da colonização, do hibridismo cultural e da globalização. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os desdobramentos da hibridização cultural no âmbito das sociedades islâmicas. Nosso objetivo específico consiste na análise dos paradoxos daquele fenômeno na Tunísia, país que se encontra paralelamente permeada por ocidentalização e revivalismo islâmico. A metodologia deste trabalho será delineada, sobretudo, a partir da observação dos fenômenos abordados através de um estudo bibliográfico que conferirá a base para a exposição dos acontecimentos históricos e para uma reflexão teórica. Será utilizado o método hipotético-dedutivo, a pesquisa será desenvolvida a partir, principalmente, de uma análise qualitativa e a tipologia desta investigação recorrerá à ótica exploratória. Diagnóstico: A Tunísia carrega o estigma de ser um dos países árabes mais ocidentalizados, bem como é apontada como um caso bem sucedido no que tange ao caminho de democratização que a sua sociedade vem percorrendo desde a Revolução de Jasmim. Por outro lado, o fortalecimento de grupos islâmicos radicais e o atual estado de iminência de ataques sob o qual o país se encontra evidenciam uma faceta obscura do cenário posterior à Primavera Árabe. O paradoxo supracitado, desse modo, leva-nos à seguinte problemática: estaria o caráter ocidentalizante do hibridismo contribuindo para o crescimento da intolerância mútua e alimentando um círculo vicioso de hostilidades e conflitos culturais? Resultados: se por um lado constatou-se que a Tunísia, desde 2011, tem vivido uma evolução no que tange à sua transição democrática, por outro também se pôde observar que o país se encontra imerso em um quadro de constante instabilidade frente ao aumento da radicalização. Não obstante a depreciação da situação econômica do país no pós-Revolução figurar entre os fatores que contribuíram para esse revés, devemos atentar-nos, ainda, para a vertente cultural dessa conjuntura: afinal, a aplicação de uma política hostil para com o Islã num país majoritariamente muçulmano – ainda que vestido com uma roupagem ocidental – teve desdobramentos identitários e culturais que impactaram a sociedade tunisiana de maneira profunda. Conclusão: se é verdade que o hibridismo contribui para uma relativa integração cultural, este fenômeno

também potencializa, concomitantemente, uma crescente incomplacência mútua entre culturas distintas. E essa intolerância em relação ao outro, por sua vez, tem fomentado o surgimento de preconceitos, estereótipos e interpretações culturais simplórias que dificultam cada vez mais o diálogo intercultural.

Palavras chave: Hibridismo; Ocidentalização; Revivalismo Islâmico; Tunísia.

XI-APS-76175 -Ethos religioso no seio prisional: o caso muçulmano

Cláudia Resende - DGRSP / CICS.NOVA.FCSH

Comunicação Oral

Esta comunicação propõe-se a compreender práticas sociais e significações evidenciadas por reclusos que se autoidentificaram enquanto crentes da fé islâmica num Estabelecimento Prisional de Regime Fechado português. Nesta apresentação, pretende analisar-se a existência de uma “consciência coletiva” fundamentada numa base religiosa num contexto institucional com características de um pronunciado hermetismo social. A moldura teórica desta investigação esteve baseada no Interacionismo Simbólico em que importam os sentidos e significados passíveis de ser distinguidos nas interações diárias. A partir do denominador comum socio-religioso, diferenciaram-se condutas e atribuições valorativas promovidas por detentores de nacionalidade guineense e marroquina. Tratou-se de um estudo exploratório que em termos de bateria empírica optou pela abordagem qualitativa através de uma incursão etnográfica, com vista à familiarização das vivências quotidianas dos participantes, tendo sido dado enfoque a encontros informais e momentos com formalidades específicas. Em termos de observação in loco, foram feitas notas de campo no âmbito do perímetro prisional. Foi solicitado que fossem partilhados objetos pessoais que fossem os mais expressivos para si, os quais serviram como pontos de partida para a aplicação das entrevistas em profundidade. Demonstrar-se-á que o ambiente prisional não fez anular costumes convencionados pela religião muçulmana. Examinar-se-á que foram redimensionadas tradições e princípios dessa orientação religiosa para a esfera prisional, tendo-se verificado um continuum de vários aspetos idiossincráticos das prescrições islâmicas. Porém, mesmo com um auto-posicionamento religioso transversal, foi constatado que certos postulados do Islão eram tanto considerados inexoráveis como coexistiam com limites autoimpostos díspares. No que toca a preceitos de devoção da religião muçulmana, foram denotadas posturas de maior ou menor transigência relativamente a práticas de culto, à presença / ausência da figura do feminino, inter alia. Confirmou-se o que validou Tiesler (2011) em meio livre: a identidade religiosa islâmica deverá ser entendida por um lado, na ordem da subjetivação; por outro lado, na antítese da cristalização e da homogeneização. Identificar os matizes do ethos da religião minoritária muçulmana no seio prisional pode ajudar a contradizer uma agenda penal europeia repentista direcionada para a prevenção da radicalização assente em derivações lineares entre a praxis religiosa, o

proselitismo e o extremismo. À semelhança do que acontece no meio exterior, a falta de conhecimento da profundidade e da pluralidade interna de cada grupo religioso pode traduzir-se em rótulos estigmatizantes e preconceitos pejorativos. Tal pode limitar a consagração do princípio da liberdade religiosa e a integridade dos processos ressocializadores.

Palavras chave: Ethos religioso, fé islâmica, contexto prisional, etnografia

XI-APS-77691 -Os evangélicos no cinema brasileiro

Eduardo Guilherme de Moura Paegle - Instituto Federal de Roraima (IFRR)

Comunicação Oral

A sociologia da religião no Brasil tem sido marcado nas últimas décadas pelo declínio no número dos fiéis católicos e o aumento do número dos fiéis evangélicos, sobretudo entre os pentecostais, que defendem a valorização dos dons do Espírito Santo, que foi manifestado na Igreja Primitiva em Atos 2. Essa alteração demográfica religiosa no Brasil faz com os novos evangélicos sejam de primeira geração à adotar essa fé, mas que foram educados sob uma cultura e valores religiosos católicos das gerações anteriores. O último censo - IBGE (2010) quantificou mais de 22% de evangélicos no Brasil, sob as mais diferentes denominações (reformados, pentecostais e neopentecostais) e estima-se que existam cerca de 31% de evangélicos atualmente no Brasil, sendo que deste campo religioso, cerca de 70% são pentecostais. Pelo crescimento exponencial entre os evangélicos brasileiros, esse grupo heterogêneo entre si, passou à ter uma maior visibilidade social, através de uma maior participação nos programas televisivos e radiofônicos, nas músicas gospel, nas livrarias evangélicas, na multiplicação dos templos, na participação e influência política através da chamada "bancada evangélica" e também numa maior visibilidade no cinema brasileiro. Esse fenômeno midiático foi chamada por uma pesquisadora de "explosão gospel" e foi percebido à partir da década de 1990 no Brasil. A presente comunicação procura discutir dois filmes distintos sobre a temática evangélica no Brasil e comparar as formas como ambas trabalham e analisam o referido grupo religioso. O primeiro filme à ser analisado é o documentário de João Moreira Salles chamado de "Santa Cruz". O filme retrata a igreja "Casa de Oração Jesus é o General" no bairro homônimo da cidade do Rio de Janeiro que dá o título do documentário, mostrando o início de uma igreja pentecostal autônoma sob a liderança do pastor Jamil. Mostra-se o "Brasil profundo" dos fiéis de uma igreja pentecostal num bairro esquecido pelos serviços do Estado na periferia carioca, que buscam reconfigurar as suas vidas através da inserção no pentecostalismo. A dignidade é percebida através das ações concretas entre os fiéis, como na busca da alfabetização, na postura correta dos fiéis, como relatado pelo membro da igreja que agora não rouba energia elétrica através das conexões ilegais, mas trabalha para pagar. Em contraste com esse documentário e a visão positiva trazida nessa película, o segundo filme analisado nessa comunicação oral se chama

"Divino Amor" (2019). O filme é uma distopia do Brasil de 2027, no qual o carnaval foi abolido, por ser uma festa mundana e o crescimento dos evangélicos fez com que a festa mais popular do Brasil foi substituída pela festa do amor supremo, o que dá nome ao título dessa obra cinematográfica. Discussão como as relações entre o Estado através de uma visão teocrática evangélica perpassam o filme, como exemplificada na personagem principal Joana (Dirá Paes) que trabalha num cartório, na área dos divórcios e que tenta aconselhar os casais para não se separarem num Estado laico, criando conflitos entre a sua fé evangélica e o trabalho no Estado laico.

Palavras chave: evangélicos; cinema brasileiro

XI-APS-84665 -Religiosidade por posição religiosa e grupo etário na Área Metropolitana de Lisboa

José Pereira Coutinho - CITER-UCP

Comunicação Oral

Esta comunicação insere-se no ponto 5 da chamada: 'Variações das atitudes e posicionamentos políticos e religiosos em termos geracionais'. Esta comunicação parte da interrogação: como se caracteriza e diferencia a religiosidade por posição religiosa e grupo etário? Desta forma, tem como objectivo caracterizar e comparar a religiosidade por posição religiosa e grupo etário. Embora haja análises recentes sobre a religiosidade da população portuguesa, não se encontram análises sobre a religiosidade em Lisboa e na área envolvente, onde se localiza a maioria das minorias religiosas em Portugal. Desta forma, a Área Metropolitana de Lisboa é a melhor região para se comparar a religiosidade das diferentes confissões religiosas no território português. Muito menos existem estudos sobre esta região em perspectiva geracional. Espera-se, então, que esta comunicação contribua para apresentar resultados e discutir este tema, para além de levantar algumas questões teóricas e metodológicas.

Palavras chave: Religiosidade, posição religiosa, grupo etário, Área Metropolitana de Lisboa

XI-APS-85956 -A geografia das identidades religiosas na Área Metropolitana de Lisboa

Margarida Franca - CITER - Centro de Estudos em Teologia e Estudos da Religião e CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

José Pereira Coutinho - CITER - Centro de Estudos em Teologia e Estudos da Religião

Comunicação Oral

A presente comunicação tem três objectivos: caracterizar sociodemograficamente a Área Metropolitana de Lisboa, caracterizar a sua população em termos religiosos por cada subárea geográfica, e caracterizar a sua população em termos de mobilidade. Com base no estudo mais recente sobre esta região, 'Identidades religiosas e dinâmica social na Área Metropolitana de Lisboa', em que os autores participaram e cujos dados foram recolhidos em 2018, pretende-se apresentar um retrato completo da geografia religiosa desta região portuguesa. Sendo por excelência a região portuguesa mais diversificada em confissões religiosas, sobretudo pelas oportunidades laborais apresentadas e pela força centrípeta subjacente a qualquer capital, colocam-se várias questões sociais, políticas e culturais. Desta forma, espera-se que esta comunicação levante algumas questões referentes a alguns pontos da chamada desta secção, nomeadamente os pontos 1, 2 e 3, onde se insere, por exemplo, a regulação do religioso pelo poder político, como tem sido observado nas polémicas ventiladas nos últimos anos. Para além de se apresentar dados empíricos, são levantadas estas questões de recorte empírico, com assento teórico, assim como de cariz metodológico.

Palavras chave: Área Metropolitana de Lisboa, identidades religiosas, mobilidade.

XI-APS-86862 -A religião na rua – O culto à Senhora da Saúde no Subidouro (Maia)
Pedro Pereira - Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Comunicação Oral

O culto à Virgem Maria tem uma acentuada expressão em todo o mundo católico, evidente nos inúmeros santuários marianos. Igualmente em Portugal, a devoção por Maria é profundamente significativa, não apenas pela importância da veneração à Nossa Senhora de Fátima, mas pelas quase mil invocações da Virgem existentes no território português. A Senhora da Saúde é uma dessas invocações à Virgem, apresentando uma elevada manifestação no nosso país. O Subidouro (Maia) é um dos mais de trezentos lugares onde todos os anos se realiza um ritual festivo dedicado à Senhora da Saúde. Nesta comunicação procurar-se-á apresentar o processo de construção social, cultural e material deste lugar de culto que todos os anos magnetiza crentes e turistas. Esta apresentação alicerçar-se-á no trabalho de campo com observação participante desenvolvido no lugar do Subidouro, desde 2016 até 2018, visando privilegiadamente observar e descrever as práticas de culto, nomeadamente os processos de construções identitárias deste lugar. Também foram realizadas aproximadamente meia centena de entrevistas centradas, privilegiadamente, na pesquisa sobre a dinâmica performativa do ritual festivo da Senhora da Saúde, bem como na compreensão das motivações que levam anfitriões e visitantes a participar neste ritual

social e religioso. Ainda que o ritual de culto da Senhora da Saúde no Subidouro se revista, evidentemente, de dimensões religiosas católicas, a dinâmica performativa do ritual festivo encerra em si outras dimensões, que se enquadram naquilo habitualmente se designa por religiosidade popular. Nesta comunicação procurar-se-á sustentar que neste encontro entre anfitriões e visitantes: os primeiros recorrem a dinâmicas sociais para preservar a identidade cultural do lugar; e uns e outros participam numa experiência sensorial, emotiva e multifacetada.

Palavras chave: Religião popular; culto mariano; turismo; património cultural.

Sociologia da Saúde

XI-APS-25467 -A ESCASSEZ DE RECURSOS DURANTE A 1ª ONDA SARS-COV2 E O ADIAMENTO DA CIRURGIA ELETIVA DURANTE O CONFINAMENTO: A PROBLEMÁTICA DA TOMADA DE DECISÃO DOS CIRURGIÕES GERAIS

Cristina Piedade - ISEG

Comunicação Oral

Os cirurgiões gerais são recursos humanos de instituições de saúde que devem praticar um código de ética cujas leges artis podem ser afetadas pela escassez de diversos tipos de recursos que não está ao seu alcance resolver, pois dependem de diretrizes estabelecidas a partir de níveis superiores, nomeadamente as suas administrações. O vírus SAR-COV2, que induziu o encerramento das salas de cirurgia entre março e junho de 2020 e o cancelamento de milhares de cirurgias programadas, tem impactado a vida profissional dos cirurgiões e limitado a tomada de decisões quanto às melhores opções para os seus pacientes. O impacto mais crítico foi verem-se como médicos inúteis, tendo que se limitar a observar as consequências de não tratar pacientes críticos, estagnados em crescentes listas de espera e lutar com a escassez de equipamentos de proteção individual (Vlessides, 2020), num momento em que era “importante garantir a capacidade de cirurgiões e profissionais especializados em atuar durante a pandemia” (Coccolini et al., 2020). São raros os estudos etnográficos e autoetnográficos em instituições de saúde que proporcionam conhecimento sobre as dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde em Portugal, devido à diversidade de objetos e complexidade dos sistemas, que não facilitam a investigação nesta área (Carapinheiro, 2005). Portanto, “a melhor maneira de entender o que os profissionais de saúde estão mais preocupados é perguntando” (Shanafelt, 2020) e estar em seu campo. Este artigo faz parte de uma tese de doutoramento e baseia-se na elaboração de 40 entrevistas com cirurgiões gerais e diários de campo a partir de salas cirúrgicas de cinco hospitais realizadas entre 13 de março e 9 de julho de 2020, que abordam os problemas e preocupações quanto ao tratamento de seus pacientes atendidos no período mais crítico da pandemia, as condições em que tiveram de exercer o seu trabalho e a sua relação com as suas famílias num momento de distanciamento obrigatório.

Palavras chave: pandemia, cirurgia, recursos, restrições

XI-APS-29892 -Reducing sexual and reproductive health inequalities between Portuguese autochthonous and immigrants: a Delphi consensus for sustainable cross-cultural healthcare pathways

Pedro Candeias - UL, ISAMB e ICS

Violeta Alarcão - CIES-IUL e UL, ISAMB
Osvaldo Santos - UL, ISAMB/EnviHeB lab
Ana Virgolino - UL, ISAMB/EnviHeB Lab
Patrícia Pascoal - ULHT
Sónia Cardoso Pintasilgo - CIES-IUL
Maria Madalena D´Avelar - CIES-IUL
Fernando Luís Machado - CIES-IUL

Comunicação Oral

Sexual and reproductive health (SRH) is considered a crucial part of general health and a central feature of human development. Despite positive achievements that have been made in this field, relevant SRH inequalities continue to affect minority groups, including migrant populations. One of the aims of this study is to produce recommendations on how policy makers, health professionals and service providers could better address the SRH needs of Portuguese autochthonous and migrant populations. A second one is to define a list of indicators to monitor developments in this area. A list of around 500 indicators of outcome and good practices were retrieved from a narrative literature review. These items were classified according to the WHO typology that proposes SRH to be analysed according to three major dimensions: Sexual Health, Reproductive Health, and Socio-structural context (each of them divided into several sub-dimensions). This list was then purged by a team of four researchers according to pre-established criteria. Next, a World Café with experts and stakeholders of SRH was conducted to generate additional indicators. These exploratory research steps resulted on the definition of 40 good practices items and of 106 SHR quality indicators. The third stage of the research will consist on a three round Delphi process, in which the obtained list of indicators will be presented to a panel of experts and stakeholders from different fields (Academia, Non-Government Organizations, Politicians, Clinical Practitioners and Civil Society Organizations), with the goal of forming consensus about which indicator are most relevant to assess and monitor SRH in the populations under study. At the first round, the invitation to participate will be sent to 110 experts. This communication will focus on the results of this Delphi process. The assessment of feasibility and effectiveness of the SRH good practices that will derive from this work are crucial for improving the living conditions of both autochthonous and immigrants in Portugal, thus contributing to reduce existing social inequalities in SRH within the Portuguese society.

Palavras chave: Sexual and Reproductive Health; Immigration; Social inequalities; Good practices; Evaluation

XI-APS-32696 -Que alimentação para os portugueses? Compatibilidade entre saúde e sustentabilidade

Ana Tavares - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

A presente comunicação propõe discutir a temática da comunicação em alimentação sob dois pontos de vista, o da saúde e o da sustentabilidade. O primeiro lida com as recomendações que as populações devem adotar para terem uma alimentação saudável com o objetivo de promoção da saúde e prevenção das doenças (Tavares, 2018) e o segundo com o aconselhamento da dieta ecologicamente mais sustentável, uma vez que o atual sistema alimentar tem um peso significativo em termos ambientais (Lang, 2013). A importância da nutrição e a sua relação direta com algumas doenças não transmissíveis são amplamente documentadas na literatura (Contento, 2011; Somers et.al, 2014; Sarmugam e Worsley, 2015) e relacionadas com estilos de vida, onde se incluem as escolhas alimentares pouco saudáveis e o sedentarismo. Paralelamente, considera-se que as preocupações de natureza ambiental e de sustentabilidade irão, de forma crescente, influenciar as escolhas alimentares dos sujeitos, prevendo-se o despoletar de novos hábitos alimentares em direções diferentes das atuais (Macdiarmid e Whybrow, 2019). Esta situação descreve o conceito de dieta sustentável, norteadas por preocupações ambientais e já a ser coberta pelos meios de comunicação social. Outra questão a considerar é que os temas alimentação saudável e alimentação sustentável lidam, cada um per se com especificidades e exigências próprias e têm que observar, cada um deles, os seus fatores de influência no sentido de definirem as suas recomendações. Dada a complexidade destas temáticas, conclui-se que é necessária informação séria e fidedigna para que as populações tomem consciência da sua seriedade e tomem decisões de forma consciente e informada. Porém, esta situação tem a adversidade da desinformação a que os indivíduos estão expostos, documentada na literatura, com efeitos obviamente nocivos, uma vez que são confrontados com informação de fontes não fidedignas quando se propõem encontrar informação, concretamente através da internet (Burkell, 2004; Hirji, 2004; Espanha, 2013; Tavares, 2018). Em conclusão, defende-se a ideia de que é necessário e urgente o debate público sobre estas matérias para que se gere consenso relativamente às recomendações a disseminar. E estas terão que ser comunicadas às populações, através de fontes institucionais e credíveis, contrariando o ambiente de desinformação instalado nas sociedades contemporâneas.

Palavras chave: Comunicação em Saúde, Alimentação Saudável, Alimentação Sustentável

XI-APS-32840 -Literacia Medicamentosa: uma abordagem sociológica

Noemia Lopes - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL Instituto
Universitário de Lisboa); Instituto Universitário Egas Moniz (IUEM) -
nlopes@egasmoniz.edu.pt

Carla Rodrigues - Amsterdam Institute for Social Science Research (AISSR, University of

Amsterdam); Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL Instituto Universitário de Lisboa) - carla.af.rodrigues@gmail.com

Elsa Pegado - Elsa Pegado, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) - elsa.pegado@iscte-iul.pt

Comunicação Oral

A literacia medicamentosa é uma categoria recente, usada para designar as competências de utilização dos medicamentos (Raynor, 2008). Ainda que indissociável da literacia em saúde, a emergência desta nova categoria, a sua crescente visibilidade e a autonomia que tem assumido face à sua matriz original, sinalizam uma nova normatividade social no uso dos medicamentos, bem como a sua crescente disseminação em esferas cada vez mais amplas do quotidiano. O potencial analítico desta categoria e a sua própria relevância social, apresentam-se reféns de uma visão instrumental da literacia, confinada à medição de um conjunto de conhecimentos e competências, face à qual estão a surgir reflexões mais críticas. Nesta comunicação pretende-se: (i) problematizar a noção de literacia medicamentosa, explorando a sua contextualidade social; (ii) equacionar procedimentos metodológicos para a sua operacionalização; (iii) dar conta da relevância social desta temática no quadro da crescente farmacologização do quotidiano. Para tal, recorre-se aos ainda escassos contributos sociológicos emergentes sobre a literacia medicamentosa e, conjuntamente, exploram-se os procedimentos de operacionalização para a recolha de dados neste âmbito, tendo por base um projeto de investigação em curso sobre o uso de medicamentos para a melhoria do desempenho (PTDC/SOC-SOC/30734/2017). Deste modo, visa-se sinalizar os limites da abordagem dominante sobre a literacia medicamentosa, perspetivada esta como competência e investimento individual, e proceder à sua problematização através de uma outra abordagem da literacia enquanto prática social (Samerski, 2019), isto é, enquanto conhecimento contextualmente construído e coproduzido nas relações sociais. Trata-se, assim, de transitar de uma conceção individualista e funcional de literacia para uma conceção socialmente contextualizada (Chinn, 2011). A pertinência deste enfoque sobre a contextualidade social dos processos de construção da literacia (medicamentosa) acentua-se, desde logo, face ao atual quadro de crescente disseminação do uso do medicamento. Mas decorre, também, da crescente autonomia no acesso à informação sobre o medicamento, em particular no âmbito de consumos para a melhoria do desempenho (físico, cognitivo ou relacional), como o atestam os resultados anteriores de investigação sobre este tipo de consumos e sobre as suas fontes de informação (Clamote, 2010; Lopes et al, 2014). Enquadrar a literacia medicamentosa na sua dimensão sociológica, não só constitui uma condição necessária para captar as configurações diversas de construção e mobilização da literacia no âmbito dos consumos medicamentosos, como também abre espaço para o afinamento metodológico dos procedimentos da investigação neste domínio.

Palavras chave: literacia medicamentosa; prática social; farmacologização; medicamentos

XI-APS-33512 - "Quando a gestão engole a saúde"! Dilemas do exercício profissional nos cuidados de saúde em Portugal

Ana Paula Marques - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade do Minho

Ana Paula Macedo - Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho

Rafaela Rosário - Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho

Comunicação Oral

O setor da saúde em Portugal tem sido alvo de transformações significativas na agenda político-económica, na implementação de modelos organizativos próximos da gestão privada e difusão de formas precárias de relações laborais. Diversos autores têm identificado um (re)fortalecimento do neoliberalismo e do neoconservadorismo, a par da generalização de princípios de mercado e de um discurso gestor e controlador explícito na lógica de resultados, qualidade e avaliação que enformam a New Public Management em domínios da “coisa pública”, como a saúde, a educação e a intervenção social (Bezes & Demazière, 2011; O’Reilly & Reed, 2011; Waring & Curriec, 2009). Considerando os países do Sul da Europa (Marques & Macedo, 2018; Falleiros & Marques, 2017), as transformações do Welfare State e sua relação com a “sociedade-providência” explicam o recrudescimento de conflitos socio laborais por parte dos diversos grupos de profissionais de saúde que se confrontam com mercados de trabalho segmentados, lógicas de intensificação de ritmos de trabalho e desqualificação das condições de trabalho e desenvolvimento de carreira. Adicionalmente, tendem a ser subjugados a imperativos gestores assentes em pressupostos de produtividade, eficiência e eficácia nos seus quotidianos de trabalho. Ao se privilegiar a visão gestora, quais os principais dilemas e consequências que os profissionais de saúde enfrentam a nível individual, organizacional e profissional? Privilegiando um enfoque qualitativo, foram realizadas 23 entrevistas semiestruturadas (entre maio a dezembro 2018) a profissionais (individuais e coletivos) de cuidados de saúde primários com o objetivo de analisar os principais acontecimentos relacionados com a trajetória de vida e experiência profissional, na última década, em Portugal. Nesta comunicação, é nossa intenção analisar e interpretar as lógicas de (des)articulação de funções de gestão “híper consumidoras” de tempo (muitas delas mediadas pelas plataformas online e exigências de produção de indicadores e/ ou relatórios), com o exercício da profissão em si. Pretendemos contribuir para o aprofundamento das reconfigurações profissionais no quadro das reformas recentes nas políticas públicas orientadas para a saúde.

Palavras chave: Portugal; cuidados de saúde; lógica gestora; profissionalização

XI-APS-34329 -As respostas institucionais às doenças profissionais: percursos e desafios do processo de certificação por doença profissional

Lara Querido - ISCTE -IUL - Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

O trabalho tem sido, nas suas diversas dimensões, reconhecido como elemento estruturante da vida em sociedade. Considerando as suas funções integradoras, premiando inúmeras interações e permitindo a organização da vida coletiva, ocupa um lugar central na vida social e quotidiana. Reconhecer esta centralidade implica considerar que as transformações que nele ocorrem têm repercussões nos planos não só individual, mas também coletivo. As doenças e incapacidades geradas no e pelo trabalho têm, por isso, implicações nos mais variados contextos da vida. Assim, a doença profissional, entendida como o resultado direto e exclusivo do exercício da atividade laboral, comporta impactos que vão muito além da questão financeira, tocando as esferas emocional, familiar ou do foro do relacionamento social, não raras vezes concomitantes. A compreensão da saúde e da doença como construções sociais, permite o entendimento da doença profissional como fenómeno socialmente construído, tornando-o um objeto de estudo sociológico de grande pertinência. Neste contexto, é imperativa a necessidade de equacionar a adequabilidade das práticas institucionais, principalmente no que se refere às respostas concedidas a estes doentes, de modo a constatar se os percursos institucionais culminam numa maior compreensão e integração destes doentes. Nesse sentido, com recurso a histórias de vida, pretendeu-se compreender como são conduzidos os casos de doença profissional pelas entidades competentes. O estudo permitiu apurar limitações na divulgação da informação e na orientação dos doentes acerca do processo de certificação por doença profissional. Revelou, ainda, que os processos são complexos e morosos e que a morosidade na sinalização e no encaminhamento de situações referenciadas como doença profissional concorrem para o vasto leque de dificuldades encontradas. Em suma, a doença profissional enquanto problema social e sociológico, apresenta-nos entendimentos, condicionalismos e consequências complexos, capazes de interferir na relação do Homem com o trabalho e influenciar o processo de construção social da doença.

Palavras chave: Doença profissional; risco ocupacional; saúde; trabalho; segurança; procedimentos institucionais; itinerários terapêuticos.

XI-APS-46274 -Na(s) fronteira(s) entre 'material biológico' e 'filho potencial': conceções plurais em torno do embrião humano entre beneficiários de FIV

Luís Gouveia - CICS.NOVA

Catarina Delaunay - CICS.NOVA

Mário JDS Santos - CICS.NOVA & CIES_Iscte

Comunicação Oral

A biomedicalização constitui um conjunto de processos transformadores centrais daquilo que é a constituição, organização e práticas na medicina contemporânea, no sentido da sua 'tecnocientifização'. Expressão dessa dinâmica transformadora, o desenvolvimento científico associado às tecnologias de Procriação Medicamente Assistida (PMA), e o caso particular da fertilização 'in vitro' (FIV), permite a fecundação de um óvulo por um espermatozoide em contexto laboratorial – uma concretização do projeto parental fora do útero da progenitora. Por seu turno, a produção de embriões 'in vitro' introduz a problemática do destino a dar aos embriões excedentários crio-preservados. Ora, o embrião humano é um objeto científico gerador de dilemas, decorrente de diferentes representações de carácter categorial, moral e legal sobre o qual são produzidas. Estes novos seres, que se enquadram na categoria de 'tecno-fetos', extravasam a taxinomia qualificadora assente na dualidade 'fetos autênticos' ('filho potencial', no quadro de um projeto parental) e 'fetos tumorais' (material biológico, exterior a um projeto parental). A posição ambígua que ocupa evidencia o carácter incerto da fronteira entre os dois tipos de ser, tornando-o passível de desestabilizar a ordem taxinómica e as representações sobre eles construídas. Em suma, é identificável uma fluidez de significados produzidos e de estatutos conferidos ao embrião humano 'in vitro', não constituindo uma entidade biológica estática e universal. O embrião é, nessa medida, objeto de 'manipulações ontológicas', de construções e distribuições segundo diferentes categorias (associadas a uma ordem taxonómica) em referência àquilo que é a sua localização temporal e espacial e em função daquilo que é o seu destino – seja ele a doação a outros casais, aplicação pesquisa científica, mercantilização ou destruição. Efetivamente, uma dissociação do 'tecno-feto' de um projeto parental, como é o caso do embrião supranumerário, torna-o suscetível a investimentos morais e legais de outra ordem, abrindo-se uma esfera de análise em torno daquilo que são os possíveis 'marcadores ontológicos' definidores do estatuto (ou oscilação de estatutos) do embrião 'in vitro'. A presente comunicação parte de um conjunto de dados recolhidos no âmbito de um projeto de investigação em curso e que tem como objeto a problemática das conceções – plurais e compósitas – que médicos, biólogos e utentes de PMA constroem em torno do embrião humano 'in vitro'. Dados recolhidos de um questionário online e entrevistas semidiretivas aplicados a beneficiários de FIV fornecem o suporte empírico para a incursão analítica que se pretende empreender mediante um enfoque teórico de carácter pragmatista, perscrutando e acompanhando as representações e lógicas atuantes produzidas em torno do estatuto e destino do embrião 'in vitro' criado em contexto de PMA.

Palavras chave: Procriação Medicamente Assistida; embrião humano in vitro; construção de significados; marcadores ontológicos

XI-APS-50181 -Avaliação da Tecnologia em Saúde. A Importância da Caracterização Tecnológica dos Equipamentos de Tomografia Computorizada e de Tomografia

Computorizada

António Fernando Caldeira Lagem Abrantes - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Centro de Estudos e Desenvolvimento em Saúde da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Luís Pedro Vieira Ribeiro - Centro de Estudos e Desenvolvimento em Saúde da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Bianca Isabel Costa Vicente - Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Kevin Barros Azevedo - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Centro de Estudos e Desenvolvimento em Saúde da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Rui Pedro Pereira de Almeida - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Carlos Alberto da Silva - CICS.NOVA- Universidade de Évora

Comunicação Oral

A Avaliação de Tecnologia em Saúde (ATS) deve ser utilizada como uma avaliação que compreende a segurança e a efetividade, bem como aspetos económico, sociais, éticos, legais e organizacionais, quando uma nova tecnologia é introduzida ou alterada no sistema de saúde. A ATS é sem dúvida uma excelente ferramenta de apoio à tomada de decisão. Permite mostrar através dos seus estudos uma visão mais ampla do problema e orienta o decisor na sua caminhada para a decisão (Maia & Moniz, 2011). Os estudos de Avaliação de Tecnologias da Saúde têm grande importância, pois fornecem aos gestores e decisores políticos informação atualizada e relevante para apoiar as suas decisões relativas à alocação e gestão eficiente de recursos tecnológicos. A presente investigação que teve como objetivo geral, avaliar e comparar os diferentes equipamentos de Ressonância Magnética e de Tomografia que existem nos hospitais públicos e privados em Portugal. Pretendemos conhecer a marca, modelo, número de cortes, tipo de equipamento e a sua distribuição geográfica. Numa primeira fase, foi realizado um levantamento de prestadores de cuidados de saúde públicos e privados em todo o território nacional e foram selecionados de entre os vários prestadores, aqueles que operam na área da Imagiologia e que eram passíveis de possuir equipamentos de Ressonância Magnética. Numa segunda fase, para esclarecimento de dúvidas, foram efetuados contactos por via eletrónica. Foram ainda contactadas as ARS e a Entidade Reguladora da Saúde (ERS), numa tentativa de obter dados relativos às características dos equipamentos instalados e desta forma triangular a informação. Existem 328 equipamentos de Tomografia Computorizada e 151 de Ressonância Magnética instalados em Portugal. Maior percentagem de equipamentos no setor privado (80,1%) do que no setor público (19,9%). Foram ainda estudadas a marca, a intensidade do campo magnético principal e a configuração física de 131 equipamentos (86,8% do total). A Siemens é a marca com maior percentagem de equipamentos de RM em Portugal (60,3%). A maior parte dos equipamentos são de 1,5T (74,1%) e de campo fechado (92,4%). O número de equipamentos de TC ativos em Portugal é também da Siemens com um total de 56 equipamentos, contabilizando 39,4% do total, seguindo a GE com 36 equipamentos, contabilizando 25,4%. A marca Toshiba possui 24 equipamentos ativos, contabilizando 16,9% e a marca Philips 14 equipamentos, contabilizando 9,9% do total dos equipamentos estudados. O número de equipamentos de RM, com a população portuguesa, conclui-se que o

rácio de equipamentos por milhão de habitantes em Portugal é de 14,6, ligeiramente superior ao rácio médio dos países da OCDE (14,1). No caso da TC 31,7 equipamentos por milhão de habitantes. Segundo dados da OCDE,, o nosso país posiciona-se em quarto lugar (dados 2018) entre os 31 países da OCDE, apenas no que respeita a equipamentos instalados em hospitais.

Palavras chave: ATS, Tomografia Computorizada, Tomografia Computorizada

XI-APS-50588 -Promoção e educação em saúde: desafios e oportunidades a partir de ofertas formativas em Aprendizagem ao Longo da Vida

Susana Henriques - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa / Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (cies_iscte) e Universidade Aberta (UAb), Portugal

Cristina Pereira Vieira - CIEG (ISCSP-UL) – Centro Interdisciplinar de Estudos de Género e Universidade Aberta (UAb), Portugal

Comunicação Oral

A promoção e educação para a saúde (PES) tem um papel fundamental no desenvolvimento de cidadãos e sociedades saudáveis (OMS, 2013). Tal cenário exige programas de intervenção de elevada qualidade, baseados em evidência científica e desenvolvidos por profissionais devidamente qualificados (Ostaszewski, et. al., 2018). Embora não exista uma rotina consolidada na monitorização da formação dos profissionais que intervêm nas áreas da PES, tradicionalmente estes apresentam formação em campos científicos diversos, como Educação Social, Sociologia, Psicologia, Serviço Social, Educação, Enfermagem... (Henriques, S., et. al., 2018). Neste contexto, a educação e a formação são uma parte fundamental da política de qualidade na PES e uma oportunidade para o desenvolvimento profissional destes agentes, com especial atenção à necessidade de especialização de públicos estratégicos (Vieira, et al. 2019). A presente comunicação tem como objetivos: i) problematizar o grupo dos profissionais de PES, enquanto força especializada; ii) descrever e refletir sobre desafios e oportunidades de ofertas formativas (no contexto de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) e em educação a distância (EaD)) que respondem às necessidades de desenvolvimento e afirmação dos profissionais de PES. Tratando-se de um exercício exploratório, seguimos uma metodologia qualitativa, assente na análise crítica do discurso (Pedro, 1998). O corpus de análise incidiu sobre duas ofertas formativas: o curso Especialização em Prevenção de Dependências (mais centrado nas práticas de prevenção de dependências e comportamentos aditivos) e a Pós-Graduação em Estudos Juvenis (mais centrado nos públicos e comportamentos juvenis ligados à saúde, à sexualidade, por exemplo). Ambos os cursos são oferecidos em regime de EaD. A análise permitiu perceber a necessidade destes profissionais partilharem espaços de conhecimento (atualizando as suas bases científicas), experiências, dúvidas e boas práticas na PES. Percebemos igualmente que a formação do grupo dos profissionais PES pode ser pensada a partir de um novo paradigma

educativo, nomeadamente através da formação de comunidades de aprendizagem pensadas a partir da flexibilidade, inovação, integração e inclusão. Permitindo, assim, que estes profissionais não sejam retirados do seu contexto de trabalho. Por último, destacamos a necessidade de continuar a investir em respostas de formação, atualização e reflexão sobre práticas e procedimentos - com particular relevância quando se trata de públicos estratégicos na área da PES.

Palavras chave: Profissionais de promoção e educação em saúde, Formação, Qualificação, Educação a Distância, Promoção e educação em saúde baseada em evidência

XI-APS-50667 -Literacia em cancro – adaptação do instrumento CHLT-30 para a população portuguesa

Ana Barros - i3S - instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto / IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto

Helena Santos - FEP - Faculdade de Economia da Universidade do Porto / CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Filipe Santos Silva - i3S - instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto / IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto / FMUP - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Comunicação Oral

A literacia em saúde tem sido considerada um dos pilares da melhoria dos resultados em saúde. Os atuais modelos de cuidados em saúde promovem o envolvimento ativo dos pacientes e cuidadores, assim como das relações que se estabelecem entre estes e os profissionais de saúde. Esse envolvimento torna-se especialmente relevante em doenças consideradas 'pesadas', como o cancro, onde tem sido demonstrada a sua contribuição para a melhoria dos cuidados prestados e da qualidade de vida dos pacientes. Este trabalho enquadra-se numa investigação que pretende caracterizar a estrutura de comunicação existente entre pacientes/cuidadores e profissionais de saúde numa unidade de oncologia do serviço público. Para isso, a fase preliminar consistiu na avaliação dos níveis de literacia em cancro dos pacientes, com o objetivo de caracterizar o contexto empírico das interações entre profissionais de saúde e pacientes/cuidadores. São os resultados da fase preliminar que apresentamos. A avaliação da literacia em saúde em Portugal é ainda recente, pelo que não existe uma ferramenta validada para um contexto específico, como é o caso do cancro. Propomos, assim, a tradução e adaptação cultural do instrumento CHLT-30 (Cancer Health Literacy Test – 30; Dumenci et al., 2014) para a população portuguesa. O CHLT-30 foi traduzido e adaptado por uma equipa multidisciplinar de especialistas na área da saúde e oncologia. O instrumento foi testado no serviço de oncologia de um hospital público, com recurso ao inquérito por questionário, tendo sido realizados dois testes. Dadas as particularidades da população-alvo (todos os pacientes estavam em tratamento para

diferentes tipos de cancro e em diferentes estadios da doença), optou-se por uma amostra de pequenas dimensões, garantindo a sua relativa heterogeneidade interna e monitorizando todos os procedimentos envolvidos. A consistência interna/confiabilidade foi avaliada utilizando o alfa de Cronbach em dois momentos (0,781 no primeiro teste e 0,766 no segundo). Os resultados obtidos sobre os níveis de literacia em cancro validam o instrumento português (CHLT-30 PT), porém, a técnica utilizada (inquérito por questionário) não se revelou totalmente eficaz para a recolha de dados numa população-alvo com múltiplas vulnerabilidades. Assim, a ferramenta original foi adaptada com sucesso, mas salienta-se a necessidade de transformar o questionário num guião de entrevista, que possibilitará uma mediação ativa na aplicação do instrumento de recolha, em função das vulnerabilidades diversas dos pacientes. A ferramenta obtida permitirá avaliar os níveis de literacia em cancro nas diferentes fases da doença e, desse modo, fornecer informação crucial para o desenvolvimento de estratégias que contribuam para a melhoria da literacia em cancro dos pacientes, bem como da comunicação entre os pacientes e os profissionais de saúde aumentando assim os ganhos em saúde.

Palavras chave: Literacia em Saúde; Literacia em Cancro; Validação; Adaptação Cultural

XI-APS-50873 -Mapeando normas e práticas profissionais num contexto de regulamentação difusa: uma análise crítica da organização dos cuidados no parto em casa em Portugal

Mário JDS Santos - CICS.NOVA e CIES_Iscte

Comunicação Oral

Apesar de partilharem um quadro comum de regulamentação profissional, há diferenças importantes entre países da Europa no que toca à disponibilidade, ao acesso e ao estatuto legal dos locais de nascimento que não o hospital – em casa ou em casas de parto. Em Portugal, o hospital é o único local de nascimento que está legalmente definido, suficientemente regulamentado e que é alvo de financiamento público. Atualmente, não existem casas de parto e o parto em casa está apenas acessível como parte dos serviços privados de saúde. Não existe legislação específica sobre estes serviços e existem apenas algumas orientações por parte de alguns dos organismos de regulamentação profissional, com uma tradução prática limitada. De uma forma geral, há ainda pouco conhecimento sistemático sobre que práticas, que profissionais e que famílias compõem o cenário do parto em casa em Portugal. Nesta comunicação, com base numa etnografia multissituada mais abrangente sobre os saberes e os poderes profissionais no parto em casa em Portugal, pretendo apresentar um mapeamento das normas e das práticas profissionais, por forma a tornar visíveis as dinâmicas organizacionais dos cuidados no parto planeado para ocorrer no domicílio. São discutidos os aspetos formais associados à prática de parteiras domiciliárias e a visão de diferentes atores profissionais sobre uma eventual

regulamentação mais específica para a assistência ao parto em casa; são apresentados os diferentes modelos de organização que coexistem no país; e são consideradas as incertezas vividas por famílias e profissionais no diálogo com o sistema mais amplo de saúde, hospitalocêntrico, onde a opção por um parto em casa se configura como marginal. As diferentes facetas do parto domiciliário em Portugal parecem configurar um mecanismo de feedback circular. O discurso hegemónico que retrata o parto em casa como intrinsecamente arriscado contribui para a resistência clínica, científica e política em analisar este fenómeno de forma isenta e rigorosa; o que impede as autoridades de saúde de emitir orientações baseadas em evidência científica robusta. Sem elas, as/os profissionais estão expostos a um maior risco de preconceito e litígio; favorecendo uma invisibilização total ou parcial das práticas individuais e erguendo barreiras à criação de plataformas de colaboração intraprofissional. A invisibilidade destas práticas, em última análise, reforça o seu carácter marginal e perpetua a sua ausência nos fóruns mais amplos de discussão sobre a qualidade dos cuidados de saúde materna, contribuindo para a manutenção de um discurso hegemónico que considera o parto em casa como intrinsecamente perigoso. Com base nesta análise sociológica, é proposto um conjunto de recomendações que poderão, potencialmente, interromper este mecanismo de feedback circular e despoletar a discussão pública e política em torno dos diferentes locais de nascimento, em Portugal.

Palavras chave: organização dos serviços de saúde, parto domiciliário, parteiras, etnografia

XI-APS-51192 -Utopias reais e desigualdades em saúde nos países da Europa do sul. Os ensinamentos de Erik Olin Wright

MAURO SERAPIONI - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Para Erik Olin Wright a imaginação de Utopias reais é uma componente essencial da 'Ciência social emancipatória' (CSE), cujo objetivo é a produção de conhecimento para denunciar a exploração e opressão dos seres humanos e criar as condições para uma vida mais próspera. Na perspetiva teórica de Wright e a partir da análise de Therborn, este paper aborda o tema das crescentes desigualdades de saúde (DS). Para Wright a primeira etapa de uma CSE é o "diagnóstico e a análise crítica". Neste sentido, muitos estudos neste campo têm apontado a persistência de DS em todos os países, tanto industrializados, como do Sul global. Tais DS aumentaram também nos Países da Europa do Sul (PES), como consequência dos efeitos negativos da crise financeira e das subsequentes políticas de austeridade. A segunda tarefa das CSE é a identificação de "teorias coerentes e credíveis de alternativas" às instituições existentes, capazes de eliminar ou reduzir as injustiças detectadas. No campo das DS cabe destacar os avanços das ciências sociais na análise das DS e na identificação de alternativas para reduzi-las. As seguintes teorias são as mais divulgadas na literatura internacional: neo-materialistas, psicossociais, do capital social, cultural-comportamentais e do curso da vida.

Quanto à terceira tarefa - as estratégias de transformação - apresenta-se, a título de exemplo, uma estratégia de transformação para construir uma utopia real que poderia contribuir para a redução das DS nos PES, cujo problema mais urgente é o de restaurar a centralidade dos Serviços Nacionais de Saúde (SNS). Neste contexto, a aprovação, em Portugal, da nova Lei de Bases da Saúde representa um grande avance, na medida em que atribui um papel central ao SNS, e não o considera mais em concorrência com os sistemas de saúde privados, como aponta a atual tendência nos PES. Certamente pode ser considerada uma 'suave' real utopia e pode ser criticada por não promover políticas de saúde intersectoriais dirigidas ao enfrentamento de todos os determinantes sociais de saúde. Porém, trata-se de uma alternativa, 'viável' e facilmente 'exequível' e capaz de reorganizar a arquitetura do sistema de saúde português e contribuir à redução das DS. Este processo de transformação social seria baseado na estratégia que Wright define de 'Transformação simbiótica', ou seja, ocorreria dentro do mesmo Estado, através de uma mudança e reorganização institucional e organizacional das estruturas existentes.

Palavras chave: Desigualdades de saúde; Sistemas de Saúde; Portugal, Erik Olin Wright, Países da Europa do Sul

XI-APS-61316 -Breve reflexão sobre a saúde e doença no caso da população em condição de sem abrigo na Região Autónoma dos Açores

Daniela Soares - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) / Novo Dia – Associação para a inclusão Social

Comunicação Oral

Com esta comunicação pretende-se apresentar uma reflexão sobre a saúde e doença no caso da população em situação de exclusão social extrema, particularmente no caso da população em condição de sem abrigo na Região Autónoma dos Açores. A comunicação enquadra-se num projeto de investigação intitulado À MARGEM - Trajetórias de Vida de Rua que será realizado na Região Autónoma dos Açores. A metodologia do projeto inclui, por um lado, uma dimensão quantitativa, pretendendo-se efetuar um levantamento e caracterização da população em condição de sem abrigo e, por outro, uma dimensão qualitativa, com entrevistas realizadas com pessoas sem-abrigo e com técnicos/as que trabalham com estas pessoas. Têm sido desenvolvidos alguns estudos com o objetivo de caracterizar a população em condição de sem-abrigo em várias cidades portuguesas e um pouco por toda a Europa, porém, no que respeita à Região Autónoma dos Açores são poucos os estudos e, consequentemente, os dados acerca do fenómeno da exclusão social extrema, particularmente no que toca às pessoas em condição de sem abrigo. Se considerarmos o conceito de sem-abrigo definido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2020, 21 de janeiro de 2020, que altera a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, apercebemo-nos que é um conceito bastante mais abrangente do

que aquela representação que habita o imaginário social, sendo desdobrado em duas categorias: “Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito” (nº 3 do anexo 1). No que respeita a esta comunicação, pretende-se apresentar uma reflexão, ainda que introdutória, à questão da saúde e da doença das pessoas em condição de sem abrigo, nos Açores. Existem inúmeras dificuldades já identificadas que estão relacionadas com a exclusão social extrema, no entanto, de acordo com as informações das instituições de apoio da RAA, mais de 90% das pessoas sem abrigo sofrem de perturbações do comportamento devido a adições, de doença ou perturbação mental, ou de diagnósticos duplos (a combinação de uma perturbação psiquiátrica grave com o abuso ou a dependência de substâncias). Por outro lado, verificamos que, na Região, existe um elevado número de emigrantes deportados, em situação de sem abrigo, alojados em centro de acolhimento de emergência. O facto de serem emigrantes deportados é uma condição que, por si só, apresenta especificidades que dificultam a intervenção das equipas. Assim, as experiências de saúde e de doença vivenciadas nestes casos geram estigmas e ruturas biográficas com repercussões que potenciam a exclusão social extrema num ciclo do qual é muito difícil sair.

Palavras chave: Sem-abrigo; saúde; doença; estigma.

XI-APS-76704 -Género e depressão: a construção social das masculinidades e feminilidades e sua relação com o sofrimento psíquico

Soraia Jorge - Universidade da Beira Interior

Amélia Augusto - Universidade da Beira Interior e CIES-IUL

Comunicação Oral

Portugal tem uma das taxas mais elevadas de prevalência de doença mental da Europa (OPSS, 2016). Dentro das doenças mentais, a depressão tem-se destacado, sendo um dos distúrbios psiquiátricos mais frequentemente diagnosticados, mais prevalentes e debilitantes na população em todo o mundo (DGS, 2017). Porém, tem-se assinalado uma diferença de género bastante significativa, visto que esta tem sido frequentemente associada ao universo feminino, indicando os dados a nível mundial uma prevalência no diagnóstico de depressão entre as mulheres, o que implica que estas recebam mais tratamento psicológico e farmacológico. Nos últimos 20 anos desenvolveu-se um corpo teórico bastante vasto relativamente à multiplicidade de fatores estruturais, sociais, psicológicos e socioculturais que contribuem para as persistentes diferenças de género na saúde mental e no bem-estar emocional (Simon, 2014). Apesar desta maior prevalência de mulheres diagnosticadas com depressão, quando se analisam as taxas de suicídio, são os homens que mais as representam, o que pode sugerir que estes têm igualmente um nível elevado de sofrimento e de angústia e que podem não estar a ser adequadamente diagnosticados

(Immerman e Mackey, 2003).A presente comunicação procura ilustrar as relações entre género e depressão, para o que se propõe analisar e discutir o modo como a construção social do sofrimento psíquico, as representações sociais da masculinidade e da feminilidade e os papéis de género têm impacto na produção de significados e na experiência da depressão, na construção da identidade de doente e em toda a trajetória da doença, bem como são passíveis de contribuir para a maior representatividade de mulheres com diagnóstico de depressão. Relativamente à metodologia, trata-se de um estudo de natureza qualitativa com recurso à entrevista não-estruturada. Foram realizadas 12 entrevistas a sujeitos com diagnóstico de depressão, 9 mulheres e 3 homens. Da análise efetuada dos dados empíricos, concluiu-se que a trajetória de doença vivida pelos indivíduos diagnosticados com depressão, algo que parece ser profundamente pessoal e individual, é inequivocamente marcada e influenciada pela construção, pelas representações e pela definição de papéis de género. Desde do seu surgimento, o sofrimento psíquico denota estar em conformidade com a construção social do género e com as características e expectativas socialmente atribuídas a homens e mulheres. Assim, as causas que os sujeitos atribuem à depressão, os significados subjetivos que produzem, o modo como vivem e experimentam o sofrimento associado, como integram a depressão na gestão das suas vidas quotidianas encontram ancoragem na e estão em conformidade com a construção social das masculinidades e feminilidades e com as expectativas sociais decorrentes da mesma.

Palavras chave: Saúde mental; Depressão; Construção social; Género

XI-APS-79118 -Debate Político em torno da Morte Medicamente Assistida: a importância das posições públicas de organismos e profissionais da área da saúde

Luís F. Mota - Universidade de Aveiro

Susana Gonçalves - Universidade de Aveiro

Inês Almeida - Universidade de Aveiro

Comunicação Oral

Na última legislatura (2015-2019), a apresentação de uma petição e de quatro projetos de lei lançou o debate em torno da morte medicamente assistida em Portugal. Dado o seu teor de "vida ou morte", esta temática tende a ter um processo de debate caracterizado pela invocação de argumentos relacionados com valores éticos, morais e deontológicos, que extravasam a habitual discussão política, e por tendências de dicotomização de posições, podendo, assim, ser considerada como uma política de moralidade. Um outro elemento caracterizador do debate desta tipologia de políticas é o envolvimento de diversos intervenientes para além dos habituais atores políticos, nomeadamente atores sociais. Face a este quadro, procurou-se analisar o posicionamento na discussão relativa a estas 5 iniciativas de uma tipologia de atores sociais que potencialmente se interessarão por este domínio, nomeadamente os organismos e profissionais da área da saúde. Para tal,

procedeu-se a uma análise documental das seguintes fontes: audições de profissionais de saúde na comissão de especialidade, a propósito da discussão da petição; pareceres aos projetos de lei emitidos por organismos da área da saúde; e, peças jornalísticas sobre a morte medicamente assistida publicadas em dois jornais portugueses que tivessem organismos e individualidades deste setor como autores ou protagonistas. Através da análise documental referida, foi possível concluir, primeiramente, que os organismos e profissionais do setor da saúde tiveram uma presença significativa na discussão em torno da morte medicamente assistida. Verificou-se ainda que a maioria destes organismos e profissionais se posicionaram contra a legalização da morte medicamente assistida, invocando argumentos relacionados com a medicina, mas também de natureza de ética profissional, legal e político. Estes resultados levam-nos, assim, a concluir que, ao contrário do que é por vezes referido na literatura, este grupo de atores não deverá ser considerado como “apolíticos”, podendo eventualmente ser considerado como um “grupo de pressão”.

Palavras chave: morte medicamente assistida; sociedade civil; formulação de políticas públicas

XI-APS-86928 -Preservação da fertilidade em pacientes oncológicos: na intersecção entre práticas médicas e responsabilidade do doente

Catarina Delaunay - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)

Comunicação Oral

A biotecnologia permite assegurar a capacidade procriativa em doentes ainda férteis, mas capazes de prever um diagnóstico futuro. A preservação da fertilidade (PF) surge como facilitadora de projetos reprodutivos e remete para a infertilidade antecipada como nova categoria ontológica. Segundo os dados da OMS, nas últimas décadas, a prevalência das doenças oncológicas aumentou exponencialmente em todo o mundo. Com maiores taxas de sobrevivência entre pacientes com cancro devido à deteção precoce e aos avanços terapêuticos, torna-se fulcral reduzir as comorbidades (ex. infertilidade) e melhorar a qualidade de vida. Estudos demonstram que o impacto das terapias oncológicas na capacidade reprodutiva afeta o início e adesão do doente ao tratamento. A comunidade científica está cada vez mais preocupada com a PF em doentes com cancro, conforme expresso em diversas recomendações e diretrizes internacionais (ESMO, ASCO, ASRM). Em Portugal, as preocupações com a saúde procriativa após tratamento oncológico levaram o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida a recomendar, em 2009, a instalação de centros públicos de criopreservação de espermatozoides, óvulos e tecido ovário de doentes que viessem a ser submetidos a essas terapêuticas. Em 2015, foi publicado um guia de informações gerais para profissionais de saúde sobre PF em doentes oncológicos. No entanto, as técnicas de PF raramente são aplicadas a pacientes com cancro devido à falta de

familiaridade dos oncologistas com os métodos utilizados, aos receios de que o atraso da terapia antineoplásica agrave o prognóstico, a questões ético-legais e às características sociodemográficas dos pacientes. Os oncologistas decidem o melhor protocolo terapêutico dos pacientes avaliando o risco de insuficiência ovárica/testicular. Os especialistas em medicina reprodutiva desenvolvem estratégias para preservar gâmetas e/ou embriões de acordo com a idade, tipo e estágio do cancro, prognóstico, tempo antes do tratamento e risco de infertilidade da terapia proposta. A expertise e cooperação duma equipa multidisciplinar de profissionais de saúde é essencial. A medicina tornou-se uma ciência de avaliação do risco. Existe uma dupla responsabilidade: os médicos têm o dever de preservar a capacidade de os pacientes terem filhos biológicos; os doentes estão preocupados em garantir a sua capacidade reprodutiva futura. Nesta comunicação, pretendo discutir um projeto de pesquisa em curso, que parte da seguinte questão: Como a preservação da fertilidade é concebida e colocada em prática em Portugal, quer por médicos quer por doentes, antes do início dos tratamentos oncológicos? Combino métodos quantitativos e qualitativos: questionário sobre PF em doentes com cancro; observação etnográfica de consultas oncológicas e de PF; entrevistas semidiretivas com doentes oncológicos e clínicos (oncologistas e especialistas em medicina reprodutiva).

Palavras chave: Oncofertilidade; opções reprodutivas; práticas médicas; responsabilidade do doente

XI-APS-88382 -Erving Goffman como crítico da medicalização

Diogo Silva da Cunha - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Erving Goffman é um dos mais reconhecidos autores da sociologia contemporânea. No rasto das transformações do programa de investigação weberiano da teoria da acção social por parte de Talcott Parsons e com proximidades conceptuais com os avanços na fenomenologia e na sociologia do conhecimento por parte de Harold Garfinkel e Alfred Schütz, Goffman é especialmente recordado pelo seu contributo para o estabelecimento teórico daquilo a que deu o nome de “ordem da interacção”, bem como pela consubstanciação de tal ordem ao nível da análise empírica. No âmbito da sociologia da saúde, são habitualmente atribuídos três méritos ao seu trabalho: um desenvolvimento empiricamente fundamentado da questão do desvio, a fundação do estudo interaccional do processo de hospitalização, nomeadamente de hospitalização psiquiátrica, e a mutação do estatuto teórico do “papel do doente” em contexto hospitalar (no último caso, por comparação directa com a visão estruturalista de Parsons). Apesar da admissão da relevância do seu trabalho, Goffman tem sido genericamente visto como um autor com uma proposta teórica e empírica, mas não como alguém que contribuiu para a formulação daquilo a que, desde a obra dos autores da Escola de Frankfurt, se tem vindo a chamar “teoria crítica da sociedade”. Nesta comunicação,

procuramos contribuir para alterar essa interpretação corrente. A partir da leitura dos trabalhos de Goffman sobre os hospitais psiquiátricos, sugerimos que neste autor se encontra também uma perspectiva enfaticamente crítica. A nossa proposta interpretativa consiste em alinhar Goffman com a perspectiva mais crítica vigente na sociologia da saúde, aquela que tem recebido o nome de “crítica da medicalização”, surgida, desenvolvida e aplicada nas investigações de Michel Foucault, Eliot Freidson, Irving Zola, Ivan Illich, Catherine Kohler Riessman ou Peter Conrad. A tese fundamental comum a estes autores é de que, com a profissionalização da medicina, com a intervenção médica crescente na administração da vida humana, o campo da liberdade, do pensamento e da acção do indivíduo e da comunidade a que pertence é restringido em nome de uma estrutura social e económica dominante. Isto corresponderia, em termos conceptuais, à redução de todos os problemas da vida a problemas médicos, tratáveis de acordo com as práticas da medicina profissional, designadamente através de terapêuticas medicamentosas. Para inscrevermos Goffman na linha dos autores que sustentam esta tese recuperamos a sua ideia do hospital como uma "instituição total" e daremos especial atenção ao seu conceito sociológico de “doença”, à sua concepção de “carreira moral” dos doentes, à análise dos agenciamentos diversos do doente internado e à descrição da perda de direitos civis no âmbito do processo de hospitalização.

Palavras chave: Erving Goffman, Medicalização, Crítica da Medicalização, Papel do Doente

Sociologia das Emoções

XI-APS-18472 -Ambivalência emocional acerca da crise: o embaraço nos discursos orgulhosos de líderes de empresas

Ana Roque Dantas - Universidade NOVA de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Ana Ferreira - Universidade NOVA de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Brenda Silva - Universidade NOVA de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Comunicação Oral

O ano de 2010 marca o início da crise das dívidas soberana na Europa com impactos profundos nas empresas. Assiste-se a um declínio dos investimentos e ao desempenho económico negativo em muitos sectores de actividade económica em Portugal, incluindo o sector de conhecimento intensivo. A crise minou as estratégias, as identidades e os resultados das empresas, bem como os sentimentos dos líderes em relação às suas organizações. Desde o trabalho seminal de Hochschild, que se tornou claro que as organizações são permeadas por sentimentos e que a liderança é inerentemente um processo (de gestão) emocional. Ao mesmo tempo, outros contributos sugerem que os processos de contágio emocional são mais fortes em situações de crise. Assim, este trabalho tem como objetivo compreender como o contexto desfavorável da crise socioeconómica influi sobre as empresas e as suas lideranças. Mais especificamente, pretende reconstruir (e dar significado) ao contexto da crise, explorando os aspectos emocionais subjacentes à liderança e à identidade organizacional neste período. Este objectivo cumpriu-se através da análise da percepção do líder acerca da crise e do seu impacto na empresa, a par da análise das suas expressões emocionais. Mobilizando dados qualitativos de 22 entrevistas em profundidade realizadas em empresas de conhecimento intensivo, analisamos as narrativas e os indicadores de expressões emocionais dos seus líderes. Os dados foram recolhidos entre 2017 e 2018, permitindo reconstruir (e dar sentido) ao cenário da crise, explorando os aspectos emocionais subjacentes à liderança e à identidade organizacional durante esse período. Os resultados sugerem que a crise foi percebida como uma oportunidade positiva para as empresas. Contudo, a descodificação da informação fornecida pelo rosto/ corpo/voz revela o desconforto dos líderes com a identidade de sucesso das suas organizações neste contexto. No seu conjunto, os resultados indicam uma dissonância entre as narrativas de sucesso dos líderes e as suas expressões emocionais, revelando ambivalência acerca da crise: explicitamente orgulhosos dos resultados positivos das empresas, mas desconfortáveis com o impacto social negativo da crise.

Palavras chave: Sentimentos; Emoções; Crise económica; Ambivalência

XI-APS-41140 -Instrumentalization of Emotion During the 2016 U.S. Presidential Election – A Neopragmatist Analysis of the Presidential Nominees’ Media Communication

Sheena Fee Bartscherer - Humboldt University of Berlin

Comunicação Oral

Despite Hillary R. Clinton being the clear favourite to win the 2016 U.S. election, Donald J. Trump won the race for the Republican party. Trump’s campaign was defined by “nationalistic” and “populist” narratives, following a strategy of political marketing designed to emotionalize the political discourse in a way usually reserved for autocratic regimes (cf. Gillies 2018: 2). Following neuroscientific theories and practices, we scrutinize this postulated emotionalization and the implied conflation of ‘populism’ with ‘emotional’ (political) communication (Arroyas Langa 2019), by focusing on the occurrence of three key emotional stimuli (sex, fear & violence) within Clinton’s and Trump’s public speeches, interviews, televised debates and social media (twitter & Facebook). Alongside neurolinguistic dictionaries representing these three emotional stimuli, we establish a neopragmatist discourse analysis, identifying each campaign’s distinctive argumentative pattern and the role emotional stimuli play within them. The applied analysis method extends the Pragmatic Sociology of Critique (PSC) by measures of suggestive actions (past and future references thereof). Within our empirical data, we detect no significant quantitative differences between the two campaigns’ instrumentalization of emotions: both are directly and indirectly employing them within their main arguments. Instead, we discover multiple significant qualitative differences: Trump’s ‘populist’ deemed campaign mainly employs violent stimuli, exhibits a simple and repetitive argumentative structure and an overall negative sentiment. Rather than using emotions as identifiers for ‘populist’ discourse, our findings suggest to instead focus on actors’ argumentative patterns and strategies, their argument’s sentiment (positive/negative) and the specific type of emotional stimuli employed (sex, fear or violence).

Palavras chave: 2016 U.S. Election, Populism, Critical Research Designs, Emotions

XI-APS-53220 -Contexto emocional de vítimas e agressores de violência no contexto da intimidade

Dalila Cerejo - CICSNOVA - NOVA FCSH

Comunicação Oral

A desconstrução do contexto emocional das dinâmicas internacionais entre vítimas e agressores no contexto da intimidade é um dos fatores fundamentais rumo à compreensão dos aspectos que contribuem para esta forma de violência de género. Um estudo nacional, dedicado à análise das vítimas de VC (Cerejo, 2014) concluiu que a experiência da vergonha e culpa, emoções sociais inscritas nos modelos de género femininos, condiciona e constrange a separação do agressor. As emoções sociais, definidas como construções culturais e sociais, edificadas por indivíduos em determinados contextos sociais, articulados com a construção das identidades individuais (Lutz, 1990), representam os níveis mais profundos das inscrições e modelos de género. Aos modelos de género vigentes corresponde também uma experiência emocional que é diferente no masculino e no feminino. Esta genderização das emoções (Cerejo e Favita, 2010) contribui para a preservação das hierarquias de género e para forma como estas emergem como padrões de comportamento e demonstração de emoções. A construção dos valores e modelos associados ao masculino privilegiou o recurso a “powerful emotions”, como a raiva. Ao feminino estão associadas “powerless emotions” (Fisher, 2000). Aliás, esta genderização emocional terá favorecido o homem no domínio da esfera pública, atribuindo às mulheres a manutenção do espaço da casa-família e dos afectos. Alguns trabalhos sobre os programas de intervenção em agressores sugerem que estes minimizam o uso da violência contra as suas parceiras e, ao mesmo tempo, atribuem a responsabilidade do acto violento às vítimas por não corresponderem ao seu modelo ideal de feminilidade. Esta proposta de comunicação tem dois objectivos centrais: 1) analisar a construção dos modelos e valores de género em vítimas e agressores e a sua influência na violência na intimidade; 2) compreender se as emoções genderizadas potenciam o uso da violência por parte do agressor, reforçando a passividade nas vítimas. A análise de como os modelos e estereótipos de género são socialmente partilhados e de como estes moldam a experiência emocional genderizada, condicionando a interacção de vítimas e agressores, apenas pode ser aprofundadamente realizada através de uma análise articulada com ambos os intervenientes directos. A principal hipótese desta proposta é que determinadas emoções, associadas ao masculino e ao feminino, potenciam e normalizam o uso deste tipo de violência. Através da análise das entrevistas em profundidade e de outros métodos de recolha de informação etnográfica, apresentaremos as principais conclusões que apontam no sentido de um quadro referencial emocional significativamente diferente entre vítimas e agressores e que remetem para a construção identitária de género.

Palavras chave: Violência na intimidade, emoções

XI-APS-57978 -Analysing the role of emotions in the shift from participation to representation in populist movement-parties' narratives

Cristiano Gianolla - Centre for Social Studies - University of Coimbra

Antoni Aquiló - Centre for Social Studies - Universidade de Coimbra

Jesus Sabariego - Marie Sktodowska-Curie fellow, University of Seville

Comunicação Oral

Movement-parties are social movements that engage in electoral politics and thus enter local, regional and national assemblies. This article focuses on the 5 Star Movement (M5S) and Podemos, two movement-parties that have much in common including the characteristic of propounding participation as a populist discursive signifier. Moreover, they have elaborated participatory mechanisms to regulate the functioning of the local groups and, through the use of techno-political instruments (online platforms), to develop participatory practices on a national scale. For both movement-parties participation has lost relevance and representation has become predominant as much as M5S and Podemos were successful in electoral politics, thus they have defocused from participation and refocused on representation enacting centralist hyper-leadership models. This article makes a discourse analysis based on qualitative data collected through ethnographic research in Italy and Spain within local groups and with representatives. It contributes a political science, political philosophy and communication studies argument at the intersection of the research areas on populism and party movement and focuses on the main question: what role play emotions in the institutionalisation process of movement-parties? The article analyses the discourse of movement-parties activists and representatives in order to outline the positive and negative role played by emotions in the shift from participation to representation and also the impact of this shift on activists and representatives' emotions, defining their identification or rejection of the changing status of the movement-party. The findings of the research unveil the roots of affection and disaffection from populist party-movements and shed lights on the dynamics and contexts that favour their political (un)success both in terms of participation and representation.

Palavras chave: emotion narrative, institutionalisation, social movements, political parties

XI-APS-70483 -**Mudanças profissionais: o abandono de papéis e a busca de novas identidades**

Madelon Schamarella - ISCSP-ULisboa

Maria da Luz Ramos - ISCSP-ULisboa / CIEG / CAPP

Comunicação Oral

Os actuais processos de transformação globais estão a intensificar os mecanismos de reflexividade dos indivíduos graças, sobretudo, às incertezas e vulnerabilidades das estruturas sociais a um maior questionamento em torno dos fenómenos sociais e as suas

implicações. Nesse quadro geral, a identidade, enquanto percepção de si próprio, tornou-se, numa noção muito presente na sociedade contemporânea e abriu espaço para um conjunto de novas abordagens interdisciplinares acerca do assunto que vão desde uma perspectiva psicossocial de Taylor (2007), direcionada para a busca de uma vida com sentido e o fortalecimento de uma cultura individualista, passando pela análise sociológica de Giddens (1994) sobre a instabilidade e o impacto da ruptura da ordem tradicional na esfera identitária, até ao ponto de vista económico de Francisco (2013) que aborda o desejo de recompensas imediatas e hedonistas por parte dos sujeitos. Esse quadro pode conduzir a uma maior pressão sobre os indivíduos no desempenho dos seus papéis sociais envolvidos em incertezas e na implícita dificuldade em tomar decisões, dando lugar a desconforto, frustração e incapacidade de gestão de expectativas. Uma das possíveis consequências é o que Helen Ebaugh (1988) denominou de abandono de papel (role exit), com implicações no processo de ressocialização e criação de nova identidade que altera a posição social dos agentes na sociedade e envolve o contacto e a expressão de valores e normas porventura mais distantes das suas anteriores rotinas. Em tais circunstâncias, os indivíduos recuperam um conjunto de símbolos e sentidos, outrora secundarizados, para suportarem as mudanças a que se propõem concretizar (Pais, 2016) e as emoções que lhes estão associadas. É no âmbito da actividade laboral que, por vezes, se procura desencadear a mudança identitária, o que significa que os indivíduos terão de se reposicionar num novo grupo com outra identidade colectiva (Dubar, 1997) e determinar novas formas de representação do seu papel profissional, tendo em conta as suas qualificações, competências, reconhecimento e prestígio associados às funções. A presente proposta de comunicação tem como objectivo central a análise dos processos de mudança do papel profissional e os reflexos no papel social de homens e mulheres de diferentes grupos etários e áreas profissionais. Nesse sentido, recorreu-se à realização de entrevistas semi-estruturadas e respectiva análise de conteúdo para se apurar os mecanismos de (re) construção identitária, a adequação às expectativas, a legitimidade da mudança e o reconhecimento social dos novos papéis. Procurou-se, igualmente, aferir as estratégias de preservação dos valores humanos na busca de uma vida mais autêntica e com mais significado.

Palavras chave: papel social e profissional; abandono do papel; identidade; autenticidade.

XI-APS-88270 -O (DES)APEGO EMOCIONAL ÀS IDEIAS INOVADORAS ENQUANTO ELEMENTO ESTRUTURADOR DE PERFIS DE TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA

Brenda Silva - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Ana Ferreira - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Ana Roque Dantas - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

Comunicação Oral

Os processos de tomada de decisão estratégica, sendo os mais importantes numa organização, são críticos ao desenvolvimento de inovação. Estes processos são enquadrados por estruturas sociais, situacionais e individuais que atravessam os tempos passado, presente e futuro. Daqui decorre a impossibilidade da total racionalização dos processos decisórios que assim também envolverão dimensões intuitivas e emotivas. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo caracterizar de que modo as dimensões racional, intuitiva e emocional influem na decisão estratégica de prosseguir ou abandonar um processo de inovação. Através de uma abordagem compreensiva realizaram-se, entre 2017 e 2018, vinte e quatro entrevistas em profundidade a gestores de topo de empresas do setor de alta tecnologia e conhecimento intensivo em Portugal. Procedeu-se a uma análise de conteúdo que identificou temas transversais a todos os discursos e revelou o reconhecimento da presença da racionalidade, intuição e das emoções na tomada de decisão para prosseguir ou abandonar um projeto de inovação. Por um lado, os discursos apontam para uma maior presença da intuição na fase inicial de desenvolvimento de um processo de inovação, e presença reforçada da racionalidade nas fases posteriores destes processos. No que à dimensão emocional diz respeito, apesar da sua transversalidade, a análise sugere uma diferente expressão e relevância no decurso dos processos inovadores. Identificaram-se assim três perfis distintos de tomada de decisão estratégica estruturados, por um lado, pelo diferente grau de apego emocional dos gestores às ideias inovadoras que não encontram um lugar no mercado e, por outro, pelo tipo de inovação desenvolvido (incremental e/ou disruptiva). O “perfil de prudência” é caracterizado pelo desenvolvimento de inovação do tipo incremental e pelo maior apego às ideias inovadoras não concretizadas. Já o “perfil de resiliência” encontra-se numa posição intermédia face ao apego emocional que demonstram pelas suas ideias, com os gestores a “guardar na gaveta” os projetos inovadores não finalizados. Estas empresas desenvolvem maioritariamente inovação do tipo incremental. Por fim, o “perfil pragmático”, apresenta uma postura de desapego às suas ideias, revelada por um discurso que valoriza uma postura de fail fast e desenvolve predominantemente inovação do tipo disruptivo. Os resultados sugerem que o peso das dimensões racionalidade, intuição e emoção é variável ao longo do processo de inovação. Acresce a importância de se considerar a dimensão emocional da tomada de decisão em inovação. Os nossos dados revelam uma relação próxima entre os diferentes graus de (des)apego que os gestores têm às suas ideias e o tipo de inovação que a empresa desenvolve. Só uma abordagem integrada ao papel da racionalidade, intuição e emoção na tomada de decisão estratégica permite uma aproximação à compreensão dos processos de inovação.

Palavras chave: tomada de decisão estratégica; inovação; racionalidade, intuição, emoção

Sociologia do Consumo

XI-APS-13950 - “Postos à prova no consumo de bens e no lazer” - mudanças nas práticas familiares das pessoas idosas em tempos de crise e de austeridade

Patrícia Coelho - Doutora em Sociologia, Assistente Convidada da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

José de São José - Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

João Eduardo Martins - Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Comunicação Oral

O combate à crise económica e financeira introduziu a austeridade em Portugal e em vários países da União Europeia (UE). Nesta comunicação dá-se conta de uma aproximação sociológica às vidas das pessoas idosas em contexto de crise e austeridade. Procurou-se compreender, em profundidade, como é que a “sociedade de austeridade” se manifestou nas vidas quotidianas das pessoas idosas, em particular nas suas práticas familiares, nos seus níveis de saúde, bem-estar e de qualidade de vida. Ainda se sabe muito pouco sobre esta problemática e, especialmente em Portugal, o conhecimento é muito escasso. Foi desenvolvida uma investigação qualitativa junto de uma amostra de 28 pessoas idosas, com idades entre os 69 e os 92 anos, de ambos os sexos, residentes em Faro e com um perfil sociológico diversificado. As entrevistas tiveram lugar entre outubro de 2016 e março de 2017. Apesar da investigação ter identificado várias dimensões onde foram introduzidas mudanças nas práticas familiares, a presente comunicação foca-se apenas nos domínios do consumo de bens (considerados vitais) e do lazer (ocupação do tempo livre). Os principais resultados revelam que os contornos específicos das mudanças das práticas familiares nos domínios anteriormente referidos variam em função dos perfis sociológicos. Entre os participantes com um perfil “socialmente vantajoso”, as mudanças traduziram-se numa diminuição do consumo de bens e de lazer e na adoção de um consumo mais controlado e racional. Por seu turno, entre aqueles com um perfil “socialmente desvantajoso”, as respostas foram, pelo contrário, mais radicais e bastante graves, ao ponto de se ter verificado uma cessação quase completa dos consumos, acompanhadas pelo recurso ao apoio alimentar prestado pelas instituições particulares de solidariedade social, isto tudo num quadro de um progressivo esvaziamento do Estado Social. Estes resultados também não suportam a ideia muito veiculada em praça pública de que teriam sido os mais pobres a serem poupados às consequências da crise e da austeridade. Antes pelo contrário, entre as pessoas idosas, as mais negativamente afetadas foram as desfavorecidas, que se viram ainda mais enleadas nas complexas teias da pobreza e da exclusão social. Quanto a implicações para políticas públicas, os nossos resultados demonstram a necessidade de se apostar em programas e medidas sociais, de carácter transversal, que procurem proteger os grupos sociais particularmente vulneráveis e contrariar os efeitos mais gravosos das crises económicas e das respostas à crise.

Palavras chave: Crise, Austeridade, Consumo, Pessoas Idosas

XI-APS-25900 -Consumo na cidade na era digital: a figura do "prosumer"

Violeta Rodríguez Becerril - Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

As novas tecnologias de comunicação transformaram a dinâmica do consumo urbano. Os novos cidadãos-fotógrafos buscam, com a produção de imagens em rede, obter um certificado de sua presença em locais da moda. Blogueiros e usuários das redes sociais documentam em imagens os espaços e produtos que consomem. A estética urbana (instalada nos processos de gentrificação) é adaptada à “cidade instagrameable” pronta para ser fotografada, torna aos lugares visíveis na rede. Este trabalho analisa a figura do “prosumer”, proposta por Marshall McLuhan e Barrington Nevitt, no contexto da produção / consumo de imagens urbanas na plataforma e rede social Instagram. Na era digital, os “prosumers” criam valor para as empresas sem receber salários. As imagens da rede acabam por promover e dar maior visibilidade aos locais e produtos fotografados. Na comunidade virtual do Instagram, as imagens são acompanhadas pelos códigos e etiquetas virtuais (hashtags) e geolocalização de espaços. Instagram funciona como uma guia de consumo para visitantes e turistas internacionais. Para estudar a figura do “prosumer” foram coletadas imagens quatro contas do Instagram no último semestre de 2019, com as hashtags #lisboa e #porto. A metodologia é de ordem quantitativa (coleções estatísticas), qualitativa (entrevistas com gerentes e usuários de contas) e socioespacial (mapeamento dos locais fotografados). Os dados recolhidos revelam que existe uma correlação entre os intercâmbios simbólicos das comunidades virtuais e o consumo urbano. As imagens da rede exaltam estilos de vida e estéticas de consumo que ditam a circulação de mensagens promocionais das cidades.

Palavras chave: Prosumer, Imagens, Redes Sociais, Cidade

XI-APS-34177 -A transparência das marcas de moda ética portuguesas

Ana Daniela Guerreiro - Instituto de Ciências Sociais

Comunicação Oral

A nível global, e em Portugal em particular, tem se vindo a verificar um aumento exponencial no número de marcas de moda ética, que afirmam estar preocupadas em reduzir o impacto da sua produção tanto a nível ambiental como a nível social, (McNeill e Moore, 2015; Loureiro, Pinto e Faustino, 2018). Estas marcas afirmam estar preocupadas em reduzir o impacto da produção no ambiente, respondendo às preocupações dos consumidores, confeccionando vestuário com materiais orgânicos, biodegradáveis e reutilizáveis (Henninger, Alevizou e Oates, 2016) e adotando práticas de produção como o desperdício zero e o upcycling (produtos feitos a partir de materiais usados) (Fletcher, 2013; Gurova e Morozova, 2018). Além disso, argumentam produzir a nível nacional ou local (Barnes, Lea-Greenwood e Joergens, 2006), o que lhes permite não só acompanhar todo o processo de produção e conhecer todas as pessoas envolvidas, como também reduzir a pegada ecológica e privilegiar técnicas de produção artesanais (Fletcher, 2013; Gurova e Morozova, 2018). Nas suas páginas oficiais, afirmam ter uma produção transparente e convidam os consumidores a visitar as suas instalações. O recente contato que estabeleci com os fundadores de marcas de moda ética portuguesas, veio contudo suscitar algumas dúvidas no que diz respeito à transparência dos processos de produção destas marcas. Este artigo é baseado numa pesquisa em fase inicial junto dos fundadores de marcas de moda ética portuguesas, procura compreender e analisar a transparência das marcas de moda ética portuguesas na disponibilização de informação pública (tanto nas suas páginas oficiais como a partir das conversas informais estabelecidas com os fundadores das marcas) sobre os seus processos de produção.

Palavras chave: Moda ética; Produção ética; Consumo ético

XI-APS-40437 -Consumo, alimentação e sustentabilidade: perfis de consumidor em Portugal

Monica Truninger - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

João Graça - ICSULisboa

Luísa Schmidt - ICSULisboa

Luís Junqueira - ICSULisboa

Pedro Prista - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Existem crescentes apelos da comunidade científica internacional (Willett et al, 2019) para a necessidade urgente de desencadear uma transição em larga escala para sistemas de produção e consumo alimentar mais saudáveis e sustentáveis. É já consensual que os atuais sistemas alimentares requerem profundas transformações para enfrentar os desafios globais de saúde e ambiente que afetam o desenvolvimento humano em todo o planeta. Assim, é importante conhecer quais os perfis de consumidor existentes na sociedade portuguesa, que orientações têm em relação ao consumo e produção sustentável, bem como

aos valores ecológicos, e qual a capacidade de intervenção das políticas públicas nesses diferentes perfis, de forma a promover a 'Grande Transformação Alimentar' (Willet et al, 2019). Para tal, inspiramo-nos na tipologia de consumidores desenvolvida por Gabriel e Lang (2015) e adaptamo-la de forma a operacionalizar oito perfis: constrangido, hedonista, comunicador, prosumidor, explorador, suficiência, ético e escolha. Esta comunicação tem como objetivo mostrar o exercício de construção de diferentes perfis de consumidor e a sua correlação com um conjunto de indicadores que medem atitudes, representações, significados e valores em relação à alimentação saudável e sustentável, à produção nacional e ao consumo sustentável, à economia circular, bem como a políticas públicas mais 'vigorosas' ou 'suaves' que podem ser implementadas para a mudança (e.g. mais penalizadoras aplicando taxas e impostos sobre produtos com maior impacto na saúde ou no ambiente, ou mais suaves através de incentivos na reconfiguração de práticas através da informação e rotulagem de bens e serviços). Este exercício de caracterização de perfis da sociedade portuguesa em relação ao consumo sustentável em geral, e ao consumo alimentar em particular, é realizado com base nos dados do II Grande Inquérito sobre Sustentabilidade. O inquérito foi aplicado nos meses de Novembro/Dezembro de 2018 a uma amostra aleatória estratificada por região, género e idade com 1600 inquiridos maiores de 18 anos e residentes em Portugal.

Palavras chave: perfis de consumidor, consumo sustentável, alimentação sustentável

XI-APS-42973 -A NOÇÃO DE VIDA BOA NA SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISE FÍLMICA DE SPOTS PUBLICITÁRIOS

Letícia Pires de Campos - Graduada em Administração de Empresas
Valquíria Padilha - Universidade de São Paulo (USP)

Comunicação Oral

A publicidade, eixo central da cultura de consumo, atrela mercadorias àquilo que gostaríamos de ter, viver e sentir para sermos felizes, construindo em nossas mentes uma noção de vida boa que passa a ser desejada. Partindo da compreensão do poder manipulador que a publicidade exerce sobre os indivíduos, decidimos investigar como e por quais meios a publicidade, por meio dos spots publicitários, criam e relacionam a noção de vida boa ao consumo de mercadorias e serviços. Para o desenvolvimento da pesquisa que gerou este artigo, cujo objetivo foi analisar a relação entre consumo e vida boa em anúncios publicitários veiculados em televisão, partimos de uma pergunta norteadora: como a concepção de vida boa está atrelada ao consumo e de que forma isso aparece nas publicidades? Realizamos levantamento bibliográfico sobre os temas publicidade, sociedade de consumo, cultura de consumo, vida boa, adotando como referencial teórico principal a Teoria Crítica. Realizamos a análise de quatro spots publicitários das seguintes marcas: Cerveja Skol, Guaraná Antarctica, Avon e Banco Itaú, seguindo as técnicas de análise fílmica

sugeridas por Rose (2014) e por Vanoye e Goliot-Lété (1994). Os spots publicitários foram gravados na programação da emissora brasileira Rede Globo, entre os horários das 18hs e 23hs, veiculados nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017. Foram realizadas transcrições literais das dimensões visuais e das principais características de cada spot publicitário. Nenhum dos spots publicitários analisados discorre diretamente sobre os produtos anunciados, mas retratam situações em que o produto é inserido com a função de auxiliar os personagens em seus “problemas” e a conquistarem o que desejam. Os spots analisados se apropriam de temas como racismo, feminismo, inseguranças, desejos e sonhos genuínos para tentar vender seus produtos como facilitadores na resolução de problemas. Os spots mostram principalmente momentos de lazer e descanso, fora de situações rotineiras e de trabalho. As mercadorias anunciadas estão relacionadas ao prazer, à diversão, inseridas em contextos alegres, familiares, ambientes festivos e de lazer como praia, piscina, restaurantes, em comemorações especiais, cercados de pessoas alegres, em sua maioria jovens. Uma vida boa, nesses termos, é regada a festas, lazer, viagens, consumo e sem obrigações, “sem hora”, uma vida em que se faz somente o que se quer, quando e onde se quer. Uma vida irreal. Concluímos que a publicidade, “indústria da ilusão” (Haug, 1997), associa o viver bem com atributos e momentos efêmeros, consumíveis e inevitavelmente passageiros, o que acaba reduzindo as possibilidades de termos uma vida boa apenas quando consumimos mercadorias. Assim, a concepção de vida boa veiculada nas publicidades é reducionista do ponto de vista psicossocial, pois relaciona diretamente vida boa, felicidade e plenitude ao consumo de mercadorias e serviços.

Palavras chave: publicidade; vida boa; análise fílmica de spots publicitários

XI-APS-58103 -A cadela Manchinha mancha a marca Carrefour: uma reflexão sobre empresa, relações humanos e animais e decisão de consumo

Juliana abonizio - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Susana Costa - Centro de Investigação em Antropologia e Saúde Departamento de Ciências da Vida. Universidade de Coimbra.

Eveline Teixeira Baptistella - Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Comunicação Oral

Em 28 de novembro de 2018, um segurança de um dos supermercados da rede Carrefour, localizado em Osasco, no estado de São Paulo, Brasil, agrediu uma cadela de rua, conhecida como Manchinha nos arredores, com uma barra de ferro provocando sua morte. O ocorrido foi filmado e causou comoção nacional, levando inclusive a uma manifestação de mais de 2000 pessoas na loja ocasionando seu fechamento no dia 8 de dezembro do mesmo ano. Através das redes sociais em vários níveis por parte de movimentos identificados com a causa animal e também da população em geral, houve incitações ao boicote à empresa extensivos a eventos e demais produtos por ela patrocinados, cujo caso mais emblemático

foi o programa televisivo MasterChef, competição culinária de grande audiência, que ocultou o nome da empresa no auge das manifestações. Cabe ressaltar que a empresa Carrefour, além de ter manchada a sua reputação, foi condenada pelo Ministério Público a indenização de milhares de reais reinvestidos na causa animal, como castração de gatos e cães vadios e doação de remédios veterinários na cidade de Osasco, onde o episódio ocorreu. Além da obrigatoriedade judicial, a marca tem adotado estratégias para redimir a empresa, como colocar na entrada da loja em Natal - RN uma grande caixa solicitando doações dos consumidores para animais de rua, o que consideramos uma espécie de marketing para reconquistar clientes mais empáticos a vida de outras espécies, ainda que se trate tão somente de cães e gatos, justamente que gozam de maior prestígio entre humanos. À luz das teorias dos estudos de consumo, da sociologia do cotidiano e dos estudos animais e utilizando a análise de conteúdo das mídias sociais e observação em uma das lojas da rede, percebemos a valorização de estabelecimentos que se apresentam como “amigos dos animais”, sendo esta uma tendência que ajuda a ampliar o público consumidor mesmo que esse cliente não seja militante da causa animal em qualquer nível. Percebemos ainda um questionamento em relação à comoção gerada pela morte da cadela por parte de manifestantes que levantaram a hipótese sobre o grau de comoção se a vítima fosse de outra espécie, como gato ou mesmo humano.

Palavras chave: Consumo Petfriendly. Animais de Compainha. Causa Animal.

XI-APS-63999 -Laboratórios Vivos, desenvolvimento empresarial e empreendedorismo e promoção de práticas de consumo sustentável: Que lugar para a participação dos cidadãos?

Isabel Silva Cruz - Sem instituição

Comunicação Oral

Os Laboratórios Vivos (LL) surgem no início da década de 90 (Bairro em Filadélfia) estando o conceito associado a uma abordagem metodológica inovadora em torno do teste de novas tecnologias e estratégias para resolver problemas sociais complexos (Mitchell, 2003), considerada, por acadêmicos e profissionais, como um novo modelo de inovação nos negócios (Nesti, G., 2018). Em 2006, a União Europeia cria a Rede Europeia de Living Labs (ENoLL) e a Comissão Europeia financia a criação de LL no âmbito da estratégia da cidade inteligente, em toda a EU. Os LL constituem redes locais nas quais instituições públicas, instituições de conhecimento (universidades), empresas e sociedade (modelo quadruple-helix) desempenham um papel central na definição e construção de processos de cocriação e de novas formas de governança, promovendo a reflexão sobre as questões da sustentabilidade (Puerari, et al., 2018, Bulkeley et al., 2015, McQuirk et al., 2014, McCormick et al., 2013, Frantzeskaki e Loorbach, 2010). Nos LL a cocriação assume diferentes significados quando passamos de uma lógica centrada nos negócios e no cliente (Pralhad,

C.K.K., Ramaswamy, V., 2004; Grönroos, C., 2012) para uma lógica focada na criação de parcerias de prestação de serviços com os cidadãos [Voorberg, W.H. et al., 2014] ou para o estabelecimento de relações de corresponsabilidade [Lelieveldt, H., 2009]. Nesta comunicação pretende-se analisar o lugar da participação dos cidadãos nos LL em que a cocriação está focada na lógica centrada nos negócios e no cliente. O campo empírico é constituído por LL portugueses promovidos pelo Fundo Ambiental. Dados preliminares apontam para uma participação dos cidadãos limitada ao momento de teste das inovações. Esta participação facilita às empresas dados relevantes relativos ao sucesso/insucesso das inovações no mercado e ao impacto das mesmas na mudança das práticas de consumo.

Palavras chave: Laboratórios Vivos, novo modelo de negócio, cocriação, consumo sustentável

XI-APS-70245 - **“Mostrar que é possível”: estratégias quotidianas de normalização e promoção do veganismo**

Nádia Carvalho Nunes - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: ICS

Comunicação Oral

O veganismo pode ser definido como a recusa de bens e serviços resultantes da exploração de animais não-humanos, configurando um posicionamento ideológico que orienta as práticas de consumo. Na sua oposição ao estabelecimento de relações utilitárias com os animais não-humanos, o veganismo contraria as normas culturais vigentes no que concerne a relação dos humanos com outras espécies animais. Esta comunicação pretende explorar os discursos de consumidores veganos em torno desta tensão, assentando numa dimensão específica: a relação social. No âmbito do projeto de doutoramento intitulado “Veganismo e Identidade: Reflexividade e Sentido Prático no Domínio do Consumo Ético” (financiado pela FCT com a bolsa SFRH/BD/140401/2018), foram conduzidos três grupos focais com consumidores de orientação vegana, correspondendo à primeira etapa da pesquisa empírica. Empregando as relações sociais como dimensão de análise, procurou-se explorar os efeitos da adoção de um estilo de vida vegano sobre a negociação das relações com outros. Nesta comunicação, explora-se um aspeto dessa negociação, nomeadamente as estratégias empregues visando a normalização e promoção do veganismo. A análise sugere que os participantes conduzem formas de ativismo integradas nas suas atividades quotidianas, tendo-se identificado estratégias com vista à normalização e promoção do veganismo, nomeadamente: projeção de uma imagem e estilo de vida saudáveis; explicação a comerciantes das suas motivações para aceitar ou rejeitar determinado produto; preparação de refeições veganas para familiares e amigos; flexibilização de práticas de consumo em ocasiões de convívio, evitando representar o veganismo como uma prática restritiva. Estes resultados afirmam o veganismo enquanto um posicionamento ético que estes consumidores gostariam de ver reproduzido no tecido social, considerando-se

representantes do movimento através da sua conduta e exemplo. Ademais, sugerem uma forma de ativismo vegano (desempenhado ao nível da relação social e incorporado no quotidiano) que descentra o destaque dos pressupostos éticos, colocando-o no estilo de vida, suas vantagens e exequibilidade.

Palavras chave: Consumo vegano; relação social; ativismo

XI-APS-88396 -Modos de vida urbanos: habitação e práticas de consumo em famílias do "Programa Minha Casa, Minha Vida" na Região Metropolitana do Recife, Brasil

Maria Zenia Tavares Silva - Doutoranda em Sociologia da Universidade do Minho; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Departamento de Ciências do Consumo; Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher. zeniatavares@yahoo.com.br

Laura Susana Duque-Arazola - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências do Consumo; Programa de Pós graduação em Consumo Cotidiano e Desenvolvimento Social; Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Observatório da Família. lsduquearazola@gmail.com

Raquel de Aragao Uchoa Fernandes - Universidade Federal Rural de Pernambuco; Departamento de Ciências do Consumo; Programa de Pós graduação em Consumo Cotidiano e Desenvolvimento Social; Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Observatório da Família. aragaouchoa@hotmail.com

Comunicação Oral

O déficit habitacional no Brasil alcançou recentemente um dos maiores índices da sua historia. Segundo os institutos especializados de pesquisa faltam 7,7 milhões de residências para que a população encontre condições decentes de vida e tenham acesso ao que é considerado direito humano à habitação. O "Programa Minha Casa Minha Vida", principal ação relacionada ao atendimento ao direito à habitação para a população de baixa renda previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988, não superou este déficit, não resolveu a questão dos espaços socialmente estratificados e sua localização ficou distante das áreas centrais das cidades e com deficiências de infraestrutura. O atual ataque as políticas sociais, a recessão econômica com impacto decisivo sobre o trabalho, o encolhimento do setor da construção civil e do referido Programa nos últimos dois anos estão contribuindo com a manutenção do déficit habitacional e consequentemente com os índices relacionados a pobreza. No Recife, Nordeste do país, este índice atingiu 70 mil famílias em 2017, contabilizando um total de 270 mil pessoas sem moradia. O presente artigo tem o propósito de analisar práticas de consumo de famílias que acessaram via o Programa, moradias em bairros populares da Região Metropolitana do Recife. Para tal apresenta pesquisas exploratórias realizadas a partir de 2011 na Universidade Federal Rural de Pernambuco através do Programa de Iniciação Científica, para os cursos de graduação (licenciatura) e do

Programa de Pós-Graduação em “Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social”. As pesquisas revelaram expressões da cultura do consumo nas camadas sociais precarizadas das classes subalternas urbanas, seu lugar no mercado a partir dos programas sociais, e de novas formas de assalariamento ou de geração de renda. Igualmente revelaram mudanças no consumo de alimentos, nos bens de consumo duráveis, nas tecnologias domésticas e nas novas tecnologias da informação. Cotidianamente estas famílias, e nelas, principalmente as mulheres, criam táticas (Certeau) para enfrentar os desafios relacionados ao consumo.

Palavras chave: Práticas de Consumo; Políticas Sociais de Habitação; Cultura do Consumo

Sociologia do Desporto

XI-APS-11929 -Explaining the Prevalence of Sexual Content in Football Fans'

Antagonistic Communication

Stelios Stylianou - Department of Communication and Internet Studies, Cyprus University of Technology

Comunicação Oral

The role of chanting and banner display by fans during football games is both instrumental (performance enhancing) and expressive (identity affirming). Focusing on the latter function, it can be observed that fans express and affirm their identities not only by praising their own team (and its fans, i.e., themselves) but also by applying an "us vs. them" communicative model to contrast what they are to what they are not, imposing the latter on the opposite team's fans. Thus, the identities and superior qualities (whether athletic, physical, social, moral, etc.) of the ingroup are confirmed and praised by discrediting the identities and exposing the inferior qualities of the opponents. This is where prevailing texts of antagonistic communication during football games (chanting and banner displays) come from: by boldly discrediting, ridiculing and humiliating the opponent, fans praise and augment their own superiority. This study presents an in-depth analysis of the logic of this antagonistic communication by focusing on sex-related themes—which are by far more prevalent than other common themes (e.g., politics, racism, ethnocentrism, locality or religion)—in football fans' chants in Cyprus First Division games. It focuses on three specific themes: masculinity, heteronormativity and family reputation. Among the countless ways in which these themes are manifested in football fans' chants, the most intriguing are the uses of various insults and attacks on the integrity and reputation of the "others", e.g., calling the opponents "pussies", "gays" and their female family members, predominantly mothers, "whores" or "sluts". A large number of chants, extracted from observations of football games, were presented in 21 recently conducted interviews with football fans as stimuli for semi-structured discussion. The study asks why fans choose to use these themes and how they interpret them. Based on the data from the interviews, it concludes that (i) the primary purpose of these antagonistic communicative actions is to smash the reputation of the opponent, (ii) for this purpose, sex-related themes are more effective than other less prevalent ones and that (iii) this can—and actually does—happen because of the cultural milieu of sustained sexism, homophobia and the sacredness of the family, which are deeply internalized mainstream cultural elements in Cypriot society (and, by extension and at various degrees of intensity, in other Mediterranean and Western cultures).

Palavras chave: football, fans, communication, sex

XI-APS-33727 -A PERCEÇÃO DOS ADEPTOS DE FUTEBOL: A COMUNICAÇÃO DOS CLUBES DA LIGA NOS E A INFLUÊNCIA NOS STAKEHOLDERS

José de Lemos Quintela - ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e CIES – Instituto Universitário de Lisboa

Tiago Lapa - ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e CIES – Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

A mediatização (Couldry e Hepp, 2013; Hepp, Hajarvard, Lundby, 2015) e a submissão às lógicas comunicacionais do futebol (Skey, Stone, Jenzen e Mangan, 2018) pode manifestar-se na forma como a comunicação organizacional dos clubes de futebol profissional ganha centralidade na vida interna dos próprios clubes, no espaço mediático e consequentemente nos adeptos. Desta forma, assume-se que atual contexto mediático reforça o processo de transvase das disputas desportivas para fora do relvado e expõe e “espectaculariza” esse transvase através da constante presença do futebol em diversas plataformas mediáticas. O presente estudo exploratório tem por objetivo analisar a perceção dos adeptos sobre a eventual influência da comunicação organizacional dos clubes de futebol, da Liga NOS, junto dos diversos stakeholders. Desta forma, pretendemos perceber como é que a mediatização do futebol é entendida quer pelos intervenientes diretos na vida dos clubes (jogadores, treinadores, árbitros, dirigentes, jornalistas e comentadores desportivos, no ativo ou não), quer pelos adeptos, e se os seus entendimentos mais amplos do jogo são moldados pela exposição mediática dos clubes. Em termos metodológicos partiu-se de uma revisão da literatura mais significativa, para em seguida usar uma metodologia mista, utilizando métodos qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, foram realizadas nove entrevistas em profundidade, não-estruturadas, a atores do fenómeno futebolístico (jogadores, treinadores, árbitros, dirigentes, jornalistas e comentadores desportivos, no ativo ou não) e que decorreram entre abril e dezembro de 2019. Procedeu-se de seguida à análise de conteúdo das entrevistas, identificando relacionamentos, atores do processo de comunicação dos clubes, stakeholders do sector e uma matriz de relacionamentos. Posteriormente foi realizado um questionário on-line, a adeptos do futebol português sobre a influência da comunicação dos clubes de futebol. Face ao escasso número de estudos desenvolvidos ao nível da comunicação organizacional dos clubes de futebol em Portugal e aos seus efeitos quanto aos processos de mediatização do desporto, esta pesquisa é relevante pelo contributo para o conhecimento e aprofundamento desta temática. Por meio da análise de conteúdo identificaram-se os principais stakeholders e tipificaram-se os espaços de influência em torno de treinadores, jogadores e árbitros, elaborando-se uma matriz de relacionamentos, para através da análise estatística se destacar como a influência da comunicação dos clubes é percecionada pelos adeptos, considerando-se estes mesmos os mais influenciáveis. Consideram que se lhes seguem os treinadores, jogadores, patrocinadores e só depois os árbitros.

Palavras chave: Mediatização; Futebol; Influência; Relações Públicas; Stakeholders.

XI-APS-46464 -A emergência e crescimento do estilo casual em Portugal.

Daniel Seabra - Universidade Fernando Pessoa

Comunicação Oral

No principal campeonato de futebol português, todos os clubes são apoiados por claques. Estas são definidas por Pereira (2002, p. 41) 1 como sendo “grupo simpatizante de uma determinada equipa, com nome próprio, que se concentra na mesma área do estádio incentivando os jogadores através de cânticos próprios, bandeiras, cartazes, palmas sincronizadas, ondas, claxons, tochas, potes de fumo, etc.”. Esses grupos estão presentes nos estádios de Portugal desde os anos 80 do século passado e são bem conhecidos pela violência, vandalismo e roubos que alguns de seus membros causam; e não tanto por suas intensas e diversas expressões de apoio aos clubes. Os atos violentos, quando praticados, são profusamente noticiados pelos média, gerando-se assim pânico moral e alarme social em torno do comportamento desses grupos. Neste contexto de aparente insegurança, o legislador procurou o controle das claques, impondo regras para identificar os seus membros. Apesar disso, e sobretudo no século XXI, o estilo casual começou a crescer em Portugal. Aqueles que adotam este estilo preferem não usar adereços identificativos do clube apoiado, optando antes por usar roupas de boa marca. Preferem também não integrar as claques – das quais alguns já foram membros – e viajam para os estádios dos clubes adversários em carros particulares. Optam ainda por circular em pequenos grupos nas áreas circundantes dos recintos desportivos. São atualmente responsáveis por um novo tipo de violência no contexto do futebol português. A comunicação que se pretende apresentar decorre de um estudo exploratório que ainda decorre, sendo o mesmo baseado numa longa observação participante e, sobretudo, na realização de várias entrevistas em profundidade com adeptos de clubes que seguem este estilo. Procurar-se-á a sua caracterização e as condições sociais e políticas do seu crescimento em Portugal. Pretende-se dar também a conhecer o novo tipo de violência perpetrada por alguns daqueles que o adotam. Será ainda considerada a influência da legislação e do controle policial sobre a reprodução do estilo casual. Para além de levar em devida conta a raiz e o percurso histórico desse estilo, a comunicação terá em conta as motivações declaradas para a adesão ao estilo casual por parte daqueles que fizeram essa escolha. _____1 Pereira, L. (2002), Dicionário do Futebol. Manual do Adepto, Lisboa, Booktree.

Palavras chave: Estilo Casual; Claques de Futebol; Adeptos.

XI-APS-62548 -Quando a distinção ganha a forma de “não dar nas vistas” - subsídios preliminares para restituir sociologicamente a arbitragem futebolística em Portugal

Comunicação Oral

O desporto de modo geral e, em Portugal, muito em particular, o futebol – caso em que nos centraremos – enquanto desporto-matriz das próprias identificações clubistas e, na verdade, instituição política, propicia uma configuração simbólica idealizada da justa concorrência, mas igualmente das formas modelares que a denúncia do seu desrespeito pode revestir. A figura capital desses jogos de (des)classificação em que a ordem plenamente desportiva dos jogos e a justiça dos resultados é escrutinada à lupa é o árbitro, igualmente dito o juiz da partida. Para ressaltar esta centralidade constatar-se-á que, ainda hoje, transcorridos mais de 60 anos sob o episódio em que se tornou notado, o nome Inocêncio Calabote, árbitro que no final dos anos 50 (época 1958/59) teria tudo feito para que o Benfica ultrapassasse na última jornada do campeonato o FC Porto, é usado frequentemente como arma de arremesso nas disputas e controvérsias que a “falta de transparência do futebol português” estimula. A figura do árbitro, importa então reparar, no essencial passou, até agora, ao largo da objetivação sociológica. Indexado a uma autoridade neutra (suspeito de, amiúde, não cumprir), o árbitro, deve, além disso, tentar passar despercebido. “Ninguém dar por ele”, “não dar nas vistas,” é, com efeito, o signo consumível da competência arbitral, a bitola da “grande arbitragem”, de certo jeito invertendo a gramática da distinção dos ofícios e profissões que provam o seu mandato em palcos públicos presenciados por grandes audiências. O grande ator de teatro, por exemplo, até pode apagar-se na sua personagem, mas esta está fadada a fulgir, sob pena de gerar a própria desqualificação profissional do seu intérprete. Na comunicação resultante da proposta que ora se submete pretende-se começar a suprir a lacuna aqui detetada, tentando compaginar uma sociologia da economia do engrandecimento arbitral com uma sociologia dos processos de institucionalização da prática da arbitragem que, em especial, leve em linha de conta, acompanhando a acentuação do vinco mercantil da instituição futebolística, a tendência crescente à separação entre uma elite arbitral profissional, sujeita a enorme visibilidade, mas também objeto de remunerações elevadas, e o restante corpo arbitral. O objetivo deste exercício é menos mostrar a heterogeneidade/segmentação do grupo do que, hipoteticamente, abrir as definições sociais e normativas “globais” a que o grupo se presta a reformulações “locais” que fundarão o sentido da ação arbitral dominante nos diferentes submundos da arbitragem clivados pelo princípio da profissionalização.

Palavras chave: Futebol, arbitragem, profissionalização, distinção

XI-APS-67128 -A CULTURA DO CHEERLEADING NO BRASIL E O PROCESSO DE ESPORTIVIZAÇÃO
MARIA CRISTINA TOMMASO DE CARVALHO - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

ANA PAULA CUNHA PEREIRA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
MARÍLIA LIMA GIVISIEZ - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
ANA BEATRIZ SOUZA GOMES - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA

Comunicação Oral

Indubitavelmente o esporte é um fenômeno global, mas, para além disso, é necessário compreendê-lo como uma prática da sociedade contemporânea, tendo como ponto de partida o conceito de cultura. Isto significa dizer que, em um sentido antropológico, a influência e o impacto do esporte em nossa sociedade, e especificamente em relação ao Cheerleading (recente modalidade esportiva), objeto de investigação dessa pesquisa, pode ser encarado como um sinônimo de práticas cotidianas, atrelado às suas formas de significados que circulam na sociedade (Williams, 1989). Neste contexto, o objetivo principal desta pesquisa, desenvolvida por alunos de um Curso de Bacharelado em Educação Física no Brasil (Rio de Janeiro) foi apresentar a atual modalidade esportiva cheerleading (surgida em 1898 em um contexto de diversão) considerando o seu processo de esportivização baseado nas seguintes categorias: secularização, igualdade, especialização, organização burocrática, quantificação e record. Tais categorias originam-se da noção weberiana, atribuída ao status de sociedade tradicional e status de sociedade moderna (Guttmann, 1978). A linha metodológica adotada foi a documentação bibliográfica baseada em duas fontes: 1) documentos oficiais de instituições representativas e reguladoras da modalidade em questão (Ex. International Cheer Union; União Brasileira de Cheerleading; 2) pesquisas nacionais e internacionais publicadas em periódicos científicos. A análise das fontes foram interpretadas com o suporte teórico de duas obras significantes para o eixo temático pertinente ao fenômeno esportivo: *From Ritual to Record: the nature of modern sports* (Guttmann, 1978) e *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism* (Williams, 1989). As considerações finais desta pesquisa apontaram que, embora o processo de esportivização do cheerleading marquem uma forte expansão de suas práticas de maneira global, não forma identificamos elementos que permitam afirmar que tal expansão tenha sido intencionalmente formulada. Além disso, vale destacar que, o processo de esportivização, considerando as discussões ligadas à profissionalização de atletas assalariados em tempo integral, não foram identificadas neste estudo em particular.

Palavras chave: CULTURA; CHEERLEADING; ESPORTIVIZAÇÃO

XI-APS-69956 - **Análise sociológica das artes marciais e desportos de combate em Portugal**

Vítor Rosa - CeiED/ULHT

Comunicação Oral

Sejam eles de tradição ocidental (e.g. boxe, as lutas amadoras) ou oriental (e.g. judo, aikido, karaté, taekwondo), o objetivo das artes marciais e desportos de combate é de colocar o Homem face a face com o seu semelhante. O termo “artes marciais” (desportos de combate orientais) faz referência a um conjunto complexo de práticas conhecidas depois do período Kamakura (fim do século XII) no Japão, que se repartem entre Budô (pacíficas, sem armas) e os Bugei (utilizando armas), fundadas sobre o respeito do Bushidô (código de princípios morais) ou a “via dos guerreiros”. No século XX, com a ocupação americana do Japão (1945-1952), estas práticas foram proibidas. As artes marciais foram transformadas em práticas desportivas, isto é, codificadas, regulamentadas, por forma a se tornarem inofensivas para os praticantes, e algumas foram inscritas num quadro competitivo. Esta codificação teve a ver com a globalização/mundialização das práticas da tradição oriental para o Ocidente, ou por outras palavras, receberam influências do modelo de desporto moderno criado no Ocidente. Depois da sua introdução no Ocidente, as práticas de combate asiáticas, popularizadas e depois mediatizadas, não pararam de suscitar interrogações quanto às razões do sucesso da sua implantação e difusão. A mediatização das artes marciais através da difusão de filmes. Os meios de comunicação social contribuíram amplamente para muitos praticantes fazerem uma viagem entre os dois imaginários: Oriente e Ocidente. Com este trabalho, pretendemos comparar três desportos de combate dual de preensão (aikido, judo e lutas amadoras), em Portugal. Procuramos analisar, sociologicamente, se as características socioculturais dos praticantes dos três desportos de combate determinam as relações e afinidades na prática das modalidades em apreço, ainda que a tradição familiar, as oportunidades de carreira, a visibilidade e o reconhecimento social demarcam a escolha entre elas e o tipo de envolvimento na prática desportiva. O objeto empírico foram os treinadores das três modalidades, na época desportiva 2018/2019. O nosso universo de estudo foi, para já, 56 praticantes avançados, a nível nacional. Recorreu-se à metodologia extensiva e à aplicação de diversas técnicas de investigação social: observação direta, observação-participante, entrevista semi-diretiva e inquérito por questionário. Foram definidas três hipóteses teóricas, que foram objeto de análise e discussão de modo a averiguar da sua veracidade. Definimos um Modelo de Análise Desagregado (MAD), alicerçado em quatro dimensões. Para cada uma delas, foram definidas(os) variáveis e indicadores capazes de as(os) tornar observáveis. Os resultados apontam para uma diferença sociocultural dos praticantes, nas oportunidades de carreira, na visibilidade e reconhecimento social.

Palavras chave: Desporto, Artes Marciais e Desportos de Combate

XI-APS-80906 -**Sport and Muslims in Europe between inclusion and marginalization**

Fabrizio Ciocca - La Sapienza University - Rome

Comunicação Oral

In a time in which there is a strong growth of populist parties and identity movements asking for protection of Christian and Western values, an apparently “neutral” theme such as sport is also affected by these issues. As regards the European context, sport is considered by scholars and advisor as an element that can promote immigrants and ethnic minority integration. However this approach does not take into account the vision of “Others”, and in the case-study here considered of the Islamic point of view, to which refer many Muslims in E.U (25 million people, and about ¼ less than 18 years). The reference literature and various research highlights the low participation in sport of Muslims teenagers, and in particular girls: actually the main problem is at school, where PE (physical education) and sport activity is part of the compulsory curriculum. These young Muslim often find themselves experiencing a strong tension between the adherence to the “Islamic vision” of sport - which according the main Muslim jurists and scholars it must provide respect of religious duties, dress-code and separate spaces between genders - and school facilities and sports-centres that do not organize sport activities according to Islamic rules. In some cases there are attempts to promote the participation of Muslim girls trying to meet their needs, for example creating spaces separate from men in municipal swimming pools, introducing women trainers or producing clothes designed to be compatible with religious indications (e.g. burkini). When this “experiments” happened, immediately populist movements call for respect for Western values and the public debate turns the spotlight on the alleged lack of Muslim integration, empathising that they don’t want to accept the rules of European societies. While sport practicing is nowadays considered not only a leisure activity but part of European culture, for young Muslims is an experience that can produce anxiety and conflict between their “Islamic identity” and “European identity”. Around these issues, Sport therefore becomes a metaphor and battleground between a vision of closure and openness to the “Others”, in which western Societies must choose to what extent they are willing to question their values to encourage the inclusion of all subjects.

Palavras chave: Islam Muslim gender identity

XI-APS-83407 -OS MODOS DE INTERAÇÃO EM UM CENTRO DE MARCHA E CORRIDA DE PORTUGAL: UMA NARRATIVA ETNOGRÁFICA

MÔNICA BENFICA MARINHO - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Comunicação Oral

Este estudo é um dos desdobramentos da pesquisa realizada durante o estágio Pós-Doutoral realizado na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, em Portugal, no período de setembro de 2019 a julho de 2020. Nele se dá continuidade a uma investigação que se

sustenta na compreensão da prática da corrida de rua organizada em grupo. Tem como objetivo analisar os modos de interação em um grupo desportivo. Se insere no âmbito da Sociologia do Desporto e busca se aproximar de abordagens que consideram os fatores constitutivos da estrutura dos grupos como redes de comunicação, hierarquia dos papéis e dos status; e a apreensão de fenômenos como o ambiente, a coesão, a moral, a normatividade. Define como universo de investigação um Centro de Marcha e Corrida, grupo desportivo do concelho de Matosinhos, no distrito do Porto, que surge como desdobramento do Programa Nacional de Marcha e Corrida (PNMC) desenvolvido em Portugal. A técnica da Observação Participante e o Relato Etnográfico compõe a metodologia. A problematização dos dados teve como base, principalmente, a noção de Ritual de Interação de Ervin Goffman; e os estudos de interações online em que se destacam os autores John B. Thompson e Raquel Recuero. Apresenta a organização, o funcionamento e as interações do grupo investigado. Descreve suas práticas e as situações nas quais essas práticas se desenvolvem. Discute como os saberes, as habilidades, as maneiras de dizer e de fazer circulam e são incorporados. Observa que a participação em eventos de confraternização e os eventos desportivos são considerados importantes como rituais de engajamento, onde se marca e aprofunda o sentido de pertencimento ao grupo. Destaca a apropriação do site de rede social, o Facebook, como prática institucional e analisa como essa ferramenta de interação online atua na manutenção e coesão do grupo. Fotos, vídeos, Gifs, que são frutos dos registros feitos durante treinos e eventos; chamadas para eventos e avisos compõem a página do Facebook. O Centro de Marcha e Corrida aí apresentado nos deixa percebê-lo como um agrupamento coeso, sendo seus membros partícipes envolvidos, onde suas ações, nas mais diversas atividades, são apresentadas com registros em vídeos ou em fotos, evidenciando a importância do grupo para seus membros. O Estudo mostra de que maneira as ações que se desenvolvem no interior de um grupo desportivo o sustenta e revela seu sentido.

Palavras chave: Grupo desportivo. Interação. Práticas Institucionais

XI-APS-84724 -Cartografia do ódio em rede – o futebol Português em tempos de pandemia

Branco Di Fatima - Escola Superior de Comunicação Social, IPL; CIES-ISCTE

Sandra Miranda - Escola Superior de Comunicação Social, IPL; CIES-ISCTE

Ana Cristina Antunes - Escola Superior de Comunicação Social, IPL

Alexandra David - Escola Superior de Comunicação Social, IPL

Comunicação Oral

Embora não granjeando popularidade nas agendas do universo académico português, o futebol assume um papel de destaque no “modelo desportivo europeu” (Arnaut, 2006). Trata-se do único jogo verdadeiramente global, com uma extraordinária capacidade

mobilizadora. A sua influência trespassa as quatro linhas, afetando uma miríade de esferas (como é o caso da esfera económica, política, cultural e social). Para Boyle (2012), o futebol diz, não raras vezes, mais sobre a sociedade do que sobre a competição per si. Ele revela uma visão única sobre o carácter e a natureza humana, tal como sobre aspetos diversos da sua identidade individual e coletiva. O intenso vínculo e o envolvimento socio-afetivo entre adeptos, jogadores e clubes pode ser aferido pela sua imensa expressão nos media sociais (Gouveia et al., 2020) sendo, atualmente, considerados como uma fonte confiável e valiosa de recolha e partilha de informação. O seu uso tornou-se, cada vez mais, uma parte predominante da cultura dos adeptos de desporto (Dixon, 2013; Sandvoss, 2005), apresentando-se como uma oportunidade única para se pensar e refletir criticamente sobre o modo como os adeptos expressam os seus anseios, medos, inseguranças e identidades comunais (Giulianotti, 2015). Numa época marcada pela pandemia Covid-19, em que foi coartado e limitado o acesso físico dos adeptos aos estádios, esta investigação pretende estudar, a partir dos media sociais, os discursos de ódio e medo dos adeptos impulsionados pela pandemia no futebol profissional português. Esta investigação adota uma abordagem do tipo quantitativo onde, a partir de dados extraídos das páginas oficiais dos clubes da Primeira Liga, pretende-se aferir: i) quais as narrativas predominantes sobre a pandemia no universo do futebol português; II) quais os principais influenciadores dessas narrativas e; iii) quais conteúdos geram mais envolvimento dos adeptos. Para o efeito foram constituídos três painéis de páginas (Facebook, Twitter e Youtube), com as contas oficiais dos 18 clubes da Primeira Liga nas redes sociais. A abordagem metodológica proposta combina o recurso a métodos digitais com a análise de redes sociais e a teoria dos grafos. Os resultados obtidos para além de reforçarem a produção científica na área em estudo, procuram refletir sobre as potenciais implicações práticas desta investigação nomeadamente no mapeamento de atitudes, perceções e representações sociais sobre a Covid-19 e saúde pública, tal como no desenvolvimento de políticas, estratégias e táticas efetivas para a promoção de segurança nos estádios.

Palavras chave: Futebol, social media, ódio, pandemia, Covid-19

XI-APS-89851 -**Um clube em crise: mercantilização, populismo e as lutas desportivas**
Rahul Kumar - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Instituto de História Contemporânea, NOVA-FCSH

Comunicação Oral

O verão de 2018 ficou marcado pelas inúmeras horas dedicadas nos meios de comunicação social à crise directiva de um clube desportivo, o Sporting Clube de Portugal. Essa crise envolveu, durante meses, uma notável quantidade de actores e instituições que habitualmente se mantinham à margem desse tipo de universos simbólicos. Motivou também um amplo conjunto de debates sobre a natureza dos vínculos desportivos no

Portugal contemporâneo e os seus efeitos culturais, sobre o estilo das lideranças dos clubes desportivos, o seu significado político e modos de legitimação, sobre a fragilidade da esfera pública portuguesa e a sua permeabilidade a interesses variados. Não suscitou, porém, uma discussão mais aprofundada sobre as transformações institucionais e organizacionais que afectaram os modelos de governo dos clubes portugueses desde meados dos anos 1990, a sua inscrição numa nova economia política global do futebol e o seu lugar na construção de uma hegemonia neoliberal. Esta comunicação procura justamente, com base no conceito de duplo movimento de Karl Polanyi, situar a crise do verão de 2018 do Sporting Clube de Portugal no quadro das transformações estruturais do campo futebolístico global e das suas declinações específicas no contexto português. O argumento central é que essa crise desportiva só pode ser compreendida no quadro de mercantilização geral da sociedade portuguesa observada a partir dos anos 1990 e do contra-movimento que esse processo suscita em diversos campos sociais. O processo de mercantilização do futebol institucionaliza-se com a formação das Sociedade Anónimas Desportivas (SAD) e relaciona-se de forma próxima com a liberalização do campo mediático português, o desenvolvimento de um mercado de transmissões televisivas global, com a formação de um mercado liberalizado de transferências de jogadores de futebol, no qual os clubes portugueses ocupam um lugar absolutamente crucial, e a reconfiguração das estruturas competitivas à escala europeia. O caso Sporting apresenta neste contexto um carácter ideal-típico. Trata-se do clube precursor das SAD's, que mobilizou segmentos importantes das elites financeiras e políticas portuguesas em torno desse projecto que procurou também a partir do campo desportivo naturalizar uma nova configuração das relações de poder na sociedade portuguesa. Trata-se também do clube onde, por razões internas ao campo desportivo mas também externas, mais rapidamente se gerou um movimento de resistência a esse projecto e o clube desportivo no qual essa nova estrutura de poder foi questionada. A crise do verão de 2018, e o conjunto de eventos que desencadeou, permite observar, de forma condensada, o conjunto de lutas que se travaram ao longo de toda a década anterior sobre a natureza e as funções do clube desportivo moderno.

Palavras chave: mercantilização, futebol, duplo movimento, populismo

Sociologia do Direito e da Justiça

XI-APS-18471 -A crise económica e financeira no discurso judicial: uma leitura a partir da teoria dos sistemas sociais

Patrícia André - DINÂMIA'CET-IUL e CEDIS-NOVA Direito

Teresa Violante - FAU Erlangen-Nürnberg, Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law e CEDIS-NOVA Direito

Maria Inês Gameiro - DINÂMIA'CET-IUL, CEDIS-NOVA Direito e CIMA-UAlg

Comunicação Oral

A presente comunicação insere-se no contexto do projecto de investigação “A Crise nos Tribunais: Uma Análise ao Processo Decisório em Contexto de Crise Económico-Financeira”, no âmbito do qual identificámos e analisámos um conjunto de 557 decisões judiciais dos tribunais superiores nacionais, proferidas ao longo de 10 anos (2008-2017), na perspectiva de identificar eventuais efeitos da crise na jurisprudência portuguesa. Os nossos tribunais têm sido chamados a decidir múltiplos casos em que se discute direito decorrente da crise ou em que são debatidas circunstâncias de facto relacionadas com a crise. Deste modo, colocámos a questão de saber qual o papel que a crise desempenhou na decisão judicial: foi integrada no discurso e processo de decisão dos tribunais? Se sim, em que sentido e de que forma? Como se manifestou na argumentação judicial? Como se traduziu nas decisões o direito relacionado com a crise? Qual o impacto da crise, enquanto elemento de facto, no processo decisório dos tribunais? Foram estas as interrogações iniciais que motivaram e orientaram o nosso estudo, através do qual procurámos traçar um retrato – perspectivado a partir do discurso judicial – daquilo que designamos por «jurisprudência da crise». Adotando um posicionamento descritivo, procurámos fornecer uma reconstituição do material compilado e que constitui o objeto da nossa análise, fundamentando empiricamente as leituras interpretativas avançadas numa perspectiva explicativa e conceptual. Para responder às interrogações que guiaram o estudo, a investigação foi desenhada fundamentalmente a partir de um quadro teórico que combina contributos da teoria sistémica de Niklas Luhmann com as perspetivas dos estudos sociojurídicos que adotam um ponto de vista externo moderado em relação ao direito. Com efeito, a questão de pesquisa diretiva foi enquadrada em termos luhmannianos do ponto de vista das relações entre sistemas sociais diferenciados: como é que o sistema judicial reage à «irritação» fáctica da crise? A teoria dos sistemas sociais foi, portanto, essencial para problematizar e orientar a investigação, enquanto que o quadro operacional de pesquisa em que nos situamos foi fundamentalmente assente numa interdisciplinaridade construída através das opções metodológicas adotadas. A presente comunicação pretende dar a conhecer as principais linhas interpretativas que construímos a partir dos dados na perspetiva específica do funcionalismo sistémico luhmanniano.

Palavras chave: crise; discurso judicial; teoria dos sistemas; tribunais

XI-APS-23088 -Sistema de penas, política criminal e práticas judiciais

Paula Fernando - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Observatório Permanente da Justiça

Conceição Gomes - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Observatório Permanente da Justiça

Comunicação Oral

Portugal tem registado alterações significativas nas políticas públicas relacionadas com o sistema de penas cujo objetivo essencial tem sido o incremento da diversificação das penas alternativas à privação da liberdade, limitando a aplicação da pena de prisão à criminalidade mais grave e procurando reduzir a aplicação de penas de prisão de curta duração. A reforma de 2007 constituiu um marco fundamental, ampliando os casos em que é possível a substituição da pena de prisão, alargando o campo de aplicação da prestação de trabalho a favor da comunidade, prevendo a permanência na habitação como pena principal, entre outras medidas. Esta linha de orientação aparenta ter continuado, de alguma forma, a nortear as alterações legislativas que se seguiram. A mais recente Lei n.º 94/2017, com o objetivo declarado de combater a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, extinguiu a prisão por dias livres e o regime de semidetenção, prevendo a possibilidade de cumprimento de pena de prisão até dois anos em regime de permanência na habitação. A avaliação da reforma penal de 2007, levada a cabo no âmbito do OPJ, concluiu que aquela não tinha conseguido cumprir o objetivo de diminuir a aplicação de penas de prisão de curta duração (Santos and Gomes 2009:521), realçava a inadequação do quadro sancionatório, e destacava a existência não despreciable de reclusos que adquirem tal condição por ausência de pagamento da pena de multa a que foram condenados (Santos e Gomes 2009). Mais de uma década depois da reforma penal de 2007 e das subsequentes alterações que reforçaram aqueles desígnios de alívio do sistema prisional e de diversificação do sistema de penas, os dados do Conselho da Europa (Aebi eTiago 2018), mostram Portugal com uma taxa de reclusão 124,9%, significativamente acima da taxa média europeia de 102,5%. Os dados estatísticos sugerem a permanência de algumas das disfuncionalidades acima referidas. A título de exemplo, a prestação de trabalho a favor da comunidade regista um aumento significativo entre 2008 e 2012 e decresce progressivamente a partir de 2013; e a prisão em regime de permanência na habitação, aplicada em 2017 a 257 arguidos e em 2018 a 443 arguidos, neste ano representava apenas 0,9% do total de penas aplicadas. Nesta apresentação pretendemos trazer para o debate um conjunto de dados estatísticos que permitem traçar a cartografia da (não) influência das reformas legislativas na estrutura e composição das penas aplicadas e, à luz de tais indicadores, discutir as razões da (in)suficiência do quadro legal e das condições da sua aplicação. Referências bibliográficas: Aebi, Marcelo F. e Mélanie M. Tiago. 2018. Space I - 2018 - Council of Europe Annual Penal Statistics: Prison Populations. Strasbourg. Santos, Boaventura de Sousa e Conceição Gomes. 2009. A Justiça Penal: Uma Reforma Em Avaliação. Coimbra.

Palavras chave: Sistema de penas, política criminal, sistema prisional

XI-APS-23258 -Perspectivas religiosas sobre o direito: a emergência de grupos de juristas cristãos no Brasil

João Gabriel Calil de Carvalho Couri - IESP-UERJ

Comunicação Oral

É interessante, ao pensar uma análise sobre a conjuntura brasileira das últimas décadas olhar para os usos e mobilizações do direito, bem como em direção aos grupos envolvidos na disputa de entendimentos jurídicos como repertório de ação política da sociedade civil. Diante do acirramento das disputas na arena política, procurou-se olhar o direito sob uma lente que focasse a atuação engajada dos juristas. Nesse panorama profissional, um campo de estudos que se mostra relevante é a prática jurídica realizada por grupos organizados em torno de sua fé religiosa. Desse modo, diante desse acirramento entre agendas e dinâmicas de enfrentamento político e jurídico, o interesse aqui se dá na interpelação sobre um fenômeno sociojurídico específico que tem lugar em um recorte delimitado dentro desse universo de disputas, qual seja: a atuação de grupos de juristas cristãos em função de uma mobilização religiosa do direito, bem como em prol de reinterpretações e ressignificações sobre o direito. Em um primeiro momento, será realizado o mapeamento desses grupos, com intuito de estabelecer os campos e a abrangência de suas atuações. Dessa forma, serão analisadas suas pautas, seus posicionamentos em relação a temas presentes no debate público e como a mobilização determinados conceitos jurídico-dogmáticos se dá em sua atuação política. Dessa forma, há um rastro empírico fornecido por publicações em revistas e livros, notas públicas emitidas, postagens em redes sociais - além de outros atos de pesquisa a serem praticados como entrevistas - e atuação em sede de processos judiciais. Ademais, creio que a pesquisa pode ganhar muito com a análise das relações institucionais desses grupos com os membros dos poderes constituídos. Assim, será possível entender o processo de mobilização do direito por meio de outros instrumentos normativos se fazem presentes essas ideias, como por exemplo, projetos de lei. Diante do exposto, temos algumas considerações sobre o objeto de pesquisa: I) Os grupos conservadores operam ora na construção e ora na reivindicação de conceitos da dogmática jurídica de modo a sustentar a ideologia; II) Em uma análise preliminar, é possível enxergar uma circulação de ideias no âmbito internacional que diz respeito a mobilização de enunciados jurídicos por grupos de juristas cristãos; III) há uma disputa por enquadramento dos problemas públicos, como por exemplo o debate sobre a questão ligadas ao conceito de família, gênero, a criminalização da homofobia e transfobia. Cabe destacar que o presente trabalho é parte integrante de minha pesquisa de doutorado que visa entender discursos e práticas jurídicas conservadoras, assumindo, assim, natureza de work in progress. Por tratar da mobilização do direito por parte de grupos de interesse, bem como dos usos políticos de conceitos jurídicos, acreditamos que a participação será de grande valia para que possamos discutir a pesquisa

e colher contribuições relevantes de estudiosos da interseção entre as áreas do Direito e da Política.

Palavras chave: usos políticos do direito; mobilização conservadora; mobilização do direito; Brasil

XI-APS-23668 -JUSTIÇA JUVENIL NUMA SOCIEDADE DIGITAL: DESAFIOS E

OPORTUNIDADES

Maria João Leote de Carvalho - CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, NOVA FCSH

Comunicação Oral

Na atualidade, a crescente digitalização da sociedade coloca os profissionais no sistema de Justiça Juvenil perante novos e complexos desafios para os quais se exige o questionamento sobre os atuais modelos e práticas de intervenção. As crianças e jovens de hoje nunca viveram num mundo sem tecnologias de informação e comunicação e os seus modos de vida são, cada vez mais, atravessados por experiências em ambientes digitais. Deste modo, não só algumas das práticas 'tradicionais' de delinquência são transportas para plataformas digitais no recurso crescente a equipamentos eletrónicos, sobretudo móveis que permitem o acesso à Internet em qualquer lugar e a qualquer momento, como novas tipologias de factos qualificados pela lei penal como crime exclusivamente dependentes das TIC emergem (i.e., hacking, DDoS attacks, malware, entre outros) Os resultados dos inquéritos sobre a utilização das TIC por crianças sugerem que a maioria parece já não prestar atenção às diferenças entre os ambientes online e offline, o que pode acabar por se estender ao seu envolvimento em práticas delinquentes. Esta comunicação baseia-se em dados qualitativos obtidos em grupos focais (n = 5) e entrevistas individuais semiestruturadas (n = 22) - realizadas com um total de 41 profissionais que trabalham com jovens no sistema de Justiça, em política de justiça e estudos da juventude - usados como ferramentas exploratórias na primeira fase de projeto apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (YO & JUST - Delinquência Juvenil na Justiça Juvenil e Penal em Portugal / SFRH/BPD/116119/2016). O objetivo é mapear os desafios e constrangimentos na aplicação da Lei Tutelar Educativa na atualidade perante a delinquência juvenil oficialmente recenseada em Portugal. Falta de informação bem como de conhecimento sobre os riscos digitais relacionados com as práticas delinquentes emergentes, discrepâncias entre as competências digitais de crianças e adultos / profissionais (o desfasamento geracional digital), o reconhecimento de que os recursos de justiça atuais não são adequados para lidar com a natureza mutável da delinquência na era digital a par da falta de investimento do Estado Português para melhorar os recursos de TI no setor da Justiça são algumas das principais conclusões debatidas nesta apresentação.

Palavras chave: Delinquência; Jovens; Justiça Juvenil; Sociedade Digital; Ciberdelinquência.

XI-APS-27070 -Os profissionais invisíveis da justiça: quem são os funcionários judiciais?

Paula Casaleiro - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

João Paulo Dias - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Conceição Gomes - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Os estudos sobre condições de trabalho e riscos psicossociais associados às profissões judiciais são relativamente escassos. Estes surgiram sobretudo no final da década de 1990, após a difusão de novos modelos gestionários e da implementação de reformas judiciais, e têm-se centrado nos magistrados judiciais e do Ministério Público. Os magistrados judiciais (juízes) e os magistrados do Ministério Público têm um ambiente de trabalho reconhecido como altamente exigente, integrando uma das categorias profissionais mais expostas e vulneráveis ao stresse ocupacional e burnout. Embora os funcionários judiciais tenham um estatuto profissional distinto dos magistrados, com direitos e deveres diferentes, estes trabalham nos mesmos contextos profissionais, os tribunais, e estão sujeitos a exigências de desempenho, produtividade e qualidade similares. Por conseguinte, em princípio, estão sujeitos a ambientes de trabalho também exigentes e estão igualmente vulneráveis ao stresse ocupacional e burnout. Porém, os estudos sobre estes profissionais e as suas condições de trabalho são praticamente inexistentes. Assim, pouco se sabe sobre as condições de trabalho da categoria profissional com maior número de profissionais a exercer funções nos tribunais. Ainda que as condições de trabalho precárias destes profissionais seja objeto de várias notícias de jornal e reivindicações dos respetivos sindicatos. O presente trabalho tem como objetivo principal traçar o perfil sociográfico dos funcionários judiciais, tendo em consideração as diferenças de género, idade e escolaridade, bem como refletir sobre a evolução das suas condições de trabalho, em Portugal, entre 2013 e 2018. Para tal, recorre-se aos indicadores estatísticos disponíveis nos Balanços Sociais da Direção-Geral da Administração da justiça (2014 a 2019) e à análise de um conjunto de entrevistas exploratórias com diferentes profissionais judiciais e representantes dos sindicatos. Esta análise será realizada tendo como perspetiva os impactos da reforma do mapa judiciário de 2014 nas condições de trabalho destes profissionais, mais concretamente, nas mudanças à forma de organização do sistema judicial, incluindo alguns indicadores estatísticos disponíveis no Balanço Social como horário de trabalho, horas extra, acidentes de trabalho e/ou doenças profissionais.

Palavras chave: oficiais de justiça; reforma judiciária; condições de trabalho;

XI-APS-32183 -Uma leitura da obra The Code of Capital de Katharina Pistor

Susana Santos - ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

A obra *The Code of Capital – How the Law creates wealth and inequality*, publicada em 2019, por Katharina Pistor, professora na Columbia Law School, é o mote para uma reflexão sobre o direito e os seus agentes na interseção entre direito, financeirização e economia política. A obra aprofunda a ideia que os advogados exercem um papel fundamental na criação de riqueza através da sua capacidade de utilizar e produzir normas legais que transformam recursos e/ou valores (assets) em capital. Na sua linha de argumentação K. Pistor defende que os advogados não são meros prestadores de serviços jurídicos, uma vez que a sua prática profissional ultrapassa muitas vezes essa função. Os advogados, ainda que não todos, e aqui chama-se a atenção para a segmentação e hierarquização da profissão, têm uma responsabilidade de criação e inovação legal. Esta capacidade é notória no sistema financeiro, num processo que a autora intitula de codificação de capital, isto é, a capacidade de utilizar o conhecimento jurídico para identificar potencialidades de inovação, salvaguardando o risco legal. Estes advogados são identificados por Pistor como masters of code / mestres do código ou mestres codificadores. A codificação implica o domínio das ferramentas jurídicas do direito privado, tais como: o direito de propriedade, direito dos contratos, insolvência e direito societário. Este domínio é, por um lado, o da interpretação à situação concreta e por outro lado, a capacidade de criar e propor novas soluções jurídicas. Com esta comunicação pretende-se fazer uma reflexão sobre o potencial heurístico dos conceitos de codificação de capital, mestres codificadores e elasticidade e a sua aplicabilidade à realidade portuguesa.

Palavras chave: advogados; capital; inovação legal; financeirização

XI-APS-32602 -Entre o “porto seguro” e a “prova pronta a usar”. Uma análise da prova biológica na perspetiva dos juízes em Portugal

Susana Costa - CES/ISMAI

Comunicação Oral

O tribunal surge como um “centro de acumulação” para onde convergem todas as provas e o trabalho realizado desde a cena do crime até ao tribunal. Atravessando diversas culturas

epistémicas é ao juiz, enquanto “perito dos peritos”, que cabe reunir todo o conglomerado de informações tentando encaixar as peças do puzzle trazidas a tribunal. Cabe-lhe a tarefa de valorar a prova que chega a tribunal. Centrado na prova biológica importa perceber de que forma esta prova contribui para a realização da justiça. Esta comunicação insere-se na investigação de pós-doutoramento “Configurações da tecnologia de DNA no sistema de justiça criminal português: análise de casos judiciais e perspectiva dos juízes”. Foram realizadas 14 entrevistas a juízes portugueses durante o ano de 2017. Tem como objetivo central olhar para a tecnologia de ADN a partir da lente dos juízes portugueses, visando compreender as representações sociais em torno da prova biológica por parte de quem tem o poder da decisão judicial. Importa aferir o seu valor no auxílio à justiça e como a sua utilização em meio judicial está a contribuir para a realização da justiça em Portugal. Com base nas entrevistas realizadas analisa-se de que forma é que a prova biológica é por eles perspectivada. Baseada numa autoridade científica incontestável, a prova biológica é vista pelos juízes como um “porto seguro”. No entanto, a sua passagem por diferentes culturas epistémicas, sugere a presença de um rift cultural que coloca dificuldades na sua valoração. Desse modo, as narrativas dos juízes apontam para que a prova biológica quando chega a tribunal seja encarada como uma prova “pronta a usar”, limitando assim o papel que cabe ao juiz na respetiva valoração.

Palavras chave: centro de acumulação; juízes, prova biológica, rift cultural, prova pronta a usar, culturas epistémicas

XI-APS-40402 -O direito e o Estado soviéticos: um olhar sobre as posições de Evgeni Pachukanis e Andrei Vychinski

João Guilherme Alvares de Farias - Universidade Federal de São Paulo

Comunicação Oral

Nosso objetivo é analisar as transformações em torno da compreensão teórica do direito e do Estado no período de transição socialista, especificamente no caso da União Soviética, a partir das teses dos juristas Evgeni Pachukanis (1891-1937) e Andrei Vychinski (1883-1954), articulando essas transformações com o processo objetivo de mudança econômica e ideológica que afetaram aquela formação social. Estudar esses dois autores que se dedicaram a refletir sobre o direito e o Estado, significa, em última instância e segundo nossa hipótese, percorrer por projetos distintos de transição: um socialista e outro de restauração do capitalismo. Pachukanis influenciou um vasto ramo de estudos que hoje, no Brasil, já se consolidou como a “crítica marxista do direito”, muito em razão dos estudos de Márcio Bilharinho Naves. A obra de Vychinski, por outro lado, ainda permanece desconhecida. Trata-se de investigação estritamente teórica, razão pela qual se recorreu à pesquisa bibliográfica. O material analisado neste trabalho diz respeito às obras de Pachukanis e Vychinski, além de textos de outros autores dedicados à caracterização da

formação social soviética e à problematização em torno de conceitos-chave para o marxismo, como é o caso das categorias: forças produtivas, relações de produção, ditadura do proletariado e luta de classes. A revolução bolchevique, graças ao sistema de ditadura do proletariado, modificou parcialmente as relações de produção, isto é, as velhas relações entre os agentes da produção, as técnicas de trabalho e os agentes não produtores. No entanto, a despeito de sua modificação, o proletariado e a burguesia se mantiveram enquanto classes na União Soviética, constituindo o que Bettelheim denominou de “burguesia de Estado”. O mais-valor, dirigido por esse sistema, também se manteve, inclusive com finalidades produtivas, revelando a permanência das leis da reprodução ampliada (BETTELHEIM, 1983, pp. 303-306). Nesse cenário, o que nosso estudo demonstra a título de resultado provisório, é que a teoria do direito de Pachukanis perdeu espaço para a concepção “oficial” protagonizada por Vychinski, Procurador Geral da República durante os “processos de Moscou”, que, no âmbito teórico, condenou a ideia de enfraquecimento do direito e do Estado no período de transição, passando a defender o reforço dessas estruturas. Conforme se consolidava a via capitalista da transição, a análise científica do marxismo foi cedendo lugar às formulações ideológicas, estas correspondentes à restauração burguesa das diferentes práticas sociais.

Palavras chave: direito e marxismo; direito soviético; Evgeni Pachukanis; Andrei Vychinski.

XI-APS-41441 -Até que a morte os separe: retratos de feminicídios no Brasil

Marina Guimarães - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A judicialização do feminicídio, isto é, a previsão legal do assassinato de mulheres como um crime específico, perpassa por debates e questionamentos sobre a sua conveniência. Por um lado, há argumentos contrários a esse tipo de legislação, como argumentos jurídicos gerais de que a lei afrontaria o princípio da igualdade entre sexos e argumentos feministas de que tal medida traria a reafirmação da ideologia patriarcal, a partir do paternalismo estatal e da superproteção das mulheres; além de que haveria um reforço a uma cultura punitivista baseada nas concepções do direito penal do inimigo. De outro lado, há argumentos que afirmam a importância de uma lei específica para tornar visível a existência de assassinatos de mulheres por razões de gênero, considerando que as mulheres são assassinadas em circunstâncias em que os homens não costumam ser. Diante deste debate e aliado aos altos índices de mortalidade de mulheres, em 2015, passa a vigorar no Brasil a Lei do Feminicídio, como qualificadora do crime homicídio. O breve período de vigência da lei faz com que ainda não haja muitos estudos específicos sobre as decisões judiciais que a envolve, muito menos a partir de uma perspectiva feminista. Neste cenário, valendo-me da pesquisa que realizo sobre as decisões judiciais em crimes de feminicídios nos Tribunais de Justiça do Brasil, a minha comunicação buscará apresentar e problematizar duas principais questões:

1. Referente ao cerceamento de livre exercício da sexualidade das mulheres como uma das causas do feminicídio. Levanto este questionamento, porque 90% dos autores do crime são companheiros ou ex-companheiros das mulheres e apresentam o fim da relação como uma das principais causas para o cometimento do crime, ou seja, estes homens não se conformam com a livre escolha das mulheres em não manter a relação e como consequência as violentam e matam. Conjugado a estes dados está o número excessivo de confissões dos autores destes crimes (quase 60% dos casos analisados) que parecem se sentir no direito de matar e dizer que mataram suas companheiras como se estivessem diante de autorização social para o cometimento deste delito. 2. A outra questão refere-se ao número excessivo de casos envolvendo feminicídios íntimos (mais de 90% dos casos), que deixa uma margem de dúvida sobre a eficácia do funcionamento do sistema de justiça em relação aos feminicídios cometidos por estranhos (feminicídios públicos). Para buscar responder a estas questões, parto de um olhar socio-jurídico feminista e recorrerei às Teorias Feministas do Direito e suas reflexões sobre o Feminicídio.

Palavras chave: Feminicídio, decisões judiciais, Brasil

XI-APS-56229 -Ao trabalho os seus direitos: a regulação laboral pela experiência dos trabalhadores

Andreia Santos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Nos últimos anos tem-se assistido progressivamente à transformação do carácter imanentemente social do direito do trabalho e a formas de dominação política que promovem uma maior opacidade sobre os direitos substantivos, com reflexo no aumento da precariedade laboral, das desigualdades sociais e da perda progressiva do rendimento das famílias. Mais recentemente, a crise financeira em 2008, resultou na implementação de um regime austeritário em vários países da Europa, o qual se veio a afirmar não somente como um modelo económico, como também um modelo de regulação político-jurídico. A revisão das leis laborais resultou em múltiplos processos de desvalorização económica e pessoal, fazendo da vulnerabilidade, da insegurança e do medo, categorias analíticas tanto da esfera jurídico-laboral como da esfera social dos indivíduos. É por isto, que muito embora a austeridade tenha perdido o seu papel de comando, a verdade é que os seus efeitos ainda ecoam no momento atual. Tomando como cenário a realidade portuguesa, pretende destacar-se a importância da regulação laboral no funcionamento das sociedades e na construção de sociedades mais justas e igualitárias. Assim, propõe-se a contraposição de dois paradigmas das relações laborais de forma a questionar o valor e o lugar do trabalho e avaliar as opções políticas e económicas face à regulação laboral. Por um lado, o paradigma da austeridade em Portugal que seguiu a linha da contínua flexibilização da legislação

laboral enquanto instrumento para a resolução de problemas económicos e, por outro lado, a conceção do trabalho digno da Organização Internacional do Trabalho (OIT) subjacente a uma perspetiva de valorização da segurança socioeconómica, decorrente da importância da multidimensionalidade do trabalho, abrangente a todos os aspetos da vida dos indivíduos. No contexto desta tensão pretende apurar-se as perceções e representações dos trabalhadores/as através da forma como estes elementos se traduzem na sua experiência concreta. Seguindo uma perspetiva teórica ancorada na sociologia e na sociologia do direito, privilegia-se uma abordagem qualitativa com base em entrevistas semiestruturadas a trabalhadores/as sobre as alterações à legislação laboral resultante do período de austeridade em Portugal (2011-2014), de modo a perceber quais os impactos e consequências destas alterações nas suas vidas. Na prática, irá colocar-se em confronto as principais alterações da Lei nº 23/2012 de 25 de junho, face às dimensões da segurança socioeconómica associadas ao trabalho da OIT. Apresentando-se uma análise preliminar da informação até então obtida, o objetivo é o de realçar a importância do aprofundamento sociojurídico da realidade laboral, demonstrando como o trabalho e os seus direitos são elementos fundamentais face à justiça e bem-estar social.

Palavras chave: Direito do trabalho; austeridade; trabalho digno

XI-APS-57221 -As condições de trabalho nas comarcas de Coimbra e Lisboa: um estudo exploratório

Filipa Queirós - Centro de Estudos Sociais

Paula Casaleiro - Centro de Estudos Sociais

João Paulo Dias - Centro de Estudos Sociais

Conceição Gomes - Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

Os tribunais representam lugares múltiplos. Tanto se configuram como órgãos de soberania e de poder, como espaços de trabalho. Contudo, esta última faceta é a menos reconhecida quer socialmente, quer junto do meio académico. O projeto “QUALIS - Qualidade da Justiça em Portugal! Impacto das condições de trabalho no desempenho profissional de juízes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, colmata esta lacuna estudando a evolução das condições de trabalho dos profissionais judiciais em Portugal, atribuindo especial atenção aos impactos no seu desempenho profissional e, de um modo mais amplo, na qualidade da justiça. Com base em 11 entrevistas exploratórias conduzidas com representantes dos sindicatos de magistrados e de funcionários e com membros dos conselhos de gestão das comarcas de Coimbra e de Lisboa, este artigo debruça-se sobre as condições de trabalho nestas comarcas. A escolha destes locais como estudo de caso prendeu-se com critérios que se relacionam com a sua dimensão e abrangência territorial permitindo um retrato, ainda que parcelar, da

heterogeneidade do mapa judiciário português. O conceito de condições de trabalho é muito amplo, englobando diferentes dimensões. Da análise das entrevistas destacam-se sobretudo as dimensões físicas – tais como o estado de conservação, climatização dos edifícios e a sua adequação para as funções nele desempenhadas –, e organizacionais das condições de trabalho nos tribunais – tais como a gestão processual e de recursos humanos. Sendo notório que a reforma do Mapa Judiciário de 2013 teve um impacto relevante em vários aspetos no funcionamento diário dos tribunais, nomeadamente na intensidade do trabalho e na distribuição do trabalho e dos recursos humanos, estes são diferentemente percecionados e avaliados pelos entrevistados de acordo com a sua categoria profissional, a área geográfica, o edifício onde desempenham as suas atividades profissionais ou o papel que assumem em termos institucionais e/ou associativos. A partir da análise de conteúdos das entrevistas, é possível mapear um roteiro de problemas e preocupações, cujas repercussões e impactos no dia-a-dia dos tribunais são, em regra, pouco considerados pelas entidades competentes em garantir uma justiça efetiva e com qualidade. A partir desta metodologia qualitativa exploratória do trabalho realizado no projeto QUALIS apresentaremos as principais conclusões a que chegamos.

Palavras chave: condições de trabalho, profissões judiciais, entrevistas, perceções laborais, papel institucional

XI-APS-58989 -Pensar sobre os edifícios dos tribunais e suas arquiteturas em tempos de pandemia: que impactos presentes e futuros?

Patrícia Branco - CES-UC

Comunicação Oral

Com a irrupção da pandemia Covid-19 o acesso ao espaço físico dos tribunais ficou limitado, levando, em Portugal, ao cancelamento de quase 50 mil diligências nos tribunais de 1.^a instância. Assistiu-se, por outro lado, a um incremento do teletrabalho, do uso das videoconferências, bem como à disponibilização de uma plataforma online para os tribunais realizarem virtualmente as diligências e os julgamentos (a Webex, uma ferramenta da Cisco licenciada pelo Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça). Há quem fale de um ‘choque tecnológico “brutal”’. Se é certo que nem sempre a tecnologia colabora, sabe-se também, pois muitas foram as queixas, que a reabertura dos tribunais não foi feita de forma serena, já que nem todos os edifícios se encontravam preparados para implementar as medidas de distanciamento impostas. Contudo, e para lá destas falhas, que surgiram na sequência da implementação de medidas emergenciais, importa refletir nas consequências que todo este processo terá sobre os edifícios dos tribunais e sua importância para o sistema judicial. Para usar a expressão do sociólogo alemão Werner Gephart, a arquitetura dos tribunais serve para petrificar a cultura jurídica, expressando assim um duplo objetivo: declarar a ordem normativa da sociedade e reproduzir o poder do direito. A primeira grande

questão é: até que ponto o sentido imaterial do Estado de Direito está vinculado à sua realização simbólica num edifício? Que tipo de mutação sofrerão os tribunais? Como repensar arquiteturas e designs? Qual o impacto que a passagem forçada ao tribunal virtual terá nas comunidades e na relação dos tribunais com o local? Que impacto terá nos profissionais da justiça? Que impacto terá ao nível do acesso à justiça? Quais as oportunidades que poderão surgir? E quais os limites ou obstáculos a que teremos de estar atentos? Estas questões obrigam-nos a analisar os tribunais que temos, as medidas que foram implementadas, e a pensar sobre o futuro, e os tribunais que queremos.

Palavras chave: Tribunais, Portugal, Pandemia, Arquitetura

XI-APS-59459 -O regresso ao "manda quem pode, obede quem deve"

António Garcia Pereira - Socius e ISEG

Comunicação Oral

O Direito, o “novo normal” e a gestão científica do medo Em época de pandemia, as práticas, os “tiques” e os traços característicos das sociedades ditatoriais intensificaram-se e fortaleceram-se de forma muito marcada. Perante a fraqueza dos princípios próprios duma sociedade democrática e de quem verdadeiramente os defenda e pratique, assistimos, inclusive no campo do Direito e da Justiça, à reedição, ainda que sob algumas vestes aparentemente “modernas”, das velhas teses nazis da plena legitimidade da autoridade executiva máxima e das suas leis, bem como de que os fins justificariam afinal todos os meios, por mais brutais e ilícitos que eles se revelem. Tudo isto é acompanhado de uma política de uso do choque sobre os cidadãos e da gestão científica do medo (do medo do outro, do diferente, do migrante, do estrangeiro, do de outra etnia ou religião, ou até simplesmente do que pensa diferente) e do silenciamento de todas as vozes divergentes, sob o singular “argumento” de que “em tempo de incêndios não se atacam os bombeiros”... Procura deste modo impor-se, em nome do “novo normal”, a lógica do estado de sítio ainda que não declarado, formulando todas as teorias e pondo em marcha toda a sorte de medidas e de processos de sucessiva supressão de direitos - tidos por “inconvenientes” ao bom funcionamento das autoridades – sejam eles individuais (como o direito à privacidade, à liberdade de reunião ou de deslocação, ou ainda à inviolabilidade do domicílio), sejam colectivos (como o direito de associação, de negociação colectiva ou o direito à greve). É assim que, sempre sob o repisado discurso de que “o mundo mudou e nós também temos que mudar” e o reviver das velhas máximas fascistas do “manda quem pode, obedece quem deve” ou do “se soubesses quanto custa mandar, mais suave seria a tua obediência”, se vai afinal processando, noutros pontos do mundo e também entre nós, a construção de verdadeiras sociedades proto-fascistas, que são o oposto daquilo que as suas representações formais proclamam. António Garcia Pereira

Palavras chave: Pandemia ; medo ; princípios ; ditadura

XI-APS-60291 -Transconstitucionalismo e excecionalismo: desafios à justiça global

António Casimiro Ferreira - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Marina Henriques - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A sociologia das constituições, com a sua heterogeneidade paradigmática interna, é fundamental para a compreensão da complexidade das sociedades modernas em crise e, simultaneamente, para a promoção dos direitos fundamentais, afastando um entendimento formal da relação entre direito e sociedade e afirmando, perante o normativismo constitucional canónico característico das abordagens do positivismo e liberalismo jurídicos, a “viragem sociológica” para o estudo do constitucionalismo. No atual contexto sociopolítico vivido em Portugal e na Europa, esta reflexão reconhece o lugar ocupado pelas constituições enquanto pacto político que estrutura as sociedades democráticas, mas também enquanto elemento interdependente face às dimensões sociológicas constitutivas das próprias sociedades. Mais de uma década decorrida após o eclodir da crise que teve início em 2008, evidencia-se a persistência de um clima político, económico e social depressivo e de um processo de institucionalização das medidas de exceção jurídica e das políticas de emergência. A norma-lização manifesta e latente da exceção e emergência político-jurídicas tem, por isso, o efeito perturbador da eterna presença e convocação, dado constituir-se como um status quo que torna aceitável a suspensão dos valores políticos e sociais constitucionalizados, tornando o constitucionalismo de exceção como um modo de governação pela necessidade e não pelo consentimento democrático. O mundo do trabalho constitui uma janela de observação particularmente interessante para compreender o modo como as constituições e os direitos fundamentais podem institucionalizar formas de reprodução do direito e da política que funcionem como elementos centrais das estruturas sociais em geral. Assim, e considerando o objetivo geral de refletir sobre os problemas constitucionais da sociedade mundial do trabalho, nomeadamente no que diz respeito à efetividade dos direitos fundamentais no trabalho, o lugar ocupado pelas constituições nas sociedades contemporâneas integra um potencial analítico que interessa explorar. A análise apresentada considera a relevância das constituições no contexto recente de crise, austeridade e exceção, centrada na tensão entre o trabalho digno e o direito do trabalho de exceção associado ao neoliberalismo. Esta reflexão traz para o debate o modo como, ao longo do século passado, a Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seus princípios foram fundamentais para o mundo laboral e a promoção da justiça social. Trata-se de conhecer a influência do constitucionalismo da OIT em Portugal, considerando a sua relevância na projeção internacional dos direitos fundamentais no trabalho através da

sua agenda global assente, entre outros, no trabalho digno e nos core labour standars.

Palavras chave: Transconstitucionalismo, excecionalismo, justiça global, trabalho digno

XI-APS-62590 -A apropriação dos direitos fundamentais: das revoltas urbanas em França à interculturalidade dos direitos

Nathalie Nunes - Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O espaço urbano é conformado por inúmeras e complexas redes, tensões, conflitos e interações, nomeadamente no caso das áreas suburbanas marcadas pela exclusão. Estas têm beneficiado de atenção e investimento, seja por meio de políticas, programas e projetos públicos para uma regeneração urbana inclusiva, seja por meio de investigações que ajudem a compreender os fatores explicativos da sua condição de exclusão e as alternativas para a inclusão. É com este ponto de partida que a presente proposta de comunicação visa pôr à prova científica a construção do quadro metodológico de um projeto de tese de doutoramento, cujo objetivo é explorar as dimensões sócio-político-legais estruturantes tanto da exclusão social como da cidadania ativa em bairros suburbanos. Assume-se como premissa a ausência de vários direitos de cidadania assim como a sua reivindicação e apropriação, considerando-se o direito não apenas em relação à ordem que produz, mas também nas expectativas, nas aspirações, nas reivindicações da sociedade e dos membros que a compõem. Pretende-se estudar os casos de associações nascidas das revoltas urbanas ocorridas em França em 2005 para dar voz aos bairros suburbanos, analisando-se a emergência de novos sujeitos políticos mobilizadores de direito. Esses eventos já foram analisados como fundadores e estruturadores para a socialização política de uma geração de jovens habitantes dos 'bairros sensíveis'. A linguagem dos direitos e a sua reivindicação são identificados no discurso dos 'revoltados', designadamente na economia moral da discriminação expressa por eles e na sua experiência de negação de reconhecimento. Todavia, a leitura sobre as revoltas carece de uma análise mais aprofundada sobre a mobilização do direito, em particular quanto ao ativismo sobre os direitos de cidadania. Por essa razão, e tendo em vista o desenvolvimento do projeto europeu URBiNAT com enfoque na regeneração urbana inclusiva de bairros suburbanos, propõe-se aprofundar tal reflexão recorrendo a vozes sociais e políticas para a apropriação dos direitos fundamentais e do direito à cidade em outros contextos urbanos de exclusão. Os atributos identificados, quer seja no caso francês, quer seja no caso do projeto URBiNAT, contribuirão na construção de um quadro intercultural de práticas emancipatórias e democráticas alternativas que informem uma cidadania inclusiva em bairros suburbanos.

Palavras chave: revoltas urbanas; exclusão social; apropriação dos direitos; cidadania

XI-APS-67206 -A construção discursiva do poder punitivo nos programas eleitorais dos partidos políticos no Portugal democrático

João Estevens - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA)

Comunicação Oral

Com a recente ascensão de partidos populistas no interior dos sistemas de partidos democráticos, os discursos que exigem uma maior afirmação do poder punitivo do Estado têm-se difundido em toda a Europa. Em Portugal, o surgimento do CHEGA trouxe discursos centrados numa narrativa da ordem e da nação, que têm ganho visibilidade no espaço público. Estas mudanças refletem-se em propostas para o governo da justiça penal, o combate à criminalidade, o funcionamento das prisões e das polícias. É em torno destas dimensões que os partidos políticos estruturam as suas narrativas, que resultam de uma natural combinação entre as ideologias e os interesses estratégicos. Assim, é importante olhar para os discursos sobre o poder punitivo não apenas como reflexo de uma conjuntura política, mas também como o resultado de um percurso histórico onde assume diferentes significados e características. Esta comunicação centra-se na construção do discurso sobre o poder punitivo no Portugal democrático, contextualizando a sua evolução. Para tal iremos analisar os manifestos eleitorais dos partidos políticos com representação parlamentar (1976-2019), procurando variações no tempo e no espectro ideológico do sistema de partidos. O objetivo é compreender: (1) as direções apontadas pelos partidos políticos para o poder punitivo do Estado – situando as suas narrativas em função de quadros ideológicos – e (2) a importância da história da construção democrática na estruturação dessas narrativas partidárias. A análise abrange um período de grandes transformações legais no poder punitivo do Estado em Portugal, reconstituindo e problematizando a forma como estas derivam do posicionamento dos partidos políticos sobre o tema. Explora-se a relação entre a política, o direito e a sociedade numa perspetiva da história recente, olhando para uma sociologia histórica do Estado, pensada a partir do processo de democratização. Considera-se, por um lado, a natureza revolucionária da trajetória para a democracia como um vetor decisivo na forma como aconteceu a reorganização do poder punitivo do Estado. Na fase de consolidação democrática, os novos partidos políticos construíram as suas narrativas com recurso à história – com o intuito de legitimar ou deslegitimar opções estratégicas partidárias – e às mobilizações sociais – que exigiam maior liberdade e igualdade entre os cidadãos, em particular no que concerne uma maior permissividade moral face aos valores tradicionais do anterior regime. Não obstante a efetiva democratização do poder punitivo, Portugal continua a apresentar uma das taxas de encarceramento mais elevadas da Europa. Esta aparente contradição e a forma como tem vindo a ser gerida e interpretada ao longo dos anos, permite-nos entender a variabilidade

de posições face ao tema e contextualizar a especificidade da narrativa securitária e punitiva de partidos como o CHEGA no contexto democrático português.

Palavras chave: punição, democracia, partidos políticos, análise de conteúdo

XI-APS-67370 -Os maus tratos a animais em Portugal - da criminalização à primeira condenação

Catarina Cardoso - UICCC.ISMAI

Nuno Sales - UICCC.ISMAI

Mariana Soares - UICCC.ISMAI

Susana Costa - CES Coimbra e ISMAI

Vera Duarte - ISMAI e CICS.NOVA

Comunicação Oral

Desde finais do século XX existe uma preocupação crescente com o bem-estar animal. Porém, os tempos atribuídos, a legislação e, sobretudo, a criminalização dos maus tratos a animais têm sido lentos e distintos. Portugal dá um passo significativo com vista à proteção dos animais em 2014 (lei nº 69/2014, de 29 de Agosto), ainda assim, uma lei envergonhada que apenas punia os maus tratos a animais com contraordenação. É com a Lei n.º 8/2017, de 3 de março que os maus tratos a animais passam a ser um crime punível com pena de prisão. O tema assume ainda mais pertinência quando vários estudos sugerem que os maus tratos a animais são um preditor da violência interpessoal e que quem maltrata um animal foi maltratado em criança. Para diminuir a propalada invisibilidade do fenómeno, surge o projeto de investigação “A relação entre os maus tratos aos animais e a violência interpessoal”, uma parceria entre a Univ. Camilo José Cela de Madrid e o ISMAI, Portugal. Com projeto, pretende-se aprofundar o conhecimento da violência contra os animais e como este é um indicador preditivo a ser considerado pelos órgãos de controle social envolvidos. Nesta comunicação pretende dar a conhecer a lei que criminaliza os maus tratos a animais, alguns dados estatísticos acerca desta realidade e apresentar os primeiros casos chegados à justiça portuguesa, discutindo as implicações sociológicas da criminalização dos maus tratos e a importância criminológica da análise da relação entre os maus tratos e a violência interpessoal

Palavras chave: maus tratos aos animais, criminalização, legislação

XI-APS-69701 -Parliamentary Discussions on Terrorism and Counter-Terrorism in Portugal

Eunice Castro Seixas - SOCIUS/CSG, Universidade de Lisboa – Portugal

Comunicação Oral

The subject of terrorism tends to attract more attention on the part of the media when terrorist attacks occur, and not necessarily when important law proposals and anti-terrorist policies are discussed in the national parliament. In the case of Portugal, which unlike other European countries, has not, in the last two decades, been the target of terrorist attacks, it is possible that important laws and policies related with terrorism have gone unnoticed by the general public. And this is why it is so important to analyse parliamentary debates on terrorism and counter-terrorism at the national level. This paper seeks to do so in the context of Portugal post 9/11 until the present, in order to uncover the main discursive constructions around terrorism and counter-terrorism, and examine the resonance of securitization moves within the Portuguese political context. More specifically, following a sociopolitical strand of Critical Discourse Analysis – CDA (Fairclough, 1992), the analysis will show how MEPs from the right and the left mobilize certain discursive strategies to argue for or against the enforcement of specific counter-terrorism laws and strategies. Three main discursive constructions are uncovered, all three of these related less with the interpretation of the terrorism phenomenon and more with the response to terrorism or counter-terrorism measures. All of these reveal differences between left and right, but very few if any, among the left or right blocs. Furthermore, in general, these discursive constructions do not change significantly since 9/11 until the present, revealing a consistency of the ideological positions within the parliamentary groups. The first of these discursive constructions relates to the strategic use of fear in the counter-terrorism discourse; the second concerns the dialectics between security and freedom and the third concerns the discursive presentation of Portugal within the supranational institutions of EU, UN and NATO. These discourses are presented and discussed in light of the international political context on fighting terrorism, and the attacks that have taken place in the US and Europe.

Palavras chave: terrorism, counter-terrorism, Parliament, Portugal

XI-APS-72563 -O potencial transformador da formação judicial para a promoção e proteção dos direitos fundamentais

Conceição Gomes - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Marina Henriques - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A crescente precarização e volatilização de direitos confronta quotidianamente as instituições e os atores judiciais com a mobilização do quadro jurídico de direitos fundamentais, cuja aplicação ocorre num contexto de enorme complexidade social. Para responder com qualidade a esses desafios, é fundamental não apenas conhecer os conteúdos dos principais instrumentos jurídicos de proteção de direitos fundamentais, designadamente a Constituição, convenções várias e, no quadro europeu, em especial, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, mas também estar sensibilizado e ser proactivo na mobilização desses instrumentos. Para isso, é primordial o desenvolvimento de políticas e de programas de formação comprometidos com a perspectiva dos direitos fundamentais, atentos à compreensão sociojurídica dos fenómenos que estão no lastro dos casos que os mobilizam. Só essa capacitação dos atores judiciais permite criar condições para que o sistema de justiça contribua de forma relevante para a redução das desigualdades sociais e para o aprofundamento da cidadania. Embora sejam escassos os estudos sociojurídicos com uma perspectiva crítica sobre esta matéria, as reflexões e os indicadores conhecidos tendem a serem consensuais em torno de duas ideias. Por um lado, a centralidade da formação judicial para uma efetiva mobilização e aplicação dos direitos fundamentais e, por outro lado, a escassa atenção que as políticas e os programas de formação dos atores judiciais lhes atribuem. Partindo de um estudo que tinha associado o desenvolvimento de um programa de formação avançada, coordenado pelo Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em colaboração com instituições académicas de Espanha, Holanda e Polónia sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, procuramos debater as condições para a transformação da formação profissional dos atores judiciais no sentido de endogeneizar e enraizar aquela perspectiva. No caso da Carta, os estudos conhecidos evidenciam uma baixa aplicação, salientando que, em grande parte, se deve ao baixo conhecimento dos profissionais do seu conteúdo e dos critérios e condições da sua mobilização. No caso português, o inquérito realizado, no âmbito daquele estudo, a juízes, magistrados do Ministério Público e advogados, com o objetivo de diagnosticar as principais carências formativas no que diz respeito à aplicação da Carta, identificou, tanto o reconhecimento da importância da formação naquelas matérias por parte dos inquiridos, como o carácter transversal da escassez de formação e conhecimento sobre as mesmas. Apenas 13% dos respondentes tinham frequentado programas de formação sobre a Carta, tratando-se, na sua maioria, de ações de curta duração e com um âmbito temático geral sobre a sua aplicação, princípios e fundamentos.

Palavras chave: Direitos fundamentais, mobilização do direito, formação judicial

XI-APS-73895 -Trabalhar nos tribunais: resultados preliminares do inquérito às condições de trabalho das profissões judiciais

João Paulo Dias - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Os tribunais são comumente analisados e avaliados pelo seu desempenho funcional e pelos resultados dos processos judiciais. Contudo, tal como qualquer outra organização complexa que assegura um serviço público fundamental, raramente se questionam as condições de trabalho em que os seus profissionais exercem as suas funções, ao contrário do que ocorre, por exemplo, nos serviços de saúde. Esta é, no entanto, uma variável crucial do desempenho dos tribunais e condicionante da qualidade da justiça administrada. O projeto “QUALIS - Qualidade da Justiça em Portugal! Impacto das condições de trabalho no desempenho profissional de juizes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, tem como objetivo estudar as condições de trabalho das profissões judiciais em Portugal, procurando avaliar os seus impactos no desempenho profissional e, por conseguinte, na qualidade da justiça proporcionada aos cidadãos. Este estudo compreende três dimensões: 1) a dimensão legal/funcional que implica o estudo das transformações legislativas ao nível da organização judiciária, distribuição territorial ou competências profissionais; 2) a dimensão subjetiva que compreende a auscultação dos profissionais relativamente às condições de trabalho, motivações profissionais, volume processual ou stresse profissional; e 3) a dimensão objetiva que inclui as condições de trabalho em duas vertentes: o ambiente de trabalho (espaço físico, equipamentos, informática ou organização) e as relações de trabalho (horário de trabalho, remunerações ou volume processual). A presente comunicação irá apresentar os resultados preliminares do inquérito aplicado às profissões judiciais, identificando as suas perceções sobre os principais problemas no que respeita às condições de trabalhos. O inquérito online foi aplicado à totalidade dos profissionais a trabalhar nos tribunais (mais de 10 mil), contando com a colaboração dos órgãos de governação e de gestão do judiciário (do governo e do poder judicial) e de outras entidades relevantes do sistema de justiça. Um serviço de justiça eficaz, célere, justo e equilibrado depende, não apenas do quadro legislativo, mas igualmente de outros fatores, entre eles, das condições que são proporcionadas aos seus profissionais para atingir tais desideratos.

Palavras chave: Condições de trabalho, profissões judiciais, inquérito, desempenho dos tribunais, qualidade da justiça

XI-APS-75325 -O regime especial para jovens adultos que cometem crimes no atual plano judicial – articulações e tendências.

João Pedroso - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia

Patrícia Branco - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Maria João Guia - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito

Comunicação Oral

O direito penal português compreende um regime especial, criado em 1982, aplicável a jovens adultos que cometem crimes (com idades entre os 16 e os 21 anos), e que prevê a redução da pena e/ou a aplicação de medidas educativas específicas (DL n.º 401/82, de 23/09). No entanto, como noutros países europeus, a aplicação deste regime é opcional. Com o objetivo de compreender como o sistema jurídico e judicial português responde aos jovens adultos que cometem crimes está em curso o projeto de investigação YOUTHRESPONSE. Este é um estudo inovador em Portugal, uma vez que os estudos sociojurídicos existentes centram-se ou nos adultos ou na delinquência juvenil. No âmbito deste projeto apresentar-se-ão os primeiros resultados da investigação preliminar efetuada até ao momento, o que se fará em relação aos seguintes eixos de análise: 1. Contexto social: a caracterização sociodemográfica dos jovens adultos, oriundos sobretudo das grandes áreas urbanas, em especial da área metropolitana de Lisboa; 2. As articulações ao nível do sistema: a (indispensável, mas inexistente) interatividade com a Lei Tutelar Educativa (justiça juvenil); e 3. Cenário atual: a tendência crescente de punição e acumulação de dispositivos de controlo e de intervenção judicial, a ausência de programas de apoio e de reinserção social, e a necessidade de atualização do regime.

Palavras chave: jovens adultos; punição; controlo; justiça juvenil;

XI-APS-76591 -**Armadilhas da criminalização e da pobreza**

António Pedro Dores - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Nos estudos prisionais o nacionalismo metodológico apresenta o Brasil como o terceiro país do mundo com mais presos, a par da China, dos EUA, da Rússia. É uma surpresa saber que o estado da Bahia tem menos presos por habitante do que Portugal. O institucionalismo metodológico presume que as instituições vivem como se não estivessem permanentemente abertas ao exterior, em luta pela própria legitimação e sobrevivência. Como se as prisões e os processos de reinserção social institucionalmente organizados não fossem parte de fileiras de instituições com finalidades múltiplas, como as escolas, os hospitais, a justiça, etc. Aos nacionalismo e institucionalismo metodológicos soma-se os métodos disciplinares. A subdisciplina de estudos penitenciários refere-se às ciências sociais de modo disciplinar: cada investigador responde sobretudo à sua disciplina base, criminologia, direito, sociologia, antropologia, economia política, partilhando com os restantes um mesmo objecto de estudo,

como que autopsiado. As penas vão-se transformando. Do esquarteramento dos condenados ou da sua deportação à burocratização das penas, por multas ou por detrás de muros penitenciários. A história recente desta evolução criou prisões para crianças, para mulheres com filhos, para adictos de drogas, para migrantes; prisões em dias livres, domiciliárias, com ou sem pulseira electrónica, serviço à comunidade, repatriamento e outras alternativas. Nas últimas décadas, o número de prisioneiros subiu grandemente. O número de pessoas condenadas a ficar sob tutela judicial incluindo as alternativas à prisão, aumentou ainda mais. O falhanço histórico das penitenciárias em favorecer a reinserção social não inibe os estudos penitenciários de se manterem fiéis às finalidades declaradas e incumpridas. Distraem-se caracterizando as prisões como se fossem problemas nacionais. Por outro lado, alheiam-se do estudo da fileira de produção e gestão de recursos humanos. A par do sistema de progressão e certificação escolar, os apoios sociais e os controlos policiais detectam pré-delinquentes. Sinaliza-nos como os e as marginais de amanhã, incapazes de acções preventivas eficazes. Os territórios educativos de intervenção prioritária e as escolas inclusivas referem-se a isso, sem verdadeiramente o assumirem. Vítima de profecias que se auto-realizam, quem é apoiado e vigiado desde criança, ao reconhecer a duplicidade do apoio, ora se resigna, ora se antagoniza com tudo e com todos. As ciências prisionais, ao invés de reconhecerem a armadilha da pobreza (e da criminalização), naturalizam a classificação de preso/a, saltando para a promoção de processos de reintegração que dão empregos mas se revelam, em toda a parte, incapazes de reverter o efeito perverso dos encarceramentos sucessivos de que é vítima o preso/a típico/a, inviabilizando à partida qualquer desenho útil de acção social.

Palavras chave: prisão; recursos humanos; disciplina; ciências sociais

XI-APS-79050 - **“Insider researcher em ambiente prisional: Denominadores comuns e diferenças com investigadores externos”**

CLAUDIA RESENDE - DGRSP / CICS.NOVA.FCSH

Comunicação Oral

Esta comunicação pretende refletir sobre a falácia da separação metodológica que possa ser estabelecida entre os investigadores internos e os investigadores externos no que toca à pesquisa qualitativa feita em seio prisional. Será defendido que ambos pretendem o escrutínio sociológico da esfera prisional, podendo conhecer embates metodológicos com pontos de similitude entre si. Uma vez feita a opção de se fazer uma abordagem de cariz qualitativo no âmago prisional, tanto os investigadores insiders como outsiders podem deparar-se com limites e impasses a processos científicos que podem ser considerados intrusivos por quem se encontra recluso. A partir de dentro ou a partir de fora, os que queiram aprofundar os seus conhecimentos do sistema prisional, necessitam de adotarem uma permanente e transversal postura de reflexividade numa equação de

multiposicionalidades. Além do mais, os matizes de (des)confiança (Gomes e Granja, 2020) suscetíveis de ocorrer nos processos de investigação no meio prisional promovidos por outsider researchers podem ter apontamentos de intersecção com os deparados por insider researchers. Assim sendo, será revisitada uma incursão de pesquisa de campo desenvolvida no âmbito do percurso académico da proponente em que foi possível identificar que o “acolhimento institucional” nem sequer foi uníssono, podendo ser elencado: a) uma maior empatia com os propósitos da investigação passível de ser encontrada nas faixas etárias mais novas do corpo de guarda prisional; b) uma co-identificação com pares da mesma carreira profissional que se plasmou numa enorme receptividade à sua presença quer dentro quer fora de muros; c) apontamentos de paternalismo masculinizado que se fez notar sobretudo por parte dos que exerciam funções na Direção do estabelecimento prisional. Será discutido de que o insider researcher pode ter vantagens comparativas no que toca ao acesso e permanência no espaço de reclusão tais como: a) estar a investigar um ambiente social que não lhe é estranho; 2) a fluidez na circulação intramuros; 3) deter competências profissionais que poderão ser particularmente incisivas nos moldes de questionar e descodificar o nexus prisional. Por comparação, o investigador externo ao contexto prisional pode ter outro tipo de capacidade de resolução científica que pode passar: a) pela inexistência de colagem a certas categorias profissionais; b) ao evitamento do excesso de familiarização (ou da ilusão da mesma) com o meio social em análise; c) exclusividade de tarefas o que permite outro tipo de liberdade de acesso empírico e de autonomia de análise, bem como de divulgação de resultados, etc. Em sùmula, mais importante do que encontrar a lógica dos opostos, é preciso fomentar o entrosamento de conhecimentos e troca de saberes entre investigadores internos e externos do sistema penitenciário, com vista a um mesmo fim: o aumento da transparência pública do universo prisional.

Palavras chave: Insider researcher, outsider researcher, investigação sociológica, estudos prisionais

XI-APS-80434 -Dentro do Castelo: pontes (in)visíveis entre a qualidade da justiça e as condições de trabalho

Luca Verzelloni - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Paula Casaleiro - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Teresa Maneca Lima - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O Castelo da Lei existe. É visível. Está potencialmente acessível. Mas a realidade demonstra, como bem descreveu Franz Kafka, que existem barreiras e dificuldades em entrar e aceder aos direitos e às garantias que só dentro do Castelo se podem recuperar ou mesmo concretizar. Existe uma ampla literatura sobre as condições que podem facilitar ou dificultar o acesso dos cidadãos à lei e à justiça, escasseiam, contudo, reflexões sobre como as

condições em que os profissionais dos tribunais exercem as suas funções judiciais influência o nível de qualidade da justiça e a capacidade de responder adequadamente à demanda de justiça que vem da sociedade. Chegou o momento de entrar, idealmente, dentro do castelo, ou seja, de estudar, de uma perspectiva interna e de maneira inovadora, os tribunais de justiça. O objetivo desta comunicação é explorar as pontes, até agora invisíveis, entre a qualidade da justiça e as condições de trabalho dos profissionais judiciais, nomeadamente juízes/as, magistrados/as do ministério público e funcionários/as judiciais. Esta reflexão é o resultado da revisão e análise da literatura internacional, por um lado, sobre a mudança do conceito de "qualidade da justiça" no período 1950-2019 e, por outro, sobre as condições de trabalho de juízes/as, magistrados/as do ministério público e funcionários/as. As conclusões exploratórias desta apresentação pretendem propor uma nova agenda de investigação, que seja capaz de superar as fronteiras disciplinares, combinar diferentes abordagens teórico-metodológicas e desenvolver novos métodos e indicadores quantitativos e qualitativos, contribuindo para a análise das lógicas de funcionamento dos tribunais de justiça nas sociedades contemporâneas. Este é o caminho para abrir o castelo, ou seja, para superar a tradicional opacidade das instituições de justiça e aproximá-las dos cidadãos.

Palavras chave: qualidade da justiça; condições de trabalho; castelo da lei; pontes invisíveis

XI-APS-81107 -Sujeição criminal e busca pela justiça nas audiências de custódias em Natal/RN

Raphaella Pereira dos Santos Câmara - Universidade de Lisboa - ICS

Comunicação Oral

Este trabalho resulta de uma pesquisa de campo na Central de Flagrantes do Tribunal de Justiça, localizado no Bairro da Ribeira, em Natal, RN. Em termos jurídicos, a audiência de custódia é um instrumento processual determinando que o preso em flagrante seja conduzido para autoridade judicial, em um prazo de 24 horas. A ideia é dar andamento processual mais rápido na esfera penal. Sua finalidade é também analisar se os direitos fundamentais e civis foram respeitados e para avaliar a legalidade da prisão e a necessidade da sua manutenção, nos termos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). Outra questão importante diz respeito à prevenção, combate a tortura, maus-tratos contra os flagranteados que não obstante são muito frequentes em prisões em flagrante. A partir disso, busco compreender o procedimento da audiência de custódia, analisar as formas de tratamentos, os direitos humanos como forma de tutela e proteção na prática e teoria, além de outros aspectos fundamentais para entendermos melhor esse sistema de busca pela justiça e reconhecimento dos direitos justos e dignos de todos os cidadão, independente da condição de liberdade ou prisão. Por outro lado, pretendo discutir a respeito dos conceitos de cidadania, de justiça nesse contexto, entendendo as audiências de custódia como um

instrumento de justiça que não resolve conflitos, apenas os administra, faz a gestão da punição que é marca do próprio sistema de justiça criminal. Nesse contexto, a prisão se apresenta como instituição onde os custodiados sofrem com a sujeição criminal e estigmatização, tendo suas identidades e papéis sociais moralmente atingidos pela prisão em flagrante e construção da imagem do “criminoso” e não do cidadão de bem. Nos ambientes das audiências de custódia costumam ser indesejados, sofrer humilhações e passar por situações de sofrimento, que envolvem também seus parentes. Para dialogar com esses dados, mostrarei alguns relatos de meus interlocutores sobre as audiências de custódia e que dizem respeito à vontade de serem reconhecidos como “pessoas” dignas moralmente. Penso, por fim, a audiência de custódia como um espaço de disputas e encobrimentos, que vão se tornando mais evidentes à medida que os atores interagem entre si e buscam manipular os papéis sociais que desempenham.

Palavras chave: Sujeição; violência; direitos; justiça.

XI-APS-81518 -O silêncio do arguido, a culpa da vítima: desafios da justiça perante o crime de violência doméstica

Ana Sofia Monteiro Maia - Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria Isabel Correia Dias - Socióloga e Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Maria Teresa de Teixeira de Simões Morais - Procuradora Geral da República do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto

Comunicação Oral

A criminalização da violência doméstica, fenómeno que tradicionalmente vigorou como «tabu», veio dar resposta aos mitos socialmente construídos do domínio privado que encontravam respaldo no sistema jurídico-legal. Na constituição deste tipo ilícito criminal, operam específicos direitos e deveres suscetíveis de permitir adequar desempenhos processuais. Ao arguido, cuja qualificação jurídica inspirou a presente comunicação, é assegurado constitucionalmente o direito à defesa, que o protege com base no princípio da presunção da inocência sem que, necessariamente, represente a total ou parcial veracidade dos factos. A livre orientação da sua postura pode, contudo, condicionar o acervo probatório e colidir com a colaboração dos restantes sujeitos, em particular, da vítima. Partindo desta premissa, o uso das virtualidades sociológicas é complementado pelas aptidões e informações adquiridas ao longo de uma experiência de estágio desempenhada no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) e no Juízo Local Criminal do Porto, ambas entidades idóneas, de natureza pública. Na ponte entre a teoria e o quotidiano na esfera profissional, foi construído o seguinte objeto de estudo - arguidos do crime de violência doméstica – e formalizada a próxima questão de partida: Como enquadrar o

direito à defesa dos arguidos no âmbito do processo crime de violência doméstica? No processo de operacionalização, a escolha estratégica recai num modelo misto que incorpora, como instrumentos de recolha e análise de informação, a observação direta de quarenta julgamentos, a análise documental e estatística de uma amostra composta por 196 processos criminais, organizados numa base de dados mediante o suporte do software de análise estatística IBM SPSS Statistics 25 e a entrevista semiestruturada aplicada às Procuradoras da 1ª secção do DIAP. Três passos metodológicos orientaram o trajeto sociológico: caracterização do arguido, caracterização do crime, caracterização do processo crime. Após o debruçar sobre a figura jurídica do suspeito da violência, os resultados evidenciam que, no decorrer das peças processuais, estratégias de defesa e/ou estratégias de desculpabilização são geridas, em sede de interrogatório e de julgamento. Porém, o silêncio – judicial – é o cenário mais escutado e o que confere salvaguarda ao arguido, despojando-o de possíveis presunções quanto à sua culpabilidade. Nestas condições, e levando em consideração as especificidades do crime de violência doméstica, o recurso a outros meios de produção de prova é uma possível medida para o equilíbrio entre direitos e deveres, sem que nenhuma figura seja priorizada em prejuízo de outra. Assim se revela a credibilidade e legitimidade de um sistema de justiça criminal funcional.

Palavras chave: crime de violência doméstica; arguido; vítima; processo crime

XI-APS-82438 -(Pre)dizendo o direito: uma etnografia das discussões no Brasil em torno do uso de mecanismos de automação e inteligência artificial em processos judiciais

Camila Balsa - Universidade Federal do Paraná - Brasil

Comunicação Oral

A utilização de pequenos comandos automáticos que facilitam o trabalho de profissionais de cartórios dos Tribunais brasileiro, até o uso de modelos chamados de “preditivos” para geração de decisões prontas para a análise de casos, têm sido pautas de inúmeros debates e impulsionado iniciativas no âmbito do judiciário brasileiro. Tecnologias de automação, manejadas há mais tempo na iniciativa privada, como em escritórios e em empresas criadas especificamente para levar seus usos estratégicos a litigantes de processos – lawtechs e legatechs – trouxeram profissionais de áreas diversas para o universo jurídico. A corrida por formulações de projetos no âmbito dos Tribunais, seguida por um período de indefinição entre a vigência parcial ou total da Lei Geral de Proteção de Dados - que visa estabelecer diretrizes para o uso de dados e de decisões automatizadas, e, de maneira contemporânea à entrega deste trabalho, a pandemia do Novo Coronavírus expandindo o uso de tecnologias nos Tribunais, reverberaram as vozes que discutiam o uso dessas aplicações como uma competência obrigatória para juristas. Seminários, Congressos, debates acadêmicos maratonas hackers e feiras de inovação do Poder Judiciário foram alguns dos eventos

visitados, em que diferentes agentes — membras e membros da advocacia, ministério público, judiciário, defensoria pública, estudantes, professoras e professores — apresentam criam, propõem e mostram as novidades tecnológicas no direito com profissionais de outras áreas. Diversas exposições orais e textos foram objeto dessa primeira etapa da etnografia, envolvendo observação participante em congressos presenciais (9) e online (5), e a análise bibliográfica, das redes sociais e de trâmites legais no período compreendido entre agosto de 2019 ao final de julho de 2020. Seguindo profissionais que mobilizam essas infraestruturas recentemente instaladas, foi possível perceber as diferentes visões a respeito da construção de uma nova realidade jurídica no Brasil. Juristas advertem sobre as lacunas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — uma versão baseada na General Data Protection Regulation (GDPR), a lei europeia de proteção de dados — e ressaltam que o próprio desenvolvimento de regulamentações e práticas será criado e ditado pelo debate acadêmico. A formação de estratégias de êxito judicial e o limite ético dessas práticas levantam discussões acaloradas em congressos. Simultaneamente, tribunais formulam diferentes sistemas, buscando inovações em sentido literal, expondo, entre si, o ineditismo de suas ideias. Tais eventos não apenas integram profissionais do direito com o de outras áreas, mas também trazem diálogos entre diversas subáreas do direito tradicionalmente afastadas. A etnografia prosseguirá no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e em escritórios de advocacia, Ministério Público e Defensoria Pública atuantes no Tribunal, na visualização das práticas entre pessoas e coisas nessa infraestrutura jurídica.

Palavras chave: Antropologia, Direito, Judiciário, Tecnologias, Infraestruturas.

XI-APS-83874 -A medicalização dos conflitos judiciais de família e das crianças

Paula Casaleiro - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Na presente comunicação procura-se observar a medicalização dos conflitos de família e crianças nos processos de regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais. Para tal adota-se uma definição ampla do conceito de medicalização, ou seja, medicalização é aqui entendida não apenas como a conversão de um problema social ou moral numa doença ou problema médico, mas como um processo que inclui a definição de um problema em termos médicos, usar linguagem médica para o descrever, adotar uma abordagem médica para o compreender, ou usar uma intervenção médica para o tratar. Assume-se ainda que a medicalização é um processo abrangente que pode ou não incluir diretamente profissionais e tratamentos médicos. Ou seja, a medicalização pode ocorrer em diferentes níveis, a nível conceptual, institucional e interaccional. Neste trabalho defende-se que não só ecoam pressupostos medicalizantes nas regras de atribuição da guarda das crianças, como existe uma tendência nos processos judiciais de regulação das responsabilidades parentais, conduzidos por magistrados, para reduzir e tratar os conflitos familiares a/como problemas

patológicos e adotar soluções médicas e/ou terapêuticas e não “exclusivamente” judiciárias, recorrendo ao apoio de psicólogos, médicos e psiquiatras. Assim, em primeiro lugar, desenvolve-se uma breve reflexão teórica sobre o conceito de medicalização e a sua aplicação ao direito e justiça de família e das crianças. E, em segundo lugar, a partir da análise de conteúdo de um conjunto de processos de regulação do exercício das responsabilidades parentais findos e de entrevistas a atores judiciais e não-judiciais observam-se os processos de medicalização dos conflitos e relações familiares não só através das avaliações psicológicas e das competências parentais dos progenitores e da aplicação de “medidas de cariz terapêutico” a pais e crianças, como da apropriação de conceitos da medicina e psicologia por magistrados e equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais no âmbito dos processos de regulação das responsabilidades parentais.

Palavras chave: regulação das responsabilidades parentais; medicalização; direito da família e das crianças; avaliações psicológicas e das competências parentais;

XI-APS-85996 -Paternidade em contexto prisional: Relacionamentos e impactos intergeracionais

Rafaela Granja - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho

Comunicação Oral

As ideologias que promovem o “novo paradigma” da paternidade têm-se disseminado na cultura popular, nos discursos de especialistas e nas políticas sociais atuais. Os pais são cada vez mais chamados a desempenhar um papel ativo na educação dos filhos. No entanto, a capacidade de pais (e mães) estarem ativamente envolvidos na vida das crianças é altamente condicionada por circunstâncias estruturais e contextuais e está inextricavelmente ligada ao acesso a recursos, como dinheiro, tempo, saúde e apoio social. Além disso, a parentalidade também se relaciona com trajetórias individuais e práticas socialmente situadas. Neste cenário, os pais reclusos, como uma categoria particular de homens desprivilegiados e criminalizados, têm permanecido à margem das políticas sociais. Nesta comunicação exploro como os homens reclusos gerem os relacionamentos com os filhos e refletem sobre os impactos intergeracionais da reclusão. Com base em 20 entrevistas com pais portugueses em situação de reclusão, o meu objetivo é duplo. Por um lado, explorar como tais indivíduos procuram (re)construir e/ou manter relações com seus filhos num contexto caracterizado pela separação imposta, restrições penais e escassez de recursos. Por outro lado, analisar como os pais reclusos refletem sobre os potenciais impactos intergeracionais da reclusão sobre os seus filhos. Tal cenário é ainda mais complexo considerando que alguns dos reclusos foram afetados pela reclusão dos seus próprios pais. Os resultados mostram que as escassas possibilidades oferecidas pelas prisões para “ser pai” entrelaçam tensões e inconsistências entre presença e ausência,

envolvimento e afastamento, exoneração e assunção de responsabilidades.

Palavras chave: paternidade, prisão, intergeracional, relações

XI-APS-86265 -Os acidentes de trabalho em Portugal e o direito à reparação: entre a conceção legal e uma análise jurisprudencial

Teresa Maneca Lima - Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A reparação dos acidentes de trabalho em Portugal continua a fundamentar-se numa conceção legal de acidente centrada em exclusivo num conjunto de requisitos que permitem classificar um acidente como de trabalho e na delimitação das suas consequências às dimensões do dano físico e económico. Estes argumentos, que fundamentam juridicamente a descaracterização do acidente, forçam o recurso aos tribunais, limitam o acesso à reparação e contribuem para que o acidente de trabalho se apresente como uma vulnerabilidade “quase” invisível aos olhos do direito e da justiça. Do ponto de vista social, um acidente de trabalho é passível de transformar as trajetórias dos trabalhadores, com consequências que vão além da perda de rendimento ou da redução da capacidade de trabalho. Todavia, não são estas que entram na delimitação jurídico-legal de acidente de trabalho e que dão lugar à reparação. Partindo da análise da realidade dos acidentes de trabalho em Portugal e do reconhecimento dos impactos concretos dos acidentes de trabalho na vida e percurso dos trabalhadores e suas famílias e admitindo que o direito é um saber controverso, esta comunicação tem por objetivo discutir o conceito legal de acidente de trabalho em Portugal e o modo como a jurisprudência o tem interpretado. Por outras palavras, pretende-se olhar não apenas para a *law in books*, mas também para a *law in action*. Metodologicamente, mais do que uma análise diacrónica das leis publicadas de proteção dos trabalhadores sinistrados, pretende-se, através do mapeamento dos processos entrados nos tribunais superiores (Tribunais da Relação e Supremo Tribunal de Justiça), identificar, ao longo da última década, as principais questões que mobilizam o recurso a estas instâncias e avaliar o impacto das decisões jurisprudenciais na construção de um conceito jurídico de acidente de trabalho, que se aproxime da conceção social. As conclusões apresentadas, que resultam de uma abordagem interpretativa e qualitativa das narrativas dos magistrados presentes nos acórdãos proferidos, procurarão expor, em primeiro lugar, algumas das controvérsias presentes na doutrina sobre a conceção legal de acidente de trabalho e, em segundo lugar, mostrar o modo como a conceção jurisprudencial de acidente de trabalho se tem (ou não) aproximado da conceção social ao incorporar o paradigma dos direitos humanos e o princípio da dignidade no trabalho.

Palavras chave: acidentes de trabalho; doutrina; jurisprudência; dignidade

XI-APS-86592 -Homicídios nas relações de intimidade: diálogos entre os feminismos e o direito

Madalena Duarte - Centro de Estudos Sociais

Ana Oliveira - centro de estudos sociais

Sofia Jamal - centro de estudos sociais

Comunicação Oral

Os homicídios que nas relações de intimidade, designados 'homicídios conjugais', têm, nos últimos anos, registado valores elevados em Portugal, Estes números surgem apesar do combate à violência doméstica (VD) ter sido reforçado com a emergência de Planos de Combate Contra a VD, mais medidas de apoio social às vítimas, multiplicação de campanhas de sensibilização e, sobretudo, de uma forte aposta na mudança legislativa penal que adensa as penalizações e oferece mais medidas de proteção às vítimas após apresentarem denúncia. Num tal cenário, é fundamental analisar a resposta legal aos casos de VD que terminaram em tentativas de homicídios e homicídios, a forma mais extremada da violência que ocorre no âmbito de relações de intimidade. Para alcançar este propósito, no Centro de Estudos Sociais está a ser desenvolvido um Projeto de investigação que coloca em diálogo duas dimensões analíticas: sociojurídica e de género. Por um lado, pretende-se identificar a cultura legal dominante - resultante das sentenças - e as práticas profissionais nesta matéria, de modo a identificar os principais obstáculos e impactos na aplicação da lei por parte dos seus operadores, naquelas que são as funções primordiais da justiça: prevenir, punir e reparar de forma digna. Por outro, enquadrar a intervenção jurídica e judicial neste tipo particular de processos criminais, partindo de uma análise criminológica que perceciona este crime como consequência de relações desiguais de género. Nesta comunicação, apresentamos alguns resultados preliminares possibilitados pelo uso de métodos de investigação quantitativos (análise estatística) e qualitativos (análise de processos judiciais e entrevistas a profissionais do direito).

Palavras chave: homicídio; femicídio; direito

XI-APS-87693 -Relações de força na construção do direito do trabalho: o caso do tempo de trajeto numa siderurgia brasileira

Flaviene Lanna - Doutoranda em Sociologia EHESS (École des hautes études en sciences sociales)

Comunicação Oral

A partir do estudo de caso de uma siderurgia situada no Estado de Minas Gerais no Brasil, mostrarei a relação de forças e as diferentes utilizações do direito pelo empregador e pelos trabalhadores para definir o que é tempo de trabalho. O estudo de caso permitirá expor e discutir as evoluções legislativa e jurisprudencial sobre o tempo de trajeto do domicílio dos trabalhadores até seus postos efetivos de trabalho sendo ou não considerado como tempo à disposição do empregador. No quadro de um doutorado em curso, uma pesquisa etnográfica foi realizada com uma presença total de onze meses na região. Foram também analisadas quarenta decisões de primeira instância da Justiça do Trabalho em processos impetrados por trabalhadores da siderúrgica, assim como sessenta decisões da segunda instância da Justiça do Trabalho em processos envolvendo a siderúrgica e o pedido de pagamento do tempo de trajeto como tempo à disposição do empregador. A planta da indústria siderúrgica se situa num local isolado da cidade mais próxima, sem transporte público que vá até lá e os trabalhadores são levados por ônibus fornecidos pela empresa. O tempo das cidades até a empresa pode ser de até 30 minutos. E da portaria da empresa até o posto efetivo de trabalho, o trajeto pode levar até 15 min. Assinalemos que os trabalhadores só registram suas presenças uma vez que estão nos respectivos postos de trabalho e não na portaria da empresa. Nas decisões de primeira e segunda instância analisadas, os trabalhadores demandam o pagamento deste tempo de trajeto (horas in itinere) como tempo de trabalho. Considerando a questão do acesso ao direito, é importante precisar que nas quarenta sentenças de primeira instância analisadas, nenhum dos reclamantes trabalhava mais na empresa, o que será analisado em articulação com a etnografia. Consagrando a jurisprudência que a terceira instância da Justiça do Trabalho adotava desde os anos setenta, o legislador brasileiro havia estabelecido em 2001 que o tempo de trajeto seria considerado como tempo de trabalho nos casos em que o local de trabalho fosse de difícil acesso ou não servido por transporte público, e quando o empregador fornecesse a condução. A reforma trabalhista de 2017 colocou em prática uma antiga demanda do patronato brasileiro e modificou o artigo da lei impedindo desde então que os trabalhadores peçam na Justiça o pagamento do tempo de trajeto como tempo à disposição do empregador. Os pedidos individuais dos trabalhadores da siderurgia que demandam o pagamento do tempo de trajeto nos processos judiciais – assim como muitos outros semelhantes por todo o país – deram origem à modificação da legislação sob pressão patronal para impedi-los de ir à Justiça. As ações e as reações nesta luta de forças nos falam da resistência dos trabalhadores contra a apropriação do trabalho a título gratuito e trazem à luz os processos sociais de construção do direito, que este estudo propõe discutir.

Palavras chave: Relação de forças, tempo de trajeto, tempo de trabalho, direito do trabalho.

Sociologia do Turismo

XI-APS-10943 -Instacity: O turismo urbano e as novas tecnologias de comunicação

Violeta Rodríguez Becerril - Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

Os viajantes decidem seu próximo destino com diferentes ferramentas. Hoje, as novas tecnologias de comunicação têm um papel central no turismo global. A diário os cidadãos-fotógrafos documentam sua passagem pelos lugares das cidades com as câmaras dos "smartphones". As imagens da era digital são desmaterializadas no ciberespaço com uma velocidade desconcertante, com ferramentas de edição e codificação (hashtag) para fornecer narrativas visuais e estéticas urbanas. Os momentos da viagem são capturados pelo dispositivo tecnológico, para depois ser referentes de futuros viajantes. Urry (2011) identifica cinco formas principais de mobilidade: viagens corporais de sujeitos sociais, movimento físico de objetos, viagens imaginadas, viagens virtuais e viagens comunicativas. Nesta forma, os modos de viajar se sobrepõem e interagem no espaço social e virtual. Este trabalho analisa o impacto das novas tecnologias de comunicação no fenómeno do turismo urbano, com foco nas imagens da rede social Instagram nas cidades de Lisboa e Porto. Uma questão central a discutir é como o aplicativo Instagram tem influência na experiência do turista na cidade. A metodologia proposta é mista com dados qualitativos (entrevistas semiestruturadas a utilizadores da plataforma e observação participante em recorridos turísticos), dados estatísticos do aplicativo e dados geográficos (mapeamento dos lugares mais fotografados). Conclui-se que, com o aplicativo Instagram, os viajantes obtêm um certificado de presença no local (físico e virtual). As imagens na rede contribuem para construir o imaginário turístico sobre os lugares, tornando visíveis os lugares e invisibilizando outros. Os viajantes recebem um certificado duplo (corpo e virtual) que incentiva um "modo de viajar" e de consumir nas cidades.

Palavras chave: Turismo urbano, Cidade, Novas Tecnologias de comunicação

XI-APS-11172 -Cultural events against tourism seasonality. Case Study "Luza, Algarve International Festival of Light"

Manuel Garcia-Ruiz - CIES-Iscte

Comunicação Oral

Seasonality supposes a significant variation in the number of visitors to the facilities associated with tourism, being able to find moments of high and low presence. This variability means the start or cessation of activity of many businesses, the reduction of personnel or seasonal hiring; means the intensification or reduction of services to guarantee supplies, maintenance etc. but always following a logic of alternation, intimately associated with global flows. In recent years, and encouraged by the recent crisis, many Portuguese municipalities had to develop programs that allowed them to gain certain independence from the summer tourist exploitation model. Many of these programs saw in the development of cultural programs an untapped mine, fulfilling, on the one hand, the need to offer innovative cultural products in those “hibernating” cities, capable of satisfying the cultural appetite of residents; but at the same time, capable of attracting tourists in low season. In this sense, we can find the Luza festival in the Algarve, whose strategic mission fulfilled municipal and regional plans of invigorating and attenuating seasonality through culture, generating new flows of visitation to the southern part of Portugal. Here we present the ethnographic work developed in the town of Loulé during the two editions that the festival had in the municipality (2017/18). We will address the institutional processes, the dynamics of adaptation to multi-seasonality and the flows that gave rise to this festival. Finally, we will review its impacts, as well as the local resistance to change that jeopardized the continuity of the event in town.

Palavras chave: Festivals of light, seasonality, Algarve, cultural tourism

XI-APS-14138 -The spatial penetration of Airbnb and housing market: A comparative study of Barcelona and Lisbon.

Nachatter Singh Garha - ICS, Lisboa, Portugal

Alda Conceição Botelho de Azevedo - ICS, Lisboa, Portugal

Comunicação Oral

In the last decade, due to its relationship with housing and tourism, Airbnb and other short-term rental services have attracted urban researchers, economists, politicians and civil activists. With a very small investment, these services allow the transformation of residential apartments located in specific areas (such as business centres or main tourist attractions) into short-term rentals, which are then rented at a relatively higher price than the average monthly rent in the neighbourhood. It creates a rent-gap that eventually exclude long-term tenants and replace them with short-term visitors who can pay more. Using the data extracted from the Airbnb website, census records, socio-economic surveys and open sources, this article 1) identifies areas with high Airbnb penetration (with geospatial statistics) in Barcelona and Lisbon, and analyses (with negative binomial regression models) the spatial, structural, demographic and cultural factors that facilitates it; 2) measures the amount of long-term rental houses lost to Airbnb and the rise of rent in some

specific neighbourhoods in both cities. Preliminary results show that Airbnb has penetrated more into residential areas in the city center and around tourist attraction, with a young, more educated and ethnically diverse population. It reduces the availability and affordability of long term rentals in the city centres.

Palavras chave: Airbnb, spatial penetration, tourism, rent-gap.

XI-APS-14963 -O Turismo Transformacional nos Viajantes Solitários Portugueses. Primeiros passos de uma longa viagem

João Malpique - CinTurs (Centro de Investigação sobre o Turismo, sustentabilidade e Bem-estar) e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa

João Filipe Marques - CinTurs (Centro de Investigação sobre o Turismo, sustentabilidade e Bem-estar) e Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Comunicação Oral

As experiências turísticas são frequentemente vistas como uma fuga à alienação e aos constrangimentos do dia a dia das sociedades modernas, mas também podem estar ligadas à busca de algo que tem vindo a ser designado por “autenticidade existencial” (Wang, 1999) e pela procura de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal (Hirschorn & Hefferon, 2013). As experiências turísticas que produzem efeitos duradouros nos próprios turistas têm sido descritas como “Turismo Transformacional”. Trata-se de um tipo de turismo que, segundo a literatura, pode levar os viajantes a uma alteração nos seus hábitos e escolhas de vida após o regresso ao seu país de origem. Nomeadamente, promover a tolerância intercultural, desenvolver comportamentos em direção à sustentabilidade e cidadania global, assumir um estilo de vida mais minimalista, colaborar mais ativamente em problemas sociais ou até alterar o seus planos de carreira, descobrir novos hobbies ou reorganizar as suas esferas sociais e relações pessoais. Por outras palavras, o “Turismo Transformacional está mais relacionado com a “procura” de algo do que com a “fuga” de uma qualquer realidade e tais experiências podem ser vistas como uma passagem de um “antigo eu” para um “novo eu” (Robledo & Batle, 2017). Esta comunicação apresenta os primeiros passos de uma investigação que sobre o Turismo Transformacional e os seus efeitos nos Viajantes Solitários Portugueses : indivíduos que vivenciaram uma transformação nas suas atitudes e comportamentos após uma viagem a solo de longa duração. Para a investigação aqui apresentada será usado, o modelo desenvolvido por Pung, Gnoh e Chiappa (2020) , “Transformational Tourism”, como estrutura que permita identificar como e quando os estímulos durante a viagem influenciaram a relação dos Viajantes Solitários portugueses, consigo próprios (interpretação autodirigida) e com o mundo (interpretação externa). O recurso a metodologias qualitativas como as entrevistas em profundidade e a recolha de narrativas biográficas permitirão construir os retratos sociológicos (Lahire, 2004) dos participantes. A realização de Retratos sociológicos implica

uma pesquisa empírica orientadas pela sociologia de escala individual, que permita apreender as complexidades disposicionais de indivíduos socialmente situados, levando em consideração as variações intra e interindividuais dentro de outras esferas de atividade (Lahire, 2004).

Palavras chave: Viajantes Solitários, Turismo Transformacional, Alteração de comportamentos, Retratos Sociológicos

XI-APS-22962 -Gentrificação Turística e a Renovação do Centro Histórico de Coimbra: o caso do Quebra Costas

João Santos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Paula Abreu - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Esta comunicação tem como objetivo discutir em que medida está a decorrer um processo de gentrificação turística no Quebra Costas, em Coimbra, bem como os efeitos do turismo neste bairro e no seu entorno, refletindo o trabalho desenvolvido no âmbito da dissertação de mestrado em sociologia - “Gentrificação Turística e a Renovação do Centro Histórico de Coimbra: o caso do Quebra Costas” – recentemente concluída na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente, Coimbra é uma cidade média que, apesar da sua relevância nacional em áreas como a saúde e a educação, vem perdendo dinamismo económico face ao passado e o turismo revelou ser uma forma de recuperar alguma dessa dinâmica na cidade. Coimbra apresenta várias valências que lhe permitem destacar-se no panorama turístico nacional: por um lado encontra-se entre as duas maiores cidades portuguesas, assumindo um lugar privilegiado como ponto de passagem e paragem para os que visitam os principais polos urbanos do país; por outro lado, a história da cidade, o seu rico centro histórico e a sua antiga universidade, distinguida recentemente como Património Mundial UNESCO, são alguns dos destaques turísticos da cidade. É nesse centro histórico que podemos encontrar o Quebra Costas, um lugar que na história recente atravessou diferentes fases, desde uma época de degradação física e abandono, até ao momento atual, de lugar quase exclusivamente turístico, estreitamente conectado com as atividades de restauração, lazer e alojamento local. A comunicação analisa o recente aumento do turismo na cidade de Coimbra e a sua articulação com a reabilitação urbana operada no Quebra Costas, desde o início do séc. XXI, com a transformação do seu tecido comercial, hoje fortemente orientado para os turistas, com crescimento do alojamento local e, ainda, com as perceções dos moradores e lojistas acerca das transformações ocorridas no bairro. O conceito da gentrificação é mobilizado e discutido na sua forma de gentrificação turística em articulação com conceito de turistificação. Para analisar e discutir as transformações associadas ao crescimento do turismo no Quebra Costas, recorre-se a dados estatísticos sobre o turismo e o alojamento local, bem como a informação recolhida

diretamente junto de moradores, lojistas, proprietários de alojamento local e representantes de instituições relevantes através de entrevistas. Com esses dados procura-se defender como o turismo é uma força de mudança no Quebra Costas, com efeitos diversos e paradoxais tais como o aumento das rendas na zona, a uniformização do tecido comercial e os fenómenos relacionados com indirect displacement, entre outros, levando a que os moradores venham progressivamente perdendo protagonismo na sua área de residência em favor do turismo.

Palavras chave: Gentrificação Turística, Indirect Displacement, Reabilitação Urbana, Turismo

XI-APS-23823 -QUE SOCIOLOGIA DO TURISMO? Para uma Open Research intercultural, intermedial e intermetodológica

Pedro Andrade - Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

Comunicação Oral

Objetivos. Este texto pretende debater uma Sociologia do Turismo fundada numa Pesquisa Aberta (Open Research), que inclua simultaneamente reflexões teóricas e estudos empíricos, metodologias tradicionais e digitais, equipas nacionais e internacionais, em suma culturas de investigação interculturais e transculturais. Estratégias de investigação: teorias, questões e hipóteses. O autor, no interior de uma perspetiva sociológica focada na cidade cultural-turística, que dialoga com a recente nomeação de Braga enquanto Cidade Criativa Unesco, nas últimas décadas tem desenvolvido investigação, coorganizado diversos colóquios e publicado vários artigos de revistas sobre a problemática do turismo, em particular nas cidades de Lisboa e Braga. Na capital, o autor realizou trabalhos de terreno sobre o turismo popular dos Grupos Excursionistas-Almoçaristas-Jantaristas, (1981, 1984, 1986). No quadro de uma Sociologia da Viagem, é possível construir uma tipologia da viagem, e discutir o pós-turismo, o turismo crítico e o contra-turismo (Andrade, 1993). Em projetos apoiados pela FCT, investigaram-se os públicos de visitantes e turistas nos museus de Ciência, via questionários baseados numa amostra de cerca de 2000 respondentes (Idem, 2010), e realizou-se um inquérito sobre os públicos de arte em exposições no Museu Coleção Berardo (Idem, 2016). Quanto às mobilidades urbanas e turísticas e o e-Turismo cultural, recentes pesquisas sugeriram uma 'epistemologia do turismo', que problematiza a Cidade 3.0 e o Turismo 3.0 (Andrade, 2020, 2018a,b, c, d, e, f; 2017, 1997). Neste contexto, emergem algumas questões de partida centrais: por ex., como refletir e analisar empiricamente as práticas do turismo cultural móvel, no quadro das mobilidades sociais urbanas? Enquanto uma das conjeturas possíveis e prováveis, busca-se demonstrar esta tese: as novas mobilidades urbanas, e em particular o turismo cultural, têm sido profundamente transformadas pelas tecnologias locativas, como os dispositivos digitais móveis (telemóvel, etc.). Novos media e novas metodologias. Um método recente aplicado nos Tourism Studies e apresentado em diversas publicações, é o video paper (2018, 2019,

2020), i.e. um artigo científico produzido e exposto através do medium 'video', que pode debater uma questão, mostrar um estudo de caso ou discutir uma pesquisa científica. Ou o Sociological Comics, uma técnica sociológica que realiza uma pesquisa através de uma banda desenhada (2015, 2017).

Palavras chave: turismo crítico, públicos de turistas em museus, turismo cultural móvel, metodologias digitais

XI-APS-35199 -**Regeneração Urbana e política cultural: Brasil e França**

Alzilene Ferreira da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN e Université de Tours

Comunicação Oral

Na cena contemporânea assiste-se o acelerado crescimento de projetos urbanos em áreas antigas. É conspícuo que a cultura assume papel primordial no tocante as políticas urbanas ligadas ao património e sua capacidade de engendrar uma imagem “vendável” da cidade. Nesse sentido, o património ganha relevo como elemento capaz de mudar a imagem da cidade e promover o almejado crescimento do turismo – visto como elemento estratégico para o desenvolvimento local. No rastro dessas transformações destaca-se os fenômenos de revitalizações das áreas centrais degradadas. As novas diretrizes de preservação do património promoveram alterações significativas e antigas áreas são incorporados aos planejamentos urbanos. Observa-se nesse horizonte o conúbio entre políticas culturais e o urbanismo, com o incentivo a economia criativa e tecnológica. É notável assinalar o uso crescente de estratégias de marketing para tornar as cidades cada vez mais visíveis e atrativas ao capital. O que vem gerando forte competição entre as cidades para atrair investimentos e turistas. Nesse sentido, agentes e setores adotam estratégias que almejam resultados culturais, sociais e econômicos. Para tanto a criação de lugares, habitações e de ambientes propícios a atração de jovens, intelectuais e artistas são engendrados em cidades com fito de alcançarem o cobiçado reconhecimento (marca) de cidade ligada as artes e ao conhecimento, bem como o destaque na cena local, nacional ou/e internacional. A partir desses construtos, o trabalho proposto abraça como referências empíricas as cidades de João Pessoa, no Brasil (Cidade Criativa/UNESCO) e Tours, na França. Para a efetivação do trabalho além da revisão bibliográfica, pesquisas efetivadas em arquivos e Instituições no Brasil e na França, efetuou-se entrevistas nas duas cidades. Assim, projetos que promovem a festivação da cidade, uso das culturas locais e do património material e imaterial, investimentos em edifícios culturais/ educativos, criação de locais artísticos que atraem novas empresas/ habitantes e em projetos de intervenções urbanas com o objetivo de alterar o cariz da cidade são presentes nas duas realidades. O fito desse trabalho consiste em compreender a maneira como esses processos vem se desdobrando e suas recentes

transformações.

Palavras chave: Cidades, cultura, turismo e criatividade

XI-APS-39617 -O dark tourism e o desafio à preservação da memória: uma abordagem à musealização da Fortaleza de Peniche

Catarina Ribeiro - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O aprofundamento das renovadas dinâmicas turísticas abre caminho ao entendimento dos variados motes que circundam a escolha de viajar. Neste rol de tipologias encontramos uma dinâmica que providencia uma análise das práticas turísticas com base na exploração de um lado mais sombrio. É o caso do dark tourism [1], o termo mais recorrentemente utilizado para denominar as práticas turísticas orientadas para a visita a lugares ligados à morte, ao sofrimento e à repressão. Assumindo-se o Turismo como agente de desligamento da rotina, a partir do contacto com outras realidades, torna-se premente compreender como se molda o turista aos lugares. E para que se avance no entendimento da adaptação dos visitantes, é também necessário explorar a forma como os lugares são previamente produzidos para estarem ao dispor do público. O dark tourism insurge-se como ponto de partida particularmente relevante para entender como se salvaguarda a herança, principalmente imaterial, na medida em que as memórias que se estima são resultado de um passado duro. Perante este quadro em que se revela a importância de compreender as narrativas estruturadas para consumo dos turistas, o presente artigo pretende contribuir para o entendimento da forma como se preservam lugares que possuem características que os enquadram no dark tourism, tais como a presença de uma pesada herança e a preservação no presente. O principal objetivo do artigo será avançar com um contributo para a compreensão destes casos em Portugal, a partir de uma pesquisa sobre a preservação da Fortaleza de Peniche no presente, denominada, desde 2017, Museu Nacional Resistência e Liberdade como resultado do reconhecimento enquanto “espaço-memória” [2], símbolo da luta contra a supressão da liberdade durante a ditadura. A presente reflexão partirá de uma articulação entre um quadro teórico, que explorará, nomeadamente, a forma como tem sido abordada esta tipologia de dark tourism, denominada por Stone (2006, pp. 52-157) como dark fun dungeons [3], com o trabalho de campo que se desenvolverá na Fortaleza de Peniche: visita guiada ao espaço e entrevistas semi-diretivas aos e às responsáveis pelo projeto do atual museu. Procurar-se-á identificar os principais elementos da identidade da antiga prisão que prevalecem no presente e que são âncoras do discurso destinado aos visitantes. [1] Foley, M. & Lennon J. (1996). JFK and Dark Tourism: Heart of Darkness. *Journal of International Heritage Studies*, 2(4), 198- 211. Disponível em <https://doi.org/10.1080/13527259608722174>. [2] Informação retirada do sítio web do Museu Nacional Resistência e Liberdade, em museunacionalresistenciae-liberdade-peniche.gov.pt. [3] Stone, P.

R. (2006). A dark tourism spectrum: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions. *Turizam: međunarodni znanstveno-stručni časopis*, 54(2), 145-160. Disponível em <https://hrcak.srce.hr/161464>.

Palavras chave: Dark tourism, Fortaleza da Peniche, Memória, Musealização

XI-APS-40630 -Autocaravanismo no Algarve: Turismo ou estilo de vida? Resultados preliminares de uma investigação em curso

Teresa Isabel Anica Claro Rodrigues - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
João Filipe de Jesus Marques - CinTurs (Centro de Investigação sobre o Turismo, sustentabilidade e Bem-estar e Faculdade de Economia da Universidade do Algarve)

Comunicação Oral

A revisão de literatura e os dados oficiais sobre o autocaravanismo, permitem afirmar que esta modalidade de viagem, e, por conseguinte, este segmento turístico, está em franca expansão um pouco por todo o globo. Apesar dos números serem bastante expressivos e reveladores da importância que deve ser dada ao conhecimento desta forma de mobilidade e dos seus protagonistas, vários autores (Hardy & Gretzel, 2008 e Lashley, 2015) têm salientado a falta de investigação nesta área. Em termos regionais, de acordo com o estudo realizado pela Comissão de Coordenação da Região do Algarve em 2008, verifica-se um fluxo anual crescente de autocaravanas em direção ao Algarve. Também Dias & Domingues (2018) argumentam que esta forma de turismo continuará a crescer, associada, entre outros aspetos, ao envelhecimento da população ocidental e ao facto de o Algarve ser percebido como um destino seguro pelos estrangeiros que o visitam. No que diz respeito às potencialidades desta forma de viajar, destaca-se, para além do bem-estar proporcionado aos sujeitos que dela desfrutam, o facto de constituir uma procura turística não sazonal, ou que pelo menos se manifesta amplamente durante os meses de inverno, isto, numa região altamente afetada pela sazonalidade do turismo. Pelo facto de ser praticada por pessoas que, de uma forma geral, gostam do contacto com a natureza e de conhecer as culturas locais, tem o potencial de contribuir para a revitalização das zonas do interior algarvio. Perante a situação atual, o único estudo que se conhece acerca do perfil dos autocaravanistas que visitam o Algarve de Dias & Domingues (2018) refere a falta de interesse público sobre a matéria e a necessidade para que haja uma maior abertura e monitorização desta atividade para que esta forma de turismo se desenvolva de forma equilibrada, nomeadamente menciona que é importante tentar compreender porque é que as pessoas escolhem esta forma de viagem, como selecionam os seus destinos e como se comportam e interagem uns com os outros. Esta comunicação pretende, assim, dar a conhecer os resultados preliminares de uma investigação ainda em curso cujos objetivos são: conhecer as motivações intrínsecas e extrínsecas que levam as pessoas a viajar numa casa sobre rodas; perceber que estados de espírito emergem; que relações de bem estar/

felicidade estão associadas a esta modalidade e em que medida a proatividade dos indivíduos em se autonomizarem das estruturas dominantes e se tornarem agentes de uma vida caracterizada por mais liberdade, independência e aventura, impulsionam esta forma cada vez mais expressiva de viajar. Um dos quadros teóricos propostos para analisar este fenómeno é a perspectiva do lazer sério, no âmbito da sociologia positiva (Stebbins, 2009), ou seja, o estudo do lado recompensador da vida e daquilo que as pessoas fazem de forma a tornar as suas vidas mais felizes e realizadas.

Palavras chave: autocaravanismo, mobilidade, camping-car, sociologia positiva

XI-APS-51673 -O Turismo como “desporto de combate”

Alexandre Vaz - CICS.NOVA, FCSH Universidade Nova de Lisboa

Comunicação Oral

Desde meados do século XX o volume do turismo internacional multiplicou-se por mais de 50 vezes e em Portugal, só na última década duplicou. Lisboa tornou-se num dos destinos turísticos com maior taxa de crescimento à escala global. As viagens de lazer estiveram sempre no centro das mais diferentes polémicas, cujos argumentos espelham circunstâncias e contextos específicos. Atualmente, em Portugal e nas suas maiores cidades é notória uma crescente mobilização daqueles que questionam ou recusam o atual modelo de turismo invocando três ordens de razões fundamentais: ambiente, habitação e cultura. A recente polémica sobre os impactes ambientais resultantes da construção de um novo aeroporto em Lisboa, justificado no essencial pelo aumento do tráfego aéreo que decorre da procura turística, ilustra bem a difícil relação entre ecologia e turismo. A crise da habitação, potenciada por políticas de apoio ao investimento estrangeiro e pela desregulação do mercado de aluguer de curta duração, contribuiu para um inflacionamento sem precedentes do custo da habitação nos centros urbanos, gerando ondas de choque que se propagam às periferias e alterando profundamente o perfil sociodemográfico das cidades. Finalmente, o eixo da cultura, emerge das preocupações com mercadorização do património, dos espaços, dos atores e das vivências urbanas orientada para a maximização das receitas do turismo. A mercadorização dos centros urbanos parece ser uma inexorável tendência da contemporaneidade e valerá a pena refletir sobre a complexidade do fenómeno. Nesta comunicação aquilo que se pretende é, a partir da análise cruzada dos principais argumentos invocados para defender e criticar a indústria do turismo em geral e no caso de Lisboa em particular, debater que transversalmente aos três eixos está subjacente uma fratura aparentemente simples, mas realmente rica em contradições entre aqueles que defendem (com maior ou menor entusiasmo) o capitalismo e aqueles que o condenam. O turismo parece recorrentemente não o verdadeiro objeto do debate, mas simplesmente um conceito que polariza (e simplifica) mundivisões distintas. A verdadeira complexidade do problema resulta desde logo na mobilização de categorias estanques e binárias (como

residentes/turistas ou autêntico/encenado) para descrever uma realidade muito mais rica em cambiantes intermédios. Independentemente das reduções analíticas que ferem de morte o desejo de descrever com rigor a realidade, o mais interessante é que é justamente nestes conflitos que se constroem identidades e referenciais de pertença. No fim do combate, mais importante do que saber quem o venceu será por ventura tomar consciência de que não apenas dentro do ringue, mas também a assistência (cientistas sociais incluídos) fez parte de uma coreografia em que todos são simultaneamente espectadores e protagonistas.

Palavras chave: Turismo, Conflito, Capitalismo

XI-APS-56434 -Lisboa, gastronomia e turismo: a perspectiva dos Chefs de cozinha

Raquel Moreira - ESHTe e CRIA NOVA FCSH

Comunicação Oral

Nas últimas duas décadas Lisboa tem sido palco de uma profunda transformação da restauração e da gastronomia. O protagonismo dos Chefs de cozinha e da alta cozinha, a renovação da cozinha tradicional, o multiculturalismo alimentar, o desenvolvimento de novos conceitos e modelos estéticos dos espaços de restauração, a alteração da relação da comida com o espaço público, a diversificação e intensificação da escrita em torno da gastronómica (crítica gastronómica, blogs de gastronomia ou de receitas), a oferta de percursos e experiências gastronómicas, têm-se revelado os principais aspectos desta gastronómização de Lisboa (Poulain, 2012; Moreira, 2017 e 2019). Estas dinâmicas são indissociáveis do acentuado crescimento do turismo em Portugal e em especial na cidade de Lisboa. Nesta comunicação aborda-se a percepção que os Chefs de cozinha de restaurantes da região de Lisboa têm acerca do contributo da gastronomia, e em especial da alta cozinha, para o turismo, quer enquanto património e elemento identitário da cidade, quer como motivador da experiência turística vivida durante a estadia. A metodologia assenta na realização de entrevistas a Chefs de cozinha e a críticos gastronómicos.

Palavras chave: gastronomia, turismo, representações, alta cozinha

XI-APS-65015 -O excesso de turistas no Porto: o que pensam os residentes?

Márcia Silva - Universidade do Minho, Centro de Estudos Comunicação e Sociedade

Rita Ribeiro - Universidade do Minho, Centro de Estudos Comunicação e Sociedade

Comunicação Oral

O turismo urbano em Portugal concentra-se maioritariamente em Lisboa e no Porto. São cidades que, para além de possuírem um vasto património histórico, usufruem de espaços de entretenimento, vida noturna e um património singular que tem atraído milhares de turistas. Na cidade do Porto, o crescente número de turistas resultou em enormes desafios e oportunidades, pois se, por um lado, ganhou uma nova dinâmica económica, cultural e social, por outro lado, depara-se com desafios sociais e urbanos. Começa-se a questionar se o Porto se encontra com excesso de turistas ou se ainda tem capacidade para continuar a acolher mais turistas. O excesso de turistas, ou overtourism, traz consequências para as cidades, para os residentes e para os próprios turistas (Seraphin, Gladkikh & Tan, 2020). O excesso de turistas verifica-se quando o número de turistas supera o número de residentes, quando os residentes evitam determinados espaços da cidade e se verificam dificuldades de mobilidade, de tráfego e de estacionamento. Igualmente, observa-se excesso de turistas quando predomina o alojamento turístico e estabelecimentos de restauração e comércio destinados ao usufruto exclusivo dos turistas e há perturbação da vida quotidiana dos residentes. Esta comunicação resulta de uma pesquisa de doutoramento que se encontra em desenvolvimento. Com o objetivo de analisar as perceções dos residentes em relação aos impactos do turismo na cidade do Porto, utilizou-se um inquérito por questionário online e presencial. Os residentes consideram que o turismo perturba a vida quotidiana dos residentes, que resultou num aumento do preço das habitações e da especulação imobiliária e que aumentaram os problemas de tráfego e de poluição e que, não melhorou a qualidade de vida da população residente. Parte significativa dos inquiridos assume que deixou de frequentar determinados locais, e espaços da cidade. Os motivos prendem-se essencialmente com o elevado número de turistas, associado a longas filas de espera ou dificuldade de mobilidade. Com base nestes dados, podemos concluir que o Porto começa a dar sinais de excesso de turistas. A população tem interesse que o turismo não pare de crescer, no entanto, anseia, entre outros aspetos, um turismo sustentável que permita uma maior interação entre residentes e turistas, a implementação de limites ao Alojamento Local e a criação de novas rotas turísticas que permitissem dispersar os turistas das áreas mais centrais da cidade.

Palavras chave: excesso de turistas; residentes; cidade

XI-APS-88000 -A ascensão das políticas públicas de turismo na América Latina: uma análise do discurso da mudança na matriz produtiva dos Estados Nacionais
THIAGO DUARTE PIMENTEL - Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF

Comunicação Oral

Este paper analisa como o turismo entra na agenda pública (econômica, social e política) dos estados nacionais latino-americanos, através de suas próprias políticas públicas, nos últimos 30 anos. Utilizamos as teorias do sistema-mundo e da geopolítica crítica e, em particular, os conceitos de "totalidade" e "turismo como modelo (produtivo)", para explorar o argumento de que esta atividade está inserida orgânica e funcionalmente no sistema produtivo capitalista contemporâneo, acelerando e reforçando este sistema, através da conversão dos tempo-espaco ociosos em produtos e experiências de consumo. Metodologicamente, foi utilizado um método misto, baseado em dados secundários da imprensa oficial de cada país, onde o "turismo" foi pesquisado em atos governamentais, em um estudo comparativo entre Brasil, Argentina, México, Colômbia e Equador. As mais de 20.000 políticas coletadas foram categorizadas e classificadas de acordo com o protocolo previamente elaborado e, em seguida, foi selecionado um corpus representativo ao qual foi aplicado o método de análise de discurso, com foco particular na análise de "estratégias de persuasão". Os resultados mostram que a importância institucional alcançada pelo turismo em cada Estado parece estar associada à forma como os governos encaram o turismo como uma atividade econômica alternativa, numa perspectiva de curto prazo, baseada num baixo nível de investimento e numa dependência intensiva do trabalho humano, gerando pouco valor agregado. Conclui-se que, esta atividade está reorientando uma mudança na matriz produtiva destes países, prestes a direcionar a estratégia econômica nacional, de forma aparentemente inovadora mas que oculta a atualização a manutenção subalterna destes países na divisão Internacional do trabalho.

Palavras chave: geopolítica crítica; políticas públicas de turismo; América Latina; análise do discurso

Teorias e Metodologias

XI-APS-10401 -Transdisciplinaridade e ciência pós-normal: estaremos de facto perante a emergência de um paradigma pós-Kuhniano?

Carolina Henriques - Dinamia'cet/ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Esta comunicação propõe abrir o debate sobre os fundamentos nos quais assenta uma das principais abordagens à investigação transdisciplinar – a corrente Zuriquiana – partindo da proposta de ciência pós-normal dos filósofos analíticos Silvio Funtowicz e Jerome R. Ravetz, nos anos 90 do séc. XX. Das duas correntes que ancoram o debate epistemológico actual sobre investigação transdisciplinar, nomeadamente as escolas Nicolesquiana e Zuriquiana, a segunda foi particularmente influenciada pelo trabalho de Funtowicz e Ravetz, em que propunham uma revisão do processo normal da substituição de paradigmas na ciência, como descrito por Thomas Kuhn. Num artigo intitulado “Science for the post-normal age” (1993), Funtowicz e Ravetz sugerem que um novo tipo de ciência pós-normal estaria a emergir, especificamente para responder a contextos de elevado risco e cujas soluções eram urgentes. Nestas circunstâncias, para garantir a qualidade do input científico no processo de elaboração de políticas, seria necessário recorrer a uma “extended peer-community”, consistindo em todos aqueles que tivessem algo a dizer sobre o assunto (comumente conhecidos pela expressão stakeholders). A solução prometia uma maior democratização da ciência e uma resposta viável aos problemas complexos que caracterizavam a pós-modernidade. Anteriormente, em 1978, Horst Rittel e Melvin M. Webber tinham caracterizado já estes problemas como wicked, no contexto do planeamento, chamando a atenção para a questão de que, devido à sua natureza, não podiam ser resolvidos com maior especialidade técnica. Em conjunto com outras contribuições, este debate permeou diversas áreas e gerou novas exigências ao inquérito científico. Esta discussão foi particularmente utilizada na fundamentação da abordagem Zuriquiana à investigação transdisciplinar, que dá prioridade à relação da ciência com a tecnologia e a sociedade, no sentido de formular melhores respostas aos desafios do tempo. Mas estas novas exigências e transformações exigem compromissos, nomeadamente ao nível da autonomia da investigação científica, que necessitam de ser clarificados. Por um lado, a leitura que Funtowicz e Ravetz fazem da proposta de ciência normal Kuhniana pode carecer de maior aprofundamento; por outro, uma perspectiva crítica ao processo de racionalização técnico-científica no sentido Weberiano, leva-nos a questionar a necessidade da substituição do decorrer normal dos ciclos de revisão paradigmática na ciência por outro, dito pós-normal, como propunham Funtowicz e Ravetz. Esta comunicação deve contribuir para o trabalho de investigação doutoral intitulado “Transdisciplinaridade nos Estudos Urbanos: lógicas de produção de conhecimento e paradigmas emergentes” (SFRH/BD/144977/2019), que está agora a dar os seus primeiros passos sob a orientação da Prof. Teresa Costa Pinto (ISCTE-IUL) e do Prof. João Arriscado Nunes (CES-UC).

Palavras chave: Transdisciplinaridade; Estudos Urbanos; Ciência normal Kuhniana; Ciência pós-normal

XI-APS-12230 -A etnografia colaborativa numa comunidade de práticas sociodesportiva: O caso do Bairro Padre Cruz

Vanda Sofia Braz Ramalho - Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social

Comunicação Oral

A investigação colaborativa elege o ponto de vista do/a profissional (Desgagné, 2007) reconhecendo-o/a como sujeito epistémico capaz de produzir saberes com base na prática (Lynch, 2000). Rullac (2012) reconhece os/as profissionais de intervenção social como agentes práticos de disciplinarização científica, capazes de produzir processos de investigação-ação e redesenhar campos de investigação, a partir da cultura profissional e da negação da tradicional divisão entre investigadores/as e sujeitos (Sayer, 1992). Uma das formas de produzir este saber provindo da ação é a etnografia, dado que permite extrair significado do saber tático, recontextualizando a teoria, num contexto prático de ação e interação social no terreno (Caria, 2003). É possível validar processos de atuação-pensamento crítico sobre a realidade social de forma colaborativa. Tendo em vista valorizar os contributos da etnografia colaborativa em comunidades de prática, no processo de construção de saber em serviço social, esta comunicação incide sobre a valorização da pertença a uma comunidade de práticas sociodesportivas onde, simultaneamente, se desenvolve uma etnografia. Pretende analisar e refletir sobre o duplo papel de intervir e investigar num coletivo, recorrendo ao método etnográfico, para produzir conhecimento em serviço social. A introdução de metodologias sociodesportivas no contexto interventivo do serviço social apresenta-se como terreno fértil para a etnografia, revelando no lazer desportivo, oportunidades de promoção comunitária dos sujeitos, como agentes da sua própria mudança. A etnografia, método complexo, contempla especificidades no caso do serviço social, sobretudo, a impossibilidade de abandonar o papel comprometido com o contexto estudado, gerando processos espontâneos de investigação-ação. A conveniência do 'being native' que surgiu do desenvolvimento da metodologia sociodesportiva de futebol de rua, possibilitou estudar a inovação concretizada na intervenção, através da dupla pertença, como assistente social e etnógrafa, a uma comunidade de práticas sociodesportivas no Bairro Padre Cruz, em Carnide, Lisboa. Abordam-se os desafios do processo de dupla observação participante e as especificidades da etnografia colaborativa, resultantes de uma pesquisa doutoral, que recai sobre a análise do processo de construção identitária juvenil mediado pela experiência sociodesportiva, tendo em vista o desenvolvimento teórico-prático de ferramentas inovadoras no campo do serviço social, no processo simultâneo de intervir e produzir conhecimento acerca de quatro tipos de experiência juvenil, possibilitadas pela existência de diversos projetos sociodesportivos (futebol de rua,

capoeira, dança hip hop e técnicas circenses) É o conjunto dos olhares que permite teorizar a inovação propondo pistas para a construção de uma práxis sociodesportiva, que consolide o serviço social como ciência social aplicada e reconfigure a sua caixa de ferramentas para o trabalho educativo e comunitário com jovens, em contextos urbanos mais vulneráveis.

Palavras chave: Etnografia, serviço social, intervenção sociodesportiva, juventude

XI-APS-14430 -Reflexões sobre as potencialidades da abordagem metodológica mista a partir do estudo do efeito do Festival (MEO)Sudoeste na(s) imagem(s) de destino construída(s) sobre a região Alentejo Litoral

Sandra Saúde - Instituto Politécnico de Beja e CICSNOVA

Ana Isabel Rodrigues - Instituto Politécnico de Beja

Sandra Lopes - Instituto Politécnico de Beja e CICSNOVA

Carlos Borralho - Instituto Politécnico de Beja

Isidro Féria - Instituto Politécnico de Beja

Comunicação Oral

A utilização dos denominados métodos mistos de pesquisa está a aumentar em várias disciplinas científicas, em que se incluem as ciências sociais. É de destacar, neste domínio, a publicação, em 2003, do Handbook of Mixed Methods in Social and Behavioral Research de autoria de Abbas Tashakkori e Charles Teddlie que ajudou a consolidar a credibilidade da abordagem assumindo-a como uma terceira via que complementa e enriquece as estratégias puramente quantitativas ou qualitativas. Creswell e Plano Clark (2013) definem o método misto como um procedimento metodológico de recolha e de análise de dados que combina técnicas quantitativas e qualitativas num mesmo desenho de pesquisa, enriquecendo, por via da triangulação e da interação, as possibilidades analíticas e as conclusões a obter. Com a presente proposta de comunicação pretende-se refletir sobre os pressupostos e as potencialidades da abordagem metodológica mista exemplificados a partir do estudo do efeito do Festival (MEO)Sudoeste na(s) imagem(s) de destino construída(s) sobre a região Alentejo Litoral/Sudoeste. A primeira fase do estudo foi realizada em 2017, e centrou-se na análise do impacto económico e sociocultural direto gerado pelo evento. Desenvolveu-se uma estratégia metodológica mista de tipo transformativa sequencial (Small, 2011), com recurso a observação participante (durante a realização do festival), direta e indireta (antes, durante e após o festival) junto de diversas fontes, a saber: 1. festivaleiros; 2. organizadores do festival; 3. residentes na região; 4. empresários e, 5. stakeholders (informantes privilegiados sobre os efeitos gerados pelo evento, residentes na região). Destacando-se o efeito positivo do festival na divulgação e consolidação da imagem do território como um dos mais importantes impactos socioeconómicos e culturais, interessou, numa segunda fase do estudo, centrar a análise na caracterização e compreensão do significado desse efeito junto dos festivaleiros, visitantes da região pela primeira vez aquando da participação no

festival. Interessou-nos perceber, em particular, o efeito da participação no festival na(s) imagem(ns) construída(s) pelos festivaleiros sobre a região onde se realiza. Foi desenvolvida, novamente, uma abordagem mista sustentada na recolha e análise de dados de natureza quantitativa e qualitativa. A recolha dos dados foi feita, em junho de 2018, junto de uma amostra representativa de festivaleiros da edição de 2017. Nas duas fases de desenvolvimento do estudo, a abordagem metodológica mista assegurou a exploração e a interpretação holística e específica dos objetos de estudo. A exploração das convergências e divergências entre os dados quantitativos e qualitativos recolhidos permitiu uma compreensão mais ampla, e aprofundada, das questões de investigação assumidas no início de cada fase do estudo.

Palavras chave: Método misto de pesquisa social; Técnicas de recolha de dados; Técnicas de análise de dados; Imagem de destino.

XI-APS-14460 -Past, Present and Future of the Creative Tourism in Portugal: Analysing Actors and Connections Dynamics

Ana Rita Cruz - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia'CET (ana.rita.cruz@iscte-iul.pt)

Margarida Perestrelo - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia'CET (margarida.perestrelo@iscte-iul.pt)

Maria Assunção Gato - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia'CET (magoo@iscte-iul.pt)

Pedro Costa - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia'CET (pedro.costa@iscte-iul.pt)

Elisabete Tomaz - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, Dinâmia'CET (elisabete.tomaz@iscte-iul.pt)

Comunicação Oral

Creative tourism is seen as a new model of cultural tourism to leverage economic, social and cultural dynamics. It is a form of tourism built from the opposition to the mainstream forms of tourism (e.g. mass tourism), further from the main touristic routes and focused in specific experiences and products, based in the endogenous place and community amenities available. As such creative tourism has a sustainable ground, intending to promote and value the local identity and resources of places and communities, representing additional income and at the same time, being able to open these territories to the world, respecting the environmental, social, cultural and economic pillars of sustainability. The CREATOUR project – an incubator and multidisciplinary collaborative research initiative have been aiming to develop a network of creative tourism initiatives in four Portuguese regions (Norte, Centro, Alentejo and Algarve) – has been promoting the implementation of 40 creative tourism pilot initiatives, in small cities and rural areas of Portugal, since 2016. This communication

intends to contextualize the creative tourism activities in Portugal before, during and after the CREATOUR project implementation, giving special emphasis to the results achieved from an actor/network perspective. Thus, the analysis presented results from a Social Network Analysis combined with Actors Strategic Analysis, based on the content analysis of 100 interviews made to the 40 CREATOUR pilot initiatives promoters, between 2017 and 2019. The results of the analysis undertaken are crucial to identify possible future pathways for the development of a formal creative tourism network in Portugal, by pinpointing actors centrality, its connections dynamics, and common goals they face towards this objective.

Palavras chave: Creative Tourism, Social Network Analysis, Actors Strategic Analysis

XI-APS-15434 -A Sociologia Visual como suporte metodológico à produção sociológica
Pedro Miguel Almeida - CICS.NOVA - NOVA FCSH

Comunicação Oral

Pretende-se com a presente comunicação enfatizar o recurso à Sociologia e à Antropologia Visual como suporte metodológico qualitativo para a produção do conhecimento sociológico em geral. A partir dos anos 30 do séc. XX que a imagem começou a ser aceite como recurso de apoio metodológico à produção de ciência em Antropologia e, logo após, em Sociologia; todavia, o recurso ao visual, à imagem estática ou multimédia, vê-se apenas firmemente vincada como recurso epistemologicamente aceite a partir dos anos 70 desse século (Hanna, in Barnard & Spencer, 2010). Hoje é comum no trabalho sociológico o uso reiterado da imagem, particularmente como mecanismo que suporta, a nível visual, o que na ciência é, por maioria de razão, o discurso científico. Porém, a utilidade metodológica da integração de uma sociologia visual com outras sub-áreas ou sub-temáticas da Sociologia enquanto ciência pluri-problematizadora e pluri-paradigmática em muito ultrapassa o mero suporte à discursividade científica, quer explicativa, quer compreensiva e inclusive ao amíúde questionamento, de perspectiva ou prospectivo, contínuo no sentido de sabermos que a Sociologia, como ciência que se afirma, se encontra constantemente implicada no seu questionamento crítico interno e na noção de inacabamento do conhecimento construído não dogmático que, transversalmente, imbrica no plano científico na sua plenitude de saberes provindos das mais distintas áreas do conhecimento. Banks (in Barnard & Spencer, 2010) sugere e sustenta que o filme e a imagem, particularmente a fotografia, como meios de representação visual a que os investigadores recorrem para facilitar e tornar mais inteligível a comunicação e a transposição do real, em certa medida, acabando a imagem por deter uma função e responsabilidade de documentar o quotidiano, tornando-se essencial para um conhecimento de ordem etnográfico holístico. Tanto o filme como a fotografia, segundo o autor, contam uma narrativa que deve ser separada do mero entretenimento, passando a contar lugar no seio da ciência; como tal, Banks utiliza a metáfora da imagem dever ser de facto considerada como “uma janela para o mundo” e seu entendimento,

compreensão e explicação - e tais valências de um mundo social cabem indubitavelmente na maior capacitação da sociologia como ciência, inclusive a nível da sua epistemologia, que justifica a ciência pela ciência. Morphy e Edwards (Barnard & Spencer, 2010) evidenciam o cimentar da imagem e seu uso legítimo na antropologia e na sociologia, como recurso para a pesquisa e análise, análise essa igualmente de representações históricas e não só contemporâneas. Não é assim difícil asseverar que a fotografia é actualmente uma linha metodológica e teórica e um elemento da prática social integrante e integradora de uma etnografia entendida em sentido lato.

Palavras chave: sociologia visual; quotidiano; análise documental; imagem

XI-APS-17901 -Metodologia Etnográfica em Ciências Sociais e Humanas. O caso da Etnografia Urbana

Rita Ávila Cachado - CIES-IUL

Comunicação Oral

A etnografia tem sido cada vez mais utilizada como conjunto de ferramentas para agregar dados empíricos em ciências sociais. Esta metodologia tem sido convocada sobretudo em pesquisas realizadas em ambiente urbano. Por um lado, há investigadores que se identificam com a área de estudos urbanos como referencial académico nas suas trajetórias, mas, por outro lado, há igualmente muitos investigadores que, realizando as suas etnografias em ambiente urbano, escolhem como referencial académico outros ramos das suas ciências de origem. Nesta comunicação pretendo partilhar os resultados de uma investigação que se tem debruçado sobre a história da etnografia urbana em Portugal: a análise de publicações centrais nas suas trajetórias profissionais no sentido de compreender de que forma têm sido descritas as condições de pesquisa e como têm sido fundamentadas as suas escolhas teórico-metodológicas; a análise das entrevistas focadas nas trajetórias destes investigadores no sentido de perceber melhor o grau de identificação com ramos disciplinares como a Sociologia Urbana, a Antropologia Urbana, a História Urbana. Por sua vez, estas dinâmicas e processos académicos devem ser analisados à luz das redes entre investigadores, seja ao nível da investigação em projetos de equipa, seja ao nível das iniciativas de divulgação científica como os painéis em congressos e a organização de conferências nacionais e internacionais.

Palavras chave: Etnografia Urbana, Método Etnográfico, Metodologias qualitativas, Interdisciplinaridade

XI-APS-19917 -Proteção de Dados e Anonimato: novos desafios metodológicos e éticos na investigação sociológica em saúde

Hélder Raposo - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL Instituto Universitário de Lisboa); Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL-IPL).
Catarina Egreja - CiiEM – Centro de Estudos Interdisciplinares / Egas Moniz CRL
Sara Melo - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP); Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP)

Comunicação Oral

A investigação científica encontra-se, atualmente, enquadrada pelos mais recentes instrumentos normativos reguladores da proteção de dados. Desde 2018, com a aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), adensam-se as questões relativas à proteção de dados pessoais dos sujeitos investigados, em particular os de natureza identificável ou sensível. Com efeito, este novo normativo jurídico alarga o âmbito de aplicação do conceito de dados pessoais, tornando muito mais restritiva a sua utilização, além de complexificar o seu processo de tratamento e livre circulação. Considerando a investigação em áreas específicas como a saúde, verifica-se que estes novos normativos vêm, de facto, reforçar a complexidade e a exigência de um panorama regulatório que já vinha estabelecendo, do ponto de vista da ética, diretrizes específicas. Em particular as que se referem à identificação, por parte das comissões de ética, das garantias relativas aos instrumentos e procedimentos que salvaguardam os direitos dos participantes nos processos de investigação. Centrando-nos num projeto em curso no âmbito da sociologia da saúde (PTDC/SOC-SOC/30734/2017) sobre consumo de medicamentos para a melhoria do desempenho em três grupos profissionais, focaremos alguns dos principais obstáculos e desafios éticos e metodológicos com que os investigadores se confrontaram, assim como as formas encontradas para os gerir ou ultrapassar. Além de exemplos práticos referentes a esta pesquisa - que recorre a uma triangulação de métodos de recolha de dados que inclui grupos focais, questionários e entrevistas - abordaremos, também, as ferramentas atualmente à disposição dos investigadores para ajudar a garantir a recolha e o tratamento “adequado” dos dados. Várias fases ao longo do trabalho de campo colocam questões particulares relacionadas com a ética e a proteção de dados que são cada vez mais desafiantes para as equipas, ao ponto de hoje se poder levantar a questão de fundo sobre o futuro e a viabilidade da investigação em sociologia tal como a conhecemos. Trata-se de um questionamento sério, que nos instiga a problematizar as implicações deste novo enquadramento e, sobretudo, a discernir que a especificidade das diferentes formas de investigação coloca distintos problemas éticos. É primordial fundamentar e demonstrar a demarcação da investigação sociológica em saúde face, nomeadamente, ao modelo da investigação clínica e biomédica que se constitui como a referência central que subjaz a muitos dos desenvolvimentos regulatórios. Os preceitos éticos atuais relativos às formas de garantir o anonimato ou a proteção dos participantes (presumindo-os como vulneráveis) podem ser, por isso, desajustados face a certas formas de investigação cujas estratégias

metodológicas se baseiam em relações interpessoais e na consequente gestão de um património de confiança que se constrói entre os investigadores e os sujeitos.

Palavras chave: ética da investigação; metodologia; anonimato; proteção de dados

XI-APS-20053 -Dar a ver e fazer falar: a fotografia como ferramenta

Ana Gonçalves - Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA)

Comunicação Oral

É difícil imaginar o viver contemporâneo sem fotografias. Significa isto que o dia-a-dia está saturado por um sem-número de imagens (Gombrich, 1972). Também enquanto ferramentas de pesquisa da sociologia, as fotografias têm vindo a ganhar alguma saliência, sendo hoje utilizadas de modo muito diverso, nomeadamente para retratar, descrever e analisar fenómenos sociais (Harper, 1988). No entanto, esta proposta de comunicação reporta-se especialmente ao lugar dos dados visuais no âmbito dos métodos biográficos. Há um aspeto que contribui muito para a sua força neste contexto particular. Decorrente da democratização das práticas fotográficas, os registos visuais são atualmente vulgares artefactos pessoais, tangíveis ou intangíveis, de (auto)representação e (auto)reflexividade, que permitem a reconstituição retrospectiva da experiência individual. Essencialmente, importam não só por darem a ver aspetos do vivido, mas também por fazerem falar sobre eles. Não será por acaso que o relato dos eventos de vida se organize a partir de imagens mentais que, por vezes, se inspiram em fotografias reais. Inversamente, é habitual que descrições verbais de fotografias pontuem espontaneamente as narrativas (auto)biográficas. Talvez não se saiba bem se é a vista que induz a fala ou se é a fala que orienta a vista, mas depreende-se a sua mútua interferência. A par destas questões, procura-se ainda abordar alguns quesitos éticos, principalmente os relacionados com o consentimento de acesso a fotos privadas. Para uma maior compreensão dos problemas aqui em discussão, extraem-se alguns exemplos empíricos de uma pesquisa recentemente conduzida na cidade de Lisboa, baseada no método das histórias de família. Em linhas gerais, os resultados apontam para que ambos os modos de enunciação — o visual e o verbal — constituam narrativas paralelas que mutuamente se reforçam ou desconsideram em alguns pontos. Assim, chega-se à conclusão de que o recurso a ferramentas visuais poderá abrir inúmeras possibilidades analíticas em pesquisas (auto)biográficas.

Palavras chave: Fotografia; narrativa auto/biográfica; histórias de família

**XI-APS-21398 -The multidimensionality of retirement in an effervescent world:
retirement transition profiles**

Inês C. Sousa - BRU-IUL, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Sara Ramos - DINÂMIA'CET-IUL, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Helena Carvalho - CIES-IUL, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Aging populations pose a persistent challenge to the sustainability of public pension systems, leading many countries to strengthen the incentives to work by increasing the statutory retirement age and reducing early retirement benefits. These policy reforms make retirement a topic of utmost importance for individuals, organizations, and societies. Retirement can be conceptualized as a decision-making process that occurs over time and that involves several reflections and decisions about when and how people will enroll in retirement (Beehr, 1986; Moen, 2012). In the transition to retirement, individual (e.g., age, gender, education) and situational (e.g., eligibility, family commitments, organizational policies) factors interact in a dynamic way, and their relevance is different from person to person (Fisher, Chaffee, & Sonnega, 2016). Thus, research on retirement has demonstrated the multidimensionality and complexity of this process. Despite the important advances in understanding the antecedents of retirement, studies are often based on questionnaires, a methodology that does not capture the quality and diversity of individual experiences. Thus, it is important to combine distinct methods to investigate the multidimensional nature of retirement. This study examines the interdependence of individual and work-related factors in the definition of retirement transition profiles. Moreover, the association between these profiles and retirement timing (i.e., early, on-time, and later retirement) was also analysed. Semi-structured interviews were conducted with older workers (55 years old or over) and retirees who were retired for fewer than five years. Data analysis combines qualitative (i.e., content analysis) and quantitative (i.e., Multiple Correspondence Analysis and Cluster Analysis) methods. The findings revealed three profiles that represent different associations among the individual and work categories that characterize the retirement transition. The first profile also stated as push factors, was characterized by predominance of negative aspects at both individual and work level that induce workers to retire (e.g., negative relationships at work, high negative experiences at work, poor health). The second profile, called push and pull factors, was characterized by negative aspects that push people to retirement (e.g., negative experiences at work, job dissatisfaction) and positive factors that attract workers toward retirement (e.g., having dependents, retired spouse or partner). The third profile, known by stay factors, was characterized by factors that make employment seem more attractive than retirement (e.g., high positive experiences at work, spouse/partner not being retired). These results suggest that mixed approaches are especially important for acknowledging the inter-individual variability in the transition to retirement.

Palavras chave: transition to retirement, profiles, correspondence analysis, cluster analysis

XI-APS-22240 -A (re)construção de identidades num território de baixa densidade: uma abordagem teórico-metodológica

Maria da Saudade Baltazar - CICS.NOVA, Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia

Marcos Olímpio Santos - CICS.NOVA, Universidade de Évora

Ana Balão - CICS.NOVA, Universidade de Évora; Câmara Municipal de Avis

Paula Reis - CICS.NOVA, Universidade de Évora; Escola Superior de Idanha-a-Nova, Inst. Politécnico Castelo Branco

José Alberto Rodrigues - CICS.NOVA, Universidade de Évora; Escola Superior de Idanha-a-Nova, Inst. Politécnico Castelo Branco

Comunicação Oral

Persiste atualmente o empenho na afirmação identitária por parte de segmentos populacionais marginalizados ou tolerados e, de segmentos populacionais que pretendem manter ou remeter outros para situações de exclusão. Paralelamente continua a verificar-se também a afirmação identitária de comunidades territoriais tendo por objetivo a conquista de maior autonomia ou mesmo independência. Constata-se também o empenho na afirmação identitária por parte de empresas e organizações sem fins lucrativos, visando a respetiva implantação e sustentabilidade. Tendo em conta este contexto, os autores propõem-se expor um caso em curso, a Estação Náutica de Avis (ENA), localizada num território do interior de Portugal (município de Avis / Alto Alentejo), que se traduz na (re)criação de identidades, com base numa parceria constituída para concretização de um Produto Turístico Integrado que aproveita as potencialidades locais, com a finalidade de promover o município e de fomentar um processo de desenvolvimento local. A ENA é uma rede de atores, baseada num modelo de quadruple hélice - Academia, Autarquias, Organizações da Economia Social e Empresas - que se mobilizaram em torno de um processo de certificação do território. Na comunicação será assim relevada a metodologia já adotada e a perspetivada para construção da identidade do Produto Turístico Integrado acima referido e, os desafios metodológicos que este processo poderá implicar na adaptação da identidade do município e das entidades parceiras da iniciativa. Num momento em que a colaboração é chamada para uma multiplicidade de áreas de ação, importa que as metodologias, as técnicas e os instrumentos utilizados possam dar resposta às necessidades de participação de uma multiplicidade de atores, com naturezas distintas e situados em diferentes níveis de atuação, e que contribuam para transformar a realidade mediante a criação de novas soluções e para o bem comum através de abordagens participativas. Será igualmente apresentado um modelo teórico aplicável aos processos de construção identitária das entidades envolvidas, recorrendo a conceitos pertinentes e ao relacionamento entre esses conceitos. Para atingir os propósitos que se propõem alcançar, os

autores efetuarão uma pesquisa bibliográfica que possibilite elaborar o enquadramento e, aplicarão entrevistas semiestruturadas às entidades parceiras da ENA e posterior realização de um focus group para recolha de informação original sobre a (re)criação de identidades que decorre no município de Avis, após um ano da assinatura do Acordo de Parceria. Com esta comunicação pretendem assim os autores divulgar e debater um caso de (re)criação identitária territorial, assente numa lógica sobretudo cooperativa, em contraposição a lógicas assentes na conflitualidade, e diferente de lógicas assentes na afirmação de estilos de vida ou em afiliações diversas.

Palavras chave: Identidade Territorial; Quadruple hélice; metodologias participativas; produto turístico integrado

XI-APS-24031 -O «Inquérito às Competências dos Adultos» do PIAAC: quadro metodológico geral e estratégia de desenvolvimento das operações em Portugal

João Queirós - ESE-P.PORTO / IS-UP

Luís Rothes - ESE-P.PORTO / inED

Comunicação Oral

O Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC) é um programa internacional multiciclo de avaliação das competências dos adultos promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Trata-se de uma iniciativa voltada para a assistência aos governos na avaliação, monitorização e análise do nível e da distribuição das competências dos adultos, apoiando o desenho de medidas de promoção da posse e de melhoria do uso de competências em contextos diversos e favorecendo, por essa via, a qualificação dos recursos humanos e a competitividade, bem como a equidade no acesso e participação nos mercados de trabalho e a participação cultural e educativa, fator fundamental de promoção da coesão social e territorial. Promovido em cerca de três dezenas e meia de países, o «Inquérito às Competências dos Adultos» constitui a atividade principal do PIAAC, estando nesta altura a decorrer o 2.º Ciclo da sua aplicação. Depois de um primeiro andamento, concretizado na transição da primeira para a segunda década do presente século – andamento em que Portugal chegou a participar, mas em que não pôde concluir essa participação –, o nosso país está neste momento a desenvolver os esforços necessários à concretização no conjunto do território nacional deste inquérito extensivo e longitudinal de grande dimensão. Falamos de um inquérito a realizar em duas fases («Piloto» e «Principal»), no âmbito das quais serão contactados e entrevistados perto de sete mil indivíduos residentes nas diferentes regiões do Continente e Ilhas. Na presente comunicação, serão apresentados os objetivos e características fundamentais do «Inquérito às Competências dos Adultos» promovido no quadro do 2.º Ciclo do PIAAC e serão discutidas as principais opções metodológicas adotadas no caso português. A comunicação discutirá também os traços gerais da estratégia

de desenvolvimento das operações de inquirição a mobilizar e apresentará alguns dos resultados previstos pelo estudo, referindo-se ainda ao alcance e impacto potencial que a utilização de tais resultados pelos agentes do campo das ciências sociais e educacionais pode ter na construção de conhecimento científico de grande detalhe e profundidade sobre o perfil sociográfico, sociológico e educativo da população adulta portuguesa.

Palavras chave: PIAAC; Inquérito às Competências dos Adultos; Portugal

XI-APS-27342 -O campo de pesquisa biográfica em Portugal: mapeamento, tendências e perfis

Anabela Pereira - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

João Baía - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Ana Caetano - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Magda Nico - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Iscte, Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Esta apresentação decorre do trabalho desenvolvido no projeto de investigação “Ecos biográficos: triangulação no estudo dos percursos de vida”, financiado pela FCT, que tem por principal objetivo reconstituir a história de vida de 20 pessoas a partir das suas narrativas autobiográficas, mas usando também os testemunhos que outros significativos (família, amigos) têm dessa mesma biografia. O ponto de partida desta investigação foi perceber como se estrutura o campo de pesquisa biográfica. Esta área de estudos conta já com uma longa tradição nas ciências sociais, que tem vindo a ser documentada, ao longo dos anos, num relevante corpo de reflexões centradas nas suas principais tendências de evolução. Mas muitos dos textos que mapeiam as suas principais abordagens e métodos tendem a ter uma orientação qualitativa exclusiva e a focar-se, embora de forma diversa e alternada, no mesmo conjunto de autores, perspetivas e tradições nacionais específicas. Com o objetivo de perceber se o campo se organiza exclusivamente em torno destas abordagens ou se é mais amplo, multidimensional e diversificado, foi realizada uma análise bibliométrica que permitiu mapear o campo de pesquisa biográfica internacional, mas também o português, tendo em consideração elementos como o ano e o tipo de publicação, os conceitos mobilizados, o enfoque principal, a abordagem usada, ou a metodologia implementada, entre outros. Esta apresentação centra-se no mapeamento do campo de pesquisa biográfica em Portugal, circunscrevendo o enfoque à área disciplinar da sociologia, embora ampliando simultaneamente a abordagem analítica para incluir tanto uma perspetiva quantitativa, como qualitativa do campo. A realização de uma Análise de Correspondências Múltiplas e

uma Análise de Clusters permitiu identificar três perfis distintos de publicação, cuja caracterização interna foi feita através de uma análise bibliográfica dos textos que compõem cada grupo. Os precursores correspondem aos textos inaugurais do campo e têm um enfoque sobretudo teórico; os engenheiros direcionam-se principalmente para questões metodológicas e os exploradores (onde se encontra a maior parte dos textos) correspondem, na sua maioria, a publicações empiricamente orientadas e com um enfoque misto. São apresentadas as principais características de cada um destes perfis, bem como o seu posicionamento no campo e a inter-relação existente entre eles. Argumenta-se ainda que esta configuração do campo português de pesquisa biográfica é indissociável do desenvolvimento da sociologia em Portugal.

Palavras chave: pesquisa biográfica, análise bibliométrica, sociologia em Portugal

XI-APS-28191 -O SUCESSO ACADÉMICO NO ENSINO SUPERIOR: Problemas conceptuais e operatórios a partir de informação institucional

Susana da Cruz Martins - CIES, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Pedro Ramos - ISTAR, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Mara Vicente - CIES, Iscte - Instituto Universitário

Comunicação Oral

O que nos propomos é, a partir de um projeto desenvolvido numa instituição de ensino superior concreta, definir instrumentos conceptuais e operatórios para dar resposta à necessidade de se conhecer o sucesso académico no ensino superior. Esta apresentação pretende, assim, apresentar e discutir o “sucesso académico”, no seus termos teóricos-conceptuais e nos vários níveis de análise, bem como potenciar a sua operacionalização, tendo em conta o tratamento e medidas para a sua análise, nomeadamente a de indicadores primários, derivados ou compostos. O sucesso académico, pela sua polissemia e multidimensionalidade, comporta uma grande complexidade. Noutros níveis e ciclos do sistema educativo, o entendimento sobre o sucesso e a sua aferição, apesar de complexos e com diferentes abordagens, está mais normalizado e consensualizado. No entanto e por estas razões é útil a distinção na aplicação do conceito de sucesso, dados os objetivos educativos, as especificidades organizacionais e a relação com o mercado de trabalho e outras esferas sociais. Uma outra colocação do problema prende-se com o nosso posicionamento analítico em níveis de análise – estrutural, institucional ou individual/biográfica - quando nos propomos abordar este problema. A cada um destes níveis correspondem objetivos e definições de sucesso diferenciados. A literatura documenta muito bem esta diferenciação. Os indicadores que têm estado mais presentes na literatura dizem respeito, entre outros, à persistência (veja-se os trabalhos de Vincent Tinto), ao progresso no desenvolvimento da formação (no trabalho de fundo de van den Bogaard), ou como concretização de um grau (presentes na investigação de autores como N. Choi ou T.

York, C. Gibson & S. Rankin). Algumas das dimensões ou fatores, atendendo a contributos de Vincent Tinto e, em termos nacionais, aos de Madureira Pinto e de António Firmino da Costa e João Teixeira Lopes, têm a ver com as características dos estudantes que acedem ao ensino superior, com a seu envolvimento académico e adaptação à instituição e ao sistema de ensino superior, com o processo de desenvolvimento da formação, e a transição para o mercado de trabalho. Num mundo cada vez mais complexo e num sistema de ensino superior cada vez mais diversificados, outras orientações, nomeadamente sobre grupos específicos, têm vindo a ser colocados. Dão bem conta desta preocupação os trabalhos de S. Museums, e S. Quayle quando consideram a persistência no ensino superior por parte das minorias étnicas ou outros grupos minoritários.

Palavras chave: Sucesso, ensino superior, Indicadores

XI-APS-37001 -Fazer histórias de família: potencialidades para uma análise longitudinal e multinível

Maria Gilvania Valdivino Silva - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Ana Caetano - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Magda Nico - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

A presente comunicação decorre de um projecto de investigação de equipa intitulado “Linked – Vidas Vinculadas: Uma abordagem longitudinal e multinível do curso de vida da família”, financiado pela FCT, que tem por objectivo principal analisar a interdependência dos eventos que ocorrem na vida de um indivíduo (nas suas diferentes esferas) e no interior da sua família (como um todo e direccionado a membros particulares da família). Para além de uma abordagem quantitativa centrada numa análise europeia, macro e comparativa (com dados do EU-SILC), que permite também perceber a especificidade do caso português relativamente aos efeitos cruzados entre as esferas da família, do trabalho e do bem-estar, a investigação estrutura-se ainda, de forma complementar, em torno de uma componente qualitativa ancorada na realização de histórias de família. É nesta abordagem de cariz mais intensivo que se centra a apresentação. As histórias de família são construídas com base na utilização de três fontes metodológicas mobilizadas no decorrer de entrevistas biográficas: (i) narrativa autobiográfica, (ii) calendário de vida e (iii) árvore de família (árvore genealógica). Pretende-se discutir o contributo que cada um destes instrumentos tem para a realização de uma análise quer longitudinal, quer multinível. Em termos longitudinais, a árvore de família torna mais claros os processos e dinâmicas inter-geracionais e familiares, o calendário de vida permite mapear os tempos, eventos e sequências de uma vida e a

narrativa autobiográfica é fundamental para compreender os sentidos atribuídos às diferentes fases de uma biografia. Quanto à perspectiva multinível, os três instrumentos facultam, em termos gerais, informação relevante para os níveis individual, familiar e geracional (inter e intra), embora se argumente que a árvore de família seja particularmente útil para o nível geracional, o calendário de vida para o nível familiar e a narrativa autobiográfica para o nível individual. No fundo, a triangulação destes três tipos de dados representa um enorme potencial para a análise longitudinal e multinível das histórias de família e da interdependência de eventos pelo facto de permitirem: comparar informação facultada por diferentes fontes e instrumentos relativamente ao mesmo assunto, pessoa e/ou família, desenvolver uma abordagem transversal em termos de dimensões e níveis de análise e estabelecer pontes entre os extremos das dualidades objectivo-subjectivo e quantitativo-qualitativo.

Palavras chave: Entrevistas; Histórias de família; Análise longitudinal; Análise multinível.

XI-APS-37764 -**O valor do projecto científico das ciências sociais – uma doutrina**
António Pedro Dores - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

O conhecimento produzido pelas ciências sociais é subvalorizado pelo público, pelos profissionais e pelas práticas das ciências sociais. O projecto científico das ciências sociais é desqualificado e está parado por doutrinas erradas. São as doutrinas que separam a sociedade das pessoas e da natureza. Esta doutrina dominante produz um complexo de inferioridade não apenas nos cientistas e trabalhadores sociais, mas, em geral, nas pessoas alvo de recrutamento na qualidade de recursos humanos. Favorece a submissão à hierarquização, também na produção de conhecimentos. Pode contrapor-se a esta doutrina constrictiva das potencialidades da produção científica uma doutrina que valorize o projecto científico das ciências sociais e abra caminhos de futuro ao projecto de que estas são herdeiras: tornar a filosofia social emancipadora e aliada da ciência, capazes de des(en)cobrir as razões que inibem a concretização dos ideais humanos de liberdade e de igualdade. Entre os resultados das ciências sociais contam-se conceitos transdisciplinares, aqueles que apelam a conhecimentos de múltiplas disciplinas, incluindo ciências naturais, como é o caso quando convocam a biologia ou as ciências do cosmos. Se esses conceitos passarem a ser valorizados e os respectivos desenvolvimentos apoiados, em vez de inibidos e condicionados, a desvalorização obscurantista dos efeitos da actividade humana na Terra e no clima não teriam sido realizados sem acção proactiva das ciências sociais. As doutrinas a contrapor à actual doutrina repressiva e depressiva, dominante nas ciências sociais, podem ser desenvolvidas a partir de conceitos que sejam capazes de ser efectivos a qualquer nível de realidade e capazes de ligar o interior e o exterior das instituições entre si, como ocorre com a realidade: ela não para nas fronteiras dos sistemas. Tomamos aqui o exemplo do

espírito imperial. Os impérios, os resultados do espírito imperial que evolui a alguns milhares de anos, são odiados, temidos e idolatrados. Desenvolvem preconceitos inibidores da vigência dos direitos humanos, apesar das promessas de liberdades individuais e de igualdade, geralmente reclamadas por revoluções. Promessas que servem também para inibir arte e ciência. Os estados-mercados são o resultado prático do actual estado de evolução dos impérios. Os cidadãos-trabalhadores são os seus resultados mais vulgares. Enquadram os proprietários, seus superiores e encobridores-beneficiários do império, e os excluídos, seus inferiores e bodes-expiadores do império. Na ciência há quem, ao arrepio das políticas estatais, produza instrumentos anti-imperiais de desencobrimento dos processos de legitimação do império. O seu mútuo reconhecimento e organização, independentemente do que ocorrer noutras instituições e na sociedade, como um todo, é uma tarefa anti-imperial e, portanto, científica.

Palavras chave: império; ciência; liberdade; igualdade;

XI-APS-38236 -Desafios éticos na pesquisa qualitativa: uma experiência pedagógica e de investigação

Inês Pereira - ISCTE-IUL, FCSH-UNL

Comunicação Oral

A presente comunicação debruça-se sobre uma experiência pedagógica e de investigação sobre dilemas éticos na investigação qualitativa. O processo inicia-se com uma recolha de dilemas éticos de investigação reais, junto de um conjunto alargado de investigadores de sociologia, antropologia, história e filosofia. As questões levantadas incluem a própria construção do tema da pesquisa, a intervenção ou não-intervenção na realidade empírica, a relação com o objeto de investigação e a divulgação de resultados. O dilema resulta da dificuldade em alinhar a integridade da pesquisa, dos sujeitos da pesquisa e do próprio investigador e sintetizam os eternos dilemas em torno da neutralidade da ciência, da responsabilidade social da investigação e do interesse público da pesquisa. Após a recolha, os dilemas são apresentados na sala de aula. Do ponto de vista pedagógico foi escolhido um formato de dinâmica de grupo, que fomenta a participação ativa de toda a turma, conduzindo os alunos e alunas a uma necessária tomada de posição que pode depois ser debatida e sustentada. Com a aplicação sistemática desta dinâmica em diversos mestrados, com estudantes de diversas áreas disciplinares provenientes de diferentes nacionalidades, repetindo exatamente as mesmas questões, determinados padrões começam a emergir, ou seja, verifica-se que o posicionamento face às questões éticas apresentadas depende fortemente de variáveis como a nacionalidade, o género, a formação de base ou a profissão dos mestrados e mestradas. Face a esta constatação, uma nova etapa de investigação surge: comecei a fazer um registo sistemático dessa experiência, que revela claramente a forma contextual e diversa como a própria ética é produzida. O ciclo fecha-se com a aplicação

da mesma dinâmica a investigadores e investigadoras experientes, que debateram as mesmas questões, sendo possível detetar similitudes e diferenças com as posições daqueles com menos prática de investigação. Aquilo que pretendo apresentar nesta comunicação é uma exploração ainda preliminar destes dados, focando por um lado no tipo de questões que aparecem aos investigadores como problemáticas e por outro, no tipo de variáveis que parecem explicar a forma como os alunos e investigadores se posicionam face a estas.

Palavras chave: ética investigação pedagogia

XI-APS-43799 -Ensino de Ciências Sociais por meio de jogos didáticos: a experiência da 1ª Olimpíada de Sociologia do Rio de Janeiro

Gustavo Cravo de Azevedo - PUC-Rio

Julia Polessa Maçaira - UFRJ

Mário Jorge de Paiva - PUC-Rio

Joana da Costa Macedo - PUC-Rio

XIAPS- Poster

Em outubro de 2019, realizamos a 1ª Olimpíada de Sociologia do Estado do Rio de Janeiro, também a primeira do Brasil. Neste trabalho, apresentaremos um relato dessa experiência. A Olimpíada logrou obter um número de equipes interessadas em participar quase quatro vezes maior do que as vagas oferecidas inicialmente em edital. A metodologia de ensino utilizada foi o uso de jogos didáticos. A utilização de jogos foi considerada uma chave interpretativa para pensar o Ensino de Sociologia nos níveis básicos da educação, sobretudo no ensino médio. A realização do evento foi pensada como uma atividade formativa e também de fixação de conteúdos abordados em sala de aula. Esse resumo, portanto, propõe uma reflexão sobre a inclusão de novas metodologias para pensar a aprendizagem de conhecimento científico. Utilizamos três jogos, cada um pensado para contemplar cada uma das três áreas das Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Envolvermos estudantes do ensino médio e estudantes de graduação em Ciências Sociais vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de diferentes universidades do estado do Rio de Janeiro em atividade formativa. Como resultados, está posto o desafio de pensar na potência dos jogos didáticos para mobilizar conhecimentos das Ciências Sociais em sala de aula no ensino médio.

Palavras chave: Olimpíada. Sociologia. Metodologia de Ensino. Jogos Didáticos. Ensino Médio.

XI-APS-44304 -Método biográfico e memória das ciências sociais em Portugal: um projeto e um acervo

Celso Castro - FGV CPDOC

António Firmino Costa - CIES ISCTE

Maria Dores Guerreiro - CIES ISCTE

Comunicação Oral

Qual o rendimento do método biográfico no estudo de comunidades profissionais? A comunicação tem por base empírica o projeto "Memória das Ciências Sociais em Portugal", realizado em parceria entre a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC) e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (CIES ISCTE). Entre 2008 e 2013 foram realizadas 21 entrevistas filmadas com sociólogos, antropólogos e cientistas políticos portugueses, num total de 55 horas de gravação. Todo o material foi disponibilizado online: <https://cpdoc.fgv.br/cienstassociais/csplp/lista#Portugal>. Em 2019 o projeto foi retomado, com a realização de mais um conjunto de entrevistas. Uma opção metodológica inicial do projeto poderia ter sido pela realização de entrevistas temáticas, centradas no campo de estudos específico de cada entrevistado e em sua produção intelectual. Optamos, contudo, pela realização de histórias-de-vida, com ênfase nas trajetórias biográficas dos entrevistados. As entrevistas já realizadas permitem perceber cortes geracionais, regionais, disciplinares e temáticos. A compreensão dessas narrativas e histórias-de-vida ilumina processos de construção de carreiras intelectuais e relações entre os problemas de pesquisa e a sociedade mais abrangente onde se desenvolvem. Como resultado, acreditamos que, através desse tipo de entrevistas, conseguimos não apenas compreender trajetórias e opções individuais, mas também, como afirma Howard S. Becker, "os efeitos das estruturas de oportunidade, das subculturas e das normas sociais" dentro de um contexto historicamente situado. Com efeito, este tipo de entrevistas biográficas permite, como assinala Daniel Bertaux, "aceder ao conhecimento de objetos sócio-históricos, tais como mundos sociais, categorias de situação social ou fluxos de trajetórias paralelas" e, deste modo, "entender história e biografia, e as relações entre ambas em sociedade", na célebre síntese de C. Wright Mills. O acervo disponibilizado em termos públicos possibilita, ainda, a multiplicação de novas utilizações das entrevistas biográficas, por parte de outros cientistas sociais, pesquisadores, professores, estudantes e estudiosos, ou até simples curiosos, suscitando novos ângulos temáticos, analíticos e interpretativos.

Palavras chave: entrevistas; método biográfico; memória; ciências sociais

XI-APS-44327 -A importância do “Display” no entendimento das fratrias: virtualidades e limites desta abordagem

Andreia Barbas - Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O conceito de “Display” avançado por Finch (2007) tem vindo a ser trabalhado por diversas/os autoras/es em investigações qualitativas (Almack, Kathryn, 2008; Haldar and Waerdahl, 2009; James and Curtis, 2010; Harman and Cappellini, 2015; Share, Williams and Kerrins, 2018). A autora desafia a comunidade científica a mobilizar este conceito, argumentando que integrar esta perspetiva oferece vantagens no entendimento das relações familiares contemporâneas. De modo específico, Finch afirma que a família: a) não se circunscreve ao agregado familiar; b) é variável ao longo do tempo, contrariando um carácter homogéneo e estanque; c) se configura nos cruzamentos entre as identidades individuais e familiares. A investigação que dá origem a esta comunicação, procurou integrar esta proposta teórica, e teve como objetivo principal compreender as relações entre irmãs/os e meias/os irmãs/os, em Portugal, numa perspetiva de trajetória de vida. O olhar longitudinal da pesquisa permitiu situar estas relações na sincronia tempo-espço, e cruzar com os percursos individuais e familiares, assumindo o carácter dinâmico, plural e complexo destas relações. Foram realizadas 68 entrevistas com carácter de história de vida e recurso à foto-elicitación, que correspondem a 25 fratrias (das quais 9 recompostas e 16 nucleares) e com diferentes características (dimensão, composição sexual, entre outras). Importa destacar que a participação na investigação vinculava a concordância da totalidade da fratria, por se reconhecer, que a perspetiva de todos os elementos seria crucial nesta análise. A presente comunicação tem um enfoque teórico-metodológico procurando discutir: a) as vantagens resultantes da utilização deste conceito, a partir da investigação que foi desenvolvida, e respetivo alcance; b) a articulação deste quadro teórico - marcadamente contemporâneo - com a utilização de técnicas de recolha de dados consideradas tradicionais; c) os limites/constrangimentos que esta abordagem trouxe ao trabalho de campo desenvolvido nesta pesquisa. A problematização destas questões tem como objetivo estimular a reflexão das/os investigadoras/es face a objetos complexos, múltiplos e dinâmicos, concretizado aqui sobre as fratrias, mas transponível a muitos outros objetos.

Palavras chave: investigação qualitativa, display, relações familiares, fratrias

XI-APS-48891 -O fhotovoice como estratégia metodológica de investigação promotora do pensamento crítico junto de jovens

Florbela Samagaio - Escola Superior de Educação Paula Frassinetti/Instituto de Sociologia
Matilde Samagaio - Licenciatura Sociologia FLUP

Comunicação Oral

A vida humana desenrola-se num quadro referencial de coordenadas espaciais e temporais. A escola como instituição histórica e pedagógica (Durkheim, 2007) tem vindo a assumir configurações espaciais e arquitetónicas servindo um país e construindo uma identidade. Esta comunicação tem como ponto central de análise a ideia de que a disposição espacial das instituições, assim como dos seus elementos componentes, promove comportamentos que se traduzem em relações de poder (Foucault, 1994), sendo seu objeto de análise a escola, enquanto espaço edificado e contexto privilegiado de socialização (Durkheim, 2007). A forma como o edifício escolar se apresenta configurado no espaço pode condicionar os comportamentos das crianças e dos jovens e perpetuar uma ordem social estabelecida e vocacionada à reprodução social e cultural. Propõe-se uma reflexão a partir da escola – espaço e edificado – sobre identidades e sentimentos de pertença eventualmente adquiridos e interiorizados por jovens estudantes do 9º ano de escolaridade. Procura-se perspetivar a escola, mediante uma abordagem baseada na relação entre a função social da escola e a emergência de rotinas totalitárias (Goffman, 1961), e que, assente numa estrutura física e edificada, suscita a construção de perceções identitárias e eventuais sentimentos de pertença. Em Portugal as crianças ocupam uma parte significativa do seu tempo diário e semanal a trabalhar na escola e para a escola. Considerando a escola não só um espaço “privado” da infância mas sobretudo o lugar privilegiado para o exercício do ofício de aluno (Perrenoud, 1995; Sarmiento, 2000, 2011; Samagaio, 2017) procura-se, em última análise, equacionar a importância deste espaço para a construção da cidadania na infância e da participação social das crianças (Cockburn, 2010; Percy-Smith, 2010; Thomas, 2010; Sarmiento, 2015). A metodologia de investigação utilizada é o Photovoice (Wang, Burris, 1997) compreendido como um acrónimo para Voicing Our Individual and Collective Experience. Esta estratégia de investigação pode ser utilizada durante discussões orientadas para estimular os participantes a “refletirem sobre as suas próprias condições de vida, mas também no sentido de partilhar as suas experiências” (With et al., 2009, p.6) O trabalho envolve 12 crianças e jovens estudantes com idades entre os 14 e os 17 anos, numa escola no concelho do Porto, no ano letivo 2019/2020 e ao recorrer à fotografia participativa como elemento de investigação pretende constituir ele próprio um contexto de promoção da criatividade e do pensamento crítico juntos dos seus participantes. Pretende-se que os próprios construam representações e sentidos sobre a escola, através de imagens/ fotografias e de um guião de questões orientadoras da reflexão empreendida a partir das mesmas. A lente fotográfica tem a capacidade de captar detalhes que escapam ao olho humano (Scharf, 1994).

Palavras chave: photovoice; escola, identidades; pertença

XI-APS-48893 -Proposta de integração do Mapeamento do Comportamento Humano na investigação sociológica: potencialidades da sua aplicação na pesquisa sobre os

usos dos espaços verdes urbanos

Diogo Guedes Vidal - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

Cláudia Oliveira Fernandes - Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto, Portugal / Centro de Investigação em Recursos Genéticos e Biodiversidade, Vila do Conde, Portugal

Ricardo Cunha Dias - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Paulo Castro Seixas - Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Nelson Barros - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

Helena Vilaça - Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal

Rui Leandro Maia - Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal / CITCEM - Centro de Investigação

Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal

Comunicação Oral

A identificação dos padrões das relações sociais tem sido o principal foco da Sociologia, englobando as que se estabelecem entre indivíduos, grupos e espaços. A observação direta de comportamentos e práticas assume-se como uma das técnicas mais mobilizadas na investigação sociológica, destacando-se pelo grau de exigência e rigor que é inerente à sua aplicação, mas igualmente pela profundidade das informações recolhidas. Contudo, parece faltar nesta técnica duas potencialidades importantes na pesquisa sociológica: a relação dos indivíduos com o espaço enquanto instituição e o mapeamento dos comportamentos que configuram essa relação, numa lógica ancorada na perspetiva da Sociologia do Indivíduo de Martuccelli e Singly. Ora, é nesta lógica que o presente trabalho propõe a integração da técnica do mapeamento do comportamento humano (MCH) na investigação sociológica, enquanto técnica amplamente usada pela psicologia ambiental, arquitectura paisagista e ecologia. No domínio sociológico, seria pertinente a adoção pela abordagem do place-centered, ou seja, a observação das práticas dos indivíduos num determinado espaço com o objetivo de perceber as suas interações mútuas. A vantagem que decorre da sua aplicação vai mais longe do que um mero registo no próprio contexto: cada espaço tem associado determinadas características físicas e socioculturais, originando um padrão de comportamento consistente com os seus utilizadores, umas vezes decorrente do planeamento do seu espaço, outras dos usos que se foram instituindo. Por outro lado, permite uma espacialização de um determinado comportamento, o que resultará na identificação de clusters de ações praticadas por grupos num dado espaço. Esta técnica, ainda que passível de ser utilizada em todas as áreas da sociologia, assume particular relevância no domínio da sociologia do ambiente e urbana, mais concretamente no interesse pelos usos dos espaços verdes urbanos, enquanto área ainda por explorar do ponto de vista sociológico. Numa sociedade que enfrenta grandes desafios sociais e ambientais, os espaços

verdes em contexto urbano são um importante ecossistema que pode contribuir na mitigação dos impactos decorrentes destes desafios. Mas, para isso, é preciso perceber como estes espaços são utilizados, quem são os seus utilizadores, o que fazem e onde ocorre, e, também, como interagem e de que forma as características físicas desse espaço influenciam ou condicionam os seus comportamentos. O MCH implica o desenho de um protocolo subjacente à sua aplicação, onde deve constar a realidade a observar, a delimitação das áreas, a determinação do período de análise, a definição de uma grelha de observação e a codificação dos comportamentos a registar. Os dados recolhidos são registados no local e imediatamente mapeados, traduzindo-se num maior rigor e num registo elevado de observações. Assim, e perante uma realidade atual de forte individualização das relações sociais, torna-se necessário revitalizar a teoria e o método de modo a que seja possível responder aos novos desafios sociológicos.

Palavras chave: mapeamento do comportamento humano; sociologia do indivíduo; espaços verdes urbanos; usos e sentidos

XI-APS-53707 -Reflexividade científica em interpretação de dados qualitativos em grupo

Anne Schippling - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), ISCTE-IUL

Maria Álvares - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), ISCTE-IUL

Comunicação Oral

A interpretação de dados qualitativos em grupo é uma prática comum na investigação qualitativa em ciências sociais, especialmente em países com a língua alemã, onde essa prática se tornou uma parte integrante da pesquisa e do ensino na universidade (Schippling 2017). Na base de uma *investigator triangulation* (Flick 2004), a prática de grupos de interpretação visa a construção de um *habitus* científico reflexivo (Bourdieu 1997), que tem em vista a geração de um conhecimento que se baseia na rutura das construções do senso comum, provocando, ao mesmo tempo, uma consciencialização e reflexão das condições sociais do processo de investigação e dos próprios investigadores (Reichertz 2013; Schippling & Álvares 2019). Apesar de a *investigator triangulation* ser uma prática aplicada na investigação qualitativa, existe muito pouca investigação científica sobre essa prática e suas implicações para o processo de investigação e da geração de conhecimento nesse âmbito. A contribuição propõe (1) uma descrição dos fundamentos históricos da interpretação em grupo e das suas atuais formas de existência, (2) uma discussão de exemplos empíricos da interpretação em grupo, realizados em oficinas de interpretação na Alemanha e em Portugal, e (3) uma reflexão sobre desafios metodológicos para a interpretação qualitativa em grupo. Referências bibliográficas Bourdieu, P. (1997). Les

usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique. Paris: Éditions Quae. Flick, U. (2004). Triangulation in Qualitative Research. In U. Flick, E. v. Kardorff, I. Steinke (Ed.), *A Companion to Qualitative Research* (pp. 178-183). London, Thousand Oaks & New Delhi: Sage. Reichertz, J. (2013). Gemeinsam interpretieren. Die Gruppeninterpretation als kommunikativer Prozess. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften. Schippling, A. (2017). Investigator-triangulation in the data interpretation process: an almost untouched research area. *La critica sociologica*, 51 (203), 87–100. Schippling, A. & Álvares, M. (2019). Zur Generierung von Wissen in Interpretationsgruppen – Methodologische Reflexionen im Kontext reflexiver Eliteforschung, *Zeitschrift für Qualitative Forschung*, 20 (1), 43-57.

Palavras chave: investigator triangulation, interpretação em grupo, reflexividade científica, investigação qualitativa

XI-APS-53774 -**Estudar os ecos de uma vida: reflexões em torno de questões éticas**

Ana Caetano - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Magda Nico - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Anabela Pereira - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Sónia Correia - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

A pesquisa biográfica implica entrar na vida dos outros. E fazemo-lo, sobretudo quando recorreremos a entrevistas, através de mecanismos básicos de interação humana. A componente emocional, o grau de confiança depositado nos entrevistadores e a ligação que estabelecemos com as pessoas entrevistadas exigem de nós, enquanto investigadores, uma grande dose de respeito por quem acede partilhar connosco as suas vidas, bem como a preocupação de protegê-las contra qualquer risco que possa advir da sua participação no estudo. Este cuidado deve, por outro lado, ser simultâneo com a necessidade de garantir a integridade científica da investigação ao longo de todo o processo de pesquisa. Tudo isto levanta um conjunto de questões éticas que devem ser reconhecidas e discutidas para assegurar não só a proteção dos entrevistados, como também a viabilidade do estudo. Nesta apresentação são discutidos os desafios éticos enfrentados numa pesquisa biográfica intitulada “Ecos biográficos: triangulação no estudo dos percursos de vida”, financiada pela FCT, que tem por objetivo central reconstituir a história de vida de 20 pessoas usando não apenas os relatos autobiográficos desses indivíduos, como também os testemunhos de pessoas que lhes são próximas (familiares, amigos, colegas, vizinhos). A discussão é

sobretudo centrada em torno de cinco questões: (i) tópicos sensíveis, (ii) circulação de informação entre participantes, (iii) anonimato e confidencialidade, (iv) consentimento informado e (v) incentivo à participação. Argumenta-se que não existe uma solução única e universal para os desafios que resultam de uma pesquisa biográfica, especialmente atendendo à particularidade do dispositivo metodológico com base no qual é feita esta reflexão. Apesar de existirem preocupações e princípios gerais de orientação da pesquisa, a sua implementação deve ser sempre contextual, de acordo com a singularidade de cada caso. O difícil equilíbrio entre a proteção dos participantes e a garantia da integridade científica da investigação é, no fundo, um processo contextualizado e co-construído.

Palavras chave: ética, pesquisa biográfica, relação de pesquisa, integridade científica

XI-APS-54004 -O biográfico é social: reflexões em torno de uma prática colaborativa em sociologia

Liliana Azevedo - CIES_Iscte

Vanessa Carvalho da Silva - CIES_Iscte

Comunicação Oral

Enquadrada num painel de reflexão sobre o "método biográfico" e a sua multiplicidade de aplicações na investigação nacional, esta proposta de comunicação parte do reconhecimento da relevância da prática reflexiva continuada num processo de construção de conhecimento, e do enriquecimento proporcionado pelos momentos de partilha entre investigadores/doutorandos para as suas reflexividades e trajetórias individuais de pesquisa. Duas doutorandas em Sociologia, após a descoberta de que ambas iriam recorrer ao "método biográfico" no seu trabalho de terreno, iniciaram uma série de conversas informais, pondo em comum dúvidas, experiências e sentimentos acerca das suas respetivas investigações. Dessas conversas, resultou a decisão de ler em conjunto "Le récit de vie" (Bertaux, 1997), autor com quem foram estabelecendo uma relação dialógica ao longo dos capítulos. Como realça o autor, o ideal é "poder trabalhar num grupo de dois ou de três, ou no seio de uma equipa mais alargada" (2016 [1997]: 97), porque trabalhar em equipa significa uma pluralidade e complementaridade de 'lentes', o que enriquece a pesquisa independentemente do seu objeto. Nesta comunicação serão apresentados alguns resultados desta reflexão e deste trilha conjunto percorrido em torno de uma metodologia bastante utilizada na sociologia, porém ainda pouco realçada e discutida nos trabalhos académicos, uma constatação corroborada por um levantamento sistemático realizado no quadro do projeto FCT "ecos biográficos". Constatação que torna ainda mais premente o diálogo entre quem recorre a uma abordagem biográfica, extravasando e complementando a reflexão metodológica de cada um/a. Ao longo do tempo, para além do método, outros elementos foram cruzando os percursos (de vida) destas investigadoras, nomeadamente a descoberta de ligações evidentes entre os dois objetos de pesquisa que inicial e

aparentemente, pouco ou nada teriam em comum: por um lado, as disposições e reflexividades dos adultos pouco escolarizados em Portugal e, por outro, a transição para a reforma de casais emigrantes portugueses na Suíça. Alimentadas pela reflexividade uma da outra, foram-se apercebendo de que forma(s) é que o terreno de uma estava presente no terreno da outra e vice-versa. Por exemplo, em ambos os casos, as narrativas de vida dão conta de indivíduos pouco escolarizados que não retomaram a educação formal, de percursos migratórios nacionais e internacionais e da inscrição dum “tempo biográfico” num “tempo histórico coletivo” (idem, p. 84), etc. Em suma, ambas as pesquisas têm reconhecido a grande utilidade do recurso às narrativas na revelação de mecanismos sociais, permitindo apreender as lógicas por detrás dos mesmos, pelo que se considera uma mais-valia a sistematização desta prática metodológica colaborativa no exercício de uma certa «vigilância epistemológica» e uma, essencial «reflexividade reflexiva» (Bourdieu, 2011: 174).

Palavras chave: Metodologia qualitativa; Abordagem biográfica; Reflexividade; Prática colaborativa

XI-APS-56894 -A importância do método biográfico para o estudo de trajetórias de mobilidade social dos ciganos em Portugal

Olga Magano - Universidade Aberta e CIES-IUL, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Esta proposta visa integrar o painel de reflexão sobre o método biográfico desenvolvido por Daniel Bertaux. Na sua obra, “Destinos pessoais e estruturas de classe” (1978), o autor desenvolve a análise dos processos de mobilidade social, em que a trajetória social resulta das relações entre as estruturas sociais, do lugar de família na estrutura de classe, existindo uma relação estreita entre a origem social e a trajetória social. A perspetiva de trajetória e mobilidade social, assente no aumento de escolarização foi central no estudo realizado sobre Ciganos/as integrados/as em Portugal (Magano, 2010), em que o objetivo foi conhecer diferentes percursos de vida e se aplicou o método biográfico com recurso aos “récits de vie” (Bertaux, 1997). Esta abordagem permitiu uma aproximação multidimensional a várias dimensões fulcrais para a compreensão das trajetórias de mobilidade social, como as origens socioeconómicas, a escolaridade dos pais e mães, a escolaridade dos participantes no estudo, as profissões e atividades económicas dos pais e mães e dos próprios, experiência de vida, as relações sociais com ciganos e não-ciganos, a inserção no mercado de trabalho, sentimentos de pertença cultural e de reconfiguração identitária, entre outras. No caso de estudos sobre pessoas ciganas, ainda são frequentes olhares dicotómicos e engessados (assentes em estereótipos e representações sociais sobre modos de vida), com reduzida perspetivação quanto aos percursos de vida. O método biográfico permite uma abordagem abrangente, incluindo aceder ao que os indivíduos

pensam e sabem sobre os seus percursos biográficos, através da mobilização de recordações pessoais e familiares, mas também com proporciona a colocação em perspetiva dessas memórias (reflexão e avaliação retrospectiva). A conceptualização de “recit de vie” (Bertaux, 1997) expressa a preferência pela designação de narrativas de vida, em vez de histórias de vida, na medida em que essa perspetiva permite entender melhor a distinção entre a história de vida vivida por uma pessoa e a narração ou a narrativa que cada indivíduo pode fazer a pedido de um investigador, para contar parte da sua vida, com o estudo do fragmento particular de realidade social histórica, um objeto social e de compreender como funciona e como se transforma, configurando as relações sociais, os mecanismos, os processos e as lógicas de ação que os caracterizam, encontrando um sentido para a narrativa. O narrador elabora uma coerência biográfica, em que é tentado a reconstituir o “filme” da sua vida e a dar-lhe sentido, a estabelecer uma “unidade de vida”, em detrimento de diversidade de eventos contraditórios sobre a experiência de vida nas várias dimensões que se cruzam e misturam para dar coerência à linha de vida, de uma forma holística, o que aplicado ao estudo das trajetórias de vida de pessoas ciganas se ajusta e permite compreender os contextos sociais em que as ações se inscrevem.

Palavras chave: Daniel Bertaux, Ciganos Portugueses, trajetória social, mobilidade social

XI-APS-59108 -Co-vulnerabilidades: a reflexividade emocional na gestão da presença em campo numa pesquisa sobre embriões in vitro

Mário J.D.S. Santos - CICS.NOVA e CIES_Iscte

Amélia Augusto - UBI e CIES_Iscte

Catarina Delaunay - CICS.NOVA e NOVA.FCSH

Comunicação Oral

Há uma longa tradição, nas ciências sociais, de reflexão e debate sobre o potencial impacto das diferentes metodologias de investigação nos sujeitos empíricos. Esta reflexividade metodológica é particularmente importante quando há um envolvimento direto do/a investigador/a com o campo e o estabelecimento de relações de maior proximidade com as/os participantes. No caso de se tratar de uma temática sensível e/ou de uma população considerada vulnerável, colocam-se desafios específicos à concretização da própria investigação, pelo que o sentido crítico e a preservação da integridade de quem participa é ainda mais relevante. Nesta comunicação, propomos uma reflexão sobre o trabalho de campo de um projeto de investigação sociológica em curso acerca da produção de significados associados ao embrião in vitro por parte de profissionais de saúde e de utilizadores/as de técnicas de procriação medicamente assistida (PMA). Este projeto combina metodologias qualitativas e quantitativas, com a realização de entrevistas, a aplicação de um questionário online e a observação etnográfica em centros de PMA. Embora a vulnerabilidade de um dado sujeito empírico nem sempre seja facilmente determinada,

dado o carácter situacional e relacional da vulnerabilidade, é relativamente consensual considerar que os/as utilizadores/as de técnicas de PMA apresentam um elevado potencial de vulnerabilidade, enquanto grupo, seja pela condição que determina o diagnóstico de infertilidade, seja por se tratarem de projetos parentais que desafiam a norma social (como o de casais de mulheres homossexuais ou mulheres solteiras). No entanto, com base no trabalho de campo já desenvolvido, propomos uma reflexão teórica e metodológica sobre outras dimensões emergentes na condução de uma pesquisa com grupos vulneráveis. De uma forma particular, propomos um debate sobre a componente emocional do trabalho de campo para o/a próprio/a investigador/a e a sua eventual vulnerabilidade – um ângulo insuficientemente explorado na literatura. Adotar uma reflexividade emocional na abordagem ao terreno pode beneficiar não só a integridade e bem-estar do/a investigador/a, mas também a própria qualidade da investigação. As emoções podem ser encaradas duplamente como ferramentas de interação e fontes de informação, informação essa que pode ser recolhida e integrada, em termos de análise, no conjunto dos restantes dados produzidos. Uma investigação sociológica sobre temáticas sensíveis, argumentamos, requer também um/a investigador/a sensível e capaz de desenvolver a sua reflexividade emocional, de estabelecer uma relação significativa com os/as participantes, de demonstrar empatia e de trabalhar as suas emoções no terreno, e de usar a informação resultante dessa análise das emoções (de ambas as partes) no processo de análise dos dados.

Palavras chave: vulnerabilidade, pesquisa sensível, reflexividade emocional, trabalho emocional

XI-APS-63049 -Entre a academia e o mercado? Novas abordagens para o estudo dos hábitos online

Filipe Montargil - Escola Superior de Comunicação Social (ESCS)

Branco Di Fátima - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Cristian Ruiz - iNova Media Lab (NOVA/FCSH)

Comunicação Oral

Como utilizamos a Internet? Esta pergunta encontra respostas, na maior parte das vezes, através de estudos com recurso a técnicas de recolha de informação baseadas em inquirição, seja em contexto nacional (INE, 2016; OberCom, 2014) ou internacional (Pew Research Center, 2017; Nielsen, 2016). Estas estratégias metodológicas assentes na inquirição revelam, contudo, limitações, exploradas nas ciências sociais pelo menos desde a década de 1930 (LaPiere, 1934), sendo os resultados influenciados pelo complexo conjunto de relações estabelecidas entre memorização, representações e comportamento efetivo (Foddy, 2009). Outra realidade é vivida pelas grandes empresas tecnológicas. Entidades como a Google, o Facebook, a Apple ou a Microsoft investem recursos muito significativos para estudar e caracterizar a utilização da Internet através da monitorização do comportamento

efetivo dos seus utilizadores (Bilenko & White, 2008; Adar, Teevan, & Dumais, 2009). Parece existir, aliás, uma crescente distância entre academia e mercado, relativamente ao aproveitamento dos benefícios decorrentes da utilização dos dados produzidos na Internet (Andrejevic, 2014), tecnologia central na vida de uma percentagem significativa da população mundial. A proposta desta comunicação consiste em apresentar os desafios e alguns resultados do processo de constituição de um painel online de utilizadores da Internet, na região de Lisboa. Durante os anos de 2018 e 2019, o projeto Living Lab on Media Content and Platforms (LLMCP) desenvolveu uma extensão do Google Chrome – browser mais popular entre os portugueses (StatCounter, 2018), capaz de monitorizar em tempo real a atividade online. Atualmente, o painel é constituído por uma amostra com 350 utilizadores, com diferentes condições perante o trabalho, género, estado civil e idade. A equipa de investigação tem vindo a dispor, desta forma, de informação inovadora, para o estudo e problematização de questões sociológicas no âmbito dos Estudos da Internet – informação esta de carácter mais próximo ao habitualmente disponível em meio empresarial. As técnicas de recolha de informação baseadas em inquirição constituem ainda, naturalmente, lentes importantes para a análise da realidade. Mas também revelam, contudo, limitações e o risco de distorção na representação da realidade. Estas questões são particularmente relevantes, do ponto de vista científico e do potencial de valorização para diferentes stakeholders, como órgãos de imprensa, agências de comunicação ou instituições públicas. Se a Internet é um espaço de comunicação, informação e entretenimento, mas também de negócio, prazer e socialização, mapear com precisão os hábitos online é entender como as sociedades estão a ser construídas. Talvez neste ponto a academia e o mercado possam colaborar no desenvolvimento de abordagens metodológicas inovadoras.

Palavras chave: Internet, Hábitos, Métodos, Digital

XI-APS-66869 -Etnografia urbana num mundo efervescente: pontes entre Portugal e o Brasil

Lígia Ferro - Instituto de Sociologia, ISUP / Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Patrícia Pereira - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA / Universidade Nova de Lisboa

Rita Cachado - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES / ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Renata de Sá Gonçalves - Núcleo de Estudos Artes, Rituais e Sociabilidades Urbanas, NARUA / Universidade Federal Fluminense

Comunicação Oral

Partindo do trabalho desenvolvido no âmbito da Rede de Etnografia Urbana - ETNO.URB, uma rede de investigação constituída em 2016 por três centros (CIES-IUL, ISUP e CICS.NOVA) em Portugal e em interlocução com grupos de pesquisa sediados em

Universidades estrangeiras, em particular, do Brasil (entre as quais a UFF, a UFRJ e a USP), que foca a pesquisa etnográfica em contextos urbanos a partir de uma abordagem interdisciplinar, pretende-se pensar na construção de renovadas pontes intelectuais e científicas entre os dois países. Partindo de pesquisas etnográficas desenvolvidas em cidades portuguesas e brasileiras, como podemos compreender contextos urbanos em que diferenças e pertenças se colocam nas ruas a partir dos usos e experiências de sujeitos e grupos no espaço público, construindo espaços de disputas e narrativas atualizadas sobre as periferias e os centros urbanos? Qual o impacto intelectual recíproco da produção no domínio dos estudos urbanos para entender os atuais contextos sócio-políticos de Portugal e do Brasil? Como pode a etnografia urbana contribuir para compreender agências, resistências e disputa de identidades nas principais cidades brasileiras e portuguesas, atravessadas simultaneamente por movimentos de populismo resultando em parte de fortes sentimentos de insegurança face a novas narrativas que põem em causa múltiplas hegemonias, as quais geram frequentemente oposições e rivalidades? A partir das pesquisas e dos contactos desenvolvidos na rede ETNO.URB pretendemos refletir sobre estas questões e abrir o debate às potencialidades da etnografia urbana para entender um mundo complexo e efervescente como o que vivemos atualmente.

Palavras chave: Etnografia urbana, cidades, Portugal, Brasil

XI-APS-67749 -**Sociologia das associações e análise de redes sociais**

Pedro Rodrigues Costa - Universidade do Minho - CECS

Comunicação Oral

Um modelo sociotécnico, assente em dispositivos de comunicação e informação digitais, veio impor estruturas cada vez mais salientes do ponto de vista reticular. Não é que no passado, antes das TIC, isto não existisse. Existiam redes de interesses, de grupos, de ideias, de estradas ou caminhos, entre outras. Simplesmente, não era tão nítido como agora. Assim, a sociologia necessita de uma atenção particular sobre teoria e metodologias. Com o desenvolvimento de novos sistemas de programação e de investigação de dados, abrem-se novos caminhos para a investigação social. Tal implica um conjunto de nuances, tanto na teoria como nos métodos e técnicas de investigação, quando comparamos com o passado. Utilizando uma expressão cara a Bruno Latour (2012), a investigação sociológica precisa de se “reagregar” para voltar à pertinência dos seus primórdios.

Palavras chave: associações; redes sociais; sociologia;

XI-APS-72313 -Sociólogos, Storytellers? Epistemologia, inovação e criatividade no (re)uso de histórias em investigação qualitativa

Rosalina Pisco Costa - Universidade de Évora e CICS.NOVA.UÉvora

Comunicação Oral

Esta proposta de comunicação oral visa apresentar e discutir criticamente, de um ponto de vista teórico, metodológico e epistemológico, as “histórias” enquanto recurso narrativo que serve tanto a recolha de dados, quanto a sua análise e interpretação e, em última instância, a escrita científica em investigação qualitativa. Uma história é uma forma particular de narrativa, a par de outras. Difere das narrativas simples porque obedece a uma estrutura sequencial implícita (início, meio e fim) e acresce à descrição um significado último, frequentemente envolto em valores, os quais colhem maior ou menor identificação da parte de quem conta a história. O recurso a histórias permite captar a um só tempo práticas consideradas significativas e significados adstritos, inclusive julgamentos morais, através de uma fórmula relativamente simples e condensada: contexto, protagonistas e enredo. Sociólogos, antropólogos e historiadores têm recorrido a esta fórmula para obter narrativas detalhadas sobre o curso da vida dos indivíduos - as histórias de vida -, mas também sobre eventos, fases ou experiências particulares, desde as mais episódicas e singulares, às mais frequentes e aparentemente banais, em diversos contextos da vida familiar, profissional ou pessoal. Justamente porque as histórias fazem parte da vida dos indivíduos e utilizam uma linguagem “universal”, reconhecida desde a infância, esta estratégia é frequentemente apresentada como facilitadora de participação/colaboração e geradora de empatia entre quem recolhe a história e quem conta, ao mesmo tempo que permite captar de forma holística aquilo que é complexo, multisignificante e interdependente. Na análise, o objetivo passa não apenas por analisar a “história” que é narrada (story), mas também investigar os modos como é narrada, logo, interpretada (telling). Inspirada pela obra “Storytelling Sociology” (Berger & Quinney, 2004) e com base numa revisão da literatura apoiada em pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados, esta comunicação pretende aprofundar a reflexão sobre os usos, alcance, limites e desafios éticos suscitados pelas histórias que recolhemos e contamos em sociologia. Paralelamente, insere-se no contexto mais amplo que enforma a discussão em torno das metodologias criativas de investigação social e dos debates que opõem “fast” e “slow science”, não apenas no que diz respeito à recolha e análise de dados, mas particularmente no que concerne à escrita científica e disseminação de resultados.

Palavras chave: Escrita Científica; Histórias; Narrativa; Storytelling.

XI-APS-77201 -Desafios teórico-metodológicos na recolha de dados: para a construção de instrumentos compreensivos, interseccionais e não heteronormativos

Maria Madalena d'Avelar - CIES-IUL
Sónia Cardoso Pintasilgo - CIES-IUL
Violeta Alarcão - CIES-IUL e UL, ISAMB
Pedro Candeias - UL, ISAMB e ICS
Ana Virgolino - UL, ISAMB/EnviHeB Lab
Osvaldo Santos - UL, ISAMB/EnviHeB lab
Patrícia Pascoal - ULHT
Fernando Luís Machado - CIES-IUL

Comunicação Oral

A presente comunicação tem como objetivo apresentar e discutir alguns dos principais desafios na construção de instrumentos de recolha de dados quantitativos que sejam compreensivos, interseccionais e não heteronormativos, bem como avançar com algumas propostas para contornar estes desafios. Esta reflexão surge no âmbito da construção de um inquérito por questionário para o projeto de investigação FEMINA (Fecundidade, Imigração e Aculturação), cujo principal objetivo constitui a análise de experiências e expectativas de saúde sexual e reprodutiva em famílias cabo-verdianas e portuguesas a residir em Portugal. Pretendeu-se construir um instrumento de recolha de informação quantitativa com recurso a entrevistas telefónicas assistidas por computador (CATI) que possibilitasse uma análise contextualizada e inter cruzada das diversas dimensões em estudo: nomeadamente das dimensões relacional, sexual e reprodutiva. Esta necessidade surge ao compreender que a maior parte dos instrumentos já disponíveis recolhem informação sobre cada uma destas dimensões de forma mais ou menos isolada, limitando as possibilidades de análise de informação. Assim, mais do que recolher informação meramente descritiva e estanque sobre as dimensões relacional, reprodutiva e sexual, era objetivo a construção de um instrumento que permitisse abordar cada uma dessas dimensões de forma compreensiva, potenciando uma análise mais integrada, contextualizada e completa das experiências sexuais e reprodutivas das populações em estudo. Por outro lado, este instrumento deveria também permitir a comparação de desigualdades interseccionais de saúde sexual e reprodutiva em mulheres e homens cabo-verdianos e portugueses, identificando fatores sociais, culturais e institucionais. Por fim, pretendia-se construir um instrumento que fosse suficientemente inclusivo para que não fossem excluídas à partida determinadas dimensões de análise ou sujeitos fundamentais, como é o caso de sujeitos que não correspondem à expectativa normativa da relação monogâmica heterossexual. O instrumento de recolha de informação desenvolvido teria então de ser compreensivo, interseccional e não heteronormativo. Também com o objetivo de dar voz às especificidades individuais de cada inquirido, bem como com o intuito de contribuir para o enriquecimento do conhecimento teórico sobre as temáticas em estudo, teria de incluir algumas perguntas abertas. O resultado foi um inquérito por questionário 'à medida', flexível e ajustável à biografia relacional, sexual e reprodutiva de cada inquirido, sem com isso perder rigor ou capacidade comparativa.

Palavras chave: Metodologia extensiva/quantitativa; Inquérito por questionário; Desafios metodológicos; Saúde Sexual e Reprodutiva

XI-APS-77560 -Caleidoscópios biográficos: potencialidades e resistências da pesquisa biográfica

Ana Caetano - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Esta apresentação enquadra-se num painel de reflexão sobre o método biográfico, onde é discutida, em particular, a influência da abordagem de Daniel Bertaux. A comunicação centra-se numa reflexão (autobiográfica) feita a partir de um percurso de investigação individual estruturado em torno da utilização do método biográfico. É dada especial atenção a quatro pesquisas com enfoques temáticos distintos, unidas por uma biografia de investigação: (i) práticas fotográficas e identidade, (ii) reflexividade individual, (iii) crises biográficas e (iv) reconstituição de histórias de vida a partir de múltiplos testemunhos. A experiência destas quatro investigações serve de base para pensar sobre as múltiplas potencialidades decorrentes deste tipo de pesquisa, nomeadamente as que têm vindo a ser identificadas por Bertaux: observação empírica da acção como processo temporal, acesso ao entrecruzamento de três níveis de fenómenos sociais (relativos à interioridade dos sujeitos, às relações interpessoais e às estruturas sociais) e identificação do modo como os fenómenos sociais acontecem e se processam. Neste contexto, o método biográfico é olhado nas suas dinâmicas internas em termos de paradigmas, epistemologia, metodologias e procedimentos. Mas estas investigações são também plataformas para pensar sobre as muitas resistências que as abordagens biográficas ainda encontram no campo académico das ciências sociais, em particular da sociologia, sobretudo pela sua forte associação ao subjectivo e ao singular, à ausência de representatividade e à fraca ligação às políticas públicas. Aqui o método biográfico é observado a partir das suas dinâmicas externas relacionadas com contextos de produção, recepção e financiamento. Argumenta-se, a partir do trabalho desenvolvido nas referidas pesquisas, que a análise sociológica de uma biografia pode ser pensada como a observação de um caleidoscópio, no qual os pequenos fragmentos de vidro coloridos representam as diferentes dimensões, esferas e experiências de vida das pessoas e assumem uma determinada configuração e padrões específicos de luminosidade e cor (estruturas sociais) consoante o modo como os posicionamos face à fonte de luz.

Palavras chave: pesquisa biográfica, fotografia, reflexividade, crises biográficas, histórias de vida

Territórios: Cidades e Campos

XI-APS-13874 -**Migração e Diversidade na Cidade Empreendedora: Definindo o cenário para os novos imaginários urbanos.**

Nuno Oliveira - CIES ISCTE-IUL

Comunicação Oral

A partir de trabalho de campo em Lisboa e Buenos Aires, o artigo examina como os processos de regeneração e revitalização do centro da cidade têm sido consistentemente ligados à mobilização da diversidade cultural. A pesquisa etnográfica e qualitativa foi realizada em espaços urbanos específicos onde a regeneração dirigida pela cultura se encontra a ser levada a cabo. A seleção desses espaços foi baseada na ideia de evitar os suspeitos usuais em estudos urbanos, como as grandes capitais do hemisfério norte. Argumentamos que os traços culturais dos imigrantes são trazidos para esses processos por meio de mecanismos mediadores específicos dos modelos das cidades empreendedoras. Integramos em nossa análise uma ampla gama de atores envolvidos na governança urbana, desde autoridades municipais, passando por organizações de imigrantes, até empreendedores migrantes, a fim de fornecer uma interpretação completa de tais mecanismos. Mostramos que as cidades buscam estratégias similares de lidar com a diversidade cultural de origem imigrante, estando nestas implicadas três dimensões principais: estetização, marketing de lugar e “ethnic showcasing”. Levantamos algumas questões conceituais e políticas relacionadas com os novos regimes de visibilidade e formas de organização social da diferença específicas da cidade empreendedora.

Palavras chave: cidade empreendedora, diversidade cultural, governança urbana, cosmopolitismo

XI-APS-20254 -**Patrimônio em chamás e ascensão da imagem distópica**

Paulo Nunes - Universidade Federal de Itajubá

Ravena Sena Maia - Universidade Federal da Bahia

Dênis Márcio Rodrigues Junior - Universidade Federal de Itajubá

Comunicação Oral

Que distintas temporalidades e memórias passam a operar nos compartilhamentos de experiências através da fotografia digital? De que maneira as imagens do incêndio na Catedral Notre Dame (2019) e no Museu Nacional do Rio de Janeiro (2018) possibilitaram

ao público a resignificação desses patrimônios, já que tais eventos fizeram disparar um fluxo intenso de recordações na forma de selfie? Quando memórias se espalham instantaneamente, de que forma podemos olhar para os arquivos, patrimônios e monumentos como sedimentadores de uma história comum na memória coletiva? Tais perguntas deslocam o olhar sobre o patrimônio para um outro prisma: imagens incendiárias convocando lugares específicos para a interpretação das crises contemporâneas. Na ocasião dos incêndios no Brasil e na França, inúmeras postagens de selfies sobre o ocorrido expuseram a iminência de vivermos numa realidade distópica e sem memória. Ao problematizarmos tais episódios, percebemos uma crise instaurada também na nossa relação com os monumentos: os patrimônios são resignificados através da visualidade construída pelo dispositivo fotografia/memória/experiência. Nos eventos citados a noção de monumento é disputada por duas vertentes contraditórias entre o visível e o invisível: se por um lado as selfies da Notre Dame atestam a existência de uma visibilidade excessiva no monumento cartão-postal que agora existe em cinzas, por outro, as fotos do incêndio do Museu Nacional endossam sua invisibilidade e seu desaparecimento como um fato dado, um monumento esvaziado de sentido na nossa história social recente. A partir das aproximações teórica e problematizações envolvendo o campo da fotografia e dos estudos urbanos e ambientais, em torno das imagens contemporâneas do fogo, e de como seus simbolismos são capazes de conectar temas como crise ambiental, social e da memória, esta comunicação tem três objetivos principais: (i) discutir a analogia do fogo nas imagens e narrativas contemporâneas sobre incêndios, buscando associar seus significados e visibilidades às crises contemporâneas; (ii) perceber, a partir disso, pontos de conexão entre imagem e memória; e (iii) analisar, de uma forma mais geral, as maneiras pelas quais a fotografia e o mercado de imagens contemporâneo têm se aproximado da retórica da catástrofe, como o discurso da distopia. A pesquisa está assentada numa abordagem de cariz qualitativo, tem a análise do discurso de Mikhail Bakhtin como caminho metodológico e faz parte de um projeto de colaboração institucional entre a Universidade Federal de Itajubá e a Universidade Federal da Bahia, denominado Lugares Incendiários: imagens e distopias contemporâneas.

Palavras chave: imagem, patrimônio, distopia, memória

XI-APS-20542 -Nós e os outros: as Avenidas Novas em 2020.

Fernando Pinto - ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Esta comunicação reporta-se a uma pesquisa em curso sobre as recomposições e as representações sociais das Avenidas Novas de Lisboa, no âmbito do Doutoramento em Sociologia no ISCTE-IUL. Nela apresentamos um conjunto de retratos de moradores desta área da cidade, no tempo presente, a partir de entrevistas onde procurámos conhecer as

suas impressões sobre a zona, as alterações aí verificadas no contexto de transformação da própria cidade, o estatuto social associado às Avenidas, a existência ou não de um bairro e ainda aspetos relacionados com a mobilidade espacial quotidiana. Num arco temporal de pouco mais de um século, vários processos territoriais ocorreram, de forma quase encadeada. São exemplos desses processos determinantes a expansão urbana, a industrialização, a urbanização, a suburbanização, a metropolização, a terciarização, a revitalização urbana, a nobilitação e a produção das mobilidades, sem os quais não é possível compreender hoje o lugar das Avenidas Novas na cidade. Por isso, partimos de uma contextualização histórica e urbanística, já apresentada anteriormente, para uma análise das dinâmicas sociodemográficas e socioeconómicas, convocando diferentes escalas temporais e espaciais. Mas são os atores e as suas representações o ponto de chegada da pesquisa, e é essa componente que relevamos nesta apresentação. O espaço social das Avenidas é hoje partilhado por moradores, antigos e recentes, trabalhadores do comércio e dos serviços, estudantes e também muitos passantes, e a sua interação quotidiana pode traduzir-se numa dinâmica de bairro e/ou num entreposto onde se cruzam funções e papéis. Defendemos que as condições que as Avenidas Novas ofereceram à expansão da cidade a partir do seu traçado inicial, viabilizando a mobilidade espacial, a urbanização primeiro e a terciarização depois, são ainda hoje favoráveis à revitalização urbana que atualmente traduz uma dinâmica de retorno à cidade. E defendemos também que, apesar da forte terciarização das últimas décadas do séc. XX, e em parte através dela, as Avenidas Novas mantiveram, ao nível das representações sociais do espaço residencial, um estatuto socioeconómico elevado. E é fundamentalmente no discurso direto dos atores que aqui procuramos testar essas hipóteses.

Palavras chave: Avenidas Novas, Processos Territoriais, Representações Sociais.

XI-APS-23373 -Os entregadores em bicicleta: contradições entre a prática e as representações do ciclismo urbano na metrópole de São Paulo

Carolina Gontijo Lopes - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Comunicação Oral

É crescente o uso da bicicleta nos serviços de distribuição e entrega de cargas nas grandes cidades. A chamada (ciclo-) logística corresponde a prática do ciclismo urbano dos mensageiros, entregadores e distribuidores em bicicleta; eles contam hoje com avanços tecnológicos no campo de transporte de cargas. Por outro lado, é uma prática marginal pela negligente regulamentação desses serviços no campo do trabalho. Este estudo qualitativo e empírico aplicou metodologias móveis e visuais (Pink, 2001; Urry e Sheller, 2006; Spinney, 2011; Mantas, 2015) e baseia-se em observações etnográficas e entrevistas semiestruturadas em São Paulo. Para análise da prática urbana foram realizados diálogos teóricos com a prática cotidiana de De Certeau (2009), a teoria da prática e dos campos de

Bourdieu (1989) e da prática urbana em Magnani (2012). Na observação do cotidiano que procuro reconhecer a prática do ciclismo urbano no campo do trabalho. Com isso procuro compreender, como as representações do ciclismo urbano reproduzem obstáculos simbólicos à própria prática dos trabalhadores em bicicleta, bem como estes elaboram taticamente mecanismos de resistência no contexto da metrópole. Como resultados desta pesquisa doutoral, destaco as contradições da prática do entregador marginalizado que é representado como o herói energeticamente sustentável. Na representação da prática dinâmica, saudável e moderna sucumbindo às perdas sociais associadas a falta de segurança viária descubro as precárias condições laborais dos entregadores em bicicleta. É entre o avanço das novas tecnologias, como as plataformas digitais colaborativas, como também a negligência e incapacidade do Estado, que mecanismos de resistência são acionados. Há ciclista trabalhador que engaja politicamente no (ciclo-) ativismo; outros integram à redes de socialização e aqueles que aderem ao consumo de pertencimento, como a identidade hipster e bike-messengers. A prática e as representações do ciclismo urbano para fins laborais em seu cotidiano contribuem para a reprodução de mecanismo de dependência; ao passo que é pelo próprio contexto da metrópole que mecanismos de resistência subvertem, em ocasiões, a marginalização dessa prática.

Palavras chave: prática do ciclismo urbano; representação; metrópole; entregadores em bicicleta.

XI-APS-27091 -**Retorno ao campo: quem são os “novos rurais?”**

Ana Carolina Cardoso Luís - Universidade da Beira Interior

Alcides A. Monteiro - Universidade da Beira Interior

Comunicação Oral

As temáticas associadas às transformações ocorridas nas áreas rurais continuam a ser, indubitavelmente, uma questão contemporânea pertinente. Para além desses territórios serem um importante espaço de interação e de construção social, cada vez mais o bem-estar emocional e as relações com a natureza são entendidas como um elemento central na vida dos indivíduos, das famílias e das comunidades. A presente comunicação reflete uma investigação desenvolvida com o propósito de estudar as novas formas de encarar estes espaços, especificamente a partir das experiências vivenciadas por indivíduos e suas famílias que, não tendo aí as suas origens, decidem neles habitar, observando ainda como essas experiências se cruzam com outras esferas do social. A investigação em causa, de natureza exploratória e apoiada numa metodologia qualitativa (entrevistas / histórias de vida), incidiu sobre indivíduos que, num determinado momento da sua vida, abandonaram a sua residência no meio urbano em favor da opção por viver em meio rural (aldeias ou vilas de pequena dimensão), fixando-se em diferentes geografias do território nacional. Para além de se delinear o seu perfil, foram questionados sobre os seus motivos e receios, bem como

sobre as estratégias individuais adotadas, analisando ainda os seus processos de adaptação e acolhimento assim como as restrições e mudanças enfrentadas pela nova realidade vivida. Da análise feita, os fatores que emergem como mais tendo influenciado o desejo de mudança são: a melhoria da qualidade de vida, o cansaço e pressão de viver em zonas urbanas, o viver para a natureza e o viver de forma saudável. Influência essa que, depois, se manifesta em cada caso de modo distintos e com diferentes gradações. Da mesma forma, pudemos apurar uma grande diversidade tanto no que toca aos modos como vivem os espaços, quanto ao futuro pessoal pretendido e ao futuro que perspetivam no que concerne ao desenvolvimento dos locais que escolheram como sua nova residência. Tais dados levam-nos à hipótese de que não estamos perante “um tipo” específico de indivíduos a fazerem esta opção, como alguns autores tendem a perspetivar, nem uma única forma de efetuar os percursos de transição. O reconhecimento é o de que, mais que um movimento de transição geográfica, este envolve questões mais complexas em termos identitários e sociais.

Palavras chave: Rural; Contraurbanização; Desenvolvimento Local; novos rurais

XI-APS-30260 -De que desigualdades estamos falando? O ensino de sociologia nas Escolas do Campo

Alisson Correia Dias - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Comunicação Oral

Este trabalho parte de três premissas, a primeira: o estudo das desigualdades sociais no ensino de Sociologia na Educação Básica é indispensável para que os estudantes compreendam a sua inserção na estrutura social, segunda: a colonização/urbanização do Brasil, que impôs uma estrutura econômica, cultural e social, é chave para a compreensão das desigualdades, terceira: os marcadores classe, raça, gênero e sexualidade, são fundamentais ao processo de compreensão de tal fenômeno. A pesquisa centra-se no ensino de Sociologia sobre desigualdades para jovens nas escolas do campo, a partir de uma abordagem qualitativa composta: 1. pela análise de pesquisas sobre Desigualdades Sociais no ensino de Sociologia; 2. por uma análise documental; e 3. por uma pesquisa empírica, incluindo um questionário com 20 professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais e estudo de caso com dois desses professores. Estruturado em três partes: 1. um recorte da urbanização no Brasil e os desdobramentos que originam a mobilização social por uma educação do campo; 2. uma análise geral de como as discussões teóricas sobre desigualdades são apresentadas no currículo e 3. análise sobre as práticas de docentes que atuam em contextos sociais que revelam questões riquíssimas ao exercício epistemológico. Os dados apontam, que: 1.a maioria de trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão possuem menos de 30 anos de idade e vivem em condições precárias, em regiões onde não se tem acesso à terra; 2.os adolescentes e jovens, sobretudo do sexo masculino, são os que mais deslocam no período das colheitas, evadindo da escola, 3.o processo

violento de expansão de fronteiras agrícolas sobre territórios quilombolas, indígenas, assentamentos da reforma agrária e unidades de conservação ambiental, incluindo exploração de trabalho infantil e sexual, leva a taxas de homicídio elevada nos municípios com maior vulnerabilidade econômica e social e, 4.a vinculação da violência no campo ao confronto de interesses entre o agronegócio e as populações camponesas. Constatou-se, ainda, que: 1. é difícil trabalhar os marcadores sociais gênero e sexualidade nas escolas do campo, devido ao tradicionalismo; e 2. tais sujeitos experimentam condições desiguais em relação àqueles que vivem na parte urbana da cidade, pouco consideradas nos materiais didáticos, geralmente urbanocêntricos. As considerações finais apontam o potencial problematizador do ensino de Sociologia, que considera a estrutura econômica, social e cultural camponesa, revelando-se importante a sociologia escolar, do campo e da cidade.

Palavras chave: Desigualdades. Educação do Campo. Ensino de Sociologia.

XI-APS-30691 -Habitação social e processo (contínuo) de realojamento: o caso do bairro Padre Cruz em Lisboa

Caterina Francesca Di Giovanni - CIES-IUL

Rita Cachado - CIES-IUL

Comunicação Oral

Situado no limiar do concelho de Lisboa, na freguesia de Carnide e junto à fronteira com o concelho de Odivelas, o bairro Padre Cruz tem sofrido um conjunto de alterações ao longo das últimas décadas, que passam por sucessivos realojamentos, desde o programa das Casas Desmontáveis, ainda no tempo da Ditadura, passando pelo PIMP – Programa de Intervenção a Médio Prazo, nos anos 80, até à demolição das “alvenarias” e construção de nova habitação social na atualidade. É conhecido por ser o maior bairro social da Península Ibérica e é atravessado por conflitos internos, entre o “bairro antigo” e o “bairro novo”. Há por isso um debate necessário que ponha em relação a habitação social produzida em grande escala na Área Metropolitana de Lisboa nas últimas décadas, no contexto do Programa Especial de Realojamento, e a gestão da habitação social em bairros como o Padre Cruz, com características intrínsecas, pela sua dimensão e pelas suas histórias. As transformações do bairro afetam necessariamente os moradores. Assim, nesta comunicação queremos por um lado abordar as representações dos habitantes relativamente a novos moradores, e às relações de vizinhança antigas, e por outro lado, o processo de realojamento das moradias para prédios com vários andares. Além disso, importa aprofundar o que está em causa na atual intervenção: melhor integração do bairro relativamente à cidade (a nível dos transportes e do acesso a equipamentos); gestão do processo de realojamento diferente dos anteriores; inovação na construção (tipologia evolutiva, painéis solares e aproveitamento de águas). Esta comunicação apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa de doutoramento em Estudos Urbanos (FCSH-NOVA/ISCTE-IUL) sobre o bairro referido e suas

dinâmicas no âmbito de sucessivos processos de realojamento, contando a sua história tanto a um nível diacrónico com trajetórias do bairro em vários âmbitos (projetual, institucional, habitacional) e a um nível sincrónico com outputs da pesquisa de terreno.

BIBLIOGRAFIA: BAPTISTA, L. (1999), *Cidade e Habitação Social*, Oeiras: Celta FARINA, M. (2001), *Por uma antropologia do habitar: projeto e quotidiano num bairro de habitação social em Lisboa*, tese de Mestrado em Desenho Urbano, ISCTE FREITAS, F. (2013), *Histórias e memórias do bairro Padre Cruz*, JF Carnide, Lisboa NICOLAU, J. (2017), *O bairro como catalisador de urbanidade da cidade. Critérios de urbanidade como efeito multiplicador*, tese de Doutoramento em Urbanismo, FA-UL

Palavras chave: Habitação social; Realojamento; Demolição; Bairro Padre Cruz

XI-APS-31921 -The space of participation. An integrated approach to participatory and urban studies

Roberto Falanga - ICS-ULisboa

Comunicação Oral

The main body of scientific and grey literature on democratic innovations has grown massively in the last few decades. While efforts to define the multiple mechanisms, techniques and methods adopted to engage citizens in policymaking has been profuse, little attention has been paid on their spatialisation. As the vast majority of this kind of innovations occur on the local scale, and mainly in urban settings, the mismatch between participatory and urban studies risks to fall short of a more comprehensive understanding about ongoing transformations and challenges in both fields of study. This paper addresses this gap by contending the need to analyse the ways in which the spaces of participation epistemologically and ontologically condition the design and implementation of citizen participation. In the same vein, we advocate the need to look at the spatialisation of democratic innovations, and their impacts on the urban settings. Towards this end, the paper is structured in two main parts. The first traces the path for a new integrative approach that brings together inputs from participatory and urban studies by shedding light on the pitfalls of ongoing processes of urbanisation - which show the accelerated rise of socioeconomic and territorial inequalities between and within the cities - and the drawbacks of democratic innovations in the pursuit policy effectiveness and social justice. We argue that little advancement can be made in the study, design and implementation of democratic innovations out of this endeavor. Likewise, the magnitude of ongoing urban transformations should not be understood without taking into account the role played by democratic innovations. The “space of participation” is, thus, presented as an original conceptual device capable to account on the epistemological and ontological features of the adopted integrative approach. The theoretical reflection is offset with empirical knowledge from extensive research on the design and implementation of democratic innovations in

Southern European cities, with a focus on Lisbon. Fieldwork has been conducted in the last few years by adopting a multi-method approach which conveys both qualitative and quantitative data. Zooming in on the findings of the international project “ROCK - Regeneration and Optimisation of Cultural heritage in creative and Knowledge cities”, co-led at the hosting institution between 2018 and 2020, additional insights will be provided on the space of participation from this EU-funded research and innovative action.

Palavras chave: democratic innovation; citizen participation; urbanisation; Lisbon

XI-APS-38193 -Patrimônio e imagem: requalificação e sociabilidades nos Centros Históricos no Brasil (João Pessoa) e na França (Tours).

Alzilene Ferreira da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN e Université de Tours

Comunicação Oral

É notável que a cena contemporânea revela o movimento singular de florescimento da valorização do patrimônio cultural como meio estratégico de promover o desenvolvimento econômico. O engate do patrimônio com as estratégias para alavancar o turismo, vem tornando os Centros Históricos (CHs) das cidades espaços para o consumo cultural. Outrora centros da vida urbana, locais que concentravam diversas e distintas funções. Com a industrialização e urbanização as cidades cresceram para além do seu nascedouro – aumento populacional oriundo do deslocamento da população rural. Uma constelação de transformações impulsionada pelo acelerado crescimento urbano teve desdobramentos inauditos, o núcleo antigo lobra o esmaecimento paulatino das funções que o sustentava. As cidades assistem emergir outros bairros e centros econômicos. promovendo o deslocamento dos habitantes, sobretudo, os mais abastados e o comércio a eles destinados. Novo panorama se desenha e os bairros antigos tornam-se locais abandonados e estigmatizados. Fenômeno facilmente encontrado em diferentes países. Quadro reverso começa a ser delineado na segunda metade do século passado, quando os bairros antigos, convertidos em CHs, passam a ser alvo das políticas de patrimonialização e nesse horizonte inaugura-se novas políticas de regulamentação urbana. Abrem-se as cortinas para um novo enredo: os CHs ganham refletores e papel especial na cena urbana. No bojo dessa candente tendência percebe-se que a introdução de novos elementos, como as requalificações, sustentam as mudanças sobre a imagem dos lugares, uma vez que, alterados são os usos e funções que marcam a paisagem. No rastro dessa propensão o fenômeno da gentrification surge como resultado das políticas urbanas. Observando essa tendência e partindo dessa perspectiva busca-se compreender, nesse trabalho, como os CHs das cidades de Tours/ França, e João Pessoa/Brasil, são vivenciados/percebidos do ponto de vista dos seus habitantes. Interessa-se, portanto em perceber o cotidiano do CHs, como políticas urbanas engendradas promoveram/promovem mutações nos comércios, nas sociabilidades e modos

de viver dos moradores. Para a feitura do trabalho, afora revisão bibliográfica efetivadas em diversas bibliotecas de universidades e instituições no Brasil e na França, realizou-se entrevistas com habitantes, comerciantes, representantes de órgãos públicos e ex-moradores dos CHs das duas cidades. Ademais efetuou-se uma rica pesquisa em Arquivos e Órgãos Públicos, e investigações em jornais e artigos na Internet. Considerou-se os estudos fecudos de Bidou-Zachariasen, Choay, Fortuna, Frúgoli, Jeudy, Leite, Peixoto, Zukin entre outros autores. O uso de fotografia apresenta-se como contributo a tessitura do trabalho de campo. A etnografia realizada nos CHs, dos dois países, permitiu apreender que as realidades descortinam convergências em um quadro analítico comparativo.

Palavras chave: Cidades; Centros_Históricos; Patrimônio; Sociabilidades

XI-APS-38240 -Estratégias de ordenamento, controlo e negociação do espaço público e práticas culturais urbanas: os casos do graffiti e do skate em Barcelona

Lígia Ferro - Instituto de Sociologia / Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Francisco Mouga - Centro de Ciências do Comportamento Desviante/ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Comunicação Oral

A partir da reflexão cruzada sobre os resultados de duas pesquisas etnográficas em Barcelona, e focalizando o bairro do Raval em particular, pretende-se colocar à discussão as estratégias de ordenamento e controlo social do espaço nesta cidade em particular no que diz respeito às culturas urbanas como o graffiti e o skate, considerando as táticas e as estratégias dos protagonistas envolvidos. Ao longo das últimas décadas que a proliferação destas culturas urbanas tem ocorrido um pouco por todo o mundo. O carácter glocal e o facto de exigirem relativamente poucos recursos materiais para serem performadas faz com que sejam culturas sejam acessíveis a atores de diversas idades, classes sociais e géneros. Com a crescente popularização destas culturas, muitas vezes vistas como disruptivas, marginais ou transgressivas, cresceram também os mecanismos de controlo social pensados pelos poderes urbanos para tentar afastar os praticantes de graffiti e skate dos centros urbanos e espaços de maior interesse turístico. Apesar da dimensão transgressiva destas culturas, importantes dinâmicas e lucros económicos envolvem os seus atores e públicos-alvo: skateparks, ginásios e galerias de arte urbana têm tido crescente sucesso, e justificam o investimento de diversas partes interessadas como câmaras municipais, museus de arte e investidores privados, retalhistas (lojas especializadas em arte e desporto relacionados com estas culturas) e publicidade. A cidade de Barcelona funciona como um dos principais contextos de desenvolvimentos destas culturas urbanas, quer por formar praticantes locais, quer por atrair estrangeiros, beneficiando economicamente desta confluência de culturas urbanas e dos negócios inerentes/adjacentes às mesmas. Inversamente, e apesar de difundir estas culturas em canais próprios como atrativos turísticos, a cidade que se afirma como

neoliberal, cosmopolita e acolhedora acaba por se revelar como controladora e por vezes excludente. Quem pratique graffiti ou skate em espaço público, enfrentará controlo policial forte, terá uma grande probabilidade de ser punido com coimas estipuladas em legislação própria. Por outro lado, verifica-se a destruição de certas “paisagens vernaculares” que funcionaram como agregadoras e potenciadoras de uma cultura própria a nível global. Através do cruzamento de etnografias urbanas baseadas em observação participante, entrevistas semi-diretivas, análise documental e fotografia social, os investigadores analisam o contexto do bairro barcelonês do Raval, focalizando as estratégias de ordenamento, controlo e negociação do espaço urbano, tomando a metáfora militar de Michel de Certeau como ponto de partida para compreender como os skaters e grafiteiros reclamam o seu direito à cidade.

Palavras chave: Cidade, culturas urbanas, graffiti, skate, etnografia urbana, Barcelona

XI-APS-44259 -Uma cidade sob pressão: A habitação como questão emergente em Braga

Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro - Universidade do Minho

Joana Teixeira Ferraz da Silva - Universidade do Minho

Fernando Bessa Ribeiro - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Cada cidade é o resultado da sua história, escrita a partir do momento em que o seu território é ocupado e transformado pelos seus habitantes. Estamos perante um objeto dinâmico, definido e condicionado por estruturas resilientes, mas também por dinâmicas que as transformam, fazendo com que a cidade seja um laboratório vivo e “privilegiado de análise da mudança social” (Cuin & Gresle, 1994: 191). A cidade que conhecemos “é apenas a “cidade do momento” permeável à mudança que fará dela uma outra cidade” (Baptista, 2001: 72). Este é um campo simultaneamente marcado por solidariedades e por lutas que opõem interesses divergentes e seus projetos distintos de cidade. É precisamente na cidade que muitos dos fenómenos que marcam a vida social tomam as “colorações mais intensas” (Baptista, 2001: 71). O setor da habitação não é a eles indiferente. Verifica-se um crescente dinamismo demográfico e económico que marca a realidade das nossas cidades em contínua expansão, com enfoque nas dimensões habitacionais e imobiliárias, elas também responsáveis pela circulação do capital. Estamos perante um campo privilegiado de intervenção do capital, sempre orientado para a procura incessante de lucro, incluindo o obtido através dos investimentos no setor habitacional. Confrontados com ação do capital e dos seus “empreendedores”, a autonomia dos governos locais é diminuta, mas não impossível (Silva et al, 2017). Estas dinâmicas podem ser observadas também no caso da cidade de Braga, capital de distrito, com 181.494 residentes, correspondendo a 64.092 famílias, sendo que esta apresenta 84.684 alojamentos e 38.892 edifícios (www.pordata.pt).

Neste território urbano emergem dinâmicas, mormente mercantis, marcadas pela inflação dos preços de venda e de arrendamento habitacional. Assim, aos velhos problemas habitacionais relacionados com as más condições dos fogos, acrescentam-se hoje novos problemas, num contexto de acelerada reconfiguração espacial alavancada nos conhecidos processos de gentrificação (cf. Durham, 1984), traduzindo-se também em novas formas de vivência urbana e dos usos dos espaços. A presente comunicação procura dar conta das principais dinâmicas que afetam hoje a cidade de Braga, articulando a discussão do quadro legal com as dinâmicas migratórias e as opções políticas, incluindo do governo local, tendo como objetivo identificar e compreender as causas que explicam a atual situação urbana em Braga, marcada pela rarefação da oferta habitacional, nomeadamente para arrendamento, e concomitante aumento do custo da habitação. Trata-se de uma questão poliédrica, polémica e sobretudo premente, exigindo a mobilização de um vasto acervo teórico e a consulta de fontes documentais e outros dados.

Palavras chave: Braga; Habitação; Dinamismo Demográfico

XI-APS-44997 -Festivals of Light and the touristification of the urban night

Manuel Garcia-Ruiz - CIES-Iscte

Comunicação Oral

In recent years we have witnessed the exponential growth of international light festivals. This type of program seems to have been adopted by local governments as a kind of multipurpose solution, capable of responding to the needs of cultural and tourist innovation, as well as the needs of internationalization and city branding. By occupying the public space, the light festivals propose the temporary transformation of the night city into a kind of gallery or museum, proposing new logics of spatial circulation that maximize the experience of contemplation of works of art, while guaranteeing the correct flow of people, and lead the masses to areas intentionally dedicated to consumption such as food trucks or temporary souvenir shops. Local visitors have the opportunity to create new urban narratives, ephemeral of course; while visitors have the opportunity to learn about the heritage (albeit altered) of the organizing town. We propose here a national case study, Lumina em Cascais, to characterize the processes of night urban tourism and the creation of new experiential narratives. This work presents the ethnographic fieldwork carried out by the author, and an extensive netnographic review, covering the festival from its beginning to its end (2011-2018).

Palavras chave: Festival of light, touristification, urban narratives, night

XI-APS-46888 -A Brasileira, sentido de identidade-comunidade

Helena Pires - Universidade do Minho

Comunicação Oral

A investigação que propomos apresentar surgiu do desejo de relevar os diferentes modos como os frequentadores d' A Brasileira, em Braga, se apropriam do café, transformando-o num lugar simultaneamente pessoal, que cada um inscreve nas suas rotinas, nos seus encontros marcados ou fortuitos com os amigos e conhecidos, nas suas memórias e histórias de vida, mas também num lugar impessoal, não no sentido da experiência da indiferença, mas da dilatação da experiência aos modos de ser-com e de estar-com, ou do lembrar-com, da possibilidade, enfim, de cada um se sentir parte do que observa, do que nele ressoa, distendido sobre as ambiências, os objetos, as conversas, as vistas, para lá da sua esfera estritamente subjetiva. Com este propósito, tendo por base as notas de campo que a Passeio foi acumulando durante cerca de um ano e meio de observação, de entrevistas a frequentadores mais ou menos assíduos, bem como a alguns dos seus colaboradores, e não deixando de parte algumas das conversas informais que se juntaram a este puzzle de visões e memórias coletivas (Halbwachs, 2013), aqui partilhadas, procurámos contribuir para a valorização do sentido de comunidade e de pertença que, em tempos de crescente celeridade, bem como de progressiva descaracterização e “nudificação” do espaço urbano (Zukin, 2009), urge resgatar. A partir dos retratos do quotidiano n' A Brasileira, desenham-se quadros da vida na cidade, compostos por detalhes que escapam às notícias, insignificâncias que dificilmente são perceptíveis nas visões mais panorâmicas, pequeníssimas coisas que tanto prenunciam mudanças como resistências inesperadas, expressões de diferentes culturas e identidades, coabitando, não raras vezes, de forma assíncrona. A este projeto juntou-se o ilustrador Pedro Seromenho, adicionando à investigação a experimentação de modos possíveis de integrar a explanação do imaginário como médium no contexto da etnografia visual (Pink, 2001; Feixa & Porzio, 2008; Souza Martins, 2008; Lopes, 2011). Poderá de antemão concluir-se que a experiência quotidiana n' A Brasileira é, nos termos de Bernard Stiegler (2018), uma experiência estética e política. Estética, em primeiro lugar, porque agencia o sentir-com. A singularidade da arquitetura e decoração interiores, o gosto pela apreciação do vagar e da circulação nas ruas, em dias de sol ou chuva, as leituras ou conversas de ocasião, compõem uma ampla organologia de estímulos e sensações, ao mesmo tempo únicos e comuns. Política, em segundo lugar, porque potencia, a partir dessa mesma experiência estética partilhada, a participação na produção de um sentido coletivo de identidade e vida em comum.

Palavras chave: café; identidade; comunidade; estética; política.

XI-APS-50329 -**Habitação e desigualdades em Portugal: uma tipologia territorial**

Alda Botelho Azevedo - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Inês Tavares - Observatório da Desigualdades, CIES-ISCTE

Ana Filipa Cândido - Observatório da Desigualdades, CIES-ISCTE

Renato Miguel do Carmo - Observatório da Desigualdades, CIES-ISCTE

Comunicação Oral

Em Portugal, no período pós-crise financeira 2010-14, a habitação reassumiu um papel de destaque nos desafios familiares. O aumento dos preços da habitação, cujo crescimento do rendimento não tem acompanhado, coloca desafios acrescidos no acesso a habitação segura, adequada e a preços acessíveis, com importantes implicações nas desigualdades sociais. Não obstante, Portugal é um país de acentuadas assimetrias, nomeadamente demográficas e habitacionais, sendo que a combinação dos vários factores impulsores das dinâmicas entre a oferta e a procura de habitação tem tido impactos regionais diversos. Neste contexto, a crescente disponibilidade de dados estatísticos e administrativos à escala municipal, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Banco de Portugal, constitui uma oportunidade ímpar de aprofundar o conhecimento sobre os padrões territoriais do acesso à habitação. Neste artigo partimos da análise de um conjunto de indicadores-chave organizados em quatro dimensões: a) população; b) rendimento familiar; c) preços, crédito e endividamento com a finalidade habitação; e d) desigualdades sociais. Seguidamente, através de uma análise de clusters, definimos grupos homogéneos sobre as relações entre população e rendimento, preços, crédito e endividamento com a habitação, em 2017, no sentido de propor uma tipologia territorial à escala municipal que possa informar sobre os efeitos da actual crise no acesso à habitação segura, adequada e a preços acessíveis e propor medidas de combate às desigualdades sociais daí decorrentes. Este artigo resulta da colaboração do Observatório das Desigualdades com as atividades desenvolvidas no projeto HOPES – Perspetivas e lutas em torno da habitação: Movimentos, políticas e dinâmicas residenciais em e para além de Lisboa (PTDC/GES-URB/28826/2017).

Palavras chave: população; habitação; desigualdades

XI-APS-50935 -**Cidades novas e edifícios velhos: Que lugar para a Sociologia?**

Carlos Fortuna - FE-UC

Comunicação Oral

A decadência funcional de muitos dos edifícios modernistas suscita uma série de respostas entre os “fazedores” e “pensadores” da cidade contemporânea. A origem da questão, sendo

longa (J. Ruskin v. Viollet-le-Duc), surgiu recentemente politizada com a discussão do “espaço público” (H. Lefebvre e J. Jacobs), seguida da questão conhecida de Pruitt-Igoe (St. Louis, 1956). Entre a preservação e a demolição encontram-se diversas situações, desde os edifícios ícônicos da arquitetura de estrelato (o “efeito do edifício” de D. Sudjic), aos projetos falhados (a Torre Capsular de Kurokawa) e ao surgimento das “cidades simulacro” do Sul global. Onde podem as ciências sociais e a sociologia entrar nesta discussão? Talvez eliminando o fosso gerado, por um lado, pelo urbanismo cínico que despreza os direitos e a qualidade da vida urbana e, de outro lado, a ação e os movimentos urbanos que operam à margem dos constrangimentos e oportunidades criadas pela (infra)estruturação urbanística da cidade. A comunicação aborda ainda o “caso” do edifício Coutinho (Viana do Castelo) com o qual se procura entender, de acordo com entrevistas aos moradores, a sua resistência perante a decisão judicial anunciada e adiada de demolição.

Palavras chave: velhos edifícios; cidade contemporânea; regeneração urbana; demolição

XI-APS-53978 -Economia compartilhada como vetor da gentrificação: estudo de caso do airbnb na favela do Vidigal durante os Grandes Eventos na cidade do Rio de Janeiro.

Rodrigo Nunes Limoeiro de Sousa - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Daniel Neves da Costa - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Esta comunicação procurará discutir algumas reflexões preliminares decorrentes do trabalho de campo que está a ser realizado âmbito do seu mestrado. Este tem como principal objeto de estudo a análise da economia compartilhada como vetor para o processo de gentrificação na favela do Vidigal, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Devido ao facto de termo gentrificação ter assumido diversas definições ao longo do tempo, o autor irá basear-se em duas vertentes: a primeira caracterizada como “marxista estruturalista”, em que busca explicar tal processo por meios económicos, rent gap theory (Smith, 1979) e, por outro lado, uma explicação de cunho oriundo da dinâmica cultural do capitalismo, sob a alcunha de “humanistas liberais”, teoria esta desenvolvida por David Ley (1980). Com a evolução da tecnologia, e principalmente, no contexto pós crise financeira (2008), o conceito de economia compartilhada surge como uma estratégia económica para diversos setores, tais como transporte (uber) e moradia (airbnb). A caracterização aqui utilizada faz referência a definição proposta por Wachsmuth e Weisler (2018), onde este novo tipo de economia assumiria característica de transferência mútua de bens e serviços a partir do avanço da tecnologia da informação. No presente estudo, e com o intuito de compreender de forma mais clara a relação entre a economia compartilhada e o processo de gentrificação, irão ser problematizados os impactos gerados na comunidade pela introdução da plataforma airbnb na favela do Vidigal no contexto dos Grandes Eventos no Rio de

Janeiro, em 2014 e 2016. Para a realização deste trabalho, a opção metodológica seguiu um cunho qualitativo, através da realização um estudo de caso que articula observação participante, recolha documental e entrevistas individuais realizadas por meio de questões semiestruturadas com moradores e pessoas envolvidas no dia a dia na favela do Vidigal. Referências bibliográficas: Ley, David. Liberal Ideology and the postindustrial city. *Annals of the Association of American Geographers*, v.70, pp. 238-258, 1980. Smith, N. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. *Journal of the American Planning Association*. London: Routledge, 1979. Wachsmuth, D., & Weisler, A. Airbnb and the rent gap: Gentrification through the sharing economy. *Environment and Planning A: Economy and Space*. 2018.

Palavras chave: gentrificação; economia compartilhada; favela; airbnb.

XI-APS-54994 -Vendendo a periferia. A experiência da street art num bairro multicultural

Otávio Raposo - Centro de Investigação e Estudos do Sociologia / Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL)

Comunicação Oral

Antes descrita como poluição visual, o graffiti transformou-se numa mercadoria estética e turística a partir do novo rótulo – street art –, um processo de enobrecimento em que participaram vários agentes sociais: instituições governamentais, media, academia, urbanistas, empreendedores culturais. Os efeitos de “artificação” foram realçados por alguns pesquisadores ao identificarem as consequências da commodification em que a street art passou a estar imersa (Austin 2010; Shapiro e Heinich, 2013; Bengsten 2014; Campos et. al 2020). Apoiada por instituições públicas e privadas, esta expressão artística tornou-se “parceira” de políticas moldadas pelo paradigma de creative city, cujos propósitos visam a valorização territorial, renovação urbana e turistificação. Esta comunicação irá abordar os processos citados, privilegiando as lógicas de controlo social e subalternização quando executadas por projetos estatais que utilizam esta expressão artística enquanto instrumento de inclusão social de populações marginalizadas. O meu argumento é que a dinamização da street art em territórios precarizados e habitados por populações racializadas ou de origem imigrante – bairros sociais, favelas, guetos – revela-se um ótimo recurso de place marketing, ao conjugar uma estética radical com uma experiência multicultural comercializada enquanto visita guiada autêntica e não tradicional. Para além de tornar turísticas localidades até então representadas mediaticamente pelo viés exclusivo da anomia e do crime, as políticas públicas de street art nesses territórios atuam também como um meio de gestão das desigualdades sociais pelos poderes públicos, apaziguando conflitos urbanos e gerindo a pobreza. Este é o caso da Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho, um bairro de habitação social localizado na cidade de Loures, periferia de Lisboa, que se transformou

num dos spots de referência da arte urbana na Europa. Transformada em política pública pela autarquia em 2014, a street art converteu-se numa commodity valiosa para os poderes públicos intervirem na requalificação estética deste território, contrariando o estigma a que bairro foi relegado durante anos. Este projeto, contudo, segue uma lógica top-down que ignora tanto a opinião dos moradores em relação às intervenções realizadas quanto as suas reivindicações por reais melhorias nas condições de habitabilidade. Os murais artísticos da Galeria de Arte Pública da Quinta do Mocho ornamentariam esse processo de exclusão, transformando o que era antes perigoso (e étnico) num novo destino multicultural e moralmente controlado da cidade turística.

Palavras chave: Street art, periferia, turismo, multiculturalidade

XI-APS-61262 -O que foi, o que é, o que pretende ser Marvila?

Carolina de Castro Anselmo - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Alvo de diversos novos interesses, Marvila tem sofrido grandes transformações nos últimos anos e muitas são as reportagens recentes que abordam esse tema. Tais registros, com o passar do tempo, se tornam documentos que contribuem para a construção das narrativas, imagens e representações dos espaços da cidade. Bem como as fotografias, mapas e outros registros. Os espaço representado em suas diferentes formas retratam recortes e modos de ver (Berger, 1972) de um tempo. Contribuem para a construção da imagem e dos imaginários da cidade (Silva, 2001) e também para a produção dos seus espaços (Lefebvre, 1974). Essa comunicação pretende abordar as representações dos espaços de Marvila através da análise dos mapas elaborados nos anos de 1871, 1911, 1950, 1970, e google maps atual, alguns textos antigos sobre a área (ambos tipos de documentos disponíveis no Gabinete Olisiponense). As fotos do Arquivo Fotográfico de Lisboa também foram alvo de estudo bem como os depoimentos de idosos que vem sendo recolhidos pelo projeto Memórias de bairro. Intenciona-se fazer uma aproximação de todos esses registros e documentos, a fim de compreender como Marvila vem sendo representada, lembrada e abordada no processo de produção dos seus espaços. Interessa também comparar esses resultados com o que se tem falado hoje sobre o lugar nos meios de comunicação. Esse recorte faz parte de um projeto de investigação de doutoramento em curso que propõe analisar as mudanças socioespaciais que acompanham os processos de regeneração/reorientação urbana de Marvila e que aposta na ideia de que as transformações urbanas que respeitam a memória e os espaços vividos, em contraponto à linha neoliberal que tenta converter espaços em mercadoria (tão presente em Lisboa). Com esse recorte sobre o reconhecimento das representações do espaço e das narrativas construídas, pretende-se também especular sobre o que pode vir a ser Marvila. Entende-se que há potencial em conhecer os registros e representações das transformações como um dos caminhos

possíveis para compreender as coexistência e negociações e disputas sobre o território quando olha-se também para os espaço vividos. O que foi, o que é e o que pretende ser Marvila? Ou, como Marvila foi representado, como está sendo e o que isso pode influenciar na produção do seus espaços futuros?

Palavras chave: Marvila, produção do espaço, espaço representado

XI-APS-64835 -Por uma história das ruas: primeiras passagens

Thaís Ivo - Universidade Federal de Itajubá

Daniele Ornaghi - Universidade Federal de Itajubá

Paulo Nunes - Universidade Federal de Itajubá

XIAPS- Poster

O conceito “rua” aparece como via strata, na civilização romana. Entre os séculos XI e XII, a pavimentação já era bastante comum, contudo, foram os parisienses a transformar as antigas ruas e vielas medievais, em meados do século XIX, em largas avenidas. A partir de um apanhado histórico e sob um prisma ensaístico, esta comunicação tem por objetivo resgatar o conceito de rua ao longo do desenvolvimento urbano. Metodologicamente, esta comunicação assenta-se em um extenso trabalho de revisão bibliográfica de autores significativos dos estudos urbanos clássicos e mais recentes, a exemplo de Henry Lefebvre, George Simmel, Richard Sennett e Jane Jacobs. Do ponto de vista estrutural, a apresentação refletirá sobre o tema a partir de três momentos: o primeiro deles versará sobre a rua medieval, momento no qual ela torna-se elemento morfológico central do espaço urbano. Sendo locais de encontro, em especial devido ao comércio, a rua passa a ser o espaço do mercado estendido, compras, vendas e negociações. No segundo momento, será apresentada a rua moderna, como obra-prima da engenharia, como organismo novo, como uma espécie de fábrica alargada, como depósito ventilado com múltiplos órgãos complexos e delicados, as canalizações. No terceiro momento, a rua contemporânea aparecerá como lugar de combinações e variações, como produto da cidade contemporânea que é, de maneira controversa, instável e perene, nova obsolescente, segura e insegura, utópica e distópica. A partir de uma análise crítica, buscaremos ainda pensar o papel da rua como parcela urbana descaracterizada e pouco alinhada ao bem-estar do cidadão, ficando na maioria das vezes como um espaço de problema de gestão de conflitos e interesses. Torna-se assim necessário o resgate desse elemento, de modo a proporcionar uma maior percepção do espaço da cidade e um maior convívio entre os cidadãos que a habitam. Não só definida como um lugar de passagem, mas também como um lugar de permanência. Esta apresentação, por fim, visará apontar nortes para pensarmos a ocupação e redescoberta da rua na cidade contemporânea a partir dos elementos elencados.

Palavras chave: rua, cidade, história, urbanismo

XI-APS-66379 -Cidade Ilha: a criação de um conceito a partir de um estudo etnográfico, imagético e sonoro na cidade do Porto.

Ana Clara Roberti - ID+, Universidade do Porto

Helena Santos - Universidade do Porto

Daniel Brandão - Universidade do Minho

Comunicação Oral

Através da construção do conceito de cidade ilha, partindo das Ilhas do Porto (tipologia), propomos dar conta das cidades que existem dentro de uma cidade. São espaços urbanos enraizados, que desenvolvem uma dinâmica própria fundamentada na vivência e na produção de sentido dos seus habitantes ao longo de gerações. Estas características, aliadas à própria morfologia espacial destas ilhas, diferenciam-nas daquilo que está fisicamente a sua volta, são pontos de charneira psico-geográficos (Debord, 1958), que se criam e são criados, isolam-se e são isolados pela própria cidade a qual pertencem. Trata-se de populações socioeconomicamente vulneráveis e historicamente estigmatizadas, que exigem, especialmente por esta razão, uma abordagem paciente, cautelosa e (necessariamente) subjetiva. Sobre este último ponto é importante referir que este é um trabalho multidisciplinar, inserido, também, no âmbito dos estudos artísticos. Diante deste contexto, pretendemos reforçar que as consequências dos resultados desta investigação são de responsabilidade de sua autora, o que não invalida a participação direta do assunto na produção dos objetos produzidos neste estudo, fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento do mesmo. Para tal, valorizamos o encontro ético com o outro, isto é, o assunto/tema na ação do trabalho de campo. O conceito de cidade ilha foi elaborado a partir de bases teóricas e práticas, na medida em que desenvolvemos um estudo no âmbito do documentário etnográfico e do design da imagem. A imersão e a convivência nestes espaços, o aqui e agora do trabalho de campo (Castañeda, 2006), tornou possível compreender e fundamentar a ideia de ilhas urbanas de forma mais alargada; trabalhar a recolha e o tratamento do conteúdo imagético e sonoro de forma mais coerente com as ideias e interesses do próprio objeto de estudo, melhor compreendidos conforme o desenvolvimento da investigação; além de alertar para as transformações recentes pelas quais estas têm passado, que pouco dependem da vontade dos seus habitantes, mas que podem vir a alterar radicalmente o seu cotidiano e modo de vida. Castañeda, Q. E. (2006). *The Invisible Theatre of Ethnography: Performative Principles of Fieldwork*. *Anthropological Quarterly*, 79, 75-104. Debord, G. (1958). *Théorie de la dérive*. *Internationale situationniste*, 2, 19-23.

Palavras chave: Ilhas do Porto; Documentário etnográfico autoral; Metodologia reflexiva; Registro audiovisual participativo.

XI-APS-69114 -Práticas de agricultura alternativa em Goiânia: temas acerca do elogio do suficiente

Ricardo Luiz Sapia de Campos - UFG - FCS - Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Ciências Sociais

Comunicação Oral

A comunicação pretende apresentar e discutir casos tópicos de experiências de agricultura orgânica e\ou alternativa no entorno da capital Goiânia, Centro Oeste do Brasil, resultado de pesquisa de campo e material produzido. Depreende-se ainda de projeto de pesquisa em andamento, intitulado: “Agricultura orgânica e alternativa: experiências de empreendedorismo e pequena produção no entorno de Goiânia – GO” e da disciplina que ministro desde algum tempo no curso de Ciências Sociais, intitulada: “Tópicos de sociologia: Agricultura alternativa e o elogio do suficiente”. As experiências de agricultura alternativa como recorte de agricultura orgânica ou biológica estão inseridas no grupo de casos estudados a partir da chamada “Feira da 74”. A maior e mais significativa Feira de produtos orgânicos de Goiânia, promovida pela ADAO – Associação Para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica. A proposta é apresentar experiências de produção orgânica em Goiânia a partir da ADAO, e, portanto, da Feira da 74, destacando de dois a três casos tópicos e ilustrativos que permitem pensar e apresentar o tema do “elogio do suficiente” juntamente com o do “decrescimento”, que temos trabalhado em pesquisa e docência. A proposta é entender as experiências sobre a ótica de uma “economia distinta”, ou nomeadamente “economia circular” “construída a partir de experiências produtivas que desconectadas com o modelo da economia clássica de crescimento e desenvolvimento, permitem pensar o tema do decrescimento a partir da “suficiência” enquanto saturação e angustia da acumulação destrutiva. É, portanto, esta ‘nova” forma de acumulação, que concordando com autores temos como “capitalismo cognitivo”, que permite a valorização de aspectos vitais e imateriais no fluxo da sua própria autovalorização, permitindo a “escolha”. O suficiente que alimenta a perspectiva de um decrescimento é identificado a partir destas experiências tópicas que apresento e discuto. A comunicação apresentará dados e resultados de pesquisa consoante algumas sínteses, interpretações.

Palavras chave: agricultura alternativa, decrescimento e suficiência, capitalismo cognitivo.

XI-APS-82350 -**Músicos de rua? Multiterritórios de uma ‘micro banda’ lisboeta**

Ricardo Bento - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Graça Índias Cordeiro - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Comunicação Oral

Nesta comunicação pretendemos analisar como uma ‘micro banda’ juvenil, formada “em minutos em plena rua do Carmo”, em Lisboa, “na cumplicidade de um olhar”, se tem afirmado ao longo dos seus seis anos de existência, na cena musical lisboeta ‘de rua’. Composta por jovens músicos de Cabo Verde, Brasil, Espanha e Portugal que encontraram o seu ponto de encontro no jazz, a banda tem-se moldado através de encontros inesperados, interesses comuns e conexões institucionais múltiplas, num registo de sociabilidade e socialização musical permanente. Acompanhar o quotidiano destes jovens músicos, conhecer as suas biografias, reconstruir as suas trajetórias musicais e os circuitos em que participam, observar os lugares onde vivem e falar sobre os que imaginam, os seus projetos, os seus sonhos, as suas aspirações, permite-nos pensar as dinâmicas de ‘cidadania juvenil’ da área metropolitana de Lisboa e como acedem ativamente aos processos contemporâneos de democratização cultural e artística. Assim, é na apropriação dos fins a dar aos seus gestos, as relações e as estéticas das suas capacidades musicais nas ruas centrais de Lisboa; Rua do Carmo, Rua Garrett ou Rua Augusta que se podem antever as conexões inesperadas, os diálogos abertos com a diversidade cultural e a experiência de imaginar um sentido para o quotidiano. Na interação com a rua estes jovens músicos convivem com os fenómenos relacionados com o turismo, a multiplicidade de desconhecidos, as autoridades locais, os lugares centrais de comércio, os fluxos do consumo e do trabalho, a múltipla pluralidade das práticas sociais e dos contextos urbanos. Quem passa superficialmente pelo ambiente sonoro da música de rua ‘performada’ por estes jovens não percebe a densidade das relações de interconhecimento, redes de interesses e práticas sistematicamente ativadas que permitem mobilizar um conjunto de recursos culturais, sociais e políticos necessários à sua atuação nesta arena de interação urbana. De onde vêm estes músicos? Como se encontraram? Quem toca com quem? Como se organizam nos bastidores? Onde vivem? Como sobrevivem? Que relações com as suas audiências e em que locais se apresentam? Quais os propósitos voluntários e involuntários de agência que permeiam estas redes de interconhecimento? Acompanhar esta banda ajuda a descobrir uma cartografia simbólica que percorre os multiterritórios da cidade. A descoberta das suas improvisações musicais, no espaço público da rua, revela interstícios de lugares heterotópicos, constrangimentos e oportunidades, circuitos informais, coletivos musicais e relações com associações culturais nas quais estes músicos recriam incessantemente os seus territórios de atuação e desenvolvem as suas redes sociais. Assim, importa analisar a vida social que estes jovens músicos perseguem com as suas ações, como procuram viver a cultura dos ‘contra lugares’ que imaginam, inventando os cenários urbanos do seu quotidiano.

Palavras chave: músicos, rua, trajetórias musicais, multiterritórios

XI-APS-86170 -Moradores da 'ilha' da Bela Vista no Porto: modos de vida e habitar e razões de sucesso num caso excepcional de reabilitação urbana

Manuel Carlos Silva - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova_UMinho)/
CEAM_Univ Brasília

Fernando Matos Rodrigues - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
(CICS.Nova_UMinho)/Laboratório de Habitação Básica

António Cerejeira Fontes - Laboratório de Habitação Básica

Comunicação Oral

Nesta comunicação os autores dão conta dos resultados de uma pesquisa localizada na 'Ilha' da Bela Vista no Porto, integrada no quadro de um projeto de investigação aprovado e financiado pela FCT sobre modos de vida e formas de habitar em 'ilhas' e bairros populares no Porto e em Braga. Com base em métodos de ordem quantitativa e qualitativa foram obtidos dados através da aplicação de inquérito, da observação direta e participante, assim como do uso das narrativas de vida recolhidas e doutros instrumentos (fotografias e documentário). Os autores enquadram historicamente a 'ilha' originária no século XIX, empreendem a uma caracterização socio-demográfica dos seus moradores antigos e atuais, procedem a uma tipologia das habitações, analisam as condições de vida objetiva, os hábitos e modos de vida, avaliam as relações e representações dos moradores não só entre os diversas famílias na comunidade, assim como as relações destes com a sociedade circundante e as instituições e poderes públicos (polícia, tribunal, segurança social, media e, especialmente, a Câmara e empresa municipal Domus Social), assim como as suas mundividências sobre determinadas questões de ordem simbólica, política e ética. Tendo sido uma das 'ilhas' que, após o 25 de Abril de 1974 conheceu o início de um processo conhecido por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), a não concretização do processo de reabilitação da 'ilha' em 1974-75 deu lugar a uma enorme frustração. Passados 40 anos, por iniciativa da Associação de Moradores, do Laboratório de Habitação Básica (LAHB) e de investigadores do CICS.Nova_UMinho foi concebido um plano de reabilitação urbana da 'ilha' e iniciado um processo de investigação-ação. Se de modo geral o Estado e as entidades municipais não têm apostado nem investido em habitação pública ao longo de 40 anos, a reabilitação da 'ilha' da Bela Vista, não obstante os seus contratemplos e dificuldades, deveu-se ao preenchimento das condições necessárias para ser bem sucedida: a determinação da Associação de moradores e participação dos próprios moradores, o compromisso de arquitetos e outros técnicos no LAHB, de investigadores de ciências sociais, nomeadamente de Sociologia e o cumprimento de promessa eleitoral por parte do Presidente e doutros responsáveis da Câmara, em particular o empenho de vereadores da Cultura e do Urbanismo. Os dados recolhidos não só refletem as avaliações dos moradores ao longo de décadas de abandono pelas entidades públicas, mas também trazem para conhecimento e reflexão as suas histórias de resistência e luta antes, durante e depois da intervenção de reabilitação da 'ilha' da Bela Vista, sendo também apontados os registos (semi)ocultos a

nível familiar e comunitário.

Palavras chave: bairro social, reabilitação, Bela Vista, Porto

XI-APS-86342 -O reconhecimento enquanto Capital Europeia: uma análise das representações sociais das candidaturas das cidades portuguesas para 2027

Lucas Brasil Pereira - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Catarina Ribeiro - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Tendo arrancado em 1985, a iniciativa Capital Europeia da Cultura tem como objetivo valorizar a riqueza e a diversidade cultural da Europa. Através de um processo concorrencial, as cidades alinham numa lógica competitiva com vista à obtenção do reconhecimento como “Capital Europeia da Cultura”, concedido por um júri designado pela Comissão Europeia. No arranque deste projeto, apenas uma cidade era indicada em cada ano, mas a partir de 2000 o título passou a ter a possibilidade de ser partilhado por mais que uma cidade. No contexto português, três cidades já alcançaram este reconhecimento: Lisboa, em 1994; Porto, em 2001; e Guimarães, em 2012. Para o ano 2027, uma nova cidade portuguesa será nomeada, conjuntamente com uma cidade da Letónia. Atualmente Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria e Oeiras são as oito cidades cujos presidentes das autarquias firmaram já o avanço das candidaturas [1], tendo algumas já definido equipas para a coordenação da candidatura, como é o caso de Coimbra e Guarda. O reconhecimento enquanto Capital Europeia da Cultura tem um potencial de gerar sinergias no setor da cultura local, assim como amplas externalidades positivas para a cidade nomeada, atraindo investimentos, abrindo linhas de financiamento, lançando o nome da cidade no cenário internacional e alimentando o turismo. É muitas vezes entendida, para todos os efeitos, como um selo que chancela um estatuto diferencial e reposiciona a imagem da cidade e o seu capital simbólico num cenário de competitividade internacional, tendo como perspectiva a produção de valor e o consumo culturais. Simultaneamente, trata-se de um processo cuja visão de “cultura” passa por filtros, muitas vezes institucionalizando-a e tornando-a fenómeno utilitário diante da procura estabelecida por instituições envolvidas na formatação da candidatura ou no processo seletivo. Perante este quadro, a presente comunicação pretende discutir, a partir de análise documental das candidaturas de três cidades portuguesas, as representações formuladas no processo de candidatura dessas cidades. Seriam essas representações contingenciadas por uma narrativa que é construída ad hoc? Que elementos perpassam essas candidaturas e o que efetivamente as diferencia? Quais são seus elementos constitutivos? Para dar resposta a estes questionamentos foram compostos quadros de estrutura de representação das cidades estudadas – Aveiro, Coimbra e Leiria – para analisar e explicitar os elementos mais substanciais dessas representações. O

trabalho ancora-se no referencial teórico da Teoria das Representações Sociais.[1] Agência Lusa. (2020, janeiro 28). Oito cidades portuguesas vão apresentar candidaturas a Capital Europeia da Cultura em 2027 [Notícia]. Disponível em <https://expresso.pt/cultura/2020-01-28-Oito-cidades-portuguesas-va0-apresentar-candidaturas-a-Capital-Europeia-da-Cultura-em-2027>.

Palavras chave: Capital Europeia da Cultura; Representações Sociais; Competitividade Cultural; Estratégia de Ação

Trabalho, Organizações e Profissões

XI-APS-10817 -Uma nova morfologia laboral Portuguesa? Trajetórias pessoais e profissionais de (im)permanência precária.

Isabel Roque - CES-UC

Jorge Caleiras - CIES-ISCTE

Rodrigo Vieira de Assis - CIES-ISCTE

Renato Miguel do Carmo - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

A presente comunicação visa apresentar resultados (ainda provisórios) de uma investigação em curso no âmbito do projeto EmployALL, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/SOC-SOC/30543/2017). Numa economia digital e financeirizada, caracterizada por uma nova morfologia do trabalho, e assente em novas formas contratuais flexíveis, a precariedade e a insegurança são crescentes entre a classe trabalhadora vulnerabilizada. Tendo em conta a complexidade das condições sociais e económicas que a mesma experiencia, como o desemprego estrutural, trabalho flexível e baixos salários, torna-se crucial compreender e analisar as atuais situações de trabalho e emprego, fatores estes impulsionadores das desigualdades sociais, incutindo profundas repercussões na configuração e funcionamento dos sistemas de proteção social. Entre 2019 e 2020, procedeu-se à realização de um vasto conjunto de entrevistas semidiretivas, sobretudo em Coimbra, Lisboa e zonas limítrofes, a fim de se proceder a uma análise qualitativa dos percursos de vida dos trabalhadores precários. Para além do facto de a amostra abarcar, sobretudo, o novo proletariado dos serviços, representativo do setor dos contact centres, telemarketing, hotelaria, supermercados, plataformas digitais, fast-food e serviços decuidados, serão igualmente analisados os setores da construção, limpezas e agricultura. Trata-se de relatos de trabalhadores obtidos na primeira pessoa, e que transparecem, na maioria dos casos, lógicas de sobrevivência, traduzidas em regimes de pluriatividade, trabalho desprotegido e, por vezes, ilegal. Apesar das dificuldades laborais e pessoais experienciadas, sobretudo pelos trabalhadores imigrantes, a vasta maioria dos entrevistados possui uma autorepresentação positiva de si mesmo, não se concebendo como pobre e/ou desesperançado. Todas estas trajetórias de vida são permeadas pela intermitência e insegurança no tempo presente, mas que se projetam num futuro idealizado, ainda que imprevisível.

Palavras chave: Vulnerabilidades, Precariedade, Desigualdades, Emprego, Desemprego.

XI-APS-13500 -Uma porta fechada? A relação das pessoas ciganas com o mercado de trabalho pela ótica dos técnicos de emprego e formação

Pedro Candeias - UL, ISAMB e ICS

Pedro Jorge Caetano - CICS.NOVA, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Maria Manuela Mendes - Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e CIES-IUL

Olga Magano - Universidade Aberta e CIES-IUL

Comunicação Oral

A integração das pessoas ciganas no mercado de trabalho é um tema com relevância social ainda pouco estudado. De acordo com os dados recolhidos no âmbito do Estudo Nacional das Comunidades Ciganas, apenas 9,5% dos inquiridos tinham como principal fonte de rendimento o trabalho (Mendes et al., 2014). Para esta população, os contextos de inserção profissional variam conforme a geografia, embora a tendência geral seja para desempenharem trabalhos pouco qualificados, de natureza precária e/ou sazonal (Mendes et al., 2016). Os resultados nacionais acompanham tendências gerais, em 9 estados membros, incluindo Portugal, quase dois terços (63%) dos jovens ciganos com idades entre 16 e 24 anos não desempenham uma atividade profissional, nem se encontram nos sistemas de educação ou formação (FRA, 2018). Existem diversos fatores que são apontados como justificadores para o reduzido acesso ao mercado de trabalho por parte da população cigana. Alguns atribuídos aos próprios, como a cultura ou o fechamento social, outros atribuídos à população não-cigana, como a segregação residencial ou a discriminação negativa (Almeida, 2017). Perante este cenário, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) de 2013 contemplou a formação e emprego como um dos eixos de intervenção. Também na revisão de 2018 é considerado um princípio orientador. Parte-se do pressuposto que a formação profissional é de extrema importância para que se possam cumprir os objetivos da ENICC. Seja por emprego e formação se encontrarem interligados, seja por a formação profissional ser um meio para atingir os fins (a integração no mercado de trabalho). Esta comunicação, enquadrada no âmbito do projeto EDUCIG (Desempenhos escolares entre os Ciganos: investigação-ação e projeto de co-design), pretende explorar a relação das pessoas ciganas com o mercado de trabalho e a formação profissional, a partir da perspetiva de técnicos de Centros de Emprego e Formação do IEFP. Para cumprir esse objetivo serão mobilizados os dados recolhidos através de inquérito por questionário online a uma amostra de cerca de 250 diretores, técnicos de emprego e técnicos de formação do IEFP nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Foram questionadas as perceções que estes profissionais possuem em relação aos utentes ciganos, bem como às entidades empregadoras que se relacionam com esta população.

Palavras chave: emprego e formação profissional, mercado de trabalho, discriminação, minorias étnicas

XI-APS-13610 -Avaliação da Cultura de Segurança do Doente em Serviços de Radiologia do Setor Público e Privado

António Fernando Caldeira Lagem Abrantes - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Luís Pedro Vieira Ribeiro - Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Rui Pedro Pereira de Almeida - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Kevin Barros Azevedo - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Carlos Alberto da Silva - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Bianca Isabel Costa Vicente - Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Comunicação Oral

A cultura de segurança consiste no produto de valores individuais e de grupo, atitudes, perceções, competências e padrões de comportamento que determinam o compromisso de segurança, e o estilo e competência da gestão da segurança de uma organização de saúde. O presente estudo teve como objetivo analisar e comparar a cultura de segurança existente em serviços de radiologia dos setores público e privado a nível nacional. Para o efeito, foi aplicado o questionário “Hospital Survey on Patient Safety Culture”, traduzido e adaptado para a língua portuguesa, a um total de 144 Técnicos de Radiologia a exercerem funções em Portugal. O mesmo é composto por 52 perguntas, com doze dimensões da cultura de segurança do doente através das quais foram avaliadas as variáveis de cultura organizacional, cultura de segurança e erros reportados. Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre setor público e privado em seis das doze dimensões avaliadas, sendo as médias obtidas superiores nos técnicos de radiologia que exercem funções em instituições privadas. Destas destacam-se as dimensões de “Apoio à gestão da segurança do doente”, o “Feedback e comunicações sobre o erro” e a “Frequência de erros reportados”. No que diz respeito à perceção dos profissionais relativamente ao grau que define a cultura de segurança do paciente no serviço de imagiologia, foram encontradas correlações positivas fortes e moderadas com a maioria das dimensões avaliadas. De uma forma geral verificou-se que quanto melhor forem os aspetos relacionados com “Chefia, expectativas e ações de promoção de segurança do paciente”, “Apoio à gestão de segurança do paciente”, “Apoio à gestão de segurança do paciente”, “Feedback e comunicação sobre o erro” e “Resposta não punitiva ao erro”, maior será o grau que define a cultura de segurança do paciente. Para além disso, verificou-se também a existência de correlação negativa forte entre a “Chefia, expectativas e ações de promoção de segurança do paciente” e a “Resposta não punitiva ao erro”, considerando-se, portanto, que quanto menor for a resposta punitiva ao erro, melhor será a perceção dos profissionais relativamente à chefia e promoção da segurança do doente. Conclui-se, portanto, que, de facto, existem algumas diferenças entre o setor público e privado no que diz respeito à cultura organizacional, cultura de segurança e erros reportados. Desta forma, considera-se importante implementar boas práticas que promovam a segurança do paciente em serviços de imagiologia e melhorar a perceção geral

dos técnicos de radiologia relativamente ao conceito de segurança.

Palavras chave: Cultura de Segurança; Cultura Organizacional; Erros Reportados; Público; Privado

XI-APS-15415 -Vigencia de hecho y de derecho del modelo neoliberal en México, el caso del outsourcing.

Blanca Estela Melgarito Rocha - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

La subcontratación laboral es una tendencia global relacionada con la forma en la que se organiza el trabajo en las cadenas de valor a nivel mundial para la reducción de costos, ésta le permite a los capitalistas evadir responsabilidades laborales y fiscales, y es motivada por la incontrolable competencia intercapitalista. Con la reforma laboral del año 2012 legalizó la subcontratación en México, lo cual si bien existía en los hechos —sobre todo si tomamos en cuenta las características del trabajo en México en el que el 56.6% se ubica en el sector informal —, no existía como una forma legal de contratación. En el nuevo escenario político con el arribo de la 4T (cuarta transformación) el actual presidente del país ha declarado “el fin de neoliberalismo”, sin embargo figuras jurídicas como la subcontratación siguen siendo legales lo que ha motivado un interesante debate en la academia y en el mundo laboral. En esta presentación se expondrán los elementos jurídicos de la figura del outsourcing en México, así como algunos de los debates actuales entre las principales corrientes sindicales.

Palavras chave: Trabajo, México, outsourcing, neoliberal

XI-APS-16563 -As fundações privadas de empresa e a construção do filantropocapitalismo em Portugal: um estudo exploratório

António José Almeida - ESCE/IPSetúbal

Natália Alves - IE/ULisboa

Comunicação Oral

Num mundo cada vez mais complexo e socialmente desigual, a resolução dos problemas sociais tem vindo a sofrer um processo de privatização resultante não só das opções políticas dos governos, mas também da ação cada vez mais explícita das empresas privadas através das ações filantrópicas que desenvolvem. Esta “privatização” dos problemas sociais reflete em grande parte a crença segundo a qual esses problemas são passíveis de ser resolvidos se privilegiarmos soluções baseadas nas lógicas de mercado (Ball e Olmedo, 2011). É neste contexto que o filantropismo, na sua nova filosofia traduzida no que McGoey (2010) e Birn (2014) designam por filantroc capitalismo, se tem vindo a afirmar ao mobilizar um conjunto de recursos, nomeadamente financeiros, de origem privada para intervir numa “esfera para-política” dentro da qual os seus agentes podem desenvolver a sua própria agenda (Ball e Olmedo, 2012) ao atuarem como entidades “quase-governamentais”. Tendo em conta os pressupostos enunciados, pretendemos com esta comunicação caracterizar as fundações privadas de empresa existentes em Portugal e discutir as razões pelas quais estas fundações intervêm na definição das políticas sociais e que tipo de ações desenvolvem. Para responder a estas questões de partida adotamos o modelo analítico proposto por Gautier e Pache (2013) sobre as lógicas de ação pública das empresas nas suas ações filantrópicas. Em termos metodológicos, realizamos um estudo exploratório de natureza qualitativa baseado na análise documental de informação disponibilizada online, nomeadamente estatutos e relatórios de atividade, relativa a vinte fundações privadas de empresa com intervenção pública regular. Os resultados obtidos evidenciam a juventude destas fundações as quais foram criadas nos finais do Séc. XX por empresas e grupos económicos quer de capitais nacionais quer de capitais estrangeiros. A sua intervenção pública assume-se como pretendendo contribuir para a resolução de problemas sociais nomeadamente nas áreas da cidadania, da educação/formação, da pobreza e exclusão social e da saúde.

Palavras chave: Filantroc capitalismo; Fundações Privadas; Empresas.

XI-APS-17000 - **Trabalho artístico: precariedade, classe e ação coletiva**

Joana S. Marques - A3S/ CIES-IUL

Luisa Veloso - ISCTE-IUL, CIES-IUL/ A3S

Comunicação Oral

A intermitência e precariedade do trabalho no setor artístico têm sido evidenciadas em vários trabalhos, argumentando que o artista pode ser visto como precursor de modalidades de hiperflexibilidade no trabalho, como se a arte fosse um princípio de fermentação do capitalismo e o artista uma figura exemplar do novo trabalhador, funcional à economia global (Menger, 2005). Estamos perante um conjunto de processos de mercantilização e precarização do trabalho que têm sido alargados à generalidade dos trabalhadores, incluindo segmentos tradicionalmente mais estáveis (Castel, 1998). Simultaneamente, os artistas ocupam lugares contraditórios nas relações de classe (Wright,

1985), enquanto trabalhadores com taxas de trabalho independente superiores às da generalidade da força de trabalho, que frequentemente não detêm os meios de produção e têm que vender a sua força de trabalho, mas que possuem, contudo, um certo controlo sobre as suas atividades produtivas e vários indicadores de status social. A comunicação pretende refletir sobre estas questões a partir de um estudo comparativo sobre trabalho artístico e coletivos teatrais em Portugal e no Brasil. Com base numa estratégia metodológica que integrou a análise de fontes históricas, estatísticas e documentais, realização de um inquérito por questionário, entrevistas, observação e o aprofundamento de dois estudos empíricos, evidencia-se o carácter precário do trabalho artístico e a sua escassa representação nas formas tradicionais de auto-organização política dos trabalhadores, mas revelam-se também múltiplas resistências, através de diferentes dinâmicas de organização e ação coletiva. Assim, em contraposição a abordagens focadas exclusivamente na precarização, este precariado artístico contém em si um duplo movimento, que integra, por um lado, formas de trabalho (e vida) inseguras, instáveis, flexíveis, precárias e, por outro lado, novas formas de sociabilidade, luta política e solidariedade que ultrapassam os modelos tradicionais do partido político ou do sindicato (Gill e Pratt, 2008). Da precarização à orientação para a ação, na defesa do trabalho (artístico), articulam-se com os movimentos de trabalhadores precários e com lutas sociais mais amplas.

Palavras chave: trabalho artístico; precariedade; coletivos de artistas; ação coletiva

XI-APS-20307 -PANDEMIA ANTROPOFÁGICA NO MUNDO DO TRABALHO : Gramática da precarização e opressões em contextos descoloniais

Cleildes marques de santana - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Clayton Emanuel Rodrigues - Universidade Federal do Oeste da Bahia / UMinho - Braga

Comunicação Oral

Para além da adoção das regras de distanciamento social e medidas sanitárias no combate a pandemia da COVID – 19 no Brasil e no mundo, outras batalhas e desafios merecem um olhar atento e crítico, a exemplo das mutações encetadas ou em curso no mundo do trabalho, aceleradas pela pandemia, bem como questões que atravessam a dinâmica e o escopo dos modos de (sobre)vivências, sobretudo em contextos descoloniais. Esta problemática vem ganhando novos elementos teóricos – empíricos e sujeitos com trajetórias e experiências sociais diversificadas / heteróclitas que merecem olhares críticos e conexões que operem sobretudo na perspectiva de apreender a riqueza, contradições e impasses do universo empírico em direção ao movimento analítico e de atuação política, enquanto territórios de experiências diversas no processo de reprodução social, neste modelo de acumulação do capital informacional e digital. Esta interface problematiza a combinação entre discriminações de raça, gênero e o seu cruzamento / hierarquização com outros eixos, a exemplo, precarização, opressões, desigualdades; intersecção de temas da cena política

nacional X internacional, etc, como também a “apatia” política das categorias profissionais face ao desgoverno ultraliberal / fascista do contexto brasileiro. A historiografia centrada nas questões do / no mundo do trabalho vem sendo oxigenada por questões cadentes, promissoras e instigantes por autores de diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais que pontuam e sinalizam para mudanças neste campo, sendo assim mobilizamos para propor outras lentes / reflexões, assim organizadas: aquelas consideradas consagradas que apontam a introdução das inovações tecnológicas / novas formas de organização / gestão da produção e do trabalho / uberização / lutas de classes (Antunes: 2019; Braga: 2017; Davis, 2020; Gorz: 2003; Standing: 2013); as aparentemente “esquecidas” / negligenciadas que tratam de temas como servidão / autonomia (De la Boétie:1552; Marsden, et .2012;Stiner: 1577); ou as instigantes e promissoras que tratam de temas como emancipação / potência feminista / moralidade do trabalho (Gago: 2020; Safatle: 2020; Graeber: 2018) que balizadas no “garimpo etnográfico” de dados referendam a realidade da classe trabalhadora na atualidade brasileira, ensejam novos mergulhos e insights para a imaginação sociológica que subsidiam nossas atividades teóricas – metodológicas e de atuação política, conforme sugere Allebrant (2020). Em síntese, como assinalou de maneira pungente Stiner (1577), “chegamos ao futuro onde precisaríamos aprender a lutar por liberdades que sentiríamos falta”. Chegamos, mas estamos em falta por entende – lo sobretudo para além das teorias.

Palavras chave: Precarização; Emancipação ; Opressão; Descolonialidade

XI-APS-21047 -**Empresas familiares: Desafios e dilemas de uma conceptualização.**

Nuno Caetano Nora - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

Ana Paula Marques - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

Comunicação Oral

As empresas familiares são seguramente relevantes para o desenvolvimento da economia mundial, estimando que representem entre 70 e 95% do número total de empresas em qualquer parte do mundo. Segundo a Associação de Empresas Familiares calcula-se que em Portugal entre 70 a 80% das empresas sejam de natureza familiar. Estas organizações são transversais na economia, existem em todos os sectores de atividade, não se restringindo às PME, ainda que estas sejam dominantes. Igualmente, tendem a contribuir para o desenvolvimento local não só diretamente com a criação de emprego (membros não familiares e familiares), mas também através de iniciativas de promoção regional. Apesar de ser a tipologia empresarial dominante da economia nacional e internacional, o universo das empresas familiares é desconhecido em grande medida. Através de uma revisão de literatura sobre empresas familiares, persistem as dificuldades tanto na sua definição como na diferenciação face às empresas não familiares, coexistindo propostas diversas e, em

muitas situações, contraditórias no esforço de identificação dos principais traços de definição e delimitação das empresas familiares das não familiares. No contexto do projeto de doutoramento “Sucessão nas empresas familiares: Reprodução ou “turning point” rumo à profissionalização” (SFRH/BD/143315/2019), é nossa intenção, nesta fase do projeto e com recurso à revisão de literatura, contribuir para a inventariação e sistematização das principais definições sobre empresa familiar, ao mesmo tempo que sinalizaremos as características específicas a partir das quais iremos nos apoiar para estudar a sucessão de segundas gerações nesta tipologia empresarial.

Palavras chave: Empresas familiares; Definição; Diversidade; Especificidade.

XI-APS-27709 -Perceção dos Estudantes relativamente à Licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia

António Fernando Caldeira Lagem Abrantes - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Luís Pedro Vieira Ribeiro - Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Rui Pedro Pereira de Almeida - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Kevin Barros Azevedo - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Carlos Alberto da Silva - CICS.NOVA- Universidade de Évora; Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Bianca Isabel Costa Vicente - Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve

Comunicação Oral

O modelo de formação profissional aplicado em Portugal até 2014 diferia dos restantes países europeus tendo em conta que era o único onde existia formação independente dos cursos de Medicina Nuclear, Radiologia e Radioterapia. Com o intuito de responder à necessidade de reconhecimento a nível europeu e internacional, e de modo a facilitar a circulação de estudantes e profissionais no espaço europeu, foi estabelecida a fusão das formações nas áreas de Medicina Nuclear, Radiologia e Radioterapia numa única. Desta fusão resultou a introdução do curso de Licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia cuja perceção e entendimento por parte dos estudantes é, ainda, pouco conhecida. Desta forma, o presente estudo teve como objetivo avaliar as expectativas dos estudantes relativamente à criação do curso de licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia, bem como averiguar a sua satisfação relativamente ao ciclo de estudos. Trata-se de um estudo maioritariamente quantitativo conduzido através da aplicação de um questionário designado “Questionário de Perceção dos Estudantes do Curso de Imagem Médica e Radioterapia sobre a Valorização de Competências”. O instrumento foi aplicado em dois períodos temporais distintos, nomeadamente em 2015, num total de 83 antigos estudantes da licenciatura em Radiologia,

que se encontravam em fase de transição para o novo plano de estudos e, em 2019, a 223 atuais estudantes da licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia. A maioria dos estudantes de ambas as licenciaturas consideraram que o motivo para a escolha do curso foi o interesse pela área de saúde. Os estudantes da licenciatura em Radiologia que se encontravam em fase de transição apresentaram baixas expectativas futuras devido à menor especialização e conhecimento nas três áreas de Medicina Nuclear, Radiologia e Radioterapia. Por sua vez, também a maioria dos estudantes da licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia (51,1%) afirmaram que existe pouca coincidência entre a ideia que tinham antes de ingressar no curso e as expectativas enquanto futuros profissionais devido à complexidade do plano de estudos. Relativamente ao grau de satisfação, ambos os grupos se apresentam moderadamente satisfeitos, sendo que a baixa empregabilidade foi a justificação mais recorrente. Relativamente às competências pessoais essenciais consideradas importantes para a profissão também foram semelhantes para ambos os grupos, sendo destacado o profissionalismo, responsabilidade e empatia. Conclui-se que, de uma forma geral, a maioria dos estudantes apresenta-se moderadamente satisfeita com a mudança para o novo plano de estudos. Ainda assim, fatores como instabilidade do mercado de trabalho, a redução da especialização e conhecimento técnico-científico nas três áreas de formação e conseqüente percepção de desvalorização da profissão são tidos como fragilidades do novo plano de estudo no ponto de vista dos estudantes.

Palavras chave: Imagem Médica e Radioterapia; Plano de Estudos; Estudantes

XI-APS-29661 -Mudanças no trabalho e nos grupos profissionais: Novas pressões sociais para o desempenho

David Tavares - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL Instituto Universitário de Lisboa); Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL-IPL)

Noémia Lopes - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL Instituto Universitário de Lisboa); Instituto Universitário Egas Moniz

Carlos Gonçalves - Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

O contributo desta comunicação consubstancia-se na reflexão que tem sido elaborada, no âmbito de um projeto de investigação em curso (PTDC/SOC/30734/2017), acerca das mudanças que estão a ocorrer nas sociedades contemporâneas relativamente à natureza do trabalho e às condições contextuais em que o trabalho é realizado, ao impacto dessas mudanças na reconfiguração dos grupos profissionais e ao modo como essas transformações geram um aumento da pressão para o desempenho sobre o quotidiano dos indivíduos. Nos últimos anos importantes mudanças sociais reconfiguraram o “mundo do trabalho” nos países europeus, assumindo expressões estruturais ao nível dos diversos grupos profissionais que incidem de forma específica em cada um desses grupos. Essas

mudanças consubstanciam-se na expansão acelerada da tecnologização do trabalho, na reformulação e na emergência de novos perfis profissionais, na diminuição da autonomia profissional, na assunção dos parâmetros do novo profissionalismo que assenta em modelos gestionários de custo/benefício, na feminização, na irregularidade e no prolongamento dos horários de trabalho, mas também na precarização dos vínculos contratuais e na instabilidade laboral, afetando, de modo mais expressivo, os profissionais na fase inicial das suas trajetórias no mercado de trabalho. Observa-se que as mudanças apontadas têm conduzido ao acentuar da pressão sobre o desempenho profissional (em termos físicos, cognitivos, emocionais e relacionais) e sobre o quotidiano dos indivíduos, num quadro de interdependência contextual entre as esferas profissional e pessoal. As principais transformações gerais que ocorrem nos contextos de trabalho não são lineares nem incidem sempre do mesmo modo mas, pelo contrário, traduzem-se de forma muito variável em função da especificidade dos diferentes contextos organizacionais e da atividade dos diferentes grupos profissionais, por exemplo a tecnologização do processo de trabalho ou a precariedade das relações contratuais expressam-se de modo muito distinto em diferentes contextos organizacionais e profissionais. Por sua vez, verifica-se uma interdependência contextual entre os domínios da pressão para o desempenho profissional e da pressão extraprofissional, nem sempre sendo clara a delimitação da fronteira que os separa, em diversos níveis. Para a sustentação e operacionalização destas linhas de reflexão, recorrer-se-á a dados preliminares do projeto em curso.

Palavras chave: Mudanças no trabalho, Reconfiguração dos grupos profissionais, Pressão para o desempenho, Interdependência contextual

XI-APS-30460 -Os perfis profissionais de agentes de inserção das Organizações da Economia Social

Ana Luisa Martinho - Universitat de València | CEOS.PP / ISCAP / P.Porto | Associação A3S
Mafalda Gomes - Universitat de València | Associação A3S | CEOS.PP

Comunicação Oral

Os perfis profissionais constituem um objeto de estudo em permanente reflexão pela Sociologia, em particular pela Sociologia do Trabalho e pela Sociologia das Profissões (Bourdieu, 1989; Dubar, 1991). A pertinência deste objeto justifica-se pela sua dependência face a variáveis contextuais, temporais e setoriais, que exigem uma análise contínua e longitudinal, como aliás acontece com vários Observatórios nacionais e internacionais. Escasseiam, contudo, trabalhos sobre os perfis profissionais de trabalhadores das Organizações da Economia Social (OES) em Portugal. Este setor representa um motor fundamental para a economia e desenvolvimento do país, com representação de cerca de 6,1% do total do emprego remunerado, em 2016 (INE, 2019). O setor da economia social manifesta um forte pluralismo na forma, modalidade e agentes propulsores da sua ação

(Chaves & Monzón, 2018). Com intervenção em áreas muito diversificadas, desde a saúde, à ação social e à cultura, estas organizações tendem a ter em comum uma forte missão de inserção social. A comunicação baseia-se nos resultados parciais de duas pesquisas de doutoramento em curso na Universidade de Valência que estudam OES dedicadas à integração de pessoas em situação de vulnerabilidade. Assim, focaremos nos perfis profissionais associados às funções de acompanhamento das pessoas (beneficiários/ utentes/participantes) para a sua inserção social. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas semi-diretivas, privilegiando a análise de significados, práticas e procedimentos (Haguette, 1987). Foram entrevistados profissionais de 16 OES que desempenham funções muito variadas, dentro do espectro da ação social e educativa, tendo sido isoladas as funções associadas à capacitação, ao diagnóstico, ao desenvolvimento de competências e definição de projetos de vida de pessoas com experiências de desinserção social (Paugam, 2000). No desempenho destas funções, foram analisadas as principais responsabilidades e competências, bem como as qualificações dos profissionais entrevistados. Apesar do setor da inserção se ter vindo a consolidar a nível europeu, as respostas ao nível da formação específica para profissionais que intervêm nele não parecem acompanhar a tendência de estruturação do setor (Castra, 2003). Os resultados apresentados apontam para a complexidade e exigência do perfil profissional que designamos como agentes de inserção. Com efeito, e desde já porque intervêm num setor com multiproblemas, com recurso a políticas escassas e limitadoras do acompanhamento, mas também porque têm de recorrer a várias áreas profissionais, da intervenção social, dos recursos humanos, do coaching, e a competências de escuta, de disponibilidade, de abertura, de inovação, de resiliência, para citar apenas as mais evidentes.

Palavras chave: economia social, perfis profissionais, inserção social

XI-APS-31515 -Antes e depois de Bolonha: cenários discrepantes de inserção profissional dos diplomados portugueses a montante a jusante do Tratado

César Morais - CICS.NOVA, NOVA-FCSH

Miguel Chaves - CICS.NOVA, NOVA-FCSH

Comunicação Oral

Em 1999, na cidade italiana de Bolonha, vinte e nove países europeus, entre os quais Portugal, firmaram uma declaração visando criar um Espaço Europeu de Ensino Superior que, assentasse na uniformização e reconhecimento mútuo dos vários graus académicos (organizados em três ciclos de ensino), permitindo a mobilidade dos estudantes nesse espaço e favorecendo a circulação profissional de graduados. A aplicação dos princípios estabelecidos nessa declaração nas instituições de ensino superior dos diversos países aderentes – atualmente quarenta e sete – ficou conhecida por Processo de Bolonha. Volvida

mais de uma década sobre a sua implantação, existem ainda poucas análises sobre o seu impacto na esfera académica e no próprio perfil dos estudantes portugueses, sendo ainda menor o número de investigações que procuraram aferir os seus efeitos na inserção profissional dos recém-diplomados. Esta comunicação inscreve-se nesta última linha de estudos, apresentando e discutindo os resultados de uma análise que confronta o percurso profissional de graduados em Portugal antes e depois da aplicação do Processo de Bolonha. Na literatura avolumam-se evidências de que os caminhos profissionais de licenciados, mestres e doutores se distinguem entre si e que a compreensão da sua inscrição no mercado de trabalho aumenta quando encarada como um processo e não como um evento único. Contudo, não existem fontes de dados representativas do conjunto dos graduados portugueses que permitam operacionalizar estes pressupostos, ou seja, uma análise processual e comparativa entre ciclos no que respeita à transição entre o ensino e o mercado de trabalho. O universo mobilizado nesta análise e na própria comunicação corresponde, essencialmente, aos diplomados da Universidade Nova de Lisboa (NOVA), inquiridos anualmente, desde 2010, por questionários que conhecem taxas de resposta elevadas e margens de erro amostral reduzidas, assim como mobiliza indicadores idênticos aos utilizados nas estatísticas oficiais de emprego, nacionais e europeias. Da coleção de dados entretanto criada serão trazidos à coação o que dizem respeito aos licenciados, mas também aos mestres e doutores e à sua situação profissional volvidos 1 e 5 anos sobre o momento de diplomação.

Palavras chave: Inserção profissional; Graduados do ensino superior; Processo de Bolonha

XI-APS-33878 -Juventude inquieta, desemprego à espreita: perfil do desemprego jovem insular.

Licínio M. Vicente Tomás - CICS.NOVA.UAC/CICS.NOVA/Universidade dos Açores

Teresa Pires de Medeiros - Universidade dos Açores

Ana Cristina Palos - CICS.NOVA.UAC/CICS.NOVA/Universidade dos Açores

Oswaldo Silva - CICS.NOVA.UAC/CICS.NOVA/Universidade dos Açores

Josélia Fonseca - Universidade dos Açores

Comunicação Oral

A Situação de transição entre a escola e a vida ativa já foi alvo de variadas e amplas abordagens. São vários os estudos que alertam para o forte impacto que o fenómeno de desemprego exerce no indivíduo (desde a dimensão psicológica à dimensão social), nas suas famílias e, conseqüentemente, na sociedade, em geral. Algumas investigações têm posto em evidência que os indivíduos que se encontram desempregados experienciam, inevitavelmente, efeitos negativos, com impacto notório a nível do seu funcionamento psicológico e social (e.g., Haworth, 1997; Waters & Moore, 2002, Witte, 2005), ficando a maior parte das vezes em vulnerabilidade psicossocial, em risco depressivo, expostos à

delinquência e ao risco de exclusão. Menos estudado foi o desemprego jovem em meio insular ou a procura do primeiro emprego após o abandono escolar por opção. No mundo ocidental, quer se trate de espaços centrais ou mais periféricos, as situações de desemprego jovem involuntário tendem a convergir para modelos de procura ativa de um trabalho remunerado com enquadramento e garantias. Os padrões do mercado de trabalho local ditam, em grande medida, os parâmetros da empregabilidade dos jovens e da recaptação ativa. À escala arquipelágica e insular, ao que tudo parece indicar, o espaço de oportunidade restringe-se, ainda mais, e a situação de desemprego apresenta contornos peculiares entre o suporte familiar ou comunitário local, as políticas regionais e a formação supletiva do abandono escolar. Esta nossa apresentação centra-se na compreensão do perfil do jovem desempregado num espaço insular e atlântico atendendo ao facto de que a especificidade regional é marcada não só pela precariedade do emprego nos jovens sem qualificações mas também pela confrontação com a emigração, enquanto variável estruturalmente presente ao longo de todo o século passado e com novo ressurgimento na segunda década do atual. Com base nos dados do IEFP e Centros de Emprego, perscrutaremos o desemprego registado não tanto na sua evolução mas na sua composição atual, tendo por base um projeto de investigação em curso no âmbito do PO2020 para as regiões ultraperiféricas. Apesar de contrastados, sobretudo em virtude das diferenças de percursos formativos, os resultados tendem a demonstrar uma eficiente ação das políticas regionais de integração assim como de monitorização ativa da inserção dos jovens no universo laboral.

Palavras chave: Empregabilidade, Desemprego, Desemprego jovem, Mercado de trabalho

XI-APS-34010 -Crises, Estado e precariedade: o trabalho temporário em Portugal
Adriano Campos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

O tema das crises regressou ao palco do pensamento económico e sociológico na última década à medida que se agravaram e multiplicaram as suas causas e se tornam visíveis os seus resultados. Da crise financeira à crise social, da crise ecológica à crise de representação política, os elementos de inflexão das regras e comportamentos estão presentes e afetam diversas dimensões das dinâmicas e estruturas sociais. À luz dessa transformação, duas esferas em particular serão alvo de questionamento. A esfera do Estado e a esfera do trabalho. O tema desta comunicação é o papel do Estado na regulação das relações laborais em contexto de crise. Uma análise ancorada no fenómeno de precarização das relações laborais em geral, e no fenómeno do trabalho temporário de agência em particular. Para a compreensão deste tema, partimos de uma ampla gama de referências teóricas com base nesta tríplice conceptualização: do Estado como arena de conflitos; do trabalho como esfera central de reprodução e estruturação; da crise como elemento acelerador dos processos de reconfiguração social. Segue-se uma análise das transformações sociais atinentes ao nível do

Estado e do trabalho em Portugal, valorizando diferentes períodos até atualidade. O debate em torno do tema do atraso e as análises do fenómeno de precarização laboral adquirem particular relevo nesta parte. Esta investigação aborda em pormenor o fenómeno do trabalho temporário de agência. Primeiro, desde uma perspectiva internacional, situando a sua génese e posterior desenvolvimento. Depois, no contexto português, identificando a formação, crescimento e afirmação do sector. O trabalho temporário de agência adquiriu uma relevância incontornável nos últimos anos, pontuando em praticamente todas as análises que trabalham o fenómeno da precariedade laboral. Por apresentar características distintivas no que concerne à instabilidade dos vínculos, baixos salários e força de trabalho mobilizada, o trabalho temporário figura como um caso singular na regulação laboral estabelecida pelo Estado. A análise do trabalho temporário é realizada a partir da mobilização de diversas fontes e indicadores, procurando estabelecer uma conexão analítica com os temas do Estado, do trabalho e das crises.

Palavras chave: Estado; trabalho; crises; regulação laboral; precariedade.

XI-APS-35352 -Os operários e os acidentes de trabalho: evolução e panorama atual nas indústrias da Construção e Têxtil

Vanessa Rodrigues - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

XIAPS- Poster

Estruturada em torno de uma interrogação ampla que cruza o interesse sociológico pelo modo como se organiza e funciona o Estado, as suas instituições e políticas e o interesse sociológico pelo modo como se estrutura a interação quotidiana dos agentes sociais com as instituições que enquadram e regulam aspetos da sua existência individual e coletiva, a pesquisa iniciada recentemente no âmbito da elaboração da dissertação de doutoramento - "Da exposição ao acidente à (des)proteção subsequente: sociologia da reparação legal dos acidentes de trabalho entre trabalhadores da Construção e da Indústria Têxtil", financiada pela FCT - procura contribuir para o avanço do conhecimento no domínio da compreensão sociológica da relação entre as instituições e os seus utentes, através do estudo do modo como se estruturam e decorrem os processos de reparação legal em caso de acidente de trabalho. Através de uma análise aprofundada da experiência dos sinistrados do trabalho na indústria da Construção e na indústria Têxtil, setores de atividade que empregam um elevado número de trabalhadores que integram o grande grupo profissional (CPP/2010) mais afetado pela sinistralidade laboral em Portugal, os "Operários, artífices e similares/ Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices", a presente investigação procura analisar os mecanismos de enquadramento institucional e de reparação legal que se encontram no cerne dos processos aqui em causa. A par da recolha e análise de informação estatística, o trabalho teórico-empírico acionado contará com procedimentos metodológicos diversos que envolvem entrevistas aprofundadas, observação direta, análise documental de

informação escrita relativa aos processos a decorrer em sede de reparação legal, e diários de campo, que permitirão uma “objetivação densa” dos vários níveis de análise acionados e procurarão dar resposta a uma interrogação central e estruturante do estudo: de que forma se configura o relacionamento entre a exposição ao risco, a desigualdade na distribuição de capitais económicos e culturais e os problemas de cobertura e acesso democrático às instituições em contexto de reparação legal dirigida à sinistralidade laboral? Nesta comunicação, procurar-se-á apresentar e discutir resultados de uma primeira fase do trabalho, relativa a uma caracterização extensiva do fenómeno, através do recurso a fontes oficiais (como o EUROSTAT, o GEE, do Ministério da Economia, o GEP, do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social, a ACT, entre outras), articulada, sempre que possível, com avanços entretanto desenvolvidos noutras frentes da presente pesquisa.

Palavras chave: Acidentes de trabalho; indústria da construção; indústria têxtil; desigualdades.

XI-APS-35762 -La precariedad laboral en nuevas modalidades de contratación: un estudio de caso en el sindicato de la Coca-Cola en Culiacán, Sinaloa

Fernanda Barcellos Mathiasi - Universidad Autónoma de Sinaloa, México

Thiago Duarte Pimentel - Universidade Federal de Juiz de Fora

Comunicação Oral

El argumento central de este paper radica en la idea de que la reforma laboral introduce cambios profundos en las cuestiones (ontológicas) espacio-temporales, las cuales, a su vez, imponen nuevas restricciones a las acciones sociales, individuales o colectivas, generando así nuevos padrones de relaciones sociales institucionalizadas en un nuevo contexto selectivamente beneficio a los agentes más poderosos en este espacio social. Partiendo de una perspectiva realista crítica se opera una revisión teórica sobre las teorías del trabajo, en lo particular, enfocando su discusión recientes, en nivel internacional, acerca de la “precariedad laboral”. Empíricamente, la investigación cualitativa, presenta los resultados de un estudio de caso en una multinacional en Culiacán, Sinaloa, en que el mecanismo institucional de la reforma genera una nueva configuración contextual de posibilidades de acción para todos los agentes implicados. En lo particular, los dispositivos legales que autorizan otras formas de contratación, como la subcontratación y contratación “de confianza” (directa), crean nuevas posibilidades de relaciones laborales, (por ejemplo, por medio de la introducción de la figura “trabajador de confianza”), las cuales refuerzan el poder de las empresas y, por otra parte, disminuyen el poder de los trabajadores, en los procesos de negociación colectiva o individual del trabajo, tendiendo como consecuencia final el empeoramiento de las condiciones laborales y la intensificación de formas de trabajo precario. Por tanto, la Reforma Laboral de 2012 en México autoriza la subcontratación y contrataciones directas con los trabajadores, sin el apoyo o vinculación sindical, y los

resultados son que hay una pérdida real de los salarios en 20%, una mayor flexibilidad de la jornada laboral, además del hecho que solo los trabajadores sindicalizados alcanzan a tener derechos del contrato colectivo laboral. Así, los cambios de contratación más flexible como la figura del trabajador de confianza o el subcontratado ha sido una forma de legalizar contrataciones que pierden prestaciones laborales y luego generan la precariedad laboral.

Palavras chave: Precariedad Laboral - Sindicatos - Subcontratación - Reforma Laboral

XI-APS-35770 -Profissão crítica ou em crise? Gramáticas da produção jornalística e lógicas de poder

Maria Manuel Vairinho - -----

Comunicação Oral

Esta proposta de comunicação visa reconstruir e articular as gramáticas da produção jornalística e as lógicas de poder que nelas se embrenham, dando especial ênfase ao estudo da deontologia jornalística como bem comum do trabalho jornalístico e forma por excelência do imperativo moral e político da sua (auto)regulação. Questões que colocam desafios à sociologia pragmática de Boltanski e Thevenot ao eleger o poder como eixo da análise sociológica e por obrigar a considerar a pluralidade gramatical utilizada por um mesmo ator no desempenho de papéis fluídos entre o político e o jornalístico, e encontra eco no ensaio de Bourdieu sobre a televisão (Bourdieu, 1996) em que afirma que “os jornalistas e os jornais ‘sérios’ estão a perder a sua aura e vêm-se obrigados a fazer concessões à lógica do mercado e do marketing” (Bourdieu, 1996), sendo sua convicção que nas opções editoriais da televisão há forte coação de índole económica. Assim, a primeira questão prende-se à restituição das regras práticas que os jornalistas seguem (Lemieux, 2000) observadas em três planos: regras derivadas da gramática pública; da gramática da realização e da gramática natural: essa é condição prévia para dar conta da pluralidade de lógicas de ação em que embarca a prática jornalística. A segunda questão, vincula-se à análise da dinâmica dos investimentos gramaticais sucessivos que, por seu turno, estarão na base da vulnerabilidade dos jornalistas à desaprovação e crítica pelos pares e outros seres em particular das cívicas e da opinião. A terceira questão organiza-se em torno da relação entre modalidades de engrandecimento jornalístico (dos jornalistas mas também da própria profissão) e os repertórios de objetos jornalísticos que revestem formas e técnicas de poder político, económico e pericial. A quarta questão dirige-se expressamente ao trabalho individual e coletivo sobre o índice moral das práticas jornalísticas que o código deontológico da profissão especifica. Numa quinta questão preocupar-nos-á perceber se, perante críticas e faltas apontadas, emergem/são mobilizadas técnicas específicas, tipicamente jornalísticas de suavização e/ou neutralização de tais críticas e faltas; dessa forma reduzindo ou atenuando exigências (morais) contraditórias que as permeiem. Finalmente, apontamos à possível imbricação entre estados de grandeza da profissão

jornalística e formações identitárias particulares. Visar-se-ão os alinhamentos entre os ordenamentos hierárquicos dos seres e os repertórios de sujeitos que os declinam em taxinomias reconhecidas.

Palavras chave: Profissões, gramáticas de produção jornalística, deontologia, economia

XI-APS-39343 -Parceiros Sociais: Que Papel nas Políticas de Igualdade de Género?

Tatiana Pita - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Raquel Rego - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Cristina Nunes - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Comunicação Oral

Em Portugal, a concertação social começou como uma estratégia de criação de consenso perante o ambiente de incerteza económica. Os primeiros pactos sociais foram por isso direcionados para a questão dos plafonamentos salariais, em meados da década de 1980. Posteriormente, integrada já no Conselho Económico e Social, a concertação social reúne todos os parceiros sociais representativos, ou seja, inclui também a CGTP-IN, para além da UGT, CIP, CCP e CAP (só mais tarde se envolve a CTP). A concertação social tem, desde então, produzido vários acordos tripartidos, os pactos sociais sobre temas restritos e decorrentes da transposição do quadro europeu, ganhando mais facilmente consenso (i.e., formação profissional, saúde, segurança e higiene no trabalho). Numa época em que se começam a adoptar quotas de género nas empresas públicas e cotadas em bolsa, assim como no quadro das listas candidatas ao Parlamento, perguntamo-nos de que modo os parceiros sociais estão a contribuir para a igualdade de género. Procurámos assim descrever e explicar a importância atribuída à igualdade de género e à forma como o tema é tratado nos vinte e cinco pactos sociais assinados ao longo de trinta e quatro anos (1986-2019). As nossas conclusões preliminares apontam para que, primeiro, a igualdade de género tenha um peso reduzido na concertação social e sofra alguns enviesamentos; segundo, o Estado e as diretivas europeias parecem assumir um papel determinante na promoção da igualdade de género do trabalho. Neste sentido de resto, alguma literatura tem mostrado que o conteúdo de género nas convenções coletivas de trabalho, por exemplo, resulta essencialmente de imposições legais. Esta comunicação pretende, em suma, refletir sobre o papel dos parceiros sociais nas políticas de igualdade de género a partir dos pactos sociais assinados em sede de concertação social e enquadra-se no projeto de investigação “REP - Representatividade dos Parceiros Sociais e o Impacto da Governança Económica” (PTDC/SOC-SOC/29207/2017) que tem como grande objetivo repensar o conceito de representatividade e explorar as diferentes dimensões da representatividade.

Palavras chave: Parceiros Sociais; Concertação Social; Pactos Sociais; Igualdade de Género

XI-APS-39950 -Ação coletiva de pessoas desempregadas

Lídia Fernandes - Dinamia'CET-IUL

Comunicação Oral

Apesar dos protestos anti austeridade terem ocorrido em contexto de massificação de desemprego e de degradação das condições de vida de quem se encontrava nessa situação, ainda está pouco estudado qual o lugar do desemprego e das pessoas desempregadas nessas mobilizações. Nesta investigação procura avançar-se no conhecimento sobre essa temática, contribuindo para compreender quais as possibilidades ação coletiva envolvendo este segmento da força de trabalho. Parte-se de uma discussão em torno dos conceitos do desemprego e da ação coletiva. O desemprego é situado nos quadros teóricos da exclusão e do conflito; e o problema da ação coletiva é equacionado tendo por referência os debates sobre os movimentos sociais e os sindicatos, dando-se um enfoque especial aos debates relativos à onda de protestos verificada após a crise financeira de 2008. O estudo, que incide sobre o ciclo de ação coletiva ocorrido em Portugal entre 2011 e 2013, incluiu a análise de como o contexto terá condicionado os termos do conflito em torno do desemprego; a forma como o desemprego e as pessoas desempregadas se articularam no conflito e na narrativa anti austeridade; um balanço retrospectivo de pessoas desempregadas e ativistas envolvidos nesse ciclo de mobilizações; e as aprendizagens que daí retiram quanto às possibilidades de mobilização envolvendo este segmento da força de trabalho. Considerando a lógica de investigação-ação, a complexidade do objeto de estudo e a necessidade de uma estratégia de convergência e integração paradigmática no terreno, foi adotada uma estratégia de triangulação de dados, fontes e métodos. A análise realizada sublinhou três tipos de tensões consideradas relevantes para entender os constrangimentos e as possibilidades deste tipo de ação coletiva: unidade-fratura; inclusão-exclusão; local-nacional-europeu-global. A resolução destas tensões coloca dilemas estratégicos a quem entenda promover formas de mobilização envolvendo este segmento da força de trabalho.

Palavras chave: desemprego, conflito, ação coletiva, austeridade

XI-APS-41111 -As Dinâmicas do Sistema de Cuidados Continuados Integrados na Região do Alentejo: Questões-Chave Estratégicas do Futuro do Sistema.

Susana Soares Pinheiro Vieira Pescada - CICS.NOVA.UÉvora

Comunicação Oral

Na linha de um diagnóstico sociológico e prospetivo sobre a organização de um sistema de ação, que teve como palco a Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) na região do Alentejo, procuramos aqui apresentar os resultados de um trabalho de investigação já concluído, realizado no âmbito de um programa de doutoramento em sociologia, cujo objetivo principal passou por compreender as dinâmicas dos Cuidados Continuados Integrados, enquanto sistema de ação em permanente transformação, as estratégias dos seus principais atores e os “futuros possíveis” para os CCI na região do Alentejo. A presente comunicação tem como intenção identificar e analisar alguns aspetos reveladores do futuro do sistema de Cuidados Continuados Integrados (CCI) na região do Alentejo. Para o efeito, procedemos à análise dos meios de ação de que a globalidade dos atores dispõe, os obstáculos que os atores mencionam vir a confrontar-se na concretização dos processos e os fatores críticos de que depende o sucesso da sua ação. Por fim, delimitamos um conjunto de recomendações estratégicas e as orientações para a ação, fruto da leitura da dinâmica de evolução dos CCI no território estudado, com vista a conceder as informações estratégicas necessárias para a decisão ou para a negociação coletiva. As opções estratégicas devem, por isso, considerar os constrangimentos e os obstáculos, as dinâmicas da envolvente, as contingências e os fatores críticos do sistema, a caracterização das forças e fraquezas das organizações e as possibilidades de sinergias entre os atores, assim como a sua capacidade adaptativa às mudanças da envolvente. Os principais resultados revelados pelo estudo apontam que as manifestações dos atores sobre o futuro do sistema são guiadas por uma consciência clara de uma mudança organizacional através de um contrato assumido entre os atores, as suas necessidades e aspirações (Crozier, 1977), o qual deve passar pelo investimento e pela consciencialização negocial dos atores, pois só assim é possível gerar um sistema integrado de cuidados mais harmonizado com os interesses e as necessidades coletivas. O apelo à comunicação e à mudança dos contextos e constrangimentos foram evidentes nos discursos dos atores como resposta à libertação do sistema no sentido de orientá-lo para coesão e integração. Em conclusão, a reflexão sobre as dinâmicas da envolvente de um dado sistema de ação social, como é o caso da RCCI, deve estar sempre em concordância com a capacidade adaptativa das estratégias dos atores que operam neste sistema de ação, bem como com a sua força reativa às mudanças, impondo estratégias pertinentes, com vista a alcançar os objetivos em torno da construção de um projeto comum. Posto isto, o futuro do sistema em estudo será seguramente influenciado pelas tendências pesadas do sistema, isto é, a dinâmica do jogo de atores, os meios de ação de que dispõem e os obstáculos que constroem os seus ritmos de desenvolvimento.

Palavras chave: Ação Estratégica; Cuidados Continuados Integrados; Mudança Estratégica; Sistema de Ação.

XI-APS-42212 -O teletrabalho em Portugal e os potenciais impactos da sua normalização

Ana Alves da Silva - CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social

Filipe Lamelas - CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social

Luís Manso - CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social

Pedro Estêvão - CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social

Tiago Mesquita Carvalho - CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social

Tiago Santos Pereira - CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC)

Comunicação Oral

O teletrabalho é uma modalidade de prestação remota de trabalho que demonstrou eficácia como medida de profilaxia social na gestão da pandemia da Covid-19. O carácter emergencial e temporário da sua adoção tem vindo a dar lugar a políticas públicas e empresariais que promovem a sua adopção, em diferentes modelos, permanentes, híbridos, e tendo por base motivações diversas que refletem um conjunto de potenciais interesses empresariais ou dos trabalhadores. A literatura no âmbito da economia e sociologia do trabalho e das organizações tem vindo a alertar para os potenciais riscos associados à dispersão espaciotemporal dos processos de trabalho, que se têm vindo a consolidar numa dinâmica de digitalização de que a implementação do teletrabalho é parte integrante. Se, por um lado, estes processos são associados no discurso público e político a uma facilitação dos modos de trabalho, maior autonomia dos trabalhadores, promovendo a articulação entre vida profissional e familiar, com efeitos na produtividade e satisfação dos trabalhadores, por outro lado estas mudanças estão também associadas a processos, como a hiperfragmentação, rotinização e desqualificação funcional das tarefas; a conversão funcional das ocupações; a dispersão espaço-temporal dos trabalhadores e progressiva individualização das relações laborais; e, mais recentemente, o incremento de fenómenos de intermediação e dissolução jurídica das relações de emprego. Tendo presentes tais riscos, o projeto ‘Trabalho, Teletrabalho e Distanciamento Social’, em curso no CoLabor (Laboratório Colaborativo para o Trabalho, o Emprego e a Proteção Social), desenvolve uma análise dos potenciais impactos do teletrabalho, no contexto português, como modalidade normalizada de prestação laboral. O quadro teórico do projeto atende aos efeitos da deslocalização espaço-temporal do processo de trabalho e da mediação digital sobre (i) o potencial redesenho das estruturas organizacionais; (ii) as condições objetivas e materiais de trabalho dos trabalhadores; (iii) as formas de sociabilidade laboral; (iv) a diferenciação dos espaços de trabalho, de vida familiar e pessoal; e (v) a perceção de qualidade e segurança do emprego e do rendimento. Para o cumprimento destes objetivos, estão em desenvolvimento três estudos de caso numa abordagem metodológica qualitativa, organizações portuguesas de grande dimensão do setor privado lucrativo e não lucrativo, nas quais a recolha de dados

secundários está a ser realizada através de análise documental e de dados primários, recolhidos por meio de entrevistas semidiretivas a quadros de gestão e a trabalhadores diretos. A presente proposta de comunicação pretende apresentar os resultados preliminares do estudo problematizando a deslocalização espaço-temporal e a mediação digital do trabalho como meios que agilizam processos de redesenho e reestruturação organizacional, expondo os seus potenciais efeitos para o trabalho, nomeadamente ao nível das condições materiais de trabalho, da sua identidade ocupacional e organizacional e do sentido de segurança no emprego.

Palavras chave: teletrabalho, deslocalização, digitalização, emprego

XI-APS-42475 -INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL – O FIM DA PIRÂMIDE HIERÁRQUICA E AS RELAÇÕES IGUALITÁRIAS COMO MOTORES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

JORGE LUIZ SANTOS MADUREIRA JUNIOR - Mestrado em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Via Panorâmica Edgar Cardoso s / n, 4150-564 Porto

jorgemadureiraadv@gmail.com / up201801873@letras.up.pt

Cristina Clara Ribeiro Parente - Departamento de Sociologia. Instituto de Sociologia.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Via Panorâmica Edgar Cardoso s / n, 4150-564 Porto cparente@letras.up.pt

Comunicação Oral

Este estudo visa compreender formas de organização empresarial distintas das clássicas - principalmente as estruturas organizacionais achatadas e processos de trabalho autônomos - e os efeitos na motivação dos trabalhadores e clima organizacional, através de uma abordagem qualitativa, baseada na análise e descrição de um caso de estudo em Portugal. Laloux (2016) ofereceu-nos a chave da ignição para a investigação em “Reinventando as Organizações” (2016), onde o autor relata como as organizações empresariais no mundo passaram por um processo de transformação na estrutura que é peculiar às empresas do século XX e XXI. Os estudos até aqui desenvolvidos permitem identificar que, por vezes, a estrutura organizacional tradicional não é remoldada em organizações inovadoras, mas completamente desmontada. O estudo de caso que estamos a desenvolver assente numa forte componente de observação direta aponta para uma estrutura organizacional do tipo adocrático (Mintzberg, 1989) em que os processos de gestão e de tomada de decisão pela sua flexibilidade, independência e responsabilização seriam em ambientes tradicionais considerados frágeis e contraproducentes para o desempenho empresarial. Perceber as razões pelas quais a organização empresarial observada apresenta crescimento financeiro e, principalmente, é uma referência de um ótimo lugar para se trabalhar é o objetivo principal do nosso trabalho. Propomos compreender em profundidade o sucesso desta opção, pautados por três vertentes analíticas fundamentais: i) analisar em que medida a atividade principal da empresa é

contingente da configuração organizacional e das práticas de gestão implementadas; ii) identificar os perfis dos líderes – ou daqueles que mais vezes exercem a condição de líder - e dos trabalhadores envolvidos; iii) compreender os mecanismos de implementação dos processos de trabalho inovadores e como atuam como factor de sucesso empresarial. Na fase inicial do estudo de caso em que nos encontramos, os nossos resultados indicam que a configuração adocrática, o trabalho por projeto, a organização em equipas de geometria variável com rotação de trabalhadores, a ausência de hierarquias destinadas a reduzir desigualdades entre os trabalhadores, seja em termos de salários sejam em termos de exercício do poder, são determinantes para que o clima organizacional produzam efeitos motivadores e promova o bem-estar na saúde física e mental dos trabalhadores. Concordamos com Wilber e Raga (2003) acerca da consciência integral, considerando que a integração do trabalhador em todos os aspetos produtivos da empresa é uma tendência inovadora que pode revolucionar as relações de trabalho. Laloux, F. (2016). Reinventing organizations. S.l: Nelson Parker. Wilber, K., & González Raga, D. (2003). Una teoría de todo. Barcelona: Editorial Kairós. Mintzberg, H. (1989) – A estrutura e a dinâmica das Organizações. Lisboa: Dom Quixote

Palavras chave: inovação organizacional, organização TEAL, auto-gestão, qualidade de vida no trabalho

XI-APS-43295 -Levantamento nacional das competências e práticas profissionais dos sociólogos: contributos para o mapeamento da profissão em Portugal.

Madalena Ramos - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, CIES-IUL

Rui Banha - DGEEC, ME

Alexandra Aníbal - CML/Direção Municipal de Cultura

Pedro Abrantes - Ministério da Educação, Gabinete do Ministro da Educação)

Paula Urze - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Comunicação Oral

Apesar do nascimento algo tardio da sociologia em Portugal, o universo de diplomados em sociologia em Portugal ultrapassa já os 17.000 (Censos 2001, DGEEC/MEC). Todavia, não sendo já uma profissão totalmente desconhecida, estamos ainda perante um universo que é pouco familiar para quem não tem relação com a academia, e frequentemente surge a pergunta “O que faz um sociólogo?”. Também com muita frequência vem a resposta “Dá aulas” ou “Faz investigação”. Mas a profissão de sociólogo vai muito além disso. E se o seu “manto de invisibilidade” vai desaparecendo, com a crescente presença de sociólogos nos mais diferentes setores de atividade, alguns deles em cargos de grande responsabilidade nacional e internacional, como também pela visibilidade alcançada com a presença na comunicação social, a verdade é que junto do setor privado a presença de sociólogos é ainda escassa. E para que possamos reivindicar um estatuto profissional mais adequado para os

diplomados em Sociologia, criando novas oportunidades, nomeadamente junto do setor privado, é imperativo saber o que fazem estes diplomados em sociologia. Na sequência do Inquérito aplicado pela APS ao universo dos sociólogos em 2013, pretendeu-se atualizar e aprofundar alguns tópicos do mesmo. Tal objetivo foi concretizado com a aplicação de um novo inquérito por questionário sobre as competências e práticas profissionais dos diplomados em sociologia, desta vez promovido também pela APSIOT, cujos principais resultados serão aqui apresentados. É reconhecido que os sociólogos que trabalham fora da academia o fazem em múltiplas áreas e desempenhando funções desde o nível mais elevado das organizações até às mais operacionais, como resultado também da sua formação supostamente de cunho generalista. Mas quais são as funções mais detalhadas que desempenham? O seu exercício tem uma marca de especificidade face às de profissionais de outras áreas formativas? Identificam-se profissionalmente como sociólogos ou já incorporaram outras identidades como resultado das socializações no mercado de trabalho? E, em geral, o que significa para cada um ser sociólogo? Entre outras, procurou-se encontrar respostas para estas questões, mas, sobretudo, procurou-se efetuar um mapeamento dos sociólogos portugueses, para esclarecer, ainda que sumariamente, a sua condição profissional e as representações que dela têm, quer trabalhem na academia quer fora dela. Esta atualização de informação sobre o universo dos diplomados em sociologia está enquadrada na preocupação de reforçar pontes e estabelecer articulações entre a sociologia dentro e fora da academia, o tema de um Encontro a realizar em março de 2020, cujo objetivo maior é discutir e aprofundar algumas das questões referidas, mas, sobretudo, estabelecer pontes entre os sociólogos dos vários campos profissionais e cujas reflexões serão também objeto desta comunicação.

Palavras chave: Profissão, Práticas profissionais, Competências, Identidades

XI-APS-45391 -Disparidades de género no setor das TIC: principais características e tendências

Tatiana Pita - ICS-ULisboa

Comunicação Oral

O mercado de trabalho evidencia uma segregação em função do sexo dos trabalhadores, com alguns setores e atividades tipicamente femininas ou masculinas. O sector das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) está em forte crescimento económico, mas as mulheres estão em desvantagem, em comparação com os homens, com uma baixa presença no sector. Na União Europeia cerca de 84% dos profissionais de TIC são homens, o que reflete que cinco em cada seis pessoas empregadas são homens. Tal como o padrão dominante na União Europeia, também Portugal é um país com disparidades de género no setor das TIC ao apresentar igualmente uma sobre-representação de homens, cerca de 86% dos profissionais. Nas últimas décadas, esta presença desigual de homens e mulheres no

exercício de diferentes ocupações tem motivado a implementação de planos nacionais, políticas públicas e outras iniciativas para a não discriminação em razão do sexo e para a promoção da igualdade entre homens e mulheres. Exemplo dessas iniciativas são a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação que assume como objetivo central o combate às discriminações, desigualdades e segregação no mercado de trabalho baseada em diferenças e estereótipos de género. Uma outra iniciativa é o INCoDe 2030 que tem como um dos seus objetivos aumentar a presença das mulheres em ocupações tecnológicas e reduzir a segregação com base no género. Esta segregação afeta a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres desde a educação ao mercado de trabalho, para além de outros contextos sociais, limita as suas escolhas e reproduz estereótipos e relações de poder desiguais. Nesse sentido, esta comunicação procura contribuir para um maior conhecimento destas disparidades de género. Esta comunicação apresenta a análise preliminar da base de microdados estatísticos de Quadros de Pessoal (QP) que permitem identificar e caracterizar o emprego e as condições de trabalho no setor TIC e explorar a presença dessas disparidades, numa perspetiva de género. Recorre-se a variáveis respeitantes tanto à empresa como ao trabalhador. O período de observação abrange o período longitudinal de 1986 até 2017, permitindo identificar como as disparidades evoluíram. Esta análise permite conhecer as principais características e tendências do setor e explorar onde as disparidades são mais salientes: em que ramos da atividade económica das TIC estão mais concentrados os homens e as mulheres? As disparidades são mais salientes numa determinada ocupação, num determinado tipo de empresa? Onde a diferença salarial é maior? Como evoluíram essas diferenças ao longo do tempo? Esta comunicação enquadra-se no projeto de Doutoramento “Gender Divide in the Expanding ICT Sector” (SFRH/BD/146816/2019) que tem como principal objetivo compreender como as disparidades de género são construídas e reproduzidas no setor tecnológico.

Palavras chave: Género; TIC; Segregação

XI-APS-46845 -Serviço doméstico em Portugal: o que sabemos e o que gostaríamos de saber?

Manuel Abrantes - CSG/SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Dos primórdios da sociologia às distintas vagas do pensamento feminista, o serviço doméstico tem sido reconhecido como um elemento constitutivo dos sistemas de produção capitalista (Marx, 2010 [1867]; Beechey, 1979; Ferreira, 1981; Huws, 2019). Remuneradas ou não remuneradas, as diversas modalidades contemporâneas do trabalho desempenhado na esfera familiar encontram-se descritas em estudos com uma atenção particular às relações de classe, de género e migratórias (Wall e Nunes, 2010; Abrantes, 2012; Perista et

al., 2016). Por conseguinte, contamos hoje com um corpo substancial de conhecimento que nos permite compreender o trabalho doméstico enquanto setor de emprego e enquanto dimensão crucial da vida familiar. Partindo deste quadro de investigação abundante, a presente comunicação realça as transformações recentes em várias dimensões explicativas do trabalho doméstico, entre as quais o mercado de trabalho, os papéis de género, os fluxos migratórios, os padrões demográficos e os cuidados de saúde. Em alguns países têm sido observados novos movimentos de organização colectiva e novas políticas públicas neste âmbito. Um ímpeto relevante foi dado pela Organização Internacional do Trabalho quando em 2011 adoptou a Convenção sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Abrantes, 2013), ratificada até à data presente por 30 países. Mais recentemente, a pandemia de Covid-19 veio suscitar novas e urgentes problemáticas relativamente à organização do trabalho de cuidado (Dias et al., 2020). A partir de pesquisa documental e da análise de indicadores estatísticos, mapearei o conhecimento empírico produzido acerca do serviço doméstico em Portugal, enquadrando-o no contexto europeu. Identificarei também um conjunto de interrogações pendentes e abordagens adequadas para lhes respondermos na investigação próxima. Os comentários das pessoas presentes na conferência enriquecerão esta agenda de trabalho, permitindo aprofundar linhas de estudo e debater os potenciais contributos da sociologia para mitigar problemas que subsistem no campo do serviço doméstico.

Palavras chave: Trabalho doméstico, cuidados, classe, género, migrações

XI-APS-47556 -A trajetória bumerangue do emprego: o caso da Madeira

Ricardo Fabrício - Universidade da Madeira e SOCIUS

Comunicação Oral

A deterioração do mercado de emprego na Madeira, que se acentuou nos primeiros anos do Séc. XXI e acelerou na sequência de uma série de acontecimentos com grande impacto social, como a crise financeira de 2008, a intervenção externa no país e o Programa de Ajustamento Económico na RAM (2012), revela atualmente uma trajetória bumerangue, com a recuperação de emprego em curso a coincidir com o estabelecimento de uma realidade laboral diferente. Esta comunicação dá continuidade aos esforços de compreensão do emprego e das relações laborais, tendo por objetivo contribuir para a compreensão da dinâmica (quantitativa) da população empregada na Madeira no período pós-troika. Com base numa abordagem metodológica que faz uso de um conjunto de dados (oficiais), relativos à população empregada e a componentes-chave da sua composição, é desenvolvido um exercício de imaginação sociológica, com base no qual se vislumbra a existência de uma trajetória bumerangue no emprego na Madeira, ou seja, o emprego foi e tem estado a regressar, mas no regresso revela alterações significativas nas suas propriedades. Embora os níveis quantitativos de emprego tenham vindo a aumentar, a recuperação em termos

qualitativos traduz-se por uma crescente terciarização do emprego, mesmo num período de perda absoluta de empregos, com implicações em termos de remunerações e ganhos. Assim, a trajetória do emprego descortinada na Madeira reforça a centralidade do tema como facto social, tendo este a particularidade de encerrar em si ambivalências e paradoxos, que tanto associamos à contemporaneidade, inclusive num contexto insular e ultraperiférico como a Madeira.

Palavras chave: Emprego, trabalho, terciarização e salários

XI-APS-48520 -Os efeitos da incubação: estudo de casos múltiplos de empresas graduadas em Portugal

Teresa Cunha Alegre - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Cristina Parente - Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Comunicação Oral

Os padrões de competitividade nos mercados têm vindo a alterar-se desde as últimas décadas do século XX, o que, entre outros fatores, tem sido apontado como a principal origem da dificuldade para as empresas sobreviverem sobretudo nos primeiros anos da sua vida. Neste contexto, a incubação de empresas emerge na Europa como uma nova ferramenta de promoção de empreendedorismo e de fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas. As incubadoras de empresas, e mais tarde os Parques da Ciência e Tecnologia, apareceram com o objetivo de estimularem a economia local e regional, dedicando-se à promoção da transferência de conhecimento científico e tecnológico para o mercado, fator de competitividade por excelência. Este estudo foca um conjunto de casos de sucesso e de insucesso de empresas graduadas que estiveram num período de incubação no Parque da Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto – UPTEC. O objetivo principal é compreender a influência dos programas de incubação, a médio e longo prazos, para a sobrevivência e sustentabilidade das empresas de forma a contribuir para colmatar a ausência dos estudos sobre a curso das empresas no período de pós-incubação. Para tal, recorreu-se a uma investigação qualitativa através da abordagem de estudo de casos múltiplos. Uma das conclusões do estudo é de que, de facto, a incubação na UPTEC apresenta-se como um dos fatores que impulsionou e reforçou o desenvolvimento das empresas durante e após o período de incubação. Tal atesta o que a literatura evidenciava: a incubação apoia o empreendedorismo e ajuda novas ideias de negócio a converterem-se em empresas sustentáveis. No entanto, é possível apontar a existência de contingências internas e externas que afetam o desenvolvimento sustentável de um negócio pelo que existe um conjunto de empresas graduadas inativas saídas da UPTEC. Os fatores que mais contribuem para a morte destas empresas graduadas são, por um lado, a incapacidade de atração de investimento para alavancar o negócio, a dificuldade em colocar os serviços no mercado e, finalmente, a perda de vantagens de um ecossistema empreendedor. Esta última conclusão

leva-nos a questionar o papel efetivo de fortalecimento e autonomização idealmente desempenhado pelas incubadoras e sugere-nos em contrapartida uma dependência das empresas ao ecossistema da incubadora, não as consolidando. As razões para um ou outro cenário, levam-nos à conceção de um modelo de avaliação sistemática e anual das estruturas de incubação e respetivas empresas incubadas, de forma a compreender o impacto da incubação na sobrevivência e sustentabilidade a médio e longos prazos das empresas graduadas.

Palavras chave: incubação, empresas graduadas, Parque da Ciência e Tecnologia, empreendedorismo

XI-APS-48705 -Narrativas sobre trabalho e identidade de influenciadores digitais no instagram: uma abordagem qualitativa aos conceitos de trabalho e consumo

Marina Chiari - Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

Esta comunicação é um trabalho em andamento, baseada na investigação prévia desenvolvida em projeto de doutoramento, no qual pretende-se experimentar uma amostragem qualitativa desenhada para estudar o conteúdo produzido por influenciadores digitais na ferramenta “Stories” da plataforma Instagram, sobre relações de trabalho no ambiente digital. O trabalho, enquanto categoria social, é crucial e primordial nos processos de socialização (Harpaz, 2002), e sua influência pode ser percebida também nas transformações advindas da popularização das redes sociais digitais. Nesta comunicação, pretendo abordar o conceito de trabalho não apenas como uma categoria para a construção da identidade social (Hechter, 1978), mas também como um produto, vendido como lifestyle, no contexto de um consumo imaterial. A influência pode ser abordada de diversas formas, especialmente tomando os hábitos de consumo como esfera de análise (Kapitan and Silvera, 2016; Kozinets, 1999). A questão central desta comunicação é identificar as formas de abordagem do trabalho na narrativa de lifestyle dos influenciadores digitais, tendo em conta o conteúdo produzido por estes indivíduos através ferramenta de análise de conteúdo (Bardin, 1977). O objetivo é analisar três principais categorias nas suas narrativas: equilíbrio entre trabalho e vida pessoal; “hustle culture”; sentido de exploração. Este trabalho persegue a hipótese de que os influenciadores digitais surgem como uma nova forma de ocupação que contribui para a construção de novas percepções e experiências com o trabalho na cultura digital. Para além dos resultados desta análise prévia, este trabalho consiste em um teste de construção de amostras de indivíduos para análise qualitativa nesse tipo de plataforma de redes sociais digitais, que consiste em produção de conteúdo efêmero. Para este artigo, testamos a aplicação da amostragem em bola de neve, substituindo a indicação de sujeitos por suas citações em “collabs”, uma prática comum na

era digital e frequente na linguagem e construção narrativa dos influenciadores digitais. A amostra testada neste artigo é de 8 indivíduos, do Brasil e de Portugal, que produzem conteúdo no segmento temático do marketing digital e empreendedorismo. Este trabalho é financiado pela FCT, por meio da bolsa SFRH/BD/148012/2019 .

Palavras chave: trabalho; redes sociais digitais; identidade; consumo

XI-APS-49129 -Um Modelo Realista Crítico para Ação Coletiva Organizada
THIAGO DUARTE PIMENTEL - Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF

Comunicação Oral

Com base no argumento de uma convergência teórica entre sociologia organizacional e a ação coletiva, identificada por Erhard Friedberg (1993), pode ser melhor explorar dentro de uma perspectiva realista crítica da ciência, em geral, e da teoria social, em particular, este ensaio teórico, apresenta-se aqui um Modelo de Estruturação da Ação Coletiva Organizada, modulado no enquadramento de um campo social, e constituído de três momentos específicos: M1 - Espacialização, dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite o compartilhamento de uma mesma situação ou contexto da realidade material, que traz constrangimentos e habilitações aos sujeitos enquadrados nesta situação (Elder-Vass, 2010; Lacoste, 2008; Fleetwood, 2005); M2 - Identificação, que diz respeito ao compartilhamento de uma realidade ideal, na forma de símbolos comuns que unificam os indivíduos em interação, e permite a formação de uma comunidade imaginada, estabelecer as fronteiras do grupo social e sua identidade (Vandenberghe, 2010; Elder-Vass, 2010); e M3 - Representação, que diz respeito a um duplo aspecto de relacionamento do grupo, em face do seu ambiente interno e externo onde, representa-se externamente os resultados dos conflitos internos, com uma identidade singular, mediada por um representante (Luhmann, 1997; Fleetwood, 2008; Vandenberghe, 2010).

Palavras chave: realismo crítico; teoria das organizações; ação coletiva organizada; espaço-identidade-poder

XI-APS-49573 -Conflitos laborais sob a “geringonça”: entre a representação e a legitimidade

Hermes Augusto Costa - Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Raquel Rego - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

Ao contrário do que se poderá pensar, o ciclo político 2015-2019, marcado por uma solução governativa inovadora em Portugal, uma aliança parlamentar de partidos de esquerda, foi pautado (sobretudo em 2018 e 2019) por uma intensa atividade conflitual capaz de rivalizar com o ciclo político de direita anterior (2011-2015). Nesta comunicação procura-se refletir sobre alguns casos emblemáticos de conflitualidade laboral, concretamente nos setores da saúde (greves dos enfermeiros às cirurgias), dos transportes (greves dos motoristas de matérias perigosas) e das forças de segurança (manifestações da polícia e guarda). Todos eles nos convocam a uma reflexão sobre o sistema de representatividade, pois resultam da ação de novas organizações de trabalhadores, nem sempre representativas do ponto de vista da proporção de sócios face ao total potencial número de sócios, embora a sua ação seja muito impactante e tenha obrigado inclusivamente a posições de força do Governo. Como nos desafiam estas lutas recentes a pensar as identidades laborais? Que noções de representatividade e legitimidade estão em jogo? Como é sabido, a representatividade permite aos parceiros sociais agir em nome dos seus membros, conferindo legitimidade à sua participação nas sociedades democráticas. Em bom rigor, tem sido sobretudo recorrente (quer do ponto de vista da literatura, quer do ponto de vista das agências políticas) associar a questão da representatividade dos parceiros sociais a uma questão essencialmente quantitativa. Ao abrigo do projeto “Representatividade dos parceiros sociais e impacto da governança económica” (FCT ref. - PTDC/SOC-SOC/29207/2017) tem-se considerado pertinente conceber a representatividade como um conceito entendido de forma mais lata e multifacetada, isto é, não dependente apenas de critérios de densidade, mas igualmente da relação entre a composição e a congruência entre ações dos representantes e interesses dos representados. Trata-se, pois, nesta comunicação, de avaliar criticamente algumas lutas sociais ocorridas sobretudo na 2ª metade do ciclo político 2015-2019 e de mapear as identidades associadas a essas lutas, o confronto entre novos e velhos atores sindicais nelas presentes, assim como a oportunidade (porventura também o oportunismo) do sistema de representatividade dos parceiros sociais em Portugal, sem deixar de considerar os problemas que estão na origem das referidas mobilizações.

Palavras chave: conflitos laborais; geringonça; representatividade; legitimidade

XI-APS-49732 -Representações Sociais sobre o Trabalho e o Emprego nos estudantes de duas Escolas da Universidade de Évora

Domingos Braga - Universidade de Évora (dab@uevora.pt) + CICS.NOVA.UÉvora

Maria Manuel Serrano - Universidade de Évora (mariaserrano@uevora.pt) +

CICS.NOVA.UÉvora

Comunicação Oral

Nesta comunicação apresentam-se os resultados de uma investigação sobre as Representações Sociais dos Estudantes Universitários sobre o Trabalho e o Emprego em duas Escolas da Universidade de Évora. Especificamente, a investigação incidiu sobre as representações sociais dos alunos de 3º ano dos cursos de licenciatura das Escolas de Ciências Sociais e de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora, nos anos letivos 2017/2018 e 2018/2019, tendo sido traçado como objetivo geral aprofundar o conhecimento sobre as representações sociais dos estudantes universitários sobre o trabalho e o emprego, à beira de concluírem uma licenciatura e de se inserirem no mercado de trabalho ou de dar continuidade aos estudos (frequência de mestrado). Nesse sentido, foram definidas as seguintes dez dimensões de análise - i) Educação/formação para o trabalho/emprego; ii) Inserção no Mercado de Trabalho (a ótica do aluno); iii) Inserção no Mercado de Trabalho (a ótica do empregador); iv) Inserção no Mercado de Trabalho (redes informais); v) Articulação Trabalho/Família; vi) Situação no Trabalho/estilos de vida/mobilidade social; vii) Empreendedorismo versus formas tradicionais de emprego; viii) Trabalho e novas tecnologias; ix) Trabalho, área de formação e empregabilidade e x) Trabalho e mobilidade geográfica – sobre as quais se construiu um questionário aplicado ao universo dos estudantes universitários alvo. Os resultados apontam para uma perspectiva relativamente homogénea das representações, quer do ponto de vista das Escolas e dos cursos frequentados pelos estudantes, como das suas características socioeconómicas e das respetivas famílias de origem. Desde a importância de uma formação mais diversificada ou polivalente (soft skills ou competências alargadas), passando pela relevância das redes informais de contacto que podem ser estrategicamente mobilizadas, bem como a disponibilidade para novas experiências de trabalho e a utilização/conhecimento de novas tecnologias, são aspetos ou fatores que caracterizam as representações dos estudantes acerca da problemática da inserção no mercado de trabalho. As diferenças entre os estudantes das duas Escolas estão sobretudo marcadas por uma maior importância dada pelos estudantes de Ciências Sociais à importância da formação superior no acesso ao mercado de trabalho, às competências alargadas e transversais que esta formação poderá possibilitar, bem como a vantagem na participação em programas de mobilidade. Nos estudantes de Ciências e Tecnologias a inserção no mercado de trabalho é uma problemática menos preocupante, assim como as questões que se prendem com a precariedade no mercado de trabalho e a conciliação entre trabalho e família.

Palavras chave: Representações Sociais, Trabalho, Emprego

XI-APS-49769 -A contratação coletiva em Portugal: análise das tendências entre 2008-2018

Paulo Fernandes - ESCE-IPS

Rosário Mauritti - CIES-ISCTE

Comunicação Oral

Este trabalho está enquadrado numa investigação mais aprofundada, dentro de um projeto de doutoramento que decorre no CIES-ISCTE, que tem vindo a ser desenvolvido sobre a negociação coletiva em Portugal, a fim de compreender a evolução deste fenómeno, no contexto Português e em momentos particulares de rutura e/ou continuidade que tem marcado a sua evolução. A realidade Portuguesa em termos de negociação coletiva e do seu sistema negocial tem vindo a ser atravessada por um conjunto de alterações, não só jurídicas, mas também políticas, que, conjuntamente, têm contribuído para alterar a sua importância em termos de sectores bem como em termos da tipologia dos acordos que têm sido realizados. Desta forma compreender a contratação coletiva e interpretar a sua evolução, só poderá resultar da compreensão das dinâmicas que resultam da negociação enquanto processo de troca de concessões e não como forma de persuasão das outras partes, tendo como pano de fundo uma dinâmica pluridimensional como alguns autores a caracterizaram (Audebert-Lasrochas, 1999). Neste sentido a análise sociológica que está presente na estratégia de investigação, vai de encontro a uma abordagem dinâmica, talvez próxima de uma sociologia da ação no sentido que Touraine (1973) deu à expressão, com todas as implicações que esta opção tem em termos de complexificação da estratégia de análise e de aproximação aos atores intervenientes nestes processos. Este estudo recorre a um conjunto de dados quantitativos (publicação de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho) e qualitativos (conteúdos dos instrumentos de contratação coletiva publicados) que colocam em evidência a evolução/mudança que ocorreu dentro do período de referência (2008-2018) e que explicam a alteração das dinâmicas da negociação que parecem ocorrer em termos de sistema negocial português. Quando olhamos para o período em análise percebemos que entre 2010 e 2014 registou-se a maior diminuição em termos de negociação coletiva (publicações e trabalhadores abrangidos pela negociação), só comparável com o ano de 2004, após a alteração legislativa que introduziu o Código do Trabalho (Lei 99/2003 e posterior regulamentação Lei 35/2004). Esta diminuição foi acompanhada de um decréscimo acentuado dos trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva, sendo que estes valores se tornam mais significativos no período de intervenção da “Troika”, atingindo o valor mais baixo em 2013, com cerca de 241 mil trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva publicada naquele ano.

Palavras chave: IRCT, contratação coletiva, processo de negociação, relações laborais

XI-APS-51372 - Identidade empreendedora? A adesão dos prestadores de serviço em TI à retórica liberal do empresariado: semelhanças e diferenças entre o mercado de trabalho brasileiro e português na área de TI.

Allan Herison Ferreira - Universidade Nova de Lisboa - Departamento de Ciência da Comunicação; Laboratório de Pesquisa Social da Universidade de São Paulo - Departamento de Sociologia

Comunicação Oral

O estudo, de modo mais amplo, discute aspectos geracionais e identitários dos profissionais de TI que atuaram profissionalmente como contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas brasileiras, classificados como CLT (modelo de contratação similar ao chamado “contrato de trabalho” que vige em Portugal), bem como aqueles profissionais contratados como prestadores de serviço, também chamados de “Pessoa Jurídica” ou de PJ (modelo de contratação que se assemelha à contratação por meio de Recibos Verdes em Portugal). Pesquisa de campo complementar (realizada em finais de 2019 em Lisboa) permitiu encontrar paralelo no universo de trabalho português que indicou forte similaridade entre os modelos de contratação dos dois países para profissionais da área de TI. O profissional (idealizado aqui a título de exemplo) de TI que atua no Brasil, que tem empresa ou atividade aberta e atua como PJ, ainda que por vezes considere a si mesmo um empreendedor, de modo geral, não atua como empresário, gerador de empregos ou capitalista, mas sim, como um tipo de colaborador que trabalha dentro de uma organização de maior porte em condições análogas ao profissional CLT. Pudemos constatar de modo empírico que a contratação por meio do modelo PJ (no Brasil) ocorre principalmente para permitir que o contratado seja inserido no quadro de funcionários de uma empresa de modo mais barato, desonerando contratantes das taxas empregatícias previstas na CLT e, por outro lado, isso permite ao contratado dispor do valor líquido de sua remuneração sem os descontos previstos em lei referentes a seus benefícios. Tal forma de contratação não é sempre uma questão de simples preferência por parte do contratado. Muitas vezes, o trabalhador se vê diante da condição única de ser contratado por uma empresa que já define de antemão o regime de contratação: seu aceite não está principalmente relacionado ao regime de trabalho de sua preferência, mas entre estar empregado ou não. Apesar disso há fatores que contribuem para a aceitação da contratação no modelo PJ dentre aqueles profissionais que consideram a si mesmos com alto nível de empregabilidade dos profissionais dos quadros médios que têm renda de cinco a quarenta salários mínimos (algo em torno de mil Euros), como é o caso de consultores seniores, especialistas, coordenadores de áreas técnicas ou comerciais em TI e gerentes de área. Os profissionais PJ tendem a se identificar e a aderir majoritariamente ao ideário liberal característico do grande empresariado brasileiro revelando, a um só tempo, a um descolamento de suas identidades em relação às suas experiências materiais e a aproximação identitária de grupos com os quais querem ser identificados - como seria o caso dos grupos de empresários, tidos pela maioria dos profissionais PJ como “bem sucedidos”, “empreendedores” ou “capitalistas”.

Palavras chave: Sociologia do Trabalho; Sociologia das Identidades; Trabalho em Tecnologia da Informação; Empreendedorismo

XI-APS-54193 -Que competências procuram os empregadores? Uma análise de conteúdo de anúncios de emprego na Europa

Fátima Suleman - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e DINAMIA'CET

Abdul Suleman - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e BRU-IUL

Filipa Mendes Cunha - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e DINAMIA'CET

Comunicação Oral

O objetivo desta pesquisa é identificar o tipo de competências que os empregadores procuram quando recrutam graduados do mercado de trabalho na Europa. Para tal, analisa ofertas de emprego de diversos países europeus que tenham divulgado ofertas de emprego em plataformas digitais (EURES e Monster.com). São analisadas as ofertas (n=1752) para qualquer área de formação e qualquer profissão no ano de 2019. Os anúncios foram analisados recorrendo à análise de conteúdo e à técnica de estatística multivariada, fuzzy clustering, de forma a identificar conjuntos de competências procuradas. Num segundo momento, procura-se associar esses conjuntos a sectores e profissões para compreender se existem competências setoriais ou profissionais específicas. Os resultados preliminares apontam para seis fuzzy clusters, a que designamos de competências de adaptação; línguas estrangeiras; competências específicas; atitudes de trabalho; competências de gestão; e um cluster indiferenciado, onde não emerge nenhuma competência prevaiente. O inglês e as atitudes de trabalho são competências mais exigidas, estando presentes em quase todos os clusters. Os primeiros cinco clusters estão associados a profissões qualificadas, nos quais os empregadores exigem conjuntos de competências bem definidos. No cluster indiferenciado os dados não permitem destacar um conjunto de competências. Este cluster está associado a profissões pouco qualificadas, como os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores e a uma procura por graduados com reduzida experiência profissional. Uma outra informação contida nos anúncios aponta para as condições de emprego oferecidas pelos empregadores. Nos cinco primeiros clusters, os empregadores oferecem condições mais favoráveis, como contratos estáveis ou em regime de full-time, e procuram graduados com alguns anos de experiência. A maioria dos anúncios de emprego associados ao cluster indiferenciado indica que os empregadores oferecem condições contratuais mais flexíveis, como contratos a termo e em regime de tempo parcial. Este cluster suscita algumas dúvidas quanto à real necessidade dos empregadores na contratação de graduados para profissões pouco qualificadas.

Palavras chave: Competências, graduados, anúncios de emprego, Europa

XI-APS-55065 -Experiências de promoção da igualdade de género em STEM no Brasil e em Portugal: Algumas reflexões

Josilene Aires Moreira - Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Giorgia de Oliveira Mattos - Universidade Federal da Paraíba

Catarina Sales Oliveira - Universidade da Beira Interior

Comunicação Oral

Pobreza, exclusão social e desigualdades limitam e restringem o acesso das pessoas aos múltiplos recursos que proporcionam uma vida melhor. Em Portugal, desde 2013, o Instituto Nacional de Estatística avalia o Índice de Bem Estar (IBE) através de um conjunto amplo de indicadores. No contexto da desigualdade entre homens e mulheres, o indicador mais desfavorável é a disparidade salarial (INE, 2018). As mulheres em quadros superiores (gestão de alto nível) chegam a receber 27.5% a menos que os homens e, entre os profissionais altamente qualificados, 22% a menos; quando consideram-se todos os níveis, elas recebem 18.3% a menos (PORDATA, 2020). No Brasil, o rendimento médio das mulheres ocupadas de 25 a 49 anos representava 79.5% do rendimento dos homens em 2018; já no grupo de diretores e gerentes, correspondia a 71.3%; entre os profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres tinham participação majoritária (63%) mas recebiam 64.8% do rendimento deles (PNAD, 2019). As disparidades salariais estão, em parte, relacionadas às áreas de atuação profissional. Em todo o mundo as mulheres concentram-se tipicamente em profissões com menores remunerações, além de enfrentarem maiores dificuldades para ocupar os espaços de poder (Armstrong, Walby e Strid, 2009; Saleiro e Sales Oliveira, 2018). Globalmente, os e as jovens com licenciatura nas áreas de STEM (science, technology, engineering and mathematics) tendem a ter salários médios maiores do que aqueles nas áreas não-STEM. Contudo, as mulheres estão sub-representadas em STEM em todo o mundo. Em Portugal, embora a taxa de estudantes mulheres/homens seja de 53.1% - 46.9%, nas engenharias as mulheres são apenas 3.2% contra 12.5% de homens (Santos, Calado e Sales Oliveira, 2019). No Brasil elas são a maioria estudantil (57%) mas apenas 29.3% estão nas engenharias (INEP, 2019). Relatamos aqui duas iniciativas com objetivos semelhantes no Brasil e em Portugal que visam proporcionar às mulheres melhores espaços de trabalho, renda e proteção social através da educação. O projeto Meninas na Computação iniciado em 2013 no Estado da Paraíba, Brasil, trabalha com meninas de escolas públicas a fim de empoderá-las e capacitá-las para inserção num mercado de trabalho dominado por homens. Em Portugal, a iniciativa Engenheiras por um Dia, integrante das ações da Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas visa prevenir “um possível agravamento das disparidades entre mulheres e homens, quanto a oportunidades profissionais, de carreira, de rendimentos e de possibilidades de ascensão a cargos de decisão” (CIG, 2019). Colocando em diálogo estas duas experiências de promoção da igualdade de género nas STEM, as autoras procuram refletir sobre as estratégias elencadas, os obstáculos e os atingimentos em cada um dos contextos socioculturais, de molde a identificar potencialidades que permitam a maximização dos resultados obtidos com estas iniciativas.

Palavras chave: igualdade de gênero; STEM; intervenção em escolas

XI-APS-56309 -Problemas Centrais na Gestão da Qualidade na Educação Superior: o caso da literatura em português

Aline Mota Albuquerque Coelho - Universidade do Minho

Ivo Manuel Pontes Domingues - Universidade do Minho

Comunicação Oral

A qualidade tem sido, há muitos anos, tema relevante tanto na academia quanto nas empresas. A busca por maior eficiência e eficácia e a necessidade de buscar de forma incessante a satisfação dos clientes tem levado muitas empresas a investir em processos de gestão da qualidade. As organizações educacionais não são uma exceção a essa regra. A gestão da qualidade em instituições do ensino superior (IESs) deve buscar uma utilização adequada de seus recursos ao mesmo tempo que assegura ensino e investigação de alta qualidade. O presente trabalho oferece uma análise de artigos que tratam de mudança organizacional e gestão da qualidade em IESs. Para a seleção dos artigos, foi realizada pesquisa nas plataformas SCOPUS e Web of Science para identificar artigos em língua portuguesa. Como critério de pesquisa, foram utilizados os termos: "educação superior", "gestão da qualidade", "garantia da qualidade" e "auditoria da qualidade". Os artigos foram priorizados de acordo com a aderência ao tema, número de citações e actualidade. A análise dos artigos foi realizada em relação aos objetivos de pesquisa, análise e teoria e teoria e reducionismo, avaliando a existência, clareza e evidenciação dos objetivos propostos, como a análise e a construção teoria são realizadas e quais as opções dos autores quanto ao reducionismo teórico. A literatura revista apresenta as seguintes características: (i) na abordagem gestonária, há um predomínio da abordagem dos processos e estruturas organizacionais em oposto às relações sociais e às percepções e atitudes individuais, ou seja, a estrutura prevalece sobre a agência; (ii) na abordagem sociológica é favorecido o nível de análise macro, e realizam, em sua maioria, uma abordagem crítica, mais teórica que empírica, da questão da garantia da qualidade no ensino superior, vista como uma consequência da mercantilização do ensino; (iii) no nível meso, predomina a visão gestonária da garantia da qualidade em IESs, com recorrente utilização de abordagens como a TQM; (iv) há predominância de estudos de caso únicos, com análise quantitativa e conclusões a partir dos dados empíricos. O impacto das mudanças organizacionais nas questões individuais e nas relações diárias entre as pessoas, as quais ocorrem no nível micro, constituem uma oportunidade de pesquisa que pode ser aproveitada por meio de uma teoria que integre adequadamente os níveis micro e meso, ao mesmo tempo que e explore as ligações com o nível macro.

Palavras chave: agência e estrutura; gestão da qualidade; instituições de ensino superior; níveis de análise

XI-APS-59039 -Os reflexos da (des) equidade de gênero no trabalho em uma empresa distribuidora de energia elétrica no Brasil

Irlanda Mayra Medeiros da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

Josilene Aires - Universidade Federal da Paraíba

Ricardo Moreira - Universidade Federal da Paraíba

Comunicação Oral

O relatório “The cost of gender inequality” de maio de 2018 do Banco Mundial mostrou que, globalmente, a desigualdade de gênero no trabalho produz uma perda de mais de 23 mil dólares/ano por pessoa, pois ao se pagar menos às mulheres gera-se menos circulação de valores, diminuindo o consumo; conseqüentemente, também são pagos menos impostos. Independente dessa visão puramente capitalista, a equidade de gênero no trabalho é uma meta necessária pois, além de benefícios econômicos, é uma forma que se tem para que os colaboradores (em todos os níveis das organizações) sejam socialmente justos e tenham amplo acesso às oportunidades, em contraponto à desigualdade historicamente construída baseada na dominação masculina. A realidade de uma empresa de distribuição de energia no Brasil é de ocupação de 88% dos cargos destinados para o sexo masculino e apenas 12% para o feminino, e somente esse fato já pode denotar o reflexo da dominação histórica, refletindo na divisão sexual do trabalho, apontado como “lugar” de mercado reservados aos homens e o lar reservado às mulheres, determinando espaços distintos de trabalhos, lazer, comportamentos e cores para diferentes sexos (BOURDIEU, 2012). O presente estudo buscou analisar o impacto e os benefícios da (des) equidade de gênero nessa empresa de eletricidade, sendo objetivo da investigação verificar os reflexos da desigualdade de oportunidades dentro do trabalho, usando como elemento de comparação uma empresa referência no tema. Esse tema não foi fácil de investigar, pois para a empresa tratou-se de abrir seus arquivos de desigualdades (que poderia inclusive incorrer na citação de ser uma organização que discrimina, quando na verdade, tal discriminação já é um fato histórico, impregnado no âmago da gestão), mas é possível concluir que: (i) Existe desigualdade de oportunidades (ii) As poucas gerentes que lá estão enfrentaram dificuldades operacionais para gerenciar no início de suas carreiras, mas a empresa as apoiou e o desempenho delas é semelhante ao dos homens (iii) a partir do estudo a empresa começa a criar programas para acabar com tal injustiça dando passo em direção a uma mudança necessária, não apenas por questões sociológicas, mas também por questões financeiras e de bem estar.

Palavras chave: gênero em empresas de eletricidade; trabalho e gênero; igualdade de gênero

XI-APS-59587 -Empreendedorismo dos diplomados: avaliação do papel da Universidade e formas de identificação com autoemprego

Rita Moreira - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Polo da Universidade do Minho

Comunicação Oral

Nos últimos anos, e aliado à expansão do ensino superior e aos problemas de emprego dos diplomados, o empreendedorismo tem vindo a ser assumido como um objetivo primordial de políticas públicas e de atuação das universidades na Europa (CE, 2010). Tal discurso tem-se estruturado em torno de diversas questões centradas sobre a importância da preparação da população com qualificações académicas para o mercado de trabalho (Tomlinson, 2012), no sentido de lhes disponibilizar ofertas formativas e metodologias inovadoras de ensino ajustados às atuais exigências e orientações do mundo laboral (Marques & Vieira, 2014; Marques, 2016). Ou seja, exige-se do/a diplomado/a não só conhecimentos técnico-científicos específicos, mas também características e atitudes empreendedoras que lhes permitam aceder ao emprego ou criar o seu autoemprego/empresa. Esta apresentação, inserida no âmbito do projeto de doutoramento em fase de conclusão, intitulado “Empreendedorismo dos diplomados: políticas do ensino superior e (re)configuração das trajetórias profissionais dos diplomados”, propõe-se avançar com uma nova proposta conceitual sobre o fenómeno denominado de potencial de empreendedorismo, ao analisar a forma com diplomados constroem, percebem e negociam o seu empreendedorismo durante as suas trajetórias de transição profissional. A estratégia metodológica suporta-se nos resultados da vertente qualitativa do estudo, nomeadamente a aplicação de trinta e oito (38) entrevistas semiestruturadas, durante o ano letivo 2013/2014, a diplomados universitários com diferentes perfis-tipo de potencial de empreendedorismo. Na presente comunicação, debruçamo-nos especificamente sobre a análise das representações dos diplomados entrevistados acerca da relação entre preparação académica e empreendedorismo, a qual terá por base os seguintes eixos: i) avaliação e tipo de papel atribuído à Universidade/curso na preparação para o mercado de trabalho e empreendedorismo; ii) perspetiva acerca das potencialidades, obstáculos e fatores críticos dos processos educativos no ensino superior, em particular na área do empreendedorismo; iii) a importância da educação empreendedora no acesso ao emprego e no desempenho profissional; iv) manifestações de identificação com o empreendedorismo/autoemprego. Na conclusão pretende-se refletir sobre os determinantes do empreendedorismo dos diplomados no sentido de orientações socio valorativas relativamente à criação do próprio emprego/empresa e às “decisões” de futuro profissional, bem como discutir o papel do ensino superior no quadro de profundas transformações do mercado e contextos de trabalho.

Palavras chave: Ensino superior, diplomados, empreendedorismo, transição profissional

XI-APS-64210 -Sistema nacional de inovação e ecossistema nacional de incubação: o papel das políticas públicas nacionais e europeias

Gonçalo Marques Barbosa - Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - ISFLUP

Cristina Parente - Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - ISFLUP

Comunicação Oral

O conceito de sistema nacional de inovação (SNI) corresponde à pluralidade de atores envolvidos na criação e difusão da inovação num dado país. Estes intervenientes estão situados desde o nível macrossocial ao nível microssocial, incluindo empresas, instituições públicas, sistema de ensino superior, ou conjuntura macroeconómico (Kravchenko, 2011; Lundvall, 2007). Uma das estruturas que estabelece uma importante ligação e intervenção no SNI corresponde às incubadoras de empresas. Traduzem-se em plataformas de apoio a novos projetos ou empresas, normalmente com uma componente inovadora nos processos ou produtos, e visando um reforço da sustentabilidade destes negócios (Aernoudt, 2004). Em vários países, como é o caso de Portugal, a proliferação de incubadoras, de redes locais de incubadoras, ou de parcerias desenvolvidas por estas estruturas com universidades ou com o tecido empresarial, tem conduzido à consolidação de um ecossistema nacional de incubação (ENI). O seu objetivo de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país tem conduzido à sua integração recorrente no conjunto de instrumentos e políticas públicas desenvolvidas no contexto do SNI. De tal forma que podemos interpretar a ligação destes sistemas sociais numa lógica de coevolução, na qual se estabelece uma relação de influência, intervenção e determinação mútua (Tsai et al, 2009). Esta comunicação tem assim como objetivo caracterizar o SNI e o ENI do ponto de vista das políticas e organismos públicos que os compõem, demonstrando simultaneamente a complexidade destas estruturações, bem como as formas como as suas atuações se interligam. Numa abordagem metodológica intensiva, debruçámo-nos sobre a composição e respetivas políticas da União Europeia, do Governo de Portugal, das Regiões Autónomas e das restantes NUTSII de Portugal Continental, recorrendo à análise de conteúdo de websites institucionais europeus e nacionais, da mesma forma que realizámos entrevistas semiestruturadas a atores institucionais das várias regiões do país. Duas conclusões centrais decorrem da análise dos dados recolhidos. Em primeiro lugar, o EPI é apoiado e influenciado de forma abundante pelos instrumentos desenhados no contexto das políticas de inovação à escala nacional ou europeia. Em segundo lugar, a dinâmica regional do SNI e do EPI apresenta um papel crítico na vitalidade de ambos os sistemas, que recebem impulsos ao nível macrossocial, mas que verificam a sua concretização efetiva no nível microssocial.

Palavras chave: incubação, inovação, políticas públicas

XI-APS-65087 -Portuguese expatriates and their expatriation experiences: Obligation, opportunity, discontinuity.

João Vasco Coelho - CIES - ISCTE/IUL

Comunicação Oral

Prevailing organizational and management discourses tend to present global employment practices and international mobility as stimulating and distinguishing experiences. In this regard, it is said to be important to gain international work experience, to go abroad, and leave one's comfort zone. Leaving and living abroad is portrayed in a favorable light, as both an opportunity and a desirable choice that allows workers to grow professionally. However, in contrast, from an individual, lived perspective, stories of failure, contradiction and paradox are observed, as well as concrete difficulties in fully integrating an expatriate experience. This presentation reports the results of a Phd study, where expatriation was taken as empirical reference to enquiry contemporary international work and employment practices. In particular, the subjective sense of ambivalence that tends to be associated with the representation of an expatriation as a work arrangement used to anchor business internationalization processes constitutes the problematizing axis of the research reported by the presentation. 24 individual expatriation experiences, observed in five different multinational firms founded or located in Portugal, were studied. Analytical results suggest that living and performing work in an expatriate context can foster individual and social differentiation, as reported lived experiences don't necessarily imply homogeneity, conformity, personal growth or an enriched lifestyle. Differentiation, in specific contexts and cases, arises unexpectedly, for both companies and individuals. Three types of expatriate experience are proposed and described in detail, involving divergent modes to relate with an expatriation setting: normative integration for conformist expatriates; self-serving strategy for protean expatriates; and defensive distancing for stationary expatriates.

Palavras chave: Business internationalization; Expatriates; international Mobility; Employee Experience.

XI-APS-65091 -A utilização da Internet pelos sindicatos dos professores: o caso do Twitter

Paulo Marques Alves - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; DINÂMIA'CET-IUL

Comunicação Oral

A generalidade dos movimentos sindicais enfrenta uma profunda crise desde a década de 70, a qual se manifesta num refluxo dos efetivos e numa perda de influência social e política. As causas são múltiplas, nelas se mesclando fatores exógenos ao sindicalismo com outros que lhe são endógenos, relativos à sua burocratização e oligarquização. Tentando ultrapassar estes tempos difíceis (Chaison, 1996), os sindicatos têm vindo a implementar diversas ações, entre as quais se conta a adoção da Internet. De acordo com o Ad-Hoc Committee on Labor and the Web (1999) ou com Pinnock (2005), as organizações sindicais só muito tardiamente reconheceram o potencial desta tecnologia, mas as vantagens competitivas que oferece, baseadas na rapidez e na flexibilidade, impeliram-nas a usá-la, pelo que um pouco por todo o mundo foi feito um investimento significativo neste domínio, tendo alguns autores, imbuídos de um profundo otimismo, chegado a prognosticar no início do século atual que o uso da Internet estaria a contribuir para uma transformação qualitativa das estruturas sindicais, conduzindo à emergência de novas formas organizativas. Designações como e-union (Darlington, 2000) ou cyberunion (Shostak, 1999, 2002) davam conta dessa mudança, que tenderia a aprofundar-se com o surgimento da Web 2.0. Nesta comunicação pretendemos analisar o modo como os sindicatos dos professores estão a utilizar as redes sociais online, dando particular enfoque à sua presença no Twitter. Com esse objetivo, analisámos as suas contas oficiais nesta plataforma, quer em termos do conteúdo expresso nos tweets, quer do alcance destes (número de seguidores e volume de interações). Num contexto de profunda fragmentação do sindicalismo docente, concluímos em primeiro lugar que o Twitter é utilizado de uma forma muito limitada, desde logo porque são poucos os sindicatos nele presentes atualmente. Este facto está em consonância com a sua limitada difusão em Portugal. Efetivamente, segundo dados da Marktest (2017), neste ano somente 22,4% dos portugueses tinham um perfil nesta rede, contra 95,5% no Facebook. Restrito, ou mesmo muito restrito, é igualmente o alcance das mensagens produzidas, dado o escasso número de seguidores. E a interatividade é extremamente reduzida, em muitos casos mesmo nula. Por outro lado, o conteúdo das mensagens está de acordo com a forma tradicional de comunicação de cada sindicato (alguns utilizam-no principalmente para mobilização; outros basicamente para informação), servindo o Twitter como mais um canal – ainda que fortemente subutilizado – de divulgação dos pontos de vista oficiais das organizações. Deste modo, verifica-se uma tendência para uma convergência no sentido de que o uso que é feito do Twitter não muda a forma como os sindicatos atuam na Internet, o que não contribui para a sua revitalização.

Palavras chave: Sindicatos, crise, revitalização, Twitter

XI-APS-67724 -Precariedade laboral que nos une, conceitos que nos afastam? História e diferenças conceituais e contextuais do conceito de trabalho entre Brasil e Portugal
Tainara F Machado - Universidade do Porto

Comunicação Oral

A condição precária do trabalho e a sua influência nas classes sociais no Brasil e em Portugal compõem um vasto património de conhecimento no campo sociológico (como, por exemplo, os estudos de: Antunes, 2009, 2018; Braga, 2012; Lopes et al, 2019; Louçã et al, 2014; Mattos, 2019). A forma como o capitalismo tardio sustenta-se, com permanentes transformações para novas formas de reprodução e acumulação de capital, carrega concomitantemente um sistema de precarização da força de trabalho. O capitalismo foi, desde sua criação, baseado nessa lógica de transformação para a exploração mas não do mesmo jeito; passa-se de uma indiferença ligada à classe de forma material, para uma indiferença mais pessoal “porque o próprio sistema é menos cruamente esboçado, menos legível na forma” (Sennet, 2009). Portanto, ao pensarmos em uma classe trabalhadora (Therborn, 2012; Wright, 2019) que transforma-se junto com as mutações do atual sistema de acumulação do capitalismo avançado (Harvey, 2008), evidencia-se um processo contínuo e cíclico de precarização da condição do trabalho. Dadas as transformações de organização social e econômica que influenciam diretamente neste setor precarizado de trabalhadores/as (Soeiro, 2015; Standing, 2014), é possível considerarmos que chegamos ao limite do senso de descartabilidade do/a trabalhador/a no capitalismo tardio (Sennet, 2009)? A partir de uma metodologia qualitativa de caráter comparativo, exploratório e descritivo realiza-se a construção de uma retomada histórica-teórica dos processos de luta e construções de direitos laborais, de uma análise teórica a partir de um estado da questão do conceito de trabalho e suas derivações condizentes e de dados quantitativos do perfil da população trabalhadora do Brasil e de Portugal. Pretende-se refletir, analisar e explicitar as pluralidades, proximidades e distanciamentos sobre a condição precária de trabalho; assim como, traçar relações de proximidade neste processo de transformações do dito “mundo do trabalho” nas sociedades brasileira e portuguesa. Descartando-se a possibilidade de uma comparação simplista destes processos históricos complexos, pretende-se refletir as consequências cíclicas de transformação do capitalismo e a culminação de uma contínua e profunda precarização dos/as trabalhadores/as nas duas sociedades.

Palavras chave: condição precária de trabalho; precariado; classe trabalhadora; Brasil e Portugal.

XI-APS-69345 -Artistic Work in performing arts worlds: Between the exception and the contemporary paradigm

Vera Borges - CIES - ISCTE-IUL

Luísa Veloso - CIES-ISCTE-IUL

Comunicação Oral

In the wake of the 2008 global financial and economic crisis, new forms of work organization emerged in Europe (Srniczek, 2016). Portugal has undergone a period of austerity and, even though it is now showing signs of recovery, there are still unsolved problems such as social inequality and the lack of social cohesion (Carmo and Barata, 2019). Like other European structures, Portuguese artistic organizations present a considerable plurality (and a fragility) of organizational patterns and artists present a (paradigmatic) plurality of trajectories, contracts and positions in the the labour market. Altogether they survive by reinventing their artistic mission or by redefining their objectives, in a context of deep structural change (Dimaggio, 1987, 2009). Following this trend, artists have adopted new models of management, based on networks, digital impacts, and multiple short-term. However, not all these changes and reconfiguration processes are voluntary. Using recent qualitative data, we will show how these institutional and individual careers paths are not consistent and linear experiences or positions, project discourses or organizational patterns; and even if the adoption of flexible organizational and individual trajectories models could be interpreted as the ability (or the consequence?) to challenge the neoliberal restructuring of work, this does not mean that individuals have been able to overcome the vulnerability of their position in the labour market. Not only do they rely on the traditional idea of self-employment and “l’entrepreneur de soi-même” (Menger, 2002: 19), the independent artist living the “art for art’s sake” ideal (Bourdieu, 1992), they also cover up social, institutional and interpersonal economic inequalities which contribute to the persistence of vulnerability in artistic work and careers.

Palavras chave: artistic work; organisations; careers paths; inequalities

XI-APS-71544 -Jogar com (a avaliação d')o desempenho: as respostas dos académicos à introdução de regulamentos de avaliação do desempenho docente no ensino superior

Mara Vicente - CIES/ISCTE-IUL

Alan Stoleroff - CIES/ISCTE-IUL

Comunicação Oral

Enquadrado num contexto generalizado de reforma administrativa, inspirada nos princípios da (não tão) Nova Gestão Pública, assistiu-se nas últimas décadas à introdução transversal de medidas legislativas com vista à institucionalização de uma cultura de meritocracia e de gestão pelos resultados nos serviços da administração pública, através da aplicação de sistemas de avaliação do desempenho assentes em critérios quantitativos e em instrumentos estandardizados. A transposição destas medidas para o ensino superior provocou mudanças significativas na profissão académica, uma vez que a progressão na carreira, ou simplesmente a manutenção da relação contratual, passaram a estar dependentes da obtenção de pontuações elevadas decorrentes da validação, por estruturas externas, das performances individuais dos docentes face ao seu alinhamento com as

estratégias definidas pela gestão, reforçando ainda mais a competição entre os profissionais e a precariedade das relações laborais. Ao confrontar-se com a imposição de uma nova estratificação profissional e de uma lógica de sobrevivência num ambiente cada vez mais competitivo e instável, os académicos adotaram estratégias diferenciadas para lidar com as mudanças introduzidas na profissão, de acordo com as suas capacidades adaptativas e com os seus interesses pessoais. O presente trabalho tem por objetivo apresentar os principais dados empíricos de uma pesquisa sobre a introdução da avaliação do desempenho docente, baseada em critérios quantitativos, em duas instituições de ensino superior portuguesas, no período de 2015-2017. Estes dados foram recolhidos através de uma triangulação de métodos quantitativos (inquérito por questionário a uma amostra de docentes das duas instituições) e qualitativos (entrevistas a uma amostra de docentes avaliados e avaliadores). O trabalho avança com duas hipóteses: 1) é possível observar uma heterogeneidade de respostas iniciais, por parte dos académicos, face às mudanças introduzidas pela aplicação desta medida de reforma, variando entre a resistência, a complacência e o compromisso; 2) é possível observar uma evolução nas posições dos académicos, passando do confronto inicial à mudança e à inovação, para a rotinização e a acomodação às novas lógicas e aos novos procedimentos introduzidos por via legislativa. Partindo da metáfora do jogo de Bourdieu e Wacquant (1992), procuramos analisar e compreender os resultados obtidos, considerando que a avaliação do desempenho pode ser perspectivada pelos profissionais académicos como um meio para obter posições mais favoráveis na academia (e.g. progressão na carreira, manutenção da relação contratual ou o evitamento da punição) e a decisão de “jogar” de acordo com as regras impostas é influenciada por interesses pessoais e pela percepção da quantidade de capital (académico) que o profissional tem para investir no jogo e, assim, poder obter ganhos.

Palavras chave: Avaliação do desempenho docente, ensino superior, meritocracia, reforma do ensino superior

XI-APS-75820 -Entre a empresa e a família: motivações, desafios gestionários e especificidades organizacionais do empreendedorismo familiar em Portugal

Ana Isabel Couto - Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), IS-UP (Instituto de Sociologia da Universidade do Porto), CEOS.PP/ISCAP/P.PORTO (Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do P. Porto) aicouto@fep.up.pt

Ana Paula Marques - CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais /Polo da Universidade do Minho - CICS-UMinho) amarques@ics.uminho.pt

Comunicação Oral

As empresas de cariz familiar constituem uma tipologia de empresas predominante no contexto do tecido empresarial privado português. No âmbito desta tipologia empresarial duas vertentes estruturantes da vida dos indivíduos convivem: trabalho (empresa) e família,

sendo múltiplos os desafios vivenciados por quem as cria, gere e coordena: os seus empresários. Estudos recentes revelam que 50% das empresas familiares não chegam à segunda geração e somente 20% alcançam a terceira geração (AEP, 2011). O planeamento da sucessão empresarial representa um dos principais desafios de gestão vivenciados neste segmento de empresas. Igualmente desafiante são as modalidades de assunção da gestão da empresa pela segunda geração. Tendencialmente pensadas como transições lineares (herdeiros clássicos e heranças desejadas), nem sempre estas se revestem dessa linearidade (herdeiros precoces e heranças impostas), conforme estudos recentes realizados o revelam (Couto, 2013; Marques e Couto, 2020). A presente comunicação apresenta uma reflexão sobre o empreendedorismo de cariz familiar em Portugal, privilegiando um conjunto de dimensões analíticas, designadamente: principais desafios gestionários, especificidades organizacionais, bem como uma análise motivacional de percursos de empreendedorismo familiar em Portugal. Discutem-se, para o efeito, os principais resultados das vertentes qualitativa de duas pesquisas desenvolvidas pelas autoras, nomeadamente da pesquisa de doutoramento desenvolvida sobre Pequenas e Médias Empresas (PME) e dinâmicas de empreendedorismo em Portugal nos últimos três decénios, bem como da pesquisa decorrente do projeto de investigação “Roadmap para as empresas familiares portuguesas” (2016-2018), financiado pelo NORTE 2020/ FEDER, cujos principais objetivos foram contribuir para um melhor conhecimento e visibilidade institucional deste segmento de empresas, bem como avaliar o impacto das empresas familiares da Região Norte na economia local, nacional e internacional. Os resultados apresentados decorrem de um conjunto diversificado de entrevistas de cariz biográfico realizadas a empresários (27), de primeira, segunda e terceira geração, de empresas familiares.

Palavras chave: Empresas familiares; empresários; trabalho por conta própria; empreendedorismo familiar

XI-APS-76741 -A SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NOS ÓRGÃOS DE GOVERNO DAS EMPRESAS COTADAS EM BOLSA A RETÓRICA DA MERITOCRACIA

Sara Falcão Casaca - SOCIUS/CSG ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Maria João Guedes - SOCIUS/CSG ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Nuno Paço - SOCIUS/CSG ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Susana Ramalho Marques - SOCIUS/CSG ISEG - Lisbon School of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Comunicação Oral

O paper resulta de um estudo que procedeu à comparação do perfil das mulheres e dos homens que, em 2018, integravam os órgãos de governo das cinco empresas cotadas na bolsa de Lisboa com maior equilíbrio de género nos respetivos conselhos de administração e de fiscalização. O tema escolhido teve como inspiração o debate em torno do novo enquadramento legal que estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas cotadas em bolsa e do setor público empresarial. As narrativas mais críticas apontam o risco de diluição da importância do mérito. Procurámos, assim, analisar em que medida essa linha de argumentação é validada empiricamente. Os resultados estão em linha com os de outros estudos que demonstram que em diversos países as mulheres que ascendem aos lugares estratégicos de decisão das empresas tendem a ser mais novas do que os seus pares do sexo masculino, e a apresentar níveis de escolaridade mais elevados. São, em geral, mais recentes nos cargos de administração e fiscalização. Além disso, foi possível verificar que as mulheres apresentam maior tendência para ocupar cargos não executivos, ou seja, posições que não implicam poder de decisão. Esta conclusão é, aliás, consistente com os dados recolhidos para todo o universo de empresas cotadas em bolsa, no âmbito do projeto Women on Boards: An Integrative Approach/ Mulheres nos Órgãos de Gestão das Empresas: Uma Abordagem Integrada” (Refª PTDC/SOC-ASO/29895/2017), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) através de fundos nacionais (PIDDAC) e acolhido institucionalmente pelo SOCIUS-CSG/ISEG-ULisboa.

Palavras chave: órgãos de governo; meritocracia; igualdade de género; empresas cotadas em bolsa

XI-APS-83145 -Trajetórias e representações do trabalho e do emprego dos estudantes do ensino superior politécnico

Maria Amelia Marques - Instituto Politécnico de Setúbal- Escola Superior de Ciências Empresariais

Helena Roque - Instituto Politécnico de Setúbal- Escola Superior de Ciências Empresariais

Francisco Santos - Instituto Politécnico de Setúbal- Escola Superior de Ciências Empresariais

Comunicação Oral

O ensino superior politécnico em Portugal continua, não obstante a diversidade de áreas de educação-formação que abrange e a sua falta de hegemonia, a atrair públicos designados de “non-traditional entrants” (Moreau e Leathwood ,2006). Incluem-se nestes os estudantes com origens socio-educacionais e socioprofissionais menos elevadas e/ou os estudantes com trajetórias escolares menos lineares, do qual são exemplo os estudantes que entram através dos concursos especiais de M23anos e os estudantes que trabalham. Apesar da

crescente centralidade do trabalho, própria da sociedade salarial, para a sociedade em geral e, em particular, para estes públicos, que veem o emprego, obtido através das credenciais escolares, como via privilegiada de mobilidade social, as transformações socioeconómicas e culturais têm vindo a provocar algumas alterações nas representações do trabalho e do emprego (Rebello, 2002; Simón, 2007).. Gerando, o que se pode designar de “raturas geracionais” com consequências sobre a vida social nomeadamente no que ao trabalho e ao emprego diz respeito Neste quadro, realizámos um estudo exploratório numa escola de ensino superior politécnico, tendo como objetivo caracterizar as representações do trabalho e do emprego entre estudantes do ensino superior politécnico. Como técnica de recolha de informação recorreremos a m inquérito por questionário, aplicado a uma amostra por conveniência, de alunos finalistas tendo em vista caracterizar as suas origens socioeducativas, as representações do trabalho e do emprego e os projectos que têm para o futuro. Os resultados obtidos evidenciam as baixas origens socio-educacionais e socioprofissionais, o carácter instrumental dos seus projectos educativos e a centralidade dos valores materialistas em virtude da sua condição social.

Palavras chave: Emprego, trabalho, trajetórias escolares e profissionais-

XI-APS-84384 -**As (in)visibilidades dos bastidores**

Pedro Miguel de Carvalho Ferreira - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Comunicação Oral

A dimensão inter e transdisciplinar do curso de Discursos: Cultura, História e Sociedade, na qual este projeto se insere, precisa de um contexto histórico, cultural, sociológico, político, comunicacional e artístico. Assim, e essencialmente entre dois eixos - Sociologia da Cultura e História Contemporânea - interessa começar por saber como é que o universo artístico que se quer analisar surgiu, o que o define, como se desenvolveu, qual a altura temporal mais relevante e em que contexto? Assim se chega ao universo musical nos anos oitenta e noventa (que foram tempos de mudanças sociais e tecnológicas), tendo como atores técnicos que trabalham nos bastidores no mundo da música ao vivo e ao ar livre. Este é o objeto a estudar. Após esse percurso, importa chegar, analisar e estudar determinadas representações, como a sistémica invisibilidade (mas que tem vacilações), no universo de atividade dos trabalhadores de apoio dos bastidores das artes. Analisar os papéis que desempenham serve para esclarecer a sua importância na produção artística e do espetáculo e compreender a mediação exercida nos mundos da arte e entre mundos sociais. Os roadies, entre outros técnicos diversos de apoio, fazem parte de um mecanismo não amputável que representa uma necessidade vital para o funcionamento de espetáculos. Se entendermos estas profissões como componente fundamental do ato performativo, é exequível tomar as suas existências e socialidades como determinantes para o entendimento da estrutura social, identitária e profissional em que se movem. Um dos principais argumentos deste

projeto é a ambiguidade da (in)visibilidade dos técnicos. Becker é muito claro quando diz que "as obras de arte não representam a produção de autores isolados de «artistas» possuidores de dons excepcionais. Pelo contrário, elas constituem a produção comum de todas as pessoas que cooperam segundo as convenções características de um mundo de arte tendo em vista a criação de obras desta natureza" (2008). Ao discutir o significado e a relevância das artes, esse debate tem-se centrado nos criadores, executantes e públicos. A literatura recente - e a falta dela - aponta a necessidade de investigação sobre todos os agentes que participam nos universos artísticos, nomeadamente os profissionais do backstage. O objetivo é colmatar uma lacuna dos quadros conceptuais e analíticos das ciências sociais, articulando discursos sociológicos, históricos e artísticos sobre o setor. Interessa, por isso, reconstituir o aparato e ir no encaço das práticas para descodificar o todo. Assim, a partir do lugar-bastidor, pretende-se estabelecer pontos de contacto na articulação entre linguagem (discursos), hierarquias (poder) e a produção propriamente dita.

Palavras chave: Música, Invisibilidade, Contexto Socio-Político, Profissões, Décadas de 1980 e 1990

XI-APS-87776 -**A influência da liderança na motivação dos bombeiros voluntários**

Daniela Mendes - Universidade do Algarve

Bernardete Sequeira - CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Patrícia Pinto - Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being (CinTurs)

Comunicação Oral

A sociedade contemporânea é cada vez mais uma sociedade constituída por organizações. A liderança nas organizações é perspetivada, como um fator fundamental para o seu sucesso. Lameiras (2010) considera que um dos aspetos mais importantes de uma organização é o modo como os indivíduos se sentem em relação à maneira como são liderados. Se a liderança for eficaz reflete-se nos resultados e no desempenho dos trabalhadores. Ao nível da literatura sobre as organizações são vários os autores que associam a liderança à motivação (Hersey e Blanchard, 1988; Bergamini 1994; Molloy, 1998; Nunes, 2017; Brunório, Cardoso, Pasotti, e Félix, 2017), à capacidade de um indivíduo influenciar e motivar os outros a contribuírem para a eficácia e sucesso das organizações que integram, estimulando a superação de interesses individuais em prol de interesses coletivos (Cunha & Rego, 2005; Oliveira, 2017). Contudo, apesar a literatura referir esta ligação da liderança à motivação, verifica-se que não são muitos os estudos que se propõem aferir em que medida, em concreto, a liderança influencia a motivação dos trabalhadores, destacando-se uma notável escassez dos estudos da associação destas duas variáveis ao nível do trabalho voluntário. Embora ao longo das últimas décadas tenha surgido um aumento de estudos sobre as motivações do voluntariado, estes não associam propriamente a variável liderança

à motivação. Existem alguns estudos relativamente aos contextos de trabalho dos bombeiros voluntários, mas na sua grande maioria estes incidem sobre o stress pós-traumático e burnout, sendo os estilos de liderança, a motivação de equipas e as relações interpessoais temáticas pouco investigadas neste domínio. É precisamente na sequência desta constatação que se enquadra a presente comunicação, a qual assenta na apresentação dos resultados preliminares provenientes de uma investigação, cujo objetivo geral é conhecer em que medida os estilos de liderança influenciam a motivação dos voluntários de duas corporações de bombeiros voluntários do sul do país. Para o efeito, foi concebido um modelo de análise assente em dois eixos analíticos, um referente aos traços de personalidade e comportamentos do líder e outro referente aos fatores motivacionais a fim de se aferir o nível de motivação. A investigação empírica levada a cabo baseia-se em dois estudos de caso, realizados através da pesquisa documental e da administração de um inquérito por questionário.

Palavras chave: liderança; motivação; voluntário; bombeiros

XI-APS-89039 -A precariedade no jornalismo em Portugal: sintomas de um problema maior

Pedro Caldeira Pais - CIES-IUL

Miguel Crespo - CIES-IUL

Ana Pinto-Martinho - CIES-IUL

Miguel Paisana - CIES-IUL

Caterina Foa - CIES-IUL

Paulo Couraceiro - CIES-IUL

Comunicação Oral

Esta comunicação procura discutir o conceito de precariedade tendo por base dados de dois inquéritos (de 2016 e 2018) aplicados pelo CIES e pelo OberCom – Observatório da Comunicação a jornalistas, e que contêm questões acerca das condições de trabalho e das percepções de futuro no jornalismo em Portugal. Partindo de dados concretos do sector jornalístico, procura-se discutir o conceito de precariedade de forma mais alargada, nomeadamente por que formas e de que modo a instabilidade profissional se poderá reflectir na sociedade portuguesa. Para tal, é também promovida uma proposta teórica para que se consiga definir, mais concretamente, o conceito de precariedade. Os dados dos inquéritos demonstram, entre outras coisas, situações contratuais pouco estáveis, progressões lentas de carreira, horas extras não remuneradas, ou condições de trabalho no sector que, na opinião dos jornalistas, se têm vindo a deteriorar nos últimos anos. De um modo geral, verifica-se uma situação de preocupação individual (carreira futura com pouca progressão) e colectiva (instabilidade do sector), que parece ter-se intensificado na última década, e que coloca desafios complexos ao sector. Para além da exposição de dados globais,

para esta comunicação cruzam-se igualmente as estatísticas com as faixas etárias dos inquiridos, permitindo identificar diferenças de percepções de carreiras jornalísticas e de condições do sector mediante a idade dos profissionais. Estes dados parecem apontar para percepções mais negativas para indivíduos entre os 25 e os 54 anos, onde se verificam, por exemplo, posições mais alarmantes quanto à possibilidade de ficarem, no futuro, sem emprego. A instabilidade do sector jornalístico, por outro lado, revela-se um sintoma de um problema mais alargado; os dados dos inquiridos, por exemplo, estão em linha com estatísticas do INE, de 2018, que demonstram uma sociedade portuguesa com menor taxa de desemprego mas com um maior número de contratos precários. Assim, a precariedade estabelece-se como um desafio global da sociedade, não sendo exclusivo do jornalismo.

Palavras chave: Jornalismo; precariedade; metodologia quantitativa